A DOUTRINA DO CHOQUE

A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

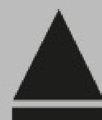
NAOMI KLEIN

A DOUTRINA DO CHOQUE

A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

NAOMI KLEIN

Tradução
Vania Cury



Título original: THE SHOCK DOCTRINE: THE RISE OF DISASTER CAPITALISM

Capa: Lisa Fyfe

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.
Rua Bambina, 25 — Botafogo — 22251-050
Rio de Janeiro — RJ — Brasil
Tel.: (21) 2131-1111 — Fax: (21) 2286-6755
http://www.novafronteira.com.br
e-mail: sac@novafronteira.com.br

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

K72d Klein, Naomi
A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre / Naomi Klein ; tradução Vania Cury. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2008.

Tradução de: The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism

ISBN 978-85-209-2071-8

1. Livre iniciativa. 2. Crises financeiras. 3. Capitalismo. I. Título.

CDD 330.122
CDU 330.142.1

Para Avi, mais uma vez

“Qualquer mudança é uma mudança de assunto.”
— César Aira, romancista argentino,
Cumpleaños, 2001

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O VAZIO É BELO

TRÊS DÉCADAS APAGANDO E REFAZENDO O MUNDO

> **Agora a terra estava corrompida aos olhos de Deus, e a terra estava consumida pela violência. E Deus viu que a terra estava corrompida; porque toda carne havia corrompido seus caminhos sobre a terra. E Deus disse a Noé: "Eu determinei que fosse dado um fim a toda carne, porque a terra está consumida pela violência por causa deles; agora Eu vou destruí-los junto com a terra."**
> — Gênesis 6:11

> **Choque e Pavor são estados que criam medos, perigos e destruição incompreensíveis para a maioria das pessoas, para elementos/setores específicos da sociedade ameaçada ou para suas lideranças. A natureza, sob a forma de tornados, furacões, terremotos, enchentes, incêndios incontroláveis, fome e epidemias, pode engendrar Choque e Pavor.**
> — *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, a doutrina militar para a guerra dos EUA no Iraque(1)

CONHECI JAMAR PERRY EM SETEMBRO DE 2005, no grande abrigo da Cruz Vermelha em Baton Rouge, Louisiana. O jantar estava sendo distribuído por jovens cientologistas sorridentes, e ele estava na fila. Eu tinha fracassado ao tentar falar com os desabrigados sem acompanhamento da mídia e agora fazia o melhor para me misturar, uma canadense branca num mar de afro-americanos sulistas. Entrei na fila atrás de Perry e pedi-lhe que conversasse comigo como se fôssemos velhos amigos, o que ele fez com toda a gentileza.

Nascido e criado em Nova Orleans, ele tinha se ausentado da cidade inundada por uma semana. Aparentava uns 17 anos, mas me contou que tinha 23. Perry e sua família haviam esperado longamente pelos ônibus que levariam os desabrigados; como não chegaram, eles resolveram caminhar sob o sol escaldante. Finalmente, acabaram parando aqui, um centro de convenções imenso, normalmente utilizado para eventos da indústria farmacêutica e como arena para campeonatos de luta[1], e que agora estava ocupado por duas mil macas e uma multidão de pessoas exaustas e irritadas, patrulhadas por impacientes soldados da Guarda Nacional recém-chegados do Iraque.

As notícias que corriam naquele dia dentro do abrigo diziam que Richard Baker, um proeminente congressista republicano da cidade, havia declarado a um grupo de lobistas que "Nós finalmente fizemos a limpeza dos prédios públicos de Nova Orleans. Nós não podíamos fazer isso, mas Deus fez."(2) Joseph Canizaro, um dos mais ricos empreendedores de Nova Orleans, tinha acabado de expressar um sentimento parecido: "Acho que nós temos um terreno limpo para começar de novo. E com esse terreno limpo, temos algumas oportunidades muito grandes."(3) Durante toda aquela semana, a Assembleia Estadual da Louisiana, em Baton Rouge, havia ficado cheia de lobistas das corporações preocupados em abocanhar aquelas grandes oportunidades: impostos menores, pouca regulamentação, trabalhadores mais baratos e "uma cidade menor, mais segura" — o que, na prática, significava planos para derrubar os projetos públicos de construção de moradias, substituindo-os por condomínios. Ouvindo aquela conversa sobre "novos começos" e "terrenos limpos" era quase possível esquecer o vapor tóxico produzido por entulho, fluidos químicos e dejetos humanos a poucas milhas dali, ao longo da estrada.

Dentro do abrigo, Jamar não conseguia pensar em outra coisa: "Eu realmente não vejo isso como uma limpeza da cidade. O que eu vejo é que muita gente

acabou morrendo na parte alta da cidade. Gente que não deveria ter morrido."

Ele falava baixinho, mas um homem mais velho que estava na nossa frente na fila escutou e bradou: "O que há de errado com essa gente de Baton Rouge? Isso não é uma oportunidade. Isso é uma tragédia desgraçada. Eles são cegos?"

Uma mãe com duas crianças se manifestou: "Não, eles não são cegos, eles são maus. Eles enxergam muito bem."

Entre os que vislumbraram uma oportunidade nas inundações de Nova Orleans estava Milton Friedman, grande guru do movimento pelo capitalismo sem grilhões e o homem a quem também foi creditada a autoria do livro-texto para a hipermóvel economia global contemporânea. Aos 93 anos de idade e com a saúde debilitada, "Tio Miltie", como era conhecido por seus seguidores, ainda assim encontrou forças para escrever um editorial no *Wall Street Journal* três meses depois que os diques estouraram. "A maior parte das escolas de Nova Orleans está em ruínas", Friedman observou, "assim como os lares das crianças que estudavam ali. As crianças agora estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional".[4]

A ideia radical de Friedman sustentava que, em vez de gastar uma parte dos bilhões de dólares do dinheiro da reconstrução refazendo e melhorando o sistema escolar público preexistente em Nova Orleans, o governo deveria fornecer *vouchers* para as famílias, os quais elas poderiam gastar nas instituições privadas, muitas com fins lucrativos, que seriam subsidiadas pelo Estado. Tornara-se crucial, como Friedman escreveu, que essa mudança fundamental não fosse apenas uma solução emergencial, mas se convertesse numa "reforma permanente".[5]

Uma rede de associações de pensamento direitista fechou com a proposta de Friedman e aportou em Nova Orleans após a tempestade. A administração de George W. Bush sustentou seus planos com dez milhões de dólares para converter as escolas da cidade em "escolas licenciadas", instituições fundadas pelo poder público e dirigidas por entidades privadas, de acordo com suas próprias regras. As escolas licenciadas estão causando uma polarização profunda nos Estados Unidos, e especialmente em Nova Orleans, onde são vistas por muitos pais afro-americanos como um meio de reverter os ganhos do movimento pelos direitos civis, que garantiram a todas as crianças o mesmo padrão de educação. Para Milton Friedman, contudo, o conceito integral de um sistema educacional administrado pelo Estado cheirava a socialismo. De seu ponto de vista, as únicas funções do Estado seriam "proteger a nossa liberdade, tanto

contra os inimigos externos quanto contra os nossos próprios concidadãos: preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados, fomentar os mercados competitivos”.[6] Em outras palavras, suprir as necessidades dos policiais e dos soldados — qualquer outra coisa, inclusive a garantia de uma educação livre, seria considerada uma interferência injusta no mercado.

Em gritante contraste com a lentidão em que os diques eram consertados e a rede elétrica reparada, o leilão do sistema educacional de Nova Orleans foi realizado com precisão e rapidez militares. Dentro de 19 meses, e com a maioria dos habitantes mais pobres ainda exilados, o sistema de escolas públicas de Nova Orleans tinha sido completamente substituído por escolas licenciadas, sob administração privada. Antes do furacão Katrina, o conselho de educação administrava 123 escolas públicas; agora, cuidava de apenas quatro. Antes daquela tempestade, havia somente sete escolas licenciadas na cidade; agora, existiam 31.[7] Os professores de Nova Orleans costumavam ser representados por um sindicato bastante forte; agora, os acordos sindicais tinham sido rasgados, e seus 4.700 membros tinham sido todos demitidos.[8] Alguns dos professores mais jovens foram readmitidos pelas escolas licenciadas, com salários reduzidos; a maioria foi posta na rua.

Nova Orleans se tornara, de acordo com o *New York Times*, “o laboratório mais importante do país para ampliar o uso das escolas licenciadas”, enquanto o American Enterprise Institute, uma entidade afiliada ao pensamento de Friedman, manifestava seu entusiasmo porque “o Katrina havia realizado em um dia... aquilo que os reformadores educacionais da Louisiana vinham tentando fazer durante anos, sem sucesso”.[9] Os professores da rede pública, por sua vez, observando que o dinheiro destinado às vítimas da enchente estava sendo desviado para erradicar o sistema público e substituí-lo pela privatização, chamavam o plano de Friedman de “apropriação do terreno educacional”.[10]

Eu chamo esses ataques orquestrados à esfera pública, ocorridos no auge de acontecimentos catastróficos, e combinados ao fato de que os desastres são tratados como estimulantes oportunidades de mercado, de “capitalismo de desastre”.

O editorial de Friedman sobre Nova Orleans acabou se tornando a sua última peça pública de recomendação política; ele morreu menos de um ano depois, em 16 de novembro de 2006, aos 94 anos de idade. Privatizar o sistema educacional de uma cidade norte-americana de médio porte pode parecer uma preocupação modesta para o homem que foi considerado o economista mais influente do último meio século, alguém que contou, entre seus discípulos, com diversos

presidentes dos Estados Unidos, primeiros-ministros britânicos, oligarcas russos, ministros da Fazenda poloneses, ditadores do Terceiro Mundo, secretários do Partido Comunista Chinês, diretores do Fundo Monetário Internacional, além dos três últimos presidentes do Banco Central norte-americano. Apesar disso, a sua determinação de aproveitar a crise de Nova Orleans para fomentar uma versão fundamentalista do capitalismo era também um adeus curiosamente adequado ao professor baixinho e de energia ilimitada, que, no seu apogeu, se descreveu como "um pastor fora de moda pregando o sermão dominical".(11)

Por mais de três décadas, Friedman e seus poderosos seguidores se dedicaram a aprimorar essa mesma estratégia: esperar uma grave crise, vender partes do Estado para investidores privados enquanto os cidadãos ainda se recuperavam do choque, e depois transformar as "reformas" em mudanças permanentes.

Num de seus mais influentes ensaios, Friedman elaborou em termos teóricos a tática nuclear do capitalismo contemporâneo, que eu aqui denomino de doutrina do choque. Ele observou que "somente uma crise — real ou pressentida — produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável".(12) Algumas pessoas costumam estocar alimentos enlatados e água para enfrentar grandes desastres; os seguidores de Friedman estocam ideias em defesa do livre mercado. Tão logo uma crise se instalava, o professor da Universidade de Chicago defendia que era essencial agir rapidamente, impondo mudanças súbitas e irreversíveis, antes que a sociedade abalada pela crise pudesse voltar à "tirania do *status quo*". Ele calculava que "uma nova administração tem de seis a nove meses para realizar as principais mudanças; caso não agarre a oportunidade para agir de modo decisivo durante esse período, não terá outra chance igual".(13) Como uma variação das advertências de Maquiavel, no sentido de que os "sofrimentos" devem ser infligidos "todos de uma só vez", este foi um dos legados estratégicos mais duradouros de Friedman.

Milton Friedman aprendeu a explorar os choques e crises de grande porte em meados da década de 1970, quando atuou como conselheiro do ditador chileno, o general Augusto Pinochet. Enquanto os chilenos se encontravam em estado de choque logo após o violento golpe de Estado, o país sofria o trauma de uma severa hiperinflação. Friedman aconselhou Pinochet a impor uma reforma

econômica bastante rápida — corte de impostos, livre-comércio, serviços privatizados, corte nos gastos sociais e desregulamentação. Em alguns casos, os chilenos viram até mesmo suas escolas públicas serem substituídas por escolas privadas mantidas por créditos estudantis emitidos pelo governo na forma de *vouchers*. Foi a estratégia mais extrema de apropriação capitalista jamais tentada em qualquer lugar, e ficou conhecida como a “revolução da Escola de Chicago”, pelo fato de que muitos economistas de Pinochet tinham estudado sob a orientação de Friedman na Universidade de Chicago. Friedman previu que a rapidez, a brusquidão e o objetivo da mudança econômica iriam provocar, no público, reações psicológicas que “facilitariam o ajuste”.(14) Ele cunhou uma frase para essa tática dolorosa: “tratamento de choque” econômico. Desde então, sempre que os governos decidem impor programas radicais de livre mercado, o tratamento de choque imediato, ou a “terapia de choque”, tem sido o seu método preferido.

Pinochet também facilitou o ajuste com os seus tratamentos de choque próprios; em geral, implementou-os nas muitas celas de tortura do regime, infligindo-os aos corpos retorcidos daqueles que foram considerados obstáculos à transformação capitalista. Na América Latina, muitos enxergaram uma conexão entre os choques econômicos que empobreceram milhões e a epidemia de tortura que flagelou centenas de milhares de pessoas que acreditavam num tipo diferente de sociedade. Por isso, o escritor uruguaio Eduardo Galeano perguntou: “Como essa desigualdade pode ser mantida, senão por descargas de choque elétrico?”(15)

Exatamente trinta anos depois que essas três formas distintas de choque se abateram sobre o Chile, a fórmula ressurgiu no Iraque, com uma violência ainda maior. Primeiro veio a guerra, destinada, segundo os autores da doutrina militar do Choque e Pavor, a “controlar a vontade, as percepções e a compreensão do adversário, tornando-o literalmente impotente para agir ou reagir”.(16) Em seguida, veio a terapia de choque econômico radical, imposta pelo enviado especial do governo dos Estados Unidos, L. Paul Bremer, enquanto o país ainda estava em chamas — privatização maciça, livre-comércio integral, um imposto único de 15%, um governo dramaticamente reduzido. O ministro interino do Comércio do Iraque, Ali Abdul-Amir Allawi, disse na época que seus conterrâneos estavam “cansados de sofrer experimentos. Já houve choques suficientes no sistema, então não precisamos dessa terapia de choque na economia”.(17) Quando os iraquianos resistiam, eram reunidos e levados para prisões onde corpos e mentes eram submetidos a novos choques, com certeza bem menos metafóricos.

Comecei a pesquisar a dependência do livre mercado em relação ao poder do choque há quatro anos, durante os primeiros dias da ocupação do Iraque. Depois de relatar as tentativas fracassadas de Washington de impor a terapia do Choque e Pavor, viajei de Bagdá para o Sri Lanka, muitos meses após a devastação do tsunami em 2004, e testemunhei outra versão do mesmo estratagema: investidores estrangeiros e banqueiros internacionais se juntaram para aproveitar a atmosfera de pânico e entregar a linda área litorânea a empresários, que rapidamente construíram grandes *resorts*, impedindo que milhares de pescadores e suas famílias reerguessem suas pequenas aldeias à beira-mar. “Numa virada cruel do destino, a natureza presenteou o Sri Lanka com uma oportunidade única, e de dentro dessa grande tragédia surgirá uma região turística de nível internacional”, anunciou o governo do país.(18) Na época em que o furacão Katrina varreu Nova Orleans, e os políticos republicanos, os *think tanks*[2] e os empreendedores imobiliários começaram a falar em “terrenos limpos” e oportunidades excepcionais, ficou claro que agora era esse o método preferencial para promover os objetivos das corporações: aproveitar os momentos de trauma coletivo e implementar uma engenharia social e econômica radical.

A maior parte das pessoas que sobrevivem a desastres devastadores não deseja a área limpa — elas querem salvar tudo que puderem e começar a reparação do que foi destruído; buscam reafirmar a sua ligação com os lugares que as formaram. “Enquanto eu reconstruo a cidade, me sinto como se estivesse reconstruindo a mim mesma”, disse Cassandra Andrews, limpando o entulho após a tormenta, no bairro de Lower Ninth Ward, em Nova Orleans, um dos mais duramente atingidos.(19) Os capitalistas de desastre, no entanto, não têm nenhum interesse em consertar o que existiu um dia. No Iraque, no Sri Lanka e em Nova Orleans, o processo enganosamente chamado de “reconstrução” começou concluindo a obra do desastre original, ao eliminar o que restou da esfera pública e das comunidades ali enraizadas — e depois tratou de substituí-las rapidamente por um tipo de Nova Jerusalém corporativa, tudo antes que as vítimas da guerra ou do desastre natural pudessem se reagrupar e reivindicar os direitos sobre o que era seu.

Mike Battles descreveu isso mais claramente: “Para nós, o medo e a desordem oferecem uma promessa real.”(20) O ex-funcionário da CIA, de 34 anos, estava se referindo à forma como o caos do Iraque, após a invasão, ajudou sua desconhecida e inexperiente firma de segurança privada, a Custer Battles, a faturar quase cem milhões de dólares em contratos com o governo federal.(21) Suas palavras servem perfeitamente como o slogan do capitalismo contemporâneo — medo e desordem são os catalisadores de cada novo salto para a frente.

Quando comecei esta pesquisa sobre a interseção entre superlucros e megadesastres, pensei estar testemunhando uma mudança fundamental no modo como a marcha para "libertar" os mercados estava avançando ao redor do mundo. Na condição de participante do movimento contra o crescimento do poder das corporações, na sua data inaugural em Seattle, 1999, me acostumei a ver políticas similares sendo impostas por meio das quedas de braço realizadas na Organização Mundial do Comércio, ou como condições vinculadas aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. As três marcas registradas exigidas — privatização, desregulamentação governamental e cortes profundos nos gastos sociais — tenderam a se tornar extremamente impopulares entre os cidadãos; contudo, quando os acordos eram assinados, ainda restava o pretexto de que havia um consentimento mútuo entre governantes que negociavam, da mesma forma que se estabelecia o consenso entre os especialistas. Agora, o mesmo programa ideológico estava sendo imposto por meio dos mecanismos coercitivos mais descarados: sob ocupação militar estrangeira depois da invasão, ou imediatamente após a ocorrência de um cataclismo natural devastador. O 11 de Setembro parece ter oferecido a Washington a facilidade de não precisar mais perguntar aos países se eles desejavam a versão norte-americana de "livre-comércio e democracia" — e de começar a impor ao mundo aquela versão por intermédio da força militar do Choque e Pavor.

Quanto mais fundo cavei a história de como esse modelo de mercado tinha varrido o globo, mais eu me certifiquei de que a ideia de explorar crises e desastres foi o *modus operandi* do movimento de Milton Friedman desde o início — essa forma fundamentalista de capitalismo sempre precisou do desastre para prosseguir. Estava claro que os desastres facilitadores estavam se tornando maiores e mais chocantes, porém o que estava acontecendo no Iraque e em Nova Orleans não era uma invenção posterior ao 11 de Setembro. Pelo contrário, esses experimentos audaciosos com a exploração das crises eram o ponto culminante de três décadas de uma adesão rigorosa à doutrina do choque.

Olhando pelas lentes dessa doutrina, os últimos 35 anos parecem diferentes. Algumas das violações mais infames dos direitos humanos de nossa era, que tenderam a ser encaradas como atos sádicos perpetrados por regimes antidemocráticos, foram cometidas com a intenção clara de aterrorizar o público, ou ativamente empregadas a fim de preparar o terreno para a introdução das "reformas" radicais de livre mercado. Na Argentina da década de 1970, o "desaparecimento" de trinta mil pessoas sob o governo da junta militar, muitas delas ativistas de esquerda, fez parte da imposição ao país das políticas da Escola de Chicago, do mesmo modo que o pavor foi parceiro para um tipo similar de metamorfose econômica no Chile. Na China, em 1989, foram o choque do

massacre da praça Tiananmen e as prisões subsequentes de milhares de manifestantes que facilitaram ao Partido Comunista a conversão de amplas partes do país em uma grande zona de exportação, suprida com uma força de trabalho excessivamente aterrorizada para reivindicar seus direitos. Na Rússia, em 1993, foi a decisão de Boris Yeltsin de enviar os tanques para bombardear o Parlamento e prender os líderes da oposição que abriu caminho para a escalada de privatizações e criou os notórios oligarcas do país.

A Guerra das Malvinas, em 1982, serviu a um propósito similar de Margaret Thatcher no Reino Unido: a desordem e a exaltação nacionalista resultantes da guerra lhe permitiram empregar uma força descomunal para derrotar os mineiros em greve e deslanchar a primeira onda de privatizações realizada numa democracia ocidental. O ataque da OTAN a Belgrado em 1999 criou as condições para as privatizações na antiga Iugoslávia — um objetivo que antecedeu a guerra. Razões econômicas não foram as únicas motivações dessas guerras, mas em cada uma delas um grande trauma coletivo foi explorado com o intuito de preparar o terreno para a terapia de choque econômico.

Os episódios traumáticos que serviram a esse propósito de aplainar o terreno nem sempre foram abertamente violentos. Na América Latina e na África, nos anos 1980, foi a crise da dívida que forçou os países a "privatizar ou morrer", como disse um executivo do FMI.(22) Tornando-se quase inviáveis por causa da hiperinflação, e muito endividados para recusar as exigências que vinham atreladas aos empréstimos exteriores, os governos aceitaram o "tratamento de choque" oferecido junto com a promessa de que aquilo iria salvá-los de um desastre ainda maior. Na Ásia, foi a crise financeira de 1997-1998 — quase tão devastadora quanto a Grande Depressão — que tornou os assim chamados Tigres Asiáticos bastante humildes, abrindo os seus mercados para aquilo que o *New York Times* descreveu como "a maior liquidação de negócios falidos do mundo".(23) Muitos desses países eram democracias, embora as transformações radicais do livre mercado não tivessem sido implementadas democraticamente. Muito pelo contrário: como Friedman compreendeu, a atmosfera de uma crise de grande porte oferece o pretexto necessário para invalidar os desejos expressos pelos eleitores e entregar o país nas mãos dos "tecnocratas".

Houve casos, é claro, em que a adoção dessas políticas de livre mercado foi realizada democraticamente — os políticos concorreram com plataformas rígidas e ganharam as eleições, sendo os Estados Unidos de Ronald Reagan o melhor exemplo. A eleição de Nicolas Sarkozy na França é um caso mais atual. Nessas situações, todavia, os defensores do livre mercado se defrontaram com a pressão pública e foram forçados, invariavelmente, a atenuar e alterar seus planos radicais, aceitando fazer pequenas mudanças em vez de uma total modificação.

A questão é: se por um lado o modelo econômico de Friedman é passível de ser parcialmente implementado numa democracia, por outro, certas condições autoritárias se tornam essenciais para a implantação de sua visão genuína. Para aplicar a terapia de choque econômico sem restrições — como foi feito no Chile nos anos 1970, na China durante a década de 1980, na Rússia dos anos 1990 e nos Estados Unidos após o 11 de Setembro de 2001 —, algum tipo de trauma coletivo maior sempre foi necessário, ou para suspender as práticas democráticas temporariamente ou para suprimi-las completamente. Essa cruzada ideológica nasceu nos regimes autoritários da América do Sul, e nos seus novos territórios conquistados — Rússia e China — coexiste mais confortavelmente, e mais lucrativamente, com uma liderança de mão de ferro até hoje.

A terapia de choque volta para casa

Desde a década de 1970, o movimento da Escola de Chicago liderado por Friedman tem conquistado espaço em todo o mundo, mas até recentemente sua visão não tinha sido inteiramente aplicada em seu país de origem. Sem dúvida, Reagan fez progressos, mas os Estados Unidos mantiveram um Estado de bem-estar, seguridade social e escolas públicas, aos quais os pais se agarravam, nas palavras de Friedman, em "uma ligação irracional a um sistema socialista".(24)

Em 1995, quando os republicanos obtiveram o controle do Congresso, David Frum, um canadense intruso que seria o futuro redator dos discursos de George W. Bush, estava entre os assim chamados neoconservadores que clamavam por uma revolução nos Estados Unidos, no estilo da terapia de choque econômico. "É assim que eu acho que devemos fazê-la. Em vez de cortar aos poucos — um pouquinho aqui, um pouquinho ali —, sugiro que num único dia deste verão nós eliminemos trezentos programas, cada um ao custo de um bilhão de dólares ou menos. Talvez esses cortes não façam uma grande diferença, mas, rapaz, eles têm a sua importância. E você pode fazê-los de imediato."(25)

Frum não conseguiu implementar a sua terapia de choque naquela época, em grande parte porque não havia uma crise doméstica para preparar o terreno. Mas em 2001 tudo mudou. Quando os ataques do 11 de Setembro ocorreram, a Casa Branca estava tomada pelos discípulos de Friedman, incluindo o seu amigo íntimo Donald Rumsfeld. A equipe de Bush se aproveitou da vertigem coletiva com uma rapidez assustadora — não porque, como alguns disseram, a administração tivesse maquinado ardilosamente a crise, mas porque os personagens centrais do poder eram veteranos de experimentos anteriores do capitalismo de desastre na América Latina e na Europa do Leste. Eles faziam

parte de um movimento que reza pela crise da mesma forma que os fazendeiros castigados pela seca rezam por chuva, e os cristãos-sionistas que acreditam no fim dos tempos rezam pelo Êxtase. Quando o desastre tão longamente esperado acontece, eles percebem imediatamente que sua hora é chegada afinal.

Durante três décadas, Friedman e seus seguidores exploraram, metodicamente, os momentos de choque em outros países — os equivalentes estrangeiros do 11 de Setembro, começando com o golpe de Pinochet em 11 de setembro de 1973. O que aconteceu no dia 11 de setembro de 2001 foi que uma ideologia produzida nas universidades norte-americanas, e fortalecida pelas instituições de Washington, teve finalmente a sua chance de voltar para casa.

A administração Bush se apropriou imediatamente do medo gerado pelos ataques não apenas para deslanchar a “Guerra ao Terror”, mas para garantir que ela fosse uma empreitada voltada quase completamente para o lucro, uma estrepitosa e nova indústria que soprasse ventos frescos sobre a vacilante economia dos Estados Unidos. Mais bem definido como sendo um “complexo do capitalismo de desastre”, esse modelo possui tentáculos com muito maior alcance do que o complexo industrial-militar sobre o qual Dwight Eisenhower advertiu ao final de seu mandato presidencial. Trata-se de uma guerra global travada em todos os campos pelas empresas privadas, cuja participação é paga com dinheiro público, e que se legitima indefinidamente pela necessidade de proteger o território dos Estados Unidos mediante a eliminação de todo o “mal” existente no mundo exterior. Num período de poucos anos, esse complexo já expandiu o seu alcance de mercado — desde a luta contra o terrorismo até a garantia da paz internacional, passando pelas administrações municipais e pela solução dos problemas causados por desastres naturais cada vez mais frequentes. O objetivo central das corporações que operam no centro desse complexo é trazer para o funcionamento rotineiro e regular dos Estados esse modelo de administração voltado para o lucro, que progride tão rapidamente em circunstâncias excepcionais. Com efeito, trata-se de privatizar os governos.

Para inaugurar o complexo do capitalismo de desastre, a administração Bush superampliou, sem nenhum debate público, muitas das mais sensíveis e cruciais funções de governo — como a provisão de seguro-saúde para os soldados, o interrogatório de prisioneiros, a coleta e o armazenamento de dados sobre todos nós. O papel governamental nessa guerra sem fim não é o de um administrador que lida com uma rede de fornecedores, mas o de um capitalista aventureiro cujo bolso não tem fundo, que tanto oferece dinheiro para a criação do complexo quanto se transforma no maior cliente dos seus novos serviços. Para citar apenas três cifras que demonstram o escopo dessa transformação, em 2003, o governo dos Estados Unidos bancou 3.512 contratos com empresas seguradoras; 22

meses depois, mais exatamente em agosto de 2006, o Departamento de Segurança Nacional tinha listado mais de 115 mil contratos do mesmo tipo.[26] A "indústria da segurança nacional" global — economicamente insignificante antes de 2001 — é agora um setor de duzentos bilhões de dólares.[27] Em 2006, o governo norte-americano gastou com a segurança nacional uma média de 545 dólares por família.[28]

E este é apenas o *front* doméstico da Guerra ao Terror; o dinheiro pesado está sendo gasto nas guerras externas. Além dos fornecedores de armas, que tiveram seus lucros inflados graças à guerra do Iraque, a manutenção das forças armadas dos Estados Unidos é agora uma das atividades econômicas em maior crescimento no mundo.[29] "Jamais dois países possuidores de lojas McDonald's fizeram a guerra um contra o outro", declarou de maneira audaciosa, em dezembro de 1996, o colunista do *New York Times* Thomas Friedman.[30] Dois anos depois, não só fica provado que ele estava errado, como, graças ao modelo de guerra com fins lucrativos, o Exército dos Estados Unidos vai guerrear levando a reboque Burger King e Pizza Hut, contratando-os para abrirem franquias nas bases militares do Iraque e na "minicidade" da Baía de Guantânamo.

Em seguida, vêm a ajuda humanitária e a reconstrução. Testadas pela primeira vez no Iraque, a ajuda e a reconstrução com fins lucrativos já se transformaram num novo paradigma global, indiferentes ao fato de a destruição original ter ocorrido por meio ou de uma guerra precedente, como o ataque de Israel ao Líbano em 2006, ou de um furacão. Com o aumento considerável da onda de novos desastres, em parte por causa da escassez de recursos e das mudanças climáticas, o enfrentamento das situações de emergência é um mercado ascendente bastante aquecido para ser deixado nas mãos de organizações sem fins lucrativos — por que o UNICEF deveria reconstruir escolas, quando a Bechtel, uma das firmas de engenharia mais poderosas dos Estados Unidos, pode fazê-lo? Por que colocar os desabrigados do Mississippi em apartamentos vazios subsidiados, quando eles podem habitar os navios de cruzeiro da Carnival? Para que enviar as forças de paz da ONU para Darfur, quando as companhias de segurança privadas, como a Blackwater, estão procurando novos clientes? E é essa a diferença posterior ao 11 de Setembro: antes, guerras e desastres ofereciam oportunidades a um pequeno setor da economia — os construtores de aviões de combate, por exemplo, ou as empreiteiras que reconstruíam pontes bombardeadas. O papel primordial das guerras, portanto, era o de abrir os mercados que estavam fechados e o de gerar novos surtos de crescimento no pós-guerra. Agora, as guerras e o enfrentamento dos desastres estão de tal maneira privatizados que se tornaram, eles próprios, os

novos mercados; não há mais necessidade de esperar o fim da guerra para obter crescimento — o meio é a mensagem.

Uma vantagem marcante dessa abordagem pós-moderna é que, em termos de mercado, ela é infalível. Foi assim que um analista de mercado se referiu aos ganhos da Halliburton com a distribuição de energia numa região especialmente proveitosa: “O Iraque foi melhor do que o esperado.”(31) Sua declaração data de outubro de 2006, o mês mais violento da guerra segundo os registros, com a morte de 3.709 civis iraquianos.(32) Ainda assim, poucos investidores deixariam de se impressionar com uma guerra que havia proporcionado um lucro de vinte bilhões de dólares apenas para uma única empresa.(33)

Em meio ao comércio de armas, aos soldados privados[3], à reconstrução com fins lucrativos e à indústria da segurança nacional, o que resultou da terapia de choque especial do pós-11 de Setembro da administração Bush foi uma nova economia completamente articulada. Construída na era Bush, ela agora existe independentemente de qualquer governo e vai continuar entrincheirada até que a ideologia hegemônica das corporações que lhe dá suporte seja identificada, isolada e questionada. Esse complexo é dominado pelas empresas norte-americanas, mas é global. As companhias britânicas trouxeram sua experiência com câmeras de vigilância onipresentes, as firmas israelenses adicionaram sua especialização na construção de cercas e muros de alta tecnologia, a indústria madeireira canadense ampliou as vendas de casas pré-fabricadas que são muito mais caras do que outras construídas localmente, e assim por diante. “Não creio que antes alguém tenha visto a reconstrução como um verdadeiro mercado imobiliário”, disse Ken Baker, CEO de uma empresa canadense de reflorestamento. “É uma estratégia para diversificação a longo prazo.”(34)

Em termos de escala, o complexo do capitalismo de desastre está no mesmo nível dos surtos de crescimento dos “mercados emergentes” e da tecnologia de informação dos anos 1990. Na realidade, alguns participantes chegam a dizer que os contratos são ainda melhores do que os da era pontocom e que a bolha do “mercado de segurança” sustentou a queda quando as bolhas precedentes estouraram. Combinada com o aumento dos lucros das empresas de seguro (que alcançaram o recorde de sessenta bilhões de dólares em 2006, apenas nos Estados Unidos) e com o crescimento espetacular da lucratividade das companhias petrolíferas (que se beneficiam a cada nova crise), a economia do desastre pode ter salvado o mercado mundial da recessão prolongada que estava sendo enfrentada na véspera do 11 de Setembro.(35)

No esforço de contar a história da cruzada ideológica que culminou na privatização radical da guerra e do desastre, um problema se torna recorrente: essa ideologia é camaleônica, sempre mudando de nome e de identidade. Friedman se autodenominava um "liberal", mas seus seguidores, que associavam os liberais a altos impostos e aos hippies, tendiam a se identificar como "conservadores", "economistas clássicos", "defensores do livre mercado" e, por último, como adeptos da economia "reaganiana" ou de "*laissez-faire*". Na maior parte do mundo, a ortodoxia deles é conhecida como "neoliberalismo", mas também pode ser chamada de "livre-comércio" ou simplesmente "globalização". Somente a partir de meados da década de 1990, o movimento intelectual protagonizado pelas instituições do pensamento direitista com as quais Friedman tinha longa associação — Fundação Heritage, Instituto Cato e American Enterprise Institute — começou a se proclamar "neoconservador". Sua visão de mundo punha o poder da máquina militar dos Estados Unidos a serviço dos interesses das corporações.

Todas essas encarnações compartilham o compromisso com a trindade política — eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e gasto social mínimo —, embora nenhum dos diversos nomes dessa ideologia pareça adequado o bastante. Friedman moldou o seu movimento como uma tentativa de libertar o mercado das interferências do Estado, mas o que acontece na prática, quando sua visão purista é implementada, é algo muito diferente. Em todos os países que adotaram as políticas da Escola de Chicago nas últimas três décadas, o que surgiu foi uma aliança determinante e poderosa entre algumas poucas corporações de grande porte e uma camada de políticos muito ricos — com linhas turvas e cambiantes entre os dois grupos. Na Rússia, os parceiros privados bilionários da aliança são chamados de "oligarcas"; na China, são os "principezinhos"; no Chile, as "piranhas"; nos Estados Unidos, os "pioneiros" da campanha Bush-Cheney. Longe de libertar os mercados da tutela do Estado, essas elites corporativas e políticas simplesmente se juntaram para trocar favores a fim de assegurar o direito de abocanhar valiosos recursos que estavam anteriormente sob domínio público — os campos de petróleo da Rússia, as terras coletivas da China e os contratos para a reconstrução do Iraque, feitos sem licitação.

O nome mais apropriado para um sistema que elimina as fronteiras entre o Grande Governo e o Grande Negócio não é exatamente liberal, conservador ou capitalista, mas sim corporativo. Suas principais características são enormes transferências de riqueza pública para mãos privadas, frequentemente acompanhadas de uma explosão do endividamento, uma polarização cada vez maior entre os muito ricos e os pobres descartáveis, e um nacionalismo agressivo

que justifica gastos exorbitantes com a segurança. Para aqueles que vivem dentro da bolha da extrema riqueza criada por esse tipo de arranjo, não existe melhor modo de organizar uma sociedade. No entanto, em função das desvantagens impostas à grande maioria da população que fica fora dessa bolha, outros aspectos do Estado corporativo são vigilância agressiva (de novo, com troca de favores e contratos entre governo e grandes corporações), prisões maciças, redução drástica dos direitos civis e, com frequência, porém nem sempre, tortura.

A tortura como metáfora

No Chile, na China e no Iraque, a tortura tem sido uma parceira silenciosa dessa cruzada global pelo livre mercado. A tortura, contudo, não é apenas uma ferramenta empregada para forçar a aceitação de políticas não desejadas por populações rebeladas; é também uma metáfora da lógica que permeia a doutrina do choque.

A tortura, ou "interrogatório coercitivo" no linguajar da CIA, é um conjunto de técnicas destinadas a colocar os prisioneiros em estado de profunda desorientação e choque, de modo a obrigá-los a fazer concessões contra a própria vontade. A lógica que norteia os procedimentos foi elaborada em dois manuais da CIA que se tornaram públicos na década de 1990. Neles, está explicado que o melhor modo de quebrar as "resistências" é promover rupturas violentas entre o prisioneiro e a sua habilidade para compreender o mundo à sua volta.[36] Em primeiro lugar, privando-o de qualquer tipo de contato (utilizando capuz, tapa-ouvidos, algemas, total isolamento), e depois bombardeando seu corpo com estímulos exagerados (luz estroboscópica, música estridente, pancadas, eletrochoque).

O objetivo desse estágio "suave" é provocar uma espécie de furacão dentro da mente: prisioneiros ficam tão regredidos e assustados que perdem a capacidade de pensar racionalmente e proteger os próprios interesses. É nesse estado de choque que a maioria dá aos interrogadores aquilo que estão querendo — informação, confissão, renúncia a crenças anteriores. Um dos manuais da CIA oferece uma explicação particularmente sucinta: "Há um intervalo — que pode ser significativamente pequeno — de ausência de ânimo, um tipo de situação psicológica de choque ou paralisia. Ele é causado por uma experiência traumática ou subtraumática que aniquila o mundo familiar ao sujeito, assim como a imagem que ele tinha de si mesmo dentro daquele mundo. Interrogadores experientes reconhecem esse estado tão logo ele se manifesta e

sabem que nessa hora a fonte está mais sugestionável, mais predisposta a ceder do que estava antes de passar pelo choque."[37]

A doutrina do choque imita esse processo de forma meticulosa, procurando atingir numa escala maciça o que a tortura faz individualmente nas celas de interrogatório. O exemplo mais cristalino foi o choque do 11 de Setembro, que aniquilou o "mundo familiar" de milhões de pessoas e inaugurou um período de profunda desorientação e regressão, que a administração Bush explorou com maestria. De repente, nós nos vimos vivendo numa espécie de Ano Zero, e tudo aquilo que conhecíamos do mundo anterior só podia ser lembrado como algo "anterior ao 11 de Setembro". Os norte-americanos se tornaram um espaço vazio — "uma folha de papel em branco" na qual "as mais novas e belas palavras podem ser escritas", como Mao falou de seu povo.[38] Um novo exército de especialistas se materializou instantaneamente para escrever novas e belas palavras na tela receptiva de nossa consciência pós-trauma: "choque de civilizações", eles disseram. "Eixo do mal", "fascismo islâmico", "segurança nacional". Com uma população absorvida pela nova cultura mortífera das guerras, a administração Bush conseguiu implementar as medidas que sempre desejara antes do 11 de Setembro: guerras privatizadas no exterior e um complexo corporativo de segurança no país.

É assim que a doutrina do choque funciona: o desastre original — golpe, ataque terrorista, liquidez do mercado, guerra, tsunami, furacão — põe toda a população em estado de choque coletivo. Os bombardeios, as explosões do terror, os ventos destruidores são tão úteis para amansar sociedades inteiras quanto a música estridente e as pancadas servem para enfraquecer os prisioneiros nas salas de tortura. Como o preso aterrorizado que entrega os nomes de seus companheiros e renuncia à própria fé, as sociedades em estado de choque frequentemente desistem de coisas que em outras situações teriam defendido com toda a força. Esperava-se que Jamar Perry e os outros flagelados do abrigo de Baton Rouge abandonassem os seus projetos de casa própria e escolas públicas. Esperava-se que, depois do tsunami, os pescadores do Sri Lanka entregassem o seu litoral valioso para os hoteleiros. Esperava-se também, se tudo corresse conforme o previsto, que os iraquianos estivessem tão chocados e aterrorizados que abririam mão do controle de suas reservas de petróleo, de suas empresas estatais e da sua soberania, em benefício das forças armadas dos Estados Unidos e das zonas verdes.

A Grande Mentira

Na torrente de palavras escritas em louvor a Milton Friedman, o papel dos choques e das crises no aprimoramento de sua visão de mundo recebeu pouquíssima atenção. Ao contrário, por ocasião de seu falecimento, foi recontada a história oficial de como a sua vertente de capitalismo radical se tornou uma ortodoxia governamental em quase todos os cantos do globo. É uma versão fantasiosa, depurada de toda a violência e coerção tão intimamente relacionadas à sua cruzada, e representa o golpe de propaganda mais bem-sucedido das últimas três décadas. A história é mais ou menos assim.

Friedman dedicou a vida a uma batalha pacífica de ideias contra aqueles que acreditavam que os governos tinham responsabilidade de intervir no mercado a fim de aparar suas arestas. Ele dizia que a história "tinha tomado um atalho equivocado" quando os políticos decidiram escutar John Maynard Keynes, o arquiteto intelectual do New Deal e do moderno Estado de bem-estar.(39) A crise da Bolsa em 1929 havia criado um significativo consenso de que o *laissez-faire* falhara e o governo precisava intervir na economia de modo a redistribuir a riqueza e regular as corporações. Durante aqueles anos negros para o *laissez-faire,* quando o comunismo conquistou o Leste, o Estado de bem-estar foi encampado pelo Ocidente e o nacionalismo econômico se enraizou no Sul pós-colonial, Friedman e seu mentor, Friedrich Hayek, pacientemente mantiveram acesa a chama de uma versão pura do capitalismo, desembaraçada das tentativas keynesianas de partilhar a riqueza coletiva para construir sociedades mais justas.

"Em minha opinião, o maior erro", Friedman escreveu numa carta para Pinochet em 1975, "foi acreditar que é possível fazer o bem com o dinheiro dos outros".(40) Poucos escutaram; a maioria das pessoas continuava insistindo que seus governos podiam e deviam fazer o bem. Friedman foi descrito com desprezo pela revista *Time*, em 1969, como "um duende ou uma praga" e era reverenciado como profeta por muito poucos.(41)

Finalmente, depois de passar décadas no limbo intelectual, chegaram os anos 1980 e as administrações de Margaret Thatcher (que chamou Friedman de "batalhador intelectual pela liberdade") e Ronald Reagan (que foi visto, durante sua campanha presidencial, carregando um exemplar de *Capitalismo e liberdade,* o manifesto de Friedman).(42) Afinal, havia líderes políticos que tinham coragem de implantar mercados livres e desregulados no mundo real. De acordo com essa história oficial, depois que Reagan e Thatcher liberaram democrática e pacificamente seus respectivos mercados, a liberdade e a

prosperidade dali surgidas se tornaram tão desejáveis que, quando as ditaduras começaram a cair, de Manila a Berlim, as massas demandaram, junto com seus Big Macs, a economia reaganiana.

Com o colapso definitivo da União Soviética, o povo do "império do mal" também se mostrou sequioso de participar da revolução idealizada por Friedman, do mesmo modo que assim fizeram os comunistas-que-viraram-capitalistas na China. Isso demonstrava que não havia obstáculo possível ao avanço de um verdadeiro livre mercado global, no qual as corporações, desimpedidas, expandiriam sua ação por todas as fronteiras, levando a prosperidade para o mundo todo. Fora criado então um duplo consenso a respeito da organização das sociedades: os líderes políticos deveriam ser eleitos e as economias deveriam ser administradas segundo as regras de Friedman. Como alegou Francis Fukuyama, era o "fim da história" — "o ponto final de uma evolução ideológica da humanidade".(43) Quando Friedman morreu, a revista *Fortune* escreveu que "ele trazia a maré da história consigo"; foi aprovada, no Congresso dos Estados Unidos, uma resolução louvando-o como "um dos mais importantes campeões da liberdade no mundo, não apenas no campo econômico, mas em todos os sentidos"; o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, decretou oficialmente o dia 29 de janeiro de 2007 como o Dia de Milton Friedman, e muitas outras regiões e cidades fizeram o mesmo. Uma manchete no *Wall Street Journal* resumiu essa narrativa bem-arrumada: "O Homem Liberdade".(44)

Este livro é uma contestação da suposição mais fundamental e acalentada da história oficial — a de que o triunfo do capitalismo desregulado nasceu da liberdade, de que mercados não regulados caminham passo a passo com a democracia. Pelo contrário, vou mostrar aqui que essa espécie fundamentalista de capitalismo foi parida pelas formas mais brutais de coerção infringidas tanto sobre o corpo político coletivo quanto sobre os incontáveis corpos individuais. A história do livre mercado contemporâneo — mais bem compreendida como a ascensão das corporações — foi escrita com choques.

As apostas são altas. A aliança corporativa está perto de conquistar suas últimas fronteiras: as economias petrolíferas fechadas do mundo árabe, e setores das economias do Ocidente que foram longamente protegidos da lógica do lucro — inclusive a defesa civil e os exércitos crescentes. Na medida em que não há sequer necessidade de manter as aparências e buscar o consentimento público, tanto no país quanto no exterior, para privatizar essas funções essenciais, o aumento dos níveis de violência, assim como desastres cada vez maiores, tornou-se imperativo para o alcance desse objetivo. O papel decisivo

desempenhado por choques e crises foi efetivamente eliminado dos registros oficiais acerca da ascensão do livre mercado. Assim, as medidas extremas exibidas no Iraque e em Nova Orleans são frequentemente confundidas com a incompetência ou com o conluio existentes na Casa Branca de Bush. Na verdade, as proezas de Bush representam apenas o ápice monstruosamente violento e criativo de uma campanha de mais de cinquenta anos pela total liberdade das corporações.

Qualquer tentativa de preservar as ideologias dos crimes cometidos por seus seguidores deve ser considerada com bastante cuidado. É fácil demais admitir que aqueles dos quais discordamos são não apenas errados, mas também tirânicos, fascistas, genocidas. Porém, é ainda verdade que certas ideologias representam um perigo para a sociedade e devem ser identificadas como tal. Entre essas estão as doutrinas fundamentalistas e fechadas que não têm capacidade para coexistir com outras crenças; seus seguidores deploram a diversidade e exigem caminho livre para implementar seu sistema perfeito. O mundo como ele realmente é deve ser apagado para dar lugar à sua invenção purista. Enraizada em fantasias bíblicas de grandes enchentes e terríveis incêndios, essa lógica leva inelutavelmente à violência. As ideologias mais perigosas são aquelas que anseiam por esse impossível espaço vazio, que só pode ser alcançado por meio de algum tipo de cataclismo.

Normalmente, os sistemas de ideias que exigem a eliminação por inteiro de culturas e povos, com o intuito de instaurar uma visão purificada do mundo, são aqueles baseados em religiosidade extrema e teorias raciais. Mas, desde o colapso da União Soviética, tem ocorrido um acerto de contas coletivo com os grandes crimes cometidos em nome do comunismo. Os arquivos do sistema de informação soviético foram abertos aos pesquisadores, que contaram os mortos — por fomes forçadas, campos de concentração ou assassinato. Esse processo despertou em todo o mundo um debate acalorado entre aqueles que atribuíam essas atrocidades à ideologia invocada e outros que as consideravam uma distorção produzida por lideranças como Stalin, Ceausescu, Mao e Pol Pot.

"Foi o comunismo que impôs a ferro e fogo uma violenta repressão, que culminou com o reino do terror patrocinado pelo Estado", conforme escreveu Stéphane Courtois, coautor do polêmico *O livro negro do comunismo*. "A ideologia pode ser responsabilizada em si mesma?"[45] É claro que não. Nem todas as formas de comunismo são inerentemente genocidas, como alguns declararam com entusiasmo; mas foi, sem dúvida, uma interpretação doutrinária, autoritária e arrogante da teoria comunista que levou aos expurgos de Stalin e aos campos de reeducação de Mao. O comunismo autoritário ficou marcado para sempre nas experiências do mundo real.

Mas o que dizer da cruzada contemporânea para libertar os mercados mundiais? Os golpes, guerras e chacinas perpetrados para instalar e manter regimes favoráveis aos interesses das corporações nunca foram tratados como crimes capitalistas. Ao contrário, têm sido retratados como zelos excessivos de certos ditadores, nas frentes de batalha da Guerra Fria e da Guerra ao Terror atual. Quando os oponentes mais aguerridos do modelo econômico das corporações são sistematicamente eliminados, como na Argentina da década de 1970 ou no Iraque de hoje, essa eliminação é explicada como parte da guerra suja contra o comunismo ou o terrorismo — jamais como uma batalha *pelo* avanço do capitalismo puro.

Eu não estou argumentando que todas as formas de sistemas de mercado são inerentemente violentas. É possível a existência de uma economia de mercado que não exija tamanha brutalidade nem imponha esse tipo de purismo ideológico. Um mercado livre para produtos de consumo pode coexistir com um sistema público de saúde, com escolas públicas, e com um amplo segmento da economia controlado pelo Estado — como uma empresa petrolífera nacionalizada, por exemplo. É ainda factível exigir das corporações que paguem salários decentes e respeitem os direitos dos trabalhadores de formar sindicatos, e dos governos que cobrem seus impostos e redistribuam a riqueza a fim de reduzir as desigualdades que caracterizam o Estado corporativo. Os mercados não precisam ser fundamentalistas.

Keynes propôs exatamente esse tipo de economia mista e regulada após a Grande Depressão, uma revolução nas políticas públicas que criou o New Deal e gerou transformações similares em todo o mundo. Foi exatamente contra esse sistema de conciliação, controle e equilíbrio que a contrarrevolução de Friedman foi deslanchada, buscando desmantelá-lo em todos os países. Desse ponto de vista, a versão do capitalismo idealizada pela Escola de Chicago possui algo em comum com outras ideologias perigosas: o desejo declarado por uma pureza inatingível, por um espaço vazio onde construir uma sociedade-modelo constantemente reelaborada.

O anseio pelos poderes divinos de criação total é a razão pela qual os ideólogos do livre mercado são tão apegados a crises e desastres. Uma realidade não apocalíptica simplesmente não abarca suas ambições. O que animou a contrarrevolução de Friedman, por 35 anos, foi sua atração por uma espécie de liberdade e de oportunidade que só se apresenta em situações de mudanças calamitosas — quando as pessoas, com seus hábitos arraigados e demandas insistentes, são tiradas do caminho —, momentos em que a democracia parece praticamente impossível.

Aqueles que acreditam na doutrina do choque estão convencidos de que somente uma grande ruptura — uma inundação, uma guerra, um ataque terrorista — pode criar o tipo de tela branca, grande e limpa que eles tanto procuram. É nesses momentos maleáveis, quando estamos psicologicamente fragilizados e fisicamente esgotados, que esses artistas do real esfregam as mãos e iniciam seu trabalho de refazer o mundo.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

Citações e fatos que foram extraídos de entrevistas feitas pela autora não estão mencionados nas notas, de modo geral.

A menos que estejam devidamente assinaladas em contrário, todas as traduções do espanhol para o inglês foram feitas por Shana Yael Shubs.

Todas as quantias em dólares referidas no livro são relativas à moeda dos Estados Unidos.

Em alguns casos, quando existem diversas fontes para os vários fatos relatados num mesmo parágrafo, um único número de nota aparece no final do parágrafo, em vez de um número para cada fato individual. Nas notas aqui relacionadas, as fontes são listadas de acordo com a ordem dos fatos apresentados no parágrafo.

Se há uma fonte para a nota de rodapé, ela é citada imediatamente na nota de fim de capítulo que segue o asterisco. Essas fontes estão destacadas com a expressão NOTA DE RODAPÉ.

Os endereços dos novos artigos disponíveis na internet não foram incluídos por causa do caráter transitório da própria arquitetura da rede mundial de computadores. Nos casos em que determinado artigo esteja disponível apenas em rede, a página em que ele aparece é indicada, mas não o seu título específico, mais uma vez porque essas indicações mudam com muita frequência.

Muitos documentos originais citados no texto, assim como os endereços da internet e as extensas bibliografia e filmografia podem ser encontrados em www.naomiklein.org.

---

(1) Bud Edney, “Appendix A: Thoughts on Rapid Dominance”, em Harlan K. Ullman e James P. Wade, *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance* (Washington, DC: NDU Press Book, 1996), 110.

(2) John Harwood, “Washington Wire: A Special Weekly Report from The Wall Street Journal’s Capital Bureau”, *Wall Street Journal*, 9 de setembro de 2005.

(3) Gary Rivlin, “A Mogul Who Would Rebuild New Orleans”, *New York Times*, 29 de setembro de 2005.

(4) “The Promise of Vouchers”, *Wall Street Journal*, 5 de dezembro de 2005.

(5) *Ibid.*

(6) Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (Chicago: University of Chicago Press, 1962), 2. [No Brasil, *Capitalismo e liberdade.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.]

(7) Entrevista com Joe DeRose, do Sindicato dos Professores de Nova Orleans, 18 de setembro de 2006; Michael Kunzelman, “Post-Katrina, Educators, Students Embrace Charter Schools”, Associated Press, 17 de abril de 2007.

(8) Steve Ritea, “N.O. Teachers Union Loses Its Force in Storm’s Wake”, *Times-Picayune* (Nova Orleans), 6 de março de 2006.

(9) Susan Saulny, “U.S. Gives Charter Schools a Big Push in New Orleans”, *New York Times*, 13 de junho de 2006; Véronique de Rugy e Kathryn G. Newmark, “Hope after Katrina?”, *Education Next*, 1º de outubro de 2006, www.aei.org.

(10) “Educational Land Grab”, *Rethinking Schools*, outono de 2006.

(11) Milton Friedman, *Inflation: Causes and Consequences* (Nova York: Asia Publishing House, 1963), 1. [No Brasil, *Inflação: suas causas e consequências.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.]

(12) Friedman, *Capitalism and Freedom*, ix.

(13) Milton Friedman e Rose Friedman, *Tyranny of the Status Quo* (San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1984), 3. [No Brasil, *Tirania do status quo.* Rio de Janeiro: Record, 1984.]

(14) Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 592.

(15) Eduardo Galeano, *Days and Nights of Love and War*, tradução de Judith Brister (Nova York: Monthly Review Press, 1983), 130. [No Brasil, *Dias e noites de amor e de guerra.* Porto Alegre: L&PM, 2005.]

(16) Ullman e Wade, *Shock and Awe*, xxviii.

(17) Thomas Crampton, “Iraq Official Warns on Fast Economic Shift”, *International Herald Tribune* (Paris), 14 de outubro de 2003.

(18) Alison Rice, *Post-Tsunami Tourism and Reconstruction: a Second Disaster?* (Londres: Tourism Concern, outubro de 2005), www.tourismconcern.org.uk.

(19) Nicholas Powers, “The Ground below Zero”, *Indypendent*, 31 de agosto de 2006, www.indypendent.org.

(20) Neil King Jr. e Yochi J. Dreazen, “Amid Chaos in Iraq, Tiny Security Firm Found Opportunity”, *Wall Street Journal*, 13 de agosto de 2004.

(21) Eric Eckholm, “U.S. Contractor Found Guilty of $3 Million Fraud in Iraq”, *New York Times*, 10 de março de 2006.

(22) Davison L. Budhoo, *Enough is Enough: Dear Mr. Camdessus... Open Letter of Resignation to the Managing Director of the International Monetary Fund* (Nova York: New Horizons Press, 1990), 102.

(23) Michael Lewis, “The World’s Biggest Going-Out-of-Business Sale”, *The New York Times Magazine*, 31 de maio de 1998.

(24) Bob Sipchen, “Are Public Schools Worth the Effort?”, *Los Angeles Times*, 3 de julho de 2006.

(25) Paul Tough, David Frum, William Kristol *et al.*, “A Revolution or Business as Usual?: A Harper’s Forum”, *Harper’s*, março de 1995.

(26) Rachel Monahan e Elena Herrero Beaumont, “Big Time Security”, *Forbes*, 3 de agosto de 2006; Gary Stoller, “Homeland Security Generates Multibillion Dollar Business”, *USA Today*, 10 de setembro de 2006.

(27) Evan Ratliff, “Fear, Inc.”, *Wired*, dezembro de 2005.

(28) Véronique de Rugy, American Enterprise Institute, “Facts and Figures about Homeland Security Spending”, 14 de dezembro de 2006, www.aei.org.

(29) Bryan Bender, “Economists Say Cost of War Could Top $2 Trillion”, *Boston Globe*, 8 de janeiro de 2006.

(30) Thomas L. Friedman, “Big Mac I”, *New York Times*, 8 de dezembro de 1996.

(31) Steve Quinn, “Halliburton’s 3Q Earnings Hit $611M”, Associated Press, 22 de outubro de 2006.

(32) Steven R. Hurst, “October Deadliest Month Ever in Iraq”, Associated Press, 22 de novembro de 2006.

(33) James Glanz e Floyd Norris, “Report Says Iraq Contractor Is Hiding Data from U.S.”, *New York Times*, 28 de outubro de 2006.

(34) Wency Leung, “Success Through Disaster: B.C.-Made Wood Houses Hold Great Potential for Disaster Relief”, *Vancouver Sun*, 15 de maio de 2006.

(35) Joseph B. Treaster, “Earnings from Insurers Are Soaring”, *New York Times*, 14 de outubro de 2006.

(36) Agência Central de Inteligência (CIA), *Kubark Counterintelligence Interrogation*, julho de 1963, 1, 101. Manual tornado público na íntegra, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(37) *Ibid.*, 66.

(38) Mao Tsé-tung, “Introducing a Cooperative”, *Peking Review* 1, nº 15 (10 de junho de 1958): 6.

(39) Friedman e Friedman, *Two Lucky People*, 594.

(40) *Ibid.*

(41) “The Rising Risk of Recession”, *Time*, 19 de dezembro de 1969.

(42) George Jones, “Thatcher Praises Friedman, Her Freedom Fighter”, *Daily Telegraph* (Londres), 17 de novembro de 2006; Friedman e Friedman, *Two Lucky People*, 388-389.

(43) Francis Fukuyama, “The End of History?”, *The National Interest*, verão de 1989.

(44) Justin Fox, “The Curious Capitalist”, *Fortune*, 16 de novembro de 2006; Congresso Nacional, 109º Congresso, 2ª sessão, “H.Res. 1089: Honoring the Life of Milton Friedman”, 6 de dezembro de 2006; Jon Ortiz, “State to Honor Friedman”, *Sacramento Bee*, 24 de janeiro de 2007; Thomas Sowell, “Freedom Man”, *Wall Street Journal*, 18 de novembro de 2006.

(45) Stéphane Courtois *et al.*, *The Black Book of Communism: Crimes, Terror, Repression*, trad. Jonathan Murphy e Mark Kramer (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999), 2. [No Brasil, *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.]

PARTE 1

DOIS DOUTORES DO CHOQUE

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

> **Nós devemos deixá-los vazios, e depois nós devemos preenchê-los com nós mesmos.**
> — George Orwell, *1984*

> **A Revolução Industrial foi apenas o começo da mais extrema e radical revolução jamais imaginada pelas mentes dos sectários, mas os problemas poderiam ser resolvidos graças a uma quantidade ilimitada de bens materiais.**
> — Karl Polanyi, *A Grande Transformação*

CAPÍTULO 1

O LABORATÓRIO DE TORTURA

EWEN CAMERON, A CIA E A OBSESSÃO POR APAGAR E REFAZER A MENTE HUMANA

> **As suas mentes parecem páginas em branco sobre as quais podemos escrever.**
> — Dr. Cyril J.C. Kennedy e dr. David Anchel, sobre os benefícios da terapia de eletrochoque, 1948.(1)

> **Eu fui ao matadouro para observar a denominada “matança elétrica”, e vi que os porcos tinham as têmporas amarradas com grandes aros de metal que eram conectados a uma corrente elétrica (125 volts). Assim que os porcos eram amarrados com os aros, eles ficavam inconscientes, enrijecidos, e após alguns segundos eram sacudidos por convulsões, do mesmo jeito que os cachorros que usávamos em nossas experiências. Durante esse período de inconsciência (coma epiléptico), o açougueiro perfurava e sangrava os animais sem nenhuma dificuldade.**
> — Ugo Cerletti, psiquiatra, descrevendo como “inventou” a terapia de eletrochoque, 1954.(2)

“NÃO FALO MAIS COM JORNALISTAS”, diz a voz constrangida do outro lado do telefone. E então uma pequena brecha se abre: “O que você quer?”

Imagino que tenho apenas alguns segundos para propor minha ideia, e isso não será fácil. Como explicar o que eu quero de Gail Kastner, e a jornada que me trouxe até ela?

A verdade parece bizarra: “Estou escrevendo um livro sobre choque. Sobre como os países ficam chocados — por causa de guerras, ataques terroristas, golpes de Estado e desastres naturais. E depois como sofrem novos choques — com as corporações e os políticos, que exploram o medo e a desorientação do primeiro impacto para impor uma terapia de choque econômico. Em seguida,

como as pessoas que se atrevem a resistir ao choque político são colocadas em choque uma terceira vez, se necessário — pela polícia, pelos soldados e pelos interrogatórios na prisão. Gostaria de ouvi-la porque, segundo as minhas pesquisas, você está entre os sobreviventes mais afetados pelo choque, sendo uma das únicas remanescentes das experiências da CIA com eletrochoques e outras 'técnicas especiais de interrogatório'. Aliás, tenho razão para acreditar que o experimento que foi feito com você, na Universidade McGill, nos anos 1950, está sendo aplicado agora nos prisioneiros da Baía de Guantânamo e de Abu Ghraib."

Definitivamente, eu não podia dizer isso. Então falei: "Viajei recentemente para o Iraque e quero compreender o papel ali desempenhado pela tortura. Somos notificados de que estão buscando informação, mas acredito que é mais do que isso — talvez estejam tentando construir um país-modelo, apagando seu povo e refazendo-o a partir do zero."

Há uma longa pausa, e ouço então um outro tom de voz em resposta, ainda constrangido, porém... seria alívio? "Você acabou de descrever o que a CIA e Ewen Cameron fizeram comigo. Eles tentaram me apagar e fazer de novo. Mas não funcionou."

Em menos de 24 horas, estou batendo na porta do apartamento de Gail Kastner, num abrigo sinistro para idosos em Montreal. "Está aberto", diz uma voz quase inaudível. Gail me avisou que deixaria a porta destrancada porque ficar de pé era difícil para ela, em virtude das pequenas fraturas em sua coluna, cada vez mais dolorosas por causa da artrite. Sua dor nas costas é uma lembrança das 63 vezes em que cerca de 150 a 200 volts de eletricidade penetraram os lóbulos frontais de seu cérebro, fazendo seu corpo se convulsionar de modo violento sobre a mesa e causando fraturas, distensões, lábios cortados, dentes quebrados.

Gail me cumprimenta, sentada numa poltrona azul de veludo que possui vinte posições que ela altera continuamente, como um fotógrafo que tenta encontrar o foco. É nessa poltrona que ela passa seus dias e noites, buscando conforto, evitando o sono e o que chama de "meus sonhos elétricos". Eles acontecem quando ela "o" vê: dr. Ewen Cameron, o falecido psiquiatra que lhe administrou esses choques, além de outros tormentos, há muitos anos. "Na noite passada, recebi duas visitas do Monstro Eminente", anunciou assim que entrei no quarto. "Não quero deixá-la mal, mas foi por causa do seu telefonema inesperado, perguntando todas aquelas coisas."

Dou-me conta de que minha presença ali é muito provavelmente injusta. Esse sentimento se aprofunda quando olho em volta e percebo que não existe lugar para mim. Cada pedaço de superfície está coberto de livros e papéis,

precariamente empilhados, mas visivelmente organizados de alguma forma, os livros marcados com fitilhos amarelados. Gail me aponta a única superfície vazia do lugar, uma cadeira de madeira que eu já tinha identificado, mas parece se apavorar quando peço um pequeno espaço para apoiar o gravador. A mesa que fica ao lado de sua cadeira está fora de questão: serve de morada para umas vinte caixas de cigarros vazias, arrumadas como uma perfeita pirâmide. (Gail tinha me avisado ao telefone sobre seu hábito de fumar: “Desculpe, mas eu fumo. E como mal. Sou gorda e fumo. Espero que não se importe”) Parecia que Gail havia pintado de preto a parte interior das caixas, mas quando olhei bem de perto percebi que tinha escrito densamente, com letras minúsculas, nomes, números, milhares de palavras.

Passamos o dia todo conversando. Gail para com frequência para escrever alguma coisa num pedaço de papel ou numa caixa de cigarros — “uma nota para mim mesma”, explica ela, “senão jamais me lembrarei”. Para Gail, os maços de papel e de cigarros representam mais do que um sistema de organização não convencional. São a sua própria memória.

Durante toda a vida adulta de Gail, sua mente lhe faltou; fatos evaporam imediatamente, e as lembranças, quando estão lá (e muitas não estão), são como instantâneos espalhados pelo chão. Algumas vezes ela se lembra perfeitamente de um incidente — o que chama de um fragmento de memória —, mas, quando lhe pedem uma data, ela pula duas décadas ou mais. “Em 1968”, diz. “Não, 1983.” Por isso ela faz listas e conserva tudo, como prova de que sua vida realmente aconteceu. Primeiro, ela se desculpa pela confusão. E depois diz: “Ele me fez isso! Este apartamento é parte da tortura!”

Durante muitos anos, Gail viveu atordoada pela falta de memória, e também por outras idiossincrasias. Ela não compreendia, por exemplo, por que um pequeno choque causado pelo mecanismo de abertura da garagem provocava um ataque de pânico incontrolável. Ou por que suas mãos tremiam quando ligava o secador de cabelo. O mais difícil era entender por que conseguia se lembrar de quase todos os eventos de sua vida adulta, mas não recordava nada do que vivera com menos de vinte anos. Quando encontrava alguém que a conhecia desde a infância, costumava disfarçar e dizia: “Sei que conheço você, mas não consigo me lembrar de onde.”

Gail imaginava que tudo aquilo se devia à sua saúde mental abalada. Na casa dos vinte e dos trinta anos, teve de lutar contra a depressão e a dependência de remédios e sofreu colapsos tão sérios que acabou sendo hospitalizada em coma. Esses acontecimentos levaram sua família a rejeitá-la, deixando-a tão sozinha e desesperada que passou a viver dos restos encontrados nas latas de lixo das mercearias.

Havia indícios de que alguma coisa ainda mais traumática tinha acontecido anteriormente. Antes que sua família cortasse os vínculos, Gail e sua irmã gêmea costumavam discutir sobre o período em que ficou muito doente e precisou que Zella tomasse conta dela. “Você não imagina o que tive de passar”, Zella dizia. “Você urinava no chão da sala, chupava o dedo, falava feito bebê e exigia a mamadeira do meu neném. Era isso que eu tinha de enfrentar!” Gail não sabia o que fazer diante das recriminações da irmã. Urinar no chão? Exigir a mamadeira do sobrinho? Ela não se lembrava de ter feito essas coisas estranhas.

Aos quarenta e tantos anos, Gail começou a se relacionar com um homem chamado Jacob, que ela descreve como sua alma gêmea. Ele tinha sobrevivido ao Holocausto, e também estava preocupado com as questões da perda de memória dela. Para Jacob, morto há mais de uma década, os anos que Gail não conseguia lembrar deviam ter sido muito perturbadores. “Tem de haver uma razão”, ele costumava dizer sobre as lacunas da vida dela. “Tem de haver uma razão.”

Em 1992, Gail e Jacob passaram por uma banca de jornal que exibia uma manchete grande em tom sensacionalista: “Experiências de Lavagem Cerebral: Vítimas Serão Recompensadas”. Kastner começou a examinar o artigo e várias expressões se destacaram imediatamente: “fala de bebê”, “perda de memória”, “incontinência”. “Eu pedi ao Jacob que comprasse o jornal.” Sentados num café perto dali, o casal leu uma história inacreditável sobre como, nos anos 1950, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos havia financiado um médico de Montreal para fazer experiências bizarras com os seus pacientes psiquiátricos, mantendo-os acordados e isolados durante semanas, e depois administrando doses elevadas de eletrochoques e de coquetéis medicamentosos, que incluíam o psicodélico LSD e o alucinógeno PCP, comumente conhecido como poeira dos anjos. As experiências, que reduziam os pacientes a estágios pré-verbais e infantis, foram realizadas no Allan Memorial Institute da Universidade McGill, sob a supervisão de seu diretor, o dr. Ewen Cameron. O financiamento da CIA ao dr. Cameron havia sido revelado nos anos 1970, por meio do requerimento de um Ato de Liberdade de Informação, consequente de audiências ocorridas no Senado dos Estados Unidos. Nove dos primeiros pacientes do dr. Cameron se reuniram e processaram a CIA e o governo do Canadá, que também financiara as pesquisas do médico. Em julgamentos prolongados, os advogados das vítimas argumentaram que os experimentos violaram os padrões da ética médica. Cameron fora procurado para aliviar os sintomas de doenças psiquiátricas secundárias — depressão pós-parto, ansiedade, até mesmo dificuldades de relacionamento conjugal — e usara os pacientes, sem seu conhecimento prévio ou autorização, como cobaias para satisfazer a sede da CIA por informações a

respeito do controle da mente humana. Em 1988, a CIA foi condenada a pagar um total de 750 mil dólares em indenizações para os nove reclamantes — naquela época, o maior montante indenizatório já pago pela agência. Quatro anos mais tarde, o governo do Canadá consentiu em pagar cem mil dólares como compensação para cada paciente que fez parte daquelas experiências.[3]

Cameron não só desempenhou um papel crucial no desenvolvimento contemporâneo das técnicas de tortura nos Estados Unidos, como também ofereceu, com suas experiências, uma rara percepção da lógica subjacente ao capitalismo de desastre. Do mesmo modo que os economistas estão convencidos de que só um desastre em grande escala — uma enorme destruição — é capaz de preparar o terreno para suas "reformas", Cameron acreditava que ao infligir uma sucessão de choques no cérebro humano poderia desfazer e apagar as mentes defeituosas, e depois reconstruir novas personalidades naquele espaço vazio.

Gail estava bastante consciente da história envolvendo a CIA e a McGill naqueles anos, mas não tinha prestado muita atenção naquilo — nunca teve nada a ver com o Allan Memorial Institute. Mas agora, sentada com Jacob, ela se concentrava nas coisas que os ex-pacientes diziam sobre suas vidas — a perda de memória, a regressão. "Percebi que aquelas pessoas deviam ter passado pelas mesmas coisas que eu. E disse: 'Jacob, esta deve ter sido a razão.'"

Na loja do choque

Kastner escreveu para o Allan Institute e requisitou o seu fichário médico. Depois de primeiro ouvir que não havia nenhum registro sobre ela, finalmente o recebeu, com todas as 138 páginas. O médico que a havia internado era o dr. Ewen Cameron.

As cartas, anotações e os registros no arquivo médico de Gail revelam uma história triste, muito relacionada aos limites que determinavam as escolhas possíveis de uma garota de 18 anos na década de 1950, e também aos abusos de poder praticados por médicos e governantes. O fichário começa com a avaliação que o dr. Cameron fez de Gail, no ato de sua admissão: ela era uma estudante de enfermagem na Universidade McGill, com bom desempenho nos estudos, e até aquele momento "uma pessoa razoavelmente equilibrada". No entanto, estava sofrendo de ansiedade, segundo afirma Cameron, causada pelo pai violento, um homem "intensamente perturbado" que realizava constantes assédios psicológicos sobre a filha.

Nas suas primeiras anotações, as enfermeiras pareciam gostar de Gail; conversavam com ela sobre enfermagem, e a descreviam como carinhosa, sociável e organizada. Porém, nos meses em que esteve sob os cuidados delas, Gail passou por uma radical mudança de personalidade, que foi meticulosamente documentada no fichário. Depois de algumas semanas, "começou a apresentar comportamento infantil, expressava ideias bizarras e parecia alucinada e destrutiva". As anotações indicam que essa jovem inteligente agora só conseguia contar até seis; depois afirmam que se tornara manipuladora, hostil e muito agressiva; em seguida, ficava passiva e distante, incapaz de reconhecer os membros da própria família. O último diagnóstico era de "esquizofrenia"... "com traços marcantes de histeria" — um quadro muito mais sério do que aquele que a trouxera ali e que fora caracterizado como "ansiedade".

Sem dúvida, essa metamorfose tinha relação com os tratamentos que também estavam listados no fichário de Kastner: altas doses de insulina, que induziam diversos comas; estranhas combinações de euforia e prostração; longos períodos em que era mantida adormecida por meio de remédios; e um número de eletrochoques oito vezes maior do que era permitido na época.

As enfermeiras anotaram as inúmeras tentativas que Kastner fez de fugir de seus médicos: "Tentando encontrar a saída... reclamando que estava sendo maltratada... recusando-se a tomar o choque após a injeção." Essas queixas eram

invariavelmente encaradas como mais um pretexto para outra viagem ao lugar que os assistentes de Cameron denominavam “a loja do choque”.(4)

A busca pelo espaço vazio

Depois de ler todo o seu fichário médico inúmeras vezes, Gail Kastner se transformou numa espécie de arqueóloga da própria vida, pesquisando e estudando tudo que pudesse explicar o que havia acontecido consigo mesma no hospital. Ela descobriu que Ewen Cameron, um escocês naturalizado norte-americano, alcançara o apogeu de sua profissão: tinha se tornado presidente da Associação Americana de Psiquiatria, da Associação Canadense de Psiquiatria e da Associação Mundial de Psiquiatria. Em 1945, ele esteve entre os três únicos psiquiatras norte-americanos consultados para certificar a sanidade de Rudolf Hess, durante os julgamentos pelos crimes de guerra em Nuremberg.(5)

Na época em que Gail começou as suas investigações, Cameron já havia morrido há muito tempo, mas deixara dúzias de conferências e artigos acadêmicos publicados. Diversos livros também tinham sido editados sobre o financiamento pela CIA de experiências com o controle da mente, trabalhos que incluíam todos os detalhes do relacionamento entre Cameron e a agência.[4] Gail leu todos eles, assinalando as passagens mais relevantes, estabelecendo linhas de tempo e cruzando as referências sobre datas com o seu próprio fichário médico. Acabou por compreender que, desde o início da década de 1950, Cameron já tinha rejeitado a abordagem freudiana tradicional, que empregava a “terapia da fala” para tentar descobrir as “raízes” das doenças mentais de seus pacientes. Sua ambição era recriar os doentes, em vez de consertá-los ou curá-los, usando um método que inventou e denominou “mobilização psíquica”.(6)

Cameron acreditava, de acordo com o que foi publicado em seus textos acadêmicos daquela época, que o único caminho para ensinar aos pacientes um novo comportamento saudável era entrar em suas mentes e “destruir os moldes patológicos existentes”.(7) O primeiro passo era “desfazer os moldes”, o que implicava um objetivo estarrecedor: levar a mente de volta àquele estágio que Aristóteles descreveu como “uma tábua de escrever sobre a qual nada foi ainda escrito”, uma tábula rasa.(8) Cameron acreditava que podia alcançar esse estágio atacando o cérebro com tudo aquilo que se sabia capaz de interferir em seu funcionamento normal — de uma vez só. Era a guerra do “choque e pavor” na mente.

No final dos anos 1940, o eletrochoque estava se tornando bastante popular entre os psiquiatras na Europa e nos Estados Unidos. Seus danos permanentes

eram menores do que os da lobotomia cirúrgica, e parecia ajudar: pacientes histéricos se acalmavam com frequência e, em alguns casos, as descargas de eletricidade aparentavam tornar as pessoas mais lúcidas. No entanto, essas eram apenas as observações preliminares, e nem mesmo os médicos que desenvolveram a técnica podiam apresentar uma explicação científica sobre como essa terapia funcionava.

Eles estavam, contudo, cientes dos efeitos colaterais. Não havia dúvidas de que a ECT (*electroconvulsive therapy*) podia provocar amnésia; essa era de longe a queixa mais comum associada ao tratamento. Diretamente relacionada à perda de memória estava a regressão, o outro efeito colateral mais amplamente registrado. Em dezenas de estudos clínicos, os médicos perceberam que imediatamente após a terapia os pacientes chupavam o dedo, deitavam na posição fetal, comiam de colher feito bebês e gritavam por suas mães (muitas vezes confundindo médicos e enfermeiras com seus pais). Tais comportamentos costumavam durar pouco, mas, em alguns casos, os médicos informaram que seus doentes regrediram por completo, desaprendendo a andar e a falar. Marilyn Rice, uma economista que em meados da década de 1970 encabeçou um movimento pelo direito dos pacientes contra o uso da Terapia de Eletrochoque, descreveu de modo vívido a sensação de ter apagadas, pelo tratamento de choque, as suas lembranças e toda a sua educação. “Agora entendo como Eva deve ter se sentido, sendo criada já adulta a partir da costela de alguém e sem direito a nenhum passado. Eu me sinto tão vazia quanto Eva.”[5] (9)

Tanto para Rice quanto para os outros, esse vazio era uma perda irreparável. Cameron, no entanto, olhava para esse mesmo vácuo e via uma outra coisa: o espaço vazio livre dos maus hábitos, no qual novos moldes poderiam ser inscritos. Para ele, “a perda maciça de todas as lembranças” causada pela terapia de eletrochoque não era um efeito colateral indesejado; era o ponto fundamental do tratamento, a chave para trazer os pacientes de volta a um estágio primitivo de desenvolvimento “anterior ao momento em que o comportamento esquizofrênico apareceu”.(10) Do mesmo modo que os falcões da guerra, que apelam ao bombardeamento de países “para levá-los de volta à Idade da Pedra”, Cameron enxergava a terapia de choque como um meio de devolver os pacientes à infância, de fazê-los regredir completamente. Num artigo de 1962, ele descreveu o estágio ao qual pretendia reduzir pacientes feito Gail Kastner: “Não há apenas uma perda da noção de tempo e espaço, mas também de todos os sentimentos que deveriam estar presentes. Durante esse período, o paciente pode apresentar uma variedade de outros fenômenos, tais como esquecimento de uma segunda língua e de sua vida conjugal. Em etapas mais avançadas, pode se tornar incapaz de caminhar e de se alimentar sem ajuda, e pode apresentar dupla

incontinência. (...) Todas as funções de sua memória ficam severamente perturbadas."(11)

Para "remodelar" seus pacientes, Cameron usou uma técnica relativamente nova chamada Page-Russell, que administrava seis descargas elétricas consecutivas em vez de uma única. Frustrado ao perceber que seus pacientes ainda permaneciam agarrados aos resquícios de suas personalidades, procurou desorientá-los então com depressores e antidepressivos e com alucinógenos: cloropromazina, barbituratos, sódio-amital, desoxina, Seconal, Nembutal, Veronal, Melicone, Torazina, Largactil e insulina. Em 1956, escreveu num artigo que essas drogas serviam para "desinibi-lo [o paciente] até que suas defesas fossem reduzidas".(12)

A mobilização psíquica poderia começar assim que fossem alcançadas a "completa eliminação dos moldes" e a remoção satisfatória da personalidade original. Cameron começava então a tocar mensagens gravadas para os pacientes, como "Você é uma boa mãe e esposa e todos adoram a sua companhia". Sendo behaviorista, acreditava que seus pacientes começariam a se comportar de modo diferente se conseguissem absorver essas mensagens gravadas.[6]

Doentes submetidos a choques e drogados encontravam-se num estado quase vegetativo e não podiam fazer nada a não ser escutar as mensagens — entre dezesseis e vinte horas por dia, ao longo de semanas inteiras; num dos casos, Cameron tocou a mesma fita continuamente por 101 dias.(13)

Em meados da década de 1950, muitos pesquisadores da CIA começaram a se interessar pelos métodos de Cameron. Era o começo da histeria da Guerra Fria e a agência tinha acabado de deslanchar um programa secreto especialmente dedicado a pesquisar "técnicas especiais de interrogatório". Um memorando da CIA que se tornou público explicava que o programa "examinou e investigou numerosas técnicas novas de interrogatório, inclusive assédio psicológico e outras como 'isolamento total'" e "uso de drogas e produtos químicos".(14) Primeiramente denominado de Projeto Bluebird, e depois renomeado para Projeto Artichoke, foi finalmente batizado de MKUltra em 1953. Nos dez anos que se seguiram, o MKUltra gastou 25 milhões de dólares em pesquisas que visavam encontrar novas maneiras de destroçar as vidas dos prisioneiros suspeitos de serem comunistas ou agentes duplos. Oitenta instituições estiveram envolvidas no programa, inclusive 44 universidades e doze hospitais.(15)

Os agentes envolvidos não sofriam de falta de criatividade para extrair informações de pessoas que prefeririam não compartilhá-las — o problema era encontrar os meios para testar a sua criatividade. As atividades desenvolvidas nos primeiros anos do Projeto Bluebird e Artichoke lembram cenas de um filme

de espionagem tragicômico, no qual os agentes da CIA hipnotizam uns aos outros e colocam LSD na bebida dos colegas para ver o que acontece (em pelo menos um dos casos ocorreu suicídio) — sem mencionar a tortura de espiões russos.[16]

Os testes mais pareciam trotes de admissão às fraternidades estudantis do que pesquisas sérias, e seus resultados não propiciaram o tipo de certeza científica que a agência estava buscando. Para isso, seriam necessários muitos testes realizados com seres humanos. Algumas dessas experiências foram tentadas, mas eram arriscadas: se viesse a público que a CIA estava testando drogas perigosas em território norte-americano, o programa inteiro poderia ser eliminado.[17] Foi assim que surgiu o interesse da CIA nos pesquisadores canadenses. O relacionamento começou em 1º de junho de 1951, e foi marcado por um encontro de serviços de inteligência e de acadêmicos de tripla nacionalidade no hotel Ritz-Carlton, em Montreal. O tema do encontro era a preocupação crescente na comunidade de inteligência do Ocidente quanto à descoberta, pelos comunistas, de um meio para realizar a "lavagem cerebral" de seus prisioneiros de guerra. A evidência vinha do fato de que soldados norte-americanos capturados na Coreia foram colocados diante das câmeras, aparentemente por vontade própria, para denunciar o capitalismo e o imperialismo. De acordo com as gravações que se tornaram públicas, os presentes no encontro do Ritz — Omond Solandt, diretor do Departamento de Pesquisa do Ministério da Defesa do Canadá; *sir* Henry Tizard, diretor do Comitê de Política de Pesquisa do Ministério da Defesa da Grã-Bretanha; assim como dois representantes da CIA — estavam convencidos de que as potências ocidentais precisavam descobrir como os comunistas conseguiram obter essas notáveis confissões. Com essa motivação, o primeiro passo seria conduzir um "estudo clínico de casos reais" para ver como a lavagem cerebral podia acontecer.[18] O objetivo inicial dessa pesquisa não era o de utilizar o controle mental de prisioneiros no Ocidente, mas o de preparar os soldados ocidentais para qualquer técnica coercitiva que eles tivessem de enfrentar se fossem aprisionados.

A CIA, é claro, tinha outros interesses. No entanto, mesmo nos encontros a portas fechadas, como fora o do Ritz, teria sido impossível para a agência admitir seu interesse em desenvolver métodos próprios de interrogatório. As revelações sobre as torturas realizadas pelos nazistas ainda eram muito recentes, e tinham provocado um intenso movimento de repulsa em todo o mundo.

Um dos participantes do encontro no Ritz foi o dr. Donald Hebb, diretor de psicologia da Universidade McGill. De acordo com as gravações que se tornaram públicas, em sua tentativa de desvendar o mistério das confissões dos

soldados norte-americanos, Hebb especulou sobre a possibilidade de que os comunistas estivessem manipulando os prisioneiros, por meio de intenso isolamento e de bloqueio a qualquer informação que pudesse ser captada por seus sentidos. Os chefes de inteligência ficaram impressionados, e três meses depois Hebb recebeu uma bolsa de pesquisa do Departamento Nacional de Defesa do Canadá para conduzir uma série de experimentos confidenciais baseados na privação de sentidos. Hebb ofereceu vinte dólares por dia a cerca de 63 estudantes da Universidade McGill para que ficassem isolados num quarto usando óculos escuros, fones de ouvido com ruído branco[7] e tubos de papelão em seus braços e mãos, de modo a dificultar o tato. Durante alguns dias, os estudantes mergulharam no completo vazio, com seus olhos, ouvidos e mãos incapazes de orientá-los, vivendo cada vez mais intensamente nas próprias fantasias. A fim de verificar se essa privação de sentidos tornou-os mais suscetíveis à “lavagem cerebral”, Hebb começou a tocar gravações de vozes que falavam sobre a existência de fantasmas ou a desonestidade da ciência — ideias que os estudantes afirmaram considerar inacreditáveis antes do experimento.(19)

Num relatório confidencial sobre as descobertas de Hebb, o Departamento de Pesquisa do Ministério da Defesa concluiu que a privação de sentidos causou extrema confusão e também alucinação nos estudantes submetidos aos testes, e que “um declínio temporário significativo da capacidade intelectual ocorreu durante e imediatamente após o período de supressão das percepções”.(20) Mais adiante, o apetite dos estudantes por estímulos tornou-os surpreendentemente receptivos a ideias veiculadas nas gravações, e muitos deles desenvolveram interesse pelo que ficou oculto nas semanas que se passaram após o fim do experimento. Era como se a confusão resultante da privação de sentidos tivesse parcialmente apagado suas mentes, e o estímulo sensorial reescrevesse seus moldes.

Uma cópia do principal estudo de Hebb foi enviada para a CIA, e outras 42 cópias foram para a Marinha e para o Exército dos Estados Unidos, respectivamente.(21) A CIA também monitorou diretamente as descobertas com a ajuda de um dos estudantes pesquisadores do projeto, Maitland Baldwin, que passava informações para a agência sem o conhecimento de Hebb.(22) Esse interesse aguçado não era surpreendente: no mínimo, Hebb estava demonstrando que o isolamento intensivo era capaz de interferir na habilidade de raciocínio das pessoas, tornando-as mais sugestionáveis — ideias que não tinham preço para um interrogador. Hebb também percebeu que havia enorme potencial de utilização de suas pesquisas, não apenas para proteger soldados capturados contra possível “lavagem cerebral”, mas feito um guia do “passo a passo” para a tortura psicológica. Ele afirmou, em sua última entrevista antes de morrer, em

1985: “Era óbvio que descrevíamos técnicas de tortura formidáveis quando fizemos nosso relatório para o Departamento.”[23]

Hebb também registrou em seu relatório que quatro voluntários “observaram espontaneamente que permanecer naquela situação era uma forma de tortura”, e seria uma clara violação da ética médica tentar mantê-los além do seu próprio limite, que era de dois ou três dias. Hebb estava consciente das limitações que esse fato traria para suas experiências e escreveu que resultados ainda mais precisos não seriam possíveis “porque não era viável forçar indivíduos a permanecer de trinta a sessenta dias em condições de completo isolamento”.[24]

O que não era possível para Hebb pareceu perfeitamente viável para seu colega e arquirrival acadêmico, dr. Ewen Cameron, da Universidade McGill. (Tempos depois, na ausência de amabilidades acadêmicas, Hebb descreveria Cameron como um “estúpido criminoso”.)[25] Cameron já estava totalmente convencido de que a destruição violenta das mentes de seus pacientes era o primeiro passo necessário para a jornada deles rumo à saúde mental, e não uma violação do juramento de Hipócrates. Os doentes estavam à sua mercê, como se fosse por consentimento; o padrão de anuência atribuía a Cameron um poder absoluto durante o tratamento, chegando ao limite da realização de lobotomias.

Cameron ganhou sua primeira bolsa de pesquisa da CIA em 1957, embora já estivesse em contato com a agência há muitos anos, sob a roupagem de uma organização de fachada chamada Sociedade para Investigação da Ecologia Humana.[26] À medida que os dólares da CIA chegavam, o Allan Memorial Institute se parecia cada vez menos com um hospital e cada vez mais com uma prisão macabra.

As primeiras mudanças foram os dramáticos aumentos na aplicação de eletrochoques. Os dois psiquiatras que inventaram a controversa máquina de eletrochoque Page-Russell recomendaram quatro tratamentos para cada paciente, totalizando 24 choques individuais.[27] Cameron começou usando a máquina duas vezes por dia em cada paciente, durante trinta dias, num total aterrador de 360 choques individuais em cada um — muito mais do que os seus primeiros doentes, como Gail, haviam recebido.[28] Além dos estonteantes coquetéis de remédios que estava ministrando aos internos, acrescentou mais algumas novidades experimentais capazes de alterar o estado mental das pessoas, que eram de particular interesse da CIA: LSD e PCP.

Adicionou ainda outras armas ao seu arsenal de esvaziamento da mente: privação de sentidos e sono prolongado, um processo casado que ele acreditava ser capaz de “reduzir as defesas do indivíduo”, tornando o paciente mais receptivo às suas mensagens gravadas.[29] Quando os dólares da CIA chegaram, Cameron utilizou parte do dinheiro para converter os antigos estábulos que

ficavam atrás do hospital em quartos de isolamento. Ele também reformou o porão para instalar ali um cômodo que chamou de Câmara de Isolamento.[30] Colocou forração à prova de som, instalou emissores de ruído branco, apagou as luzes e providenciou óculos escuros e “tapa-ouvidos de borracha” para cada paciente, e também tubos de papelão nos braços e mãos, “impedindo-os de tocar o próprio corpo — e assim interferindo em sua autoimagem”, conforme explicou num artigo de 1956.[31] Mas enquanto os estudantes de Hebb desistiram apenas alguns dias após uma privação de sentidos bem menos intensa, Cameron manteve os seus doentes trancados durante semanas, sendo que um deles permaneceu no quarto de isolamento por 35 dias.[32]

Mais adiante, Cameron subjugou os sentidos de seus pacientes no Quarto de Dormir, onde eles eram mantidos em sono induzido por medicamentos durante cerca de 20 a 22 horas por dia, sendo trocados de posição pelas enfermeiras, de modo a prevenir feridas, e acordados apenas para se alimentar e ir ao banheiro.[33] Os doentes permaneciam nesse estado entre 15 e 30 dias, embora Cameron tenha registrado casos de “indivíduos que foram tratados assim por até 65 dias de sono contínuo”.[34] A equipe do hospital era orientada a não deixar os pacientes falarem e a não fornecer qualquer informação sobre o tempo que deveriam permanecer naquele quarto. Para se certificar de que ninguém conseguiria escapar daquele pesadelo, Cameron medicou um grupo de pacientes com pequenas doses de curare, uma droga que leva à paralisia, tornando-os literalmente prisioneiros em seus próprios corpos.[35]

Num artigo de 1960, Cameron escreveu que há dois fatores principais na nossa capacidade de “conservar uma imagem de espaço e tempo” — o que nos permite, em outras palavras, saber onde estamos e quem somos. Essas duas forças são “(a) nossa contínua informação sensorial e (b) nossa memória”. Por meio do eletrochoque, Cameron aniquilava a memória; nos quartos de isolamento, destruía as informações sensoriais. Estava determinado a forçar seus pacientes a perder completamente os sensos de sua existência no tempo e no espaço. Ao perceber que alguns doentes conseguiam identificar a hora do dia por conta das refeições, ordenou à cozinha que misturasse tudo, mudando o horário da alimentação e servindo sopa no café da manhã e mingau no jantar. E reportou com satisfação: “Ao variar esses intervalos e ao modificar o cardápio dos horários previstos, nos capacitávamos a quebrar essas estruturas.” Mesmo assim, acabou descobrindo que, apesar de todos os seus esforços, uma das pacientes continuava conectada com o mundo lá fora, graças ao “ronco muito longínquo” de um avião que voava sobre o hospital toda manhã às nove horas.[36]

Qualquer pessoa que esteja familiarizada com os testemunhos dados por sobreviventes de tortura sabe que esse detalhe é doloroso. Sempre que lhes

perguntam como conseguiram sobreviver a tantos meses ou anos de isolamento e brutalidade, respondem que ouviam os sinos distantes de uma igreja, ou a chamada islâmica para as preces, ou crianças brincando num parque próximo. Quando a vida está encerrada nas quatro paredes de uma cela de prisão, o ritmo desses ruídos que vêm de fora acaba se transformando numa espécie de linha da vida, prova de que o prisioneiro ainda é um ser humano, de que existe um mundo além da tortura. “Eu ouvi os passarinhos cantando ao amanhecer por quatro vezes — é assim que sei que são quatro dias”, disse um sobrevivente da última ditadura do Uruguai, lembrando uma extensão particularmente brutal da tortura.(37) Aquela mulher não identificada no porão do Allan Memorial Institute, se esforçando para ouvir o motor de um avião em meio ao tormento da escuridão, das drogas e do eletrochoque, não era uma paciente sob os cuidados de um médico; era, por todos os propósitos e objetivos, uma prisioneira sofrendo tortura.

Existem fortes indícios de que Cameron sabia muito bem que estava simulando condições de tortura e, como era um anticomunista aguerrido, acreditava que seus pacientes faziam parte do esforço da Guerra Fria. Numa entrevista dada a uma revista muito popular, em 1955, comparou abertamente seus pacientes aos prisioneiros de guerra que enfrentavam interrogatórios e disse que eles, “tal como os prisioneiros dos comunistas, tendiam a resistir [ao tratamento] e precisavam ser vencidos”.(38) Um ano depois, escreveu que o objetivo da destruição dos moldes era “a verdadeira ‘eliminação’ das defesas” e observou que “análogo a isso é o colapso do indivíduo sob contínuo interrogatório”.(39) Em 1960, Cameron estava dando palestras sobre suas pesquisas com privação de sentidos não apenas para outros psiquiatras, mas também para plateias formadas por militares. Numa aula dada na Base Aérea de Brooks, no Texas, ele não alegou estar curando a esquizofrenia e admitiu claramente que a privação de sentidos “produz os primeiros sintomas da esquizofrenia” — alucinações, ansiedade extrema, perda de contato com a realidade.(40) Em notas redigidas para uma palestra, mencionou a privação de sentidos seguida da sobrecarga de informações, uma referência ao seu emprego de eletrochoque e repetição infindável de gravações — um prenúncio das técnicas de tortura que iriam surgir.(41)

O trabalho de Cameron foi financiado pela CIA até 1961, e por muitos anos não ficou claro o que o governo dos Estados Unidos fez com as pesquisas, se é que fez alguma coisa. Nas décadas de 1970 e 1980, quando o financiamento da CIA para o experimento se tornou público nas audiências do Senado e nas ações judiciais feitas pelos pacientes contra a agência, jornalistas e congressistas tenderam a aceitar a versão dada pela própria central de inteligência — de que

estava conduzindo pesquisas sobre lavagem cerebral para proteger soldados norte-americanos que fossem capturados. A principal atenção da imprensa se voltou para o detalhe sensacionalista de que o governo estava financiando viagens com ácido. Na verdade, grande parte do escândalo, quando ele finalmente apareceu, foi que a CIA e Ewen Cameron despedaçaram inúmeras vidas humanas de modo inconsequente, sem nenhuma justificativa — a pesquisa não tinha utilidade: todo mundo sabia naquele momento que a lavagem cerebral era um mito da Guerra Fria. A CIA encorajava intensamente essa narrativa porque preferia ser ironizada como um grupo de bufões empavonados de ficção científica, em vez de patrocinadora de um laboratório de tortura numa universidade respeitada. Quando John Gittinger, o psicólogo da CIA que primeiro contatou Cameron, foi forçado a testemunhar perante uma audiência do Senado, ele qualificou o apoio a Cameron de "um erro idiota... Um erro terrível".(42) Quando pediram a Sidney Gottlieb, antigo diretor do MKUltra, que explicasse por que tinha ordenado a destruição de todos os arquivos do programa de 25 milhões de dólares, ele respondeu que "o projeto MKUltra não havia alcançado nenhum resultado de real valor positivo para a agência".(43) Nos anos 1980, as descobertas de fatos do MKUltra, pesquisados tanto nos registros da grande imprensa quanto nos livros, descrevem as experiências, de modo consistente, como "controle da mente" e "lavagem cerebral". A palavra "tortura" quase nunca foi usada.

A ciência do medo

Em 1988, o *New York Times* realizou uma investigação impactante sobre o envolvimento dos Estados Unidos em torturas e assassinatos realizados em Honduras. Florencio Caballero, um interrogador do conhecido e brutal Batalhão 3-16, contou ao *Times* que ele e mais 24 colegas foram levados para o Texas e treinados pela CIA. "Eles nos ensinaram métodos psicológicos para estudar os medos e as fraquezas de um prisioneiro. Fazê-lo ficar de pé, não deixá-lo dormir, mantê-lo nu e isolado, colocar ratos e baratas em sua cela, dar-lhe comida estragada, servir-lhe animais mortos, jogar-lhe água fria e depois mudar a temperatura." Florencio se esqueceu de mencionar uma técnica: o eletrochoque. Inés Murillo, uma prisioneira de 24 anos que foi "interrogada" por Caballero e seus colegas, relatou ao *Times* ter sido eletrocutada tantas vezes que "gritei e caí com o choque. Os gritos simplesmente escapam de você. Fiquei cheirando a fumaça e percebi que estava ardendo pelas queimaduras do choque. Eles disseram que iriam me torturar até que eu ficasse louca. Não acreditei. E então

eles separaram minhas pernas e ligaram os fios na minha genitália”.[44] Murillo também disse que havia mais alguém na cela: um norte-americano que os outros chamavam “Mr. Mike” e que fornecia perguntas para os interrogadores.[45]

Essas revelações levaram à realização das audiências da Comissão Especial de Inteligência do Senado, nas quais o diretor da CIA, Richard Stolz, confirmou que “Caballero tinha realmente feito um curso na agência norte-americana sobre exploração de recursos humanos e interrogatório”.[46] O *Baltimore Sun* fez um requerimento dentro do Ato de Liberdade de Informação solicitando o acesso ao material utilizado nesse curso para treinar pessoas como Caballero. Durante muito tempo, a CIA se recusou a cooperar; somente nove anos depois que a história foi revelada, e sob a ameaça de um processo judicial, a agência publicou um manual intitulado *Kubark Counterintelligence Interrogation.* O título estava em código: segundo o *New York Times*, “Kubark é uma criptonímia, KU é um díptico aleatório e BARK era a palavra cifrada usada pela agência para denominar a si mesma naquela época”. Relatórios mais recentes especularam sobre a possibilidade de “ku” referir-se “a um país ou uma atividade clandestina ou oculta”.[47] O manual é um texto de 128 páginas sobre “interrogatório de fontes resistentes” fortemente baseado na pesquisa encomendada pelo MKUltra — os experimentos de Ewen Cameron e Donald Hebb deixaram marcas em toda a sua extensão. Os métodos se estendem da privação de sentidos até as posições de tensão, do capuz à dor. (O manual reconhece, no início, que muitas dessas práticas são ilegais e instrui os interrogadores a procurar “a aprovação prévia dos superiores... sob quaisquer dessas circunstâncias: 1. se ocorrerem danos corporais; 2. se for preciso usar métodos ou materiais médicos, químicos ou elétricos para obter informações”.)[48]

O manual é de 1963, o último ano do programa MKUltra e o segundo ano depois que as experiências de Cameron financiadas pela CIA terminaram. O texto sustenta que se suas técnicas forem usadas de modo apropriado elas podem desestruturar uma fonte resistente e “destruir sua capacidade de resistência”. Ficou claro, assim, que o objetivo verdadeiro do programa MKUltra não era pesquisar a lavagem cerebral (que se tornara um projeto secundário), mas produzir um sistema cientificamente embasado para extrair informações de “fontes resistentes”.[49] Em outras palavras, tortura.

Em sua primeira página, o manual afirma que se trata de descrever métodos de interrogatório baseados em “pesquisa extensiva, incluindo inquirições científicas conduzidas por especialistas em assuntos diretamente relacionados”. Representa uma nova era de tortura refinada, precisa — e não o tormento sangrento e inexato que tinha se tornado padrão desde a Inquisição espanhola. Numa espécie de prefácio, declara: “O serviço de inteligência capaz de produzir

conhecimento moderno, pertinente, para enfrentar seus problemas, usufrui grandes vantagens em relação a outros serviços que conduzem os negócios clandestinos nos moldes do século XVIII... Não é mais possível discutir interrogações de modo relevante sem referência às pesquisas psicológicas realizadas na última década."(50) O que segue é um guia prático para desmantelar personalidades.

O texto inclui uma longa seção sobre privação de sentidos que se refere a "um conjunto de experimentos na Universidade McGill".(51) Há uma descrição de como se constrói uma câmara de isolamento e uma observação de que "a privação de estímulos induz à regressão, despojando a mente do indivíduo de contato com o mundo exterior e forçando-a sobre si mesma. Ao mesmo tempo, a provisão calculada de estímulos durante o interrogatório tende a fazer com que o sujeito regredido veja o interrogador como uma figura paterna".(52) O requerimento do Ato de Liberdade de Informação também produziu uma versão atualizada do manual, publicada primeiramente em 1983 para ser usada na América Latina. "As janelas devem ser colocadas no alto da parede, de modo a bloquear a entrada da luz", conforme sua orientação.[8] (53)

Era exatamente o que Hebb temia: o uso de seu método de privação de sentidos como "uma técnica formidável de interrogatório". Mas foi o trabalho de Cameron, com sua receita para desorganizar "a noção de tempo e espaço", que constituiu o núcleo da fórmula de *Kubark*. O manual descreve diversas técnicas que foram utilizadas na destruição de moldes dos pacientes no porão do Allan Memorial Institute: "O princípio é que as sessões devem ser cuidadosamente planejadas para desagregar as noções de ordem cronológica da fonte... Alguns interrogados podem ser levados à regressão por meio de uma manipulação persistente do tempo, retardando ou adiantando relógios e servindo refeições em horários estranhos — dez minutos ou dez horas depois que a última comida foi oferecida. Dia e noite são trocados."(54)

O que mais fascinou a imaginação dos autores de *Kubark*, acima de qualquer técnica individual, foi o enfoque dado por Cameron à regressão — ou seja, ao fato de que, ao privar as pessoas das noções de quem são e onde estão, era possível transformar adultos em crianças dependentes, cuja mente é um espaço vazio sugestionável. Volta e meia, os autores retornam ao assunto. "Todas as técnicas empregadas para realizar uma prática de interrogatório, todo o seu espectro, desde o simples isolamento até o hipnotismo e a sedação, são essencialmente modos de acelerar o processo de regressão. Na medida em que o interrogatório retrocede da maturidade para um estágio mais infantil, os traços estruturados e sedimentados de sua personalidade são eliminados." É então que o prisioneiro mergulha num estado de "choque psicológico" ou "vivacidade

interrompida”, como foi mencionado anteriormente — o sinal aguardado pelo torturador de que “a fonte está mais aberta à sugestão, mais disposta a ceder”.[55]

Alfred W. McCoy, historiador da Universidade de Wisconsin, documentou toda a evolução das técnicas de tortura desde a Inquisição, num livro chamado *A Question of Torture: CIA Interrogation from the Cold War to the War on Terror*. Ele descreve a fórmula de indução ao choque pela privação de sentidos, contida no manual *Kubark*, como “a primeira revolução verdadeira na ciência cruel do sofrimento em mais de três séculos”.[56] E afirma que isso não teria acontecido sem os experimentos levados a cabo na Universidade McGill, na década de 1950. “Despidas de seus excessos bizarros, as experiências do dr. Cameron, construídas sobre o pioneirismo do dr. Hebb, formaram a base científica para o método psicológico de tortura em duas etapas aplicado pela CIA.”[57]

O método *Kubark* foi aplicado com alguns padrões muito claros — elaborados para induzir, aprofundar e sustentar o choque —, onde quer que tenha sido ensinado: a captura de prisioneiros era feita de modo a aturdir e desorientar intensamente, com ataques-surpresa tarde da noite ou antes do amanhecer, como instruía o manual. Eles eram imediatamente encapuzados e vendados, despidos e surrados, e depois submetidos a alguma forma de privação de sentidos. Da Guatemala a Honduras, do Vietnã ao Irã, das Filipinas ao Chile, o uso do eletrochoque se generalizou.

Isso não foi, é claro, influência exclusiva de Cameron ou do MKUltra. A tortura é sempre uma improvisação, e resulta da combinação entre as técnicas aprendidas e o instinto humano de brutalidade, que fica desobstruído quando predomina a impunidade. Em meados da década de 1950, o eletrochoque começou a ser utilizado por soldados franceses contra os ativistas da libertação da Argélia, quase sempre com a ajuda de psiquiatras.[58] Naquela época, chefes militares da França fizeram seminários numa escola militar de “contrainsurgência” em Fort Bragg, Carolina do Norte, Estados Unidos, e treinaram os alunos com as técnicas que empregavam na Argélia.[59] O modelo de Cameron, contudo, ao empregar doses maciças de choque não apenas para infligir sofrimento, mas com o objetivo específico de eliminar personalidades estruturadas, impressionou profundamente a CIA. Em 1966, a agência enviou três psiquiatras para Saigon, equipados com uma Page-Russell, a mesma máquina de eletrochoque preferida por Cameron; eles a usaram com tamanha agressividade, que mataram diversos prisioneiros. De acordo com McCoy, “eles estavam fazendo testes práticos para avaliar se as técnicas de desmonte da

mente, desenvolvidas por Ewen Cameron na Universidade McGill, eram mesmo capazes de alterar o comportamento humano”.[60]

Os oficiais do serviço de inteligência dos Estados Unidos não estavam acostumados a pôr a mão na massa. Da década de 1970 em diante, o papel desempenhado preferencialmente pelos agentes norte-americanos era o de mentores ou treinadores — não mais de interrogadores diretos. Sobreviventes de tortura na América Central, nos anos 1970 e 1980, testemunharam a presença de um misterioso homem que falava inglês e que entrava e saía das celas, fazendo perguntas e dando instruções. Dianna Ortiz, uma freira norte-americana que foi sequestrada e presa na Guatemala, em 1989, assegurou que os homens que a violentaram e queimaram com pontas de cigarros se reportavam a um outro sujeito que falava espanhol com forte sotaque norte-americano e que eles chamavam de “patrão”.[61] Jennifer Harbury, cujo marido foi torturado e assassinado por um policial guatemalteco mantido pela folha de pagamento da CIA, documentou muitos desses casos em seu importante livro intitulado *Truth, Torture and the American Way.*[62]

Embora aprovado por sucessivas administrações em Washington, o papel dos Estados Unidos nessas guerras sujas precisava ser ocultado, por razões óbvias. A tortura, física ou psicológica, é uma clara violação das Convenções de Genebra, que proíbem indiscriminadamente “qualquer forma de tortura ou de crueldade”, assim como do próprio Código Uniforme de Justiça Militar do Exército dos Estados Unidos, que impede a “crueldade” e a “opressão” contra os prisioneiros.[63] O manual *Kubark* adverte os leitores, na página dois, de que suas técnicas oferecem o “grave risco posterior de processos judiciais”, sendo ainda mais incisivo na edição de 1983: “O uso de força, tortura mental, ameaças, insultos ou a exposição a tratamentos desumanos ou desagradáveis de qualquer tipo, como reforço em interrogatórios, são proibidos por lei, tanto no plano internacional quanto no doméstico.”[64] Ou seja, o que estavam ensinando era ilegal, mas ocultado por sua própria natureza. No caso de dúvidas, os agentes norte-americanos estavam apenas ensinando aos seus alunos do mundo em desenvolvimento métodos modernos e profissionais de policiamento — não podiam ser responsabilizados pelos “excessos” que ocorriam fora de suas salas de aula.

No dia 11 de setembro de 2001, aquela prolongada insistência numa negabilidade plausível foi jogada pela janela. O ataque terrorista às Torres Gêmeas e ao Pentágono foi um tipo de choque diferente dos que tinham sido imaginados nas páginas do manual *Kubark*, mas seus efeitos foram consideravelmente similares: desorientação profunda, medo extremo e ansiedade, e regressão coletiva. Da mesma forma que o interrogador posava de

“figura paterna”, a administração Bush prontamente utilizou aquele medo para desempenhar o papel de pai todo protetor, pronto para defender “o lar” e o seu povo fragilizado de todas as maneiras. A mudança na política dos Estados Unidos, exposta nas declarações infames do vice-presidente Dick Cheney acerca do uso do “lado escuro”, não representou a aceitação das táticas que teriam sido repelidas por seus predecessores mais humanos (do jeito como alguns democratas reivindicaram, invocando o que o historiador Garry Wills denominou de mito norte-americano de “ausência do pecado original”).(65) Ao contrário, a mudança significativa foi que aquilo que antes era feito por procuração, com suficiente distanciamento para alegar desconhecimento, agora seria realizado diretamente e defendido às claras.

Apesar do que se disse sobre a tortura realizada fora, a administração de Bush estava inovando na introdução dessas práticas, com prisioneiros sendo torturados por cidadãos norte-americanos em prisões administradas pelos Estados Unidos ou diretamente transportados, por meio de “rendição extraordinária”, para outros países em aviões norte-americanos. É isso que torna o regime de Bush diferente: depois dos ataques do 11 de Setembro, ele ousou exigir o direito de torturar sem nenhuma vergonha. Tal situação deixou o governo sujeito a processos criminais — um problema que ele enfrentou mudando as leis. A cadeia de eventos é bastante conhecida: o então secretário de Defesa Donald Rumsfeld, empossado por George W. Bush, decretou que os prisioneiros capturados no Afeganistão não estavam protegidos pela Convenção de Genebra, porque eram “combatentes inimigos” e não prisioneiros de guerra, visão confirmada pelo conselheiro de Justiça da Casa Branca, Alberto Gonzales (logo depois, procurador-geral).(66) Em seguida, Rumsfeld aprovou uma série de técnicas especiais de interrogatório para uso na Guerra ao Terror. Estavam incluídos métodos constantes dos manuais da CIA: “isolamento de até trinta dias”, “privação de luz e de estímulos auditivos”, “o detento também pode ter um capuz colocado sobre a sua cabeça durante o transporte e o interrogatório”, “retirada das roupas” e “emprego das fobias particulares dos detentos (como medo de cachorro) para induzir estresse”.(67) Segundo a Casa Branca, a tortura continuava banida — mas agora, para qualificá-la, o sofrimento causado tinha de “ser equivalente em intensidade à dor causada por ferimentos físicos graves, como a falência de órgãos”.[9] (68) De acordo com essas novas regras, o governo dos Estados Unidos era livre para utilizar esses métodos desenvolvidos em segredo e desmentidos na década de 1950 — só que agora a céu aberto, sem medo de acusações. Assim, em fevereiro de 2006, o Conselho de Ciências da Inteligência, braço consultor da CIA, publicou um relatório escrito por um interrogador veterano do Departamento de Defesa. Ali estava abertamente

declarado que “uma leitura cuidadosa do manual *Kubark* era essencial para qualquer pessoa envolvida com interrogatórios”.[(69)]

Um dos primeiros indivíduos a enfrentar essa nova ordem foi o cidadão norte-americano e antigo membro de gangue, José Padilla. Preso no aeroporto Chicago O’Hare em maio de 2002, foi acusado de tentar construir uma “bomba suja”. Em vez de ser incriminado e levado para o tribunal, Padilla foi classificado como inimigo combatente, fato que o despojou de todos os direitos. Levado para uma prisão da Marinha norte-americana em Charleston, Carolina do Sul, Padilla conta que lhe injetaram drogas do tipo LSD ou PCP e o sujeitaram a intensa privação de sentidos: foi mantido numa cela mínima com as janelas vedadas e proibido de ter um calendário ou um relógio. Sempre que deixava a cela estava algemado, com os olhos vendados e tapa-ouvidos que bloqueavam qualquer som. Padilla foi mantido nessas condições por 1.037 dias, e proibido de estabelecer contato com qualquer pessoa além de seus interrogadores. Quando o interrogavam, bombardeavam seus sentidos famintos com luzes e sons muito fortes.[(70)]

Em dezembro de 2006, Padilla foi levado a uma audiência judicial, embora as alegações sobre a bomba suja pelas quais estava preso tivessem sido abandonadas. Foi acusado de ter contatos terroristas, e pouco podia fazer para se defender: de acordo com o depoimento de especialistas, as técnicas de regressão *à la* Cameron foram muito bem-sucedidas na destruição do adulto que ele fora um dia, e cumpriram plenamente os seus objetivos. Seu advogado afirmou no tribunal que “a tortura extensiva praticada em Padilla deixou-o física e mentalmente debilitado”. “O tratamento que o governo deu ao sr. Padilla tirou dele a sua personalidade.” Um psiquiatra que o examinara concluiu que ele “perdera a capacidade de agir em defesa própria”.[(71)] No entanto, o juiz indicado por Bush insistiu que Padilla teria de enfrentar o julgamento. O fato de que iria a júri popular torna o caso de Padilla ainda mais extraordinário. Milhares de outros prisioneiros mantidos nas prisões dos Estados Unidos — que, ao contrário de Padilla, não são cidadãos norte-americanos — foram colocados sob um regime de tortura similar, sem a obrigatoriedade de um julgamento civil.

Muitos definham em Guantânamo. Mamdouh Habib, um australiano que foi encarcerado ali, disse que “a Baía de Guantânamo é um experimento... e o que eles testam ali é a lavagem cerebral”.[(72)] De fato, pelos testemunhos, relatórios e fotografias extraídos de Guantânamo, é como se o Allan Memorial Institute dos anos 1950 tivesse sido transportado para Cuba. Logo após serem detidos, os prisioneiros são mantidos em intensa privação de sentidos, com capuz, venda nos olhos e tapa-ouvidos para bloquear o som. Ficam em celas de isolamento durante meses e são retirados apenas para que seus sentidos sejam

bombardeados com latidos de cachorro, luz estroboscópica e infindáveis gravações de choro de bebê, música estridente e miado de gato.

Para muitos prisioneiros, os efeitos dessas técnicas foram idênticos aos do Allan Memorial Institute nos anos 1950: regressão total. Um prisioneiro que era cidadão britânico e foi libertado contou a seus advogados que agora existe uma seção inteira da prisão, chamada Delta Block, reservada para "pelo menos cinquenta" detentos que estão num estado de delírio permanente.(73) Numa carta do FBI para o Pentágono tornada pública, há o relato de que um prisioneiro muito valioso foi "submetido a intenso isolamento por mais de três meses" e "demonstrou comportamento consistente com um trauma psicológico extremo (conversando com pessoas imaginárias, ouvindo vozes, agachando-se na cela coberto com um lençol por horas a fio)".(74) James Yee, um antigo capelão muçulmano do Exército dos Estados Unidos que trabalhou em Guantânamo, descreveu os prisioneiros na Delta Block como portadores dos sintomas clássicos da regressão extrema. "Eu parava para falar com eles, que me respondiam com voz de criança, falando coisas completamente sem sentido. Muitos entoavam cantigas infantis bem alto, repetindo-as sem parar. Outros ficavam em pé sobre as barras de metal da cama e agiam feito crianças, me fazendo lembrar do jogo de Rei da Montanha que eu jogava com meus irmãos quando éramos pequenos." A situação se agravou significativamente em janeiro de 2007, quando 165 prisioneiros foram transferidos para outra ala da prisão, conhecida como Camp Six, onde as celas de isolamento feitas de aço impediam qualquer tipo de contato humano. Sabin Willett, um advogado que representa diversos prisioneiros de Guantânamo, advertiu que se aquelas condições permanecerem, "vocês terão um asilo de loucos".(75)

Grupos de direitos humanos chamam atenção para o fato de que Guantânamo, horripilante como é, constitui hoje a mais eficiente central de interrogatórios mantida pelos Estados Unidos fora de seu território, posto que está sujeita a um monitoramento limitado por parte da Cruz Vermelha e dos advogados. Um número desconhecido de prisioneiros desapareceu dentro da rede dos chamados buracos negros ao redor do mundo, ou foi enviado por agentes norte-americanos para prisões estrangeiras, por meio de rendição extraordinária. Aqueles que conseguiram escapar desses pesadelos afirmam que passaram por todo o arsenal de táticas de choque criado por Cameron.

O clérigo italiano Hassan Mustafa Osama Nasr foi raptado, nas ruas de Milão, por um grupo de agentes da CIA e pela polícia secreta da Itália. Mais tarde, ele escreveu: "Eu não entendi nada do que estava acontecendo; eles começaram a me socar o estômago e todo o meu corpo. Enrolaram a minha cabeça com uma fita larga e fizeram buracos no meu nariz para que eu pudesse

respirar.” Foi levado para o Egito, onde permaneceu numa cela sem luz, “na qual baratas e ratos andavam sobre meu corpo”, por quatorze meses. Nasr ficou na prisão egípcia até fevereiro de 2007, mas conseguiu mandar para fora uma carta de onze páginas escritas à mão detalhando o abuso que sofria.(76)

Contou que enfrentou a tortura por eletrochoque diversas vezes. Segundo relato do *Washington Post,* ele foi atado a uma cama de ferro apelidada de “a Noiva” e baleado com tiros de descarga elétrica, e também “amarrado a um colchão molhado no chão. Enquanto um interrogador sentado numa cadeira de madeira se empoleirava nos ombros do prisioneiro, outro interrogador apertava um interruptor que despejava descargas elétricas nas molas do colchão”.(77) O eletrochoque também foi aplicado em seus testículos, de acordo com a denúncia da Anistia Internacional.(78)

Existem razões para acreditar que esse uso de tortura elétrica nos prisioneiros capturados pelos norte-americanos não é um caso isolado, fato minimizado em quase todas as discussões sobre se os Estados Unidos estão realmente praticando tortura ou simples “interrogatório criativo”. Jumah al-Dossari, um prisioneiro de Guantânamo que tentou o suicídio mais de dez vezes, deu um testemunho por escrito ao seu advogado de que, enquanto esteve sob custódia estadunidense em Kandahar, “o investigador trouxe um pequeno equipamento parecido com um telefone celular que servia para lhe infligir choques elétricos. Ele deu choques em meu rosto, minhas costas, meus membros e minha genitália”.(79) E Murat Kurnaz, oriundo da Alemanha, encarou tratamento similar na prisão estadunidense de Kandahar. “Ainda era o começo, então não havia nenhuma regra. Eles tinham o direito de fazer qualquer coisa. E nos batiam o tempo inteiro. Usaram o eletrochoque. Mergulharam minha cabeça na água.”(80)

A falência da reconstrução

Quase no fim de nosso primeiro encontro, pedi a Gail Kastner que me falasse mais sobre os seus “sonhos elétricos”. Ela me contou que sempre sonhava com filas de pacientes entrando e saindo de sonos induzidos por medicamentos. “Ouço as pessoas gritando, gemendo, chorando, dizendo não, não, não. Lembro como era acordar naquele quarto, molhada de suor, nauseada, cheirando a vômito — e tinha uma sensação estranha na cabeça, como se tivesse uma bolha e não uma cabeça.” Ao descrever isso, Gail parecia distante de repente, afundada na poltrona azul, sua respiração parecendo um sopro. Fechou as pálpebras, e pude ver seus olhos se revirando rapidamente debaixo delas. Colocou a mão no lado direito do rosto e disse numa voz grossa e pastosa: “Estou tendo um

flashback. Você precisa me distrair. Fale-me sobre o Iraque — me diga como foi ruim.”

Busquei na memória uma história de guerra adequada àquela estranha circunstância e acabei contando uma coisa relativamente benigna sobre a vida na Zona Verde. O rosto de Gail começou a relaxar e sua respiração se aprofundou. Seus olhos azuis voltaram a se fixar nos meus. “Obrigada”, disse ela, “eu estava tendo um *flashback*.”

“Eu sei.”

“Como você sabe?”

“Você me contou.”

Ela se recostou e escreveu alguma coisa num pedaço de papel.

Naquela noite, após me despedir de Gail, fiquei pensando sobre o que não havia dito quando ela me pediu para falar sobre o Iraque. O que eu gostaria de ter dito, mas não consegui, foi que ela me lembrava do Iraque; que eu não podia deixar de lamentar o que tinha acontecido com ela, uma pessoa submetida a choque, e com aquele país, também transtornado pela experiência do choque. Ambos estavam conectados de alguma forma, eram manifestações diferentes da mesma lógica aterrorizante.

As teorias de Cameron se basearam na ideia de que, ao aplicar choques em seus pacientes e levá-los a um estado caótico de regressão, estaria criando as precondições para fazer “renascer” cidadãos dotados de modelos saudáveis. Não serve de consolo para Gail, com sua coluna fraturada e lembranças perdidas, mas nos escritos de Cameron ele enxergava os atos de destruição que praticava como criação, um bem para os felizardos pacientes que ele estava ajudando a renascer, por intermédio dos implacáveis desmontes de moldes.

Nesse *front*, Cameron foi um retumbante fracasso. Não importa a extensão da regressão que causou em seus pacientes, eles jamais absorveram ou aceitaram a repetição infindável das mensagens gravadas em suas fitas. Embora fosse um gênio para destruir pessoas, não conseguiu refazê-las. Um estudo subsequente realizado depois que Cameron deixou o Allan Memorial Institute descobriu que 75% dos seus primeiros pacientes estavam piores após o tratamento do que antes de serem admitidos. Entre os doentes que tiveram empregos fixos, de tempo integral, antes da hospitalização, mais da metade não conseguiu retornar, e muitos, como Gail, padeciam de um grande número de novos sofrimentos físicos e psicológicos. A “mobilização psíquica” não funcionou em nenhum sentido, e o Allan Memorial Institute acabou banindo essa prática.[81]

Olhando em retrospectiva, é óbvio que o problema estava na premissa sobre a qual toda a teoria foi estruturada: a ideia de que, para haver a cura, é preciso eliminar tudo que existia antes. Cameron estava seguro de que se varresse para

bem longe os hábitos, modelos e lembranças de seus pacientes, chegaria àquele espaço vazio primitivo. No entanto, apesar de todos os choques, medicamentos e desorientações, nunca chegou lá. O que ficou provado foi exatamente o contrário: quanto mais ele forçava, mais desfigurados seus pacientes se tornavam. Suas mentes não ficaram “limpas”; em vez disso, viraram uma bagunça, com suas memórias fraturadas e sua confiança traída.

Os capitalistas do desastre têm essa mesma incapacidade de distinguir entre destruição e criação, entre ferir e curar. Era uma impressão que eu tinha com frequência quando estava no Iraque, perscrutando a paisagem castigada em busca da próxima explosão. Aqueles que acreditaram fervorosamente no poder redentor do choque, os arquitetos da invasão norte-americana e britânica, imaginaram que o seu uso da força seria tão chocante, tão esmagador, que os iraquianos mergulhariam num estado de vivacidade interrompida, muito parecida com aquela descrita no manual *Kubark.* Diante de tal oportunidade, os invasores do Iraque deslizariam para outra onda de choques — dessa vez econômicos —, que serviria para criar uma democracia de livre mercado no espaço vazio deixado após a invasão.

No entanto, não havia espaço vazio, apenas pessoas despedaçadas, estilhaçadas e raivosas; quando reagiam, eram atacadas por mais choques, alguns deles baseados nas experiências realizadas com Gail Kastner em todos aqueles anos. “Nós somos realmente bons para sair e quebrar as coisas. Mas o dia que eu passar mais tempo aqui trabalhando na reconstrução do que lutando em combate será um dia muito feliz”, disse o general Peter W. Chiarelli, comandante da Primeira Divisão de Cavalaria do Exército dos Estados Unidos, um ano e meio depois do término oficial da guerra.[(82)] Esse dia nunca chegou. Como Cameron, os médicos de choque no Iraque podem destruir, mas não parecem ser capazes de reconstruir.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

(1) Cyril J.C. Kennedy e David Anchel, “Regressive Electric-Shock in Schizophrenics Refractory to Other Shock Therapies”, *Psychiatric Quarterly* 22, nº 2 (Abril 1948): 318.

(2) Ugo Cerletti, “Eletroshock Therapy”, *Journal of Clinical and Experimental Psychopathology and Quarterly Review of Psychiatry and Neurology* 15 (Setembro 1954), 192-193.

(3) Judy Foreman, “How CIA Stole Their Minds”, *Boston Globe*, 30 de outubro de 1998; Stephen Bindman, “Brainwashing Victims to Get $100,000”, *Gazette* (Montreal), 18 de novembro de 1992.

(4) Gordon Thomas, *Journey into Madness* (Nova York: Bantam Books, 1989), 148.

(5) Harvey M. Weinstein, *Psychiatry and the CIA: Victims of Mind Control* (Washington, DC: American Psychiatric Press, 1990), 92, 99.

(6) D. Ewen Cameron, “Psychic Driving”, *American Journal of Psychiatry* 112, nº 7 (1956): 502-509.

(7) D. Ewen Cameron e S.K. Pande, “Treatment of the Chronic Paranoid Schizophrenic Patient”, *Canadian Medical Association Journal* 78 (15 de janeiro de 1958): 95.

(8) Aristóteles, “On the Soul, Book III” [em português, “Da Alma, Livro III], em *Aristotle* 7, *Great Books of the Western Worlds* vol. 8, ed. Mortimer J. Adler, trad. W.D. Ross (Chicago: Enciclopédia Britânica, 1952), 662.

(9) Berton Rouché, “As Empty as Eve”, *The New Yorker*, 9 de setembro de 1974.

(10) D. Ewen Cameron, “Production of Differential Amnesia as a Factor in the Treatment of Schizophrenia”, *Comprehensive Psychiatry* 1, nº 1 (1960): 32-33.

(11) D. Ewen Cameron, J.G. Lohrenz e K.A. Handcock, “The Depatterning Treatment of Schizophrenia”, *Comprehensive Psychiatry* 3, nº 2 (1962): 67.

(12) Cameron, “Psychic Driving”, 503-504.

(13) Weinstein, *Psychiatry and the CIA*, 120. NOTA DE RODAPÉ: Thomas, *Journey into Madness*, 129.

(14) “CIA, Memorandum for the Record, Subject: Project ARTICHOKE”, 31 de janeiro de 1975, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(15) Alfred W. McCoy, “Cruel Science: CIA Torture & Foreign Policy”, *New England Journal of Public Policy* 19, nº 2 (Inverno de 2005): 218.

(16) Alfred W. McCoy, *A Question of Torture: CIA Interrogation, from the Cold War to the War on Terror* (Nova York: Metropolitan Books, 2006), 22, 30.

(17) Entre aqueles que foram obrigados a tomar LSD nesse período de experimentações, incluíram-se os prisioneiros de guerra norte-coreanos; um grupo de pacientes num centro de tratamento de drogas em Lexington, Kentucky; sete mil soldados norte-americanos no Maryland Edgewood Chemical Arsenal; e os internos da prisão californiana de Vacaville. *Ibid.*, 27, 29.

(18) "Uma nota apócrifa escrita à mão e encontrada nos arquivos apontou o dr. Caryl Haskins e o comandante R.J. Williams como representantes da CIA no encontro." David Vienneau, "Ottawa Paid for '50s Brainwashing Experiments, Files Show", *Toronto Star*, 14 de abril de 1986; "Minutes of June 1, 1951, Canada/US/UK Meeting Re: Communist 'Brainwashing' Techniques during the Korean War", encontro no Ritz-Carlton Hotel, Montreal, 1º de junho de 1951: 5.

(19) D.O. Hebb, W. Heron e W.H. Bexton, *Annual Report*, Contract DRB X38, Experimental Studies of Attitude, 1953.

(20) *Defense Research Board Report to Treasury Board,* 3 de agosto de 1954, tornado público, 2.

(21) "Distribution of Proceedings of Fourth Symposium, Military Medicine, 1952", tornado público.

(22) Zuhair Kashmeri, "Data Show CIA Monitored Deprivation Experiments", *Globe and Mail* (Toronto), 18 de fevereiro de 1984.

(23) *Ibid.*

(24) Hebb, Heron e Bexton, *Annual Report,* Contract DRB X38, 1-2.

(25) Juliet O'Neill, "Brain Washing Tests Assailed by Experts", *Globe and Mail* (Toronto), 27 de novembro de 1986.

(26) Thomas, *Journey into Madness,* 103; John D. Marks, *The Search for the Manchurian Candidate: The CIA and Mind Control* (Nova York: Times Books, 1979), 133.

(27) R.J. Russell, L.G.M. Page e R.L. Jillett, "Intensified Electroconvulsant Therapy", *Lancet* (5 de dezembro de 1953): 1178.

(28) Cameron, Lohrenz e Handcock, "The Depatterning Treatment of Schizophrenia", 68.

(29) Cameron, "Psychic Driving", 504.

(30) Thomas, *Journey into Madness,* 180.

(31) D. Ewen Cameron *et al.*, "Sensory Deprivation: Effects upon the Functioning Human in Space Systems", *Symposium on Psychophysiological Aspects of Space Flight,* ed. Bernard E. Flaherty (Nova York: Columbia University Press, 1961), 231; Cameron, "Psychic Driving", 504.

(32) Marks, *The Search for the Manchurian Candidate*, 138.

(33) Cameron e Pande, "Treatment of the Chronic Paranoid Schizophrenic Patient", 92.

(34) Cameron, "Production of Differential Amnesia as a Factor in the Treatment of Schizophrenia", 27.

(35) Thomas, *Journey into Madness*, 234.

(36) Cameron *et al.*, “Sensory Deprivation”, 226, 232.

(37) Lawrence Weschler, *A Miracle, a Universe: Settling Accounts with Torturers* (Nova York: Pantheon Books, 1990), 125.

(38) Entrevista publicada na revista canadense *Weekend* e citada em Thomas, *Journey into Madness,* 169.

(39) Cameron, “Psychic Driving”, 508.

(40) Cameron estava citando outro pesquisador, Norman Rosenzweig, para fundamentar sua tese. Cameron *et al.*, “Sensory Deprivation”, 229.

(41) Weinstein, *Psychiatry and the CIA,* 222.

(42) “Project MKUltra, The CIAs Program of Research in Behavioral Modification”, *Joint Hearings Before the Select Committee on Intelligence and the Subcomittee on Health and Scientific Research of the Committee on Human Resources*, Senado dos Estados Unidos, 95ª leg., 1ª sessão, 3 de agosto de 1977. Citado em Weinstein, *Psychiatry and the CIA,* 178.

(43) *Ibid.,* 143.

(44) James LeMoyne, “Testifying to Torture”, *New York Times,* 5 de junho de 1988.

(45) Jennifer Harbury, *Truth, Torture and the American Way: the History and Consequences of U.S. Involvement in Torture* (Boston: Beacon Press, 2005), 87.

(46) Senate Select Committee on Intelligence, “Transcript of Proceedings before the Select Committee on Intelligence: Honduran Interrogation Manual Hearing”, 16 de junho de 1988 (Box 1 CIA Training Manuals, Folder: Interrogation Manual Hearings, National Security Archives). Citado em McCoy, *A Question of Torture,* 96.

(47) Tim Weiner, “Interrogation, C.I.A.-Style”, *New York Times*, 9 de fevereiro de 1997; Steven M. Kleinman, “KUBARK Counterintelligence Interrogation Review: Observations of an Interrogator”, February 2006 in Intelligence Science Board, *Educing Information* (Washington, DC: National Defense Intelligence College, dezembro de 2006), 96.

(48) Agência Central de Inteligência, *Kubark Counterintelligence Interrogation,* julho de 1963, páginas 1 e 8. Manual tornado público e disponível na íntegra em National Security Archives, www.gwu.edu/~nsarchiv. Ênfase adicional.

(49) *Ibid.,* 1, 38.

(50) *Ibid.,* 1-2.

(51) *Ibid.,* 88.

(52) *Ibid.,* 90.

(53) Agência Central de Inteligência, *Human Resource Exploitation Training Manual — 1983.* Manual tornado público e disponível na íntegra em National Security Archives, www.gwu.edu/~nsarchiv. NOTA DE RODAPÉ: *Ibid.*

(54) Agência Central de Inteligência, *Kubark Counterintelligence Interrogation*, julho de 1963, 49-50, 76-77.

(55) *Ibid.*, 41, 66.

(56) McCoy, *A Question of Torture*, 8.

(57) McCoy, “Cruel Science”, 220.

(58) Frantz Fanon, *A Dying Colonialism*, trad. Haakon Chevalier (1965, reimp. Nova York: Grove Press, 1967), 138.

(59) Pierre Messmer, ministro da Defesa da França de 1960 a 1969, conta que os norte-americanos convidaram os franceses para treinar soldados nos Estados Unidos. Como resposta, o general Paul Aussaresses, o mais notório e impenitente especialista em tortura da França, foi para Fort Bragg e instruiu soldados estadunidenses em técnicas de “captura, interrogatório e tortura”. *Death Squadrons: The French School*, documentário dirigido por Marie-Monique Robin (Idéale Audience, 2003).

(60) McCoy, *A Question of Torture*, 65.

(61) Dianna Ortiz, *The Blindfold’s Eyes* (Nova York: Orbis Books, 2002), 32.

(62) Harbury, *Truth, Torture and the American Way*.

(63) Nações Unidas, *Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra*, adotada em 12 de agosto de 1949, www.ohchr.org; *Código Uniforme de Justiça Militar*, subcapítulo 10: Artigos Punitivos, seção 893, artigo 93, www.au.af.mil.

(64) Agência Central de Inteligência, *Kubark Counterintelligence Interrogation*, 2; Agência Central de Inteligência, *Human Resource Exploitation Training Manual — 1983*.

(65) Craig Gilbert, “War Will Be Stealthy”, *Milwaukee Journal Sentinel*, 17 de setembro de 2001; Garry Wills, *Reagan’s America: Innocents at Home* (Nova York: Doubleday, 1987), 378.

(66) Katharine Q. Seelye, “A Nation Challenged”, *New York Times*, 20 de março de 2002; Alberto R. Gonzales, *Memorandum for the President*, 25 de janeiro de 2002. www.msnbc.msn.com.

(67) Jerald Phifer, “Subject: Request for Approval of Counter-Resistance Strategies”, *Memorandum for Commander, Joint Task Force 170*, 11 de outubro de 2002: 6. Documento tornado público, www.npr.org.

(68) Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Escritório de Consultoria Legal, Escritório do Procurador-Geral Assistente, *Memorandum for Alberto R. Gonzales, Counsel to the President*, 1º de agosto de 2002, www.washingtonpost.com. NOTA DE RODAPÉ: “Military Comissions Act of 2006”, Subcapítulo VII, Seção 6, thomas.loc.gov; Alfred W. McCoy, “The U.S. Has a History of Using Torture”, History News Network, George Mason University, 4 de dezembro de 2006, www.hnn.us; “The Imperial Presidency at Work”, *New York Times*, 15 de janeiro de 2006.

(69) Kleinman, “KUBARK Counterintelligence Interrogation Review”, 95.

(70) Dan Eggen, “Padilla Case Raises Questions about Anti-Terror Tactics”, *Washington Post,* 19 de novembro de 2006.

(71) Curt Anderson, “Lawyers Show Images of Padilla in Chains”, The Associated Press, 4 de dezembro de 2006; John Grant, “Why Did They Torture Jose Padilla”, *Philadelphia Daily News,* 12 de dezembro de 2006.

(72) AAP, “US Handling of Hicks Poor: PM”, *Sydney Morning Herald,* 6 de fevereiro de 2007.

(73) Shafiq Rasul, Asif Iqbal e Rhuhel Ahmed, *Composite Statement: Detention in Afghanistan and Guantánamo Bay* (Nova York: Center for Constitutional Rights, 26 de julho de 2004), 95, www.ccr-ny.org.

(74) Adam Zagorin e Michael Duffy, “Inside the Interrogation of Detainee 063”, *Time*, 20 de junho de 2005.

(75) James Yee e Aimee Molloy, *For God and Country: Faith and Patriotism under Fire* (Nova York: Public Affairs, 2005), 101-102; Tim Golden e Margot Williams, “Hunger Strike Breaks Out at Guantanamo”, *New York Times,* 8 de abril de 2007.

(76) Craig Whitlock, “In Letter, Radical Cleric Details CIA Abduction, Egyptian Torture”, *Washington Post*, 10 de novembro de 2006.

(77) *Ibid.*

(78) Anistia Internacional, “Italy, Abu Omar: Italian Authorities Must Cooperate Fully with All Investigations”, Public Statement, 16 de novembro de 2006, www.amnesty.org.

(79) Jumah al-Dossari, “Days of Adverse Hardship in U.S. Detention Camps — Testimony of Guantanamo Detainee Jumah al-Dossari”, Anistia Internacional, 16 de dezembro de 2005.

(80) Mark Landler e Souad Mekhennet, “Freed German Detainee Questions His Country’s Role”, *New York Times*, 4 de novembro de 2006.

(81) A.E. Schwartzman e P.E. Termansen, “Intensive Electroconvulsive Therapy: a Follow-Up Study”, *Canadian Psychiatric Association Journal* 12, nº 2 (1967): 217.

(82) Eric Eckholm, “Winning Hearts of Iraqis with a Sewage Pipeline”, *New York Times,* 5 de setembro de 2004.

CAPÍTULO 2

O OUTRO DOUTOR DO CHOQUE

MILTON FRIEDMAN E A BUSCA PELO LABORATÓRIO DO *LAISSEZ-FAIRE*

> **Os tecnocratas da economia podem ser capazes de estruturar uma reforma fiscal aqui, uma nova lei de seguridade social ali, ou um regime de taxa de câmbio modificado em qualquer outro lugar, mas eles nunca desfrutam do luxo de um espaço vazio sobre o qual construir, na íntegra, a ossatura de sua política econômica predileta.**
> — Arnold Harberger, professor de economia da Universidade de Chicago, 1998[1]

EXISTEM POUCOS AMBIENTES ACADÊMICOS tão profundamente mitificados quanto o departamento de economia da Universidade de Chicago, uma instituição plenamente consciente da sua importância não apenas como uma faculdade, mas como uma Escola de Pensamento. Nela, não somente eram treinados os estudantes; estava sendo erguida e fortalecida a Escola de Economia de Chicago, fruto da imaginação de um círculo de acadêmicos conservadores, cujas ideias representavam um escudo revolucionário contra o pensamento "estatista" dominante na época. Ninguém atravessava as portas do prédio das ciências sociais para buscar uma coisa tão prosaica quanto um diploma. Sobre seu pórtico havia a inscrição "Ciência é Mensuração" e, no lendário refeitório, os estudantes testavam o próprio caráter quando se atreviam a desafiar os professores titânicos. Entrar ali significava alistar-se numa batalha. Gary Becker, um economista conservador e ganhador do Prêmio Nobel, resumiu a questão: "Nós éramos guerreiros em combate contra a maior parte dos outros membros da profissão."[2]

O departamento de economia da Universidade de Chicago, assim como o departamento de psiquiatria de Ewen Cameron na Universidade McGill, estava sob o comando de um homem ambicioso e carismático, cuja missão era revolucionar sua profissão de modo fundamental. Aquele homem era Milton Friedman. Embora tivesse muitos mentores e colegas que acreditavam tão

ferozmente quanto ele no *laissez-faire* radical, foi a energia de Friedman que deu à escola o seu fervor revolucionário. Becker se recorda da faculdade nesses termos: “As pessoas sempre me perguntavam: ‘Por que está tão animado? Vai sair com uma bela mulher?’ ‘Não’, eu respondia, ‘vou para uma aula de economia!’ Ser aluno de Milton era uma coisa realmente mágica.”(3)

A missão de Friedman, tal qual a de Cameron, repousava no sonho de voltar a um estado de saúde “natural”, quando tudo estava em equilíbrio, antes que as interferências humanas criassem padrões distorcidos. Enquanto Cameron sonhava em recuar a mente humana até aquele estágio primitivo, Friedman sonhava em desmontar os moldes das sociedades, fazendo-as retornar ao estado de capitalismo puro, livre de todas as interrupções — regulação governamental, barreiras comerciais e interesses entrincheirados. Na linha de Cameron, Friedman acreditava que uma economia altamente desvirtuada só conseguiria alcançar o estágio anterior aos deslizes por meio de choques dolorosos deliberadamente infligidos: somente os “remédios amargos” podiam eliminar as deturpações e os maus princípios. Cameron utilizou a eletricidade para aplicar seus choques; a ferramenta escolhida por Friedman foi a política — ele estimulou políticos audaciosos a usarem o tratamento de choque em países que passavam por dificuldades. Ao contrário de Cameron, no entanto, que podia testar rapidamente em pacientes indefesos suas teorias sobre animais de estimação, Friedman precisaria esperar duas décadas e diversos desvios e reviravoltas da história para ter a chance de colocar em prática seus sonhos radicais de apagamento e criação.

Frank Knight, um dos fundadores da Escola de Economia de Chicago, acreditava que o professor deveria “inculcar” em seus alunos a crença de que cada teoria econômica é “uma feição sagrada do sistema”, e não uma hipótese a se discutir.(4) O núcleo desse tipo de ensino do sagrado em Chicago era a afirmação de que as forças econômicas de oferta, demanda, inflação e desemprego eram como as forças da natureza, fixas e imutáveis. Nos mercados verdadeiramente livres imaginados nos textos e nas aulas de Chicago, essas forças existiam em perfeito equilíbrio, a oferta correspondendo à demanda do mesmo modo que as marés são influenciadas pela Lua. Se as economias sofriam com a inflação, de acordo com a teoria estritamente monetarista de Friedman, era única e exclusivamente porque seus administradores erraram ao permitir que muito dinheiro entrasse em circulação no sistema, em vez de deixar que o mercado encontrasse o seu próprio equilíbrio. Exatamente como os ecossistemas autorregulados se conservam equilibrados, o mercado entregue aos seus próprios mecanismos de ajuste

sempre cria somente a quantidade certa de produtos com os preços corretos, fabricados por trabalhadores que recebem salários compatíveis com a compra desses bens — um paraíso de pleno emprego, criatividade ilimitada e inflação zero.

Segundo Daniel Bell, sociólogo de Harvard, essa paixão por um sistema idealizado é a qualidade que define a economia do livre mercado radical. O capitalismo é encarado como "um conjunto precioso de movimentos" ou um "relógio celestial... uma obra de arte tão irresistível que faz pensar nos célebres quadros de Apelles, que pintou um cacho de uvas tão realista que foi capaz de atrair os pássaros que vinham bicá-lo".(5)

O desafio para Friedman e seus colegas era provar que o mercado do mundo real podia atingir suas fantasias enlevadas. Friedman sempre se orgulhou de tratar a economia como uma ciência tão difícil e rigorosa quanto a física e a química. A diferença é que os cientistas naturais podiam demonstrar o comportamento dos elementos para comprovar suas teorias. Friedman não conseguia apontar uma única economia capaz de provar que a eliminação de todas as "distorções" deixaria à vista uma sociedade em perfeito estado de saúde e bonança, simplesmente porque nenhum país do mundo preenchia todos os requisitos do perfeito *laissez-faire*. Impossibilitados de testar suas teorias nos Bancos Centrais e Ministérios do Comércio, Friedman e seus colegas tiveram de se contentar com equações matemáticas elaboradas e engenhosas e com modelos de computador desenvolvidos nos gabinetes térreos do prédio das ciências sociais.

O amor pelos números e pelos sistemas foi o que levou Friedman para a economia. Em sua autobiografia, ele conta que seu momento de epifania ocorreu quando um professor de geometria do colégio escreveu o teorema de Pitágoras no quadro e depois, envolvido pela sua elegância, recitou o poema de John Keats intitulado "Ode sobre uma urna grega": "'A beleza é a verdade, a verdade a beleza'/ — É tudo o que há para saber, e nada mais."[10] (6) Friedman transmitiu o amor apaixonado por esse belo e abrangente sistema para diversas gerações de economistas — junto com a busca por simplicidade, elegância e rigor.

Como todas as formas de fé fundamentalista, a Escola de Economia de Chicago representa, para seus seguidores, um circuito fechado. A premissa fundamental é a de que o livre mercado é um sistema científico perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, criam o máximo benefício para todos. Se alguma coisa dá errado em uma economia de livre mercado — inflação alta ou desemprego crescente — é porque o mercado não está verdadeiramente livre. Deve haver algum tipo de interferência, alguma

distorção no sistema. A solução de Chicago é sempre a mesma: uma aplicação ainda mais completa e rigorosa de seus fundamentos.

Quando Friedman morreu, em 2006, seus obituários lutaram para resumir a amplitude do seu legado. Um deles fez a seguinte declaração: “O mantra de Milton, baseado no livre mercado, nos preços livres, na escolha do consumidor e na liberdade econômica, é o responsável pela prosperidade global que hoje usufruímos.”(7) Isso é parcialmente verdadeiro. A natureza dessa prosperidade global — quem participa dela, quem não participa, de onde surgiu — é altamente contestada, contudo. O que parece irrefutável é o fato de que o livro-texto de Friedman sobre o livre mercado, ao lado de suas conhecidas estratégias para impô-lo, fez algumas pessoas extremamente prósperas, garantindo-lhes algo próximo da liberdade completa — para ignorar as fronteiras nacionais, escapar da regulação e da taxação, e acumular mais riqueza.

Essa aptidão para criar pensamentos altamente lucrativos parece ter se desenvolvido ainda na primeira infância de Friedman, quando seus pais, imigrantes húngaros, compraram uma fábrica de vestuário em Rahway, Nova Jersey. O apartamento da família ficava no mesmo prédio da loja, que, segundo o próprio Friedman escreveu, “seria chamada hoje de ‘suadouro’[11]”.(8) Aqueles tempos eram voláteis para os proprietários de *sweatshops*, pois os marxistas e anarquistas organizavam os trabalhadores imigrantes em sindicatos — a fim de exigir regulamentações seguras e folgas nos fins de semana — e debatiam a teoria sobre o direito dos trabalhadores à propriedade, nos encontros após os turnos. Como filho do patrão, Friedman com certeza enxergava uma perspectiva diferente nesses debates. Embora a fábrica de seu pai tenha fechado as portas, ele a mencionava com frequência, em suas aulas e entrevistas na televisão, como um estudo de caso para exemplificar os benefícios do capitalismo desregulamentado — prova de que mesmo as piores e mais desreguladas profissões servem de primeiro degrau para a escada que leva à liberdade e à prosperidade.

Uma grande parte do atrativo da Escola de Economia de Chicago vinha do fato de que, numa época em que ideias de esquerda radicais, identificadas com o poder dos trabalhadores, estavam ganhando o mundo, ela encontrou um meio radical de defender os interesses dos proprietários, que era infundido com doses próprias de idealismo. Ouvindo Friedman falar sobre isso, não se tratava do direito dos fabricantes de pagarem baixos salários para os empregados, mas, ao contrário, da busca pela forma mais pura possível de “democracia participativa”, posto que no livre mercado “cada homem pode votar, e também escolher a cor

de sua gravata”.[9] Enquanto os esquerdistas prometiam libertar os trabalhadores de seus patrões, os cidadãos das ditaduras, os países do colonialismo, Friedman prometia “liberdade individual”, um projeto que elevava os cidadãos atomizados acima de qualquer empreitada coletiva e liberava-os para expressarem sua mais completa vontade por meio de suas escolhas de consumo. “Particularmente estimulante era a presença das mesmas qualidades que tornaram o marxismo tão interessante para muitos outros jovens daquela época — simplicidade com aparente completude lógica; idealismo combinado com radicalismo”, lembrou o economista Don Patinkin, que estudou em Chicago na década de 1940.[10] Os marxistas tinham a sua utopia dos trabalhadores, os membros de Chicago tinham a sua utopia dos empresários, e ambas reivindicavam que a perfeição e o equilíbrio triunfariam em suas realizações.

Como sempre, a questão era por quais caminhos alcançar aquele objetivo a partir deste ponto. Os marxistas eram claros: pela revolução — livrando-se do atual sistema e substituindo-o pelo socialismo. Para os membros de Chicago, a resposta não era tão direta. Segundo acreditavam, os Estados Unidos eram um país capitalista apenas em termos. Tanto nos Estados Unidos quanto em todas as economias supostamente capitalistas, eles viam interferências em todas as esferas. Para tornar os produtos mais acessíveis, os políticos impunham controles de preços; para diminuir a exploração dos trabalhadores, fixavam um salário mínimo; para garantir que todos tivessem acesso à educação, deixavam-na nas mãos do Estado. Para Friedman e seus colegas, essas medidas, que pareciam ajudar as pessoas, na verdade causavam um grave mal ao equilíbrio do mercado e à capacidade de seus vários agentes de se comunicarem uns com os outros. A missão da Escola de Chicago, portanto, era de purificação — despir o mercado de todas essas interferências e deixar o livre mercado cantar.

Por esse motivo, os membros de Chicago não viam os marxistas como os seus verdadeiros inimigos. A origem autêntica dos problemas deveria ser buscada nas ideias dos keynesianos nos Estados Unidos, dos socialdemocratas na Europa e dos desenvolvimentistas no assim chamado Terceiro Mundo. Eles acreditavam não numa utopia, mas numa economia mista, encarada pelos membros de Chicago como uma miscelânea medonha de capitalismo para produção e distribuição de bens de consumo, socialismo para a educação, propriedade estatal dos recursos essenciais como a água, e todos os tipos de legislação destinada a amenizar os excessos do capitalismo. Assim como o fundamentalista religioso que mantém um respeito ressentido por fundamentalistas de outras religiões e por ateístas confessos, mas despreza os que acreditam sem paixão, os membros de Chicago declararam guerra aos profissionais adeptos da economia mista. O que eles pretendiam não era uma

revolução exatamente, mas uma reforma: um retorno ao capitalismo não contaminado.

Muito desse purismo vinha de Friedrich Hayek, o guru pessoal de Friedman que também lecionou na Universidade de Chicago durante um período dos anos 1950. O austríaco severo advertiu que qualquer envolvimento governamental na economia seria capaz de lançar a sociedade no "caminho para a servidão" e deveria ser extirpado.(11) De acordo com Arnold Harberger, um professor antigo na Escola de Chicago, "os austríacos", como era conhecida aquela panelinha, eram muito cuidadosos com relação a qualquer forma de interferência do Estado, que eles julgavam não apenas errada, mas "ruim... É como se existisse lá fora um quadro muito bonito, porém altamente complexo, que é perfeitamente harmonioso, sabe? E se aparece uma mancha onde não deveria aparecer, bem, fica horrível... é uma imperfeição que macula aquela beleza".(12)

Em 1947, quando Friedman se juntou a Hayek para fundar a Sociedade do Monte Pelerin — um clube de economistas de livre mercado batizado com o nome da cidade suíça onde foi criado —, a ideia de que a atividade empresarial deveria ser deixada solta para governar o mundo como bem entendesse dificilmente era aceita por pessoas bem-educadas. As lembranças da quebra de mercado em 1929 e da Grande Depressão que a seguiu ainda estavam frescas — poupanças de uma vida inteira destroçadas da noite para o dia, suicídios, distribuição de sopas, desabrigados. A escala dessa destruição provocada pelo mercado levou a uma demanda crescente por uma nova forma de administração governamental. A Depressão não assinalara o fim do capitalismo, mas foi, como John Maynard Keynes prognosticou anos mais tarde, "o fim do *laissez-faire*" — o fim do mercado autorregulado.(13) O período de 1930 até o começo da década de 1950 foi de ousadia realizadora: o *ethos* do possível implantado pelo New Deal abriu caminho para o esforço de guerra, com programas de obras públicas deslanchados para criar os empregos mais do que necessários e novos programas sociais assumidamente destinados a prevenir que um número maior de pessoas migrasse para o radicalismo de esquerda. Foi uma época em que o acordo entre esquerda e direita não era uma palavra suja, mas parte daquilo que muitos viam como uma nobre missão para evitar um mundo, como Keynes escreveu ao presidente Roosevelt em 1933, no qual "ortodoxia e revolução" seriam levadas "a guerrear".(14) John Kenneth Galbraith, herdeiro do manto de Keynes nos Estados Unidos, descreveu a missão primordial de políticos e economistas como sendo a de "impedir a depressão e evitar o desemprego".(15)

A Segunda Guerra Mundial acrescentou uma urgência ainda maior à guerra contra a pobreza. O nazismo tinha fincado raízes na Alemanha num período em que o país se encontrava numa depressão devastadora, causada pelas reparações

punitivas impostas após a Primeira Guerra Mundial e aprofundada pela crise de 1929. Keynes tinha alertado antes para o perigo de se optar pela visão liberal acerca da pobreza na Alemanha, o que seria desastroso: “a vingança, ouso prever, não tardará”.[16] Essas palavras não foram ouvidas naquele momento, mas quando a Europa foi reconstruída, depois da Segunda Guerra Mundial, as potências ocidentais acataram a ideia de que as economias de mercado precisavam garantir uma dignidade elementar a fim de impedir que os cidadãos desiludidos encontrassem uma ideologia mais atraente, o fascismo ou o comunismo. Foi esse imperativo pragmático que levou à criação de quase tudo que nós hoje associamos aos dias passados do capitalismo “decente” — seguridade social nos Estados Unidos, serviço público de saúde no Canadá, bem-estar na Grã-Bretanha, proteção aos trabalhadores na França e na Alemanha.

Um espírito semelhante, normalmente denominado desenvolvimentismo ou nacionalismo terceiro-mundista, estava nascendo no mundo subdesenvolvido. Os economistas desenvolvimentistas argumentavam que seus países só conseguiriam escapar definitivamente do ciclo de pobreza se perseguissem uma estratégia de industrialização voltada para dentro, em vez de se apoiar na exportação de recursos naturais para a Europa e os Estados Unidos, pois os seus preços se encontravam numa trajetória declinante. Eles defendiam a regulação ou mesmo a nacionalização de petróleo, minerais e outras indústrias essenciais, de modo que uma boa parte dos lucros alimentasse um processo de desenvolvimento conduzido pelo governo.

Nos anos 1950, desenvolvimentistas como os keynesianos e os socialdemocratas dos países ricos estavam em condições de jactar-se de uma série de histórias de sucesso impressionantes. O laboratório mais avançado do desenvolvimentismo era a zona sulina da América do Sul, conhecida como Cone Sul: Chile, Argentina, Uruguai e partes do Brasil. Seu epicentro era a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas baseado em Santiago, no Chile, e conduzido pelo economista Raúl Prebisch, de 1950 a 1963. Prebisch treinou diversas equipes de economistas nas teorias desenvolvimentistas e despachou-os para atuarem como conselheiros governamentais em todo o continente. Políticos nacionalistas, como o argentino Juan Perón, colocaram suas ideias em prática como desforra — investindo dinheiro público em projetos de infraestrutura como estradas e usinas siderúrgicas, subsidiando empreendimentos locais com generosidade, a fim de construir suas novas instalações que produziriam enormes quantidades de carros e máquinas de lavar, e proibindo a entrada de importados por meio de tarifas elevadas.

Durante esse período espetacular de expansão, o Cone Sul começou a se parecer mais com a Europa e os Estados Unidos do que com o resto da América Latina e outras partes do Terceiro Mundo. Os trabalhadores das novas indústrias formaram sindicatos poderosos, que negociavam salários do porte da classe média, e mandaram seus filhos estudar nas universidades públicas recém-construídas. A enorme distância entre a elite glamorosa da região e as massas camponesas começou a se estreitar. Na década de 1950, a Argentina possuía a maior classe média do continente, ao passo que o vizinho Uruguai exibia uma taxa de alfabetização de 95% e oferecia atendimento gratuito de saúde para todos os cidadãos. O desenvolvimentismo foi tão espantosamente bem-sucedido por um período, que o Cone Sul da América Latina se transformou num forte símbolo para países pobres de todo o mundo: ali estava a prova de que, com políticas práticas e inteligentes, implementadas de modo agressivo, a divisão de classes entre o Primeiro e o Terceiro Mundo podia ser de fato eliminada.

Todo esse sucesso das economias administradas — no Norte keynesiano e no Sul desenvolvimentista — produziu dias sombrios para o departamento de economia da Universidade de Chicago. Os acadêmicos arqui-inimigos dos membros de Chicago, que provinham das universidades de Harvard, Yale e Oxford, estavam sendo recrutados pelos presidentes e primeiros-ministros para ajudá-los a domar a fera do mercado; quase ninguém estava interessado nas ideias audaciosas de Friedman acerca de deixá-lo ainda mais livre do que nunca. Havia, no entanto, umas poucas pessoas que mostravam um agudo interesse nas ideias da Escola de Chicago — e elas eram muito poderosas.

Para os dirigentes das grandes corporações multinacionais dos Estados Unidos, que precisavam enfrentar um ambiente muito menos hospitaleiro no mundo subdesenvolvido e um sindicalismo muito mais aguerrido dentro de casa, os anos de forte crescimento após a guerra representaram tempos difíceis. A economia crescia depressa, uma riqueza enorme estava sendo criada, mas os proprietários e os acionistas daquela riqueza tinham de redistribuí-la em grande medida, por meio de impostos sobre as corporações e salários para os trabalhadores. Todos estavam indo muito bem; porém, com o retorno às regras da fase pré-New Deal, uns poucos poderiam ficar ainda melhor.

A revolução keynesiana contra o *laissez-faire* estava custando bastante caro para o setor corporativo. Era evidente que se tornara necessária uma contrarrevolução para enfrentar o keynesianismo e recuperar o território perdido, era preciso voltar a um modelo de capitalismo ainda mais desregulado do que o anterior à Depressão. Mas Wall Street não conseguiria liderar essa cruzada sozinha — não naquele ambiente. Se Walter Wriston, que era presidente do Citibank e grande amigo de Friedman, tivesse vindo a público para defender a

abolição do salário mínimo e dos impostos sobre as corporações, naturalmente teria sido acusado de ser um barão ladrão[12]. Foi justamente aí que entrou a Escola de Chicago. Logo ficou claro que Friedman, um matemático brilhante e um debatedor qualificado, imprimia a esses argumentos uma qualidade inteiramente diferente. Eles podiam ser descartados como equivocados, mas estavam imbuídos de uma aura de imparcialidade científica. A enorme vantagem de ter os interesses das corporações filtrados por instituições acadêmicas ou quase acadêmicas não só garantiu doações para a Escola de Chicago, mas gerou a rede global de entidades formadoras do pensamento de direita que abrigaria e alimentaria os soldados contrarrevolucionários pelo mundo todo.

Voltava-se à mensagem insistente de Friedman: tudo deu errado no New Deal. Foi ali que muitos países, "inclusive o meu, pegaram o caminho errado".(17) Para levar os governos de volta ao rumo certo, Friedman desenvolveu, em seu livro mais popular — *Capitalismo e liberdade* —, os princípios que orientariam o livre mercado global e, nos Estados Unidos, comporiam a agenda do movimento neoconservador.

Em primeiro lugar, os governos deveriam abolir todas as regras e regulamentações que se interpunham no caminho da acumulação de lucros. Em segundo, deveriam vender todos os ativos que possuíam e que podiam ser administrados pelas corporações, com fins lucrativos. E em terceiro, precisavam cortar dramaticamente os fundos destinados aos programas sociais. Dentro dessa fórmula tripartite de desregulamentação, privatização e cortes, Friedman ainda oferecia especificações. Os impostos, no caso de precisarem existir, deveriam ser baixos, taxando ricos e pobres na mesma importância fixa. As corporações deveriam ser livres para vender seus produtos em qualquer lugar do mundo, e os governos deveriam ser impedidos de proteger as propriedades e as indústrias locais. Todos os preços, inclusive o preço do trabalho, seriam definidos pelo mercado. O salário mínimo deveria ser abolido. Para a privatização, Friedman oferecia atividades como os cuidados com a saúde, o serviço de correios, a educação, as aposentadorias e até mesmo os parques nacionais. Em suma, de modo escancarado, ele estava propondo romper com o New Deal — aquele incômodo armistício entre Estado, corporações e trabalhadores, que havia evitado a revolta popular após a Grande Depressão. A contrarrevolução da Escola de Chicago pretendia eliminar todas as formas de proteção que os trabalhadores haviam conquistado e todos os serviços públicos que o Estado oferecia com o objetivo de aparar as arestas do mercado.

Suas ambições ainda iam além: a contrarrevolução pretendia expropriar tudo que os trabalhadores e os governos construíram durante aquelas décadas de obras públicas frenéticas. Os ativos que Friedman apressava os governos a venderem eram o produto final de anos de investimento público e conhecimentos que ajudaram a construí-los e torná-los valiosos. No entendimento do economista, toda essa riqueza compartilhada deveria ser passada às mãos da iniciativa privada, como princípio.

Embora estivesse sempre protegida pela linguagem da matemática e da ciência, a visão de Friedman coincidia exatamente com os interesses das grandes multinacionais, cujo apetite natural ansiava por novos mercados desregulados. No primeiro estágio da expansão capitalista, esse tipo de crescimento voraz era propiciado pelo colonialismo — por meio da "descoberta" de novos territórios e da apropriação da terra sem precisar pagar por ela, e depois pela extração de suas riquezas sem oferecer recompensas às populações nativas. A guerra que Friedman travou contra o "Estado de bem-estar" e o "grande governo" acenou com a promessa de nova fonte de riquezas — só que desta vez não era pela conquista de novos territórios, mas pela transformação do próprio Estado em uma nova fronteira, leiloando seus serviços públicos e ativos por um preço muito abaixo de seu real valor.

A guerra contra o desenvolvimentismo

Nos Estados Unidos, durante a década de 1950, o acesso a essas riquezas ainda parecia muito distante. Mesmo com um republicano linha-dura como Dwight Eisenhower na Casa Branca, não havia uma chance real de virada para a direita como aquela que os membros da Escola de Chicago sugeriam — os serviços públicos e a proteção aos trabalhadores eram populares demais e Eisenhower estava de olho na próxima eleição. Embora tivesse pouco apetite para reverter o keynesianismo no plano doméstico, ele se mostrou ansioso para mudar radicalmente suas atitudes a fim de derrotar o desenvolvimentismo no exterior. Foi uma campanha na qual a Universidade de Chicago desempenhou um papel crucial.

Quando Eisenhower assumiu o poder, em 1953, o Irã era comandado por um líder desenvolvimentista chamado Mohammad Mossadegh, que já tinha nacionalizado a indústria de petróleo, e a Indonésia estava nas mãos do ambicioso Achmed Sukarno, que se mostrava disposto a um alinhamento com os demais países do Terceiro Mundo para construir uma alternativa poderosa ao Ocidente e ao bloco soviético. O crescente sucesso das economias nacionalistas

do Cone Sul despertava um enorme interesse no Departamento de Estado. Numa época em que significativas parcelas do globo estavam aderindo ao stalinismo e ao maoísmo, as propostas de desenvolvimento por "substituição de importações" pareciam especialmente centristas. Mesmo assim, a ideia de que a América Latina merecia ter o próprio New Deal ainda arrebanhava inimigos poderosos. Os proprietários feudais da terra no continente estavam felizes com o antigo *status quo*, que lhes garantia lucros exorbitantes e uma camada imensa de camponeses pobres para trabalhar nos campos e nas minas. Eles agora se sentiam ultrajados ao ver seus lucros sendo desviados para construir outros setores, seus trabalhadores exigindo a reforma agrária, e o governo mantendo artificialmente baixos os preços de seus grãos para que os alimentos se tornassem acessíveis. As corporações norte-americanas e europeias que tinham negócios na América Latina também começaram a expressar queixas similares aos seus governantes: seus produtos eram barrados nas fronteiras, seus trabalhadores exigiam maiores salários e, o que mais preocupava, havia boatos de que tudo que pertencia a estrangeiros, de minas a bancos, poderia ser nacionalizado para financiar o sonho latino-americano de independência econômica.

Sob pressão dos interesses das corporações, surgiu, em alguns círculos ligados à política externa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, um movimento que tentou colocar os governos desenvolvimentistas dentro da lógica binária da Guerra Fria. Não se deixem enganar pelo verniz democrático e moderado, esses falcões advertiram: o nacionalismo do Terceiro Mundo é o primeiro passo rumo ao totalitarismo comunista e deve ser cortado pela raiz. Os dois representantes mais importantes dessa teoria eram John Foster Dulles, secretário de Estado de Eisenhower, e seu irmão, Allen Dulles, cabeça da recém-criada CIA. Antes de assumir seus postos na esfera pública, ambos tinham trabalhado na lendária firma de direito nova-iorquina Sullivan & Cromwell, na qual representaram muitas das companhias que mais tinham interesses a perder com o desenvolvimentismo, destacando-se a J.P. Morgan & Company, a International Nickel Company, a Cuban Sugar Cane Corporation e a United Fruit Company.[18] Os resultados da ascensão dos irmãos Dulles foram imediatos: em 1953 e 1954, a CIA encenou os seus dois primeiros *coups d'état*, ambos contra governos do Terceiro Mundo que se identificavam mais com Keynes do que com Stalin.

O primeiro foi em 1953, quando uma conspiração da CIA derrubou com sucesso Mossadegh no Irã, substituindo-o pelo xá brutal. O outro foi o golpe apoiado pela CIA na Guatemala, sob o comando direto da United Fruit Company. A corporação, que ainda podia contar com as informações

privilegiadas dos irmãos Dulles, por força de seu tempo na Cromwell, estava indignada com o presidente Jacobo Arbenz Guzmán, que havia expropriado parte das terras improdutivas (com total indenização), dentro do projeto de transformar a Guatemala, como afirmou, “de um país atrasado, com uma economia predominantemente feudal, em um estado capitalista moderno” — um objetivo aparentemente inaceitável.[19] Em pouco tempo, Arbenz estava fora e a United Fruit voltava ao comando.

Erradicar o desenvolvimentismo no Cone Sul, onde ele havia criado raízes mais profundas, era um desafio muito maior. Descobrir o melhor meio de atingir essa meta era o tema da discussão entre dois norte-americanos, quando eles se encontraram em Santiago, no Chile, em 1953. Um deles era Albion Patterson, diretor da Administração para a Cooperação Internacional dos Estados Unidos, no Chile — a agência que mais tarde viria a constituir a USAID (United States Agency for International Development) —, e o outro era Theodore W. Schultz, diretor do departamento de economia da Universidade de Chicago. Patterson estava cada dia mais preocupado com a influência irritante de Raúl Prebisch e de outros economistas latino-americanos “vermelhos”. Ele já havia sublinhado para um colega que “o que nós precisamos fazer é modificar a formação dos homens, é influenciar na educação, que é muito ruim”.[20] Esse objetivo coincidia com a própria crença de Schultz de que o governo dos Estados Unidos não estava fazendo o suficiente para combater o marxismo no plano intelectual. Como ele mesmo disse, “os Estados Unidos precisam fazer estoques de seus programas econômicos no exterior... Nós queremos que eles [os países pobres] alcancem a salvação econômica do nosso lado e empregando os nossos meios de realizar o desenvolvimento econômico”.[21]

Os dois homens surgiram com um plano que finalmente reviraria Santiago, um ninho da economia centralizada no Estado, transformando-a em seu oposto — um laboratório de experimentos para aparar as arestas do livre mercado, dando a Milton Friedman aquilo com que ele sempre sonhara: um país no qual pudesse testar suas teorias tão acalentadas. O plano original era simples: o governo dos Estados Unidos financiaria estudantes chilenos para aprender economia na mais reconhecidamente anti-“vermelha” escola do mundo — a Universidade de Chicago. Schultz e seus colegas da universidade também seriam pagos para viajar até Santiago, a fim de conduzir pesquisas sobre a economia chilena e para treinar alunos e professores nos fundamentos da Escola de Chicago.

O que diferenciava esse plano dos outros programas de treinamento que os estudantes latino-americanos faziam nos Estados Unidos, e que eram muitos, era o seu caráter ideológico indisfarçado. Ao escolher Chicago para treinar os

chilenos — uma escola na qual os professores pregavam o mais completo desmantelamento dos governos com um enfoque unilateral —, o Departamento de Estado norte-americano dava um tiro de advertência em sua guerra contra o desenvolvimentismo, dizendo efetivamente para os chilenos que o governo dos Estados Unidos tinha decidido quais eram as ideias que seus estudantes mais qualificados deveriam e não deveriam aprender. Isso era uma interferência tão gritante dos Estados Unidos nos assuntos internos da América Latina que, quando Albion Patterson se aproximou do reitor da Universidade do Chile, a mais importante do país, e ofereceu-lhe uma bolsa para inaugurar o programa de intercâmbio, o reitor recusou. Disse que só participaria se a sua faculdade tivesse influência sobre a escolha de quem estava conduzindo o treinamento de seus estudantes nos Estados Unidos. Patterson então procurou o reitor de uma universidade menos influente, a Universidade Católica do Chile, uma escola muito mais conservadora, que não tinha departamento de economia. O reitor abraçou a oferta e assim nasceu aquilo que ficou conhecido, em Washington e Chicago, como o "Projeto Chile".

Schultz justificou assim o fato de que o programa só estaria aberto para os poucos estudantes selecionados, e não para qualquer um: "Nós viemos aqui para competir, não para colaborar."[(22)] Essa postura combativa era explícita desde o começo: o objetivo do Projeto Chile era produzir guerreiros ideológicos capazes de vencer a batalha de ideias contra os economistas "vermelhos" da América Latina.

Lançado oficialmente em 1956, o projeto financiou cem estudantes chilenos que buscaram titulação na Universidade de Chicago, de 1957 a 1970, com suas anuidades e despesas pagas pelos contribuintes e pelas fundações dos Estados Unidos. Em 1965, o programa foi ampliado para incluir estudantes de toda a América Latina, com participações especialmente significativas de Argentina, Brasil e México. Essa expansão foi financiada com recursos da Fundação Ford e levou à criação do Centro de Estudos Econômicos Latino-Americanos, da Universidade de Chicago. Durante a vigência do programa, havia entre quarenta e cinquenta latino-americanos estudando economia em nível de graduação, em tempo integral — aproximadamente um terço do total de alunos do departamento. Em programas semelhantes, na Universidade de Harvard e no MIT, havia apenas cerca de quatro ou cinco latino-americanos. Era uma conquista impressionante: em apenas uma década, a ultraconservadora Universidade de Chicago tinha se transformado no principal destino dos latino-americanos que desejavam estudar economia no exterior, um fato que ajudaria a moldar o curso da história na região, nas décadas seguintes.

Doutrinar os visitantes na ortodoxia da Escola de Chicago tornou-se uma prioridade institucional urgente. O diretor do programa, e encarregado de fazer os latino-americanos se sentirem bem-vindos, era Arnold Harberger, um economista que gostava de se vestir de roupas safári, falava espanhol fluentemente, era casado com uma chilena e descrevia a si mesmo como um "missionário verdadeiramente dedicado".(23) Quando os estudantes chilenos começaram a chegar, Harberger criou um "seminário Chile" especial, no qual os professores da Universidade de Chicago apresentavam seus diagnósticos altamente ideológicos sobre o que estava errado com os países da América do Sul — e ofereciam a eles suas prescrições científicas para resolver os problemas.

Como recordou André Gunder Frank, que estudou com Friedman nos anos 1950, e depois se tornou um economista desenvolvimentista mundialmente conhecido, "de repente, o Chile e sua economia se tornaram um tema de conversas diárias no departamento de economia".(24) Todas as políticas chilenas eram colocadas no microscópio e dissecadas: sua forte rede de seguridade social, sua proteção para as indústrias nacionais, suas barreiras comerciais, seus controles de preços. Os estudantes eram ensinados a desdenhar essas tentativas de aliviar a pobreza, e muitos deles dedicaram suas teses de doutorado a dissertar sobre as loucuras do desenvolvimentismo latino-americano.(25) Gunder Frank se lembra de que, quando Harberger voltava de suas frequentes viagens a Santiago, no Chile, nos anos 1950 e 1960, costumava desancar os sistemas de saúde e educação do país — os melhores do continente — como "tentativas absurdas de viver além das possibilidades do subdesenvolvimento".(26)

Dentro da Fundação Ford, havia algumas inquietações quanto a um programa assim tão abertamente ideológico. Alguns realçavam que os únicos latino-americanos convidados a falar para os estudantes em Chicago foram alunos do mesmo programa. Jeffrey Puryear, um dos especialistas da fundação em América Latina, escreveu sobre isso numa das revistas internas da instituição: "Embora a qualidade e o impacto dessa iniciativa não possam ser negados, sua estreiteza ideológica representa uma séria deficiência. Os interesses dos países em desenvolvimento não são satisfeitos quando expostos a um ponto de vista único."(27) Essa observação não serviu para interromper o financiamento dado pela fundação àquele programa.

Quando os primeiros chilenos que estudaram em Chicago voltaram para casa, "estavam ainda mais imbuídos das ideias de Friedman do que ele próprio", como notou Mario Zañartu, um economista da Universidade Católica de Santiago.[13] (28) Muitos assumiram as funções de professores no departamento de economia da Universidade Católica, transformando-o rapidamente em sua pequena Escola de Chicago no centro de Santiago — o mesmo currículo, os

mesmos textos em língua inglesa, a mesma pretensão obstinada de produzir conhecimento “puro” e “científico”. Em 1963, doze dos treze professores de tempo integral do departamento tinham sido formados no programa da Universidade de Chicago, e Sergio de Castro, que fora nomeado diretor da faculdade, fazia parte do primeiro grupo de formandos.[(29)] Dali em diante, os estudantes chilenos não precisariam mais viajar para os Estados Unidos — centenas deles poderiam receber uma educação nos moldes da Escola de Chicago sem sair do país.

Os alunos que se submeteram ao programa, em Chicago ou na franquia que funcionava em Santiago, ficaram conhecidos em toda a região como os “Garotos de Chicago”. Com mais financiamentos da USAID, os Garotos de Chicago do Chile viraram embaixadores entusiasmados das ideias que os latino-americanos chamam de “neoliberalismo”, viajando para a Argentina e a Colômbia a fim de montar novas franquias da Universidade de Chicago e “expandir esse conhecimento por toda a América Latina, confrontando as posições ideológicas que impediam a liberdade e perpetuavam a pobreza e o atraso”, conforme afirmou um diplomado chileno.[(30)]

Juan Gabriel Valdés, ministro das Relações Exteriores do Chile nos anos 1990, descreveu o processo de treinamento dos economistas chilenos na ortodoxia da Escola de Chicago como um “exemplo marcante de transferência organizada de ideologia dos Estados Unidos para um país de sua esfera de influência... A educação desses chilenos decorreu de um projeto específico arquitetado nos anos 1950 para influenciar o desenvolvimento do pensamento econômico no Chile”. Ele ainda salientou que “foram introduzidas na sociedade chilena ideias completamente novas, conceitos inteiramente ausentes no ‘mercado de ideias’”.[(31)]

Como uma forma de imperialismo intelectual, o projeto era certamente imbatível. No entanto, havia um problema: não estava funcionando. De acordo com um relatório da Universidade de Chicago para seus financiadores do Departamento de Estado, em 1957, “o principal objetivo do projeto” era treinar uma geração de estudantes “que viessem a se tornar líderes intelectuais no campo econômico do Chile”.[(32)] Mas os Garotos de Chicago não estavam liderando seus países em lugar nenhum — de fato, estavam sendo deixados para trás.

No começo da década de 1960, o principal debate econômico no Cone Sul não se dava entre o capitalismo do *laissez-faire* e o desenvolvimentismo, mas centrava-se na melhor maneira de levar o desenvolvimento para o próximo

estágio. Os marxistas defendiam uma nacionalização extensiva e uma reforma agrária radical; os centristas argumentavam que a chave era uma cooperação econômica maior entre os países latino-americanos, com o intuito de transformar a região num bloco comercial poderoso, para rivalizar com a Europa e a América do Norte. Nas cabeças e nas ruas, o Cone Sul estava dando uma guinada para a esquerda.

Em 1962, o Brasil se moveu de modo decisivo nessa direção com o presidente João Goulart, um nacionalista econômico comprometido com a reforma agrária, salários maiores e um plano audacioso para forçar as multinacionais a reinvestir um percentual de seus lucros na economia brasileira, em vez de remetê-lo para fora do país e distribuí-lo para seus acionistas em Nova York e Londres. Na Argentina, um governo militar estava tentando derrotar forças semelhantes ao impedir que o partido de Juan Perón participasse das eleições, mas conseguiu apenas que uma nova geração de jovens peronistas radicalizasse ainda mais, a ponto de muitos considerarem até pegar em armas para recuperar o controle do país.

Foi no Chile — o epicentro do experimento de Chicago — que a derrota na batalha das ideias se tornou mais evidente. Na histórica eleição de 1970, o país tinha avançado para a esquerda de tal forma que os três maiores partidos políticos eram a favor da nacionalização da principal fonte de renda do país: as minas de cobre então controladas pelas grandes mineradoras dos Estados Unidos.[33] Em outras palavras, o Projeto Chile era um fiasco muito caro. Como guerreiros ideológicos que travavam uma batalha de ideias contra os adversários de esquerda, os Garotos de Chicago falharam na sua missão. Não só o debate econômico continuava a tender para a esquerda, como os Garotos de Chicago tinham se tornado tão marginalizados que não conseguiam sequer um registro no espectro eleitoral chileno.

Isso poderia ter terminado assim, com o Projeto Chile sendo apenas uma pequena nota de rodapé na história, mas algo aconteceu para tirar os Garotos de Chicago da obscuridade: Richard Nixon se elegeu presidente dos Estados Unidos. Friedman logo se entusiasmou: Nixon "tem uma política externa imaginativa e efetiva no conjunto".[34] Em nenhum outro lugar ela foi mais imaginativa do que no Chile.

Foi Nixon que deu aos Garotos de Chicago e aos seus professores algo com que eles sonhavam há muito tempo: a chance de provar que sua utopia capitalista era mais do que a teoria de uma oficina de fundo de quintal — era uma tentativa de refazer um país a partir do zero. A democracia tinha se tornado inóspita para os Garotos de Chicago, no Chile; a ditadura seria mais conveniente.

O governo da Unidade Popular de Salvador Allende ganhou as eleições de 1970, no Chile, com uma plataforma que prometia colocar sob controle governamental amplos setores da economia dirigidos por corporações estrangeiras e nacionais. Allende era uma nova vertente do espírito revolucionário latino-americano: era médico como Che Guevara, mas, ao contrário de Che, fazia parte dos veteranos compenetrados, e não da guerrilha romântica. Podia pronunciar um discurso tão ardente quanto o de Fidel Castro, mas era um democrata veemente, que acreditava na possibilidade de uma mudança para o socialismo no Chile por meio de uma urna eleitoral, não de um cano de revólver. Quando Nixon soube que Allende havia sido eleito presidente, deu a famosa ordem ao diretor da CIA, Richard Helms, para que "fizesse a economia gritar".(35) A eleição também reverberou por todo o departamento de economia da Universidade de Chicago. Quando Allende ganhou, Arnold Harberger estava no Chile e escreveu uma carta para os colegas descrevendo o evento como uma "tragédia" e informando-os de que "nos círculos da direita, a ideia de um golpe militar já começou a ser levantada".(36)

Embora Allende propusesse a negociação de termos compensatórios justos para as companhias que estavam perdendo propriedades e investimentos, as multinacionais dos Estados Unidos temiam que isso representasse o começo de uma tendência mais abrangente na América Latina, e muitas não aceitaram a ideia de perder o que correspondia a uma boa parte de seus lucros crescentes. Em 1968, 20% do total dos investimentos estrangeiros dos Estados Unidos estavam concentrados na América Latina, com a existência de 5.436 subsidiárias na região. Os lucros propiciados por esses investimentos eram astronômicos. As companhias mineradoras tinham investido um bilhão de dólares na mineração do cobre chileno — de longe, a maior do mundo —, mas já haviam enviado para casa 7,2 bilhões.(37)

Assim que Allende ganhou o pleito, e antes mesmo de ser empossado, as corporações norte-americanas declararam guerra à sua administração. O centro das atividades era o Comitê sobre o Chile, criado *ad hoc* e baseado em Washington. Tratava-se de um grupo que incluía as grandes companhias mineradoras dos Estados Unidos, assim como a verdadeira líder do comitê, a International Telephone and Telegraph Company (ITT), que possuía 70% da companhia telefônica chilena, prestes a ser nacionalizada. Purina, Bank of America e Pfizer Chemical também mandaram delegados a vários encontros.

O único objetivo do comitê era forçar Allende a desistir de suas nacionalizações, "confrontando-o com ameaças de colapso econômico".(38) Havia várias maneiras de fazer Allende sofrer. De acordo com as gravações tornadas públicas, as companhias pretendiam bloquear empréstimos ao Chile e

"silenciosamente levar os bancos privados a fazer o mesmo. Conversar com representantes dos bancos estrangeiros sobre a mesma coisa. Demorar para comprar produtos chilenos nos seis meses seguintes. Usar os estoques de cobre dos Estados Unidos, em vez de comprar no Chile. Provocar uma escassez de dólares na economia chilena". E assim segue a lista.[39]

Allende indicou o fiel amigo Orlando Letelier para ser seu embaixador em Washington e deu a ele a tarefa de negociar os termos da expropriação com as mesmas corporações que conspiravam para sabotar o governo chileno. Letelier era um homem extrovertido, brincalhão e simpático, usava um bigode que era a quintessência dos anos 1970 e tinha uma voz musical arrasadora. Era adorado nos círculos diplomáticos. As memórias mais afetuosas de seu filho Francisco remetem ao pai tocando violão e cantando canções folclóricas para os amigos, em sua casa de Washington.[40] No entanto, mesmo com todo o charme e a competência de Letelier, as negociações nunca tiveram chance de sucesso.

Em março de 1972, em meio à tensa negociação entre Letelier e a ITT, Jack Anderson, um colunista de jornal ligado a uma agência de notícias, publicou uma série de artigos explosivos baseados em documentos que mostravam o complô articulado secretamente pela companhia telefônica, com a CIA e o Departamento de Estado, para impedir a posse de Allende dois anos antes. Diante dessas alegações, e com a permanência de Allende no poder, o Senado dos Estados Unidos, controlado pelos democratas, desencadeou uma investigação e revelou uma conspiração de longo alcance, na qual a ITT tinha oferecido um milhão de dólares de suborno para as forças de oposição no Chile "e tentara engajar a CIA num plano secreto para manipular os resultados da eleição presidencial chilena".[41]

O relatório do Senado, apresentado em junho de 1973, também revelava que, depois que o plano falhou, a ITT elaborou uma nova estratégia destinada a garantir que Allende não "duraria seis meses". Mais preocupante para o Senado era o relacionamento entre os executivos da ITT e o governo dos Estados Unidos. Por meio de testemunhos e documentos, ficou claro que a ITT estava diretamente envolvida no endurecimento da política norte-americana em relação ao Chile, em seu nível mais alto. Primeiro, um executivo de alto escalão da companhia escreveu para Henry Kissinger, o conselheiro de Segurança Nacional, e sugeriu que "sem notificar o presidente Allende, todos os fundos da ajuda norte-americana deveriam ser colocados na rubrica 'para revisão'". A empresa também tomou a liberdade de preparar uma estratégia com dezoito pontos para a administração Nixon, na qual apresentava uma clara indicação de golpe militar, conforme o registro: "Aproxime-se de forças confiáveis entre os

militares chilenos, construa seu descontentamento planejado contra Allende, e então torne pública a necessidade de depô-lo.”[42]

Quando questionado pelo comitê do Senado acerca de suas tentativas descaradas de empregar a força política do governo dos Estados Unidos para subverter o processo constitucional do Chile, apenas para atender aos interesses econômicos da ITT, seu vice-presidente, Ned Gerrity, pareceu sinceramente confuso ao perguntar: “O que há de errado com o fato de defender a número um?” A resposta dada pelo comitê em seu relatório foi a de que “a número um não deveria ser autorizada a desempenhar nenhum papel determinante na política externa dos Estados Unidos”.[43]

Apesar daqueles anos de golpes sujos implacáveis dos Estados Unidos, entre os quais o da ITT fora apenas o mais investigado, Allende ainda continuava no poder em 1973. Oito milhões de dólares gastos de modo clandestino tinham falhado na tentativa de enfraquecê-lo. Nas eleições parlamentares daquele ano, o partido de Allende ganhou um número de cadeiras ainda maior do que quando ele se elegera em 1970. Obviamente, o desejo por um modelo econômico diferente havia fincado raízes profundas no Chile, aumentando o apoio a uma alternativa socialista. Para os opositores de Allende, que estiveram conspirando pela sua deposição desde o dia em que saiu o resultado das eleições de 1970, isso significava que a solução de seus problemas não seria possível somente com a destituição do presidente — alguém logo viria para substituí-lo. Um plano ainda mais radical se tornara necessário.

Lições sobre mudança de regime: Brasil e Indonésia

Havia duas “mudanças de regime” que os opositores de Allende vinham analisando de perto como possibilidades. Uma era no Brasil, a outra, na Indonésia. Em 1964, quando a junta militar brasileira, liderada pelo general Humberto Castello Branco e apoiada pelos Estados Unidos, tomou o poder, os militares tinham um plano para não só eliminar os programas de João Goulart voltados para os pobres, mas também abrir amplamente o Brasil para os investimentos estrangeiros. A princípio, os generais brasileiros tentaram impor essa agenda de modo relativamente pacífico — não houve demonstrações públicas de brutalidade nem prisões em massa. Embora mais tarde se tivesse descoberto que alguns “subversivos” tinham sido brutalmente torturados durante esse período, o seu número ainda era muito pequeno (e o Brasil tão grande) para extravasar os limites das prisões. A junta procurou também preservar alguns

remanescentes da democracia, inclusive a liberdade limitada de imprensa e a liberdade de associação — por assim dizer, um golpe de cavalheiros.

No final dos anos 1960, inúmeros cidadãos decidiram utilizar aquela liberdade limitada para expressar suas inquietações quanto ao crescente empobrecimento do Brasil, pelo qual eles culpavam o programa da junta voltado para os empreendimentos econômicos privados, muitos deles formulados pelos diplomados da Escola de Chicago. Em 1968, as ruas foram tomadas pelas passeatas contra o governo, sendo as maiores lideradas pelos estudantes. Percebendo que o regime estava correndo sério risco e numa tentativa desesperada de ficar no poder, os militares mudaram radicalmente de tática: a democracia foi completamente eliminada, as liberdades civis foram suspensas, a tortura se tornou sistemática e, de acordo com a comissão posteriormente criada para investigar a verdade, "assassinatos praticados pelo Estado tinham se tornado rotina".(44)

O golpe de 1965 na Indonésia seguiu um percurso totalmente diferente. Desde a Segunda Guerra Mundial, o país vinha sendo governado pelo presidente Sukarno, o Hugo Chávez daquela época (embora com um apetite menor pelas eleições). Sukarno enfureceu os países ricos ao proteger a economia da Indonésia, redistribuindo a riqueza e despachando o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, os quais ele acusava de serem testas de ferro dos interesses das multinacionais do Ocidente. Embora fosse um nacionalista e não um comunista, Sukarno trabalhou em sintonia com o Partido Comunista, que possuía três milhões de membros efetivos. Os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha decidiram então encerrar o mandato de Sukarno e, como demonstram documentos tornados públicos, a CIA recebeu orientações de alto escalão para "liquidar o presidente Sukarno, tão logo se apresentassem a situação e as oportunidades adequadas".(45)

Depois de várias tentativas abortadas, a oportunidade finalmente chegou em outubro de 1965, quando o general Suharto, apoiado pela CIA, começou o processo de tomada do poder e eliminação da esquerda. A CIA vinha elaborando, secretamente, uma lista com os nomes das principais lideranças de esquerda do país, e colocou-a nas mãos de Suharto, enquanto o Pentágono ajudou com o suprimento extraordinário de armas e rádios portáteis, para que as forças indonésias pudessem se comunicar nas partes mais remotas do arquipélago. Suharto enviou seus soldados para caçarem os quatrocentos ou quinhentos esquerdistas que estavam nas suas "listas de caça", conforme a alcunha da CIA; a embaixada dos Estados Unidos recebia constantes relatórios sobre os seus progressos.(46) Conforme as informações iam chegando, a CIA riscava os nomes das listas até ficar satisfeita com o aniquilamento da esquerda

indonésia. Uma das pessoas envolvidas na operação foi Robert J. Martens, que trabalhava na embaixada norte-americana em Jacarta. Segundo contou para a jornalista Kathy Kadane, 25 anos depois: “Foi uma grande ajuda para o Exército. Eles provavelmente mataram um monte de gente, e eu provavelmente tenho um bocado de sangue nas minhas mãos, mas nem tudo foi ruim. Chega uma hora em que você tem de pegar pesado num momento decisivo.”[(47)]

Aquelas listas de caça cobriam os alvos a serem assassinados; os massacres mais indiscriminados, que tornaram Suharto um homem infame, foram, em sua maior parte, delegados aos estudantes religiosos. Eles foram rapidamente treinados pelos militares e depois enviados para as aldeias, sob instrução do comandante da Marinha, para “limpar” o campo de comunistas. Como escreveu um repórter, “eles chamavam os seguidores com prazer, colocavam as facas e pistolas na cintura, penduravam os porretes nos ombros e embarcavam na missão que tanto esperaram”.[(48)] Em apenas um mês, umas quinhentas mil pessoas, talvez até um milhão, tinham sido assassinadas, “massacradas aos milhares”, segundo a revista *Time*.[(49)] Em Java oriental, “viajantes daquelas áreas mencionam rios e córregos que ficaram literalmente cobertos pelos cadáveres, impedindo o transporte fluvial em diversos pontos”.[(50)]

A experiência da Indonésia atraiu a atenção daqueles indivíduos e instituições, em Washington e Santiago, que planejavam a deposição de Salvador Allende. O que interessava não era somente a brutalidade de Suharto, mas também o extraordinário papel desempenhado por um grupo de economistas indonésios que tinha sido educado na Universidade de Berkeley, na Califórnia, e era conhecido como a Máfia de Berkeley. Suharto estava conseguindo se livrar da esquerda, mas foi a Máfia de Berkeley quem preparou o plano econômico para o futuro do país.

Os paralelos com os Garotos de Chicago eram impressionantes. A Máfia de Berkeley tinha estudado nos Estados Unidos como parte de um programa que começou em 1956 e foi financiado pela Fundação Ford. Eles também tinham voltado para casa a fim de montar uma cópia fiel de um departamento de economia nos moldes ocidentais, o que fizeram na Faculdade de Economia da Universidade da Indonésia. A Fundação Ford mandou professores estadunidenses para Jacarta, com o intuito de implantar a escola, da mesma forma que os professores de Chicago tinham colaborado para a formação do departamento de economia em Santiago. Como tentou minimizar John Howard, então diretor do Ford International Training and Research Program, “a entidade acreditou que estava preparando os rapazes que iriam liderar o país quando Sukarno saísse”.[(51)]

Os estudantes financiados pela Fundação Ford se tornaram líderes dos grupos universitários que participaram da deposição de Sukarno, e a Máfia de Berkeley trabalhou em sintonia com os militares que conduziram o golpe, desenvolvendo “planos contingenciais” para o período imediatamente posterior à queda do presidente.[14] (52) Esses jovens economistas tinham uma influência enorme sobre o general Suharto, que não entendia nada de finanças. De acordo com a revista *Fortune*, a Máfia de Berkeley gravava aulas de economia em fitas para Suharto escutar em casa.(53) Um dos membros do grupo se recordou, com orgulho, do fato de que, quando se encontravam, “o presidente Suharto não só escutava como tomava notas”.(54) Outro graduado de Berkeley descreveu essa relação nos seguintes termos: nós “apresentávamos para o chefe das forças armadas — o indivíduo mais importante na nova ordem — um ‘livro de receitas culinárias’ para enfrentar os sérios problemas econômicos da Indonésia. O general Suharto, como supremo comandante, não apenas aceitava esse livro de culinária, mas ainda queria os autores das receitas como seus conselheiros econômicos”.(55) De fato, Suharto cercou o seu gabinete de membros da Máfia de Berkeley, dando-lhes os postos mais importantes na área financeira, inclusive o de ministro do Comércio e embaixador em Washington.(56)

Essa equipe econômica tinha estudado numa escola menos ideológica e, portanto, não era adepta de um radicalismo antiestatal como o dos Garotos de Chicago. Ela acreditava que o governo tinha um papel a desempenhar na administração da economia doméstica da Indonésia e na garantia de que bens essenciais, como o arroz, seriam acessíveis. No entanto, a Máfia de Berkeley não poderia ter sido mais hospitaleira aos investidores estrangeiros que desejavam explorar os imensos recursos naturais do país, em especial mineração e petróleo. Richard Nixon chegou a descrevê-los como “o maior prêmio no Sudeste Asiático”.[15] (57) Leis que permitiam o controle das empresas estrangeiras sobre 100% desses recursos foram aprovadas, um “feriado fiscal” foi decretado e, dentro de dois anos, a riqueza natural da Indonésia — cobre, níquel, madeira, borracha e petróleo — estava sendo dividida entre as maiores companhias de mineração e de energia do mundo.

Para aqueles que conspiravam para depor Allende, na mesma época em que o programa de Suharto estava sendo implementado, as experiências do Brasil e da Indonésia permitiram um amplo estudo de contrastes. Os brasileiros tinham feito pouco uso do poder do choque, esperando anos até mostrar seu apetite pela brutalidade. Isso tinha sido um erro quase fatal, porque permitiu a seus oponentes a chance de se reagrupar e, em alguns casos, formar uma guerrilha armada de esquerda. Embora os militares conseguissem manter as ruas vazias, a oposição emergente forçou a maior lentidão dos planos econômicos.

Suharto, por sua vez, mostrou que se a repressão maciça fosse usada de maneira *preventiva* o país poderia sofrer um forte choque e a resistência seria eliminada antes mesmo de acontecer. O seu emprego do terror foi tão cruel, tão além das piores expectativas, que as pessoas até pouco tempo envolvidas na luta pela independência do país se encontravam agora tão aterrorizadas, que cederam o controle total a Suharto e seus capangas. Ralph McGehee, um gerente sênior de operações da CIA naqueles anos do golpe, disse que a Indonésia era uma "operação-modelo... Você pode mapear todos os principais eventos sangrentos conduzidos por Washington para a tomada de poder por Suharto. O seu sucesso significava que o processo iria se repetir outras vezes".(58)

A outra lição fundamental que vinha da Indonésia se relacionava com a parceria pré-golpe entre Suharto e a Máfia de Berkeley. Na medida em que seus membros desejavam tomar posições como tecnocratas no novo governo, e como já haviam convencido Suharto de suas ideias, o golpe fez mais do que eliminar a ameaça nacionalista: transformou a Indonésia num dos ambientes mais receptivos, no mundo, para as multinacionais estrangeiras.

Conforme se aproximava o momento da derrubada de Allende, uma advertência assustadora começou a aparecer nos muros de Santiago, pintada em vermelho: "Jacarta vem aí."

Logo depois que Allende se elegeu, seus opositores dentro do Chile começaram a imitar os procedimentos adotados na Indonésia, com precisão soturna. A Universidade Católica, berço dos Garotos de Chicago, se transformou no marco zero da criação daquilo que a CIA denominou "um clima de golpe".(59) Muitos estudantes aderiram ao movimento fascista Pátria e Liberdade e marcharam pelas ruas numa clara imitação da juventude hitlerista. Em setembro de 1971, no primeiro ano do mandato de Allende, os líderes empresariais mais poderosos do país marcaram um encontro de emergência na cidade costeira de Viña del Mar, a fim de desenvolver uma estratégia coerente para a mudança do regime. Segundo Orlando Sáenz, presidente da Associação Nacional dos Manufatureiros (generosamente financiada pela CIA, enquanto muitas multinacionais faziam suas próprias conspirações em Washington), o grupo decidiu que "o governo de Allende era incompatível com a liberdade no Chile e com a existência da iniciativa privada, e que o único meio de impedir o fim era a deposição do governo". Os empresários formaram uma "estrutura de guerra" com duas divisões: a primeira seria ligada aos militares, e a segunda, de acordo com Sáenz, iria "preparar alternativas específicas para os programas de governo que seriam sistematicamente submetidas às forças armadas".(60)

Sáenz recrutou alguns dos mais famosos Garotos de Chicago para elaborar esses programas alternativos e instalou-os próximos ao palácio presidencial de Santiago.[61] O grupo, que era liderado pelo diplomado de Chicago Sergio de Castro e por Sergio Undurraga, seu colega na Universidade Católica, começou realizando encontros secretos semanais, durante os quais desenvolvia propostas detalhadas para refazer seu país dentro das linhas neoliberais.[62] Conforme uma investigação posterior do Senado dos Estados Unidos, "mais de 75%" do financiamento dessa "organização de pesquisa da oposição" vinha diretamente da CIA.[63]

Por um tempo, o planejamento do golpe evoluiu em duas direções distintas: os militares conspiravam pelo extermínio de Allende e de seus auxiliares, enquanto os economistas conspiravam pelo extermínio de suas ideias. Como a aproximação do momento indicava uma solução violenta, abriu-se um diálogo entre os dois campos, sendo Roberto Kelly, um empresário associado ao jornal financiado pela CIA *El Mercurio*, o intermediário dessas conversas. Por intermédio de Kelly, os Garotos de Chicago mandaram para o almirante que comandava a Marinha um resumo em cinco páginas de seu programa econômico. A força naval deu sua aprovação, e daí em diante os Garotos de Chicago trabalharam com afinco para ter seu programa pronto assim que ocorresse o golpe.

Sua bíblia de quinhentas páginas — um programa econômico detalhado que orientaria a junta militar, desde os primeiros dias — ficou conhecida no Chile como "O Tijolo". Segundo um comitê posterior do Senado dos Estados Unidos, "colaboradores da CIA se envolveram na preparação de um plano econômico global, que serviria de base para as decisões econômicas mais importantes da junta militar".[64] Oito dos dez autores principais de "O Tijolo" tinham estudado economia na Universidade de Chicago.[65]

Embora a deposição de Allende tenha sido universalmente designada como um golpe militar, Orlando Letelier, o embaixador de Allende em Washington, a classificou como uma parceria entre as forças armadas e os economistas. E escreveu assim: "Os 'Garotos de Chicago', como são conhecidos no Chile, convenceram os generais de que estavam preparados para suprir a brutalidade dos militares com os ativos intelectuais que possuíam."[66]

O golpe no Chile, quando finalmente aconteceu, implementou três tipos diferentes de choque, criando uma fórmula que seria reproduzida nos países vizinhos e ressurgiria, três décadas depois, no Iraque. O choque do golpe, em si mesmo, seria seguido imediatamente de dois outros choques adicionais. Um era o "tratamento de choque" capitalista proposto por Milton Friedman, uma técnica na qual centenas de economistas latino-americanos tinham sido treinados, na

Universidade de Chicago e nas suas várias franquias. O outro era baseado nas pesquisas de Ewen Cameron com choques, drogas e privação de sentidos, agora codificadas como técnicas de tortura no manual *Kubark* e disseminadas por meio de intensivos programas de treinamento para a polícia e os militares latino-americanos.

Essas três formas de choque convergiram para os corpos das populações latino-americanas e para o corpo político da região, criando um irrefreável furacão de forças mutuamente influentes de destruição e reconstrução, de apagamento e criação. O choque do golpe preparou o terreno para a terapia de choque econômico; o choque das câmaras de tortura horrorizou qualquer um que pensasse em reagir contra os choques econômicos. De dentro desse laboratório vivo, surgiu o primeiro Estado da Escola de Chicago, e a primeira vitória de sua contrarrevolução global.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

(1) Arnold C. Harberger, “Letter to a Younger Generation”, *Journal of Applied Economics* 1, nº 1 (1998): 2.

(2) Katherine Anderson e Thomas Skinner, “The Power of Choice: The Life and Times of Milton Friedman”, televisionado pela PBS em 29 de janeiro de 2007.

(3) Jonathan Peterson, “Milton Friedman, 1912-2006”, *Los Angeles Times*, 17 de novembro de 2006.

(4) Frank H. Knight, “The Newer Economics and the Control of Economic Activity”, *Journal of Political Economy* 40, nº 4 (agosto 1932): 455.

(5) Daniel Bell, “Models and Reality in Economic Discourse”, *The Crisis in Economic Theory*, eds. Daniel Bell e Irving Kristol (Nova York: Basic Books, 1981), 57-58.

(6) Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 24.

(7) Larry Kudlow, “The Hand of Friedman”, *The Corner web log on the National Review Outline*, 16 de novembro de 2006, www.nationalreview.com.

(8) Friedman e Friedman, *Two Lucky People*, 21.

(9) Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (1962, reimp. Chicago: University of Chicago Press, 1982), 15.

(10) Don Patinkin, *Essays on and in Chicago Tradition* (Durham, NC: Duke University Press, 1981), 4.

(11) Friedrich A. Hayek. *The Road to Serfdom* (Chicago: University of Chicago Press, 1944).

(12) Entrevista com Arnold Harberger realizada em 3 de outubro de 2000 para *Commanding Heights: The Battle for the World Economy* (série de televisão para a PBS), produtores executivos Daniel Yergin e Sue Lena Thompson, produtor da série William Cran (Boston: Heights Productions, 2002), entrevista transcrita na íntegra disponível em www.pbs.org.

(13) John Maynard Keynes, *The End of Laissez-Faire* (Londres: L & Virginia Woolf, 1926). [No Brasil, “O fim do *laissez-faire*”, In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes.* São Paulo: Ática, 1984.]

(14) John Maynard Keynes, “From Keynes to Roosevelt: Our Recovery Plan Assayed”, *New York Times*, 31 de dezembro de 1933.

(15) John Kenneth Galbraith, *The Great Crash of 1929* (1954, reimp. Nova York: Avon, 1979), 168.

(16) John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace* (1919, reimp. Westminster, GB: Labour Research Department, 1920), 251. [No Brasil, *As consequências econômicas da paz.* São Paulo:

Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Universidade de Brasília, 2002 (Clássicos IPRI; v.3).]

(17) Friedman e Friedman, *Two Lucky People*, 594.

(18) Stephen Kinzer, *All the Shah's Men: An American Coup and the Roots of Middle East Terror* (Hoboken, NJ: J. Wiley & Sons, 2003), 153-154; Stephen Kinzer, *Overthrow: America's Century of Regime Change from Hawaii to Iraq* (Nova York: Times Books, 2006), 4.

(19) *El Imparcial*, 16 de março de 1951, citado em Stephen C. Schlesinger, Stephen Kinzer e John H. Coatsworth, *Bitter Fruit: The Story of the American Coup in Guatemala* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999), 52.

(20) Patterson descreveu os economistas da Argentina e do Brasil como vermelhos (*pink*, no original) numa entrevista com Juan Gabriel Valdés. Ele falou da necessidade de "mudar a formação dos homens" para o embaixador americano no Chile, Willard Beaulac. Juan Gabriel Valdés, *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 110-113.

(21) *Ibid.*, 89.

(22) A citação foi de Joseph Grunwald, um economista da Universidade de Columbia que trabalhava, naquela época, na Universidade do Chile. Valdés, *Pinochet's Economists*, 135.

(23) Harberger, "Letter to a Younger Generation", 2.

(24) André Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile: Monetarist Theory Versus Humanity* (Nottingham, GB: Spokesman Books, 1976), 7-8.

(25) Kenneth W. Clements, "Larry Sjaastad, The Last Chicagoan", *Journal of International Money and Finance* 24 (2005): 867-869.

(26) Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile*, 8.

(27) Memorando para William Carmichael, por intermédio de Jeffrey Puryear, de James W. Trowbridge, 24 de outubro de 1984, p. 4, citado em Valdés, *Pinochet's Economists*, 194.

(28) *Ibid.*, 206. NOTA DE RODAPÉ: "The Rising Risk of Recession", *Time*, 19 de dezembro de 1969.

(29) Em 1963, o próprio De Castro estava de partida de Santiago, para complementar seus estudos na Universidade de Chicago. Ele se tornou diretor em 1965. Valdés, *Pinochet's Economists*, 140, 165.

(30) *Ibid.*, 159. A citação vem de Ernesto Fontaine, formado em Chicago e professor da Universidade Católica de Santiago.

(31) *Ibid.*, 6, 13.

(32) Terceiro relatório sobre a Universidade Católica do Chile e a Administração de Cooperação Internacional, agosto de 1957, assinado por Gregg Lewis, Universidade de Chicago, p. 3, citado em Valdés, *Pinochet's Economists*, 132.

(33) Entrevista com Ricardo Lagos realizada em 19 de janeiro de 2002, para *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(34) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 388.

(35) Agência Central de Inteligência (CIA), *Notes on Meeting with the President on Chile,* 15 de setembro de 1970, tornadas públicas, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(36) "The Last Dope from Chile", mimeo assinado "Al H.", datado de Santiago, 7 de setembro de 1970, citado em Valdés, *Pinochet's Economists,* 242-243.

(37) Sue Branford e Bernardo Kucinski, *Debt Squads: The U.S., the Banks, and Latin America* (Londres: Zed Books, 1988), 40, 51-52.

(38) Subcomitê sobre Corporações Multinacionais, "The International Telephone and Telegraph Company and Chile, 1970-71", *Report to the Committee on Foreign Relations United States Senate by the Subcommittee on Multinational Corporations,* 21 de junho de 1973, 13.

(39) *Ibid.,* 15.

(40) Francisco Letelier, entrevista, *Democracy Now!,* 21 de setembro de 2006.

(41) Subcomitê sobre Corporações Multinacionais, "The International Telephone and Telegraph Company and Chile, 1970-71", 4, 18.

(42) *Ibid.,* 11, 15.

(43) *Ibid.,* 17.

(44) Arquidiocese de São Paulo, *Torture in Brazil: A Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979,* ed. Joan Dassin, trad. Jaime Wright (Austin: University of Texas, 1986), 53.

(45) William Blum, *Killing Hope: US Military and CIA Interventions Since WWII* (Monroe, ME: Common Courage Press, 1995), 195; "Times Diary: Liquidating Sukarno", *Times* (Londres), 8 de agosto de 1986.

(46) Kathy Kadane, "U.S. Officials' Lists Aided Indonesian Bloodbath in '60s", *Washington Post,* 21 de maio de 1990.

(47) Kadane publicou as primeiras relações de listas, no *Washington Post,* com base nas entrevistas realizadas com oficiais graduados dos Estados Unidos que estavam a serviço na Indonésia, naquela época. A informação sobre rádios e armas aparece numa carta para o editor, escrita por Kadane na *The New York Review of Books,* em 10 de abril de 1997, e é baseada nas mesmas entrevistas. As transcrições das entrevistas de Kadane estão agora no Arquivo de Segurança Nacional, em Washington, DC. Kadane, "US Officials' Lists Aided Indonesian Bloodbath in '60s".

(48) John Hughes, *Indonesian Upheaval* (Nova York: David McKay Company, Inc., 1967), 132.

(49) Quinhentos mil é o número mais comumente usado, inclusive pelo *Washington Post* em 1996. O embaixador britânico na Indonésia estimou o número em quatrocentos mil, mas relatou que o embaixador sueco, que fizera uma pesquisa adicional, considerou isso "uma séria subestimação". Alguns elevam esse

número até um milhão, embora a CIA tenha declarado num relatório de 1968 que 250 mil pessoas tinham sido assassinadas, chamando a isso de "uma das piores matanças em massa do século XX". "Silent Settlement", *Time*, 17 de dezembro de 1965; John Pilger, *The New Rulers of the World* (Londres: Verso, 2002), 34; Kadane, "U.S, Officials' Lists Aided Indonesian Bloodbath in '60s".

(50) "Silent Settlement".

(51) David Ransom, "Ford Country: Building an Elite for Indonesia", *The Trojan Horse: a Radical Look at Foreign Aid*, ed. Steve Weissman (Palo Alto, CA: Ramparts Press, 1975), 99.

(52) NOTA DE RODAPÉ: *Ibid.*, 100.

(53) Robert Lubar, "Indonesia's Potholed Road Back", *Fortune*, 1º de junho de 1968.

(54) Goenawan Mohamad, *Celebrating Indonesia: Fifty Years with the Ford Foundation 1953-2003* (Jacarta: Fundação Ford, 2003), 59.

(55) No texto original, o autor escreve com a grafia Soeharto; optei pela maneira mais comum de soletrar Suharto, por uma questão de consistência. Mohammad Sadli, "Recollections of My Career", *Bulletin of Indonesian Economic Studies* 29, nº 1 (abril de 1993): 40.

(56) Os seguintes cargos foram preenchidos com diplomados do programa da Fundação Ford: ministro das Finanças, ministro do Comércio, presidente do Conselho Nacional de Planejamento, vice-presidente do Conselho Nacional de Planejamento, secretário-geral de Pesquisa e Marketing sobre Comércio, presidente da Equipe Técnica de Investimento Estrangeiro, secretário-geral de Indústria e embaixador em Washington. Ramson, "Ford Country", 110.

(57) Richard Nixon, "Asia After Vietnam", *Foreign Affairs* 46, nº 1 (outubro de 1967): 111. NOTA DE RODAPÉ: Arnold C. Harberger, *Curriculum Vitae*, novembro de 2003, www.econ.ucla.edu.

(58) Pilger, *The New Rulers of the World*, 36-37.

(59) CIA, "Secret Cable from Headquarters [Blueprint for Fomenting a Coup Climate], 27 de setembro de 1970", em Peter Kornbluh, *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability* (Nova York: New Press, 2003), 49-56.

(60) Valdés, *Pinochet's Economists*, 251.

(61) *Ibid.*, 248-249.

(62) *Ibid.*, 250.

(63) Select Committee to Study Governamental Operations with Respect to Intelligence Activities, United States Activities, United States Senate, *Covert Action in Chile 1963-1973* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 18 de dezembro de 1975), 30.

(64) *Ibid.*, 40.

(65) Eduardo Silva. *The State and Capital in Chile: Business Elites, Technocrats and Market Economics* (Boulder, CO: Westview Press, 1996, 74.

(66) Orlando Letelier, “The Chicago Boys in Chile: Economic Freedom’s Awful Toll”, *The Nation*, 28 de agosto de 1976.

PARTE 2

O PRIMEIRO TESTE

AS DORES DO NASCIMENTO

> **As teorias de Milton Friedman deram a ele o Prêmio Nobel; ao Chile, elas deram o general Pinochet.**
> — Eduardo Galeano, *Dias e noites de amor e de guerra*, 1983.

> **Acho que jamais me consideraram “mau”.**
> — Milton Friedman, citado no *Wall Street Journal*, em 22 de julho de 2006.

CAPÍTULO 3

ESTADOS DE CHOQUE

O NASCIMENTO SANGRENTO DA CONTRARREVOLUÇÃO

> **As maldades têm de ser praticadas todas de uma só vez, porque, assim, causam menos sofrimento.**
> — Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, 1513[1]

> **Se essa perspectiva de choque for adotada, acredito que deve ser anunciada publicamente em detalhes, para surtir efeito em curto espaço de tempo. Quanto mais o público estiver informado, mais adequadas ao ajuste serão suas reações.**
> — Milton Friedman, em carta ao general Augusto Pinochet, 21 de abril de 1975[2]

O GENERAL AUGUSTO PINOCHET E SEUS PARTIDÁRIOS se referiam, com firmeza, aos eventos de 11 de setembro de 1973 como "uma guerra", e não como um *coup d'état.* Santiago certamente parecia uma zona de guerra: tanques atiravam conforme atravessavam as avenidas, e os prédios do governo eram bombardeados por jatos de combate. Mas havia alguma coisa errada com essa guerra. Ela tinha apenas um lado.

Desde o começo, Pinochet tinha total controle do Exército, da Marinha, do Corpo de Fuzileiros Navais e da polícia. Enquanto isso, o presidente Salvador Allende se recusava a organizar seus partidários em ligas de defesa armadas, e assim não tinha o próprio Exército. A única resistência veio do palácio presidencial, La Moneda, e dos telhados à volta dele, de onde Allende e seu círculo mais próximo fizeram um esforço corajoso para defender o espaço da democracia. Estava longe de ser uma luta justa: embora houvesse apenas 36 partidários de Allende do lado de dentro, os militares bombardearam o palácio durante 24 horas.[3]

Pinochet, o comandante vil e volátil da operação (feito da mesma matéria do tanque em que corria a cidade), certamente cuidou para que o acontecimento

fosse o mais dramático e traumático possível. Mesmo que o golpe não fosse uma guerra, foi planejado para parecer que era — o precursor chileno do Choque e Pavor. Dificilmente poderia ter sido mais chocante. Ao contrário da Argentina, que havia sido controlada por seis governos militares diferentes nas quatro décadas anteriores, o Chile não tinha experiência com esse tipo de violência; havia passado por 160 anos de governo democrático pacífico, sendo que, nos últimos 41 anos, de modo ininterrupto.

Agora o palácio presidencial estava em chamas, o cadáver do presidente saía carregado numa maca, e seus auxiliares mais próximos estavam deitados de barriga para baixo na rua, sob a mira dos rifles.[16] Ha poucos metros do palácio de governo, Orlando Letelier, que havia chegado pouco antes de Washington para assumir o posto de ministro da Defesa do Chile, tinha ido bem cedo para seu escritório no ministério. Assim que atravessou a porta de entrada, foi detido por doze soldados vestidos com uniforme de combate que lhe apontavam as suas submetralhadoras.(4)

Nos anos que antecederam o golpe, especialistas dos Estados Unidos, muitos pertencentes à CIA, atiçaram os militares chilenos com um anticomunismo frenético, convencendo-os de que os socialistas eram, na verdade, espiões da Rússia, e, portanto, uma força estranha na sociedade chilena — um inimigo criado "dentro de casa". Na realidade, foram os militares que se tornaram os autênticos inimigos domésticos, prontos para voltar suas armas contra a população que deveriam proteger.

Com a morte de Allende, a prisão de seus partidários e a ausência de resistência popular, a grande batalha da junta militar havia terminado no meio da tarde. Letelier e os outros prisioneiros "vips" foram levados para a ilha gelada de Dawson, no extremo sul do estreito de Magalhães, a versão de Pinochet para os campos de trabalho da Sibéria. Matar e prender o governo, no entanto, não foi suficiente para o novo governo da junta. Os generais sabiam que sua permanência no poder dependia do apavoramento sincero dos chilenos, da mesma forma que se deu com a população da Indonésia. Nos dias que se seguiram, aproximadamente 13.500 civis foram capturados, colocados em caminhões e presos, de acordo com um relatório da CIA tornado público.(5) Milhares foram mandados para os dois principais estádios de futebol de Santiago — o Chile e o enorme Nacional. Dentro do estádio Nacional, a morte substituiu o futebol como espetáculo público. Os soldados rondavam as arquibancadas com ajudantes encapuzados que apontavam os "subversivos"; os selecionados eram arrastados para os vestiários, cujos compartimentos eram transformados em câmaras de tortura provisórias. Centenas foram executados. Cadáveres

começaram a aparecer nas laterais das principais avenidas ou boiando nos canais escuros da cidade.

A fim de garantir que o terror se expandisse para além da capital, Pinochet mandou seu comandante mais implacável, o general Sergio Arellano Stark, de helicóptero, para cumprir uma missão de visita a uma série de prisões onde os "subversivos" estavam sendo mantidos nas províncias do norte. Em cada cidade que passava, Stark e seu esquadrão da morte bandoleiro escolhiam alguns dos prisioneiros mais importantes (uma vez foram 26 ao mesmo tempo) para serem executados. Por causa do rastro de sangue deixado para trás nesses quatro dias, essa incursão ficou conhecida como a Caravana da Morte.(6) Rapidamente, o país inteiro compreendeu a mensagem: a resistência é mortífera.

Embora a batalha de Pinochet tivesse um lado só, seus efeitos foram tão danosos quanto os de uma guerra civil ou invasão estrangeira: ao todo, mais de 3.200 pessoas desapareceram ou foram executadas, pelo menos oitenta mil foram aprisionadas e duzentas mil deixaram o país por razões políticas.(7)

O *front* econômico

Para os Garotos de Chicago, 11 de setembro era uma data de antecipação vertiginosa e muita adrenalina. Sergio de Castro estivera trabalhando arduamente com seus contatos na Marinha, a fim de aprovar as últimas seções de "O Tijolo", página por página. Agora, no dia do golpe, vários Garotos de Chicago estavam acampados na redação do jornal de direita *El Mercurio*. Enquanto os tiros pipocavam nas ruas, eles lutavam de modo frenético para imprimir o documento a tempo de a junta utilizá-lo logo no primeiro dia de seu governo. Arturo Fontaine, um dos editores do jornal, lembrou que as máquinas "trabalhavam sem descanso para fazer cópias desse longo documento". E conseguiram. "Antes do meio-dia da quarta-feira, dia 12 de setembro de 1973, os oficiais generais das forças armadas que assumiram as atribuições governamentais receberam o Plano em suas mesas de trabalho."(8)

As propostas do documento final exibiam uma semelhança impressionante com aquelas encontradas no livro de Milton Friedman intitulado *Capitalismo e liberdade*: privatização, desregulamentação e cortes nos gastos sociais — a trindade do livre mercado. Os economistas chilenos treinados nos Estados Unidos tentaram implementar essas ideias pacificamente, dentro dos limites do debate democrático, mas foram rechaçados de forma esmagadora. Agora, os Garotos de Chicago e seus planos estavam de volta, num clima muito mais condizente com sua visão radical. Nessa nova era, diante de uma dezena de

homens uniformizados, ninguém precisava concordar com eles. Os seus opositores políticos mais fortes estavam presos, mortos ou na clandestinidade; o espetáculo dos bombardeios aéreos e das caravanas da morte servia para manter todo mundo na linha.

"Para nós, foi uma revolução", disse Cristián Larroulet, um dos economistas da equipe de Pinochet.[9] Era uma descrição justa. O dia 11 de setembro de 1973 foi bem mais do que o violento fim da revolução socialista pacífica de Allende; foi o começo daquilo que a revista *The Economist* depois classificou como uma "contrarrevolução" — a primeira vitória concreta da campanha da Escola de Chicago para eliminar os ganhos que tinham sido conquistados sob o desenvolvimentismo e o keynesianismo.[10] Ao contrário da revolução parcial de Allende, mediada e comprometida com a preservação e a ampliação da democracia, essa revolta que tinha sido imposta por meio da força bruta era livre para avançar quanto quisesse. Nos anos que viriam, as mesmas políticas apresentadas em "O Tijolo" seriam impostas a dezenas de outros países, sob o disfarce de uma solução para as crises. Mas o Chile foi a gênese da contrarrevolução — a gênese do terror.

José Piñera, aluno do departamento de economia da Universidade Católica e autodenominado Garoto de Chicago, fazia pós-graduação em Harvard no momento do golpe. Quando ouviu as boas-novas, voltou para casa "a fim de ajudar na fundação de um novo país, dedicado à liberdade, sobre os escombros do velho". De acordo com Piñera, que seria ministro do Trabalho e Mineração de Pinochet, esta foi "uma revolução... uma mudança radical, sensível e sustentada em direção aos mercados livres".[11]

Antes do golpe, Augusto Pinochet tinha a reputação de ser deferente, quase obsequioso, sempre elogiando e apoiando os seus superiores civis. Como ditador, Pinochet apresentou novas facetas de seu caráter. Chegou ao poder com uma satisfação indecorosa, adotou ares de monarca e alegou que o "destino" havia lhe oferecido o encargo. Em pouco tempo, deu um golpe dentro do golpe, para destituir os três chefes militares com quem tinha concordado em dividir o poder, e nomeou a si próprio chefe supremo da nação e presidente. Esbaldou-se com pompa e circunstância, prova de seu direito ao comando, jamais perdendo a oportunidade de vestir seu uniforme prussiano, adornado com o quepe. Para andar em Santiago, utilizava uma caravana de Mercedes-Benz douradas, à prova de balas.[12]

Pinochet tinha uma inclinação para o mando autoritário, mas, como Suharto, não sabia nada de economia. Isso era um problema, porque a campanha de sabotagem encabeçada pela ITT havia realmente causado sérios danos à economia e Pinochet tinha agora nas mãos uma crise de grandes proporções.

Para começar, instalara-se uma luta pelo poder dentro da junta entre aqueles que desejavam apenas reinstalar o *status quo* anterior à eleição de Allende e voltar à democracia, e os Garotos de Chicago, que pregavam um livre mercado integral, cuja implantação levaria anos para acontecer. Pinochet, encantado com seus novos poderes, não aceitava de jeito nenhum a hipótese de que seu destino era apenas fazer uma operação-limpeza — restaurar a ordem e sair. “Nós não somos um limpador a vapor que eliminou o marxismo e devolveu o poder aos Senhores Políticos”, declarou ele.[13] Foi a visão dos Garotos de Chicago acerca de uma completa restauração do país que mais se encaixou em sua nova ganância desmedida e, assim como Suharto e sua Máfia de Berkeley, ele rapidamente nomeou diversos diplomados de Chicago seus conselheiros econômicos qualificados, inclusive Sergio de Castro, o verdadeiro líder do movimento e principal autor de “O Tijolo”. Ele os chamava de *technos* — os técnicos —, coisa que agradava às pretensões de Chicago de tornar a administração da economia uma questão de ciência e não de escolhas humanas subjetivas.

Ainda que Pinochet pouco entendesse de inflação e taxas de lucro, os *technos* falavam uma língua que ele compreendia. A economia para eles era como as forças da natureza e precisava ser respeitada e obedecida porque “agir contra a natureza é contraproducente e ilusório”, conforme explicou Piñera.[14] Pinochet concordava: as pessoas devem se submeter às estruturas porque “a natureza nos mostra que uma ordem elementar e uma hierarquia são necessárias”, escreveu certa vez.[15] Essa crença mútua de que estavam obedecendo a leis naturais superiores formou a base da aliança entre Pinochet e os Garotos de Chicago.

Durante o primeiro ano e meio, Pinochet seguiu fielmente as regras de Chicago: privatizou algumas, mas não todas as empresas estatais (inclusive bancos); autorizou novas formas de especulação financeira; abriu as fronteiras para a importação, derrubando as tarifas que protegeram por muito tempo as manufaturas chilenas; e cortou os gastos governamentais em 10% — com exceção dos militares, que receberam um aumento considerável.[16] Eliminou ainda o controle de preços, uma mudança radical num país que tinha regulado o custo dos bens de primeira necessidade, como pão e óleo de cozinha, por muitas décadas.

Os Garotos de Chicago garantiram a Pinochet que, se o governo saísse daquelas áreas imediatamente, as leis “naturais” da economia recuperariam seu equilíbrio e a inflação — que eles consideravam uma espécie de febre econômica, um indicador da presença de organismos doentes no mercado — magicamente iria recuar. Eles estavam errados. Em 1974, a inflação atingiu 375% — a taxa mais alta do mundo e quase duas vezes maior do que o nível

mais elevado alcançado no governo Allende.[17] Os custos de produtos básicos, como o pão, subiram demais. Ao mesmo tempo, os chilenos estavam perdendo os empregos, porque os experimentos de Pinochet com o "livre-comércio" inundaram o país de importados baratos. Os empreendimentos locais fecharam, incapazes de competir, o desemprego bateu recordes e a fome se tornou inquietante. O primeiro laboratório da Escola de Chicago era um fracasso.

Sergio de Castro e os outros Garotos de Chicago afirmaram (num padrão típico de Chicago) que o problema não estava na sua teoria, mas no fato de que ela não estava sendo aplicada com rigor suficiente. A economia havia falhado no sentido de corrigir a si mesma e voltar ao equilíbrio harmonioso porque ainda existiam "distorções" causadas por cerca de cinquenta anos de interferência governamental. Para que o experimento funcionasse, Pinochet deveria eliminar essas distorções — mais cortes, mais privatizações, maior velocidade.

Naquele ano e meio, a maior parte da elite empresarial do país já estava saturada das aventuras dos Garotos de Chicago no capitalismo extremo. Os únicos que se beneficiavam eram as companhias estrangeiras e um pequeno círculo de financistas conhecidos como "piranhas", que estavam fazendo fortuna com a especulação. Os pequenos manufatureiros, que haviam apoiado fortemente o golpe, estavam sendo aniquilados. Orlando Sáenz — o presidente da Associação Nacional dos Manufatureiros, que tinha trazido os Garotos de Chicago para dentro do golpe, no princípio — declarou que o experimento tinha sido "um dos maiores fracassos de nossa história econômica".[18] Os manufatureiros não queriam o socialismo de Allende, mas preferiam uma economia administrada. "Não é possível continuar com o caos financeiro que domina o Chile", disse Sáenz. "É necessário canalizar para investimentos produtivos os milhões e milhões de recursos financeiros, que agora estão sendo empregados em operações selvagens de especulação, na cara daqueles que não têm sequer um emprego."[19]

Com seu programa em sério perigo, os Garotos de Chicago e as piranhas (e havia uma forte imbricação entre eles) decidiram que era hora de usar as armas pesadas. Em março de 1975, Milton Friedman e Arnold Harberger voaram para Santiago a convite de um grande banco, para tentar salvar o experimento.

Friedman foi saudado na imprensa controlada pela junta como um verdadeiro astro de rock, o guru da nova ordem. Cada um dos seus pronunciamentos virava manchete nos jornais, suas palestras acadêmicas eram transmitidas em rede nacional de televisão, e ele teve ainda a mais importante de todas as audiências: um encontro privado com o general Pinochet.

Durante sua estada, Friedman bateu na mesma tecla: a junta tinha realizado um bom começo, mas precisava abraçar o livre mercado com uma força ainda

maior. Em discursos e entrevistas, empregou um termo que nunca antes havia sido publicamente aplicado a uma crise do mundo real da economia: defendeu o "tratamento de choque". E disse que era "o único remédio. Indiscutivelmente. Não há outro. Não existe nenhuma outra solução de longo prazo".[20] Quando um repórter chileno argumentou que até mesmo Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, impôs controles para amenizar o livre mercado, Friedman retrucou: "Não os aprovo. Acredito que não devemos aplicá-los. Sou contra a intervenção governamental na economia, tanto no meu país quanto no Chile."[21]

Depois de seu encontro com Pinochet, Friedman fez algumas anotações pessoais sobre a reunião, que foram reproduzidas em suas memórias décadas depois. Percebeu que o general "era simpático à ideia de um tratamento de choque, mas ficava claramente atormentado com o possível desemprego temporário que isso poderia causar".[22] Naquele tempo, Pinochet já era conhecido no mundo todo por ordenar massacres em estádios de futebol; o fato de que o ditador tenha ficado "atormentado" com os custos humanos da terapia de choque deveria ter levado Friedman à dúvida. Mas, ao contrário, ele salientou o ponto numa carta posterior na qual elogiava as decisões "extremamente sábias" do general, impelindo-o, contudo, a fazer cortes ainda maiores nos gastos governamentais, "de 25% em seis meses... sem exceções". Ao mesmo tempo, deveria implantar um pacote de políticas em benefício dos empreendimentos, de modo a alcançar um "completo livre mercado". Friedman previu que as centenas de milhares de pessoas que seriam demitidas do setor público encontrariam, rapidamente, novos empregos no setor privado, que estava prestes a se expandir graças à remoção feita por Pinochet do "maior número possível de obstáculos que se antepunham ao mercado privado".[23]

Friedman garantiu ao general que, se ele seguisse seus conselhos, poderia colher os louros de um "milagre econômico"; "eliminaria a inflação em meses", ao passo que o problema do desemprego seria igualmente "curto — coisa de meses — e a recuperação subsequente ainda mais rápida". Pinochet precisava agir com rapidez e decisão; Friedman enfatizou a importância do "choque" de modo repetitivo, usando a palavra três vezes e sublinhando que "o gradualismo não é possível".[24]

Pinochet se converteu. Em sua carta de resposta, o chefe supremo do Chile expressou "minhas mais altas e respeitosas lembranças a você", assegurando Friedman de que "o Plano está sendo integralmente implantado no momento presente".[25] Logo após a visita de Friedman, Pinochet demitiu seu ministro da Economia e entregou o cargo a Sergio de Castro, depois promovido a ministro das Finanças. De Castro abarrotou o governo com seus colegas Garotos de Chicago, indicando um deles para dirigir o Banco Central. Orlando Sáenz, que

havia se colocado contra as demissões em massa e o fechamento das fábricas, foi substituído como presidente da Associação dos Manufatureiros por alguém com uma atitude mais favorável ao choque. O novo diretor logo anunciou: “Os industriais que reclamam que ‘vão para o inferno’. Não vou defendê-los.”(26)

Livres dos descontentes, Pinochet e De Castro começaram a tarefa de destruir o Estado de bem-estar para alcançar a sua utopia de capitalismo puro. Em 1975, fizeram um corte nos gastos públicos de 27% numa tacada só — e continuaram cortando até que, em 1980, estes já representavam metade do que haviam sido com Allende.(27) Saúde e educação sofreram os maiores baques. Mesmo a revista *The Economist*, uma defensora declarada do livre mercado, chamou aquilo de uma “orgia de automutilação”.(28) De Castro privatizou quase quinhentas companhias e bancos estatais, praticamente entregando-os de mão beijada, na medida em que o fundamental era que eles fossem encaixados em seu verdadeiro lugar na ordem econômica.(29) Não teve piedade das empresas locais e removeu ainda mais barreiras comerciais; o resultado foi a perda de 177 mil empregos industriais, entre 1973 e 1983.(30) Em meados da década de 1980, a participação percentual do setor manufatureiro na economia caiu aos níveis observados durante a Segunda Guerra Mundial.(31)

Tratamento de choque era uma descrição adequada para aquilo que Friedman prescreveu. Pinochet havia deliberadamente levado seu país a uma profunda recessão, fundamentada na teoria não testada de que uma contração súbita conduziria a economia ao equilíbrio. Sua lógica era assustadoramente semelhante à dos psiquiatras que começaram a prescrição em massa do eletrochoque nos anos 1940 e 1950, convencidos de que a indução de ataques do sistema nervoso poderia magicamente refazer os cérebros de seus pacientes.

A teoria do tratamento de choque econômico se apoia parcialmente no papel que as expectativas desempenham ao alimentar o processo inflacionário. Dominar a inflação é uma tarefa que requer não só a mudança da política monetária, mas também a alteração do comportamento dos consumidores, empregadores e trabalhadores. A função de uma mudança política súbita, ruidosa, é afetar rapidamente as expectativas, sinalizando para o público que as regras do jogo se modificaram dramaticamente — os preços não continuarão subindo, nem os salários. De acordo com essa teoria, quanto mais rápido forem derrubadas as expectativas de inflação, mais curto será o período doloroso de recessão e desemprego elevado. No entanto, nos países em que a classe política perdeu credibilidade junto à população, afirma-se que somente uma grande, decisiva política de choque tem o poder de “ensinar” ao público essas duras lições.[17]

Causar uma recessão ou depressão é ideia brutal porque cria pobreza em massa, razão pela qual nenhum líder político tinha, até então, desejado experimentar essa teoria. Quem quer ser responsável por aquilo que a revista *Business Week* descreveu como "um mundo de depressão deliberadamente provocada, à moda do dr. Fantástico"?[32]

Pinochet quis. No primeiro ano da terapia de choque recomendada por Friedman, a economia chilena se contraiu em 15% e o desemprego — que atingira apenas 3% com Allende — chegou a 20%, um nível até então desconhecido no Chile.[33] O país estava sendo convulsionado com esses "tratamentos", sem dúvida. E, ao contrário das previsões otimistas de Friedman, a crise do desemprego durou anos e não meses.[34] A junta, que tinha aderido às metáforas de Friedman sobre doenças, não se desculpou e explicou que "essa trilha tinha sido escolhida porque era a única que levava direto à enfermidade".[35] Friedman concordou. Quando um repórter lhe indagou "se os custos sociais de suas políticas tinham sido excessivos", respondeu: "Pergunta idiota."[36] Para outro jornalista, disse: "Minha única preocupação é que eles conduzam essa política com firmeza e com duração suficientes."[37]

Curiosamente, a crítica mais contundente à terapia de choque veio de um dos primeiros alunos de Friedman, André Gunder Frank. Durante sua estada na Universidade de Chicago, nos anos 1950, Gunder Frank — originário da Alemanha — ouviu falar tanto no Chile que, quando terminou seu doutorado em economia, decidiu ir por conta própria ver o país que seus professores retratavam como uma distopia desenvolvimentista mal administrada. Ele gostou do que viu e acabou lecionando na Universidade do Chile, servindo depois como conselheiro econômico no governo de Salvador Allende, por quem desenvolveu um enorme respeito. Como um Garoto de Chicago no Chile, que havia desertado da ortodoxia de livre mercado da escola, Gunder Frank tinha uma perspectiva única sobre a aventura econômica do país. Um ano após a prescrição de choque máximo de Friedman, ele escreveu uma raivosa "Carta Aberta a Arnold Harberger e Milton Friedman", na qual utilizou sua educação na Escola de Chicago para "examinar como o paciente chileno reagiu ao seu tratamento".[38]

Ele calculou o que significava para uma família chilena tentar viver com aquilo que Pinochet considerava um "salário de subsistência". Aproximadamente 74% de seus rendimentos eram destinados simplesmente a comprar pão, forçando a família a cortar "certos luxos" como leite e passagem de ônibus para ir ao trabalho. Em comparação com o governo Allende, pão, leite e passagens de ônibus representavam 17% do salário de um empregado do setor público.[39] Muitas crianças também deixaram de receber leite na escola, pois uma das primeiras medidas da junta foi justamente eliminar o programa escolar

do leite. Como resultado desse corte que se acrescentava ao desespero de casa, cada vez mais estudantes começaram a desmaiar nas aulas e muitos pararam de assisti-las.(40) Gunder Frank estabeleceu uma conexão direta entre as políticas econômicas brutais impostas por seus antigos colegas de faculdade e a violência com que Pinochet dominava o país. Como escreveu o Garoto de Chicago insatisfeito, as prescrições de Friedman eram tão esmagadoras que não podiam "ser impostas ou conduzidas sem os dois elementos inseparáveis que as sustentam: força militar e política de terror".(41)

Desimpedidos, os membros da equipe econômica de Pinochet avançaram sobre outros territórios experimentais, introduzindo as políticas mais vanguardistas de Friedman: o sistema de escolas públicas foi substituído pelos créditos estudantis do governo e pelas escolas licenciadas; a saúde virou um "quem-dá-mais"; jardins de infância e cemitérios foram privatizados. A mais radical de todas foi a privatização do sistema de seguridade social do Chile. José Piñera, que criou o programa, disse que teve a ideia ao ler *Capitalismo e liberdade*.(42) Normalmente, a administração de George W. Bush é considerada pioneira na criação da "sociedade da propriedade", mas, de fato, foi o governo de Pinochet, trinta anos antes, que primeiro introduziu a ideia de uma "nação de proprietários".

O Chile agora adentrava um novo e audacioso território, e todos os fãs do livre mercado no mundo, que se acostumaram a debater os méritos de tais políticas apenas em termos acadêmicos, prestavam a maior atenção. Conforme a descrição maravilhada da revista de negócios norte-americana *Barron's*, "os manuais de economia dizem que é assim que o mundo deve funcionar, mas onde mais isso é praticado?"(43) O *New York Times*, num artigo intitulado "Chile, laboratório de teste para um teórico", observou que "não é sempre que um economista conhecido, com visão tão firme, tem a oportunidade de testar suas prescrições específicas para uma economia muito doente. É ainda mais raro quando esse seu cliente é um país estrangeiro".(44) Muitos vieram olhar de perto o laboratório chileno, inclusive o próprio Friedrich Hayek, que viajou ao Chile de Pinochet diversas vezes e, em 1981, escolheu Viña del Mar (a cidade na qual o golpe tinha sido planejado) para sediar o encontro da Sociedade do Monte Pelerin, o cérebro fiador da contrarrevolução.

O mito do milagre chileno

Mesmo depois de três décadas, o Chile continua tomado por entusiastas do livre mercado, como prova de que o friedmanismo funciona. Quando Pinochet

morreu, em dezembro de 2006 (um mês após o falecimento de Friedman), o *New York Times* o elogiou por ter "transformado uma economia falida na mais próspera da América Latina", enquanto um editorial do *Washington Post* declarou que "ele havia introduzido as políticas de livre mercado que produziram o milagre da economia chilena".[45] Os fatos por trás do "milagre chileno" ainda são matéria de intensos debates.

Pinochet ficou no poder por dezessete anos e mudou a direção política diversas vezes naquele período. A fase de crescimento estável do país, que é usada como prova de seu sucesso miraculoso, só começou mesmo em meados dos anos 1980 — uma década inteira após a implementação da terapia de choque pelos Garotos de Chicago, e logo depois que Pinochet foi obrigado a fazer uma correção radical de seu curso. Isso aconteceu em 1982 porque, a despeito de uma rígida adoção da doutrina de Chicago, a economia do Chile entrou em colapso: sua dívida explodiu, a hiperinflação voltou e o desemprego atingiu 30% — dez vezes mais do que seu patamar no governo Allende.[46] A principal causa era a atividade das piranhas, as agências financeiras no estilo da Enron norte-americana, que os Garotos de Chicago deixaram agir sem nenhum controle; elas tinham comprado os ativos do país com dinheiro emprestado e criaram um débito gigantesco de quatorze bilhões de dólares.[47]

A situação ficou tão instável que Pinochet se viu forçado a fazer exatamente o que Allende tinha feito: nacionalizar muitas dessas companhias.[48] Diante da ruína iminente, quase todos os Garotos de Chicago perderam seus cargos governamentais influentes, inclusive Sergio de Castro. Muitos outros diplomados em Chicago exerciam funções importantes nas piranhas e ficaram sob investigação por fraude, despindo a fachada de neutralidade científica cuidadosamente cultivada, que era tão crucial para a identidade de um Garoto de Chicago.

A única coisa que protegeu o Chile de um colapso econômico completo, no início dos anos 1980, foi o fato de que Pinochet nunca privatizou a Codelco, a mineradora de cobre estatal nacionalizada por Allende. Aquela empresa gerava, sozinha, 85% das rendas de exportação do país, o que garantiu ao Estado uma fonte segura de rendimentos quando a bolha financeira estourou.[49]

Está claro que o Chile nunca foi o laboratório de livres mercados "puros" que seus defensores alegavam. Ao contrário, era um país no qual uma pequena elite deu um salto da riqueza ao superenriquecimento num espaço muito curto de tempo — uma fórmula altamente lucrativa bancada por dívidas e pesadamente subsidiada (depois afiançada) com fundos públicos. Quando o exagero e o espírito mercantil por trás do milagre são desnudados, o Chile de Pinochet e dos Garotos de Chicago não parece um país capitalista modelando um mercado

liberado, mas sim um país corporatista. Corporatismo, ou "corporativismo", originalmente denominou o modelo criado por Mussolini de um Estado policial administrado por meio da aliança entre as três maiores forças da sociedade — governo, empresas e sindicatos —, todos colaborando para garantir a ordem em nome do nacionalismo. A experiência pioneira do Chile com Pinochet foi uma evolução do corporatismo: uma aliança mutuamente influente entre um Estado policial e grandes corporações, que juntaram forças para combater o setor do terceiro poder — os trabalhadores —, e assim aumentaram dramaticamente sua porção da riqueza nacional.

A guerra — que muitos chilenos compreensivelmente enxergam como a guerra dos ricos contra os pobres e a classe média — é a verdadeira história do "milagre" econômico do Chile. Em 1988, quando a economia estava estabilizada e crescia rapidamente, 45% da população tinham caído abaixo da linha de pobreza.(50) Os 10% mais ricos, contudo, viram suas receitas aumentarem numa base de 83%.(51) Mesmo em 2007, o Chile continuava sendo uma das sociedades mais desiguais do mundo — em meio a 123 países nos quais as Nações Unidas mediram a desigualdade, o Chile ficava em 116º lugar, tornando-se o oitavo país mais desigual da lista.(52)

Se esse conjunto de dados qualifica o Chile como um milagre para os economistas da Escola de Chicago, é provável que a terapia de choque jamais tenha servido para tornar a economia saudável. Talvez tenha sido útil para fazer exatamente o que fez — concentrar a riqueza cada vez mais no alto e atemorizar a maior parte da classe média, para além dos limites.

Foi assim que Orlando Letelier, ministro da Defesa de Allende, compreendeu aquele processo. Depois de passar um ano nas prisões de Pinochet, ele conseguiu escapar do país graças a uma campanha internacional em seu favor. Ao observar, do exílio, o rápido empobrecimento do Chile, Letelier escreveu em 1976 que "durante os últimos três anos, bilhões de dólares foram tirados dos bolsos dos assalariados e colocados nas mãos dos capitalistas e proprietários de terra... a concentração de riqueza não acontece por acidente, mas por meio da força; não é o efeito colateral de uma situação difícil — como a junta queria que o mundo acreditasse —, mas o fundamento de um projeto social; não é um passivo econômico, mas uma política temporária de sucesso".(53)

O que Letelier não pôde perceber na época foi que o Chile administrado pela Escola de Chicago representava um lampejo da futura economia globalizada, um padrão que se repetiria por todo lado, da Rússia à África do Sul e à Argentina: uma bolha urbana de especulação frenética alimentando superlucros e consumismo exagerado, circundada pelas fábricas abandonadas e infraestruturas sucateadas de um passado de desenvolvimento; aproximadamente metade da

população excluída por completo da economia; corrupção e nepotismo sem controle; dizimação das pequenas e médias empresas nacionais; transferência maciça de riqueza do setor público para o setor privado, seguida da transferência de dívidas particulares para as mãos do governo. No Chile, se você estivesse fora da bolha de riqueza, o milagre lhe pareceria a Grande Depressão, mas, dentro de seu círculo restrito, os lucros corriam tão livres e rápidos que o enriquecimento possibilitado pelas "reformas" da terapia de choque se transformou, desde então, no verdadeiro entorpecente dos mercados financeiros. Foi por isso que o mundo das finanças não respondeu às contradições óbvias do experimento no Chile com a reavaliação das suposições do *laissez-faire*. Em vez disso, reagiu com a lógica do viciado: onde será o próximo conserto?

A revolução se espalha, o povo desaparece

Por um tempo, os próximos consertos vieram de outros países do Cone Sul da América Latina, onde a contrarrevolução da Escola de Chicago rapidamente se espalhou. O Brasil já estava sob o controle de um governo militar apoiado pelos Estados Unidos, e vários alunos brasileiros de Friedman ocupavam postos importantes no poder. Friedman viajou ao Brasil em 1973, no auge da brutalidade do regime, e declarou que a economia estava passando por um "milagre".(54) No Uruguai, os militares deram um golpe em 1973 e no ano seguinte decidiram pegar a estrada de Chicago. Na falta de um grande número de uruguaios diplomados na Universidade de Chicago, os generais convidaram "Arnold Harberger e [o professor de economia] Larry Sjaastad, da Universidade de Chicago, e sua equipe, que incluía antigos alunos da instituição vindos da Argentina, do Chile e do Brasil, para reformular o sistema tributário e a política comercial do país".(55) Os efeitos disso sobre uma sociedade anteriormente igualitária, como era o Uruguai, foram imediatos: os salários reais caíram 28%, e hordas de catadores de lixo apareceram nas ruas de Montevidéu pela primeira vez.(56)

A próxima a aderir ao experimento foi a Argentina, em 1976, quando os militares tomaram o poder de Isabel Perón. Aquilo significava que Argentina, Chile, Uruguai e Brasil — os países que foram exemplos de desenvolvimentismo — eram agora dominados por governos militares respaldados pelos Estados Unidos e se tornaram laboratórios vivos da Escola de Economia de Chicago.

De acordo com documentos brasileiros tornados públicos em março de 2007, semanas antes de os generais argentinos desferirem o golpe, eles contataram

Pinochet e os militares brasileiros para “delinear os principais passos que seriam dados pelo futuro regime”.[57]

Apesar dessa colaboração íntima, o governo militar argentino não foi tão longe nos experimentos neoliberais quanto Pinochet tinha ido; não privatizou as reservas de petróleo do país nem a seguridade social, por exemplo (isso viria depois). No entanto, quando se tratou de atacar as políticas e instituições que haviam elevado os pobres argentinos para a classe média, a junta seguiu Pinochet fielmente, graças em parte aos muitos economistas nacionais que haviam frequentado os programas de Chicago.

Os Garotos de Chicago argentinos recém-criados ocuparam cargos importantes no governo da junta militar, como os de secretário de Finanças, presidente do Banco Central e diretor de pesquisa do Departamento do Tesouro do Ministério das Finanças, assim como outros postos em escalões inferiores.[58] Porém, enquanto os Garotos de Chicago argentinos participavam com entusiasmo do governo militar, o cargo econômico mais importante de todos não ficou para nenhum deles, mas para José Alfredo Martínez de Hoz, membro da burguesia agrária pertencente à Sociedade Rural, que englobava a associação dos criadores de gado, há muito tempo no controle da principal economia de exportação do país. Essas famílias, que pareciam a coisa mais próxima a uma aristocracia na Argentina, gostavam da ordem econômica feudal — uma época em que não precisavam se preocupar com a possibilidade de suas terras serem distribuídas aos camponeses ou com o fato de que o preço da carne fosse baixar, a fim de permitir que todos pudessem comê-la.

Martínez de Hoz tinha sido presidente da Sociedade Rural, assim como seu pai e seu avô antes dele; ele também tinha assento no conselho de diversas corporações multinacionais, incluindo a Pan American Airways e a ITT. Quando assumiu seu cargo no governo militar, não restou nenhuma dúvida de que o golpe representara uma revolta das elites, uma contrarrevolução para destruir quarenta anos de conquistas realizadas pelos trabalhadores argentinos.

O primeiro ato de Martínez de Hoz como ministro da Economia foi proibir as greves e permitir aos empregadores que demitissem trabalhadores à vontade. Suspendeu os controles de preços, mandando os custos da alimentação para as alturas. Também estava determinado a transformar a Argentina em solo hospitaleiro para as corporações multinacionais. Eliminou as restrições em relação à propriedade estrangeira e vendeu centenas de companhias estatais nos primeiros anos.[59] Tais medidas lhe angariaram admiradores poderosos em Washington. Documentos tornados públicos revelam que William Rogers, secretário-assistente de Estado para a América Latina, contou a seu chefe, Henry Kissinger, logo depois do golpe: “Martínez de Hoz é um bom homem. Nós

temos tido várias conferências sobre muitos assuntos." Kissinger teria ficado tão impressionado que, "como um gesto simbólico", providenciou um encontro de alto nível com Martínez de Hoz quando este visitou Washington. Ele também se ofereceu para dar alguns telefonemas, de modo a ajudar os esforços econômicos argentinos: "Vou ligar para David Rockefeller", Kissinger falou ao ministro das Relações Exteriores do regime, numa referência ao presidente do Chase Manhattan Bank. "E vou ligar também para o irmão dele, o vice-presidente [dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller]".(60)

Para atrair investimentos, a Argentina colocou um suplemento de propaganda de 31 páginas, na revista *Business Week*, produzido pela gigante em relações públicas Burson-Marsteller, no qual declarava que "poucos governos na história foram tão encorajadores para o investimento privado... Nós estamos atravessando uma verdadeira revolução social e procuramos parceiros. Nós estamos nos livrando do estatismo e acreditamos firmemente no imprescindível papel do setor privado".[18] (61)

Mais uma vez, o impacto sobre os seres humanos foi inegável: dentro de um ano, os salários perderam 40% de seu valor, fábricas fecharam, a pobreza se expandiu. Antes que a junta militar chegasse ao poder, a Argentina tinha menos pessoas vivendo na pobreza do que a França ou os Estados Unidos — apenas 9% — e uma taxa de desemprego da ordem de 4,2%.(62) Agora, o país começava a mostrar sinais de subdesenvolvimento, que julgava ter deixado para trás. Bairros pobres não tinham água, espalhando doenças que podiam ser evitadas.

No Chile, Pinochet tinha a mão livre para usar a política econômica a fim de eliminar a classe média, graças ao modo chocante e assustador com que tinha chegado ao poder. Embora seus jatos de combate e esquadrões de caça tenham sido extremamente eficazes em espalhar o terror, acabaram se tornando um tipo de relações públicas desastroso. Notícias da imprensa sobre os massacres realizados por Pinochet ganharam o mundo com estardalhaço, fazendo com que ativistas europeus e norte-americanos pressionassem seus governantes, com agressividade, para que não comerciassem com o Chile — um resultado significativamente desfavorável para um regime cuja razão de existir era manter o país aberto aos negócios.

Novos documentos tornados públicos recentemente no Brasil mostram que, quando os generais argentinos estavam preparando seu golpe em 1976, eles tentaram "evitar uma campanha internacional contra eles, igual a que tinha sido desencadeada contra o Chile".(63) Para atingir esse objetivo, técnicas de repressão menos sensacionalistas se tornaram necessárias — mais brandas, porém com idêntica capacidade de espalhar o terror, e menos visíveis ao olhar curioso da imprensa internacional. No Chile, Pinochet se aferrou aos desaparecimentos. Em

vez de matar abertamente ou mesmo prender as suas presas, os soldados sequestravam as pessoas, levavam-nas para campos clandestinos, torturavam-nas e com frequência as matavam, negando depois qualquer conhecimento. Os corpos eram jogados em valas comuns. De acordo com a comissão da verdade estabelecida no Chile em 1990, a polícia secreta se desfazia de algumas vítimas jogando-as ao mar do alto de helicópteros, “depois de abrir sua barriga com uma faca, para evitar que os corpos ficassem boiando”.[64] Os desaparecimentos se mostraram um modo ainda mais efetivo de espalhar o terror do que os massacres abertos, pois era muito desestabilizadora a ideia de que o aparelho de Estado podia ser usado para fazer as pessoas desaparecerem no ar.

Em meados da década de 1970, os desaparecimentos tinham se transformado na principal ferramenta de imposição das juntas militares da Escola de Chicago, por todo o Cone Sul — e nenhuma delas abraçou a prática com maior zelo do que aquela formada pelos generais que ocupavam o palácio presidencial da Argentina. Ao final de seu reinado, um número estimado em trinta mil seres humanos desapareceu.[65] Muitos deles, tais quais seus semelhantes chilenos, foram jogados do alto de aviões sobre as águas barrentas do rio da Prata.

A junta argentina teve êxito ao estabelecer um certo equilíbrio entre o horror público e privado, mostrando uma parte do seu terror para que todos soubessem o que estava acontecendo e, ao mesmo tempo, ocultando aquilo que sempre podia ser negado. Em seus primeiros dias no poder, fez uma única demonstração dramática de sua disposição para usar a força letal: um homem foi arrancado de um Ford Falcon (veículo notoriamente usado pela polícia secreta), amarrado a um dos monumentos mais importantes de Buenos Aires, o Obelisco branco de 67,5 metros de altura, e metralhado em plena luz do dia.

Depois disso, os assassinatos cometidos pela junta submergiram, mas estavam sempre presentes. Desaparecimentos, oficialmente negados, eram espetáculos públicos que contavam com o silêncio cúmplice de bairros inteiros. Quando alguém era alvejado para ser eliminado, uma frota de veículos militares aparecia em sua casa ou local de trabalho e isolava o quarteirão, frequentemente com um helicóptero zunindo sobre as cabeças. Em plena luz do dia e na frente dos vizinhos, a polícia e os soldados arrombavam as portas e arrancavam as vítimas para fora. Na maior parte das vezes, ele ou ela gritavam seu próprio nome antes de desaparecer dentro de um Ford Falcon, na esperança de que notícias do acontecido pudessem ser levadas para sua família. Algumas operações “clandestinas” eram ainda mais despudoradas: a polícia costumava parar os ônibus lotados de passageiros para arrancar alguns deles lá de dentro pelos cabelos; na cidade de Santa Fé, um casal foi sequestrado em pleno altar

onde estava sendo realizado seu casamento, na frente de uma igreja cheia de gente.(66)

O caráter público do terror não terminava com a captura inicial. Uma vez sob custódia, os prisioneiros da Argentina eram levados para um dos mais de trezentos campos de tortura em todo o país.(67) Muitos deles estavam localizados em áreas residenciais densamente povoadas; um dos mais conhecidos era um antigo clube de ginástica numa rua movimentada de Buenos Aires, outro era o prédio de uma escola na central Bahía Blanca, e outro ainda funcionava numa ala de um hospital ativo. Nesses centros de tortura, os veículos militares entravam e saíam em horas inesperadas, gritos podiam ser ouvidos através das paredes mal vedadas, ao passo que embrulhos estranhos, semelhantes a corpos humanos, eram carregados para dentro e para fora, tudo silenciosamente registrado pelos habitantes das vizinhanças.

O regime no Uruguai também foi despudorado: um de seus principais centros de tortura era um quartel da Marinha limítrofe à orla de Montevidéu, numa área antes utilizada pelas famílias para passeios à beira-mar e piqueniques. Durante a ditadura, o belo local ficou vazio, pois os moradores da cidade cuidadosamente evitavam ouvir os gritos.(68)

A junta argentina era particularmente descuidada no trato de suas vítimas. Um passeio pelo país poderia terminar em horror, diante de túmulos coletivos mal tapados. Corpos apareciam em latas de lixo públicas, faltando dedos e dentes (do mesmo modo que fazem hoje no Iraque), ou eram encontrados nas margens do rio da Prata, algumas vezes no total de doze ao mesmo tempo, depois de um dos "voos da morte" realizados pelos militares. Em algumas ocasiões, eram jogados dos helicópteros sobre os campos das fazendas.(69)

Todos os argentinos estavam, de alguma forma, arrolados como testemunhas do desaparecimento de seus concidadãos, embora muitos alegassem que não sabiam o que estava acontecendo. Existe uma frase empregada pelos argentinos para descrever o paradoxo desse saber de olhos abertos e temer de olhos fechados, que era o estado de espírito predominante naqueles anos: "Nós não sabíamos o que ninguém podia negar."

Na medida em que muitos dos que eram procurados pelas várias juntas militares se refugiavam nos países vizinhos, os governos da região colaboraram uns com os outros, na conhecida Operação Condor. Nessa operação, os serviços de inteligência do Cone Sul partilhavam informações sobre os "subversivos" — ajudados por um moderno sistema computadorizado oferecido por Washington — e davam passe livre aos seus vários agentes para que cruzassem as fronteiras, raptassem e torturassem, num procedimento sinistro que lembra a atual rede da CIA de "rendição extraordinária".[19] (70)

As juntas militares também trocavam informes acerca dos meios mais efetivos que cada uma encontrara para arrancar informações dos prisioneiros. Alguns chilenos que haviam sido torturados no estádio do Chile, logo após o golpe, observaram o detalhe inesperado da presença de soldados brasileiros nas salas, dando conselhos sobre os usos mais científicos da dor.(71)

Houve oportunidades incontáveis para essa troca de informações naquele período, muitas delas passando pelos Estados Unidos e envolvendo a CIA. Uma investigação do Senado estadunidense em 1975, acerca da intervenção do país no Chile, descobriu que a CIA ofereceu treinamento em "controle de subversão" para os militares de Pinochet.(72) Também foi muito bem documentado o treinamento em técnicas de interrogatório dado pelos Estados Unidos à polícia brasileira e à uruguaia. De acordo com testemunhos citados no relatório da comissão da verdade, *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, oficiais militares assistiram formalmente a "aulas de tortura" em unidades da polícia do Exército, nas quais foram mostrados *slides* que retratavam os métodos excruciantes. Durante essas sessões, alguns prisioneiros eram trazidos para "demonstrações práticas" — sendo brutalmente torturados enquanto dezenas de sargentos do Exército olhavam e aprendiam. O relatório destaca que "uma das primeiras pessoas a introduzir essas práticas no Brasil foi Dan Mitrione, um policial norte-americano. Como instrutor em Belo Horizonte, durante os primeiros anos do regime militar, Mitrione tirava mendigos das ruas para torturá-los durante suas aulas, a fim de mostrar à polícia local as várias maneiras de criar, no prisioneiro, a suprema contradição entre corpo e mente".(73) Mitrione depois viajou para realizar o treinamento da polícia no Uruguai, onde, em 1970, foi sequestrado e assassinado por um grupo de guerrilheiros Tupamaros — revolucionários de esquerda que planejaram a operação para denunciar o envolvimento de Mitrione nas instruções sobre tortura.[20] De acordo com um dos antigos alunos, Mitrione insistia, tal qual o manual da CIA, que a tortura efetiva não era sadismo, e sim ciência. Seu objetivo era "a dor precisa, no local preciso, na intensidade precisa".(74) Os resultados desse treinamento estão efetivamente em todos os relatórios sobre direitos humanos no Cone Sul daquele período sinistro. Todos identificam os métodos que levam a marca registrada do manual *Kubark*: aprisionamentos na madrugada, capuz, isolamento intensivo, medicação, nudez forçada, eletrochoque. E, em todos os lugares, restou o terrível legado dos experimentos realizados na Universidade McGill, no sentido de induzir a regressão.

Prisioneiros libertados do estádio Nacional do Chile disseram que luzes muito fortes ficavam acesas durante as 24 horas do dia, e os horários das refeições pareciam estar deliberadamente trocados.(75) Soldados forçavam muitos prisioneiros a usar cobertores em volta da cabeça, para impedi-los de ver ou

ouvir corretamente, uma prática inútil, na medida em que todos sabiam que estavam num estádio. O efeito dessas manipulações, conforme relataram os prisioneiros, era que eles perdiam a noção de dia e noite, intensificando bastante o choque e o pânico causados pelo golpe e suas prisões subsequentes. Era como se o estádio tivesse sido transformado num laboratório gigante, e eles fossem as cobaias de um estranho experimento sobre manipulação sensorial.

Uma cópia ainda mais confiável dos experimentos da CIA podia ser vista na prisão de Villa Grimaldi, no Chile, "conhecida pelos seus 'compartimentos chilenos', cômodos para isolamento feitos de madeira, tão pequenos que os prisioneiros não podiam se ajoelhar" ou ficar de pé.[(76)] Na prisão uruguaia de Libertad, os detentos eram enviados para *la isla*, a ilha: células minúsculas sem janelas, nas quais uma lâmpada ficava acesa o tempo todo. Os presos mais valiosos foram mantidos em completo isolamento por mais de uma década. "Começamos a pensar que estávamos mortos, que nossas celas não eram celas e sim túmulos, que o mundo lá fora não existia, que o sol era um mito", lembrou Mauricio Rosencof, um desses prisioneiros. Durante um período de onze anos e meio, ele viu o sol apenas oito vezes. E ficou de tal forma privado de seus sentidos que "esqueceu as cores — não havia cores".[21] [(77)]

Num dos maiores centros de tortura da Argentina, a Escola de Mecânica da Marinha, em Buenos Aires, a câmara de isolamento era chamada de *capucha*, o capuz. Juan Miranda, que passou três meses na *capucha*, me falou sobre aquele lugar escuro: "Eles mantêm você com os olhos vendados e capuz, com as mãos e pernas acorrentadas, deitado num colchão de espuma o dia inteiro, no sótão da prisão. Eu não podia ver os outros detentos — estava separado deles por meio de compensados. Quando os guardas traziam comida, me faziam virar para a parede e tiravam o capuz para que eu pudesse comer. Era o único momento em que estávamos autorizados a nos sentar; fora disso, tínhamos de ficar deitados o tempo todo." Outros prisioneiros argentinos sofriam sua privação de sentidos dentro de celas tão exíguas quanto um caixão, chamadas *tubos*.

A única suspensão temporária desse isolamento era a sina ainda pior da sala de interrogatório. A técnica mais onipresente utilizada nas câmaras de tortura de todos os regimes militares era o eletrochoque. Havia dezenas de variações acerca dos meios pelos quais as correntes elétricas penetravam os corpos dos prisioneiros: com fios desencapados, telefones de campo do Exército, agulhas debaixo das unhas, pregadores de roupas colocados na gengiva, nos mamilos, na genitália, nas orelhas, na boca, em feridas abertas, em corpos mergulhados na água para intensificar a carga; em corpos atados em mesas ou na "cadeira do dragão" brasileira, que era feita de ferro. A junta proprietária de gado da Argentina estava orgulhosa de sua distinta contribuição — os prisioneiros eram

eletrocutados numa cama de metal chamada *parrilla* (churrasco), na qual ficavam na *picana* (espeto).

É impossível determinar o número exato de pessoas que foram submetidas à maquinaria de tortura do Cone Sul, mas fica provavelmente em torno de 100 e 150 mil, sendo que dezenas de milhares foram assassinadas.(78)

Uma testemunha em tempos difíceis

Ser de esquerda naquela época significava ser caçado. Aqueles que não escaparam para o exílio travaram uma batalha constante para fugir da polícia secreta — uma existência de esconderijos, códigos telefônicos e identidades falsas. Uma das pessoas que viveram essa vida na Argentina foi o lendário jornalista investigativo Rodolfo Walsh. Renascentista gregário, autor de romances policiais e contista premiado, Walsh era também um superdetetive capaz de decifrar códigos militares e espionar espiões. Seu maior triunfo investigativo aconteceu quando trabalhava como jornalista em Cuba, onde conseguiu interceptar e decodificar um telex enviado pela CIA, descobrindo a invasão programada da Baía dos Porcos. Foi aquela informação que deu a Castro a chance de preparar a defesa contra os invasores.

Quando a junta militar anterior na Argentina baniu o peronismo e suprimiu a democracia, Walsh decidiu se juntar ao movimento armado Montonero, como seu especialista em inteligência.[22] Isso o colocou no topo da lista de Mais Procurados dos generais, e cada novo desaparecimento renovava o medo de que informações tiradas com a ajuda da *picana* pudessem levar a polícia a localizar o esconderijo que ele compartilhava com a parceira, Lilia Ferreyra, numa pequena vila fora de Buenos Aires.

Por meio de sua vasta rede de informantes, Walsh tentava rastrear os muitos crimes da junta militar. Compilava listas de mortos e desaparecidos e localizações dos túmulos coletivos e centros de tortura secretos. Orgulhava-se de conhecer o inimigo, mas, em 1977, até ele foi abalado pela brutalidade furiosa que a junta tinha desencadeado contra o povo argentino. No primeiro ano de governo militar, dezenas de seus amigos e colegas desapareceram nos campos da morte, e sua filha Vicki, de 26 anos, também morreu, levando Walsh à loucura por tanto sofrimento.

No entanto, uma vida de luto sossegado não seria possível para ele com os carros Ford Falcon circulando. Sabendo que seu tempo era curto, Walsh tomou uma decisão sobre como deveria marcar o primeiro aniversário de governo da junta: enquanto a imprensa oficial despejava elogios aos generais pela salvação

do país, ele escreveria uma versão própria, não censurada, da depravação em que sua pátria tinha sido lançada. Seria intitulada "Carta Aberta de um Escritor para a Junta Militar", e foi escrita, como Walsh declarou, "sem esperança de ser ouvido, com a certeza de ser perseguido, firme no compromisso que assumi há muito tempo de ser uma testemunha em tempos difíceis".(79)

A carta seria uma condenação aos métodos de terror praticados pelo Estado e ao sistema econômico ao qual serviam. Walsh planejou a circulação de sua "Carta Aberta" nos mesmos moldes em que distribuíra comunicados anteriores na clandestinidade: tirou dez cópias e as enviou por meio de dez caixas de correio diferentes, para contatos selecionados que iriam distribuí-las depois. "Quero que aqueles malditos saibam que ainda estou aqui, vivo, e escrevendo", disse ele a Lilia, sentado em sua máquina de escrever Olympia.(80)

A carta começa com uma narrativa sobre a campanha de terror dos generais, sua utilização da "tortura máxima, infindável e metafísica", e o envolvimento da CIA no treinamento da polícia argentina. Depois de arrolar os métodos e os túmulos coletivos com detalhes excruciantes, Walsh muda bruscamente a marcha: "Esses acontecimentos, que atordoam a consciência do mundo civilizado, não são, contudo, os maiores sofrimentos impostos ao povo da Argentina, nem as piores violações dos direitos humanos com os quais você está comprometido. É na política econômica do governo que você descobre não só a explicação para os crimes, mas uma grande atrocidade que castiga milhões de seres humanos por meio de um sofrimento planejado. (...) Você só precisa andar pela Grande Buenos Aires por algumas horas, para perceber a velocidade com que essa política transforma a cidade em uma 'favela' de dez milhões de pessoas."(81)

O sistema descrito por Walsh era o neoliberalismo da Escola de Chicago, o modelo econômico que varreria o mundo. Conforme deitava raízes ainda mais profundas na Argentina, nas décadas seguintes, arrastava mais da metade da população para baixo da linha de pobreza. Walsh percebeu isso não como um acidente, mas como a execução cuidadosa de um plano — "o sofrimento planejado".

Ele assinou a carta em 24 de março de 1977, exatamente um ano depois do golpe. Na manhã seguinte, Walsh e Lilia viajaram para Buenos Aires. Dividiram o bolo de cartas entre os dois e as colocaram em caixas de correio pela cidade. Algumas horas depois, Walsh foi para uma reunião que tinha marcado com a família de um colega desaparecido. Era uma armadilha: alguém tinha falado sob tortura, e dez homens armados estavam esperando na porta da casa, de tocaia, com ordens para capturá-lo. "Tragam aquele bastardo vivo, ele é meu", disse diretamente para os soldados o almirante Massera, um dos três membros da

junta. Walsh, cujo mote era “falar não é crime; ser preso é o crime”, puxou seu revólver imediatamente e começou a atirar. Feriu um dos soldados e foi alvejado por eles; morreu na hora em que o carro chegou à Escola de Mecânica da Marinha. Seu corpo foi queimado e despejado num rio.[82]

A história secreta da “Guerra ao Terror”

As juntas do Cone Sul não esconderam a ambição revolucionária de refazer suas respectivas sociedades, mas foram suficientemente espertas para negar publicamente as acusações de Walsh: de que estavam usando violência maciça para atingir objetivos econômicos, os quais, sem um sistema que aterrorizasse o público e eliminasse os obstáculos, certamente teriam provocado a revolta popular.

Quando os assassinatos eram reconhecidos, as juntas os justificavam em termos de sua luta contra terroristas marxistas perigosos, financiados e controlados pela KGB. As juntas só empregavam táticas “sujas” porque seu inimigo era monstruoso. Com uma linguagem que soa sinistramente familiar nos dias de hoje, o almirante Massera a chamava de “uma guerra pela liberdade e contra a tirania... Uma guerra contra aqueles que querem a morte e por aqueles que querem a vida... Nós estamos lutando contra os niilistas, contra os agentes da destruição, cujo único objetivo é a própria destruição, embora mascarado com as suas cruzadas sociais”.[83]

Durante a preparação do golpe no Chile, a CIA bancou uma propaganda maciça para retratar Salvador Allende como um ditador disfarçado, um intrigante maquiavélico que tinha usado a democracia constitucional para ganhar o poder, mas pretendia impor um Estado policial nos moldes soviéticos, do qual os chilenos jamais conseguiriam escapar. Na Argentina e no Uruguai, as guerrilhas de esquerda mais numerosas — Montoneros e Tupamaros — eram apresentadas como ameaças tão perigosas à segurança nacional, que os generais não teriam outro jeito a não ser suprimir a democracia, tomar o poder para si próprios e fazer o que fosse necessário para derrotá-las.

Em todos os casos, essa ameaça era ou tremendamente exagerada, ou completamente produzida pelas juntas. Em meio a muitas revelações, a investigação do Senado estadunidense em 1975 mostrou que os próprios relatórios de inteligência do governo dos Estados Unidos garantiam que Allende não representava ameaça à democracia.[84] Quanto aos Montoneros argentinos e Tupamaros uruguaios, eram grupos armados com apoio popular significativo, capazes de levar a cabo ataques temerários a alvos militares ou corporatistas.

Mas quando os militares assumiram o poder por completo no Uruguai, os Tupamaros já tinham sido inteiramente desmantelados; e os Montoneros tinham sido liquidados nos primeiros seis meses de uma ditadura que durou sete anos na Argentina (motivo pelo qual Walsh vivia escondido). Documentos do Departamento de Estado tornados públicos provaram que César Augusto Guzzetti, ministro do Exterior da junta militar argentina, contou a Henry Kissinger, em 7 de outubro de 1976, que “as organizações terroristas foram desmanteladas” — e mesmo assim os militares desapareceram com milhares de cidadãos depois daquela data.(85)

Por muitos anos, o Departamento de Estado dos Estados Unidos também apresentou as “guerras sujas” do Cone Sul como batalhas campais entre militares e guerrilheiros perigosos, lutas que às vezes saíam de controle, mas ainda mereciam ajuda econômica e militar. Há fortes evidências de que Washington sabia que, tanto na Argentina quanto no Chile, estava patrocinando um tipo muito diferente de operação militar.

Em março de 2006, o Arquivo da Segurança Nacional, em Washington, liberou novas gravações tornadas públicas, de uma reunião do Departamento de Estado que aconteceu apenas dois dias antes do golpe militar na Argentina, em 1976. Nesse encontro, William Rogers, secretário-assistente de Estado para a América Latina, diz a Kissinger que “devemos esperar em breve uma grande intensidade de repressão, provavelmente uma grande quantidade de sangue na Argentina. Acho que eles vão precisar bater forte não só nos terroristas, mas também nos dissidentes dos sindicatos e dos partidos políticos”.(86)

E bateram mesmo. A maioria das vítimas do aparato de terror do Cone Sul não pertencia a grupos armados, mas fazia parte de movimentos ativistas não violentos e trabalhava em fábricas, fazendas, favelas e universidades. Eram economistas, artistas, psicólogos e cidadãos filiados a partidos de esquerda. Não foram mortos por causa de suas armas (que muitos nem possuíam), mas por causa de suas crenças. No Cone Sul, onde o capitalismo contemporâneo nasceu, a “Guerra ao Terror” era uma guerra contra todos os obstáculos à nova ordem.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

(1) Niccolò Machiavelli, *The Prince*, trad. W.K. Marriott, (Toronto: Alfred A. Knopf, 1992), 42. [No Brasil, MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe.* São Paulo: Cultrix, 2006.]

(2) Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 592.

(3) *Batalha de Chile* [documentário em três partes], compilado por Patricio Guzmán, produzido originalmente em 1975-79 (Nova York: First Run/Icarus Films, 1993).

(4) John Dinges e Saul Landau, *Assassination on Embassy Row* (Nova York: Pantheon Books, 1980), 64.

(5) *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation*, vol. 1, trad. Phillip E. Berryman (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1993), 153; Peter Kornbluh, *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability* (Nova York: New Press, 2003), 153-54.

(6) Kornbluh, *The Pinochet File*, 155-56.

(7) Esses números são contestados, porque o governo militar se notabilizou por esconder e negar seus crimes. Jonathan Kandell, “Augusto Pinochet, 91, Dictator Who Ruled by Terror in Chile, Dies”, *New York Times*, 11 de dezembro de 2006; Chile Since Independence, ed. Leslie Bethell (Nova York: Cambridge University Press, 1993), 178; Rupert Cornwell, “The General Willing to Kill His People to Win the Battle against Communism”, *Independent* (Londres), 11 de dezembro de 2006.

(8) Juan Gabriel Valdés, *Pinochet’s Economists: The Chicago School in Chile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 252.

(9) Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A Nation of Enemies: Chile Under Pinochet* (Nova York: W.W. Norton & Company, 1991), 187.

(10) Robert Harvey, “Chile’s Counter-Revolution”, *The Economist*, 2 de fevereiro de 1980.

(11) José Piñera, “How the Power of Ideas Can Transform a Country”, www.josepinera.com.

(12) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies*, 74-75.

(13) *Ibid.*, 69.

(14) Valdés, *Pinochet’s Economists*, 31.

(15) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies*, 70.

(16) A única barreira comercial de Pinochet era uma tarifa de 10% sobre as importações, que não constitui exatamente uma barreira comercial, mas, sim, uma pequena taxa de importação. André Gunder Frank,

Economic Genocide in Chile: Monetarist Theory Versus Humanity (Nottingham, UK: Spokesman Books, 1976), 81.

(17) Essas estimativas são conservadoras. Gunder Frank escreve que, no primeiro ano de governo da junta, a inflação alcançou 508% e pode ter chegado perto de 1.000% para "artigos de primeira necessidade". Em 1972, último ano de Allende no poder, a inflação chegou a 163%. Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 170; Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile,* 62.

(18) *Que Pasa* (Santiago), 16 de janeiro de 1975, citado em Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile,* 26.

(19) *La Tercera* (Santiago), 9 de abril de 1975, citado em Orlando Letelier, "The Chicago Boys in Chile", *The Nation,* 28 de agosto de 1976.

(20) *El Mercurio* (Santiago), 23 de março de 1976, citado em *Ibid.*

(21) *Que Pasa* (Santiago), 3 de abril de 1975, citado em *Ibid.*

(22) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 399.

(23) *Ibid.,* 593-94.

(24) *Ibid.,* 592-94.

(25) *Ibid.,* 594.

(26) Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile,* 34.

(27) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 172-73.

(28) "Em 1980, os gastos públicos com saúde decresceram 17,6% comparados a 1970, e com educação caíram 11,3%." Valdés, *Pinochet's Economists*, 23, 26; Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 172-73; Robert Harvey, "Chile's Counter-Revolution", *The Economist,* 2 de fevereiro de 1980.

(29) Valdés, *Pinochet's Economists,* 22.

(30) Albert O. Hirschman, "The Political Economy of Latin American Development: Seven Exercises in Retrospection", *Latin American Research Review* 12, nº 3 (1987): 15.

(31) Public Citizen, "The Uses of Chile: How Politics Trumped Truth in the Neo-Liberal Revision of Chile's Development", artigo para discussão, setembro de 2006, www.citizen.org.

(32) "A Draconian Cure for Chile's Economic Ills?", *Business Week,* 12 de janeiro de 1976.

(33) Peter Dworkin, "Chile's Brave New World of Reaganomics", *Fortune,* 2 de novembro de 1981; Valdés, *Pinochet's Economists,* 23; Letelier, "The Chicago Boys in Chile".

(34) Hirschman, "The Political Economy of Latin American Development", 15.

(35) Jorge Cauas, ministro das Finanças da junta, fez a declaração. Constable e Valenzuela, *Nation of Enemies,* 173.

(36) Ann Crittenden, “Loans from Abroad Flow to Chile’s Rightist Junta”, *New York Times,* 20 de fevereiro de 1976.

(37) “A Draconian Cure for Chile’s Economic Ills?”, *Business Week,* 12 de janeiro de 1976.

(38) Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile,* 58.

(39) *Ibid.,* 65-66.

(40) Harvey, “Chile’s Counter-Revolution”; Letelier, “The Chicago Boys in Chile”.

(41) Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile,* 42.

(42) Piñera, “How the Power of Ideas Can Transform a Country”.

(43) Robert M. Bleiberg, “Why Attack Chile?”, *Barron’s,* 22 de junho de 1987.

(44) Jonathan Kandell, “Chile, Lab Test for a Theorist”, *New York Times,* 21 de março de 1976.

(45) Kandell, “Augusto Pinochet, 91, Dictator Who Ruled by Terror in Chile, Dies”; “A Dictator’s Double Standard”, *Washington Post,* 12 de dezembro de 2006.

(46) Greg Grandin, *Empire’s Workshop: Latin America and the Roots of U.S. Imperialism* (Nova York: Metropolitan Books, 2006), 171.

(47) *Ibid.,* 171.

(48) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 197-98.

(49) José Piñera, “Wealth through Ownership: Creating Property Rights in Chilean Mining”, *Cato Journal* 24, nº 3 (outono de 2004): 296.

(50) Entrevista com Alejandro Foxley realizada em 26 de março de 2001, para a série *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(51) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 219.

(52) Agência Central de Inteligência. “Field Listing — Distribution of family income — Gini index”, *World Factbook 2007,* www.cia.gov.

(53) Letelier, “The Chicago Boys in Chile”.

(54) Milton Friedman, “Economic Miracles”, *Newsweek,* 21 de janeiro de 1974.

(55) Glen Biglaiser, “The Internationalization of Chicago’s Economics in Latin America”, *Economic Development and Cultural Change* 50 (2002): 280.

(56) Lawrence Weschler, *A Miracle, a Universe: Settling Accounts with Torturers* (Nova York: Pantheon Books, 1990), 149.

(57) Citação tirada das notas escritas por João Baptista Pinheiro, embaixador do Brasil na Argentina, naquela época. “Argentine Military Warned Brazil, Chile of ’76 Coup”, CNN, 21 de março de 2007.

(58) Mario I. Blejer foi secretário de Finanças da Argentina durante a ditadura. Recebeu o título de PhD em economia na Universidade de Chicago um ano antes do golpe. Adolfo Diz, PhD pela Universidade de Chicago, foi presidente do Banco Central durante a ditadura. Fernando De Santibáñes, PhD em Chicago, trabalhou no Banco Central durante a ditadura. Ricardo López Murphy, MA em Chicago, foi diretor nacional do Escritório de Pesquisa Econômica e Análise Tributária no Departamento do Tesouro do Ministério das Finanças (de 1974 a 1983). Muitos outros diplomados em Chicago tiveram posições econômicas em escalões mais baixos durante a ditadura, como consultores e conselheiros.

(59) Michael McCaughan, *True Crimes: Rodolfo Walsh* (Londres: Latin America Bureau, 2002) 284-90; "The Province of Buenos Aires: Vibrant Growth and Opportunity", *Business Week*, 14 de julho de 1980, seção especial de anúncios.

(60) Henry Kissinger e César Augusto Guzzetti, Memorandum of Conversation, 10 de junho de 1976, tornados públicos, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(61) "The Province of Buenos Aires." NOTA DE RODAPÉ: *Ibid.*

(62) McCaughan, True Crimes, 299.

(63) Reuters, "Argentine Military Warned Brazil, Chile of '76 Coup".

(64) *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation,* vol. 2, trad. Phillip E. Berryman (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1993), 501.

(65) Marguerite Feitlowitz, *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture* (Nova York: Oxford University Press, 1998), ix.

(66) *Ibid.*, 149, 175.

(67) *Ibid.*, 165.

(68) Weschler, *A Miracle, a Universe*, 170.

(69) Anistia Internacional, *Report on an Amnesty International Mission to Argentina 6-15 November 1976* (Londres: Amnesty International Publications, 1977), 35; Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 158.

(70) Alex Sanchez, Council on Hemispheric Affairs, "Uruguay: Keeping the Military in Check", 20 de novembro de 2006, www.coha.org.

(71) Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile,* 43; *Batalha de Chile.*

(72) Senado dos Estados Unidos, Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 18 de dezembro de 1975), 40.

(73) Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: Nunca Mais* / *Torture in Brazil: A Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979,* ed. Joan Dassin, trad. Jaime Wright (Austin: University of Texas Press, 1986), 13-14.

(74) Eduardo Galeano, "A Century of Wind", *Memory of Fire,* vol. 3, trad. Cedric Belfrage (Londres: Quartet Books, 1989), 208. [No Brasil, *Memória do fogo 3 — O século do vento.* Porto Alegre: L&PM,

1984.]

(75) *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation,* vol. 1, 153.

(76) Kornbluh, *The Pinochet File,* 162.

(77) Weschler, *A Miracle, a Universe,* 145. NOTA DE RODAPÉ: Jane Mayer, "The Experiment", *The New Yorker,* 11 de julho de 2005.

(78) Essa estimativa se baseia no fato de que o Brasil tinha 8.400 prisioneiros políticos nesse período, e milhares deles foram torturados. No Uruguai, havia sessenta mil prisioneiros políticos e, de acordo com a Cruz Vermelha, a tortura nas prisões era sistêmica. Cerca de cinquenta mil chilenos sofreram tortura e pelo menos trinta mil argentinos também, o que tornaria o número de cem mil uma previsão modesta. Larry Rohter, "Brazil Rights Group Hopes to Bar Doctors Linked to Torture", *New York Times,* 11 de março de 1999; Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Uruguai, 31 de janeiro de 1978, www.cidh.org; Duncan Campbell e Jonathan Franklin, "Last Chance to Clean the Slate of the Pinochet Era", *Guardian* (Londres), 1º de setembro de 2003; Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* ix.

(79) McCaughan, *True Crimes*, 290.

(80) *Ibid.,* 274.

(81) *Ibid.,* 285-89.

(82) *Ibid.,* 280-82.

(83) Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 25-26.

(84) "Covert Action in Chile 1963-1973", 45.

(85) Weschler, *A Miracle, a Universe*, 110; Departamento de Estado, "Subject: Secretary's Meeting with Argentine Foreign Minister Guzzetti", Memorandum of Conversation, 7 de outubro de 1976, tornado público, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(86) In Attendance — sexta-feira, 26 de março de 1976, documento tornado público e disponível no National Security Archive, www.gwu.edu/~nsarchiv.

CAPÍTULO 4

LIMPANDO A FICHA

O TERROR FAZ A SUA PARTE

> **O extermínio na Argentina não é espontâneo, não acontece por acaso, não é irracional: é a destruição sistemática de uma “parte substancial” do grupo nacional argentino, destinada a transformá-lo enquanto tal, redefinir sua forma de ser, suas relações sociais, seu futuro.**
> — Daniel Feierstein, sociólogo argentino, 2004[1]

> **Eu tinha apenas um objetivo: ficar vivo até o dia seguinte... Mas não se tratava apenas de sobreviver, e sim de sobreviver como** *eu mesmo*.
> — Mario Villani, sobrevivente após quatro anos num campo de tortura na Argentina[2]

EM 1976, ORLANDO LETELIER VOLTOU A WASHINGTON, D.C., não mais como embaixador, mas como ativista em um *think tank* progressista, o Institute for Policy Studies. Assombrado pela lembrança dos amigos e colegas que ainda enfrentavam a tortura nos campos da junta militar, Letelier usou sua liberdade recentemente reconquistada para denunciar os crimes de Pinochet e defender a memória de Allende contra a máquina de propaganda da CIA.

O ativismo estava surtindo efeito, e Pinochet começou a enfrentar condenação universal por seus agravos aos direitos humanos. O que mais frustrava Letelier, um economista qualificado, era o fato de que, ainda que o mundo se horrorizasse com os relatórios sobre execuções sumárias e eletrochoques dentro das prisões, a maioria se calava diante da terapia de choque econômico; ou diante do fato de que os bancos internacionais beneficiavam a junta com fartos empréstimos, por conta da adesão de Pinochet aos “fundamentos do livre mercado”. Letelier rejeitava uma noção frequentemente divulgada de que a junta tinha dois projetos separados, facilmente compartimentados — um era o audacioso experimento de transformação

econômica, o outro era um sistema perverso de tortura medonha e terror. Para o antigo embaixador, havia um único projeto no qual a tortura desempenhava um papel central como ferramenta para a metamorfose do livre mercado.

Num ensaio crítico para o *Nation*, Letelier escreveu: “A violação dos direitos humanos, o controle drástico e a supressão de qualquer forma representativa de dissenso são discutidos (e com frequência condenados) como fenômenos ligados apenas indiretamente, ou mesmo completamente separados, das políticas irrestritas de ‘livre mercado’ que foram impostas pela junta militar.” Ele ainda observou que “essa concepção particularmente conveniente de um sistema social no qual a ‘liberdade econômica’ e o terror político coexistem, sem tocar um ao outro, permite aos porta-vozes das finanças fundamentar seu conceito de ‘liberdade’ enquanto exercitam os músculos verbais em defesa dos direitos humanos”.(3)

Letelier foi ainda mais longe e escreveu que Milton Friedman, “como arquiteto intelectual e conselheiro informal da equipe de economistas que agora dirigia a economia chilena”, deveria dividir a responsabilidade pelos crimes de Pinochet. E rejeitou a ideia de Friedman de que defender o tratamento de choque era apenas oferecer uma orientação “técnica”. Como Letelier argumentou, “o estabelecimento de uma ‘economia privada’ livre e o controle da inflação à moda de Friedman” não podiam ser feitos de modo pacífico. “O plano econômico teve de ser forçado e, no contexto chileno, aquilo só podia ser feito com a matança de milhares, com a implantação de campos de concentração em todo o país, com a prisão de mais de cem mil pessoas em três anos... Retrocesso para a maioria e ‘liberdade econômica’ para um pequeno grupo de privilegiados são, no Chile, as duas faces de uma mesma moeda.” Como ele registrou, “uma íntima harmonia” entre o “livre mercado” e o terror ilimitado.(4)

O polêmico artigo de Letelier foi publicado no final de agosto de 1976. Menos de um mês depois, em 21 de setembro, o economista de 44 anos estava dirigindo para o trabalho, no centro de Washington, D.C. e, quando passou no meio do distrito das embaixadas, uma bomba de controle remoto, colocada debaixo do banco do motorista, explodiu, mandando o carro para o alto e destruindo suas duas pernas. Letelier foi levado para o hospital George Washington, mas morreu assim que chegou. Ao lado do ex-embaixador estava uma colega norte-americana de 25 anos, Ronni Moffit, que também perdeu a vida no ataque.(5) Foi o crime mais desafiador e escandaloso de Pinochet depois do golpe.

Uma investigação do FBI revelou que a bomba tinha sido feita por Michael Townley, um membro superior da polícia secreta de Pinochet, que foi levado ao

tribunal federal dos Estados Unidos para responder pelo crime. Os assassinos tinham entrado no país com passaportes falsos e com o conhecimento da CIA.[6]

Quando Pinochet morreu, em dezembro de 2006, aos 91 anos, houve várias tentativas de levá-lo a julgamento pelos crimes cometidos durante seu governo — de assassinatos, sequestros e tortura a corrupção e evasão fiscal. A família de Orlando Letelier vinha tentando há décadas levar Pinochet a julgamento por causa da bomba em Washington e abrir os arquivos dos Estados Unidos sobre o incidente. Mas o ditador deu a última palavra ao morrer, escapando dos julgamentos e deixando uma carta póstuma na qual defendeu o golpe e o uso do "máximo rigor" para desbaratar uma "ditadura do proletariado. (...) Como eu queria que a ação militar no dia 11 de setembro de 1973 não tivesse sido necessária! Como eu queria que a ideologia marxista-leninista não tivesse penetrado em nossa pátria!"[7]

Nem todos os criminosos dos anos de terror na América Latina foram tão sortudos assim. Em setembro de 2006, vinte e três anos depois do fim da ditadura militar na Argentina, um dos principais executores do terror foi finalmente sentenciado à prisão perpétua. O homem condenado foi Miguel Osvaldo Etchecolatz, que fora chefe de polícia na província de Buenos Aires durante os anos do governo militar.

Durante o julgamento histórico, Jorge Julio López, que era uma testemunha-chave, desapareceu. Ele já tinha desaparecido nos anos 1970, quando foi brutalmente torturado e depois libertado — e agora isso estava acontecendo de novo. Na Argentina, López se tornou conhecido como a única pessoa "duplamente desaparecida".[8] Em meados de 2007, ele continuava sumido, e a polícia estava certa de que ele havia sido sequestrado para intimidar futuras testemunhas — a mesma velha tática dos anos de terror.

Carlos Rozanski, o juiz federal de 55 anos que conduziu o caso, considerou Etchecolatz culpado de seis acusações de homicídio, seis acusações de prisão ilegal e sete casos de tortura. Quando divulgou seu veredicto, deu um passo extraordinário. Disse que a condenação não fazia justiça à verdadeira natureza do crime e, no interesse "da construção de uma memória coletiva", precisava acrescentar que todos esses "eram crimes contra a humanidade cometidos no contexto do genocídio que ocorreu na República da Argentina entre 1976 e 1983".[9]

Com aquela sentença, o juiz cumpriu seu papel no esforço de reescrever a história da Argentina: os assassinatos de esquerdistas nos anos 1970 não eram parte da "guerra suja" em que dois lados entravam em conflito e vários crimes

eram cometidos, como foi relatado na história oficial por décadas. Nem tampouco os desaparecidos eram as meras vítimas de ditadores enlouquecidos, embriagados pelo sadismo e por seu próprio poder pessoal. O que aconteceu foi algo um pouco mais científico, mais racionalmente aterrador. Como disse o juiz, havia um "plano de extermínio levado a cabo por aqueles que governavam o país".(10)

Ele explicou ainda que os assassinatos eram parte de um sistema que tinha sido planejado de modo avançado, fora reproduzido de forma idêntica por todo o país, e estava comprometido com o claro intuito de eliminar não os indivíduos isoladamente, mas as partes da sociedade que eles representavam. O genocídio é a tentativa de matar um grupo, não um conjunto de criaturas individualizadas; portanto, disse o juiz, houve um genocídio.(11)

Rozanski reconheceu que seu emprego da palavra "genocídio" era polêmico e escreveu uma longa sentença justificando a escolha. Observou que a Convenção das Nações Unidas sobre Genocídio define esse crime como a "intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, religioso ou racial"; a Convenção *não* inclui a eliminação de um grupo com base em suas convicções políticas — como foi o caso da Argentina —, mas Rozanski afirmou que não considerava aquela exclusão legalmente legítima.(12) Relatando um capítulo pouco conhecido da história das Nações Unidas, o juiz explicou que, em 11 de dezembro de 1946, numa resposta direta ao Holocausto nazista, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução, com unanimidade de votos, condenando atos de genocídio "em que grupos raciais, religiosos, *políticos* e outros tenham sido destruídos, ao todo ou em parte".(13) Um pedido de Stalin fez a palavra "políticos" ser retirada da Convenção, dois anos depois. Ele sabia que se a destruição de um "grupo político" fosse considerada genocídio, seus expurgos sangrentos e encarceramento maciço de oponentes políticos cairiam como uma luva. Stalin contou com o apoio de outros líderes que também queriam preservar o direito de eliminar seus oponentes políticos, e a palavra foi retirada.(14)

Rozanski escreveu que considerava a definição original da ONU mais legítima, porque não estava subordinada a esse tipo de compromisso baseado no interesse pessoal.[23] Fez ainda referência a uma regra da corte nacional espanhola que colocou em julgamento, em 1998, um dos mais notórios torturadores da Argentina. Aquela corte também deliberou que a junta militar argentina cometeu "o crime de genocídio". E definiu o grupo que a junta tentou eliminar como "aqueles cidadãos que não se encaixavam no modelo determinado pelos repressores como sendo adequado à nova ordem que estava sendo implantada no país".(15) Um ano depois, em 1999, o juiz espanhol Baltasar

Garzón, famoso por protocolar um pedido de prisão para Augusto Pinochet, também argumentou que a Argentina tinha sofrido um genocídio. Ele tentou, da mesma forma, definir o grupo que havia sido escolhido para ser exterminado. O objetivo da junta, escreveu, era “estabelecer uma nova ordem, tal qual Hitler tentou fazer na Alemanha, sem lugar para certos tipos de pessoa”. Aqueles que não se enquadravam nessa nova ordem “representavam setores que serviam de obstáculo à configuração ideal da nova Nação Argentina”.(16)

Não há, é claro, como comparar a escala do que aconteceu sob o nazismo, ou em Ruanda, em 1994, e os crimes das ditaduras corporatistas da América Latina nos anos 1970. Se genocídio quer dizer holocausto, esses crimes não pertencem a tal categoria. No entanto, se for possível compreender o genocídio como essas cortes o definem, isto é, como uma tentativa deliberada de eliminar os grupos que representam barreiras à implantação de um projeto político, então esse processo pode ser visto não apenas na Argentina, mas, com diferentes graus de intensidade, em toda essa região, que foi transformada no laboratório da Escola de Chicago. Nesses países, todas as pessoas que “se puseram no caminho do ideal” eram esquerdistas de vários matizes: economistas, trabalhadores pobres, sindicalistas, músicos, agricultores, políticos. Membros de todos esses grupos foram submetidos a uma estratégia regional clara e deliberada para extirpar e apagar a esquerda, coordenada através das fronteiras pela Operação Condor.

Desde o fim do comunismo, livres mercados e povos livres têm sido embalados como uma só ideologia, que se diz ser a melhor para a humanidade e a única forma de defesa possível contra a repetição de uma história cheia de túmulos coletivos, campos de concentração e câmaras de tortura. Nem ao Cone Sul, o primeiro lugar no qual a religião contemporânea do livre mercado desacorrentado saiu das oficinas de porão da Escola de Chicago e foi aplicada à realidade, isso trouxe a democracia; ao contrário, foi atributo da queda da democracia em cada um dos países. E não trouxe a paz também, mas exigiu o assassinato sistemático de milhares de pessoas e a tortura de algo entre 100 e 150 mil seres humanos.

Como Letelier escreveu, havia uma “íntima harmonia” entre o ímpeto de purgar setores da sociedade e a ideologia dominante no coração do projeto. Os Garotos de Chicago e seus professores, que davam consultorias e ocupavam altos postos nos regimes militares do Cone Sul, acreditavam numa forma de capitalismo que é purista por natureza. Seu sistema é inteiramente baseado numa espécie de fé no “equilíbrio” e na “ordem” e na necessidade de se libertar das interferências e “distorções” para ter sucesso. Em função dessas características, um regime

comprometido com a aplicação fiel desse ideal não pode aceitar a presença de visões de mundo alternativas ou moderadas. A fim de alcançar o ideal pretendido, requer um monopólio sobre a ideologia; senão, de acordo com a teoria central, os indicativos econômicos ficam deturpados e todo o sistema perde o equilíbrio.

Os Garotos de Chicago não poderiam ter escolhido uma parte do mundo menos hospitaleira a esse tipo de experimento do que o Cone Sul da América Latina nos anos 1970. A ascensão extraordinária do desenvolvimentismo significava que a área era exatamente uma cacofonia das políticas que a Escola de Chicago considerava distorções ou "ideias não econômicas". Ainda mais importante era o fato de que ali abundavam movimentos populares e intelectuais que surgiram em oposição direta ao capitalismo do *laissez-faire*. Essas visões não eram marginais, mas sim típicas da maioria dos cidadãos, e se refletiam nas eleições que aconteciam em todos os países. Uma transformação nos moldes da Escola de Chicago seria tão bem recebida no Cone Sul quanto uma revolução proletária em Beverly Hills.

Antes que a campanha de terror se abatesse sobre a Argentina, Rodolfo Walsh escreveu: "Nada pode nos deter, nem a prisão nem a morte. Porque você não pode prender ou matar um povo inteiro e porque a imensa maioria de argentinos... sabe que somente o povo pode salvar o povo."[(17)] Enquanto observava os tanques se dirigindo ao palácio presidencial para tomá-lo, Salvador Allende fez um pronunciamento final pelo rádio carregado desse mesmo desafio: "Tenho certeza de que a semente que plantamos nas consciências valiosas de milhares e milhares de chilenos não poderá ser definitivamente extirpada." Foram suas últimas palavras. "Eles têm a força; podem nos subjugar, mas não podem deter os processos sociais nem pelo crime nem pela força. A história nos pertence e é o povo que a escreve."[(18)]

Os comandantes militares da região e seus cúmplices econômicos estavam bem familiarizados com essas verdades. Um veterano de vários golpes militares na Argentina explicou assim o pensamento dentro das forças armadas: "Em 1955, nós acreditávamos que o problema era [Juan] Perón, então o pusemos para fora, mas em 1976 nós já sabíamos que o problema era a classe trabalhadora."[(19)] Acontecia o mesmo em toda a região: o problema era grande e profundo. Aquela percepção significava que se a revolução neoliberal acontecesse, as juntas precisavam fazer aquilo que Allende julgou ser impossível — extirpar definitivamente a semente que havia sido plantada durante a onda esquerdista da América Latina. Na Declaração de Princípios divulgada logo após o golpe, a ditadura de Pinochet descreveu sua missão como uma "operação prolongada e profunda para mudar a mentalidade do Chile". Era um eco da declaração feita

vinte anos antes pelo membro da USAID, Albion Patterson, padrinho do Projeto Chile: “O que precisamos fazer é mudar a formação dos homens.”[20]

Mas como fazer aquilo? A semente mencionada por Allende não era apenas uma única ideia ou um grupo de partidos políticos ou sindicatos. Na década de 1960 e no começo da de 1970, a esquerda representava a cultura de massa dominante na América Latina — era a poesia de Pablo Neruda, a música de Victor Jara e Mercedes Sosa, a Teologia da Libertação dos padres do Terceiro Mundo, o teatro emancipador de Augusto Boal, a pedagogia radical de Paulo Freire, o jornalismo revolucionário de Eduardo Galeano e do próprio Walsh. Eram os lendários heróis e mártires do passado e da história recente, de José Gervasio Artigas e Simón Bolívar a Che Guevara. Quando as juntas saíram a campo para desafiar a profecia de Allende e arrancar o socialismo pelas raízes, fizeram uma declaração de guerra contra toda essa cultura.

O imperativo se refletia nas principais metáforas empregadas pelos regimes militares de Brasil, Chile, Uruguai e Argentina: aquelas palavras de ordem infalíveis do fascismo, como limpar, varrer, extirpar e curar. No Brasil, a prisão dos esquerdistas pelo regime militar era chamada de Operação Limpeza. No dia do golpe, Pinochet se referiu a Allende e seu gabinete como “aquela imundície que quase arruinou o país”.[21] Um mês depois, ele garantiu que iria “extirpar a raiz do mal no Chile” e fazer uma “limpeza moral” no país, “purificá-lo de vícios” — uma repetição da conclamação feita por Alfred Rosenberg, mentor do Terceiro Reich, para uma “limpeza sem piedade com vassoura de ferro”.[22]

Purificando culturas

No Chile, na Argentina e no Uruguai, as juntas realizaram intensivas operações de limpeza ideológica, queimando livros de Freud, Marx e Neruda, fechando centenas de jornais e revistas, ocupando universidades, proibindo greves e encontros políticos.

Alguns dos ataques mais violentos foram dirigidos aos economistas “vermelhos” que os Garotos de Chicago não conseguiram derrotar antes dos golpes. Centenas de professores foram demitidos da Universidade do Chile, por “inobservância dos deveres morais” (inclusive André Gunder Frank, o dissidente de Chicago que escreveu uma carta raivosa para seus antigos professores).[23] A Universidade do Chile era rival da Universidade Católica, que constituía a base dos Garotos de Chicago. Gunder Frank relatou que, durante o golpe, “seis estudantes foram baleados na entrada principal da Escola de Economia, para dar uma lição objetiva aos que permaneceram”.[24] Quando a junta tomou o poder na

Argentina, soldados marcharam sobre a Universidade do Sul, em Bahía Blanca, e prenderam dezessete acadêmicos sob acusação de "ensino subversivo"; mais uma vez, a maioria era do departamento de economia.[25] "É necessário destruir as fontes que alimentam, formam e doutrinam os delinquentes subversivos", anunciou um dos generais numa coletiva de imprensa.[26] Um total de oito mil educadores de esquerda, "ideologicamente suspeitos", foram expurgados como parte da Operação Claridade.[27] Nos colégios, baniram a apresentação de grupos — um símbolo latente do espírito coletivo, perigoso para a "liberdade individual".[28]

Em Santiago, o lendário cantor popular de esquerda Victor Jara estava entre aqueles que foram levados para o estádio do Chile. O tratamento dado a ele incorporava a determinação furiosa de calar a cultura. Primeiro, os soldados quebraram suas duas mãos para que ele não pudesse tocar violão, depois atiraram nele 44 vezes, de acordo com a comissão de verdade e conciliação do Chile.[29] Para se certificar de que ele não continuaria a ser fonte de inspiração além do túmulo, o regime ordenou que suas gravações fossem destruídas. Mercedes Sosa, uma intérprete companheira, foi forçada a se exilar da Argentina, o dramaturgo revolucionário Augusto Boal foi torturado e exilado do Brasil, Eduardo Galeano foi banido do Uruguai e Walsh foi assassinado nas ruas de Buenos Aires. Uma cultura estava sendo deliberadamente exterminada.

Enquanto isso, uma outra cultura purificada e higienizada a substituía. No princípio da ditadura no Chile, na Argentina e no Uruguai, as únicas reuniões de pessoas autorizadas eram demonstrações de força militar e jogos de futebol. No Chile, usar calça comprida era o suficiente para levar as mulheres à prisão, e cabelo comprido valia o mesmo para os homens. Como foi declarado pelo editorial de um jornal controlado pelo regime na Argentina: "Uma limpeza cabal está acontecendo em toda a república." O mesmo editorial conclamava para uma varredura radical das marcas da esquerda: "Em pouco tempo as superfícies voltarão a brilhar, libertadas daquele pesadelo pela ação da água e do sabão."[30]

No Chile, Pinochet estava determinado a mudar o hábito de seu povo de sair às ruas. Mesmo pequenas reuniões eram dispersas com jatos d'água, a arma favorita de Pinochet para controlar multidões. A junta possuía centenas deles, pequenos o bastante para andar pelas calçadas e encharcar crianças que distribuíam folhetos; até procissões fúnebres eram brutalmente reprimidas, quando as lamentações viravam bagunça. Apelidados de *guanacos*, por causa do costume que as lhamas têm de cuspir, esses canhões onipresentes espalhavam as pessoas como se elas fossem montes de lixo, deixando as ruas brilhando, limpas e vazias.

Logo depois do golpe, a junta militar publicou um edito convocando os cidadãos a “contribuir para limpar nossa terra”, delatando “extremistas” estrangeiros e “chilenos fanáticos”.[31]

Quem foi assassinado — e por quê

A maioria das pessoas arrastadas nas batidas policiais não era de “terroristas”, como dizia a retórica, mas de indivíduos identificados pela junta como obstáculos ao seu programa econômico. Alguns eram oponentes de fato, mas muitos eram simplesmente vistos como detentores de valores contrários aos do regime.

A natureza sistemática dessa campanha de limpeza é facilmente comprovada quando se comparam as datas e as épocas dos desaparecimentos documentadas nos relatórios de direitos humanos e de comissões da verdade. No Brasil, o governo militar só começou a repressão em massa no final dos anos 1960, com uma única exceção: assim que aconteceu o golpe, os soldados apanharam líderes sindicais que eram atuantes nas fábricas e nas grandes fazendas. De acordo com *Brasil: Nunca Mais,* eles foram mandados para a prisão, onde muitos sofreram tortura, “pela simples razão de que eles se inspiravam numa filosofia política oposta à das autoridades”. Esse relatório da comissão da verdade, fundamentado nos próprios autos dos tribunais militares, registrou que a Confederação Geral do Trabalho (CGT), a maior coalizão de sindicatos, era referida nesses processos “como um demônio onipresente que precisa ser exorcizado”. O relatório concluiu claramente que a razão pela qual “as autoridades que tomaram o poder em 1964 foram tão cuidadosas na ‘limpeza’ desse setor” era o seu “medo de que os sindicatos ajudassem a propagar a resistência ao seu programa econômico, que era baseado no arrocho salarial e na desnacionalização da economia”.[32]

Na Argentina e no Chile, os governos militares usaram o caos inicial provocado pelo golpe para deslanchar ataques violentos aos movimentos sindicais. Essas operações foram bem planejadas com antecedência, pois as batidas policiais começaram no mesmo dia do golpe. No Chile, enquanto todos os olhos estavam voltados para o palácio presidencial, outros batalhões foram despachados para as “fábricas que eram conhecidas como os ‘cinturões industriais’, onde deram batidas e prenderam pessoas. Durante os dias que se seguiram”, como reportou a comissão de verdade e reconciliação, muitas fábricas foram revistadas, “levando à prisão maciça de pessoas, entre as quais muitas foram assassinadas ou desapareceram depois”.[33] Em 1976, 80% dos prisioneiros políticos do Chile eram operários e camponeses.[34]

O relatório da comissão da verdade da Argentina, *Nunca Más* (Nunca Mais), documenta uma investida cirúrgica contra os sindicatos: "Notamos que uma grande proporção das operações [contra os trabalhadores] foi realizada no próprio dia do golpe, ou imediatamente depois."(35) Em meio à lista de ataques contra as fábricas, um relato é particularmente revelador sobre como "terrorismo" foi um termo usado para mascarar a perseguição a ativistas operários não violentos. Graciela Geuna, uma prisioneira política no campo de tortura conhecido como La Perla, descreveu como os soldados ficaram agitados diante da greve iminente numa central elétrica. Essa greve seria "um exemplo importante de resistência à ditadura militar" e a junta não queria que ela acontecesse de jeito nenhum. Assim, contou Geuna, "os soldados da unidade decidiram torná-la ilegal ou, como disseram, 'Montonerizá-la'" (os Montoneros eram o grupo guerrilheiro que o Exército havia desbaratado por completo). Os grevistas não tinham nada a ver com os Montoneros, mas isso não tinha importância. Os "soldados de La Perla imprimiram panfletos que eles mesmos assinaram como 'Montoneros' — panfletos que conclamavam os eletricistas a entrar em greve". Esses panfletos depois se tornaram as "provas" necessárias para raptar e matar os líderes sindicais.(36)

Tortura patrocinada pelas corporações

Os ataques contra líderes sindicais eram feitos em íntima coordenação com os proprietários dos locais de trabalho, e casos jurídicos arquivados recentemente mostram alguns dos mais bem documentados exemplos do envolvimento direto de subsidiárias locais das multinacionais estrangeiras.

Nos anos anteriores ao golpe na Argentina, o crescimento da militância de esquerda tinha afetado as companhias estrangeiras, tanto no plano econômico quanto no pessoal; entre 1972 e 1976, cinco executivos da Fiat foram assassinados.(37) A sorte dessas firmas mudou drasticamente quando a junta tomou o poder e implementou as políticas da Escola de Chicago; agora, elas podiam inundar o mercado local com importados, pagar baixos salários, demitir empregados à vontade e mandar seus lucros para casa sem se preocupar com regulamentações.

Diversas multinacionais expressaram sua gratidão de modo efusivo. No primeiro ano de governo militar na Argentina, a companhia Ford Motor colocou um anúncio no jornal, em tom comemorativo, alinhando-se claramente ao regime: "1976: Mais uma vez, a Argentina encontra o seu caminho. 1977: Ano-Novo de fé e esperança para todos os argentinos de boa vontade. A Ford Motor

da Argentina e seu povo se comprometem com a luta para promover o grande destino da Pátria."[38] As corporações estrangeiras fizeram mais do que agradecer as juntas militares pelo seu bom trabalho; algumas se tornaram participantes ativas nas campanhas de terror. No Brasil, diversas empresas se juntaram e financiaram seus próprios esquadrões da morte privados. Em meados de 1969, logo após os militares começarem sua fase mais brutal, foi organizada uma força policial extralegal denominada Operação Bandeirantes (OBAN). Composta de oficiais militares, a OBAN foi financiada, de acordo com *Brasil: Nunca Mais*, "pela contribuição de diversas corporações multinacionais, inclusive a Ford e a General Motors". Como ficou registrado no relatório, na medida em que estava fora das estruturas oficiais das forças armadas e da polícia, a OBAN desfrutava de "flexibilidade e impunidade quanto a seus métodos de interrogatório", e rapidamente ganhou reputação por um sadismo incomparável.[39]

Foi na Argentina, contudo, que o envolvimento da subsidiária local da Ford com o aparato do terror foi mais escancarado. A companhia fornecia carros para os militares, e o Ford Falcon verde, modelo *sedan*, foi o veículo usado em milhares de sequestros e desaparecimentos. O psicólogo e dramaturgo argentino Eduardo Pavlovsky o descreveu como "a expressão simbólica do terror. Um carro da morte".[40]

Enquanto a Ford supria a junta com automóveis, os militares ofereciam à Ford os seus serviços — livrar as linhas de montagem de sindicalistas encrenqueiros. Antes do golpe, a Ford tinha sido forçada a fazer concessões significativas a seus operários: uma hora de almoço, em vez de vinte minutos, e 1% da venda de cada carro destinado a programas sociais. Tudo isso mudou bruscamente no dia do golpe, quando começou a contrarrevolução. A fábrica da Ford no subúrbio de Buenos Aires se transformou num campo de batalha; nas semanas que se seguiram, ficou cercada por veículos militares, inclusive tanques e helicópteros que sobrevoavam o local. Os trabalhadores foram notificados da presença de um batalhão de cem soldados permanentemente alocados na fábrica.[41] "Parecia que estávamos em guerra na Ford. E era tudo voltado contra nós, os trabalhadores", lembrou Pedro Troiani, um dos representantes do sindicato.[42]

Os soldados rondavam as instalações, agarrando e encapuzando os membros mais ativos do sindicato, prestimosamente apontados pelo capataz da fábrica. Troiani estava entre aqueles que foram arrancados da linha de montagem. Ele se recordou que "antes de me levarem preso, andaram comigo por toda a fábrica, fazendo isso abertamente para que todos pudessem ver: a Ford usava isso para eliminar o sindicato de seu interior".[43] Mais surpreendente foi o que aconteceu depois: em vez de serem levados para uma instalação prisional próxima, Troiani e os outros disseram que os soldados os conduziram a uma prisão que tinha sido

instalada *dentro* dos muros da fábrica. No seu local de trabalho, onde haviam negociado contratos alguns dias antes, os trabalhadores agora eram espancados, chutados e, em dois casos, eletrocutados.[(44)] Depois foram mandados para prisões externas, nas quais a tortura continuou durante semanas e, em alguns casos, meses.[(45)] De acordo com os advogados dos trabalhadores, pelo menos 25 representantes sindicais da Ford foram sequestrados nesse período, sendo que metade ficou detida numa instalação dentro da própria fábrica. Os grupos de direitos humanos da Argentina estão lutando para colocar esse local na lista dos centros de detenção clandestinos do regime.[(46)]

Em 2002, os procuradores federais protocolaram uma queixa criminal contra a Ford Argentina, em nome de Troiani e outros quatorze trabalhadores, alegando que a empresa era legalmente responsável pela repressão que ocorreu em sua propriedade. "A Ford [Argentina] e seus executivos foram cúmplices do sequestro de seus próprios operários, e eu penso que deveriam ser responsabilizados por isso", disse Troiani.[(47)] A Mercedes-Benz (uma subsidiária da DaimlerChrysler) está enfrentando uma investigação similar, oriunda das alegações de que a companhia colaborou com os militares nos anos 1970, a fim de expurgar líderes sindicais de suas unidades produtivas, presumivelmente dando nomes e endereços de dezesseis trabalhadores que depois desapareceram, quatorze deles para sempre.[(48)]

Segundo a historiadora latino-americana Karen Robert, ao final da ditadura, "quase todos os delegados sindicais do chão de fábrica tinham desaparecido das maiores empresas do país... tais como Mercedes-Benz, Chrysler e Fiat Concord".[(49)] Tanto a Ford quanto a Mercedes-Benz negam que seus executivos tenham tido qualquer participação na repressão. Os casos estão em andamento.

Não foram apenas os sindicalistas que enfrentaram ataques preventivos — isso aconteceu com qualquer um que apresentasse uma visão da sociedade baseada em valores diferentes do puro lucro. Os ataques desferidos contra os agricultores que estiveram envolvidos na luta pela reforma agrária foram especialmente brutais em toda a região. Os líderes das Ligas Agrárias Argentinas — que vinham espalhando ideias incendiárias sobre os direitos dos camponeses à propriedade da terra — foram caçados e torturados, com frequência nos próprios campos em que trabalhavam, na frente de toda a comunidade. Os soldados usavam as baterias dos caminhões para ligar suas *picanas*, voltando os implementos agrícolas onipresentes contra os próprios agricultores. Ao mesmo tempo, as políticas da junta militar eram como um vento fresco para os proprietários de terras e criadores de gado. Na Argentina, Martínez de Hoz havia

desregulamentado o preço da carne, provocando uma elevação do custo de mais de 700% e uma lucratividade recorde.[50]

Nos bairros miseráveis, os alvos dos ataques preventivos eram os trabalhadores comunitários, muitos dos quais eram ligados à Igreja e organizavam os setores mais pobres da sociedade para reivindicar serviços de saúde, construção de habitações e educação — em outras palavras, o "Estado de bem-estar" que estava sendo desmantelado pelos Garotos de Chicago. "Os pobres não terão bons samaritanos para olhar por eles nunca mais!" Foi o que escutou Norberto Liwsky, um médico argentino, enquanto "me aplicavam choques elétricos na gengiva, nos mamilos, na genitália, no abdome e nas orelhas".[51]

Um padre argentino que colaborou com os militares explicou assim a filosofia que os orientava: "O inimigo era o marxismo. O marxismo na Igreja e na nossa pátria — o perigo de uma nova nação."[52] Esse "perigo de uma nova nação" ajuda a explicar por que tantas vítimas dos militares eram jovens. Na Argentina, 81% das trinta mil pessoas que desapareceram tinham entre 16 e 30 anos de idade.[53] Como disse um notório torturador argentino para uma de suas vítimas, "nós estamos trabalhando agora para os próximos vinte anos".[54]

Entre os mais jovens, estava um grupo de estudantes secundários que, em setembro de 1976, se reuniu para pedir tarifas de ônibus mais baixas. Para os membros da junta, aquela ação coletiva demonstrava que os adolescentes tinham sido infectados pelo vírus do marxismo, e responderam a ela com uma fúria genocida, torturando e matando seis dos alunos secundaristas que se atreveram a apresentar aquela reivindicação subversiva.[55] Miguel Osvaldo Etchecolatz, o delegado de polícia finalmente sentenciado em 2006, foi uma das figuras centrais implicadas no ataque.

O padrão desses desaparecimentos era claro: enquanto os terapeutas do choque tentavam remover da economia todos os vestígios de coletivismo, as tropas de choque removiam das ruas, das universidades e das fábricas os representantes daquele *ethos*.

Em afirmações mais afoitas, aqueles que estavam na linha de frente da transformação econômica reconheceram que o alcance de seus objetivos demandava repressão em massa. Victor Emmanuel, o diretor de relações públicas da Burson-Marsteller que estava encarregado de vender ao estrangeiro a nova Argentina favorável aos negócios, disse a um pesquisador que a violência era necessária para abrir a economia local, até então "protecionista e estatista". Embora admitisse que morreram não só guerrilheiros, "mas provavelmente muitas pessoas inocentes", ele afirmou que "ninguém, mas ninguém mesmo, faz

investimentos num país envolvido numa guerra civil". Para a autora Marguerite Feitlowitz, disse que "dada a situação, uma força descomunal era necessária".[56]

Sergio de Castro, o Garoto de Chicago que foi ministro da Economia de Pinochet e supervisionou a implementação do tratamento de choque, admitiu que jamais teria conseguido fazer o que fez sem o suporte da mão de ferro do ditador. "A opinião pública estava contra [nós], então precisávamos de uma personalidade forte que mantivesse a política. Foi sorte nossa que o presidente Pinochet tenha compreendido e tenha tido firmeza para enfrentar as críticas." Ele ainda observou que um "governo autoritário" se enquadra melhor na defesa da liberdade econômica por conta de seu uso "impessoal" do poder.[57]

Como é o caso em todos os Estados de terror, os assassinatos planejados serviam a dois objetivos. Primeiro, removiam obstáculos reais ao projeto — ou seja, as pessoas mais inclinadas a lutar contra ele. Segundo, o fato de que todos eram testemunhas do desaparecimento dos "encrenqueiros" servia como uma advertência infalível para aqueles que viessem a pensar em resistir, eliminando assim obstáculos futuros.

E funcionou. Como lembrou o psiquiatra chileno Marco Antonio de la Parra: "Nós estávamos confusos e angustiados, dóceis e prontos a receber ordens... as pessoas regrediram; tornaram-se mais dependentes e medrosas."[58] Em outras palavras, elas estavam em choque. Assim, quando os choques econômicos subiram os preços e abaixaram os salários, as ruas do Chile, da Argentina e do Uruguai permaneceram vazias e calmas. Não havia protestos por comida, não havia greves gerais. As famílias se ajustavam diminuindo as refeições diárias, alimentando seus bebês com mate, um chá tradicional que tira a fome, e acordando antes do amanhecer para caminhar durante horas até o trabalho e economizar o dinheiro da passagem de ônibus. Aqueles que morreram de desnutrição ou febre tifoide foram enterrados em silêncio.

Apenas uma década antes, os países do Cone Sul — com seus setores industriais em crescimento, sua classe média ascendente e seus sistemas de saúde e educação consolidados — serviam de esperança para os países em desenvolvimento. Agora, os pobres e os ricos estavam se distanciando em mundos econômicos distintos — os ricos recebiam o título de cidadãos honorários do estado da Flórida, enquanto o resto era empurrado para o subdesenvolvimento, um processo que seria ainda mais aprofundado pela "reestruturação" neoliberal da era pós-ditatorial. Esses países, que não podiam mais servir como exemplos inspiradores, eram agora advertências aterradoras do que podia acontecer com as nações pobres que acreditam poder se lançar para fora do Terceiro Mundo. Era uma conversão idêntica à dos prisioneiros que foram jogados nas celas de tortura dos governos militares: não bastava falar —

eles eram forçados a renunciar às suas crenças mais acalentadas, a trair seus companheiros e filhos. Os que se rendiam eram chamados de *quebrados*. Foi assim no Cone Sul: a região não foi apenas abatida, foi *quebrada*.

A tortura como "remédio"

Enquanto as políticas governamentais tentavam extrair da cultura o valor do coletivismo, dentro das prisões a tortura tentava extraí-lo das mentes e dos espíritos. Como observou um editorial da junta argentina, em 1976, "as mentes também precisam ser limpas, pois foi nelas que o erro nasceu".(59)

Muitos torturadores adotaram a postura de um médico ou cirurgião. Da mesma forma que os economistas de Chicago, com seus choques dolorosos mas necessários, esses interrogadores imaginavam que seus eletrochoques e outros tormentos eram terapêuticos — que estavam ministrando uma espécie de remédio a seus prisioneiros, os quais eram chamados, dentro das prisões, de *apestosos*, ou seja, sujos ou doentes. Eles iriam curá-los da enfermidade que era o socialismo, do impulso em direção à ação coletiva.[24] Seus "tratamentos" conduziam à agonia, sem dúvida; podiam ser inclusive letais — mas eram para o bem do próprio paciente. Ao responder impacientemente às críticas que eram feitas a seus agravos aos direitos humanos, Pinochet perguntou: "Se você tem uma gangrena no braço, tem de cortá-lo, certo?"(60)

Testemunhos registrados no relatório de uma comissão da verdade que correu a região revelam que prisioneiros mencionam um sistema criado para forçá-los a trair o princípio mais caro à sua concepção de integridade. Para a maioria dos esquerdistas latino-americanos, o princípio mais acalentado de todos era o que o historiador radical argentino Osvaldo Bayer chamou de "única teologia transcendental: a solidariedade".(61) Os torturadores compreendiam bem a importância da solidariedade e trataram de dar choques naquele impulso de interconexão social, para tirá-lo de dentro dos prisioneiros. É claro que todo interrogatório acontece com o propósito de arrancar informações e depois forçar a traição. No entanto, muitos detentos revelam que seus torturadores estavam menos interessados na informação, que eles geralmente já tinham, e mais obcecados por alcançar o ato de traição em si mesmo. A meta do exercício era levar os interrogados a causar danos irreparáveis àquela parte de si mesmos que acreditava na ajuda ao próximo acima de tudo, àquela parte de si mesmos que os tornava ativistas, substituindo-a por vergonha e humilhação.

Algumas vezes, as traições estavam além do controle do preso. O argentino Mario Villani, por exemplo, carregava sua agenda no bolso quando foi

sequestrado. Nela estavam registradas todas as coordenadas de uma reunião que estava marcada com um amigo; os soldados apareceram em seu lugar, e outro ativista desapareceu dentro da máquina de terror. Sobre a mesa, os interrogadores torturavam Villani com a informação de que "tinham apanhado Jorge porque ele compareceu ao encontro que tinha comigo. Eles sabiam que ao tomar conhecimento disso, eu teria um tormento ainda pior do que os 220 volts. Esse remorso é quase impossível de aguentar".(62)

Os últimos atos de rebeldia nesse contexto eram pequenos gestos de delicadeza entre os prisioneiros, como cuidar dos ferimentos uns dos outros ou dividir a pouca comida. Quando esses atos de amor eram descobertos, eram duramente castigados. O detento era levado a se tornar o mais individualista possível, sendo constantemente submetido a barganhas faustianas, como, por exemplo, mais tortura insuportável para si mesmo ou mais tortura para um colega de prisão. Em alguns casos, os prisioneiros eram quebrados com tanta força que acabavam concordando em aplicar a *picana* em seus companheiros ou em aparecer na televisão e renunciar às crenças anteriores. Eles representavam o triunfo definitivo de seus torturadores: não só tinham abandonado a solidariedade, mas, para sobreviver, haviam sucumbido ao *ethos* criminoso do capitalismo de *laissez-faire* — "prestar atenção no nº 1", segundo o linguajar do executivo da ITT.[25] (63)

Ambos os grupos de "doutores" do choque que trabalharam no Cone Sul — os generais e os economistas — lançaram mão de metáforas idênticas para o seu trabalho. Friedman identificava o seu papel no Chile ao de um médico que oferecia "conselhos técnicos ao governo chileno para ajudá-lo a erradicar uma praga" — a "praga da inflação".(64) Arnold Harberger, diretor do programa para a América Latina da Universidade de Chicago, foi ainda mais longe. Numa palestra proferida para jovens economistas na Argentina, disse que os bons economistas eram eles mesmos o tratamento — pois serviam como "anticorpos no combate às ideias e políticas antieconômicas".(65) O ministro das Relações Exteriores da junta argentina, César Augusto Guzzetti, afirmou que "quando o corpo social de um país foi contaminado por uma doença que corrói suas entranhas, ele forma anticorpos. Esses anticorpos não podem ser entendidos da mesma maneira que os micróbios. Quando o governo controla e destrói a guerrilha, a ação desses anticorpos desaparece, como já está acontecendo. É apenas a reação natural de um corpo doente".(66)

Essa linguagem, é claro, pertence ao mesmo construto intelectual que permitiu aos nazistas alegar que matando os elementos "doentes" da sociedade eles estavam curando o "corpo nacional". Conforme a asserção do médico nazista Fritz Klein: "Quero preservar a vida. E por causa do respeito à vida

humana, eu removeria o apêndice gangrenado de um corpo doente. Os judeus são o apêndice gangrenado no corpo da humanidade." O Khmer Vermelho usou essa mesma linguagem para justificar sua carnificina no Camboja: "O que está infectado deve ser cortado fora."[67]

Crianças "normais"

Em nenhum outro lugar esses paralelos foram mais assustadores do que no tratamento dado pela junta militar argentina às crianças, dentro da sua rede de centros de tortura. A Convenção das Nações Unidas sobre Genocídio declara que entre as práticas de genocídio condenadas se incluem aquela que "impõe medidas que visam a impedir os nascimentos dentro do grupo" e a que "forçosamente transfere as crianças de um grupo para outro".[68]

Um número estimado de cinco mil bebês nasceu dentro dos centros de tortura da Argentina, e todos eles foram imediatamente alistados no plano de reengenharia da sociedade e de criação de uma nova linhagem de cidadãos-modelo. Após um breve período de cuidados, centenas de bebês foram vendidos ou dados para casais, muitos dos quais eram diretamente ligados à ditadura. As crianças foram educadas de acordo com os valores do capitalismo e da cristandade, considerados pela junta militar como "normais" e saudáveis, e jamais ficaram sabendo de sua origem, como declaram as Mães da Praça de Maio, que têm feito um trabalho cuidadoso na tentativa de seguir as pistas de dezenas dessas crianças.[69] Os pais dos bebês, considerados muito doentes para serem salvos, foram quase sempre assassinados nos campos prisionais. O roubo de bebês não foi resultado de excessos individuais, mas parte de uma operação organizada pelo Estado. Num dos casos levados a tribunal, um documento oficial do Departamento do Interior, datado de 1977, foi apresentado como evidência; era intitulado "Instruções sobre procedimentos a seguir com filhos menores de ativistas políticos ou sindicais quando seus pais forem presos ou desaparecerem".[70]

Esse capítulo da história da Argentina tem algumas semelhanças assustadoras com o roubo de crianças indígenas nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, onde elas foram mandadas para internatos, proibidas de falar sua língua nativa e submetidas a um "embranquecimento". Na Argentina dos anos 1970, uma lógica similar de superioridade estava claramente em curso, baseada não na raça, mas nas crenças políticas, na cultura e na classe.

Uma das conexões mais evidentes entre os assassinatos políticos e a revolução do livre mercado só foi descoberta quatro anos depois do fim da ditadura. Em 1987, uma equipe de filmagem estava fazendo tomadas no porão das Galerias Pacífico, um dos centros comerciais mais movimentados de Buenos Aires, quando, horrorizada, se deparou com um centro de tortura abandonado. O que se passou foi que, durante a ditadura, o Primeiro Batalhão do Exército escondeu alguns de seus desaparecidos no interior daquele centro comercial; as paredes da masmorra ainda exibiam as marcas desesperadas feitas pelos prisioneiros há muito tempo falecidos: nomes, datas, pedidos de socorro.[71]

Hoje, as Galerias Pacífico representam o coração do distrito comercial de Buenos Aires, uma evidência de sua transformação em capital do consumo globalizado. Tetos abobadados e afrescos luxuosamente pintados emolduram a vasta fileira de lojas de marca, de Christian Dior a Ralph Lauren e Nike, inacessíveis à maioria dos habitantes do país, mas verdadeiras pechinchas para os estrangeiros que viajam à cidade para tirar proveito da moeda depreciada.

Para os argentinos que conhecem a própria história, aquele centro comercial permanece como uma lembrança assustadora de que, da mesma forma como outras conquistas capitalistas do passado foram construídas sobre os túmulos coletivos dos povos indígenas, o projeto da Escola de Chicago para a América Latina foi literalmente erguido sobre o segredo dos campos de tortura, nos quais milhares de pessoas que acreditavam num país diferente desapareceram.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

(1) Daniel Feierstein e Guillermo Levy, *Hasta que la muerte nos separe: Prácticas sociales genocidas en América Latina* (Buenos Aires: Ediciones al margen, 2004), 76.

(2) Marguerite Feitlowitz, *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture* (Nova York Oxford University Press, 1998), xii.

(3) Orlando Letelier, "The Chicago Boys in Chile", *The Nation,* 28 de agosto de 1976.

(4) *Ibid.*

(5) John Dinges e Saul Landau, *Assassination on Embassy Row* (Nova York Pantheon Books, 1980), 207-10.

(6) Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A Nation of Enemies: Chile Under Pinochet* (Nova York W.W. Norton & Company, 1991), 103-107; Peter Kornbluh, *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability* (Nova York New Press, 2003), 167.

(7) Eduardo Gallardo, "In Posthumous Letter, Lonely Ex-Dictator Justifies 1973 Chile Coup", Associated Press, 24 de dezembro de 2006.

(8) "Dos Veces Desaparecido", *Página 12*, 21 de setembro de 2006.

(9) Carlos Rozanski foi o principal autor dessa norma, escrita em coautoria com os juízes Norberto Lorenzo e Horacio A. Insaurralde. Federal Oral Court Nº 1, Caso NE 2251/06, setembro de 2006, www.rodolfowalsh.org.

(10) Federal Oral Court Nº 1, Caso NE 2251/06, setembro de 2006, www.rodolfowalsh.org.

(11) *Ibid.*

(12) Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, "Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio", aprovado em 9 de dezembro de 1948, www.ohchr.org.

(13) Leo Kuper, "Genocide: Its Political Use in the Twentieth Century", em Alexander Laban Hinton (ed.), *Genocide: An Anthropological Reader* (Malden, MA: Blackwell, 2002), 56.

(14) Beth Van Schaack, "The Crime of Political Genocide: Repairing the Genocide Convention's Blind Spot", *Yale Law Journal* 107, nº 7 (maio de 1997).

(15) "Auto da Sala de Direito Penal da Audiência Nacional confirmando a jurisdição da Espanha para conhecer os crimes de genocídio e terrorismo cometidos durante a ditadura argentina", Madri, 4 de novembro de 1998, www.derechos.org. NOTA DE RODAPÉ: Van Schaack, "The Crime of Political Genocide."

(16) Baltasar Garzón, "Autos do Processo contra Militares Argentinos", Madri, 2 de novembro de 1999, www.derechos.org.

(17) Michael McCaughan, *True Crimes: Rodolfo Walsh* (Londres: Latin America Bureau, 2002), 182.

(18) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 16.

(19) Guillermo Levy, "Considerations on the Connections between Race, Politics, Economics, and Genocide", *Journal of Genocide Research* 8, nº 2 (junho de 2006): 142.

(20) Juan Gabriel Valdés, *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 7-8 e 113.

(21) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 16.

(22) *Ibid.,* 39; Alfred Rosenberg, *Myth of the Twentieth Century: An Evaluation of the Spiritual-Intellectual Confrontations of Our Age* (1930, reimp. Newport Beach, CA: Noontide Press, 1993), 333.

(23) André Gunder Frank, *Economic Genocide in Chile: Monetarist Theory Versus Humanity* (Nottingham, UK: Spokesman Books, 1976), 41.

(24) *Ibid.*

(25) Anistia Internacional, *Report on an Amnesty International Mission to Argentina 6-15 November 1976* (Londres: Amnesty International Publications, 1977), 65.

(26) *Ibid.*

(27) Marguerite Feitlowitz, *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture* (Nova York Oxford University Press, 1998), 159.

(28) Diana Taylor, *Disappearing Acts: Spectacles of Gender and Nationalism in Argentina's "Dirty War"* (Durham, NC: Duke University Press, 1997), 105.

(29) *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation,* vol. 1, trad. Phillip E. Berryman (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1993), 140.

(30) O editorial apareceu em *La Prensa* (Buenos Aires), citado em Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 153.

(31) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 153.

(32) Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: Nunca Mais* / *Torture in Brazil: A Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979,* ed. Joan Dassin, trad. Jaime Wright (Austin: University of Texas Press, 1986), 106-110.

(33) *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation,* vol. 1, 149.

(34) Letelier, "The Chicago Boys in Chile".

(35) *Nunca Más* (Nunca Mais): *The Report of the Argentine National Commission of the Disappeared* (Nova York Farrar, Straus and Giroux, 1986), 369.

(36) *Ibid.,* 371.

(37) Anistia Internacional, *Report on an Amnesty International Mission to Argentina 6-15 November 1976,* 9.

(38) Taylor, *Disappearing Acts,* 111.

(39) Arquidiocese de São Paulo, *Torture in Brazil,* 64.

(40) Karen Robert, "The Falcon Remembered", *NACLA Report on the Americas* 39, nº 3 (novembro/dezembro de 2005): 12.

(41) Victoria Basualdo, "Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina", *Engranajes: Boletín de FETIA,* nº 5, edição especial, março de 2006.

(42) Transcrição das entrevistas realizadas por Rodrigo Gutiérrez com Pedro Troiani e Carlos Alberto Propato, ambos antigos trabalhadores da Ford e ativistas sindicais, para um documentário a ser feito sobre o Ford Falcon, denominado *Falcon.*

(43) "Demandan a la Ford por el secuestro de gremialistas durante la dictadura", *Página 12,* 24 de fevereiro de 2006.

(44) Robert, "The Falcon Remembered", 13-15; transcrição das entrevistas de Gutiérrez com Troiani e Propato.

(45) "Demandan a la Ford por el secuestro de gremialistas durante la dictadura".

(46) *Ibid.*

(47) Larry Rohter, "Ford Motor Is Linked to Argentina's 'Dirty War'", *New York Times,* 27 de novembro de 2002.

(48) *Ibid.*; Sergio Correa, "Los desaparecidos de Mercedes-Benz", *BBC Mundo,* 5 de novembro de 2002.

(49) Robert, "The Falcon Remembered", 14.

(50) McCaughan, *True Crimes,* 290.

(51) *Nunca Más: The Report of the Argentine National Commission of the Disappeared,* 22.

(52) Citando Padre Santano. Patricia Marchak, *God's Assassins: State Terrorism in Argentina in the 1970s* (Montreal: McGill-Queens University Press, 1999), 241.

(53) Marchak, *God's Assassins,* 155.

(54) Levy, "Considerations on the Connections between Race, Politics, Economics, and Genocide", 142.

(55) Marchak, *God's Assassins,* 161.

(56) Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 42.

(57) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 171, 188.

(58) *Ibid,* 147.

(59) O editorial apareceu em *La Prensa* (Buenos Aires), citado em Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 153.

(60) Constable e Valenzuela, *A Nation of Enemies,* 78. NOTA DE RODAPÉ: L.M. Shirlaw, “A Cure for Devils”, *Medical World* 94 (janeiro de 1961): 56, citado em Leonard Roy Frank (ed.), *History of Shock Treatment* (São Francisco: Frank, setembro de 1978), 2.

(61) McCaughan, *True Crimes,* 295.

(62) Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 77.

(63) NOTA DE RODAPÉ: David Rose, “Guantanamo Briton ‘in Handcuff Torture’”, *Observer* (Londres), 2 de janeiro de 2005.

(64) Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 596.

(65) Arnold C. Harberger, “Letter to a Younger Generation”, *Journal of Applied Economics* 1, nº 1 (1998): 4.

(66) Anistia Internacional, *Report on an Amnesty International Mission to Argentina 6-15 November 1976,* 34-35.

(67) Robert Jay Lifton, *The Nazi Doctors: Medical Killing and the Psychology of Genocide* (1986, reimp. Nova York: Basic Books, 2000), 16; François Ponchaud, *Cambodia Year Zero,* trad. Nancy Amphoux (1977, reimp. Nova York: Rinehart and Winston, 1978), 50.

(68) Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, “Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio”, aprovada em 9 de dezembro de 1948, www.ohchr.org.

(69) HIJOS (uma organização de direitos humanos para os filhos dos desaparecidos) estima um número de mais de quinhentas crianças. HIJOS, “Lineamientos”, www.hijos.org.ar; há cerca de duzentos casos citados em Human Rights Watch, *Annual Report 2001,* www.hrw.org.

(70) Silvana Boschi, “Desaparición de menores durante la dictadura militar: Presentan un documento clave”, *Clarín* (Buenos Aires), 14 de setembro de 1997.

(71) Feitlowitz, *A Lexicon of Terror,* 89.

CAPÍTULO 5

“INTEIRAMENTE DESCONECTADOS”

COMO UMA IDEOLOGIA FOI ABSOLVIDA DE SEUS CRIMES

> **Milton [Friedman] é a corporificação do fato de que “as ideias têm consequências”.**
> — Donald Rumsfeld, secretário de Defesa dos Estados Unidos, maio de 2002[1]

> **O povo ficou na prisão para que os preços pudessem ficar livres.**
> — Eduardo Galeano, 1990[2]

POR UM BREVE TEMPO, PARECEU QUE OS crimes do Cone Sul poderiam prejudicar o movimento neoliberal, desacreditando-o antes que ele se expandisse para fora de seu primeiro laboratório. Depois da visita profética de Milton Friedman ao Chile, o colunista do *New York Times*, Anthony Lewis, levantou uma questão incendiária: “Se a teoria econômica pura de Chicago só pôde ser implantada no Chile às custas de muita repressão, será que seus autores deveriam assumir alguma responsabilidade?”[3]

Depois do assassinato de Orlando Letelier, ativistas saídos das massas voltaram a levantar seu apelo para que os “arquitetos intelectuais” da revolução econômica do Chile fossem responsabilizados pelos custos humanos das políticas implementadas. Naqueles anos, Milton Friedman não podia dar uma palestra sem ser interrompido por alguém que citava Letelier, e era forçado a entrar pela cozinha em inúmeros eventos em que estava sendo homenageado.

Alunos da Universidade de Chicago ficaram tão perturbados ao descobrir a colaboração de seus professores na ditadura chilena que reivindicaram uma investigação acadêmica. Alguns acadêmicos os apoiaram, inclusive o economista austríaco Gerhard Tintner, que fugiu do fascismo na Europa e veio para os Estados Unidos na década de 1930. Tintner comparou o Chile de Pinochet à Alemanha dos nazistas e traçou paralelos entre o apoio de Friedman a

Pinochet e a colaboração dos tecnocratas ao Terceiro Reich (Friedman, por seu lado, acusou seus críticos de "nazismo").[4]

Tanto Friedman quanto Arnold Harberger aceitaram satisfeitos os créditos pelos milagres econômicos que estavam sendo feitos por seus Garotos de Chicago na América Latina. Falando como um pai orgulhoso, Friedman bradou na *Newsweek*, em 1982, que os "Garotos de Chicago (...) combinavam habilidades intelectuais e executivas extraordinárias com a coragem de suas convicções e o senso do dever ao implementá-las". Harberger, por sua vez, declarou: "Eu me orgulho de meus alunos mais do que me orgulhei de qualquer coisa que escrevi, pois o grupo *latino* é minha contribuição mais importante."[5] Quando se tratava de considerar os custos humanos dos "milagres" que seus pupilos estavam realizando, no entanto, ambos simplesmente não viam nenhuma relação.

"Apesar de meu completo desacordo com o sistema político autoritário do Chile, não vejo mal algum no fato de que um economista preste consultoria técnica em assuntos econômicos para o governo chileno", foi o que Friedman escreveu em sua coluna na revista *Newsweek.*[6]

Em suas memórias, Friedman alegou que Pinochet passou os dois primeiros anos tentando administrar a economia por conta própria, e que foi apenas em "1975, quando a inflação ainda persistia e a recessão mundial desencadeou uma depressão no Chile, [que] o general Pinochet se voltou para os Garotos de Chicago".[7] Isso era um revisionismo flagrante, porque os Garotos de Chicago vinham trabalhando com os militares desde antes do golpe, e a transformação econômica começou no mesmo dia em que a junta tomou o poder. Em outros pontos, Friedman chegou a afirmar que o reinado completo de Pinochet — dezessete anos de ditadura e milhares de pessoas torturadas — não havia sido uma tentativa violenta de desfazer a democracia, mas justamente o contrário. "O mais importante sobre o negócio do Chile foi que os mercados livres fizeram sua parte na construção de uma sociedade livre", escreveu ele.[8]

Três semanas após o assassinato de Letelier, novidades vieram contribuir para direcionar os debates acerca da ligação entre os crimes de Pinochet e o movimento da Escola de Chicago. Milton Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976, pelo seu trabalho "original e valioso" acerca da relação entre inflação e desemprego.[9] Ele usou esse prêmio para defender a tese de que a economia era uma disciplina científica objetiva e rigorosa tanto quanto a física, a química e a medicina, e se baseava num exame imparcial dos dados disponíveis. Convenientemente, ignorou o fato de que as filas do pão, a febre tifoide e o fechamento das fábricas no Chile estavam provando que a hipótese

central que lhe garantira a premiação era falsa, e somente um governo bastante bruto colocaria suas ideias em prática.[10]

Um ano depois, outro fato contribuiu para definir os parâmetros do debate sobre o Cone Sul: a Anistia Internacional ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em grande parte pela sua cruzada corajosa para denunciar os abusos de direitos humanos praticados no Chile e na Argentina. Na verdade, o prêmio de economia é independente do prêmio da paz, ambos são agraciados por comitês diferentes e entregues em cidades distintas. No entanto, além dessas circunstâncias, pareceu que, com a concessão desses dois prêmios Nobel, o júri mais prestigiado do mundo tinha apresentado seu veredicto: o choque das câmaras de tortura deveria ser forçosamente condenado, mas os tratamentos de choque econômico deveriam ser aplaudidos — e os dois tipos de choque foram, como Letelier havia descrito com triste ironia, "inteiramente desconectados".[11]

Os antolhos dos "direitos humanos"

Essa blindagem intelectual aconteceu não apenas porque os economistas da Escola de Chicago se recusaram a reconhecer qualquer conexão entre suas políticas e o uso do terror. O fato de que esses atos de terror eram vistos como "abusos de direitos humanos" localizados, e não como ferramentas que serviam claramente a fins políticos e econômicos, contribuiu para agravar ainda mais o problema. Isso aconteceu em parte porque o Cone Sul, nos anos 1970, não era somente o laboratório para um novo modelo econômico, mas também o campo para um modelo de ativismo relativamente novo: o movimento internacional pelos direitos humanos organizado pelas massas. De modo inquestionável, esses ativistas desempenharam um papel decisivo no fim dos abusos cometidos pelas juntas militares. Entretanto, com seu enfoque centrado unicamente nos crimes e não nas razões que estavam por trás deles, os movimentos pelos direitos humanos acabaram ajudando a ideologia da Escola de Chicago a escapar de seu primeiro laboratório sangrento praticamente incólume.

O dilema remonta à criação do movimento moderno pelos direitos humanos, com a adoção pela ONU, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim que o documento foi escrito, se transformou numa arma utilizada por ambos os lados da Guerra Fria para acusar o outro de ser o próximo Hitler. Em 1967, relatos de imprensa revelaram que a Comissão Internacional de Juristas, o proeminente grupo de direitos humanos que investigava os abusos cometidos pelos soviéticos, não era o árbitro imparcial que deveria ser, pois estava recebendo financiamento secreto da CIA.[12]

Foi nesse terreno escorregadio que a Anistia Internacional desenvolveu uma doutrina de imparcialidade rigorosa: seu financiamento viria exclusivamente da contribuição de seus membros, e ela permaneceria completamente "independente de qualquer governo, facção política, ideologia, interesse econômico e credo religioso". A fim de provar que não estava utilizando os direitos humanos para expandir uma agenda política em particular, cada autoridade da Anistia foi instruída a "adotar", simultaneamente, três prisioneiros de consciência: "um dos países comunistas, um do Ocidente e outro do Terceiro Mundo".(13) A posição da Anistia, emblemática de todo o movimento dos direitos humanos na época, assumia que, se as violações dos direitos humanos eram um mal universal, erradas em si mesmas, não era necessário determinar por que os abusos estavam acontecendo, mas documentá-los da forma mais meticulosa e correta possível.

Esse princípio se refletiu no modo como a campanha de terror foi relatada no Cone Sul. Sob constante vigilância e assédio da polícia secreta, os grupos de direitos humanos enviaram delegações à Argentina, ao Uruguai e ao Chile para entrevistar centenas de vítimas de tortura e suas famílias; e também conseguiram algum acesso às prisões. Na medida em que a imprensa independente tinha sido eliminada e os militares negavam seus crimes, esses testemunhos formaram a documentação primária de uma história que jamais se imaginou que pudesse ser escrita. Embora fosse muito importante, esse trabalho também foi limitado: os relatórios são listas descritivas de métodos de repressão de revirar o estômago, cotejados com os capítulos da resolução da ONU que eles violaram.

Esse alcance restrito foi ainda mais problemático no relatório da Anistia Internacional sobre a Argentina, em 1976, uma descrição detalhada das atrocidades da junta, que lhe valeu o Prêmio Nobel. Apesar de sua meticulosidade, o relatório não levantou as razões pelas quais os abusos estavam acontecendo. E perguntou "até que ponto essas violações são justificáveis ou necessárias" para garantir "a segurança" — argumento que servia como desculpa oficial para a "guerra suja".(14) Depois que as evidências foram examinadas, o relatório concluiu que a ameaça representada pelas guerrilhas de esquerda não se coadunava com o nível de repressão usado pelo Estado.

Mas será que havia alguma outra razão que tornava a violência "justificável ou necessária"? A Anistia não fez qualquer menção a essa possibilidade. Na verdade, em seu relatório de 92 páginas, não mencionou que a junta estava tentando refazer o país por meio de coordenadas capitalistas radicais. Não apresentou nenhum comentário sobre o aprofundamento da pobreza ou o retrocesso dramático dos programas de distribuição da riqueza, embora resultassem de políticas centrais dos governos militares. Ali estão listados todos

os decretos e leis que violaram as liberdades civis, mas não aparece nenhum dos decretos econômicos que reduziram salários e elevaram preços, violando assim os direitos à alimentação e ao abrigo — também cultuados na carta da ONU. Se o projeto econômico revolucionário da junta tivesse sido analisado, ainda que superficialmente, teria ficado claro por que tantos prisioneiros da consciência arrolados pela Anistia eram sindicalistas e trabalhadores pacíficos.

Em outra grande omissão, a Anistia apresentou o conflito como sendo restrito aos militares locais e aos extremistas de esquerda. Nenhum outro participante foi relacionado — nem o governo dos Estados Unidos, nem a CIA; nem os proprietários de terra nativos, nem as corporações multinacionais. Sem o exame do plano destinado a impor o capitalismo "puro" na América Latina e dos interesses que estavam por trás do projeto, os atos de sadismo documentados no relatório não fazem nenhum sentido — eles parecem obra do acaso, maus acontecimentos soprados ao vento que se desfazem no éter político, a serem condenados por todas as pessoas de bem, mas impossíveis de serem compreendidos.

Cada faceta do movimento pelos direitos humanos funcionava em meio a circunstâncias altamente restritivas, embora por diferentes motivos. Dentro dos países afetados, as primeiras pessoas que chamavam atenção para o terror eram os amigos e parentes das vítimas, mas havia sérios limites quanto ao que podiam dizer. Não falavam sobre a agenda política e econômica que estava por trás dos desaparecimentos, porque havia grande risco de que eles também desaparecessem. As ativistas pelos direitos humanos mais famosas que surgiram nessas circunstâncias perigosas foram as Mães da Praça de Maio, conhecidas na Argentina como Madres. Em suas manifestações semanais, realizadas em frente ao palácio do governo, em Buenos Aires, as Madres não se atreviam a levar símbolos de protesto — em vez disso, carregavam fotografias de seus filhos desaparecidos com a pergunta *Onde estão?* Sem entoar cânticos, andavam em círculos silenciosamente, com lenços brancos na cabeça, bordados com os nomes de seus filhos. Muitas dessas Madres possuíam fortes crenças políticas, mas tomavam cuidado para se apresentar não como ameaças ao regime, e sim como mães sofredoras e desesperadas procurando saber para onde seus filhos inocentes tinham sido levados.[26]

No Chile, o maior grupo de direitos humanos era o Comitê pela Paz, formado por políticos de oposição, advogados e membros da Igreja. Eles eram ativistas de longa data e sabiam que sua tentativa para acabar com a tortura e libertar prisioneiros políticos era somente um dos *fronts* da imensa batalha contra aqueles que haviam se apropriado da riqueza do país. Mas, a fim de evitar que se tornassem as próximas vítimas do regime, deixaram de lado suas

denúncias esquerdistas contra a burguesia e aprenderam a usar a nova linguagem dos “direitos humanos universais”. Eliminando as referências a ricos e pobres, fortes e fracos, norte e sul, essa nova maneira de explicar o mundo, tão popular na Europa e na América do Norte, simplesmente defendia que todos têm direito a um julgamento justo e ninguém pode ser submetido a tratamento desumano, cruel e degradante. Não se perguntava por quê, apenas afirmava *que*. Na confluência de interesses humanos e legalistas que caracteriza o léxico dos direitos humanos, eles aprenderam que seus *compañeros* aprisionados eram na verdade prisioneiros de consciência, cujo direito à liberdade de pensamento e expressão, protegido nos artigos 18 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tinha sido violado.

Para aqueles que viviam sob ditaduras, a nova linguagem era essencialmente um código; assim como os músicos escondem mensagens políticas em suas letras usando metáforas, eles estavam disfarçando seu esquerdismo no legalismo — uma forma de engajamento político sem falar de política.[27]

Quando a campanha de terror na América Latina foi denunciada pelos crescentes movimentos internacionais de direitos humanos, esses ativistas tinham suas próprias, e bem diferentes, razões para evitar falar de política.

A Ford na Ford

A recusa em conectar o aparato de terror do Estado ao projeto ideológico que lhe era subjacente é característica de quase toda a literatura sobre direitos humanos desse período. Embora a reticência da Anistia possa ser compreendida como uma tentativa de se manter imparcial diante das tensões da Guerra Fria, para muitos grupos havia outro fator a considerar: dinheiro. A fonte mais significativa de recursos para essa atividade era, de longe, a Fundação Ford, então a maior organização filantrópica do mundo. Nos anos 1960, essa entidade havia destinado apenas uma pequena parcela de seu orçamento aos direitos humanos, mas nas décadas de 1970 e 1980 despendeu a soma astronômica de trinta milhões de dólares em trabalhos dedicados aos direitos humanos na América Latina. Com esses recursos, a fundação apoiou grupos como o Comitê pela Paz, no Chile, e também outros movimentos criados nos Estados Unidos, como o Americas Watch.(15)

Antes dos golpes militares, a Fundação Ford atuou principalmente no treinamento de acadêmicos, em particular nas ciências econômicas e agrícolas, trabalhando diretamente com o Departamento de Estado dos Estados Unidos.(16) Frank Sutton, o vice-presidente da divisão internacional da Ford, explicou assim

a filosofia da organização: “Você não pode modernizar um país sem antes modernizar sua elite.”[17] Em sintonia com a lógica da Guerra Fria, que se propunha a oferecer uma alternativa ao marxismo revolucionário, a maioria das bolsas financiadas pela Fundação Ford mantinha vínculo estreito com uma forte orientação de direita. Os estudantes latino-americanos foram mandados para diversas universidades dos Estados Unidos, assim como foram destinados financiamentos para implantação de programas de pós-graduação em inúmeras universidades latino-americanas, inclusive as maiores instituições públicas, notórias pela sua reputação esquerdista.

No entanto, havia algumas exceções significativas. Como foi discutido antes, a Fundação Ford foi a primeira financiadora do Programa de Pesquisa e Treinamento para a América Latina, da Universidade de Chicago, do qual saíram centenas de Garotos de Chicago latinos. A Ford também financiou um programa paralelo na Universidade Católica de Santiago, destinado a atrair alunos de graduação em economia dos países vizinhos, para estudar com os Garotos de Chicago. Isso transformou a Fundação Ford, intencionalmente ou não, na fonte de recursos mais importante para a disseminação da ideologia da Escola de Chicago em toda a América Latina, mais relevante ainda do que o governo dos Estados Unidos.[18]

A ascensão dos Garotos de Chicago ao poder, com a saraivada de tiros dada por Pinochet, não ficou bem para a Fundação Ford. Os Garotos de Chicago tinham sido financiados como parte da missão da organização que se destinava a “aprimorar as instituições econômicas para melhorar o alcance dos objetivos democráticos”.[19] Agora, as entidades que a Ford havia ajudado a construir, tanto em Chicago quanto em Santiago, estavam desempenhando um papel central na demolição da democracia no Chile, e seus antigos alunos estavam aplicando a educação recebida nos Estados Unidos a um contexto de brutalidade chocante. Para tornar a questão ainda mais problemática para a fundação, essa era a segunda vez em poucos anos que seus protegidos haviam escolhido um caminho violento para chegar ao poder. O primeiro caso foi aquele da ascensão meteórica da Máfia de Berkeley ao comando do país, na Indonésia, após o golpe sangrento de Suharto.

A Ford tinha construído o departamento de economia da Universidade da Indonésia a partir do zero, mas, quando Suharto chegou ao poder, “quase todos os economistas que a faculdade produzira foram recrutados pelo governo”, como relatou um documento da fundação. Não tinha ficado praticamente ninguém para lecionar.[20] Em 1974, protestos nacionalistas sacudiram a Indonésia contra a “subversão estrangeira” da economia; a Fundação Ford se tornou alvo da ira popular, pois, como muitos acreditavam, ela tinha treinado os economistas de

Suharto para vender o petróleo e os minérios do país para as multinacionais do Ocidente.

A Ford estava construindo uma reputação desastrosa: entre os Garotos de Chicago no Chile e a Máfia de Berkeley na Indonésia, os diplomados de dois de seus programas mais emblemáticos agora comandavam as ditaduras de direita mais notoriamente brutais em todo o mundo. Embora a Ford não pudesse adivinhar que as ideias transmitidas aos seus graduados seriam aplicadas com tamanho barbarismo, questões desconfortáveis eram sempre levantadas quanto à contradição existente entre a dedicação da fundação à paz e à democracia e seu envolvimento profundo com o autoritarismo e a violência.

Quer fosse resultado de pânico, consciência social ou uma combinação de ambos, a Fundação Ford tratou esse problema das ditaduras como qualquer bom negócio deveria ser encarado: de forma proativa. Em meados da década de 1970, a Ford passou de produtora de "especialidades técnicas" para o assim chamado Terceiro Mundo a principal financiadora do ativismo pelos direitos humanos. Essa nova faceta foi especialmente alardeada no Chile e na Indonésia. Depois que a esquerda foi suprimida pelos regimes que a Ford ajudara a moldar, a própria fundação bancou a formação de uma nova geração de advogados idealistas dedicados a libertar milhares de presos políticos mantidos por aqueles mesmos regimes.

É perfeitamente compreensível que, tendo em vista sua própria história altamente comprometida, a Ford tenha atribuído aos direitos humanos uma feição a mais estreita possível. Os grupos mais fortemente beneficiados pela fundação moldaram seu trabalho como uma luta legalista por "primado da lei", "transparência" e "bom governo". Como afirmou um de seus funcionários, a atitude da organização no Chile foi: "Como podemos fazer isso sem nos envolver com política?"(21) O fato é que a Ford era uma instituição inerentemente conservadora, acostumada a trabalhar lado a lado com a política externa oficial dos Estados Unidos, e não com propósitos divergentes.[28] E qualquer investigação mais séria acerca dos objetivos atendidos pela repressão no Chile levaria, inevitavelmente, à Fundação Ford e ao papel central por ela desempenhado na doutrinação dos mandatários do país dentro de princípios econômicos fundamentalistas.

Havia ainda a questão da associação inescapável entre a fundação e a empresa Ford Motor, uma relação complicada, especialmente para os ativistas da base. Hoje, a fundação é completamente independente da montadora e de seus herdeiros, mas esse não era o caso nos anos 1950 e 1960, quando ela financiava os projetos educacionais para a Ásia e a América Latina. A entidade foi fundada em 1936, com a doação de ações de três executivos da Ford Motors, inclusive

Henry e Edsel Ford. Conforme a riqueza da organização aumentava, ela começou a operar de modo independente, embora seu desligamento dos recursos da Ford só tenha se completado em 1974, um ano após o golpe no Chile e alguns anos depois do golpe na Indonésia. Até 1976, a entidade manteve membros da família Ford em seu conselho diretor.[22]

No Cone Sul, as contradições eram surreais: o legado filantrópico da mesma companhia que estava infimamente vinculada ao aparato de terror — acusada de manter uma instalação secreta de tortura dentro de sua propriedade e de ajudar a sumir com os trabalhadores — era a melhor, e muitas vezes a única, chance de pôr fim ao pior dos abusos. Com o financiamento aos ativistas de direitos humanos, a Fundação Ford salvou inúmeras vidas naqueles anos. E merece o crédito, pelo menos em parte, de persuadir o Congresso dos Estados Unidos a cortar a ajuda militar para Argentina e Chile, forçando as juntas do Cone Sul a retroceder, gradualmente, em sua escalada brutal de táticas de repressão. Contudo, quando a Ford se voltou para esse tipo de auxílio, sua assistência cobrou o preço — conscientemente ou não — da honestidade intelectual do movimento pelos direitos humanos. A decisão da organização de se envolver com os direitos humanos, mas de "não se imiscuir na política", criou um contexto no qual ficou impossível perguntar o fundamento daquela violência que estava sendo documentada: Por que isso está acontecendo, a quem isso interessa?

Essa omissão serviu para desfigurar a forma pela qual a história da revolução do livre mercado estava sendo contada, francamente ausente de qualquer menção às circunstâncias de violência extraordinária que marcaram seu nascimento. Assim como os economistas de Chicago não tinham nada a dizer sobre tortura (isso não tinha nada a ver com sua especialidade), os grupos de direitos humanos não tinham nada a dizer sobre as transformações radicais que estavam acontecendo na esfera econômica (isso estava além de suas restritas atribuições legais).

A ideia de que a repressão e a economia expressavam um único projeto unificado está presente apenas no principal relatório de direitos humanos daquele período: *Brasil: Nunca Mais*. Curiosamente, este é o único relatório de comissão da verdade que foi publicado independentemente tanto do Estado quanto de fundações estrangeiras. É fundamentado em documentos de tribunais militares, secretamente xerocados ao longo dos anos por advogados e ativistas da Igreja tremendamente corajosos, enquanto o país estava sob regime ditatorial. Depois de detalhar alguns dos crimes mais hediondos, os autores levantam a questão central que foi cuidadosamente evitada pelos outros: Por quê? E respondem

prosaicamente: “Uma vez que a política econômica era extremamente impopular entre numerosos setores da população, tinha de ser implementada pela força.”[23]

O modelo econômico radical que deitou raízes profundas durante a ditadura se mostraria ainda mais duro do que os generais que o implantaram. Muito tempo depois que os soldados tinham voltado para os quartéis, e a América Latina tinha tornado a eleger os seus governantes, a lógica da Escola de Chicago permanecia firmemente entrincheirada.

Claudia Acuña, uma jornalista e educadora argentina, me contou como foi difícil engolir, nos anos 1970 e 1980, aquela história de que a violência não era o objetivo da ditadura, mas apenas os meios que utilizava. “As violações de direitos humanos que eles praticavam eram tão escandalosas, tão inacreditáveis, que pará-los tornou-se de fato a prioridade. Todavia, ao mesmo tempo que éramos capazes de destruir os centros de tortura clandestinos, não conseguíamos desbaratar o programa econômico que os militares começaram e que continua até hoje.”

Afinal, como predisse Rodolfo Walsh, um número muito maior de vidas seria roubado pela “miséria planificada” do que pelas munições dos soldados. De certo modo, o que aconteceu no Cone Sul da América Latina, nos anos 1970, é que ele foi tratado como um cenário de assassinatos e não como aquilo que constituiu de verdade — o lugar de um roubo armado tremendamente violento. “Foi como se aquele sangue, o sangue dos desaparecidos, tivesse servido para cobrir os custos do programa econômico”, disse-me Acuña.

O debate acerca da possibilidade de separar verdadeiramente os “direitos humanos” da economia e da política não é exclusivo da América Latina; há questões que sempre vêm à tona quando o Estado utiliza a tortura como arma política. Apesar da mística que a cerca, e do impulso compreensível de tratá-la como um comportamento aberrante além do campo político, a tortura não é particularmente complicada ou misteriosa. Uma ferramenta do tipo mais cruel de coerção, ela se manifesta com grande previsibilidade sempre que um déspota local ou um invasor estrangeiro carece do consentimento necessário para governar: Marcos nas Filipinas, o xá Reza Pahlevi no Irã, Saddam no Iraque, os franceses na Argélia, os israelenses nos territórios ocupados, os Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. A lista poderia ser ampliada muitas vezes. O abuso generalizado de prisioneiros é uma indicação infalível de que os políticos estão tentando impor um sistema — político, religioso ou econômico — que é rejeitado por um grande número de pessoas sob seu domínio. Da mesma maneira que os ecologistas definem um ecossistema pela presença de certas “espécies

indicativas” de plantas ou pássaros, a tortura é a espécie indicativa de um regime que está engajado num projeto antidemocrático profundo, mesmo que tenha chegado ao poder por meio de eleição.

Como meio de extração de informações durante interrogatórios, a tortura é notoriamente duvidosa; mas, como meio de aterrorizar e controlar o povo, é bastante efetiva. Foi por essa razão que, nos anos 1950 e 1960, muitos argelinos se tornaram impacientes com os progressistas franceses que expressavam sua indignação moral diante das notícias de que seus soldados estavam eletrocutando e afogando combatentes da libertação — mas não faziam nada para pôr fim à ocupação que originava aqueles abusos.

Em 1962, Gisèle Halimi, uma advogada francesa defensora de inúmeros argelinos que foram brutalmente violentados e torturados na prisão, escreveu com exasperação: “As palavras eram sempre os mesmos clichês rançosos: desde quando a tortura começou a ser usada na Argélia, sempre ouvimos as mesmas palavras, a mesma expressão de indignação, as mesmas assinaturas em protestos públicos, as mesmas promessas. Essa rotina automática não aboliu nenhuma das câmaras de tormento; e nem sequer remotamente restringiu o poder daqueles que as utilizaram.” Simone de Beauvoir, ao escrever sobre o mesmo assunto, concordou: “Protestar em nome da moralidade contra ‘excessos’ ou ‘abusos’ é um erro que beira a cumplicidade ativa. Não há ‘abusos’ ou ‘excessos’ aqui, mas sim um *sistema* completamente difuso.”(24)

Seu argumento era que a ocupação não poderia ser feita humanamente; não há uma forma humana de governar um povo contra a sua vontade. Restam duas escolhas, como Beauvoir escreveu: aceitar a ocupação e todos os métodos requeridos para sua imposição, “ou então rejeitar, não apenas algumas práticas específicas, mas o grande objetivo que as sanciona, e para o qual elas são essenciais”. A mesma escolha inflexível pode ser observada hoje no Iraque e em Israel/Palestina e foi a única opção no Cone Sul dos anos 1970. Assim como não existe um modo delicado e gentil de ocupar um país contra a vontade de seu povo, não há maneira pacífica de retirar das pessoas aquilo que elas necessitam para viver com dignidade — aquilo que os Garotos de Chicago pretenderam fazer. O roubo, quer seja de um pedaço de terra ou de um modo de vida, exige força ou pelo menos ameaça real; é por isso que os ladrões carregam armas e as usam com frequência. A tortura é doentia, mas é também uma forma altamente racional de atingir um objetivo específico; em alguns casos, é o único jeito de alcançá-los. Isso levanta a questão mais profunda, aquela que muitos foram incapazes de perguntar na América Latina daquela época. Afinal, o neoliberalismo é uma ideologia inerentemente violenta, e existe alguma coisa em

seus objetivos que demanda esse ciclo de varredura política brutal, seguido de operações de eliminação de direitos humanos?

Um dos depoimentos mais tocantes sobre essa questão veio de Sergio Tomasella, um plantador de fumo e secretário-geral das Ligas Agrárias Argentinas que foi torturado e ficou preso por cinco anos, assim como sua mulher e muitos amigos e familiares.[29] Em maio de 1990, Tomasella tomou, na província rural de Corrientes, o ônibus noturno para Buenos Aires, a fim de acrescentar seu testemunho ao Tribunal Argentino contra a Impunidade, que estava ouvindo sobreviventes de abusos de direitos humanos durante a ditadura. O seu depoimento foi diferente dos demais. Ele ficou diante da audiência urbana, com suas roupas e botas campesinas, e disse que era vítima de uma longa guerra travada entre camponeses pobres, que desejavam lotes de terra para formar suas cooperativas, e fazendeiros todo-poderosos que dominavam metade da terra em sua província. “A linha é contínua — aqueles que tomaram as terras dos indígenas continuam a nos oprimir com suas estruturas feudais.”(25)

Tomasella insistiu que os abusos que ele e seus companheiros das Ligas Agrárias sofreram não podiam ser separados dos grandes interesses econômicos, atendidos pelas pancadas em seus corpos e pela destruição de suas redes de atuação. Assim, em lugar de nomear os soldados que o maltrataram, ele preferiu citar as corporações, tanto estrangeiras quanto nacionais, que lucravam com a contínua dependência econômica da Argentina. “Os monopólios internacionais impõem cultivos, empregam produtos químicos que poluem a nossa terra, impingem tecnologia e ideologia. Tudo isso por meio da oligarquia que controla a terra e a política. Mas nós devemos nos lembrar que a oligarquia também é controlada pelos mesmos monopólios, Ford Motors, Monsanto, Philip Morris. É a *estrutura* que precisamos mudar. Foi isso que vim denunciar. E é só.”

O auditório irrompeu em aplausos. Tomasella concluiu seu testemunho com essas palavras: “Acredito que a verdade e a justiça irão triunfar no fim. Vai levar gerações. Se eu tiver de morrer nessa luta, que assim seja. Mas um dia nós vamos vencer. Enquanto isso, eu sei quem é o inimigo, e o inimigo também sabe quem eu sou.”(26)

A primeira aventura dos Garotos de Chicago, nos anos 1970, deveria ter servido de advertência para a humanidade: as ideias deles são perigosas. Como conseguiu impedir que sua ideologia fosse responsabilizada pelos crimes cometidos em seu primeiro laboratório, essa subcultura de ideólogos não arrependidos acabou ganhando imunidade, liberta que foi para correr o mundo em busca de novas conquistas. Hoje, estamos vivendo novamente uma era de

massacres corporatistas, com vários países sofrendo tremenda violência militar na tentativa de refazê-los dentro do modelo econômico de “livre mercado”; desaparecimentos e tortura estão de volta como desforra. E, mais uma vez, os objetivos de construir mercados livres e a necessidade de tamanha brutalidade são tratados como se fossem inteiramente desconectados.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

(1) Donald Rumsfeld, *Secretary of Defense Donald H. Rumsfeld Speaking at Tribute to Milton Friedman*, Casa Branca, Washington, DC, 9 de maio de 2002, www.defenselink.mil.

(2) Lawrence Weschler, *A Miracle, a Universe: Settling Accounts with Torturers* (Nova York: Pantheon Books, 1990), 147.

(3) Anthony Lewis, "For Which We Stand: II", *New York Times*, 2 de outubro de 1975.

(4) "A Draconian Cure for Chile's Economic Ills?", *Business Week*, 12 de janeiro de 1976; Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 601.

(5) Milton Friedman, "Free Markets and the Generals", *Newsweek*, 25 de janeiro de 1982; Juan Gabriel Valdés, *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 156.

(6) Friedman e Friedman, *Two Lucky People*, 596.

(7) *Ibid.*, 398.

(8) Entrevista com Milton Friedman realizada em 1º de outubro de 2000, para a série *Commanding Heights: The Battle for the World Economy*, www.pbs.org.

(9) O Prêmio Nobel de Economia é separado dos outros prêmios concedidos pelo Comitê do Nobel. O nome completo do prêmio é Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel.

(10) Milton Friedman, "Inflation and Unemployment", Nobel Memorial Lecture, 13 de dezembro de 1976, www.nobelprize.org.

(11) Orlando Letelier, "The Chicago Boys in Chile", *The Nation*, 28 de agosto de 1976.

(12) Neil Sheehan, "Aid by CIA Groups Put in the Millions", *New York Times*, 19 de fevereiro de 1967.

(13) Anistia Internacional, *Report on an Amnesty International Mission to Argentina 6-15 November 1976* (Londres: Amnesty International Publications, 1977), página de copyright; Yves Dezalay e Bryant G. Garth, *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States* (Chicago: University of Chicago Press, 2002), 71.

(14) Anistia Internacional, *Report on an Amnesty International Mission to Argentina 6-15 November 1976*, 48.

(15) O Comitê pela Paz foi rebatizado como Comissariado, na época em que a Ford começou a financiá-lo. O Americas Watch era parte integrante do Human Rights Watch, que iniciou suas atividades com o nome de Helsinki Watch, e com uma verba de quinhentos mil dólares dada pela Fundação Ford. O montante de

trinta milhões de dólares apareceu numa entrevista com Alfred Ironside, do Escritório de Comunicação da Fundação Ford. De acordo com Ironside, a maior parte do dinheiro foi empregada nos anos 1980. Ele disse que dificilmente algum dinheiro foi gasto com direitos humanos na América Latina nos anos 1950 e que "havia uma série de verbas destinadas aos direitos humanos, nos anos 1960, algo em torno de setecentos mil dólares".

(16) Dezalay e Garth, *The Internationalization of Palace Wars*, 69.

(17) David Ransom, "Ford Country: Building an Elite for Indonesia", *The Trojan Horse: A Radical Look at Foreign Aid*, ed. Steve Weissman (Palo Alto, CA: Ramparts Press, 1975), 96.

(18) Valdés, *Pinochet's Economists*, 158, 186, 308.

(19) Ford Foundation, "History", 2006, www.fordfound.org.

(20) Goenawan Mohamad, *Celebrating Indonesia: Fifty Years with the Ford Foundation 1953-2003* (Jacarta: Ford Foundation, 2003), 56.

(21) Dezalay e Garth, *The Internationalization of Palace Wars*, 148.

(22) Ford Foundation, "History", 2006, www.fordfound.org. NOTA DE RODAPÉ: Frances Stonor Saunders, *The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters* (Nova York: New Press, 2000). [No Brasil, *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura.* Rio de Janeiro: Record, 2007.]

(23) Arquidiocese de São Paulo, *Torture in Brazil: A Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979*, ed. Joan Dassin, trad. Jaime Wright (Austin: University of Texas Press, 1986), 50.

(24) Simone de Beauvoir e Gisèle Halimi, *Djamila Boupacha*, trad. Peter Green (Nova York: MacMillan, 1962), 19, 21, 31.

(25) Marguerite Feitlowitz, *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture* (Nova York: Oxford University Press, 1998), 113.

(26) Fiz pequenas mudanças na tradução de Feitlowitz, para maior clareza. Feitlowitz, *A Lexicon of Terror*, 113-15. A ênfase é do original.

PARTE 3

A DEMOCRACIA SOBREVIVENTE

BOMBAS FEITAS DE LEIS

> **O conflito armado entre nações nos horroriza. Contudo, a guerra econômica não é melhor do que o conflito armado. É como uma operação cirúrgica. Uma guerra econômica é uma tortura prolongada. E seus estragos não são menos terríveis do que os retratados na literatura sobre a guerra propriamente dita. Não pensamos nada sobre o outro porque estamos acostumados a seus efeitos... O movimento contra a guerra é salutar. Torço por seu sucesso. Mas não posso evitar o receio torturante de que o movimento venha a fracassar caso não atinja a raiz de todo o mal — a ganância do homem.**
>
> — M.K. Gandhi, “Non-Violence — The Greatest Force”, 1926

CAPÍTULO 6

SALVA PELA GUERRA

O “THATCHERISMO” E SEUS INIMIGOS ÚTEIS

> **É o soberano quem decreta o estado de emergência.**
> — Carl Schmitt, advogado nazista[1]

QUANDO FRIEDRICH HAYEK, O SANTO PADROEIRO DA ESCOLA DE CHICAGO, voltou de uma visita ao Chile, em 1981, estava tão impressionado com Augusto Pinochet e os Garotos de Chicago que escreveu uma carta para sua amiga Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica. Incentivou-a a utilizar aquele país sul-americano como exemplo para a transformação da economia keynesiana da Grã-Bretanha. Mais tarde, Thatcher e Pinochet se tornariam grandes amigos, o que ela demonstrou ao visitar o velho general quando ele esteve em prisão domiciliar, na Inglaterra, sob acusação de genocídio, tortura e terrorismo.

A primeira-ministra britânica estava bastante familiarizada com aquilo que denominou “o notável sucesso da economia chilena” e descreveu-o como “um admirável exemplo de reforma econômica com o qual temos inúmeras lições a aprender”. Apesar de sua admiração por Pinochet, quando Hayek lhe sugeriu que imitasse suas políticas de terapia de choque, Thatcher não se convenceu imediatamente. Em fevereiro de 1982, a primeira-ministra explicou o problema numa carta particular a seu guru intelectual: “Tenho certeza de que você vai concordar que, na Grã-Bretanha, com nossas instituições democráticas e a necessidade de um alto grau de consenso, as medidas adotadas no Chile são completamente inaceitáveis. Nossa reforma deve ser alinhada com nossas tradições e nossa Constituição. Em alguns momentos, o processo pode parecer dolorosamente lento.”[2]

A questão era que uma terapia de choque no estilo de Chicago simplesmente não poderia acontecer numa democracia como o Reino Unido. Thatcher estava há três anos no poder, em seu primeiro mandato, caindo nas pesquisas e correndo o risco de perder a próxima eleição, e queria evitar algo assim tão impopular e radical como sugeria Hayek.

Para Hayek e o movimento que ele representava, isso era uma enorme decepção. O experimento no Cone Sul havia gerado lucros tão espetaculares, embora para um número pequeno de participantes, que abriu o apetite das multinacionais cada vez mais globalizadas por novas fronteiras — e não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos países ricos do Ocidente. Nas economias desenvolvidas, o Estado detinha o controle de ativos muito lucrativos que poderiam ser administrados pela iniciativa privada, tais como: telefonia, aviação, televisão, eletricidade. Se havia alguém capaz de defender essa agenda no mundo desenvolvido, teria de ser Thatcher na Inglaterra, ou o presidente dos Estados Unidos na época, Ronald Reagan.

Em 1981, a revista *Fortune* publicou um artigo exaltando as virtudes do “Admirável Mundo Novo de Reaganomia do Chile”. Elogiando as “lojas brilhantes e luxuosas de Santiago” e os “vistosos carros japoneses”, o artigo ignorou a repressão generalizada e a explosão das favelas. “O que podemos aprender com o experimento do Chile em ortodoxia econômica?”, perguntava o artigo, e imediatamente respondia: “Se um pequeno país pode viver segundo a teoria da vantagem competitiva, então é certo que nossa economia infinitamente mais abastada também pode.”(3)

No entanto, como Thatcher deixara bem claro em sua carta para Hayek, não era assim tão simples. Governantes eleitos precisam se preocupar com o que seus eleitores pensam a respeito de seu desempenho, o que leva a uma revisão permanente. No começo dos anos 1980, mesmo com Thatcher e Reagan no poder, e com Hayek e Friedman atuando como conselheiros influentes, ainda não havia a certeza de que o tipo de programa econômico radical imposto com ferocidade no Cone Sul seria possível na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Uma década antes, Friedman e seu movimento haviam enfrentado uma grande decepção nos Estados Unidos com ninguém menos do que Richard Nixon, aquele que prometia confirmar esse ponto. Embora tenha ajudado a colocar os Garotos de Chicago no poder no Chile, Nixon tomou um caminho totalmente diferente dentro de casa — uma inconsistência que Friedman jamais perdoaria. Quando Nixon assumiu a presidência em 1969, Friedman pensou que sua hora de liderar a contrarrevolução doméstica, para pôr fim ao legado do New Deal, finalmente havia chegado. E escreveu para o presidente eleito: “Poucos presidentes expressaram assim tão completamente uma filosofia compatível com a minha.”(4) Os dois homens se encontravam regularmente no Salão Oval, e Nixon nomeou para postos-chave na economia diversos amigos e colegas de Friedman que professavam as mesmas convicções. Um deles foi George Shultz, professor da Universidade de Chicago que Friedman ajudou a recrutar para trabalhar no governo; outro foi Donald Rumsfeld, então com 37 anos. Nos anos

1960, Rumsfeld costumava assistir a seminários na Universidade de Chicago, eventos que recordaria mais tarde com toda a reverência. Rumsfeld chamava Friedman e seus colegas de “um grupo de gênios”, enquanto ele e outros autodenominados “jovens pupilos entravam e aprendiam a seus pés... Eu era tão privilegiado”.[5] Com verdadeiros discípulos fazendo política e forte comunicação pessoal com o presidente, Friedman tinha tudo para acreditar que estava prestes a colocar suas ideias em prática na economia mais poderosa do mundo.

Contudo, em 1971, a economia dos Estados Unidos estava em baixa; o desemprego era alto e a inflação puxava os preços para cima. Nixon sabia que se acatasse os conselhos de Friedman baseados no *laissez-faire*, milhões de cidadãos furiosos votariam para tirá-lo do poder. Decidiu então controlar os preços de necessidades básicas, como gasolina e aluguel. Friedman sentiu-se ultrajado: de todas as “distorções” governamentais possíveis, o controle de preços era de longe a pior. Ele o denominava “um câncer que pode destruir a capacidade de funcionamento do sistema econômico”.[6]

Ainda mais desastroso era o fato de que seus próprios discípulos representavam o papel dos administradores keynesianos: Rumsfeld era o encarregado do programa de controle de preços e salários e se subordinava a Shultz, que dirigia o Escritório de Administração e Orçamento. Num determinado momento, Friedman chamou Rumsfeld à Casa Branca e repreendeu o “jovem pupilo”. De acordo com Rumsfeld, Friedman o interpelou nos seguintes termos: “Você precisa parar de fazer o que está fazendo.” O burocrata iniciante respondeu que aquilo parecia estar funcionando — a inflação estava cedendo, a economia estava crescendo. Friedman retrucou que aquele era o maior de todos os crimes: “As pessoas vão pensar que você está fazendo isso... vão aprender a lição errada.”[7] Elas aprenderam, de fato, e reelegeram Nixon com 60% dos votos no ano seguinte. No segundo mandato, o presidente procedeu de modo ainda mais distante das ortodoxias de Friedman, aprovando novas leis que impunham às indústrias a exigência de níveis mais altos de segurança e proteção ambiental. “Nós agora somos todos keynesianos”, foi a famosa proclamação de Nixon — a mais cruel possível.[8] Essa traição foi tão profunda que levou Friedman a declarar, tempos depois, que Nixon foi “o mais socialista dos presidentes dos Estados Unidos no século XX”.[9]

A posse de Nixon foi uma dura lição para Friedman. O professor da Universidade de Chicago tinha construído um movimento sobre o princípio de capitalismo e liberdade, e as pessoas livres não pareciam votar nos políticos que seguiam sua orientação. Pior do que isso era o fato de que as ditaduras — em que a liberdade estava consideravelmente ausente — eram as únicas formas de

governo que se mostravam prontas para colocar em prática a doutrina do livre mercado em sua forma pura. Assim, ao mesmo tempo em que se viram traídos dentro de casa, os luminares da Escola de Chicago atrelaram seu caminho às juntas militares, na década de 1970. Em quase todos os lugares em que ditaduras militares de direita chegaram ao poder, podia ser observada a presença da Universidade de Chicago. Harberger trabalhou como consultor do regime militar da Bolívia, em 1976, e recebeu um título honorífico da Universidade de Tucumán, na Argentina, em 1979, numa época em que as universidades estavam sob o controle dos militares.[10] Além disso, orientou Suharto e a Máfia de Berkeley na Indonésia. Friedman escreveu um programa de liberalização econômica para o repressor Partido Comunista Chinês, quando este resolveu transformar o país numa economia de mercado.[11]

Stephen Haggard, um dedicado cientista político neoliberal da Universidade da Califórnia, admitiu o "triste fato" de que "alguns dos mais abrangentes esforços reformadores nos países em desenvolvimento estão sendo implementados após os golpes militares" — além do Cone Sul e da Indonésia, ele acrescentou a Turquia, a Coreia do Sul e Gana. Outras histórias de sucesso aconteceram não depois de golpes militares, mas em Estados de partido único, como México, Cingapura, Hong Kong e Taiwan. Em contradição direta com a principal alegação de Friedman, Haggard concluiu que "coisas boas — tais como democracia e economia de mercado — nem sempre andam juntas".[12] De fato, no começo dos anos 1980 *não havia um único caso* de democracia multipartidária que pendesse inteiramente para o livre mercado.

Os esquerdistas do mundo em desenvolvimento argumentaram, durante muito tempo, que uma democracia genuína, com regras justas que impeçam as corporações de comprar eleições, necessariamente resulta em governos comprometidos com a distribuição de riqueza. A lógica é bastante simples: nesses países, existem muito mais pobres do que ricos. Políticas destinadas a redistribuir a terra e elevar os salários fazem parte do interesse direto da maioria pobre. Se todos os cidadãos têm o direito de votar e se o processo eleitoral é razoavelmente justo, eles elegem os políticos que estão mais inclinados a criar empregos e distribuir terra, e não aqueles que prometem mais livres mercados.

Por todas essas razões, Friedman passou uma boa parte do tempo tendo de encarar um paradoxo intelectual: como herdeiro do manto de Adam Smith, ele acreditou apaixonadamente que os seres humanos são governados pelos interesses individuais e que a sociedade funciona melhor quando os interesses individuais presidem quase todas as atividades — exceto quando se trata da pequena atividade de votar. Na medida em que a maioria das pessoas no mundo é pobre ou vive abaixo da renda média de seus países (inclusive nos Estados

Unidos), faz parte do seu interesse individual de curto prazo votar em políticos que prometem redistribuir a riqueza do topo da economia entre elas.[13] Allan Meltzer, um amigo de Friedman de longa data, pôs a coisa nesses termos: “Os votos são mais bem distribuídos do que a renda... Os eleitores com renda média ou inferior ganham ao transferir renda para si mesmos.” Meltzer descreveu essa reação como “parte do custo do governo democrático e da liberdade política”, mas afirmou que “os Friedman [Milton e sua mulher Rose] nadaram contra essa poderosa corrente. Eles não conseguiram pará-la ou revertê-la, mas influenciaram bastante a maneira de pensar e agir dos políticos e das pessoas”.[14]

Do outro lado do Atlântico, Thatcher tentava uma versão inglesa do friedmanismo ao defender a proposta que ficou conhecida como “sociedade da propriedade”. Seu esforço se concentrou nas habitações públicas da Grã-Bretanha, ou imóveis públicos, contra os quais Thatcher se posicionava por razões filosóficas, por acreditar que o Estado não deveria desempenhar nenhum papel no mercado imobiliário. Os imóveis públicos eram habitados por pessoas que jamais votariam nos conservadores, porque isso não fazia parte de seus interesses econômicos individuais; Thatcher estava convencida de que se elas fossem levadas ao mercado, começariam a se identificar com os interesses dos indivíduos mais abastados que se opunham à redistribuição. Com essa ideia na cabeça, deu grandes incentivos para os residentes de imóveis públicos comprarem seus apartamentos com taxas reduzidas. Os que puderam, se tornaram proprietários imobiliários; os que não conseguiram, tiveram de enfrentar aluguéis quase duas vezes mais altos do que antes. Era uma estratégia do tipo “dividir para reinar”, e funcionou; os inquilinos continuaram a se opor a Thatcher, as ruas das grandes cidades da Grã-Bretanha assistiram ao crescimento visível dos desabrigados transformados em sem-teto, mas as pesquisas mostraram que mais da metade dos novos proprietários havia mudado sua filiação partidária para os conservadores.[15]

Embora as vendas de imóveis oferecessem um lampejo de esperança para a implantação de medidas econômicas direitistas numa democracia, Thatcher ainda sentia a ameaça de perder o cargo após o primeiro mandato. Em 1979, fizera sua campanha com o slogan “O trabalhismo não está funcionando”, mas, em 1982, o desemprego havia dobrado, tanto quanto a taxa de inflação.[16] Ela tentou enfrentar o sindicato dos mineiros de carvão, um dos mais poderosos do país, mas não conseguiu. Depois de três anos no cargo, Thatcher viu seu nível de aprovação pessoal cair para apenas 25% — inferior ao nível mais baixo atingido por George W. Bush e menor que o de qualquer outro primeiro-ministro britânico, desde quando as pesquisas começaram a ser feitas. A aprovação a seu governo como um todo caiu para 18%.[17] Com uma eleição geral se

aproximando, o thatcherismo parecia estar perto de um desfecho rápido e inglório, logo depois de os conservadores terem alcançado seus objetivos mais ambiciosos, com a privatização em massa e a fratura de muitos sindicatos operários. Foi em meio a essas circunstâncias atribuladas que Thatcher escreveu para Hayek, informando-o educadamente de que uma transformação no estilo chileno era “completamente inaceitável” no Reino Unido.

O primeiro mandato catastrófico de Thatcher pareceu depois confirmar as lições do governo Nixon: as políticas radicais e altamente lucrativas da Escola de Chicago não podiam sobreviver num sistema democrático. Estava claro que a imposição bem-sucedida da terapia de choque econômico requeria outro tipo de choque — proveniente de um golpe, ou da câmara de tortura implementada por regimes repressivos.

Isso repercutiu de modo perturbador em Wall Street porque, no início da década de 1980, os regimes autoritários estavam entrando em colapso no mundo todo — Irã, Nicarágua, Equador, Peru, Bolívia —, e muitos outros pretendiam seguir aquilo que o cientista político conservador Samuel Huntington chamou de “terceira onda” da democratização.(18) Esse era um desenvolvimento preocupante — como impedir o surgimento de um novo Allende, que ganharia votos e apoio com suas políticas populistas?

Washington observou aquele cenário sendo montado tanto no Irã quanto na Nicarágua, em 1979. No Irã, uma coalizão de esquerdistas e muçulmanos destronou o xá respaldado pelos Estados Unidos. Enquanto as histórias de reféns e aiatolás preenchiam os noticiários, o lado econômico do programa também alarmava Washington. O regime islâmico, que ainda não havia transitado para o mais completo autoritarismo, nacionalizou o setor bancário e depois começou um programa de redistribuição de terra. Também impôs controle sobre importações e exportações, modificando por completo a política de livre-comércio do xá.(19) Cinco meses depois, na Nicarágua, a ditadura de Anastasio Somoza Debayle, apoiada pelos Estados Unidos, caiu graças a uma revolta popular que alçou os sandinistas ao poder. Com um programa de esquerda, o novo governo controlou as importações e, como os iranianos, nacionalizou o setor bancário.

Esses acontecimentos agravaram o prognóstico pessimista quanto ao sonho de um mercado livre global. No começo dos anos 1980, os friedmanistas estavam enfrentando a perspectiva de que a sua revolução, que tinha menos de dez anos de existência, não sobreviveria a uma nova onda populista.

A guerra de resgate

Seis semanas depois que Thatcher escreveu aquela carta para Hayek, algo aconteceu para modificar suas ideias e alterar o destino da cruzada corporatista: no dia 2 de abril de 1982, a Argentina invadiu as ilhas Falkland, uma relíquia do império colonial britânico. A Guerra das Falkland, ou Guerra das Malvinas para os argentinos, entrou para a história, com justiça, como uma batalha violenta, porém menor. Na época, as Falkland pareciam não ter nenhuma importância estratégica. O grupo de ilhas situado ao largo da costa argentina ficava a milhares de quilômetros da Grã-Bretanha e custava caro para ser vigiado e mantido. Para a Argentina, também tinha pouca serventia, embora uma base militar britânica em suas águas fosse vista como uma afronta ao orgulho nacional. Jorge Luis Borges, o lendário escritor argentino, descreveu essa disputa de terra, com mordacidade, como "uma luta entre dois homens carecas por causa de um pente".[20]

De um ponto de vista militar, a batalha de onze semanas não aparenta quase nenhuma relevância histórica. Analisado com maior atenção, no entanto, o impacto da guerra no projeto de livre mercado foi imenso: afinal, a Guerra das Falkland deu a Thatcher a cobertura política que ela precisava para implementar, pela primeira vez, um programa de transformação capitalista radical numa democracia liberal do Ocidente.

Ambos os lados do conflito tinham boas razões para desejar uma guerra. Em 1982, a economia da Argentina estava entrando em colapso por causa do peso de sua dívida e da corrupção, ao mesmo tempo em que a campanha pelos direitos humanos ganhava impulso. A nova junta governamental, liderada pelo general Leopoldo Galtieri, calculou que a única coisa mais poderosa do que a raiva pela contínua supressão da democracia era o sentimento anti-imperialista. Galtieri, então, espertamente o dirigiu contra os britânicos, que se recusavam a devolver as ilhas. Rapidamente, a junta conseguiu fincar a bandeira azul e branca do país naquele posto avançado rochoso e os argentinos se entusiasmaram de imediato.

Quando as notícias de que a Argentina reclamava os direitos sobre as Falkland se espalharam, Thatcher enxergou-as como a última esperança de dar uma guinada em sua carreira política, e imediatamente adotou o estilo de combate de Churchill. Até aquele momento, ela tinha mostrado apenas desdém pelo peso financeiro que as Falkland representavam para os cofres do governo. Havia cortado verbas das ilhas e anunciara cortes ainda maiores na Marinha, incluindo os navios armados que vigiavam o arquipélago — esses passos foram vistos pelos generais argentinos como indicações de que a Grã-Bretanha estava pronta para ceder o território. (Um dos biógrafos de Thatcher caracterizou sua política para as Falkland como "praticamente um convite para a Argentina invadir".)[21] Críticos de todos os espectros da política acusaram Thatcher de usar

os militares para seus próprios objetivos políticos, ao promover a guerra. O representante trabalhista Tony Benn afirmou: “Cada vez fica mais evidente que o que está em jogo é a reputação da sra. Thatcher, e não as ilhas Falkland.” Por sua vez, o conservador *Financial Times* observou: “O deplorável é que a questão está sendo afetada pelas diferenças políticas existentes na própria Grã-Bretanha, e que não têm nada a ver com o problema em foco. Não é apenas o orgulho do governo argentino que está envolvido. A posição, e talvez a própria sobrevivência do governo conservador da Grã-Bretanha, também está.”(22)

Mesmo com todo esse cinismo salutar disfarçado, assim que as tropas iniciaram os combates, como bem definiu uma resolução do Partido Trabalhista, o país foi varrido por “um estado de espírito chauvinista e militarista”, encarando as ilhas Falkland como o último reduto de glória do império britânico desaparecido.(23) Thatcher elogiou o “espírito das Falkland” que tomou conta da nação, o que na prática significava dizer que os gritos de “Fora, cadela!” (“Ditch the bitch!”) se acalmavam, enquanto as camisetas com os dizeres “Para cima da Junta!” (“Up Your Junta!”) vendiam muito rapidamente.(24) Nem Londres nem Buenos Aires fizeram qualquer tentativa séria de evitar uma declaração de intenções. Thatcher manteve-se distante das Nações Unidas, do mesmo modo que Bush e Blair fizeram ao iniciar a guerra do Iraque, desinteressados de qualquer sanção ou negociação. A vitória gloriosa era o único resultado que interessava a qualquer um dos lados.

Thatcher estava lutando por seu futuro político — e foi muito bem-sucedida. Depois da vitória nas Falkland, que custou as vidas de 255 soldados britânicos e 655 argentinos, a primeira-ministra foi enaltecida como heroína de guerra, e seu apelido de “Dama de Ferro” transformou-se de insulto em elogio.(25) Seus números nas pesquisas de opinião mudaram de modo semelhante. A aprovação pessoal mais do que dobrou no curso da batalha, de 25% no começo para 59% no final, pavimentando o caminho para a sua decisiva vitória nas eleições do ano seguinte.(26)

A contrainvasão dos militares britânicos nas Falkland foi apelidada de Operação Corporação, e, embora o nome parecesse esquisito para uma campanha militar, provou ser presciente. Thatcher utilizou a enorme popularidade que angariou com a vitória para deslanchar a verdadeira revolução corporatista que, antes da guerra, havia dito a Hayek ser impossível. Quando os mineiros de carvão entraram em greve em 1984, Thatcher usou de grande frieza, como se estivesse numa continuação da guerra contra a Argentina, e empregou a mesma brutalidade para enfrentá-los. Conforme sua famosa declaração: “Nós tivemos que lutar contra o inimigo de fora, nas Falkland, e agora temos que lutar contra o inimigo de dentro, que é muito mais difícil, e também muito perigoso

para a liberdade."[27] Qualificando os trabalhadores britânicos como "os inimigos internos", Thatcher concentrou a força total do Estado contra os grevistas — num único confronto, oitocentos policiais bem armados, muitos montados a cavalo, reuniram-se para desfazer uma linha de piquete numa unidade, resultando em cerca de setecentos feridos. No curso da longa greve, o número de feridos chegou a milhares. Como documenta o repórter do *Guardian* Seumas Milne, em seu relato definitivo sobre a greve intitulado *The Enemy Within: Thatcher's Secret War against the Miners,* a primeira-ministra pressionou os serviços de segurança a intensificarem a vigilância sobre o sindicato e, em particular, seu presidente Arthur Scargill. O resultado foi "a operação de contravigilância mais ambiciosa de toda a Grã-Bretanha". Diversos agentes e informantes foram infiltrados no sindicato e todos os telefones foram grampeados, assim como os lares dos sindicalizados, e até mesmo os bares frequentados pelas lideranças. O principal executivo do sindicato foi acusado, no interior da Casa dos Comuns, de ser um agente secreto MI5 enviado para "desestabilizar e sabotar a agremiação", embora ele negasse a acusação.[28]

Nigel Lawson, secretário do Tesouro do Reino Unido durante a greve, explicou que o governo Thatcher considerava o sindicato um inimigo: "Era o mesmo que se armar para enfrentar a ameaça de Hitler no final da década de 1930", declarou Lawson dez anos depois. "Você tinha de se preparar."[29] Como nas Falkland, havia pouco interesse em negociar, restando apenas uma determinação concentrada em rachar o sindicato, independentemente do custo (e com uma base de três mil policiais extras por dia, o custo era enorme). Colin Naylor, um sargento atuante da polícia que esteve na linha de combate durante o conflito, a descreveu como "uma guerra civil".[30]

Em 1985, Thatcher havia vencido essa guerra também: os trabalhadores estavam famintos e não podiam continuar; no total, 966 pessoas foram demitidas.[31] Foi um resultado devastador para o sindicato mais poderoso da Grã-Bretanha e serviu como clara advertência para os demais: se Thatcher arriscou tudo para esmagar os mineiros de carvão, dos quais o país dependia para obter luz e calor, seria suicídio para sindicatos mais fracos, que produziam bens e serviços menos essenciais, insistir no enfrentamento de sua nova ordem econômica. Era melhor aceitar o que estava sendo oferecido. Foi uma mensagem muito semelhante àquela que, assim que assumiu o poder, Ronald Reagan enviou como resposta aos controladores de voo que estavam em greve. Se não aparecessem para trabalhar, "estariam abandonando seus empregos e seria o fim", advertiu Reagan. Em seguida, numa só penada, demitiu 11.400 trabalhadores de um dos setores mais importantes do país — um choque do qual

o movimento sindical dos Estados Unidos não se recuperou completamente até hoje.[32]

Na Grã-Bretanha, Thatcher explorou com sucesso a vitória nas Falkland e na luta contra os mineiros para dar um salto ainda maior em sua agenda econômica radical. Entre 1984 e 1988, o governo privatizou, entre outras, as empresas estatais de gás (British Gas), telecomunicações (British Telecom), controle de aeroportos (British Airport Authority), aço (British Steel), aviação (British Airways), e vendeu também sua participação acionária na British Petroleum.

Da mesma forma que os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 deram a um presidente impopular a oportunidade de deslanchar uma iniciativa maciça de privatização (no caso de Bush, tratou-se de privatizar a seguridade social, o esforço de guerra e a reconstrução), Thatcher usou sua guerra para desencadear a primeira campanha de privatização numa democracia do Ocidente. Essa foi a verdadeira Operação Corporação, com grandes implicações históricas. O aproveitamento bem-sucedido da guerra das Falkland, por Thatcher, tornou-se a evidência definitiva de que o programa econômico da Escola de Chicago não precisava de ditaduras militares e câmaras de tortura para avançar. A primeira-ministra demonstrou que uma versão limitada da terapia de choque podia ser imposta numa democracia, graças à utilização de uma grave crise política como justificativa.

Mesmo assim, Thatcher precisou de um inimigo para unificar o país, de uma combinação extraordinária de circunstâncias que justificassem o uso de medidas de emergência e de repressão — uma crise que a retratasse mais como dura e decidida do que como cruel e regressiva. A guerra serviu perfeitamente a seu propósito, embora a Guerra das Falkland fosse uma anomalia no início dos anos 1980, um regresso aos antigos conflitos coloniais. Se a década de 1980 representaria de fato o amanhecer de uma nova era de paz e democracia, como muitos acreditavam, experiências como as Falkland se tornariam bastante frequentes, servindo de base para um projeto político global.

Foi em 1982 que Milton Friedman escreveu a passagem mais altamente influente sobre a doutrina do choque: “Somente uma crise — real ou presumida — produz mudança concreta. Quando essa crise acontece, as iniciativas tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Essa, eu acredito, é a nossa função: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se transforme no politicamente inevitável.”[33] Isso acabou se tornando uma espécie de mantra de seu movimento por uma nova era democrática. Allan Meltzer aprimorou a filosofia: “Ideias são alternativas

que ficam esperando uma crise para servir de catalisadores da mudança. O modo de Friedman atuar era legitimando ideias, tornando-as toleráveis e válidas para quando as oportunidades surgissem."[34]

O tipo de crise que Friedman tinha em mente não era de ordem militar, mas econômica. Ele acreditava que, sob circunstâncias normais, as decisões econômicas eram tomadas sob influência dos conflitos de interesse — trabalhadores lutam por empregos e aumentos, proprietários querem impostos baixos e regulação frouxa, e os políticos precisam equilibrar a balança entre essas forças competidoras. No entanto, quando acontece uma crise econômica bastante severa — uma desordem monetária, uma quebra de mercados, uma grande recessão —, tudo se torna tão instável que os líderes ficam liberados para fazer o que for necessário (ou tido como necessário), como resposta a uma situação de emergência nacional. As crises são, de certo modo, zonas democráticas livres — brechas no sistema político convencional, que se formam quando a necessidade de consenso e de consentimento não parece se adequar.

A ideia de que as quebras de mercado podem agir como catalisadores de mudanças revolucionárias também tem uma longa história na esquerda, de modo ainda mais notável na teoria bolchevique de que a hiperinflação, ao arruinar o valor do dinheiro, aproximaria as massas da destruição do próprio capitalismo.[35] Essa teoria explica por que um certo estrato de esquerdistas sectários está sempre calculando as condições exatas sob as quais o capitalismo vai chegar "à crise", do mesmo modo que cristãos evangélicos perscrutam os sinais da chegada da Revelação. Em meados dos anos 1980, essa ideia comunista começou a viver um retorno poderoso, dessa vez nas mãos dos economistas da Escola de Chicago. Eles argumentavam que, assim como as quebras de mercado podiam precipitar revoluções de esquerda, também podiam ser utilizadas para desencadear contrarrevoluções de direita, e fundaram uma teoria que ficou conhecida como "a hipótese da crise".[36]

O interesse de Friedman pela crise também foi uma tentativa clara de aprender com as vitórias da esquerda após a Grande Depressão: quando o mercado quebrou, em 1929, Keynes e seus discípulos, que antes pregavam no deserto, estavam prontos e esperavam com suas ideias — as soluções do New Deal. Nos anos 1970 e no começo dos 1980, Friedman e seus subscritores corporativos procuraram imitar esse processo, com sua marca registrada de prevenção intelectual para o desastre. Eles rapidamente construíram uma nova rede de *think tanks* de direita, incluindo os famosos Heritage e Cato, e produziram o veículo mais importante para disseminar as visões de Friedman, a minissérie em dez capítulos da PBS intitulada *Free to Choose* — subscrita por algumas das maiores corporações do mundo, entre as quais Getty Oil, Firestone

Tire & Rubber Co., PepsiCo, General Motors, Bechtel e General Mills.[37] Assim, quando a crise seguinte chegasse, Friedman estava determinado a fazer com que os Garotos de Chicago estivessem prontos com suas ideias e soluções.

Quando Friedman articulou a teoria da crise pela primeira vez, no começo dos anos 1980, os Estados Unidos estavam passando por uma recessão — uma combinação de inflação alta com desemprego. As políticas de Chicago, agora conhecidas como Reaganomia, certamente exerceram influência sobre Washington. No entanto, nem mesmo Reagan se atrevia a implementar aquele tipo de terapia de choque devastadora com a qual Friedman sonhava, igual à que havia prescrito no Chile.

Mais uma vez, seria um país latino-americano a testar o terreno para a teoria das crises de Friedman — porém, desta vez não seria um Garoto de Chicago que guiaria o caminho, mas um novo estrato de doutores do choque, mais adequados à nova era democrática.

NOTAS DO CAPÍTULO 6

(1) Traduzido por Peter Sillem. Carl Schmitt, *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität* (1922, reimp. Berlim: Duncker & Humblot, 1993), 13.

(2) Correspondência da Coleção Hayek, caixa 101, pasta 26, Hoover Institute Archives, Palo Alto, CA. A carta de Thatcher é datada de 17 de fevereiro. Meus agradecimentos a Greg Grandin.

(3) Peter Dworkin, "Chile Brave New World of Reaganomics", *Fortune*, 2 de novembro de 1981.

(4) Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 387.

(5) Donald Rumsfeld, *Secretary of Defense Donald H. Rumsfeld Speaking at Tribute to Milton Friedman*, Casa Branca, Washington, DC, 9 de maio de 2002, www.defenselink.mil.

(6) Milton Friedman, "Economic Miracles", *Newsweek*, 21 de janeiro de 1974.

(7) Na transcrição do discurso existe um erro. Rumsfeld é citado dizendo "eles vão aprender e vão aprender a lição errada". Tirei a repetição para evitar confusão. Rumsfeld, *Secretary of Defense Donald H. Rumsfeld Speaking at Tribute to Milton Friedman.*

(8) Henry Allen, "Hayek, the Answer Man", *Washington Post*, 2 de dezembro de 1982.

(9) Entrevista com Milton Friedman realizada em 1º de outubro de 2000, para a série de televisão *Commanding Heights: The Battle for the World Economy*, www.pbs.org.

(10) Arnold C. Harberger, *Curriculum Vitae*, novembro de 2003, www.econ.ucla.edu.

(11) *Ibid.*; Friedman e Friedman, *Two Lucky People*, 607-609.

(12) *The Political Economy of Policy Reform*, ed. John Williamson (Washington, DC: Institute for International Economics, 1994), 467.

(13) Carmen DeNavas-Walt, Bernadette D. Proctor, Cheryl Hill Lee, Departamento de Censo dos Estados Unidos, *Income, Poverty and Health Insurance Coverage in the United States: 2005*, agosto de 2006, www.census.gov.; Agência Central de Inteligência, *World Factbook 2007*, www.cia.gov.

(14) Allan H. Meitzer, "Choosing Freely: the Friedmans Influence on Economic and Social Policy", em *The Legacy of Milton and Rose Friedman's Free to Choose*, eds. M. Wynne, H. Rosenblum e R. Formaini (Dallas: Federal Reserve Bank of Dallas, 2004), 204, www.dallasfed.org.

(15) John Campbell, *Margaret Thatcher: The Iron Lady*, vol. 2, (Londres: Jonathan Cape, 2003), 174-175; Patrick Cosgrave, *Thatcher: The First Term* (Londres: Bodley Head, 1985), 158-159.

(16) Kevin Jefferys, *Finest & Darkest Hours: the Decisive Events in British Politics from Churchill to Blair* (Londres: Atlantic Books, 2002), 208.

(17) Com base nos resultados de pesquisa da MORI (Gallup disse que Thatcher tinha 23%). “President Bush: Overall Job Rating”, www.pollingreport.com, acessado em 12 de maio de 2007; Malcolm Rutherford, “1982: Margaret Thatcher’s Year”, *Financial Times* (Londres), 31 de dezembro de 1982.

(18) Samuel Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman, OK: University of Oklahoma Press, 1991).

(19) Hossein Bashiriyeh, *The State and Revolution in Iran, 1962-1982* (Nova York: St. Martin’s Press, 1984), 170-171.

(20) “On the Record”, *Time*, 14 de fevereiro de 1983.

(21) Campbell, *Margaret Thatcher: The Iron Lady*, vol. 2, 128.

(22) Leonard Downie Jr. e Jay Ross, “Britain: South Georgia Taken”, *Washington Post,* 26 de abril de 1982; “Jingoism Is Not the Way”, *Financial Times* (Londres), 5 de abril de 1982.

(23) Tony Benn, *The End of an Era: Diaries 1980-90*, ed. Ruth Winstone (Londres: Hutchinson, 1992), 206.

(24) Angus Deming, “Britain’s Iron Lady”, *Newsweek*, 14 de maio de 1979; Jefferys, *Finest & Darkest Hours,* 226.

(25) BBC News, “1982: First Briton Dies in Falkland Campaign”, *On This Day, 24 April,* news.bbc.co.uk.

(26) Rutherford, “1982”.

(27) Michael Getler, “Dockers’ Union Agrees to Settle Strike in Britain”, *Washington Post,* 21 de julho de 1984.

(28) “TUC at Blackpool (Miners’ Strike): Labour Urged to Legislate on NUM Strike Fines”, *Guardian* (Londres), 4 de setembro de 1985; Seumas Milne, *The Enemy Within: Thatcher’s Secret War against the Miners* (Londres: Verso, 2004); Seumas Milne, “What Stella Left Out”, *Guardian* (Londres), 3 de outubro de 2000.

(29) Seumas Milne, “MI5’s Secret War”, *New Statesman & Society,* 25 de novembro de 1994.

(30) *Coal War: Thatcher vs Scargill,* diretor Liam O’Rinn, episódio 8093 da série *Turning Points of History,* televisionada em 16 de junho de 2005.

(31) *Ibid.*

(32) Warren Brown, “U.S. Rules Out Rehiring Striking Air Controllers”, *Washington Post,* 7 de agosto de 1981; Steve Twomey, “Reunion Marks 10 Years Outside the Tower”, *Washington Post,* 2 de agosto de 1991.

(33) Milton Friedman, Prefácio, *Capitalism and Freedom* (1962, reimp. Chicago: University of Chicago Press, 1982), ix.

(34) J. McLane, “Milton Friedman’s Philosophy of Economics and Public Policy”, *Conference to Honor Milton Friedman on His Ninetieth Birthday,* 25 de novembro de 2002, www.chibus.com.

(35) N. Bukharin e E. Preobrazhensky, *The ABC of Communism: A Popular Explanation of the Program of the Communist Party of Russia,* trad. Eden e Cedar Paul (1922, reimp. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1967), 340-341.

(36) *The Political Economy of Policy Reform,* 19.

(37) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 603.

CAPÍTULO 7

O NOVO DOUTOR DO CHOQUE

A ECONOMIA DE GUERRA SUBSTITUI A DITADURA

> **A situação da Bolívia poderia ser comparada à de uma pessoa que tem câncer. Ela sabe que precisa enfrentar a mais perigosa e dolorosa operação, na forma da estabilização monetária e de algumas outras medidas. Mas não tem alternativa.**
> — Cornelius Zondag, conselheiro econômico dos Estados Unidos na Bolívia, em 1956[1]

> **O uso do câncer no discurso político encoraja o fatalismo e justifica o uso de medidas "severas" — assim como reforça tremendamente a noção difundida de que a doença é necessariamente fatal. O conceito de enfermidade nunca é inocente. Mas é possível afirmar que as metáforas sobre o câncer são implicitamente genocidas.**
> — Susan Sontag, *Doença como metáfora*, 1977[2]

EM 1985, A BOLÍVIA FAZIA PARTE DA NOVA ONDA DEMOCRÁTICA que varria os países em desenvolvimento do mundo. Durante dezoito dos últimos vinte anos, os bolivianos tinham vivido sob alguma forma de ditadura. Agora, tinham a chance de escolher seu presidente por meio de uma eleição nacional.

No entanto, estabelecer o controle sobre a economia da Bolívia nessa conjuntura especial seria mais um castigo do que uma premiação: sua dívida era tão alta que o montante dos juros ultrapassava o orçamento nacional por inteiro. Um ano antes, em 1984, a administração de Ronald Reagan tinha levado o país a ultrapassar o limite, quando financiou um ataque sem precedentes contra os plantadores de coca, a folha verde que se transforma em cocaína quando é refinada. O golpe, que transformou uma vasta área da Bolívia em zona militar, não apenas abalou o comércio de coca, como suprimiu uma média de 50% dos rendimentos de exportação do país, provocando a desordem econômica. Como foi relatado pelo *New York Times*: "Quando o Exército marchou sobre o

Chapare, em agosto, fechando o canal de escoamento dos narcodólares, a onda de choque se abateu de imediato sobre o mercado negro de dólares do país... menos de uma semana após a ocupação do Chapare, o governo se viu forçado a derrubar em mais da metade o valor oficial do peso boliviano.” Alguns meses depois, a inflação tinha aumentado em dez vezes, e milhares de pessoas saíam do país em busca de empregos na Argentina, no Brasil, na Espanha e nos Estados Unidos.(3)

Foi nessas circunstâncias de grande volatilidade, com a inflação em 14.000%, que a Bolívia viveu sua histórica eleição de 1985. O pleito acabou sendo uma disputa entre duas figuras familiares para os bolivianos — o antigo ditador Hugo Banzer e o antigo presidente eleito Víctor Paz Estenssoro. A votação foi muito equilibrada, deixando a decisão final para o Congresso da Bolívia, embora o grupo de Banzer se considerasse vitorioso. Antes que os resultados fossem anunciados, o partido solicitou a ajuda de um economista de trinta anos pouco conhecido, Jeffrey Sachs, para desenvolver um plano econômico de combate à inflação. Sachs era a estrela ascendente do departamento de economia da Universidade de Harvard, agraciado com prêmios acadêmicos e nomeado professor ainda bastante jovem. Alguns meses antes, uma delegação de políticos bolivianos tinha visitado Harvard e visto Sachs em ação; eles saíram impressionados com suas bravatas — ele havia-lhes dito que podia liquidar sua crise inflacionária em apenas um dia. Sachs não tinha experiência com economias em desenvolvimento, mas, como ele mesmo admitiu: “Eu achava que sabia tudo que precisava saber” sobre inflação.(4)

Sachs tinha sido bastante influenciado pelos escritos de Keynes sobre a conexão entre a hiperinflação e a ascensão do fascismo na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial. O acordo de paz imposto aos alemães havia acarretado uma grave crise econômica — inclusive uma taxa de hiperinflação de 3,25 milhões percentuais em 1923 —, a qual foi acompanhada pela Grande Depressão alguns anos depois. Com uma taxa de desemprego de 30% e uma raiva generalizada contra o que parecia ser uma conspiração global, o país se tornou terreno fértil para o nazismo.

Sachs gostava de citar a advertência de Keynes de que “não há maneira mais sutil nem mais segura de desorganizar as bases existentes de uma sociedade do que a ruína de sua moeda. Esse processo coloca do lado da destruição todas as forças ocultas das leis econômicas”.(5) Ele compartilhava a visão de Keynes de que era o dever sagrado dos economistas suprimir aquelas forças de destruição, a qualquer custo. “O que aprendi com Keynes foi essa profunda tristeza e esse senso de risco decorrentes do fato de que as coisas podem sair completamente erradas. E como fomos estúpidos ao deixar a Alemanha naquele estado de

abandono”,[6] argumentou. Sachs também disse a jornalistas que considerava o estilo de vida de Keynes como politicamente engajado, sendo um economista que viajava pelo mundo e servia de modelo para sua própria carreira.

Embora Sachs compartilhasse a crença de Keynes no poder da economia para eliminar a pobreza, ele era ao mesmo tempo um produto da América de Reagan — a qual se encontrava, no ano de 1985, em meio ao recuo, inspirado por Friedman, de tudo o que Keynes representava. Os preceitos da Escola de Chicago a respeito da supremacia do livre mercado rapidamente se transformaram na ortodoxia inquestionável dos departamentos de economia da Ivy League, inclusive de Harvard, e isso significava que Sachs não ficaria imune. Ele admirava “a fé de Friedman nos mercados, a sua insistência permanente na administração apropriada da moeda”, e a considerava “um argumento muito mais acurado do que aqueles raciocínios estruturalistas ou pseudo-keynesianos vagos que se ouvem aos montes nos países em desenvolvimento”.[7]

Esses raciocínios “vagos” eram aqueles que haviam sido suprimidos com muita violência, uma década antes, na América Latina — a convicção de que, para escapar da pobreza, o continente precisava romper com as estruturas de propriedade herdadas da colônia por meio de políticas intervencionistas de reforma agrária, proteção comercial e subsídios, nacionalização dos recursos naturais e cogestão nos locais de trabalho. Sachs tinha pouco tempo para essas mudanças estruturais. Assim, embora soubesse muito pouco sobre a Bolívia e sua longa história de exploração colonial, eliminação da população indígena e ganhos obtidos na revolução de 1952, estava convencido de que, ao lado da hiperinflação, o país sofria ainda de um “romantismo socialista” — a mesma ilusão de desenvolvimentismo que a geração anterior dos economistas treinados nos Estados Unidos tentara liquidar no Cone Sul.[8]

O aspecto em que Sachs compartilhava a ortodoxia da Escola de Chicago era aquele da necessidade de apoiar as políticas de livre mercado por meio de alívio do endividamento e ajuda generosa — para o jovem economista de Harvard, a mão invisível não era suficiente. Essa discrepância eventualmente levou Sachs a se afastar de seus colegas mais afinados com o *laissez-faire* e a centrar seus esforços exclusivamente na cooperação. Essa mudança levaria anos para acontecer. Na Bolívia, a ideologia híbrida de Sachs apenas serviu para criar algumas estranhas contradições. Por exemplo, assim que desceu do avião em La Paz, respirando o rarefeito ar andino pela primeira vez, imaginou-se como Keynes chegando para salvar o povo boliviano “do caos e da desordem” da hiperinflação.[30] Embora a suposição central do keynesianismo fosse a de que os países sob recessão severa devem gastar dinheiro para estimular a economia,

Sachs usou a abordagem oposta, defendendo a austeridade governamental e o aumento de preços no meio da crise — a mesma receita para a contração ocorrida no Chile, que a *Business Week* descreveu como "um mundo de depressão deliberadamente induzida nos moldes do dr. Fantástico".[9]

A consultoria de Sachs para Banzer foi direta: somente a terapia de choque brusca poderia sanar a crise de hiperinflação da Bolívia. Ele propôs multiplicar por dez o preço da gasolina, além de desregulamentar diversos outros preços e realizar cortes no orçamento. Num discurso diante da Câmara de Comércio Bolívia-Estados Unidos, Sachs mais uma vez afirmou que podia acabar com a hiperinflação da noite para o dia, relatando que "a multidão estava entusiasmada e maravilhada com essa perspectiva".[10] Como Friedman, Sachs acreditava piamente que, com um solavanco político repentino, "uma economia pode ser reorientada de um triste fim, um triste fim do socialismo ou da corrupção das massas ou do planejamento centralizado, para uma economia de mercado normal".[11]

Na época em que Sachs fez essas promessas audaciosas, os resultados da eleição na Bolívia ainda estavam no ar. O antigo ditador Hugo Banzer estava agindo como se tivesse ganhado, mas seu adversário na disputa, Víctor Paz Estenssoro, ainda não havia desistido. Durante a campanha, Estenssoro dera poucos detalhes concretos sobre seus planos para enfrentar a inflação. Mas chegara a ocupar o cargo de presidente do país por três vezes, a última delas em 1964, quando fora deposto por um golpe. Era dele a face boliviana da transformação desenvolvimentista, da nacionalização das maiores minas de estanho, da distribuição inicial da terra para os camponeses indígenas, da defesa do direito de voto para todos os bolivianos. Como o argentino Juan Perón, Paz era uma figura complicada e onipresente na paisagem política do país, frequentemente trocando de alianças para preservar o cargo ou retornar a ele. Durante a campanha de 1985, um Paz envelhecido lembrou seu compromisso com um passado "nacionalista revolucionário" e fez vagas declarações sobre responsabilidade fiscal. Ele não era socialista, mas também não era um neoliberal da Escola de Chicago — era nisso que acreditavam os bolivianos.[12]

Enquanto a decisão final sobre qual dos dois seria empossado presidente estava nas mãos do Congresso, assistiu-se a um período de intensas negociações e barganhas entre os partidos, o Congresso e o Senado. Um senador recém-eleito acabou por desempenhar um papel central na questão: Gonzalo Sánchez de Lozada (conhecido na Bolívia como Goni). Ele tinha morado por tantos anos nos Estados Unidos que falava espanhol com forte sotaque norte-americano, e voltara para a Bolívia para se tornar um dos homens de negócio mais ricos do país. Era proprietário da Comsur, a segunda mina privada mais importante,

próxima de se tornar a primeira. Quando jovem, Goni estudara na Universidade de Chicago e, embora não fosse economista, fora profundamente influenciado pelas ideias de Friedman e percebera que elas tinham implicações altamente lucrativas para o setor de mineração, que na Bolívia ainda se encontrava fortemente controlado pelo Estado. Quando Sachs expôs seus planos de choque para o grupo de Banzer, Goni ficou bastante impressionado.

Os detalhes das negociações de bastidores nunca foram revelados, mas seus resultados ficaram bem claros. No dia 6 de agosto de 1985, Paz fez o juramento como presidente da Bolívia. Apenas quatro dias depois, ele nomeou Goni para comandar, secretamente, uma equipe econômica bipartidária de emergência, encarregada de reestruturar radicalmente a economia. O ponto de partida da equipe foi a terapia de choque de Sachs, mas ela iria muito além de tudo o que ele tinha sugerido. Na verdade, proporia o desmantelamento integral do modelo de economia centralizada no Estado, que o próprio Paz havia construído nas décadas anteriores. Nessa época, Sachs já estava de volta a Harvard, mas diz que "ficou feliz de saber que o ADN [partido de Banzer] partilhou uma cópia de nosso plano de estabilização com o novo presidente e sua equipe".(13)

O partido de Paz não imaginava que seu líder tivesse fechado um acordo como esse nos bastidores. Com exceção dos ministros das Finanças e do Planejamento, que faziam parte do grupo secreto, Paz não revelou a nenhum outro membro de seu gabinete a existência da equipe econômica de emergência.(14)

Durante dezessete dias ininterruptos, a equipe de emergência se reuniu na mansão de Goni. Revelando esses detalhes pela primeira vez numa entrevista dada em 2005, Guillermo Bedregal, ministro do Planejamento, se recordou assim desses encontros: "Nós hibernávamos lá de um jeito muito cuidadoso e quase clandestino."[31] (15) O que eles estavam considerando era a retificação radical de uma economia nacional em termos tão abrangentes, que não tinha paralelo dentro de uma democracia. O presidente Paz estava convencido de que sua única esperança era fazer as coisas da forma mais rápida e súbita possível. Dessa maneira, os sindicatos e os grupos camponeses notoriamente combativos seriam apanhados de surpresa e não teriam tempo para reagir à altura, ou pelo menos ele esperava que fosse assim. Como Goni recordou, Paz "ficava dizendo 'Se vai fazer isso, faça agora. Não posso agir duas vezes'".(16) A razão pela qual Paz virou a casaca depois da eleição continua sendo um mistério. Ele morreu em 2001 e nunca explicou se tinha concordado em adotar o programa de terapia de choque de Banzer em troca de ser empossado como presidente, ou se havia sofrido uma conversão ideológica espontânea. Alguma explicação me foi dada por Edwin Corr, embaixador norte-americano na Bolívia naquela época. Ele

recordou que se encontrou com representantes de todos os partidos e disse claramente que a ajuda dos Estados Unidos seria generosa caso eles tomassem o caminho do choque.

Após dezessete dias, Bedregal, o ministro do Planejamento, já tinha um rascunho do programa de terapia de choque. Ele requeria a suspensão dos subsídios à alimentação, o cancelamento de quase todos os controles de preços e um ajuste de 300% no preço do combustível.(17) Independentemente do fato de que o custo de vida se tornaria ainda mais caro, num país desesperadamente pobre, o plano congelou os salários do setor público por um ano, ainda que já estivessem em níveis bastante baixos. Também exigia cortes mais profundos nos gastos governamentais, abria as fronteiras da Bolívia para a importação irrestrita e recomendava a eliminação das empresas estatais, um precursor das privatizações. A Bolívia tinha ficado de fora da revolução neoliberal imposta aos países do Cone Sul nos anos 1970 e agora estava correndo em busca do tempo perdido.

Quando os membros da equipe de emergência finalizaram o esboço de suas leis, ainda não estavam preparados para compartilhá-lo com os representantes políticos eleitos, e menos ainda com os seus eleitores, que jamais teriam aprovado esse tipo de plano. Por isso, precisavam cumprir mais uma tarefa. Em grupo, dirigiram-se ao escritório do FMI na Bolívia e contaram a seu dirigente o que pretendiam fazer. A resposta dele foi ao mesmo tempo estimulante e aflitiva: "Isso é tudo o que um funcionário do FMI pode desejar. Mas, se não der certo, ainda bem que tenho imunidade diplomática e posso tomar um avião para escapar."(18)

Os bolivianos que fizeram o plano não tinham a mesma rota de fuga, e muitos ficaram apavorados diante da reação popular. "Eles vão nos matar", predisse Fernando Prado, o membro mais jovem do grupo. Bedregal, principal autor do plano, procurou animar os espíritos ao comparar a equipe com pilotos de guerra atacando inimigos. "Temos de agir feito os pilotos de Hiroshima. Quando eles jogaram a bomba atômica, não sabiam o que estavam fazendo, mas, quando viram a fumaça, disseram: 'Epa, desculpem!' É exatamente assim que vamos fazer, deslanchamos as medidas e depois: 'Epa, desculpem!'"(19)

A ideia de que a mudança política deveria ocorrer como um ataque militar surpresa é um tema recorrente para os terapeutas do choque econômico. Em *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, a doutrina militar dos Estados Unidos que foi publicada em 1996 e serviu de base para a invasão do Iraque em 2003, os autores declaram que as forças invasoras devem "ganhar o controle do ambiente e paralisar ou embaçar de tal maneira nos adversários a capacidade de percepção e entendimento dos acontecimentos, que eles se tornarão incapazes de

oferecer resistência”.[20] O choque econômico funciona de acordo com uma teoria similar: a premissa é a de que as pessoas conseguem dar respostas às mudanças gradativas — um programa de saúde aqui, um acordo comercial ali —, mas se dezenas de mudanças acontecem em todas as direções, ao mesmo tempo, uma sensação de futilidade se instala, e a população se torna frouxa.

Na expectativa de induzir aquele sentimento de desesperança, os planejadores bolivianos exigiram que suas medidas radicais fossem implantadas ao mesmo tempo, e todas dentro dos primeiros cem dias do novo governo. Em vez de apresentar cada parte do plano como uma norma legal individual (o novo código tributário, a nova lei sobre preços etc.), a equipe de Paz insistiu em abarcar a revolução inteira num único decreto, D.S. 21060. Ele continha 220 leis separadas e cobria todos os aspectos da vida econômica do país, tornando-se o equivalente, em escopo e ambição, a “O Tijolo”, o calhamaço escrito e publicado pelos Garotos de Chicago durante a preparação do golpe de Pinochet. De acordo com seus autores, o programa completo tinha de ser aceito ou rejeitado; não podia ser emendado. Era o equivalente econômico de Choque e Pavor.

Quando o documento ficou pronto, a equipe enviou cinco cópias: três foram para Paz, Goni e o ministro do Tesouro. O destino das outras duas revelou quanto eles estavam certos de que muitos bolivianos olhariam o plano como uma declaração de guerra: uma foi para o comandante das forças armadas e outra foi para o chefe de polícia. O gabinete de Paz, entretanto, ainda continuava na mais completa ignorância. Seus outros ministros permaneciam com a impressão errada de que estavam trabalhando para o mesmo homem que nacionalizara as minas e redistribuíra as terras no passado.

Três semanas depois de tomar posse como presidente, Paz finalmente chamou todo o seu gabinete para tomar conhecimento da carta que tinha na manga. Ele ordenou que as portas fossem fechadas e “instruiu as secretárias a não passarem nenhum telefonema para os ministros”. Bedregal leu as sessenta páginas inteiras para a audiência estupefata. Ele estava tão nervoso, como confessou mais tarde, “que sofreu um sangramento no nariz logo em seguida”. Paz informou a seus ministros que o decreto não estava ali para ser debatido; em outro acordo de bastidores, já tinha garantido o apoio do partido direitista de Banzer que estava na oposição. Quem não concordasse, avisou ele, podia renunciar.

“Eu não concordo”, anunciou o ministro da Indústria.

“Por favor, se retire”, respondeu Paz. O ministro ficou. Com a inflação nas alturas e com a expectativa de que a terapia de choque aplicada seria recompensada com ajuda financeira extraordinária de Washington, ninguém se

atreveu a sair. Dois dias depois, num pronunciamento presidencial feito pela televisão e intitulado “A Bolívia está morrendo”, Paz lançou “O Tijolo” boliviano diante de uma audiência completamente incrédula.

Sachs estava certo ao dizer que os aumentos de preços poderiam acabar com a hiperinflação. Em dois anos, a inflação tinha caído para 10%, fato impressionante para qualquer critério.[21] O legado mais abrangente da revolução neoliberal da Bolívia é um pouco mais controverso. Todos os economistas concordam que a inflação acelerada é excepcionalmente prejudicial, insustentável e deve ser controlada — um processo que impõe sofrimento considerável durante o ajuste. O debate gira em torno da possibilidade de um programa confiável ser realizado, assim como, dada uma sociedade qualquer, de quem vai ser forçado a suportar o impacto desse sofrimento. Ricardo Grinspun, um professor de economia da Universidade de York especializado em América Latina, explicou que uma abordagem nos moldes keynesianos ou desenvolvimentistas procura mobilizar apoio e dividir os encargos por meio de “um processo de negociação que envolve os participantes mais relevantes — governo, empregadores, fazendeiros, sindicatos, e assim por diante. Desse modo, os partidos chegam a acordos sobre políticas de renda, como salários e preços, ao mesmo tempo em que as medidas de estabilização são implementadas”. Em contraste gritante, afirma Grinspun, “a abordagem ortodoxa é favorável a jogar todo o custo social sobre os pobres, por meio da terapia de choque”. Como ele me disse, foi exatamente isso que aconteceu na Bolívia.

Friedman prometeu, como já havia feito no Chile, que o comércio mais livre seria capaz de criar empregos para os novos desempregados. Não foi, e a taxa de desemprego cresceu do patamar de 20%, na época da eleição, para algo entre 25% e 30% dois anos depois.[22] Somente o quadro da estatal de mineração individualmente — a mesma que Paz havia nacionalizado nos anos 1950 — foi reduzido de 28 mil empregados para apenas seiscentos.[23]

O salário mínimo jamais recuperou o seu valor, e ao cabo de dois anos do programa os salários reais haviam desvalorizado em 40%; num determinado momento, cairiam 70%.[24] Em 1985, o ano da terapia de choque, a renda média *per capita* na Bolívia era de 845 dólares; dois anos mais tarde, tinha descido para 789 dólares. Essa é a medida usada por Sachs e pelo governo e, apesar da ausência de progresso que ela evidencia, está longe de revelar a degradação da vida cotidiana de milhares de bolivianos. A renda média é calculada tomando-se a renda total do país e dividindo-a pelo número de habitantes; isso tende a encobrir o fato de que a terapia de choque na Bolívia teve os mesmos efeitos sentidos em toda a região: uma pequena elite ficou ainda mais rica, enquanto grandes parcelas daquilo que havia sido a classe trabalhadora foram descartadas

da economia de uma só vez e se transformaram em população excedente. Em 1987, os camponeses bolivianos, que são conhecidos como *campesinos*, estavam ganhando, em média, apenas 140 dólares por ano, menos de um quinto da "renda média".[25] Esse é o problema quando se mede apenas a "média"; as diferenças mais gritantes simplesmente desaparecem.

Um dirigente do sindicato rural explicou que "as estatísticas governamentais não refletem o número crescente de famílias que são obrigadas a viver em barracas; as milhares de crianças desnutridas que só comem um pedaço de pão e tomam uma xícara de chá por dia; as centenas de camponeses que vieram para a capital em busca de trabalho e acabaram mendigando nas ruas".[26] Essa era a história secreta da terapia de choque na Bolívia: centenas de milhares de empregos de tempo integral com direito a aposentadoria foram eliminados e substituídos por outros mais precários, sem nenhuma proteção. Entre 1983 e 1988, o número de bolivianos que podiam usufruir de seguridade social caiu 61%.[27]

Sachs, que voltou à Bolívia como consultor em meio à transição, se opôs ao aumento dos salários para equipará-los aos preços dos alimentos e combustíveis, e preferiu a criação de um fundo de emergência para aliviar o golpe mais forte — um pequeno curativo naquilo que já havia se tornado uma ferida aberta. Sachs retornou à Bolívia a pedido de Paz Estenssoro e trabalhou diretamente com o presidente. É lembrado como uma figura inflexível. De acordo com Goni (que depois se tornaria presidente do país), Sachs ajudou a fortalecer o ânimo dos tomadores de decisão, no momento em que aumentaram as pressões populares contra os custos humanos da terapia de choque. "Em suas visitas [Sachs] dizia: 'Olhem, essa coisa gradual não funciona. Quando realmente sai de controle, você tem que parar, como um remédio. É preciso tomar algumas decisões radicais, do contrário seu paciente morre'."[28]

Um dos resultados mais imediatos dessa resolução foi que muitos pobres bolivianos, sentindo-se desesperados, foram empurrados para a plantação de coca, que lhes pagava dez vezes mais do que qualquer outro cultivo (isso não deixa de ser uma ironia, pois a crise econômica original tinha sido causada, justamente, pelo cerco aos plantadores de coca financiado pelos Estados Unidos).[29] Em 1989, estimava-se que um em cada dez trabalhadores estava exercendo funções em alguma etapa das indústrias da coca e da cocaína.[30] Entre esses trabalhadores estava a família de Evo Morales, futuro presidente da Bolívia e líder pioneiro do combativo sindicato dos cocaleiros.

A indústria da coca desempenhou um papel relevante na recuperação da economia boliviana e no controle inflacionário (um fato que agora é reconhecido pelos historiadores, mas nunca foi mencionado por Sachs nas suas explicações

sobre as reformas que implementou para debelar a inflação).[31] Apenas dois anos depois da "bomba atômica", a exportação de drogas ilegais estava gerando para os bolivianos um volume de renda maior do que todas as suas exportações legais combinadas, e aproximadamente 350 mil pessoas ganhavam a vida em uma das várias etapas do comércio de drogas. Como disse um banqueiro estrangeiro: "Agora, a economia da Bolívia está viciada em cocaína."[32]

Fora da Bolívia, poucos mencionavam essas repercussões complexas da terapia de choque. Preferiam contar uma história bem mais simples: um professor de Harvard audacioso, ainda muito jovem, tinha conseguido, praticamente sozinho, "salvar a economia boliviana da destruição inflacionária", de acordo com a *Boston Magazine*.[33] A vitória sobre a inflação, que Sachs tinha ajudado a arquitetar, era suficiente para qualificar a Bolívia como uma admirável história de livre mercado bem-sucedida, "a mais impressionante dos tempos atuais", como descreveu a *Economist*.[34] O "milagre boliviano" elevou Sachs à categoria de estrela nos poderosos círculos financeiros e deslanchou sua carreira como principal especialista em economias em situação de crise, levando-o, nos anos seguintes, a países como Argentina, Peru, Brasil, Equador e Venezuela.

Os elogios dedicados a Sachs não se deviam apenas ao controle da inflação num país pobre, mas ao fato de que tinha realizado aquilo que muitos julgavam impossível: encetou uma transformação neoliberal radical nos confins de uma democracia e sem guerra, uma mudança muito mais profunda do que Thatcher ou Reagan conseguiram implementar. Sachs tinha plena consciência do significado histórico de seu feito. Mais tarde, reconheceu que "a Bolívia foi realmente, em minha opinião, a primeira combinação de reforma democrática com mudança econômica institucional. E muito mais do que o Chile, a Bolívia mostrou que era possível associar liberalização política e democrática com liberalização econômica. Essa foi uma lição extremamente importante, colocar ambas funcionando em paralelo e uma reforçando a outra".[35]

A comparação com o Chile não era acidental. Graças a Sachs — que foi chamado de "evangelista do capitalismo democrático" pelo *New York Times* —, a terapia de choque tinha finalmente conseguido se livrar do mau cheiro das ditaduras e dos campos de concentração, que havia grudado nela desde o dia em que Friedman fizera sua profética viagem a Santiago, dez anos antes.[36] Sachs provou, ao contrário do que diziam seus críticos, que a cruzada pelo livre mercado iria não só sobreviver, mas conduzir uma nova onda de democracia que varreria o mundo. E Sachs, que fazia elogios a Keynes e a seu inabalável

compromisso idealista de melhorar os países em desenvolvimento, era o homem perfeito para liderar essa cruzada numa era mais tranquila e pacífica.

A esquerda boliviana começou a chamar o decreto de Paz de *pinochetismo econômico*.[37] No que dizia respeito à comunidade empresarial, dentro e fora do país, essa era a verdadeira questão: a Bolívia tinha implementado uma terapia de choque à moda de Pinochet, sem Pinochet — e, ainda por cima, na administração de um governo de centro-esquerda. Como disse um banqueiro boliviano, cheio de admiração: "As mesmas coisas que Pinochet fez com uma baioneta, Paz realizou dentro de um sistema democrático."[38]

A história do milagre boliviano foi contada e recontada, em artigos de revistas e jornais, em minibiografias de Sachs, no best-seller que o próprio Sachs escreveu, e em alguns documentários, tal como a série em três partes da PBS denominada *Commanding Heights: The Battle for the World Economy*. Mas há uma grande questão: essa história não é verdadeira. A Bolívia demonstrou que a terapia de choque podia ser implementada num país que acabou de realizar eleições, mas não provou que ela podia ser imposta democraticamente ou sem repressão — de fato, ficou evidente, mais uma vez, que se tratava justamente do contrário.

Em primeiro lugar, havia a questão óbvia de que o presidente Paz não tinha recebido o mandato dos bolivianos para refazer completamente a arquitetura econômica do país. Ele havia concorrido com uma plataforma nacionalista, que foi bruscamente abandonada num acordo de bastidores. Alguns anos mais tarde, o influente economista de livre mercado John Williamson cunhou o seguinte termo para o que Paz realizou: "política de vodu"; a maioria das pessoas a conhece apenas por mentirosa.[39] Este não foi, de modo algum, o único senão da narrativa democrática.

Previsivelmente, muitos dos votantes que elegeram Paz estavam furiosos com a sua traição e, assim que o decreto foi sancionado, milhares saíram às ruas para tentar bloquear o plano que representava dispensa de trabalhadores e aumento da fome. A principal oposição se organizou a partir da maior federação trabalhista do país, que conclamou uma greve geral para congelar a indústria. A resposta de Paz fez o tratamento dado por Thatcher aos mineiros parecer suave. Imediatamente, ele decretou "estado de sítio" e mandou os tanques para as ruas da capital, que foi colocada sob toque de recolher. Agora, para viajar dentro de seu próprio país, os bolivianos precisavam de um passe especial. Batidas policiais se tornaram comuns em sedes de sindicatos, universidades e estações de rádio, assim como em diversas fábricas. Assembleias políticas e passeatas ficaram proibidas, e era necessária a permissão do governo para a realização de

reuniões.[40] A oposição política foi efetivamente banida — da mesma forma que havia sido durante a ditadura de Banzer.

Para limpar as ruas, a polícia prendeu 1.500 manifestantes, dispersou multidões com gás lacrimogêneo e atirou em grevistas que foram acusados de atacar os policiais.[41] Paz também tomou outras medidas posteriores, a fim de assegurar que os protestos se calassem para sempre. Como os líderes da federação de trabalhadores estavam em greve de fome, Paz instruiu a polícia e as forças armadas para que prendessem as duzentas lideranças sindicais mais importantes do país, embarcando-as num avião e transportando-as para as prisões mais remotas da Amazônia.[42] De acordo com a Reuters, os detentos incluíam "os chefes da Federação Boliviana do Trabalho e outros membros do primeiro escalão dos sindicatos", e foram levados "para pequenas vilas isoladas na bacia do Amazonas, no norte da Bolívia, onde seus movimentos [ficaram] restritos".[43] Foi um sequestro em massa, acompanhado da exigência de resgate: os prisioneiros só seriam libertados se os sindicatos cessassem os protestos, o que eles acabaram concordando em fazer. Filemon Escobar, que era mineiro e ativista sindical naquela época, contou-me, em recente entrevista por telefone, da Bolívia, que "eles arrancaram os líderes trabalhistas das ruas e os prenderam na floresta para serem comidos vivos pelos insetos. Quando foram libertados, o novo plano econômico estava implantado". Segundo Escobar, "o governo não mandava as pessoas para a floresta a fim de que fossem torturadas ou mortas, mas para que pudesse avançar com seu plano econômico".

Esse estado de sítio extraordinário esteve em vigor durante três meses. Uma vez que o plano foi implementado ao longo de cem dias, o país ficou sob censura durante o período decisivo da terapia de choque. Um ano depois, quando o governo de Paz ampliou a demissão em massa nas minas de estanho, uma nova série de acontecimentos dramáticos teve lugar: o estado de sítio foi decretado e dois aviões da Força Aérea Boliviana partiram para campos prisionais da planície tropical da Bolívia, carregados de dezenas de líderes trabalhistas do país. Dessa vez, entre as lideranças sequestradas estavam dois antigos ministros das Minas e um ex-senador — lembrando a "prisão VIP" de Pinochet, no sul do Chile, para a qual Orlando Letelier tinha sido mandado. Esses prisioneiros ficaram encarcerados por duas semanas e meia, até que, mais uma vez, os sindicatos concordaram em cessar seus protestos e greves de fome.[44]

Era uma imitação de junta militar. Para que o regime impusesse sua terapia de choque econômico, algumas pessoas precisavam desaparecer — ainda que fosse apenas temporariamente. Embora menos brutais, esses desaparecimentos serviram ao mesmo propósito dos que aconteceram na década de 1970. Aprisionar os sindicalistas bolivianos, a fim de que não pudessem resistir às

reformas, livrou o caminho para a supressão econômica de setores inteiros de trabalhadores; seus empregos foram logo perdidos, e eles acabaram despejados nas favelas e casebres da periferia de La Paz.

Sachs tinha ido à Bolívia para repetir a advertência de Keynes de que o colapso econômico poderia levar ao fascismo, mas acabou prescrevendo medidas tão dolorosas, que foram necessárias ações quase fascistas para implementá-las.

A repressão praticada pelo governo de Paz recebeu cobertura da imprensa internacional na época, mas apenas como noticiário de dois ou três dias sobre mais um dos distúrbios generalizados na América Latina. Quando chegou a hora de contar a história do triunfo das "reformas de livre mercado" na Bolívia, entretanto, esses eventos violentos não entraram na narrativa (da mesma maneira que a simbiose entre a violência de Pinochet e o "milagre econômico" do Chile sempre foi omitida). Jeffrey Sachs, é claro, não foi o responsável pela decretação do estado de sítio ou pelos conflitos nas ruas, mas dedicou um dos capítulos de seu livro intitulado *O fim da pobreza* à vitória da Bolívia contra a inflação. Embora tenha se mostrado feliz por receber parte dos créditos, não fez nenhuma menção à repressão que foi necessária para levar o plano adiante. O mais próximo disso foi sua referência oblíqua aos "momentos tensos nos primeiros meses do programa de estabilização".(45)

Em outros relatos, até mesmo esse reconhecimento foi eliminado. Goni chegou ao extremo de alegar que "a estabilização foi atingida numa democracia, sem restringir as liberdades humanas da população, deixando-a se expressar à vontade".(46) Uma declaração menos idealizada foi dada por um dos ministros do governo de Paz, que os acusou de terem "se comportado como porcos autoritários".(47)

Essa dissonância pode ser o legado mais duradouro da experiência com a terapia de choque na Bolívia. O país demonstrou que uma terapia de choque abrangente ainda precisava ser acompanhada de ataques violentos contra grupos sociais inconvenientes e instituições democráticas. E também evidenciou que a cruzada corporatista era capaz de avançar por meio desses métodos autoritários audaciosos, e mesmo assim ser aplaudida como democrática, porque havia acontecido uma eleição; o fato de que as liberdades civis tinham sido completamente suprimidas e de que os desejos verdadeiramente democráticos foram inteiramente ignorados foi simplesmente desconsiderado. (Essa experiência constituiu uma lição que se provaria particularmente útil para a Rússia de Boris Yeltsin, entre outros líderes, nos anos que estavam por vir.) Desse modo, a Bolívia forjou o modelo de um novo tipo de autoritarismo, mais palatável, um tipo de *coup d'état* civil, conduzido por políticos e economistas

vestidos de terno, não por soldados em uniformes militares — todos disfarçados por uma capa oficial de regime democrático.

NOTAS DO CAPÍTULO 7

(1) “U.S. Operations Mission to Bolivia”, *Problems in the Economic Development of Bolivia, La Paz: United States Operation Mission to Bolivia,* 1956, 212.

(2) Susan Sontag, *Illness as Metaphor* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1977), 84. [No Brasil, *Doença como metáfora / Aids e suas metáforas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.]

(3) “Bolivia Drug Crackdown Brews Trouble”, *New York Times*, 12 de setembro de 1984; Joel Brinkley, “Drug Crops Are Up in Export Nations, State Dept. Says”, *New York Times,* 15 de fevereiro de 1985.

(4) Jeffrey D. Sachs, *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time* (Nova York: Penguin, 2005), 90-93. [No Brasil, *O fim da pobreza.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.]

(5) John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace* (1919, reimp. Londres: Labour Research Department, 1920), 220-221.

(6) Entrevista com o autor, em outubro de 2006, na cidade de Nova York.

(7) Robert E. Norton, “The American Out to Save Poland”, *Fortune*, 29 de janeiro de 1990.

(8) Entrevista realizada com Jeffrey Sachs em 15 de junho de 2000, no programa *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(9) “A Draconian Cure for Chile’s Economic Ills?”, *Business Week*, 12 de janeiro de 1976.

(10) Sachs, *The End of Poverty,* 93.

(11) Sachs, *Commanding Heights.*

(12) Catherine M. Conaghan e James M. Malloy, *Unsettling Statecraft: Democracy and Neoliberalism in the Central Andes* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994), 127.

(13) Sachs, *The End of Poverty,* 95.

(14) Susan Velasco Portillo, “Víctor Paz: Decreto es coyuntural, pero puede durar 10 o 20 años”, *La Prensa* (La Paz), 28 de agosto de 2005.

(15) *Ibid.*

(16) Conaghan e Malloy, *Unsettling Statecraft,* 129.

(17) Alberto Zuazo, “Bolivian Labor Unions Dealt Setback”, United Press International, 9 de outubro de 1985; Juan de Onis, “Economic Anarchy Ends”, *Los Angeles Times,* 6 de novembro de 1985.

(18) Os comentários dos funcionários são baseados nos relatos dos membros da equipe econômica de emergência. Velasco Portillo, “Victor Paz: Decreto es coyuntural, pero puede durar 10 o 20 años”.

(19) *Ibid.*

(20) Harlan K. Ullman e James P. Wade, *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance* (Washington, DC: NDU Press, 1996), xxv.

(21) Conaghan e Malloy, *Unsettling Statecraft,* 186.

(22) Peter McFarren, “48-hour Strike Hurts Country”, Associated Press, 5 de setembro de 1985; Mike Reid, “Sitting Out the Bolivian Miracle”, *Guardian* (Londres), 9 de maio de 1987.

(23) Robert J. Alexander, *A History of Organized Labor in Bolivia* (Westport, CT: Praeger, 2005), 169.

(24) Sam Zuckerman, “Bolivian Bankers See Some Hope After Years of Economic Chaos”, *American Banker*, 13 de março de 1987; Waltraud Queiser Morales, *Bolivia: Land of Struggle* (São Francisco: Westview Press, 1992), 159.

(25) Estatísticas produzidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Morales, *Bolivia,* 159.

(26) Erick Foronda, “Bolivia: Paz Has Trouble Selling Economic Miracle’”, *Latinamerica Press* 21, nº 5 (16 de fevereiro de 1989): 7, citado em Morales, *Bolivia,* 160.

(27) Alexander, *A History of Organized Labor in Bolivia,* 169.

(28) Entrevista com Gonzalo Sánchez de Lozada, realizada em 20 de março de 2001, para a série *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(29) Peter McFarren, “Farmers’ Siege of Police Points Up Bolivia’s Drug-Dealing Problems”, Associated Press, 12 de janeiro de 1986.

(30) Peter McFarren, “Bolivia — Bleak but Now Hopeful”, Associated Press, 23 de março de 1989.

(31) Conaghan e Malloy escreveram que “não resta dúvida de que o comércio de drogas (do mesmo jeito que a ajuda internacional que Paz recebeu) ajudou a aliviar os custos da estabilização. A entrada dos ‘dólares da coca’ no sistema bancário, além de gerar renda, também ajudou a estabilizar a moeda durante a segunda metade da década”. Conaghan e Malloy, *Unsettling Statecraft,* 198.

(32) Tyler Bridges, “Bolivia Turns to Free Enterprise Among Hard Times”, *Dallas Morning News*, 29 de junho de 1987; Conaghan e Malloy, *Unsettling Statecraft,* 198.

(33) John Sedgwick, “The World of Doctor Debt”, *Boston Magazine*, maio de 1991.

(34) “Taming the Beast”, *The Economist*, 15 de novembro de 1986.

(35) Sachs, *Commanding Heights.*

(36) Peter Passell, “Dr. Jeffrey Sachs, Shock Therapist”, *New York Times*, 27 de junho de 1993.

(37) “New Austerity Package Revealed”, *Latin American Regional Reports: Andean Group*, 13 de dezembro de 1985.

(38) O banqueiro foi citado anonimamente. Zuckerman, “Bolivian Bankers See Some Hope after Years of Chaos”.

(39) *The Political Economy of Policy Reform*, ed. John Williamson (Washington, DC: Institute for International Economics, 1994), 479.

(40) Associated Press, “Bolivia Now Under State of Siege”, *New York Times*, 20 de setembro de 1985.

(41) “Bolivia to Lift State of Siege”, United Press International, 17 de dezembro de 1985; “Bolivia Now Under State of Siege”.

(42) Conaghan e Malloy, *Unsettling Statecraft,* 149.

(43) Reuters, “Bolivia Strike Crumbling”, *Globe and Mail* (Toronto), 21 de setembro de 1985.

(44) Peter McFarren, “Detainees Sent to Internment Camps”, Associated Press, 29 de agosto de 1986; “Bolivia: Government Frees Detainees, Puts Off Plans for Mines”, Inter Press Service, 16 de setembro de 1986.

(45) Sachs, *The End of Poverty,* 96.

(46) Sánchez de Lozada, *Commanding Heights.*

(47) Conaghan e Malloy, *Unsettling Statecraft,* 149.

CAPÍTULO 8

A CRISE FUNCIONA

O EMPACOTAMENTO DA TERAPIA DE CHOQUE

> **Afinal, qual o sentido de arruinar minha cabeça e apagar minha memória, que é meu capital, e me deixar fora de atividade? Foi uma cura brilhante, mas perdeu-se o paciente.**
> — Ernest Hemingway, sobre sua experiência com a terapia de eletrochoque, pouco tempo antes de cometer suicídio, em 1961[(1)]

PARA JEFFREY SACHS, A LIÇÃO TIRADA de sua primeira aventura internacional foi que a hiperinflação podia ser realmente interrompida em sua trajetória com o uso de medidas duras e drásticas. Ele tinha ido à Bolívia para liquidar a inflação e conseguiu vencê-la. Caso encerrado.

John Williamson, um dos economistas de direita mais influentes em Washington e conselheiro do FMI e do Banco Mundial, observou atentamente o experimento de Sachs e viu algo de relevância ainda maior na Bolívia. Descreveu a terapia de choque como o momento de *big bang* — um ponto de virada na campanha para expandir a doutrina da Escola de Chicago no mundo todo.[(2)] A razão não estava ligada à economia, mas sim às táticas ali empregadas.

Pode não ter sido sua intenção, mas, de forma quase espetacular, Sachs provou que a teoria de Friedman sobre as crises estava absolutamente certa. A solução da hiperinflação boliviana era apenas a desculpa necessária para implementar um programa que seria politicamente impossível em circunstâncias normais. A Bolívia era um país de movimento trabalhista forte e combativo, de poderosa tradição de esquerda, e local da última passagem de Che Guevara. Mesmo assim, foi obrigada a aceitar uma terapia de choque draconiana em nome da estabilização de sua moeda, que saíra de controle.

Em meados dos anos 1980, diversos economistas observaram que uma verdadeira crise hiperinflacionária provoca os mesmos efeitos da guerra efetiva — espalha medo e confusão, gera grupos de refugiados e causa grandes perdas de vidas.[(3)] Estava bastante claro que a hiperinflação tinha desempenhado, na

Bolívia, o mesmo papel que a "guerra" para Pinochet, no Chile, e a guerra das Falkland, para Margaret Thatcher — ela tinha criado o contexto para a implantação das medidas de emergência, um estado de exceção durante o qual as regras da democracia ficaram suspensas e o controle econômico pôde ser entregue temporariamente ao time de especialistas liderado por Goni. Para os ideólogos linha-dura da Escola de Chicago, como Williamson, isso queria dizer que a hiperinflação não era um problema a ser resolvido, como Sachs acreditava, mas uma oportunidade de ouro a ser agarrada.

Não havia escassez desse tipo de oportunidade nos anos 1980. Na realidade, grande parte do mundo em desenvolvimento, e especialmente a América Latina, estava passando por um ciclo de espiral hiperinflacionária. A crise era resultante de dois fatores principais, ambos enraizados nas instituições financeiras de Washington. O primeiro foi a insistência em transferir para as novas democracias as dívidas ilegítimas acumuladas pelas ditaduras. O segundo foi a decisão de elevar a taxa de juros — tomada pelo Banco Central dos Estados Unidos sob inspiração de Friedman —, que aumentou de modo extraordinário, da noite para o dia, o montante daquelas dívidas.

Transferindo dívidas odiosas

A Argentina era um caso típico de manual. Em 1983, quando a junta caiu após a guerra das Malvinas, os argentinos elegeram Raúl Alfonsín seu novo presidente. O país recém-libertado estava prestes a explodir, graças a uma bomba chamada dívida. Como um dos aspectos daquilo que a junta denominou "transição digna" para a democracia, Washington insistiu para que o novo governo concordasse em pagar a dívida contraída pelos generais. Durante os governos militares, a dívida externa do país subiu de 7,9 bilhões de dólares, no ano imediatamente anterior ao golpe, para 45 bilhões de dólares, no momento da mudança de regime — essa quantia deveria ser paga ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial, ao Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Ex-Im Bank) e a outros bancos privados sediados nos Estados Unidos. Acontecia a mesma coisa por toda a região. No Uruguai, a junta recebeu uma dívida de meio bilhão de dólares quando chegou ao poder e a expandiu para cinco bilhões de dólares, uma soma surpreendente para um país de apenas três milhões de habitantes. No Brasil, o caso mais dramático, os generais tomaram o poder em 1964 prometendo manter as finanças em ordem, mas acabaram elevando sua dívida do patamar de 3 bilhões de dólares para 103 bilhões de dólares, em 1985. (4)

Na época da transição para a democracia, argumentos muito poderosos, tanto do ponto de vista moral quanto legal, ponderavam que essas dívidas eram “odiosas” e que os povos recém-libertados não deveriam ser obrigados a pagar as contas de seus opressores e torturadores. O caso foi especialmente grave no Cone Sul, porque ali boa parte dos créditos externos tinha servido para fortalecer a polícia e as forças armadas durante os anos da ditadura — para comprar armas e canhões de água e montar as câmaras de tortura. No Chile, por exemplo, os empréstimos financiaram a ampliação dos gastos militares, aumentando o Exército de 47 mil soldados, em 1973, para 85 mil, em 1980. Na Argentina, o Banco Mundial estimou que aproximadamente dez bilhões de dólares tomados de empréstimo pelos generais tenham sido destinados a compras militares.(5)

A maior parte daquilo que não foi gasto com armas simplesmente desapareceu. Uma cultura de corrupção permeou as administrações dos militares — um lampejo do futuro de depravação que viria quando as mesmas políticas econômicas liberalizantes fossem expandidas para a Rússia, a China e a “zona livre fraudulenta” do Iraque ocupado (para tomar emprestada a frase de um conselheiro descontente dos Estados Unidos).(6) Segundo um relatório de 2005 do Senado norte-americano, Pinochet manteve uma rede bizantina de pelo menos 125 contas secretas em bancos estrangeiros, em nome de diversos membros de sua família e de combinações variadas de seu próprio nome. As contas, das quais a mais notória estava no Riggs Bank, em Washington, alcançaram a cifra estimada de 27 milhões de dólares.(7)

Na Argentina, a junta foi acusada de ser ainda mais gananciosa. Em 1984, José Martínez de Hoz, arquiteto do programa econômico, foi preso sob acusação de fraude com subsídios governamentais dados a uma das empresas que dirigia (o caso foi negado depois).(8) O Banco Mundial, por sua vez, tentou achar o destino de 35 bilhões de dólares em empréstimos estrangeiros tomados pela junta e descobriu que 19 bilhões de dólares — 46% do total — tinham sido enviados para fora do país. Policiais suíços confirmaram que uma grande quantia desse montante tinha acabado em contas não identificadas.(9) O Banco Central dos Estados Unidos observou que, somente no ano de 1980, a dívida da Argentina subiu nove bilhões de dólares; naquele mesmo ano, a quantidade de dinheiro depositado por cidadãos argentinos no exterior aumentou em 6,7 bilhões de dólares.(10) Larry Sjaastad, o famoso professor da Universidade de Chicago que treinou pessoalmente diversos Garotos de Chicago argentinos, descreveu esse sumiço de bilhões de dólares (roubados debaixo do nariz de seus pupilos) como “a maior fraude do século XX”.[32] (11)

Os vigaristas da junta envolveram suas próprias vítimas nesses crimes. No centro de tortura da ESMA, em Buenos Aires, prisioneiros com qualificações em

língua estrangeira ou educação universitária eram regularmente tirados de suas celas a fim de realizar tarefas de escritório para seus captores. Uma das sobreviventes, chamada Graciela Daleo, foi instruída a datilografar um documento para notificar os funcionários de um paraíso fiscal sobre o dinheiro que estavam desviando para lá.[12]

O restante da dívida nacional foi gasto principalmente no pagamento de juros e também em ajudas financeiras duvidosas para empresas privadas. Em 1982, um pouco antes do colapso da ditadura argentina, a junta fez um último favor para o setor corporatista. Domingo Cavallo, presidente do Banco Central da Argentina, anunciou que o Estado iria absorver as dívidas das grandes companhias multinacionais e domésticas que, como as piranhas do Chile, haviam contraído débitos que podiam levá-las à falência. O arranjo significou que as empresas continuariam a deter seus ativos e lucros, mas o povo teria de pagar entre 15 e 20 bilhões de dólares de suas dívidas; entre as firmas que receberam esse tratamento generoso estavam a Ford Motor Argentina, o Chase Manhattan, o Citibank, a IBM e a Mercedes-Benz.[13]

Aqueles que preferiam deixar de pagar as dívidas acumuladas ilegítimas argumentaram que os emprestadores sabiam, ou deveriam saber, que o dinheiro estava sendo gasto em repressão e em corrupção. Essa postura se viu reforçada recentemente, graças a um documento que foi tornado público pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, sobre um encontro realizado em 7 de outubro de 1976 entre Henry Kissinger, então secretário de Estado, e o marechal César Augusto Guzzetti. Depois de discutir a gritaria internacional pelos direitos humanos após o golpe, Kissinger afirmou: “Olhe, nossa posição é de desejar que vocês sejam bem-sucedidos. Eu tenho uma visão meio fora de moda de que os amigos devem ser sempre apoiados. (...) Quanto mais rápido vocês se afirmarem, melhor.” Em seguida, Kissinger passou para o tema dos empréstimos, encorajando Guzzetti a pleitear o maior volume possível de assistência estrangeira, no tempo mais curto, antes que a “questão dos direitos humanos” na Argentina pudesse atar as mãos do governo dos Estados Unidos. “Existem dois pedidos de empréstimo no banco”, Kissinger avisou, se referindo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. “Nós não temos nenhuma intenção de votar contra eles.” O secretário também instruiu o ministro a “prosseguir com suas solicitações junto ao Banco de Exportação e Importação. Nós queremos que seu programa econômico tenha êxito e faremos o que for possível para ajudá-los”.[14]

A transcrição prova que o governo dos Estados Unidos aprovou empréstimos para a junta militar, tendo pleno conhecimento de que estavam sendo utilizados

em meio a uma campanha de terror. No começo dos anos 1980, Washington insistiu para que o novo governo democrático pagasse essas dívidas odiosas.

O choque da dívida

Essas dívidas em si já teriam sido um enorme fardo para as novas democracias, mas foram acrescidas de um peso ainda maior. Um novo tipo de choque ocupava os noticiários: o Choque de Volcker. Os economistas usaram este termo para descrever o impacto da decisão tomada pelo presidente do Banco Central norte-americano, Paul Volcker, ao aumentar dramaticamente a taxa de juros dos Estados Unidos, fazendo-a atingir o patamar de 21%, chegando ao pico em 1981 e permanecendo nessa faixa até meados da década de 1980.[15] A elevação da taxa de juros levou a uma onda de falências nos Estados Unidos e, em 1983, triplicou o número de pessoas que deixaram de pagar suas hipotecas.[16]

A dor mais profunda, no entanto, foi sentida fora dos Estados Unidos. Nos países em desenvolvimento que suportavam uma carga pesada de dívidas, o Choque de Volcker — também conhecido como "choque da dívida" ou "crise da dívida" — foi como uma metralhadora gigantesca que atirava de Washington, provocando convulsões no mundo em desenvolvimento. A elevação da taxa de juros implicava pagamentos de juros ainda mais altos sobre a dívida externa e, com frequência, desembolsos maiores só podiam ser feitos por intermédio de novos empréstimos. Nascia, assim, a espiral do endividamento. Na Argentina, a dívida já astronômica de 45 bilhões de dólares, transferida pela junta, cresceu rapidamente e atingiu 65 bilhões de dólares em 1989, uma situação que se reproduziu em diversos países pobres no mundo todo.[17] Foi depois do Choque de Volcker que a dívida brasileira explodiu, dobrando de cinquenta para cem bilhões de dólares em seis anos. Muitos países africanos, que haviam se endividado pesadamente nos anos 1970, se encontravam agora em posição semelhante: a dívida da Nigéria subiu de 9 para 29 bilhões de dólares, num período de tempo igualmente curto.[18]

Esses não eram os únicos choques econômicos que atordoavam os países em desenvolvimento na década de 1980. Um "choque de preços" ocorre toda vez que o preço de uma mercadoria de exportação, como café ou estanho, cai cerca de 10% ou mais. De acordo com o FMI, os países em desenvolvimento passaram por 25 choques desse tipo, entre 1981 e 1983; entre 1984 e 1987, no auge da crise da dívida, eles enfrentaram mais 140 choques de preços, que os lançaram ainda mais profundamente no quadro de endividamento.[19] Um deles atingiu a Bolívia em 1986, um ano depois de ela ter engolido o remédio mais amargo

prescrito por Sachs e se submetido a uma reforma capitalista. O preço do estanho, principal produto de exportação boliviano depois da coca, caiu 55% e devastou a economia do país sem que se pudesse fazer nada. (Esse tipo de dependência da exportação de matérias-primas era justamente o que a economia desenvolvimentista tentara transcender nos anos 1950 e 1960 — uma ideia descartada como se fosse "vaga" pelo pensamento econômico oficial do Norte.)

Foi aí que a teoria da crise de Friedman encontrou em si mesma o seu fortalecimento. Quanto mais a economia global seguia suas prescrições, com taxas de juros flutuantes, preços desregulados e economias orientadas para a exportação, mais o sistema se tornava propenso às crises, produzindo cada vez mais aquele tipo de desintegração que Friedman identificou como a única circunstância que permitia aos governos aplicar seus ensinamentos mais radicais.

Desse modo, as crises fazem parte do modelo da Escola de Chicago. Quando somas ilimitadas de dinheiro ganham liberdade para viajar através do planeta com grande velocidade, e os especuladores ficam soltos para jogar com o valor de qualquer coisa, de coco a moedas, o resultado é uma enorme volatilidade. E, na medida em que as políticas de livre-comércio encorajam os países pobres a permanecer confiando em suas exportações de produtos primários, como café, cobre, petróleo ou trigo, eles se tornam particularmente vulneráveis, a ponto de cair na armadilha do círculo vicioso de crise contínua. Uma queda brusca no preço do café joga economias inteiras na depressão, a qual se aprofunda com a ação dos negociantes de moedas, que, percebendo o declínio financeiro de um país, apostam contra a moeda local, fazendo o seu valor cair rapidamente. Quando a isso se soma a elevação da taxa de juros, e as dívidas nacionais chegam às alturas da noite para o dia, tem-se a receita de uma potencial desagregação econômica.

Os seguidores da Escola de Chicago tendem a retratar o período posterior aos meados da década de 1980 como uma marcha vitoriosa e triunfante de sua ideologia: ao mesmo tempo em que os países estavam aderindo à onda democrática, confirmavam a epifania coletiva de que povos livres e mercados livres desregulados caminham lado a lado. Aquela epifania era mais uma vez ficcional. Na realidade, assim que os cidadãos conquistaram a liberdade há tanto tempo almejada, escapando das câmaras de tortura, como nas Filipinas de Ferdinand Marcos e no Uruguai de Juan María Bordaberry, acabaram sendo atingidos por uma verdadeira tempestade de choques financeiros — choques da dívida, choques de preços, choques monetários —, criados pela economia global cada vez mais volátil e desregulada.

A experiência da Argentina, onde a crise da dívida se combinou com outros choques, infelizmente, foi típica. Raúl Alfonsín tomou posse em 1983, no meio

do Choque de Volcker, que colocou os novos governos numa situação de crise desde o primeiro dia. Em 1985, a inflação estava tão alta que Alfonsín foi forçado a criar uma outra moeda, chamada austral, apostando que um novo começo lhe permitiria recuperar o controle. Em quatro anos, os preços tinham se elevado de tal forma que os distúrbios de rua começaram a se tornar frequentes, ao mesmo tempo em que os restaurantes do país passaram a usar o dinheiro como papel de parede, para mostrar a sua enorme desvalorização. Em junho de 1989, com a inflação mensal em 203%, e a cinco meses do final de seu mandato, Alfonsín desistiu: renunciou e antecipou as eleições.[20]

Havia outras opções disponíveis para políticos na mesma posição de Alfonsín. Ele podia ter se negado a pagar a dívida astronômica da Argentina. Podia ainda ter se juntado aos governos vizinhos, que enfrentavam a mesma crise, e formado um cartel de devedores. Esses governantes podiam ter criado um mercado comum baseado nos princípios do desenvolvimentismo, um processo que havia começado na época em que a região foi tomada pelos regimes militares sádicos. Contudo, parte do desafio daquele tempo estava justamente no legado do estado de terror enfrentado pelas novas democracias. Nos anos 1980 e 1990, muitos países do mundo em desenvolvimento se encontravam presos a uma espécie de terror remanescente, livres no papel, mas ainda muito cautelosos e prudentes. Tendo finalmente escapado da escuridão das ditaduras, poucos políticos eleitos gostariam de correr o risco de uma nova rodada de golpes de Estado patrocinados pelos Estados Unidos. Por isso, evitavam implementar as mesmas políticas que haviam provocado os golpes da década de 1970 — especialmente porque os oficiais militares que os comandaram estavam soltos, graças à imunidade negociada, e observavam atentamente de dentro dos seus quartéis.

Compreensivelmente, sem pretender entrar em guerra com as instituições de Washington que controlavam suas dívidas, as novas democracias em situação de crise tinham poucas escolhas além de seguir as regras de Washington. No começo dos anos 1980, essas regras se tornaram ainda mais estritas. Foi exatamente por isso que o choque da dívida coincidiu precisamente, e não acidentalmente, com uma nova era nas relações Norte-Sul, a qual tornou as ditaduras militares praticamente desnecessárias. Era o despertar da idade do “ajuste estrutural” — conhecido também como ditadura da dívida.

Em termos filosóficos, Milton Friedman não acreditava nem no FMI nem no Banco Mundial: eles eram exemplos clássicos de grande interferência governamental nos frágeis sinais do livre mercado. Assim, não deixa de ser uma

ironia o fato de que havia uma esteira virtual conduzindo os Garotos de Chicago até as sedes imponentes das duas instituições, na rua 19, em Washington, D.C., onde eles ocuparam os cargos mais altos.

Arnold Harberger, que dirigia o Programa para a América Latina da Universidade de Chicago, frequentemente se gabava do número de seus diplomados que ocupavam postos poderosos no Banco Mundial e no FMI. "Houve um momento em que quatro economistas-chefes regionais do Banco Mundial tinham sido meus alunos em Chicago. Um deles, Marcelo Selowsky, foi designado para o cargo de economista-chefe da nova área recém-formada pelo antigo império soviético, que é o posto mais importante desse tipo dentro do banco. E adivinhe o que mais? Ele foi substituído por outro ex-aluno, Sebastian Edwards. É muito bom vê-los subindo, e eu me sinto muito orgulhoso de ter participado de seu desenvolvimento como economistas."(21) Outra celebridade era Claudio Loser, um argentino que se formou na Universidade de Chicago em 1971 e virou diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, o mais importante na relação com a América Latina.[33] Os economistas oriundos de Chicago também exerciam outras funções de relevo dentro do FMI, incluindo a segunda posição mais poderosa dentro da hierarquia — a de primeiro diretor-executivo adjunto —, e também as de economista-chefe, diretor de pesquisa e economista sênior do Departamento da África.(22)

Friedman pode ter sido contrário às duas instituições, em termos filosóficos, mas, na prática, não havia organizações mais bem posicionadas para implementar sua teoria das crises. Quando os países mergulharam em graves desequilíbrios nos anos 1980, não havia a quem recorrer a não ser ao Banco Mundial e ao FMI. Ao chegarem lá, esses países deram de cara com o muro de ortodoxia dos Garotos de Chicago, que tinham sido treinados para encarar aquelas catástrofes econômicas não como problemas a serem resolvidos, mas como oportunidades preciosas a serem aproveitadas para expandir as fronteiras do livre mercado. Agora, o oportunismo das crises estava embasando a lógica das instituições financeiras mais poderosas do mundo. Isso representava uma traição fundamental de seus princípios fundadores.

Do mesmo modo que a ONU, o Banco Mundial e o FMI foram criados como uma resposta direta ao horror da Segunda Guerra Mundial. Com o objetivo de jamais repetir os erros que permitiram a ascensão do fascismo no coração da Europa, as potências mundiais se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, em 1944, para elaborar uma nova arquitetura econômica. O Banco Mundial e o FMI, financiados com a contribuição dos seus 44 países membros, receberam a atribuição específica de prevenir futuros choques e quebras, como aqueles que haviam desestabilizado a Alemanha de Weimar. O Banco Mundial iria fazer

investimentos de longo prazo nos países em desenvolvimento, a fim de tirá-los da pobreza, enquanto o FMI iria atuar como uma espécie de amortecedor global de impactos, promovendo políticas econômicas destinadas a reduzir a especulação financeira e a volatilidade dos mercados. Quando um determinado país mostrasse sinais de que estava entrando em crise, o FMI o socorreria com empréstimos e verbas para estabilização, evitando os desequilíbrios antes mesmo que eles acontecessem.[23] As duas instituições, localizadas uma em frente à outra, na mesma rua de Washington, iriam coordenar essas ações.

John Maynard Keynes, que comandou a delegação britânica, estava convencido de que o mundo havia finalmente reconhecido os perigos políticos existentes nos mercados autorregulados. Ao final da conferência, ele afirmou: "Poucos acreditaram que o dia de hoje fosse chegar." Caso as instituições permanecessem fiéis aos seus princípios fundadores, "a fraternidade dos homens se tornará mais do que uma simples frase".[24]

O Banco Mundial e o FMI não seguiram aquela visão universal; logo no início, deixaram de distribuir o poder de acordo com o princípio de "um país, um voto", como na Assembleia Geral da ONU. Ao contrário, basearam a força dos participantes no tamanho de suas economias, o que deu aos Estados Unidos um poder de veto efetivo sobre as decisões mais importantes, enquanto a Europa e o Japão controlaram o resto. Quando Reagan e Thatcher ascenderam ao poder, nos anos 1980, usaram suas administrações altamente ideológicas para atrelar as duas instituições aos seus próprios objetivos, aumentando rapidamente sua influência e transformando-as em veículos essenciais para o progresso da cruzada corporatista.

A colonização do FMI e do Banco Mundial pela Escola de Chicago não foi um processo assumido, mas acabou se tornando oficial em 1989, quando John Williamson apresentou aquilo que denominou de "Consenso de Washington". Segundo sua afirmação, tratava-se de uma lista de políticas consideradas vitais para a saúde econômica — "o núcleo comum de sabedoria aceito por todos os economistas sérios".[25] Essas políticas, apresentadas como técnicas e incontestáveis, incluíam ainda aquelas alegações ideológicas do tipo "todas as empresas estatais devem ser privatizadas" e "barreiras à entrada de empresas estrangeiras devem ser abolidas".[26] A lista se completava com o triunvirato neoliberal de Friedman, baseado na privatização, na desregulamentação/liberação do comércio e nos cortes drásticos dos gastos públicos. Williamson afirmou que essas políticas "respondiam às expectativas dos poderosos de Washington em relação à América Latina".[27] Joseph Stiglitz, antigo economista-chefe do Banco Mundial e um dos únicos contrários à nova

ortodoxia, escreveu que “Keynes estaria se revolvendo no túmulo se visse o que estava acontecendo com sua criatura”.[28]

Funcionários do Banco Mundial e do FMI sempre fizeram recomendações ao concederem empréstimos, mas, no começo dos anos 1980, incentivados pelo desespero dos países em desenvolvimento, essas recomendações ficaram centradas nas exigências radicais do livre mercado. Quando os países que estavam à beira do colapso iam ao FMI em busca de alívio para sua dívida e de empréstimos de emergência, o fundo respondia com amplos programas de terapia de choque equivalentes, em escopo, ao “O Tijolo” preparado pelos Garotos de Chicago para Pinochet e ao decreto de 220 leis redigido na sala de estar de Goni, na Bolívia.

O FMI publicou seu primeiro programa de “ajuste estrutural” em 1983. Nas duas décadas seguintes, qualquer país que se dirigiu ao fundo para um grande empréstimo foi informado de que precisava melhorar sua economia de cabo a rabo. Davison Budhoo, um economista sênior da instituição que redigiu programas de ajuste estrutural para a América Latina e a África, nos anos 1980, admitiu mais tarde que “tudo que fizemos a partir de 1983 foi baseado em nossa nova missão de levar a ‘privatização’ ao Sul ou morrer; ao final, e de modo vergonhoso, entre 1983 e 1988, tínhamos provocado confusão econômica na América Latina e na África”.[29]

Apesar dessa nova missão radical (e altamente lucrativa), o fundo e o banco sempre alegaram que fizeram tudo em nome da estabilização. A atribuição oficial do FMI continuava sendo a prevenção de crises — e não a engenharia social ou a transformação ideológica. Assim sendo, a estabilização precisava se tornar, oficialmente, um fundamento lógico. A realidade era que, em todos os países, a crise internacional da dívida estava sendo metodicamente aproveitada pela agenda da Escola de Chicago, com base numa aplicação severa da doutrina do choque de Friedman.

Economistas do Banco Mundial e do FMI admitiram essa realidade na época, embora numa linguagem econômica codificada e restrita a fóruns especializados e publicações destinadas a parceiros “tecnocratas”. Dani Rodrik, um renomado economista da Universidade de Columbia que trabalhou extensivamente para o Banco Mundial, descreveu o construto completo do “ajuste estrutural” como uma engenhosa estratégia de marketing. Conforme escreveu em 1994, “o Banco Mundial deve receber os créditos por ter inventado e comercializado com sucesso o conceito de ‘ajuste estrutural’, um conceito que *englobava ao mesmo tempo* reformas micro e macroeconômicas. *O ajuste estrutural foi vendido como o processo pelo qual os países necessitavam passar para livrar suas economias da crise.* Para os governos que compraram o pacote, a distinção entre políticas

macroeconômicas duras que mantenham o equilíbrio externo e os preços estáveis, por um lado, e políticas que determinam a abertura [como o livre-comércio], por outro, *ficou ofuscada*”.[30]

O princípio era simples: os países que estavam em crise precisavam desesperadamente de ajuda emergencial para estabilizar suas moedas. Quando a privatização e as políticas de livre-comércio são empacotadas junto com o socorro financeiro, os países têm pouca escolha além de aceitar o pacote completo. A parte verdadeiramente sagaz estava no fato de que os economistas sabiam que o livre-comércio não tinha nada a ver com o fim da crise, mas “ofuscaram” espertamente essa informação. Rodrik redigiu seu comentário como um cumprimento. Esse pacote não só levou os países pobres a aceitarem as políticas escolhidas para eles por Washington, como se tornou a única coisa que funcionava — e Rodrik tinha os números para provar sua alegação. Ele havia estudado todos os países que adotaram as políticas radicais de livre-comércio nos anos 1980 e descobriu que “nenhum caso relevante de reforma comercial realizada num país em desenvolvimento, na década de 1980, aconteceu fora de um contexto de séria crise econômica”.[31]

Era uma admissão desconcertante. Naquele momento, o banco e o fundo estavam insistindo publicamente para que os governos, no mundo todo, vissem a luz e percebessem que as políticas do Consenso de Washington eram a única receita para a estabilidade e, portanto, para a democracia. Contudo, havia aqui o reconhecimento, dentro das estruturas de poder de Washington, de que os países em desenvolvimento estavam se submetendo a isso por meio da combinação de falsas pretensões e clara extorsão: Quer salvar seu país? Venda-o. Rodrik chegou a reconhecer que a privatização e o livre-comércio — dois elementos centrais do pacote de ajuste estrutural — não tinham ligação direta com a criação da estabilidade. Dizer o contrário, na opinião de Rodrik, era praticar “má economia”.[32]

A Argentina — “aluna-modelo” do FMI naquele período — mais uma vez oferece uma visão transparente da mecânica dessa nova ordem. A crise da hiperinflação levou à renúncia do presidente Alfonsín, que foi substituído por Carlos Menem, o governador peronista de uma pequena província que vestia jaquetas de couro, tinha costeletas fartas e parecia capaz de enfrentar tanto os militares ainda ameaçadores quanto os credores. Depois de todos os atentados violentos feitos para acabar com o partido peronista e com o movimento sindical, a Argentina tinha agora um presidente com uma campanha favorável aos sindicatos e que prometera reviver as políticas econômicas nacionalistas de Juan Perón. Era um momento com muitos sentimentos iguais aos da posse de Paz na Bolívia.

Com o passar do tempo, observou-se que essa semelhança era ainda maior. Depois de um ano no cargo e sob intensa pressão do FMI, Menem embarcou numa rota desafiadora de "política de vodu". Eleito como símbolo do partido que havia resistido à ditadura, Menem indicou Domingo Cavallo para o cargo de ministro da Economia, trazendo de volta ao poder o funcionário do regime militar que tinha sido responsável pela fiança às dívidas do setor corporativo — o presente de despedida da ditadura.(33) Sua indicação era aquilo que os economistas chamam de "sinal" — um traço insuspeito, nesse caso, de que o novo governo iria assumir e continuar o experimento corporatista começado pela junta. O mercado de ações de Buenos Aires respondeu com o equivalente a uma verdadeira ovação: uma subida de 30% nos negócios, no dia em que o nome de Cavallo foi anunciado.(34)

Cavallo imediatamente apelou para reforços ideológicos, trazendo para o governo antigos alunos de Milton Friedman e Arnold Harberger. Praticamente todos os postos econômicos importantes da economia foram preenchidos pelos Garotos de Chicago: o presidente do Banco Central era Roque Fernández, que tinha trabalhado tanto no Banco Mundial quanto no FMI; o vice-presidente do Banco Central era Pedro Pou, que havia servido à ditadura; o conselheiro-chefe do Banco Central era Pablo Guidotti, que veio diretamente do cargo que ocupava no FMI, em que trabalhava sob o comando de Michael Mussa, professor aposentado da Universidade de Chicago.

Desse ponto de vista, a Argentina não era a única. Em 1999, no plano internacional, os alunos da Escola de Chicago incluíam mais de 25 ministros de Estado e mais de uma dúzia de presidentes de bancos centrais, de Israel à Costa Rica, o que representava um nível extraordinário de influência para um único departamento universitário.(35) Na Argentina, como em muitos outros países, os Garotos de Chicago formavam uma espécie de cordão ideológico em volta do governo eleito, um grupo que pressionava de dentro, ao passo que Washington pressionava de fora. Para exemplificar, todas as delegações enviadas a Buenos Aires pelo FMI eram comandadas por Claudio Loser, o Garoto de Chicago argentino, o que facilitava seus encontros com o ministro da Economia e o presidente do Banco Central. Essas reuniões não pareciam negociações adversárias, mas discussões colegiais entre amigos, antigos colegas de classe na Universidade de Chicago e agora colegas de trabalho na rua 19. Um livro publicado na Argentina, sobre os efeitos dessa fraternidade econômica global, recebeu o nome sugestivo de *Buenos Muchachos*, numa clara referência ao filme clássico de Martin Scorsese sobre a máfia, chamado *Bons companheiros* (*Goodfellas*, no original).(36)

Os membros dessa fraternidade concordavam entusiasticamente com o que devia ser feito na economia da Argentina — e com o modo de começar. O Plano Cavallo, como foi batizado, se baseou no truque de empacotamento esperto que o Banco Mundial e o FMI tinham aperfeiçoado: aproveitar o caos e o desespero da hiperinflação para aprovar a privatização como parte integrante da missão de salvamento. Assim, para estabilizar o sistema monetário, Cavallo rapidamente providenciou cortes substanciais nos gastos públicos e emitiu uma nova moeda — o peso argentino, atrelado ao dólar norte-americano. Em um ano, a inflação caiu para 17,5% e, poucos anos depois, estava praticamente eliminada.(37) Esse controle da moeda corrente apenas "ofuscou" a outra metade do programa.

A ditadura argentina, apesar de todo o seu emprenho em agradar os investidores estrangeiros, tinha deixado partes grandes e cobiçadas da economia nas mãos do Estado, desde a linha aérea nacional da Patagônia até as consideráveis reservas de petróleo. No que dizia respeito a Cavallo e seus Garotos de Chicago, a revolução estava apenas semiacabada, e eles estavam determinados a usar a crise econômica para terminar o trabalho.

No começo dos anos 1990, o Estado argentino vendeu as riquezas do país tão rápida e completamente que o projeto ultrapassou de modo significativo o que havia acontecido no Chile, uma década antes. Em 1994, 90% de todas as empresas estatais tinham sido vendidas para companhias privadas, incluindo Citibank, Bank Boston, France's Suez e Vivendi, e as espanholas Repsol e Telefônica. Antes de fazer as vendas, Menem e Cavallo generosamente prestaram um valioso serviço para os novos donos: demitiram cerca de setecentos mil de seus empregados, segundo as estimativas do próprio Cavallo; alguns ainda acreditam que esse número seja bem maior. Somente a empresa petrolífera perdeu 27 mil trabalhadores durante os anos de Menem no poder. Cavallo, que era grande admirador de Jeffrey Sachs, chamou esse processo de "terapia de choque". Menem cunhou uma frase ainda mais brutal para ele: num país ainda bastante traumatizado pela tortura em massa, ele o chamou de "uma grande cirurgia sem anestesia".[34] (38)

Em meio à transformação, a revista *Time* colocou Menem na capa, com a face sorridente brotando de dentro de um girassol, sob os dizeres "O Milagre de Menem".(39) E foi mesmo um milagre — Menem e Cavallo desencadearam um programa radical e doloroso de privatização sem provocar uma revolta nacional. Como conseguiram?

Alguns anos depois, Cavallo explicou: "O período de hiperinflação é terrível para a população, sobretudo para as pessoas de baixa renda e para os pequenos poupadores, que veem seus salários serem destruídos pelas elevações de preços em questão de poucos dias e mesmo de poucas horas, com enorme velocidade. É

por isso que as pessoas pedem aos governos que façam alguma coisa. Quando o governo oferece um bom plano de estabilização, cria-se a oportunidade para acompanhá-lo de outras reformas (...) as reformulações mais importantes estão relacionadas à abertura da economia e aos processos de desregulamentação e privatização. Porém, o único modo de implementar todas essas mudanças, na época, foi tirando vantagem da situação criada pela hiperinflação, uma vez que a população se encontrava pronta para aceitar as medidas drásticas que estavam sendo tomadas para eliminar o perigo e voltar à normalidade."[40]

No longo prazo, o programa de Cavallo foi inteiramente desastroso para a Argentina. Seu método de estabilização da moeda — atrelando o peso ao dólar norte-americano — tornou a produção de bens dentro do país muito cara para as fábricas locais, que não conseguiram competir com os produtos importados que inundavam o mercado. O número de empregos perdidos foi tão grande que quase metade da população foi jogada abaixo da linha de pobreza. No curto prazo, todavia, o plano funcionou de modo brilhante: Cavallo e Menem sorrateiramente realizaram a privatização, enquanto o país enfrentava o choque da hiperinflação. A crise tinha cumprido seu papel.

Na realidade, os líderes argentinos levaram a cabo uma técnica psicológica, e não econômica. Cavallo, que era um veterano do regime militar, compreendeu bem que, em momentos de crise, a população anseia por depositar nas mãos de alguém o poder de realizar uma cura mágica — seja essa crise um desastre financeiro ou, como o governo Bush mostrou tempos depois, um ataque terrorista.

Foi assim que a cruzada de Friedman conseguiu sobreviver à apreensiva transição para a democracia — não por convencer os eleitores das virtudes de sua visão de mundo, mas por migrar de crise em crise, explorando com esperteza o desespero dos estados de emergência econômica e impondo as políticas que ataram as mãos das novas e frágeis democracias. Quanto mais a tática se aperfeiçoasse, maiores seriam as oportunidades. O Choque de Volcker seria adotado na Crise do México em 1994, na Crise Asiática em 1997 e no Colapso da Rússia em 1998, rapidamente acompanhado da crise brasileira. Quando esses choques e crises começaram a perder força, sintomas mais catastróficos apareceram: tsunamis, furacões, guerras e ataques terroristas. O capitalismo do desastre estava sendo moldado.

NOTAS DO CAPÍTULO 8

(1) A.E. Hotchner, *Papa Hemingway* (1966, reimp. Nova York: Carroll & Graf, 1999), 280.

(2) Jim Shultz, “Deadly Consequences: The International Monetary Fund and Bolivia’s ‘Black February’”, (Cochabamba, Bolivia: The Democracy Center, abril de 2005), 14, www.democracyctr.org.

(3) Albert O. Hirschman, “Reflections on the Latin American Experience”, em *The Politics of Inflation and Economic Stagnation: Theoretical Approaches and International Case Studies*, ed. Leon N. Lindberg e Charles S. Maier (Washington, DC: Brookings Institution, 1985), 76.

(4) Banco Central de la República Argentina, *Memoria Anual 1985*, www.bcra.gov.ar; Lawrence Weschler, *A Miracle, a Universe: Settling Accounts with Torturers* (Nova York: Pantheon Books, 1990), 152; “Brazil Refinancing Foreign Debt Load”, *New York Times*, 2 de julho de 1964; Alan Riding, “Brazil’s Leader Urges Negotiations on Debt”, *New York Times*, 22 de setembro de 1985.

(5) Robert Harvey, “Chile’s Counter-Revolution”, *The Economist*, 2 de fevereiro de 1980; Banco Mundial, *Economic Memorandum: Argentina* (Washington, DC: Banco Mundial, 1985), 17.

(6) O conselheiro era Franklin Willis. Michael Hirsh, “Follow the Money”, *Newsweek*, 4 de abril de 2005.

(7) Terence O’Hara, “6 U.S. Banks Held Pinochet’s Accounts”, *Washington Post*, 16 de março de 2005.

(8) United Press International, “Former Cabinet Minister Arrested in Argentina”, *Seattle Times,* 17 de novembro de 1984.

(9) Banco Mundial, *Economic Memorandum: Argentina*, p. 17; “Documentación que prueba los ilícitos de Martinez de Hoz”, *La Voz del Interior*, 6 de outubro de 1984, citado em H. Hernandez, *Justicia y Deuda Externa Argentina* (Santa Fé, Argentina: Editorial Universidad de Santa Fe, 1988), 36.

(10) Hernandez, *Justicia y Deuda Externa Argentina,* 37.

(11) *Ibid.*

(12) Ela o descreveu como “um relatório sobre como fazer investimentos nas Bahamas, em Luxemburgo, no Panamá, na Suíça e no Liechtenstein. Há ainda uma seção — bastante técnica — a respeito da situação tributária nesses lugares”. Marguerite Feitlowitz, *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture* (Nova York: Oxford University Press, 1998), 57.

(13) Norberto Galasso, *De la Banca Baring al FMI* (Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2002), 246; Adolfo Pérez Esquivel, “¿Cuándo comenzó el terror del 24 de marzo de 1976?” *La Fogata,* 24 de março de 2004, www.lafogata.org.

(14) Departamento de Estado dos Estados Unidos, Memorandum of Conversation, Subject: Secretary's Meeting with Argentine Foreign Minister Guzzetti, 7 de outubro de 1976, tornado público, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(15) Sue Branford e Bernardo Kucinski, *The Debt Squads: the US, the Banks, and Latin America* (Londres: Zed Books, 1988), 95.

(16) Matthew L. Wald, "A House, Once Again, Is Just Shelter", *New York Times,* 6 de fevereiro de 1983.

(17) Jaime Poniachik, "Cómo empezó la deuda externa", *La Nación* (Buenos Aires), 6 de maio de 2001.

(18) Donald V. Coes, *Macroeconomic Crisis: Politics and Growth in Brazil, 1964-1990* (Washington, DC: World Bank, 1995), 187; Eghosa E. Osaghae, *Structural Adjustment and Ethnicity in Nigeria* (Uppsala, Suécia: Nordiska Afrikainstitutet, 1995), 24; T. Ademola Oyejide e Mufutau I. Raheem, "Nigeria", em *The Rocky Road to Reform: Adjustment, Income Distribution, and Growth in the Developing World,* ed. Lance Taylor (Cambridge, MA: MIT Press, 1993), 302.

(19) Fundo Monetário Internacional, *Fund Assistance for Countries Facing Exogenous Shock,* 8 de agosto de 2003, p. 37, www.imf.org.

(20) Banco Central de la República Argentina, *Memoria Anual 1989,* www.bcra.gov.ar.

(21) "Interview with Arnold Harberger", *The Region,* Federal Reserve Bank of Minneapolis, março de 1999, www.minneapolisfed.org.

(22) O antigo professor de Chicago, Stanley Fischer, foi primeiro diretor-adjunto de administração do FMI, em 1994; Raghuram Rajan foi economista-chefe do FMI, em 2003; Michael Mussa foi diretor do departamento de pesquisa do FMI, em 1991, e Danyang Xie foi economista sênior do departamento para a África do FMI, em 2003.

(23) Fundo Monetário Internacional, "Article I — Purposes", *Articles of Agreement of the International Monetary Fund,* www.imf.org.

(24) "Discurso de Lord Keynes em aceitação da decisão final da sessão plenária de encerramento, Bretton Woods, 22 de julho de 1944", *Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. 26, ed. Donald Moggridge (Londres: Macmillan, 1980), 103.

(25) John Williamson, "In Search of a Manual of Technopols", em John Williamson (ed.), *The Political Economy of Policy Reform* (Washington, DC: Institute for International Economics, 1994), 18.

(26) "Appendix: The 'Washington Consensus'", em *The Political Economy of Policy Reform*, 27.

(27) Williamson, *The Political Economy of Policy Reform,* 17.

(28) Joseph E. Stiglitz, *Globalization and Its Discontents* (Nova York: W.W. Norton, 2002), 13.

(29) Davison L. Budhoo, *Enough is Enough: Dear Mr. Camdessus... Open Letter of Resignation to the Managing Director of the International Monetary Fund*, prefácio de Errol K. McLeod (Nova York: New Horizons Press, 1990), 102.

(30) Dani Rodrik, “The Rush to Free Trade in the Developing World: Why So Late? Why Now? Will It Last?” em *Voting for Reform: Democracy, Political Liberalization and Economic Adjustment,* eds. Stephan Haggard e Steven B. Webb (Nova York: Oxford University Press, 1994), 82. Ênfase adicional.

(31) *Ibid.,* 81.

(32) “... [W]hatever the merits of trade reform, the causal link drawn between trade regimes and propensity to macroeconomic crisis was bad economics.” Dani Rodrik, “The Limits of Trade Policy Reform in Developing Countries”, *Journal of Economic Perspectives* 6, nº 1 (inverno de 1992): 95.

(33) Herasto Reyes, “Argentina: historia de una crisis”, *La Prensa* (Cidade do Panamá), 12 de janeiro de 2002.

(34) Nathaniel C. Nash, “Turmoil, Then Hope in Argentina”, *New York Times,* 31 de janeiro de 1991.

(35) “Interview with Arnold Harberger”.

(36) José Natanson, *Buenos muchachos: Vida y obra de los economistas del establishment* (Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2004).

(37) Paul Blustein, *And the Money Kept Rolling In (and Out): Wall Street, the IMF, and the Bankrupting of Argentina* (Nova York: PublicAffairs, 2005), 21.

(38) *Ibid.,* 24; entrevista com Domingo Cavallo, realizada em 30 de janeiro de 2002, para a série de televisão *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org; César V. Herrera e Marcelo García, “A 10 años de la privatización de YPF — Análisis y consecuencias en la Argentina y en la Cuenca del Golfo San Jorge (versión ampliada)”, Centro Regional de Estúdios Económicos de la Patagonia Central, 23 de janeiro de 2003, www.creepace.com.ar; Antonio Camou, “Saber técnico y política en los orígenes del menemismo”, *Perfiles Latino americanos* 7, nº 12 (junho de 1998); Carlos Saúl Menem, discurso proferido durante almoço com o presidente mexicano Ernesto Zedillo, 26 de novembro de 1997, zedillo.presidencia.gob.mx. NOTA DE RODAPÉ: Entrevista com Alejandro Olmos Gaona, “Las deudas hay que pagarlas, las estafas no”, *La Vaca,* 10 de janeiro de 2006, www.lavaca.org.

(39) “Menem’s Miracle”, *Time International,* 13 de julho de 1992.

(40) Cavallo, *Commanding Heights.*

PARTE 4

PERDIDOS NA TRANSIÇÃO

ENQUANTO CHORÁVAMOS, ENQUANTO TREMÍAMOS, ENQUANTO DANÇÁVAMOS

> **Os piores tempos oferecem as melhores oportunidades para aqueles que compreendem a necessidade de reformas econômicas fundamentais.**
> — Stephan Haggard e John Williamson, *The Political Economy of Policy Reform*, 1994

CAPÍTULO 9

BATENDO A PORTA NA CARA DA HISTÓRIA

UMA CRISE NA POLÔNIA, UM MASSACRE NA CHINA

> **Vivo na Polônia, que agora é livre, e considero Milton Friedman um dos principais mentores intelectuais da liberdade de meu país.**
> — Leszek Balcerowicz, ex-ministro da Fazenda da Polônia, novembro de 2006[(1)]

> **Existe uma espécie de química que dispara no estômago quando você multiplica seu dinheiro por dez. E vicia.**
> — William Browder, administrador financeiro norte-americano, sobre investimentos realizados na Polônia, nos primeiros dias do capitalismo[(2)]

> **É claro que não vamos parar de comer por medo de engasgar.**
> — *People's Daily,* o jornal oficial do governo chinês, sobre a necessidade de continuar as reformas de livre mercado, depois do massacre na Praça da Paz Celestial[(3)]

ANTES DA QUEDA DO MURO DE BERLIM, que se tornou o símbolo definidor do colapso do comunismo, uma outra imagem pareceu demonstrar que as barreiras soviéticas estavam prestes a desabar. Foi a de Lech Walesa, um operário eletricista de grande bigode e cabelo desalinhado, trepado numa cerca de aço enfeitada com flores e bandeiras, em Gdańsk, na Polônia. A cerca protegia os estaleiros Lênin e os milhares de trabalhadores que haviam formado barricadas do lado de dentro, para protestar contra uma decisão do Partido Comunista que aumentava o preço da carne.

A greve dos operários era uma demonstração desafiadora sem precedentes, contra um governo controlado por Moscou que vinha comandando a Polônia por 35 anos. Ninguém sabia o que iria acontecer: Moscou mandaria tanques? Eles iriam atirar nos grevistas e forçá-los a trabalhar? Conforme a greve avançava, o estaleiro ia se transformando num reduto de democracia popular dentro de um

país autoritário, e os trabalhadores iam aumentando suas exigências. Eles não queriam mais que seu trabalho fosse controlado por membros do partido que diziam falar em nome da classe trabalhadora. Queriam formar um sindicato independente e demandavam o direito de negociar, barganhar e fazer greve. Sem esperar pela permissão, votaram pela formação de seu sindicato e o batizaram de Solidariedade.[4] Isso foi em 1980, o ano em que o mundo se apaixonou por Lech Walesa e pelo Solidariedade.

Walesa, então com 36 anos, estava tão sintonizado com as aspirações dos trabalhadores poloneses que parecia manter com eles uma espécie de comunhão espiritual. "Nós comemos o mesmo pão!", berrou ao microfone do estaleiro de Gdańsk. Isso era uma referência não apenas às credenciais operárias incontestáveis de Walesa, mas também ao papel importante que o catolicismo desempenhava nesse novo movimento que resplandecia. Como a religião era desaprovada pelos dirigentes do partido, os trabalhadores usavam sua fé como um distintivo de coragem e faziam fila para comungar, atrás das barricadas. Walesa, que era uma sólida mistura de devoção e lascívia, inaugurou o escritório do Solidariedade com um crucifixo de madeira numa das mãos e um buquê de flores na outra. Na assinatura do primeiro acordo trabalhista selado entre o governo e o Solidariedade, Walesa escreveu seu nome com uma "grande caneta suvenir que estampava a imagem do papa João Paulo II". A admiração era recíproca; o papa polonês disse a Walesa que rezava pelo Solidariedade.[5]

O Solidariedade se espalhou por todo o país, chegando às minas, estaleiros e fábricas com velocidade espantosa. Dentro de um ano, já contava com dez milhões de associados — o que representava quase metade da população economicamente ativa da Polônia. Ao conquistar o direito de barganhar, o sindicato começou a realizar avanços concretos: semana de trabalho de cinco dias e não de seis, e maior voz ativa na administração das fábricas. Cansados de viver num país que idolatrava e idealizava a classe operária, mas explorava os trabalhadores reais, os partidários do Solidariedade denunciaram a corrupção e a brutalidade dos funcionários do partido, que se reportavam não ao povo da Polônia, mas aos burocratas distantes e isolados em Moscou. Toda a aspiração por democracia e autodeterminação, que havia sido suprimida pelo regime de partido único, estava sendo despejada sobre as sedes locais do sindicato Solidariedade, provocando um êxodo maciço de membros do Partido Comunista.

Moscou reconheceu o movimento como a mais séria ameaça já feita ao seu império oriental. Dentro da União Soviética, a oposição continuava partindo, em grande medida, dos ativistas pelos direitos humanos, muitos dos quais eram politicamente de direita. No entanto, os associados do Solidariedade não podiam ser assim facilmente descartados como lacaios do capitalismo — eles eram

trabalhadores com martelos em suas mãos e poeira de carvão em seus poros, aqueles que deveriam, segundo a retórica de Marx, formar a base do partido.[35] Ainda mais ameaçadora era a visão de que o Solidariedade representava tudo aquilo que o partido não conseguia ser: democrático, e não autoritário; dispersivo, e não centralizado; participativo, e não burocrático. E seus dez milhões de partidários tinham condições de parar a economia da Polônia. Como Walesa advertiu, eles podiam perder as batalhas políticas, "mas não seremos forçados a trabalhar. Porque se querem que nós fabriquemos tanques, vamos produzir bondes. E os vagões vão ficar obsoletos, se os fizermos daquele jeito. Nós sabemos como derrubar o sistema. Somos suas crias".

O compromisso do Solidariedade com a democracia inspirou inclusive membros do partido a se rebelar. Como declarou a um jornalista a ex-integrante do comitê central, Marian Arendt: "Antes eu era bastante ingênua e acreditava que um punhado de homens maus era responsável pelos erros do partido. Agora, não tenho mais essa ilusão. Há alguma coisa errada em todo o nosso aparato, em toda a nossa estrutura."(6)

Em setembro de 1981, os membros do sindicato Solidariedade estavam prontos para elevar seu movimento a um novo patamar. Novecentos trabalhadores poloneses voltaram a se reunir em Gdańsk, para o primeiro congresso nacional. Ali, o Solidariedade se transformou num projeto revolucionário com aspirações a tomar o poder, contando com um programa próprio de alternativa econômica e política para a Polônia. Nesse plano, havia a seguinte declaração: "Nós queremos uma reforma democrática e autônoma em todos os níveis administrativos, e um novo sistema socioeconômico que associe a este plano autodeterminação e mercado." O ponto central era uma visão radical acerca das empresas estatais, que empregavam milhões de partidários do Solidariedade e supostamente seriam retiradas do controle governamental para serem comandadas por cooperativas democráticas de trabalhadores. Segundo o programa, "a empresa socializada deveria ser a unidade de produção fundamental da economia. Ela seria controlada por um conselho de operários, representantes da coletividade, e teria um diretor indicado por este conselho em função de sua competência".(7) Walesa se opôs a essa exigência, temendo que ela pudesse provocar represálias, em decorrência da reação do partido a esse desafio ao seu poder de comando. Outros argumentaram que o movimento precisava de um objetivo, de uma esperança positiva no futuro, e não apenas de um inimigo. Walesa perdeu a discussão e esse programa econômico passou a ser a política oficial do Solidariedade.

O temor de Walesa em relação às represálias provou ser bem fundamentado. A ambição desmedida do Solidariedade apavorou e enfureceu Moscou. Sob

intensa pressão, o chefe de governo polonês, general Wojciech Jaruzelski, decretou lei marcial em dezembro de 1981. Os tanques avançaram sobre a neve para cercar fábricas e minas, milhares de partidários do Solidariedade foram arrebanhados, e seus líderes, inclusive Walesa, foram apanhados e presos. Como foi publicado na revista *Time*, "soldados e policiais usaram a força para retirar os trabalhadores mais resistentes, deixando pelo menos sete mortos e centenas de feridos entre os mineiros de Katowice que os enfrentaram com machados e pés de cabra".(8)

O Solidariedade entrou para a clandestinidade, mas, durante os oito anos em que vigorou o Estado policial, a fama do movimento não parou de crescer. Em 1983, Walesa ganhou o Prêmio Nobel da Paz, embora suas atividades ainda estivessem restringidas, e não pôde recebê-lo pessoalmente. Na cerimônia de premiação, o representante do Comitê do Nobel declarou: "A cadeira do agraciado com o Prêmio da Paz está vazia. Portanto, vamos nos esforçar ainda mais para ouvir o discurso silencioso deste espaço vazio."

Esse espaço vazio era uma metáfora perfeita porque, na época, todos pareciam ver aquilo que desejavam no Solidariedade: o Comitê do Nobel enxergou um homem que "adotou a arma pacífica da greve".(9) A esquerda viu a redenção, uma versão do socialismo que não era contaminada pelos crimes de Stalin e Mao. A direita apontou a evidência de que os Estados comunistas enfrentavam com força bruta até mesmo as mais moderadas expressões de descontentamento. O movimento pelos direitos humanos avistou indivíduos aprisionados por conta de suas crenças. A Igreja Católica descobriu um aliado contra o ateísmo comunista. E Margaret Thatcher e Ronald Reagan contemplaram uma brecha, uma fenda na armadura soviética, muito embora o Solidariedade estivesse lutando pelos mesmos direitos que ambos se esforçavam para eliminar em seus países. Quanto mais tempo durasse o seu banimento, mais poderosa se tornaria a mitologia do Solidariedade.

Em 1988, o terror das represálias iniciais havia abrandado e os trabalhadores poloneses voltaram a organizar greves gigantescas. Agora, com a economia em queda livre e o regime moderado de Mikhail Gorbachev no poder, em Moscou, os comunistas tiveram de negociar. Legalizaram o Solidariedade e concordaram em antecipar as eleições. O Solidariedade se dividiu em dois e criou o Comitê Cidadão de Solidariedade, que participaria do pleito. Esses dois corpos permaneceram ligados de modo inextricável; os líderes do sindicato eram os candidatos e, como sua plataforma eleitoral era muito vaga, a única ideia do que seria um futuro de Solidariedade era oferecida pelo programa econômico da agremiação. Walesa não concorreu, preferindo manter seu papel de mentor da ala sindical, mas tinha a cara da campanha, que cunhou o seguinte slogan:

“Conosco, você está mais seguro.”(10) Os resultados foram humilhantes para os comunistas e triunfais para o Solidariedade: das 261 cadeiras para as quais a entidade apresentou candidatos, ganhou 260.[36] Walesa manobrou nos bastidores e preencheu o posto de primeiro-ministro com Tadeusz Mazowiecki, que não tinha o carisma de Walesa, mas, como exercia a função de editor do jornal semanal do sindicato, era considerado um dos líderes intelectuais mais importantes do movimento.

O choque do poder

Como os latino-americanos tinham acabado de aprender, os regimes autoritários têm o hábito de abraçar a democracia sempre que seus projetos econômicos estão prestes a implodir. A Polônia não era uma exceção. Os comunistas vinham administrando mal a sua economia durante décadas, cometendo um erro desastroso e dispendioso atrás do outro, e caminhavam para o colapso. "Para nossa desgraça, ganhamos!", foi a famosa (e profética) declaração de Walesa. Quando o Solidariedade subiu ao poder, a dívida chegava a quarenta bilhões de dólares, a inflação alcançava o patamar de 600%, havia severos racionamentos de comida e um próspero mercado negro. Muitas fábricas estavam produzindo bens que, na falta de compradores, acabariam apodrecendo nos depósitos.[11] Para os poloneses, aquela situação representava uma forma cruel de entrar na democracia. A liberdade finalmente havia chegado, mas poucos tinham tempo ou inclinação para comemorar, pois seus contracheques não tinham valor. Passavam seus dias na fila para comprar um pouco de farinha e manteiga, se ainda encontrassem esses produtos nas lojas.

Durante todo o verão que se seguiu ao triunfo nas urnas, o governo do Solidariedade ficou paralisado pela indecisão. A rapidez com que a velha ordem se desintegrou e a súbita vitória acachapante foram dois verdadeiros choques: em questão de meses, os ativistas do Solidariedade passaram da condição de fugitivos da polícia secreta para a de indivíduos responsáveis pelo pagamento dos salários desses mesmos agentes. E sofriam agora o choque adicional de descobrir que não tinham dinheiro suficiente para rodar a folha de pagamento. Longe de construir a economia pós-comunista com a qual tanto sonharam, tinham a dura missão de evitar a mais completa desagregação e a fome generalizada da população.

Os líderes do Solidariedade sabiam que desejavam pôr um fim à alça de compressão do Estado sobre a economia, mas não tinham noção do que iria substituí-la. Para os militantes da base, esta era a chance de testar seu programa econômico: se as fábricas estatais fossem convertidas em cooperativas de trabalhadores, poderiam se tornar economicamente viáveis de novo — a administração operária poderia ser mais eficiente, especialmente sem os encargos da burocracia do partido. Outros alegavam que a melhor estratégia era o caminho gradual que Gorbachev estava defendendo em Moscou — uma lenta expansão das áreas em que as regras monetárias de oferta e demanda se aplicam

(mais mercados e lojas legais), combinada com um setor público forte baseado no modelo da socialdemocracia escandinava.

No entanto, como havia acontecido na América Latina, antes de qualquer coisa, a Polônia necessitava de alívio para sua dívida e alguma ajuda para sair imediatamente da crise. Na teoria, essa é a principal função do FMI: prover fundos de estabilização para impedir a catástrofe econômica. Se existia algum governo que merecia aquela corda de salva-vidas, era o Solidariedade, que acabara de produzir no Bloco Oriental a primeira transformação democrática de um regime comunista em quatro décadas. Sem dúvida, depois de todo o cerco da Guerra Fria contra o totalitarismo que prevalecia atrás da Cortina de Ferro, os novos governantes da Polônia esperavam uma pequena ajuda.

Esse tipo de ajuda não estava disponível. Agora sob o controle dos economistas da Escola de Chicago, o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos enxergavam os problemas poloneses pelo prisma da doutrina do choque. Uma desagregação econômica e uma carga pesada de endividamento, acrescidas da desorientação causada pela rápida mudança de regime, significavam que a Polônia estava na situação de enfraquecimento perfeita para aceitar um programa de terapia de choque radical. No caso polonês, os interesses financeiros eram ainda maiores do que na América Latina: a Europa Oriental restava intocada pelo capitalismo do Ocidente e não tinha sequer um mercado de consumo. Todos os seus ativos mais valiosos continuavam sendo propriedade estatal — e seriam os candidatos primordiais à privatização. Para os primeiros que chegassem, o potencial de lucros rápidos era extraordinário.

Confiando que a piora geral das coisas faria o governo aceitar mais rapidamente a total conversão ao capitalismo desregulamentado, o FMI deixou o país afundar cada vez mais na dívida e na inflação. A Casa Branca, sob liderança de George H.W. Bush, cumprimentou o Solidariedade por seu triunfo sobre o comunismo, mas deixou claro que o governo dos Estados Unidos esperava que os poloneses pagassem as dívidas acumuladas pelo regime que tinha sido deposto e prendessem seus ex-governantes — e ofereceu apenas 119 milhões de dólares de ajuda, uma ninharia para um país que beirava o colapso econômico e precisava de uma reestruturação integral.

Foi nesse contexto que Jeffrey Sachs, então com 34 anos, começou a trabalhar para o Solidariedade como conselheiro. Depois das façanhas na Bolívia, sua fama atingiu níveis altíssimos. Maravilhado com o fato de que ele havia servido como doutor do choque em meia dúzia de países sem abandonar sua carreira de professor, o jornal *Los Angeles Times* apelidou Sachs — que ainda parecia um membro da equipe de debatedores de Harvard — de “Indiana Jones da economia”.[(12)]

O trabalho de Sachs na Polônia começou antes mesmo da vitória eleitoral do Solidariedade, a pedido da própria administração comunista. Seu primeiro passo foi uma viagem de apenas um dia, durante a qual se encontrou tanto com os membros do governo quanto com as lideranças do sindicato. Quem o indicou para exercer esse papel de apoiador foi George Soros, o bilionário financista e negociante de moedas. Ambos viajaram juntos para Varsóvia, e como lembrou Sachs: "Eu disse ao grupo do Solidariedade e ao governo polonês que gostaria de me envolver mais, a fim de ajudar a solucionar a crise econômica que se aprofundava."(13) Soros concordou em cobrir os custos para que Sachs e seu colega, David Lipton, um fiel economista de livre mercado que trabalhava no FMI, preparassem uma missão de longa duração para a Polônia. Quando o Solidariedade ganhou as eleições, Sachs passou a trabalhar diretamente com o movimento.

Embora Sachs fosse independente e não estivesse na folha de pagamentos do FMI ou do governo dos Estados Unidos, muitos representantes do Solidariedade acreditavam que ele possuía poderes quase messiânicos. Com seus contatos de alto nível em Washington e reputação elevada, ele parecia conhecer o segredo para desbloquear a ajuda e o alívio da dívida, que eram a única chance do novo governo. Sachs disse, na época, que o Solidariedade deveria simplesmente se recusar a pagar a dívida herdada e expressou a confiança de que poderia mobilizar três bilhões de dólares em apoio — uma fortuna, se comparada à quantia que Bush ofereceu.(14) Ele tinha ajudado a Bolívia a conseguir empréstimos junto ao FMI e a renegociar suas dívidas; não havia razões para não acreditar em sua capacidade.

A ajuda, porém, teve o seu preço; para que o Solidariedade tivesse acesso aos contatos e ao poder de persuasão de Sachs, primeiro o governo precisou adotar aquilo que ficou conhecido, na imprensa polonesa, como o "Plano Sachs" ou "terapia de choque".

Foi um curso ainda mais radical do que o que havia sido imposto à Bolívia: além da eliminação repentina do controle de preços e do corte dos subsídios, o Plano Sachs ainda aconselhou a venda de minas, estaleiros e fábricas estatais para o setor privado. Era um confronto direto com o programa econômico do Solidariedade, que pregava a propriedade dos trabalhadores. Embora muitos chefes da agremiação tivessem deixado de lado aquelas ideias controversas de seu plano original, elas permaneceram sendo uma profissão de fé para muitos membros do movimento. Sachs e Lipton escreveram o plano da terapia de choque, que serviria para a transição na Polônia, em apenas uma noite. Em suas quinze páginas, Sachs proclamou que era "a primeira vez, acredito, que alguém

escreveu um plano completo para a transformação de uma economia socialista em economia de mercado”.(15)

Sachs estava convencido de que a Polônia deveria “aprofundar a ruptura institucional” de imediato porque, além de todos os outros problemas, estava prestes a entrar num ciclo de hiperinflação. Caso isso acontecesse, em sua opinião, seria “um colapso total... um desastre puro, implacável”.(16)

Ele realizou diversos seminários individuais, para vários executivos de primeiro escalão do Solidariedade, a fim de explicar os detalhes do plano — alguns desses encontros chegaram a durar cerca de quatro horas. E também se dirigiu aos representantes eleitos como um todo. Muitos líderes do Solidariedade não gostaram das ideias de Sachs — o movimento tinha nascido da revolta contra os aumentos drásticos de preços impostos pelo governo comunista, e agora alguém lhes dizia para fazer a mesma coisa, numa escala ainda maior. Sachs argumentou que eles podiam levar o plano adiante exatamente porque “o Solidariedade contava com a confiança da população, o que era absolutamente essencial e fantástico”.(17)

Os líderes do Solidariedade não haviam pensado em usar aquela confiança para elaborar políticas que poderiam causar uma dor extrema em sua base popular. Os anos passados na clandestinidade, na cadeia e no exílio, entretanto, serviram para aliená-los daquela base. Como explicou o editor polonês Przemyslaw Wielgosz, “as fileiras mais altas do movimento tinham sido efetivamente isoladas (...) seu apoio não vinha mais das fábricas ou das plantas industriais, e sim da igreja”.(18) Os governantes também estavam desesperados por uma solução imediata, mesmo que fosse dolorosa, e era isso que Sachs estava lhes oferecendo. “Vai funcionar? É isso o que eu quero saber. Vai funcionar?”, perguntava Adam Michnik, um dos mais respeitados intelectuais do Solidariedade. Sachs não pestanejou e respondeu: “Essa é uma boa solução. E vai funcionar.”[37] (19)

Com frequência, Sachs apontava a Bolívia como um modelo que a Polônia deveria imitar; e insistia tanto nesse ponto que os poloneses não aguentavam mais ouvir falar daquele lugar. “Eu adoraria ver a Bolívia. Tenho certeza de que é uma beleza, muito exótica. Eu só não quero é ver a Bolívia *aqui*”, desabafou, para um repórter, um dos líderes do Solidariedade. Lech Walesa desenvolveu uma antipatia particularmente acentuada pela Bolívia, conforme admitiu para Gonzalo Sánchez de Lozada (Goni), quando os dois se encontraram, anos mais tarde, numa reunião de cúpula, já como os respectivos presidentes de seus países. Segundo o relato de Goni, “ele veio para mim e disse: ‘Sempre tive vontade de conhecer um boliviano, especialmente um presidente boliviano, porque estão nos fazendo tomar esse remédio amargo, dizendo o tempo inteiro

que os bolivianos também tomaram. Agora que o conheci, vejo que você não é um sujeito ruim, mas antes eu o odiava.'"[20]

Na fala de Sachs sobre a Bolívia, ele sempre se esquecia de mencionar que, para levar adiante o programa da terapia de choque, o governo impôs o estado de emergência e, em duas ocasiões diferentes, sequestrou e prendeu as lideranças sindicais — da mesma maneira que o Partido Comunista havia apanhado e encarcerado os dirigentes do Solidariedade, sob um estado de emergência, um pouco antes.

Para muitos, o maior poder de persuasão de Sachs era sua promessa de que, se eles seguissem corretamente os seus conselhos, a Polônia deixaria de ser excepcional e se tornaria "normal" — como "um país europeu normal". Se ele estava certo, e muitos acreditavam que chegariam a ser como a França ou a Alemanha apenas com a eliminação das estruturas da velha ordem, então não valia a pena aguentar o sofrimento? Por que tentar um outro caminho para realizar a mudança e correr o risco de fracassar — ou inaugurar uma nova terceira via — quando essa versão intraeuropeia estava bem ali diante dos olhos? Sachs havia previsto que a terapia de choque poderia causar "deslocamentos momentâneos", como a elevação dos preços. "Mas depois eles vão se estabilizar — e as pessoas saberão onde eles irão ficar."[21]

Sachs formou uma aliança com o novo ministro das Finanças da Polônia, Leszek Balcerowicz, um economista da Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia. Pouco se sabia sobre a orientação política do novo ministro quando ele foi empossado (todos os economistas eram oficialmente socialistas), mas logo se tornaria claro que ele se orgulhava de ser um honorário Garoto de Chicago, que aprendeu com uma edição polonesa proibida do livro de Friedman, *Free to Choose*. Como explicou mais tarde: "Isso serviu para inspirar em mim e em muitos outros o sonho de um futuro de liberdade, durante os anos sombrios do governo comunista."[22]

A versão fundamentalista do capitalismo que Friedman professava era muito distante daquilo que Walesa havia prometido ao país naquele verão. Ele continuava insistindo que a Polônia iria encontrar uma terceira via mais generosa, a qual descreveu, numa entrevista dada a Barbara Walters, como "uma mistura (...) Não será capitalismo. Será um sistema melhor do que o capitalismo, que vai rejeitar tudo de ruim que há no capitalismo".[23]

Muitos argumentaram que a solução imediata que Sachs e Balcerowicz estavam vendendo não passava de um mito. A terapia de choque, longe de conduzir a Polônia a uma situação de saúde e normalidade, serviria para criar uma confusão de pobreza e desindustrialização ainda maior do que a anterior. "Este é um país pobre e fraco. Nós não podemos levar esse choque", foi o que

disse um conhecido médico e advogado do sistema de saúde ao jornalista Lawrence Weschler, da revista *New Yorker.*[24]

Durante os três meses que se seguiram à sua vitória nas eleições e à sua brusca transformação de pessoas fora da lei em pessoas fazedoras de leis, os dirigentes do Solidariedade debateram, ponderaram, gritaram e fumaram sem parar, incapazes de decidir o que fazer. A cada dia, o país afundava ainda mais na crise econômica.

Uma aceitação muito hesitante

No dia 2 de setembro de 1989, o primeiro-ministro polonês Tadeusz Mazowiecki se apresentou diante do primeiro Parlamento eleito. A cúpula do Solidariedade tinha finalmente decidido o que fazer com a economia, mas apenas uma meia dúzia de pessoas conhecia o teor dessa decisão — afinal, era o Plano Sachs, o caminho gradualista de Gorbachev ou a plataforma do Solidariedade baseada nas cooperativas de trabalhadores?

Mazowiecki estava prestes a anunciar o veredicto, mas, no meio de seu discurso solene, e antes que pudesse confrontar a pergunta mais importante para o país, algo de muito errado aconteceu. Ele começou a tremer, se agarrou ao púlpito e, de acordo com uma das testemunhas, "ficou pálido, custou a respirar e murmurou 'Não estou me sentindo nada bem'".[25] Seus auxiliares o retiraram do recinto, deixando os 415 deputados entregues aos boatos. Foi um ataque do coração? Ele foi envenenado? Pelos comunistas? Pelos norte-americanos?

No andar inferior, uma equipe médica examinou Mazowiecki e submeteu-o a um eletrocardiograma. Não tinha sido ataque cardíaco nem envenenamento. O primeiro-ministro estava sofrendo de "estafa aguda", em decorrência de pouco sono e grande estresse. Depois de mais de uma hora de incertezas aflitas, ele adentrou novamente a sala do Parlamento, onde foi recebido com prolongados aplausos. "Desculpem-me", falou em seu modo pedante, "o meu estado de saúde é igual ao estado da economia da Polônia".[26]

Enfim, o veredicto: a economia polonesa seria tratada de seu quadro de estafa aguda com a terapia de choque, um caminho particularmente radical que incluiria "privatização da indústria estatal, criação dos mercados de ações e de capitais, moeda conversível, e mudança da indústria pesada para a indústria de bens de consumo", assim como "cortes orçamentários" — do modo mais rápido e imediato.[27]

Se o sonho do Solidariedade começou com o salto enérgico de Walesa sobre a grade de aço de Gdańsk, sucumbir à terapia de choque, como fez Mazowiecki, foi o seu fim. A decisão final foi motivada pelo dinheiro. Os membros do Solidariedade não estavam convencidos de que sua visão de uma economia comandada pelas cooperativas era errada, mas passaram a acreditar que o mais importante era se livrar das dívidas comunistas e estabilizar imediatamente a moeda. Um dos mais ardorosos defensores das cooperativas na Polônia, Henryk Wujec, colocou a questão nesses termos: "Se tivéssemos tempo suficiente, podíamos descartar essa ideia. Mas não temos tempo."(28) Sachs, por sua vez, tinha condições de trazer o dinheiro. Ajudou a Polônia a negociar com o FMI e conseguiu o perdão de algumas dívidas, além de um bilhão de dólares para estabilizar a moeda — mas tudo isso e, principalmente, os recursos do FMI, estava condicionado à aceitação da terapia de choque pelo Solidariedade.

A Polônia se transformou num caso exemplar da teoria das crises de Friedman, típico de manual: a desorientação da mudança política brusca, associada ao medo coletivo gerado pela desagregação econômica, tornou a promessa de cura rápida e mágica tão sedutora — ainda que ilusória —, que não dava para recusá-la. Halina Bortnowska, ativista dos direitos humanos, descreveu a velocidade da mudança naquele período como "a diferença entre a passagem do tempo para um cachorro e para um ser humano, o modo como estamos vivendo esses dias... você começa a observar essas reações semipsicóticas. Não se pode esperar que as pessoas reajam de acordo com os seus próprios interesses, quando estão desorientadas a ponto de não saberem exatamente quais são esses interesses".(29)

O ministro das Finanças, Balcerowicz, depois admitiu que capitalizar em cima da situação de emergência foi uma estratégia deliberada — uma forma de eliminar qualquer oposição, típica de todas as táticas de choque. Ele explicou que conseguiu implementar políticas que eram antiéticas pelos padrões do Solidariedade, tanto em forma quanto em conteúdo, porque a Polônia estava num período que ele denominou de "política extraordinária". E descreveu aquela condição como uma brecha de curta duração, na qual as regras da "política normal" (consultas, discussões, debates) não se aplicam — em outras palavras, uma brecha não democrática dentro da democracia.(30)

Como ele mesmo explicou, "um período de política extraordinária é, por definição, marcado por uma descontinuidade muito evidente na história do país. Pode ser uma fase de profunda crise econômica, de colapso do sistema institucional anterior, ou de libertação frente à dominação estrangeira (ou fim de uma guerra). Na Polônia, esses três fenômenos eram convergentes em 1989".(31) Por causa dessas circunstâncias excepcionais, ele pôde se desviar dos

procedimentos corretos e forçar “uma aceleração radical do processo legislativo”, a fim de aprovar o pacote da terapia de choque.[32]

No começo da década de 1990, a teoria de Balcerowicz sobre períodos de “política extraordinária” atraiu um interesse considerável entre os economistas de Washington. E, por incrível que pareça, dois meses depois que a Polônia anunciou que aceitaria a terapia de choque, aconteceu algo que mudaria o curso da história e daria ao experimento polonês uma significação global. Em novembro de 1989, o Muro de Berlim foi derrubado em clima de festa, a cidade virou um grande festival de possibilidades e a bandeira da MTV foi fincada no entulho, como se Berlim Oriental fosse o chão da Lua. De repente, pareceu que o mundo inteiro estava vivendo o mesmo tipo de existência acelerada dos poloneses: a União Soviética estava prestes a se desmantelar, o *apartheid* na África do Sul mal se aguentava em pé, os regimes autoritários continuavam a cair na América Latina, na Europa Oriental e na Ásia, e as guerras de longa duração estavam chegando ao fim, da Namíbia até o Líbano. Em todos os lugares, os velhos regimes estavam entrando em colapso e os novos, que os substituíam, ainda precisavam se moldar.

Em poucos anos, parecia que metade do mundo se encontrava num período de “política extraordinária”, ou “em transição”, como passaram a ser chamados os países recém-libertados, no começo dos anos 1990 — suspensos numa intermediação existencial entre passado e futuro. De acordo com Thomas Carothers, um membro do assim chamado aparato de promoção da democracia do governo dos Estados Unidos, “na primeira metade dos anos 1990 (...) o grupo de ‘nações em transição’ aumentou consideravelmente, e cerca de cem países (uns 20 na América Latina, 25 na Europa Oriental e na antiga União Soviética, 30 na África subsaariana, 10 na Ásia e 5 no Oriente Médio) estavam passando por algum tipo de transição dramática de um modelo para outro”.[33]

Muitos anunciavam que todo esse fluxo, junto com a queda de muros reais e metafóricos, levaria ao fim da ortodoxia ideológica. Libertos dos efeitos polarizadores de duas superpotências em conflito, os países finalmente poderiam escolher o melhor dos dois mundos — algo híbrido resultante da junção de liberdade política com segurança econômica. Como definiu Gorbachev: “As muitas décadas de doutrinação pelo dogma e de abordagem predeterminada deixaram suas sequelas. Hoje, queremos introduzir um espírito genuinamente criativo.”[34]

Nos círculos da Escola de Chicago, esses discursos que misturavam ideologias foram recebidos com um desprezo declarado. A Polônia já havia

mostrado claramente que esse tipo de transição caótica abria espaço para que homens decididos, com pulso forte, implementassem mudanças rápidas. Agora era a hora de converter os antigos países comunistas ao friedmanismo puro, e não a qualquer espécie de compromisso keynesiano vira-lata. O truque, como Friedman tinha ensinado, era deixar os seguidores da Escola de Chicago prontos com suas soluções nas mãos, enquanto todas as outras pessoas estavam fazendo perguntas e recuperando o fôlego.

Um encontro de confraternização entre aqueles que professavam essa visão de mundo aconteceu naquele inverno agitado de 1989; o lugar não poderia ter sido mais apropriado — a Universidade de Chicago. A grande sensação foi o discurso proferido por Francis Fukuyama, com o título sugestivo de "Estamos chegando ao fim da história?"[38] Para Fukuyama, então pesquisador sênior do Departamento de Estado dos Estados Unidos, a estratégia para os defensores do capitalismo desregulamentado era óbvia: não discutam com a turma da terceira via; pelo contrário, declarem vitória preventivamente. Fukuyama estava convencido de que não se devia desistir dos extremos, nada de pegar o melhor dos dois mundos, nada de estimular as diferenças. Como explicou para a sua plateia, o fim do comunismo estava conduzindo "não ao 'fim da ideologia' ou à convergência entre capitalismo e socialismo (...) mas a uma vitória consagradora do liberalismo econômico e político". Não era a ideologia que tinha acabado, mas a "história enquanto tal".(35)

Sua fala foi patrocinada por John M. Olin, financiador de longa data da cruzada ideológica de Milton Friedman e responsável pelas folhas de pagamento de diversos *think tanks* da direita.(36) A sinergia era adequada, na medida em que Fukuyama basicamente reafirmava os pressupostos de Friedman de que livres mercados e povos livres fazem parte de um projeto indissociável. Fukuyama levou aquela tese para terrenos ainda intocados, ao argumentar que mercados desregulados na esfera econômica, combinados com a democracia liberal na esfera política, representavam "o ponto final da evolução ideológica da humanidade e (...) a forma final do governo humano".(37) A democracia e o capitalismo radical fundiam-se não apenas entre si, mas também com a modernidade, o progresso e a reforma. Aqueles que se opunham à fusão não só estavam errados, como "ainda permaneciam na história", conforme Fukuyama argumentou, de modo equivalente a ser deixado para trás na Revelação, porque todos já haviam transcendido a um plano celestial de "pós-história".(38)

O argumento era uma demonstração magnífica de como a Escola de Chicago tentava burlar a democracia. Da mesma forma que o FMI e o Banco Mundial tinham introduzido furtivamente a privatização e o "livre-comércio", sob o disfarce de programas de estabilização de emergência, na América Latina e na

África, Fukuyama estava agora tratando de despachar sorrateiramente essa mesma agenda contestável para dentro da onda pró-democrática que se erguia, de Varsóvia a Manila. Era verdade, como Fukuyama observou, que havia o consenso emergente e irreprimível de que todos os povos têm o direito de governar a si próprios democraticamente. Entretanto, só mesmo nas fantasias mais fulgurantes do Departamento de Estado esse desejo por democracia era acompanhado pelo clamor dos cidadãos por um sistema econômico que elimina toda forma de proteção ao trabalho e provoca demissões em massa.

Se havia um consenso genuíno sobre alguma coisa era o de que, para os povos que se livraram de ditaduras de direita ou de esquerda, a democracia significava ter voz ativa nas decisões mais importantes, em lugar de uma ideologia imposta unilateralmente e na base da força. Em outras palavras, o princípio universal que Fukuyama identificou como "a soberania dos povos" *incluía* a soberania dos povos para escolher como a riqueza de seus países deveria ser distribuída, desde o destino a ser dado às empresas estatais até o grau de financiamento de escolas e hospitais. Em todo o mundo, os cidadãos estavam prontos para exercer seus poderes democráticos recém-conquistados, tornando-se, finalmente, os autores de seus destinos nacionais.

Em 1989, a história estava tomando um rumo animador, entrando num período de abertura e possibilidade verdadeiramente autênticas. Sendo assim, não foi mera coincidência o fato de que Fukuyama, de seu escritório no Departamento de Estado, tenha escolhido justamente aquele momento para bater a porta na cara da história. Nem foi coincidência também o fato de que o FMI e o Banco Mundial tenham escolhido aquele ano volátil para lançar o Consenso de Washington — um esforço nítido para interromper toda e qualquer discussão ou debate sobre ideias econômicas que não se enquadrassem nos preceitos do livre mercado. Foram estratégias de contenção da democracia, destinadas a cortar pela raiz aquele tipo de autodeterminação que seria, e sempre tinha sido, a única verdadeira ameaça à cruzada da Escola de Chicago.

O choque da Praça da Paz Celestial

A China foi um lugar em que o pronunciamento arrogante de Fukuyama logo ficou desacreditado. Seu discurso aconteceu em fevereiro de 1989 e, dois meses depois, um movimento pró-democracia explodiu em Beijing, com protestos de massa e demonstrações na Praça da Paz Celestial. Fukuyama tinha defendido a ideia de que as reformas democráticas e de "livre mercado" eram um processo conjunto e não podiam ser realizadas separadamente. Na China, contudo, o

governo fez exatamente assim: forçou a desregulamentação dos salários e dos preços para expandir ao máximo o mercado — mas resistiu, ferozmente, aos apelos por eleições e liberdades civis. Os participantes dos protestos, por sua vez, exigiam democracia, embora se opusessem às medidas tomadas pelo governo para ampliar o capitalismo desregulamentado, um fato sempre deixado de fora da cobertura feita pela imprensa do Ocidente acerca do movimento. Na China, a democracia e a economia da Escola de Chicago não estavam caminhando juntas; elas se encontravam em lados opostos das barricadas erguidas na Praça da Paz Celestial.

No começo dos anos 1980, o governo chinês liderado por Deng Xiaoping estava obcecado por evitar uma repetição do que tinha acabado de acontecer na Polônia, onde os trabalhadores foram autorizados a formar um movimento independente que desafiou o monopólio do partido sobre o poder político. Não que os governantes chineses estivessem preocupados em defender as fábricas estatais e as fazendas comunitárias, que constituíam a base do Estado comunista. Na realidade, Deng encarava com muito entusiasmo a conversão para uma economia de cunho corporatista — o entusiasmo era tanto que, em 1980, seu governo enviou um convite para Milton Friedman visitar a China e lecionar para centenas de servidores públicos de alto escalão, professores e economistas do partido os fundamentos da teoria do livre mercado. Friedman se lembrou assim de suas audiências em Beijing e Xangai: “Todos eram convidados selecionados e tinham de mostrar seu convite na entrada.” Sua mensagem principal foi a de que “as pessoas comuns vivem muito melhor nos países capitalistas do que nos comunistas”.[39] O exemplo que ele escolheu foi o de Hong Kong, uma zona de capitalismo puro que Friedman há muito admirava, por seu “caráter inovador, criativo, que é resultado de liberdade pessoal, comércio livre, impostos reduzidos e mínima intervenção governamental”. Ele ainda argumentou que apesar de não viver sob um regime democrático, Hong Kong era muito mais livre do que os Estados Unidos, pois seu governo participava muito menos da economia.[40]

A definição de liberdade de Friedman, na qual as liberdades políticas eram meramente incidentais, e mesmo desnecessárias, era compatível com a liberdade irrestrita de comércio e se conformava adequadamente com a visão que ganhava corpo dentro do Politburo chinês. O partido desejava abrir a economia para a propriedade privada e o consumismo, ao mesmo tempo em que conservava suas garras sobre o poder — um plano que assegurava aos seus dirigentes que eles e seus familiares seriam os principais beneficiários da venda dos ativos públicos, realizando os melhores negócios e ficando com a maior parte dos lucros. Segundo essa visão de “transição”, as mesmas pessoas que controlavam o Estado

no regime comunista seriam as mandatárias no regime capitalista e usufruiriam uma progressão substancial em seu estilo de vida. O modelo que o governo chinês pretendia imitar não era o dos Estados Unidos, mas algo mais próximo ao Chile de Pinochet: mercados livres combinados com um controle político autoritário, reforçado pela repressão imposta com mão de ferro.

Desde o princípio, Deng compreendeu que a repressão seria fundamental. Com Mao no poder, o Estado chinês havia exercido um controle brutal sobre a população, anulando a oposição e enviando os dissidentes para a reeducação. Essa repressão de Mao, contudo, foi desencadeada em nome dos trabalhadores e contra a burguesia; agora, o partido estava pronto para deslanchar a sua própria contrarrevolução e pedia aos trabalhadores que abrissem mão de muitos benefícios e seguranças, para que a minoria arrebanhasse grandes lucros. Não seria uma tarefa nada fácil. Portanto, em 1983, quando Deng abriu o país para os investimentos estrangeiros e reduziu a proteção aos trabalhadores, também ordenou a criação de uma poderosa Polícia Armada do Povo, com quatrocentos mil soldados, formando um novo esquadrão de combate encarregado de sufocar quaisquer sinais de "crime econômico" (ou seja, greves e protestos). De acordo com o historiador Maurice Meisner, "a Polícia Armada do Povo tinha helicópteros norte-americanos e varas elétricas com ferrão na ponta em seu arsenal". Além disso, "diversas unidades foram enviadas à Polônia para treinamento contra motins" — onde estudaram as táticas utilizadas contra o Solidariedade, durante o período de lei marcial.(41)

Muitas reformas de Deng foram bem-sucedidas e populares — agricultores passaram a ter maior controle sobre suas vidas, e o comércio retornou às cidades. Mas, no final da década de 1980, Deng começou a introduzir medidas que se revelaram bastante impopulares, em especial entre os trabalhadores das cidades — controles de preços foram abolidos, provocando sua rápida elevação; a segurança do emprego foi eliminada, criando levas de desempregados; e profundas desigualdades começaram a se interpor entre os ganhadores e perdedores da nova China. Em 1988, o partido estava enfrentando uma forte reação popular e foi forçado a reverter algumas medidas de desregulamentação de preços. A indignação também crescia diante da corrupção e do nepotismo que grassavam dentro do partido. Muitos cidadãos chineses desejavam maior liberdade de mercado, porém a "reforma" se parecia cada vez mais com uma fórmula para transformar os dirigentes do partido em magnatas dos negócios, pois muitos tomaram posse, ilegalmente, dos ativos que antes administravam como burocratas.

Com o experimento de livre mercado em perigo, Milton Friedman foi novamente convidado a visitar a China — da mesma forma que os Garotos de

Chicago e os piranhas tinham solicitado sua ajuda em 1975, quando o programa que implantavam provocou uma revolta interna no Chile.[42] Uma visita em grande estilo do mais famoso guru do capitalismo era o empurrão que os “reformadores” da China precisavam.

Quando Friedman e sua mulher, Rose, chegaram a Xangai, em setembro de 1988, se impressionaram com a maneira pela qual a China continental estava ficando parecida com Hong Kong. Apesar do ódio que fervilhava no seio da população, tudo o que viram servia para confirmar “nossa fé no poder do livre mercado”. Friedman descreveu aquele momento como “o mais promissor de todo o experimento chinês”.

Na presença da mídia oficial, Friedman se encontrou por duas horas com Zhao Ziyang, o secretário-geral do Partido Comunista, e também com Jiang Zemin, então secretário do partido no Comitê de Xangai e futuro presidente da China. A mensagem de Friedman para Jiang reproduziu o conselho que deu a Pinochet quando o projeto chileno esteve à beira do desastre: não se curve à pressão e não titubeie. Como bem lembrou: “Eu enfatizei a importância da privatização e do livre mercado, e da liberalização num golpe só.” Num memorando para o secretário-geral do Partido Comunista, Friedman ressaltou que era necessária uma dose maior, e não menor, de terapia de choque. “Os primeiros passos da China em direção à reforma foram muito bem-sucedidos. Novos progressos extraordinários podem ser feitos, por meio de uma confiança ainda maior nos *livres mercados privados.*”[43]

Logo depois de seu regresso aos Estados Unidos, Friedman, recordando a fúria que causara por aconselhar Pinochet, escreveu uma carta, “carregada de perversidade”, para o editor de um jornal estudantil que o denunciava pelos padrões dúbios. Ele contou que acabara de passar doze dias na China, principalmente como “convidado de instituições governamentais”, e se encontrara com dirigentes do alto escalão do Partido Comunista. Ainda assim, esses encontros não haviam causado nenhuma comoção pelos direitos humanos nos *campi* norte-americanos, como Friedman observou. “Aliás, dei os mesmos conselhos tanto ao Chile quanto à China.” E concluiu, sarcasticamente: “Será que eu deveria me preparar para uma avalanche de protestos porque tive vontade de aconselhar um governo assim tão mau?”[44]

Alguns meses depois, a carta maldosa adquiriu tons ainda mais sinistros, porque o governo chinês começou a adotar diversas das táticas mais infames de Pinochet.

A viagem de Friedman não teve o resultado esperado. As fotos estampadas nos jornais oficiais, do professor dando sua bênção aos burocratas do partido, não ajudaram a trazer o público para perto. Nos meses subsequentes, os protestos se tornaram ainda mais determinados e radicais. Os símbolos mais visíveis da oposição eram as manifestações de estudantes em greve, na Praça da Paz Celestial. Esses protestos históricos foram quase universalmente retratados pela mídia internacional como um embate entre estudantes idealistas modernos, que aspiravam a liberdades democráticas no estilo ocidental, e a velha guarda autoritária, que desejava proteger o Estado comunista. Recentemente, surgiu uma outra análise do significado da Paz Celestial, que discute a versão dominante e coloca o friedmanismo no centro do problema. Essa narração alternativa tem sido ampliada, entre outros, por Wang Hui, um dos organizadores dos protestos de 1989 e agora um dos mais célebres intelectuais da atual "Nova Esquerda" chinesa. Num livro publicado em 2003, com o título de *China's New Order*, Wang explica que os manifestantes englobavam um espectro bem grande da sociedade chinesa — não somente a elite estudantil universitária, mas também trabalhadores fabris, pequenos empresários e professores. O que inflamava os protestos, como lembrou, era o descontentamento popular diante das mudanças econômicas "revolucionárias" de Deng, as quais estavam reduzindo salários, aumentando preços e causando uma "crise de demissões e desemprego".(45) De acordo com Wang: "Essas mudanças funcionaram como catalisadoras da mobilização social de 1989."(46)

As manifestações não eram contra a reforma econômica *per se*; elas se voltavam especificamente contra a natureza friedmanista das reformas — sua velocidade e aspereza, e o fato de que o processo era altamente antidemocrático. Wang afirma que o clamor dos manifestantes por eleições e liberdade de expressão estava intimamente relacionado ao descontentamento econômico. O que levou à exigência de democracia foi justamente o fato de que o partido estava introduzindo mudanças que eram revolucionárias em seu objetivo sem qualquer espécie de consentimento popular. Como ele escreveu, "uma demanda generalizada por medidas democráticas significa fiscalizar a equidade do processo de reforma e a reorganização dos benefícios sociais".(47)

Essas exigências forçaram o Politburo a fazer uma escolha definitiva. Não se tratava de escolher, como foi dito tantas vezes, entre democracia e comunismo, ou entre "reforma" e "velha guarda". Era uma questão um pouco mais complexa: o partido deveria continuar avançando com sua agenda de livre mercado, o que só seria possível mediante a violência contra os manifestantes? Ou deveria se curvar aos protestos que demandavam democracia, ceder seu monopólio de poder e arriscar um retrocesso no projeto econômico?

Alguns reformadores de livre mercado dentro do partido, mais notavelmente o secretário-geral Zhao Ziyang, demonstravam o desejo de apostar na democracia, convencidos de que as duas reformas, econômica e política, ainda podiam se compatibilizar. Elementos mais poderosos dentro do partido, no entanto, não queriam correr o risco. O veredicto foi proferido: o Estado continuaria a proteger seu programa de “reforma” econômica, esmagando os manifestantes.

Essa foi a mensagem enviada em 20 de maio de 1989, quando o governo da República Popular da China declarou a lei marcial. No dia 3 de junho, os tanques do Exército de Libertação Popular chegavam aos montes na área de protestos e atiravam de modo indiscriminado contra a multidão. Soldados tomaram de assalto os ônibus em que os estudantes se escondiam e os espancaram com cassetetes; outras tropas passaram por cima das barricadas que protegiam a Praça da Paz Celestial, na qual os estudantes haviam erguido uma estátua da Deusa da Democracia, e prenderam os organizadores. Embates semelhantes ocorreram, simultaneamente, em todo o país.

Jamais haverá estimativas confiáveis sobre o número de mortos e feridos naqueles dias. O partido admitiu que foram centenas, e testemunhas oculares relataram, na época, que o número de mortos chegava a algo entre dois e sete mil e o de feridos alcançava cerca de trinta mil. Os protestos foram seguidos por um movimento de caça às bruxas, em escala nacional, que perseguiu todos os críticos e opositores do regime. Cerca de quarenta mil pessoas foram detidas, milhares foram mandadas para a prisão e muitas — possivelmente centenas — foram executadas. Como na América Latina, o governo reservava os castigos mais duros para os operários fabris, que representavam a ameaça mais direta ao capitalismo desregulamentado. Segundo Maurice Meisner: “A maior parte dos que foram presos, e praticamente todos os que foram executados, era de trabalhadores. Com o claro objetivo de aterrorizar a população, essa prática de sistematicamente prender indivíduos para bater e torturar recebeu uma grande publicidade.”[(48)]

Em grande medida, o massacre foi tratado, na imprensa do Ocidente, como mais um exemplo da brutalidade comunista: da mesma forma que Mao havia eliminado seus opositores durante a Revolução Cultural, agora era Deng, o “Açougueiro de Beijing”, que esmagava seus críticos debaixo dos olhos vigilantes de Mao, pintados em seu retrato gigante. Uma manchete do *Wall Street Journal* alardeava que “As ações mais duras na China ameaçam fazer retroceder o ímpeto [de] dez anos de reforma” — como se Deng fosse contrário àquelas reformas, e não o seu defensor mais comprometido, decidido a levá-las a terrenos ainda intocados.[(49)]

Cinco dias após os combates sangrentos, Deng fez um pronunciamento à nação e deixou perfeitamente claro que não era o comunismo que ele estava protegendo com suas represálias, mas, sim, o capitalismo. Depois de desqualificar os manifestantes como "uma grande quantidade da escória da sociedade", o presidente da China reafirmou a adesão do partido à terapia de choque econômico. Como ele mesmo disse: "Foi um teste, e nós passamos. Talvez essa coisa ruim tenha servido para nos permitir avançar na política de reforma e abertura, com passos ainda mais firmes, fortes e rápidos. (...) Não erramos. Não há nada de errado com os quatro princípios cardeais [da reforma econômica]. Se existe alguma coisa faltando, é o fato de que esses princípios ainda não foram implementados em toda a sua extensão."[39] (50)

Orville Schell, um acadêmico e jornalista chinês, resumiu assim a escolha de Deng Xiaoping: "Depois do massacre de 1989, ele de fato afirmou que não iria parar com a reforma econômica; na verdade, iria estancar a reforma política."(51)

Para Deng e o restante do Politburo, as possibilidades do livre mercado eram agora ilimitadas. Exatamente como o terror de Pinochet havia livrado as ruas do clamor pelas mudanças revolucionárias, a Paz Celestial pavimentou o caminho para uma transformação radical, sem receio de qualquer rebelião. Se a vida se tornara mais difícil para operários e agricultores, eles teriam de aceitá-la calados, ou então enfrentariam a fúria do Exército e da polícia secreta. Assim, com a população em estado de puro terror, Deng prosseguiu com reformas ainda mais profundas.

Antes da Paz Celestial, ele tinha sido forçado a suspender algumas das medidas mais dolorosas; três meses após o massacre, ele as trouxe de volta e implementou outras recomendações de Friedman, inclusive o descontrole de preços. Para Wang Hui, há uma explicação óbvia para o fato de que "as reformas de mercado, que não puderam ser implementadas até o final da década de 1980, tenham se completado após 1989"; a explicação, como ele escreveu, "é que a violência de 1989 serviu para reprimir a convulsão social causada por esse processo, e o novo sistema de preços finalmente tomou forma".(52) Em outras palavras, o choque do massacre tornou possível a terapia de choque.

Nos três anos que se seguiram ao banho de sangue, a China se abriu para o investimento estrangeiro, com a instalação de zonas especiais de exportação em todo o país. Quando Deng anunciou essas iniciativas, lembrou ao país que, "se for necessário, toda e qualquer medida será tomada para eliminar qualquer tumulto no futuro, assim que ele aparecer. A lei marcial e métodos ainda mais severos também podem ser introduzidos".[40] (53)

Foi essa onda de reformas que transformou a China na *sweatshop* mais pobre e insalubre do mundo, a localização preferida por praticamente todas as

multinacionais do planeta para instalar suas fábricas. Nenhum país oferecia condições mais lucrativas do que a China: tarifas e impostos reduzidos, funcionários corruptíveis e, acima de tudo, uma enorme força de trabalho de baixos salários que, por muitos anos, não se arriscaria a exigir pagamentos decentes ou a proteção mais elementar em seu local de trabalho, por medo de represálias violentas.

Para os investidores estrangeiros e o partido, foi um acordo de vencedores. Segundo um estudo realizado em 2006, 90% dos bilionários chineses (calculados em iuane, a moeda chinesa) são filhos de dirigentes do Partido Comunista. Aproximadamente 2.900 desses rebentos do partido — conhecidos como "os principezinhos" — controlam um total de 260 bilhões de dólares.(54) É um reflexo do Estado corporatista implantado pela primeira vez no Chile de Pinochet: um círculo vicioso de corporações e elites políticas, que juntam seus poderes para eliminar os trabalhadores como força política organizada. Hoje, esse tipo de colaboração pode ser visto na forma pela qual a mídia estrangeira e as empresas de tecnologia ajudam o Estado chinês a espionar seus cidadãos, e no modo pelo qual está garantido que, toda vez que um estudante chinês busca na internet termos como "Massacre na Praça da Paz Celestial", ou mesmo "democracia", nenhum documento é encontrado. Como afirma Wang Hui: "A criação da sociedade de mercado atual não foi resultado de uma sequência espontânea de fatos, e sim de uma interferência do Estado realizada com violência."(55)

Uma das verdades reveladas pela Paz Celestial foi a notável semelhança entre as táticas do comunismo autoritário e do capitalismo da Escola de Chicago — um desejo comum de eliminar os oponentes, de modo a limpar o terreno de qualquer forma de resistência para recomeçar do zero.

Embora o massacre tenha acontecido justamente alguns meses depois que ele encorajou os funcionários chineses a intensificar as políticas impopulares e dolorosas de livre mercado, Friedman jamais enfrentou "uma avalanche de protestos por querer aconselhar um governo assim tão mau". Como de praxe, ele também não viu nenhuma conexão entre seu conselho e a violência necessária para executá-lo. Ao mesmo tempo em que condenava o uso da repressão na China, Friedman continuava a usá-la como um exemplo da "eficácia dos arranjos de livre mercado para promover tanto a prosperidade quanto a liberdade".(56)

Em uma estranha coincidência, o massacre da Praça da Paz Celestial aconteceu no mesmo dia da histórica vitória eleitoral do Solidariedade na Polônia — 4 de junho de 1989. De certo modo, ambos representaram duas aplicações muito diferentes da doutrina do choque. Os dois países precisaram explorar o choque e o medo para realizar uma transformação de livre mercado.

Na China, onde o Estado aplicou os métodos de terror, tortura e assassinato, o resultado foi um sucesso indiscutível, do ponto de vista do mercado. Na Polônia, onde apenas o choque da crise econômica e da mudança brusca foi utilizado — e não ocorreu violência aberta —, os efeitos do choque eventualmente se enfraqueceram e os resultados se tornaram bem mais ambíguos.

Na Polônia, a terapia de choque pode ter sido imposta depois das eleições, mas escarneceu da democracia, pois entrou em conflito direto com as aspirações da imensa maioria dos eleitores que apoiaram o Solidariedade. Em pleno ano de 1992, 60% dos poloneses ainda se opunham à privatização da indústria pesada. Ao defender suas ações impopulares, Sachs alegou que não teve escolha e igualou seu papel ao de um cirurgião numa situação emergencial: "Quando alguém dá entrada no setor de emergência, com o coração parado, o procedimento indicado é abrir o esterno e não se preocupar com a cicatriz que vai resultar disso. O fundamental é fazer o coração do indivíduo voltar a bater. E você faz uma grande confusão. Mas não tem nenhuma escolha."(57)

Assim que os poloneses se recuperaram da cirurgia inicial, começaram a questionar tanto o médico quanto o tratamento. Na Polônia, a terapia de choque não causou "deslocamentos momentâneos", conforme a previsão de Sachs. Provocou uma depressão completa: 30% de redução da produção industrial, nos dois anos que se seguiram à primeira rodada das reformas. Com os cortes nos gastos governamentais e as importações baratas inundando o mercado, o desemprego chegou às alturas, atingindo, em 1993, cerca de 25% em algumas áreas — uma mudança brutal para um país que, sob o regime comunista, apesar de todos os abusos e privações, não tinha desempregados. Mesmo depois que a economia começou a crescer de novo, o desemprego elevado permaneceu crônico. De acordo com os dados mais recentes do Banco Mundial, a Polônia tem uma taxa de desocupação de 20% — a maior de toda a União Europeia. Para os que têm menos de 24 anos, a situação é ainda pior: 40% dos trabalhadores jovens estavam sem emprego em 2006, duas vezes mais do que a média da União Europeia. Mais dramáticos ainda são os números de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza: em 2003, 59% dos habitantes do país tinham caído para baixo dessa linha.(58) A terapia de choque, que provocara a erosão das garantias trabalhistas e tornara a vida cotidiana muito mais cara, não foi o caminho que ajudou a Polônia a se tornar um país europeu "normal" (com suas leis trabalhistas seguras e benefícios sociais generosos); ao contrário, levou-a a disparidades cada vez mais amplas, como sempre aconteceu nos lugares em que a contrarrevolução triunfou, do Chile à China.

O fato de que a criação dessa subclasse permanente tenha ocorrido sob a gestão do Solidariedade, o partido fundado pelo operariado polonês, representou uma amarga traição; dela resultaram um cinismo e uma raiva no país, que parecem resistir ao tempo. Os líderes do Solidariedade frequentemente renegam suas origens socialistas, e mesmo Walesa hoje afirma que, em 1980, já sabia que teria de "construir o capitalismo". Karol Modzelewski, um intelectual militante do Solidariedade que passou oito anos e meio na prisão comunista, retruca com raiva: "Eu não teria passado sequer uma semana ou um mês na cadeia pelo capitalismo, que dirá oito anos e meio!"(59)

Nos primeiros dezoito meses de governo do Solidariedade, os trabalhadores acreditaram em seus heróis, quando eles garantiram que o sofrimento seria temporário, uma parada necessária no caminho que levaria a Polônia rumo à Europa moderna. Mesmo diante do desemprego crescente, eles encenaram apenas rudimentos de greves e esperaram pacientemente que a parte terapêutica de sua terapia de choque surtisse efeito. Quando a recuperação prometida não aconteceu, pelo menos não na forma de empregos, os partidários do Solidariedade ficaram bastante confusos: como pôde o seu próprio movimento resultar num padrão de vida pior do que o do regime comunista? Segundo o relato de um empregado da construção civil, de 41 anos: "Quando criei um comitê sindical, em 1980, [o Solidariedade] me defendeu. Mas quando fui pedir ajuda desta vez, eles me disseram para aguentar o sofrimento pelo bem da reforma."(60)

Passados dezoito meses daquele período de "política extraordinária" na Polônia, a base do Solidariedade estava saturada e exigia o fim do experimento. A insatisfação extremada se refletia num crescimento notável do número de greves; em 1990, quando os trabalhadores ainda continuavam dando carta branca ao Solidariedade, ocorreram somente 250 greves; em 1992, houve mais de seis mil protestos desse tipo.(61) Tendo de encarar essa pressão de baixo, o governo se viu forçado a diminuir o ritmo de seus planos mais ambiciosos de privatização. No final de 1993 — um ano em que aconteceram 7.500 greves —, 62% do total da produção industrial da Polônia ainda eram estatais.(62)

O fato de que os trabalhadores poloneses tenham conseguido interromper a privatização integral do país demonstra que, apesar de muito dolorosas, as reformas poderiam ter sido ainda piores. A onda de greves salvou, de modo inquestionável, centenas de milhares de empregos que teriam sido perdidos, em outras circunstâncias, se essas firmas supostamente ineficientes tivessem sido fechadas ou radicalmente reduzidas para venda. Curiosamente, a economia polonesa começou a crescer de forma acelerada nesse mesmo período. Isso mostrou, segundo Tadeusz Kowalik, o proeminente economista polonês e antigo

militante do Solidariedade, que aqueles que desejavam eliminar as empresas estatais, sob a alegação de seu arcaísmo e ineficiência, estavam “obviamente equivocados”.

Junto com as greves, os trabalhadores poloneses encontraram outra maneira de expressar sua raiva contra os outrora aliados do Solidariedade: usaram a democracia que haviam lutado para conquistar no intuito de punir o partido nas eleições, inclusive o seu líder antes idolatrado, Lech Walesa. A virada mais dramática aconteceu em 19 de setembro de 1993, quando uma coalizão de partidos de esquerda, entre os quais estava o velho Partido Comunista (agora rebatizado de Aliança Democrática de Esquerda), conquistou 66% dos assentos no Parlamento. O Solidariedade, nessa ocasião, tinha se dividido em diversas facções rivais. A facção sindical ganhou menos de 5% e perdeu a condição oficial de partido dentro do Parlamento. A nova agremiação liderada pelo primeiro-ministro Mazowiecki recebeu somente 10,6% dos votos — uma rejeição retumbante da terapia de choque.

Mesmo assim, nos anos que se seguiram, enquanto dezenas de países lutavam para reformar suas economias, os detalhes inconvenientes — greves, derrotas eleitorais, reviravoltas políticas — se perderam. A Polônia continuou sendo apresentada como um modelo, uma prova de que as mudanças radicais de livre mercado podem acontecer de forma democrática e pacífica.

Como diversas outras histórias sobre países em processos de transição, essa foi, em grande parte, um mito. Mas era melhor do que a verdade: na Polônia, a democracia tinha sido usada como arma contra o “livre mercado”, nas ruas e nas eleições. Enquanto isso, na China, onde a trajetória em direção ao capitalismo desregulamentado passou por cima da democracia na Praça da Paz Celestial, o choque e o terror desencadearam um dos mais lucrativos e seguros surtos de investimento da história moderna. Mais um milagre que nasceu de um massacre.

NOTAS DO CAPÍTULO 9

(1) Leszek Balcerowicz, “Losing Milton Friedman, A Revolutionary Muse of Liberty”, *Daily Star* (Beirute), 22 de novembro de 2006.

(2) Michael Freedman, “The Radical”, *Forbes*, 13 de fevereiro de 2006.

(3) Joseph Fewsmith, *China Since Tiananmen: The Politics of Transition* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 35.

(4) O embrião do Solidariedade foi uma agremiação semi-independente chamada Free Labour Unions of the Coast [Sindicatos Costeiros do Trabalho Livre], fundada em 1978. Esse foi o grupo organizador das greves que acabaram levando à criação do Solidariedade.

(5) Thomas A. Sancton, “He Dared to Hope”, *Time*, 4 de janeiro de 1982.

(6) *Ibid.*

(7) “Programa do Solidariedade Adotado no Primeiro Congresso Nacional”, em Peter Raina, *Poland 1981: Towards Social Renewal* (Londres: George Allen & Unwin, 1985), 326-380.

(8) Sancton, “He Dared to Hope”.

(9) Egil Aarvik, “The Nobel Peace Prize 1983 Presentation Speech”, Oslo, Noruega, 10 de dezembro de 1983, www.nobelprize.org.

(10) Lawrence Weschler, “A Grand Experiment”, *The New Yorker*, 13 de novembro de 1989.

(11) Tadeusz Kowalik, “Why the Social Democratic Option Failed: Poland’s Experience of Systemic Change”, em *Social Democracy in Neoliberal Times: The Left and Economic Policy Since 1990* (Oxford: Oxford University Press, 2001), 223; Jeffrey D. Sachs, *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time* (Nova York: Penguin, 2005), 120; Magdalena Wyganowska, “Transformation of the Polish Agricultural Sector and the Role of the Donor Community”, *USAID Mission to Poland*, setembro de 1998, www.usaid.gov.

(12) James Risen, “Cowboy of Poland’s Economy”, *Los Angeles Times*, 9 de fevereiro de 1990.

(13) Sachs, *The End of Poverty,* 111.

(14) Weschler, “A Grand Experiment”.

(15) Sachs, *The End of Poverty,* 114.

(16) *Ibid.*; Weschler, “A Grand Experiment”.

(17) Entrevista com Jeffrey Sachs, realizada em 15 de junho de 2000, para a série de televisão *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(18) Przemyslaw Wielgosz, "25 Years of Solidarity", conferência não publicada, agosto de 2005. Cortesia do autor.

(19) Sachs, *The End of Poverty,* 117. NOTA DE RODAPÉ: Randy Boyagoda, "Europe's Original Sin", *The Walrus,* fevereiro de 2007, www.walrusmagazine.com.

(20) Weschler, "A Grand Experiment"; Entrevista com Gonzalo Sánchez de Lozada, realizada em 20 de março de 2001, para a série de televisão *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(21) Weschler, "A Grand Experiment".

(22) Balcerowicz, "Losing Milton Friedman".

(23) "Walesa: U.S. Has Stake in Poland's Success", United Press International, 25 de agosto de 1989.

(24) A citação é de Zofia Kuratowska, "Solidarity's foremost expert on health services and now a leading legislator". Weschler, "A Grand Experiment".

(25) John Tagliabue, "Poles Approve Solidarity-Led Cabinet", *New York Times,* 13 de setembro de 1989.

(26) Weschler, "A Grand Experiment"; "Mazowiecki Taken Ill in Parliament", *Guardian Weekly* (Londres), 17 de setembro de 1989.

(27) Anne Applebaum, "Exhausted Polish PM's Cabinet Is Acclaimed", *Independent* (Londres), 13 de setembro de 1989.

(28) Weschler, "A Grand Experiment".

(29) *Ibid.*

(30) Leszek Balcerowicz, "Poland", em *The Political Economy of Policy Reform,* ed. John Williamson (Washington, DC: Institute for International Economics, 1994), 177.

(31) *Ibid.,* 176-177.

(32) *Ibid.,* 163.

(33) Thomas Carothers, "The End of the Transition Paradigm", *Journal of Democracy* 13, nº 1 (janeiro de 2002), 6-7.

(34) George J. Church, "The Education of Mikhail Sergeyevich Gorbachev", *Time,* 4 de janeiro de 1988.

(35) Francis Fukuyama, "The End of History?" *The National Interest,* verão de 1989. NOTA DE RODAPÉ: Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (Nova York: Free Press, 1992). [No Brasil, *O fim da história e o último homem.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992.]

(36) Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 603.

(37) Fukuyama, "The End of History?"

(38) *Ibid.*

(39) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 520-522.

(40) *Ibid.*, 558; Milton Friedman, "If Only the United States Were as Free as Hong Kong", *Wall Street Journal,* 8 de julho de 1997.

(41) Maurice Meisner, *The Deng Xiaoping Era: An Inquiry into the Fate of Chinese Socialism, 1978-1994* (Nova York: Hill and Wang, 1996), 455; "Deng's June 9 Speech: 'We Face a Rebellious Clique' and 'Dregs of Society'", *New York Times,* 30 de junho de 1989.

(42) Friedman foi convidado para visitar a China na condição de participante de conferências e professor da universidade — mas, em suas memórias, ele a caracteriza como visita oficial: "Fui principalmente como convidado das entidades governamentais", escreveu. Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 601.

(43) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 517, 537, 609. A ênfase é do original.

(44) *Ibid.*, 601-602.

(45) Wang Hui, *China's New Order: Society, Politics, and Economy in Transition* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003), 45, 54.

(46) *Ibid.*, 54.

(47) *Ibid.*, 57.

(48) Meisner, *The Deng Xiaoping Era,* 463-465.

(49) "China's Harsh Actions Threaten to Set Back 10-Year Reform Drive", *Wall Street Journal,* 5 de junho de 1989.

(50) "Deng's June 9 Speech: 'We Face a Rebellious Clique' and 'Dregs of Society'". NOTA DE RODAPÉ: Henry Kissinger, "The Caricature of Deng as a Tyrant Is Unfair", *Washington Post,* 1º de agosto de 1989.

(51) Entrevista com Orville Schell, realizada em 13 de dezembro de 2005 para o episódio "The Tank Man", da série da PBS chamada *Frontline*; a transcrição completa da entrevista está disponível em www.pbs.org.

(52) Wang, *China's New Order*, 65-66.

(53) Meisner, *The Deng Xiaoping Era*, 482. NOTA DE RODAPÉ: David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Oxford: Oxford University Press, 2005), 135.

(54) Mo Ming, "90 Percent of China's Billionaires Are Children of Senior Officials", *China Digital Times,* 2 de novembro de 2006, www.chinadigitaltimes.net.

(55) Human Rights Watch, "Race to the Bottom: Corporate Complicity in Chinese Internet Censorship", *Human Rights Watch* 18, nº 8 (c) (agosto de 2006): 28, 43; Wang, *China's New Order*, 65.

(56) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 516.

(57) Jaroslaw Urbanski, “Workers in Poland After 1989”, Workers Initiative Poland, paspartoo.w.interia.pl; Weschler, “A Grand Experiment”.

(58) Mark Kramer, “Polish Workers and the Post-Communist Transition, 1989-93”, *Europe-Asia Studies*, junho de 1995; Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2006, www.worldbank.org; Andrew Curry, “The Case Against Poland’s New President”, *New Republic*, 17 de novembro de 2005; Wielgosz, “25 Years of Solidarity”.

(59) Wielgosz, “25 Years of Solidarity”.

(60) David Ost, *The Defeat of Solidarity: Anger and Politics in Postcommunist Europe* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005), 62.

(61) *Statistical Yearly* (Varsóvia: Polish Main Statistical Office, 1997), 139.

(62) Kramer, “Polish Workers and the Post-Communist Transition, 1989-93”.

CAPÍTULO 10

A DEMOCRACIA NASCE ACORRENTADA

A LIBERDADE RESTRINGIDA DA ÁFRICA DO SUL

> **Reconciliação quer dizer que aqueles que ficaram do lado de baixo da história devem perceber que existe uma diferença qualitativa entre repressão e liberdade. E, para eles, a liberdade é ter assegurado o suprimento de água potável e a disponibilidade de eletricidade na tomada; é ser capaz de viver numa casa decente e ter um bom emprego; é poder mandar seus filhos para a escola e ter acesso à assistência médica. Pergunto: qual o sentido de realizar essa transição se a qualidade de vida dessas pessoas não for elevada e aprimorada? Assim, o voto se torna inútil.**
> — Arcebispo Desmond Tutu, presidente da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, 2001[(1)]

> **Antes de transferir o poder, o Partido Nacionalista pretende castrá-lo. Está tentando negociar uma espécie de acordo em que abre mão de governar o país a seu modo, em troca do direito de impedir os negros de fazê-lo do seu próprio jeito.**
> — Allister Sparks, jornalista sul-africano[(2)]

EM JANEIRO DE 1990, NELSON MANDELA, então com 71 anos de idade, sentou-se em sua prisão para escrever uma nota aos seus partidários, que esperavam do lado de fora. Ela serviu para esclarecer se os 27 anos passados atrás das grades, na maior parte do tempo na ilha de Robben, na costa da Cidade do Cabo, tinham ou não enfraquecido o compromisso do líder com a transformação econômica do Estado de *apartheid* da África do Sul. A nota tinha apenas duas longas sentenças e apresentava a questão decisiva: "A nacionalização de minas, bancos e indústrias monopolistas é a política do CNA, e a mudança ou modificação de nossa visão a esse respeito é inconcebível. O fortalecimento econômico dos

negros é um objetivo que nós apoiamos e encorajamos integralmente, mas, na atual situação, o controle estatal de certos setores da economia é inevitável."[3]

Como se viu, a história ainda não tinha acabado, apesar da afirmação de Fukuyama. Na África do Sul, a maior economia do continente, parecia que algumas pessoas ainda acreditavam que a liberdade incluía o direito a reivindicar e redistribuir os ganhos injustamente adquiridos pelos opressores.

Essa crença constituiu a base da política do Congresso Nacional Africano (CNA) por 35 anos, desde que foi grafada em sua declaração de princípios, a Carta da Liberdade. A história da preparação dessa carta se tornou folclore na África do Sul, e por um bom motivo. O processo começou em 1955, quando o partido despachou cinquenta mil voluntários para as aldeias e cidades. Sua missão era coletar "demandas de liberdade" entre as pessoas — mapear sua visão de um mundo posterior ao *apartheid*, no qual os sul-africanos tivessem direitos iguais. Essas demandas foram escritas em pedaços de papel: "Terra para os sem-terra", "Salários dignos e menos horas de trabalho", "Educação gratuita e obrigatória, independente de cor, raça ou nacionalidade", "Direito de morar e mudar livremente", e muitos outros.[4] Quando as demandas foram trazidas para os líderes do Congresso Nacional Africano, eles trataram de sintetizá-las num documento final, que foi oficialmente adotado em 26 de junho de 1955, no Congresso do Povo, organizado em Kliptown, uma "cidade-tampão", construída para proteger os habitantes brancos de Joanesburgo frente à massa numerosa de Soweto. Aproximadamente três mil delegados — negros, hindus, "de cor" e uns poucos brancos — sentaram-se juntos num campo vazio para votar o conteúdo do documento. De acordo com o relato de Nelson Mandela sobre o encontro histórico de Kliptown, "a carta foi lida em voz alta para as pessoas, seção por seção, em inglês, sesoto e xhosa. Após cada seção, a multidão manifestava sua aprovação com gritos de '*África*' '*Mayibuye*'!"[5] A primeira exigência desafiadora da carta diz: "O povo deve governar!"

Em meados dos anos 1950, aquele sonho estava décadas distante de ser atingido. No segundo dia do Congresso, a reunião foi violentamente dispersada pela polícia, que alegou conspiração para traição por parte dos delegados.

Durante três décadas, o governo da África do Sul, dominado pelos brancos africâners e pelos britânicos, baniu o CNA e outros partidos políticos que pretendiam acabar com o regime de *apartheid*. Ao longo desse período de intensa repressão, a Carta da Liberdade continuou a circular, passando de mão em mão, nos subterrâneos revolucionários, sem jamais perder o seu poder de incutir esperança e resistência. Nos anos 1980, foi apropriada por uma nova geração de militantes jovens que emergia nas cidades. Cansados de ter paciência e bom comportamento, e decididos a fazer o que fosse necessário para derrubar a

dominação branca, os jovens radicais assombraram seus pais com a total falta de medo. Foram para as ruas sem ilusão, cantando: “Nem balas nem gás lacrimogêneo vão nos deter.” Enfrentaram massacre atrás de massacre, enterraram os amigos e continuaram vindo, e cantando. Quando perguntavam aos militantes contra o que estavam lutando, respondiam: “*apartheid*” ou “racismo”; perguntados pelo que estavam lutando, diziam: “pela liberdade” e, frequentemente, “pela Carta da Liberdade”.

A carta reverenciava o direito ao trabalho, à moradia decente, à liberdade de pensamento e, ainda mais radicalmente, à partilha das riquezas de um dos países mais abastados da África, que continha, entre outros tesouros, as maiores minas de ouro do mundo. Como enunciava: “A riqueza nacional de nosso país, a herança dos sul-africanos, deve ser restituída ao povo; a riqueza mineral debaixo do solo, os bancos e a indústria monopolista devem ser transferidos à propriedade do povo como um todo; todas as outras indústrias e atividades devem ser controladas, de modo a garantir o bem-estar da população.”(6)

Na época de sua elaboração, a carta foi encarada por muitos participantes do movimento de libertação como eminentemente centrista e, por outros, como imperdoavelmente fraca. Os pan-africanistas castigaram o CNA por ceder demais aos brancos colonizadores (por que, eles perguntavam, a África do Sul pertenceria a “todos, negros *e* brancos?”; o manifesto deveria reivindicar “a África para os africanos”, como fez o nacionalista negro jamaicano Marcus Garvey). Os marxistas devotos descartaram as demandas como “pequeno-burguesas”: não era uma conduta revolucionária dividir a propriedade da terra entre todas as pessoas; Lênin havia dito que a propriedade privada em si mesma devia ser abolida.

O que todas as facções do movimento de libertação aceitavam era que o *apartheid* não constituía apenas um regime político que restringia o direito de votar e de circular livremente. Era também um sistema *econômico* que usava o racismo para fortalecer um arranjo altamente lucrativo: uma pequena elite branca se tornara capaz de retirar lucros fabulosos das minas, fazendas e fábricas sul-africanas, porque a maioria negra era impedida de possuir terras e forçada a trabalhar por salários muito inferiores ao valor de seu trabalho — e espancada e aprisionada sempre que ousava se rebelar. Nas minas, os trabalhadores brancos recebiam salários dez vezes maiores do que os negros e, como na América Latina, os maiores industriais trabalhavam em constante sintonia com os militares, para que os operários mais indisciplinados desaparecessem.(7)

O que a Carta da Liberdade asseverava era o consenso basilar do movimento de libertação de que a liberdade não chegaria apenas no momento em que os negros tomassem o poder, mas, sim, quando a riqueza da terra que tinha sido

ilegalmente confiscada fosse recuperada e redistribuída pela sociedade como um todo. A África do Sul não podia continuar sendo um país com padrões de vida californianos para os brancos e congoleses para os negros, como acontecia nos anos de *apartheid*; a liberdade a ajudaria a encontrar um meio-termo.

Foi isso que Mandela confirmou em sua nota de duas sentenças, redigida na prisão: ele ainda acreditava, lá no fundo, que não haveria liberdade sem redistribuição. Essa declaração teve enormes implicações, porque vários outros países também estavam passando "pela transição" naquele momento. Se Mandela chegasse ao poder com o CNA e nacionalizasse os bancos e as minas, esse precedente tornaria ainda mais difícil para os economistas da Escola de Chicago rejeitar aquelas propostas em outros países, como vestígios do passado, e insistir que somente o livre mercado desregulamentado e o livre-comércio poderiam corrigir desigualdades profundas.

No dia 11 de fevereiro de 1990, duas semanas depois de escrever aquela nota, Mandela deixou a prisão como um homem livre, o próprio santo encarnado neste mundo. As cidades sul-africanas explodiram em comemoração e renovaram sua convicção de que nada poderia deter a luta pela libertação. Ao contrário do que aconteceu na Europa do Leste, a África do Sul não foi derrotada por um movimento de crescente sucesso. Mandela, por sua vez, estava passando por uma situação de choque cultural verdadeiramente épica, chegando a confundir um microfone de câmera com uma "nova arma criada enquanto eu estava na prisão".[8]

Com certeza, esse era um mundo muito diferente daquele que ele deixara 27 anos antes. Quando Mandela foi preso, em 1962, uma onda de nacionalismo terceiro-mundista estava varrendo o continente africano; agora, ele estava destruído pela guerra. Enquanto esteve na prisão, revoluções socialistas foram iniciadas e extintas: Che Guevara foi assassinado na Bolívia, em 1967; Salvador Allende morreu no golpe de 1973; o herói da libertação de Moçambique e seu presidente, Samora Machel, tinha perecido num misterioso desastre de avião, em 1986. No final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, o mundo assistiu à queda do Muro de Berlim, à repressão na Praça da Paz Celestial e ao fim do comunismo. No meio de todas essas mudanças, havia pouco tempo para se atualizar: Mandela tinha um povo para conduzir à liberdade, tentando evitar a guerra civil e o colapso econômico — ambos pareciam duas possibilidades distintas.

Se havia uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo — uma forma de democratizar o país e, ao mesmo tempo, redistribuir a riqueza —, a África do Sul, sob o comando do CNA, parecia ser a única nação posicionada para transformar aquele sonho persistente em realidade. Não se tratava apenas do

apoio e da admiração devotados a Mandela em todo o mundo, mas também da forma particular que a luta contra o *apartheid* tomara nos anos anteriores. Na década de 1980, tinha se criado um movimento de massa em escala mundial, e fora da África do Sul, baseado no boicote às corporações — tanto às que produziam no país quanto às que mantinham negócios com empresas sul-africanas. O objetivo da estratégia de boicote era exercer uma pressão tão grande sobre o setor corporatista, que ele acabaria convencendo o governo intransigente da África do Sul a terminar com o regime de *apartheid*. Mas havia ainda um componente moral na campanha: muitos consumidores acreditavam realmente que as companhias que estavam lucrando com o racismo dos brancos deveriam sofrer um baque financeiro.

Foi essa atitude que deu ao CNA uma oportunidade única para rejeitar a ortodoxia de livre mercado então predominante. Na medida em que havia o reconhecimento generalizado de que as corporações tinham responsabilidades pelos crimes do *apartheid*, o cenário estava montado para Mandela explicar por que setores estratégicos da economia sul-africana deveriam ser nacionalizados, conforme o que estava disposto na Carta da Liberdade. Ele podia ter usado o mesmo argumento para explicar por que a dívida acumulada sob o regime racista era um encargo ilegítimo para ser colocado sobre os ombros de um governo popular recém-eleito. Haveria uma reação raivosa no FMI, no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e na União Europeia diante desse comportamento indisciplinado, mas Mandela era o próprio santo encarnado — e receberia também um enorme apoio popular.

Jamais saberemos qual dessas duas forças teria se mostrado mais poderosa. Nos anos que se passaram entre a nota que Mandela escreveu na prisão e a eleição vitoriosa de 1994, em que foi proclamado presidente, algo aconteceu para convencer a liderança do partido de que não deveria utilizar seu prestígio popular para exigir e redistribuir as riquezas roubadas do país. Assim, em lugar de tentar se posicionar entre a Califórnia e o Congo, o CNA adotou políticas que aprofundaram tanto as desigualdades quanto o crime, levando a África do Sul a exibir uma divisão social mais próxima de Beverly Hills e Bagdá. Hoje, o país se assemelha a um testemunho vivo daquilo que acontece quando a reforma econômica é separada da transformação política. Em termos políticos, o povo tem direito de voto, liberdades civis e governo da maioria. Do ponto de vista econômico, todavia, a África do Sul suplantou o Brasil como a sociedade mais desigual do mundo.

Fui à África do Sul em 2005, a fim de tentar compreender o que aconteceu na transição, naqueles anos decisivos entre 1990 e 1994, e o que levou Mandela

a seguir por um caminho que ele mesmo havia considerado inequivocamente "inconcebível".

O CNA iniciou as negociações com o governista Partido Nacional decidido a evitar aquele tipo de pesadelo que o vizinho Moçambique tinha experimentado, quando o movimento de independência colocou um fim ao domínio colonial de Portugal, em 1975. Ao saírem derrotados e movidos por um ataque de fúria bastante vingativo, os portugueses jogaram cimento nos poços dos elevadores, estraçalharam os tratores e levaram para fora do país tudo o que puderam carregar. Levando isso em consideração, o CNA procurou negociar uma troca de comando relativamente pacífica. Isso, no entanto, não foi suficiente para impedir que os antigos governantes da era do *apartheid* fizessem seus estragos na hora de sair. Diferentemente de seus coetâneos de Moçambique, o Partido Nacional não despejou concreto — sua sabotagem, igualmente mutiladora, foi muito mais sutil e se fixou nas condições que modelaram aquela histórica negociação.

As conversas que elaboraram os termos básicos do fim do *apartheid* ocorreram em dois rumos paralelos, que frequentemente se cruzavam: um era político e o outro era econômico. Naturalmente, a maior parte da atenção foi dirigida para os encontros políticos de alto nível entre Nelson Mandela e F.W. de Klerk, o chefe do Partido Nacional.

A estratégia utilizada por De Klerk nesses encontros era a de preservar o maior poder possível. Ele tentou de tudo — dividir o país numa federação, garantir poder de veto para os partidos minoritários, reservar um determinado percentual de assentos para cada grupo étnico nas estruturas governamentais —, enfim, qualquer coisa que impedisse o domínio da maioria simples, o que representaria expropriações maciças de terras e nacionalização das corporações. Conforme Mandela declarou depois: "O que o Partido Nacional estava tentando era manter a supremacia branca com o nosso consentimento." De Klerk tinha dinheiro e armas por trás, mas seu oponente tinha milhões de partidários. Mandela e seu principal negociador, Cyril Ramaphosa, ganharam quase todos os embates.[(9)]

As negociações econômicas, muito mais discretas, corriam paralelamente a essas reuniões políticas quase sempre explosivas. Quem comandou a delegação do CNA foi Thabo Mbeki, hoje presidente da África do Sul e naquela época uma estrela ascendente dentro do partido. Enquanto as conversas políticas avançavam, ia ficando claro para o Partido Nacional que, em breve, o Parlamento estaria firmemente nas mãos do CNA. Isso despertou o interesse da elite sul-africana no sentido de dirigir sua energia e criatividade para as

negociações econômicas. Os brancos da África do Sul tinham fracassado ao tentar impedir que os negros tomassem o poder, mas, quando chegasse a hora de defender a riqueza que haviam acumulado sob o regime do *apartheid*, não desistiriam assim tão fácil.

Nessas conversações, o governo de De Klerk tinha duas estratégias. A primeira se apoiava no Consenso de Washington emergente, segundo o qual agora existia apenas uma forma de administrar a economia, e que retratava a tomada de decisão em setores econômicos fundamentais — tais quais a política comercial e o Banco Central — como eminentemente "técnica" ou "administrativa". Então empregava um vasto espectro de ferramentas políticas — acordos internacionais de comércio, inovações em legislação constitucional e programas de ajuste estrutural — para entregar o controle desses centros de poder nas mãos de especialistas supostamente imparciais: economistas e funcionários do FMI, do Banco Mundial, do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e do Partido Nacional — qualquer um, menos os combatentes da libertação do CNA. Era uma estratégia de balcanização, não da geografia do país (como De Klerk tentou, primeiro), mas de sua economia.

Esse plano foi executado com sucesso, bem debaixo do nariz dos dirigentes do CNA, que estavam preocupados, naturalmente, em ganhar a batalha pelo controle do Parlamento. Nesse processo, o CNA falhou ao não proteger a si mesmo contra uma estratégia ainda mais insidiosa — em essência, um plano de segurança sofisticado, destinado a impedir que as cláusulas econômicas da Carta da Liberdade se transformassem em leis na África do Sul. "O povo deve governar!" logo se tornaria uma realidade, embora a esfera sobre a qual ele iria exercer o seu poder tivesse se estreitado com enorme rapidez.

Ainda que essas tensas negociações entre adversários não tivessem terminado, o CNA também se preocupava com a preparação de suas bases para a chegada ao poder. Equipes de economistas e advogados da agremiação formaram grupos de trabalho encarregados de conceber a maneira exata de transformar as promessas gerais da Carta da Liberdade — moradias e serviços de saúde — em políticas efetivas. O mais ambicioso desses planos era o *Fazer a Democracia Funcionar*, uma publicação econômica para o futuro da África do Sul, após o *apartheid*, escrita durante a etapa das negociações de alto nível. O que os defensores do partido não sabiam, naquela hora, era que, enquanto eles rascunhavam seu plano ambicioso, a equipe de negociação fazia concessões que tornariam sua implementação uma impossibilidade prática. O economista Vishnu Padayachee me descreveu assim o *Fazer a Democracia Funcionar*: "Estava morto antes mesmo de ser implantado." No momento em que o rascunho ficou pronto, "o jogo já tinha mudado".

Como um dos poucos economistas com formação clássica em atividade dentro do partido, Padayachee foi designado para desempenhar um papel central no *Fazer a Democracia Funcionar* ("mastigar os números", como ele mesmo afirmou). A maioria das pessoas com quem ele trabalhou durante esses longos encontros preparatórios foi para os postos mais altos do governo do CNA, mas Padayachee não foi. Declinou todas as ofertas que recebeu para ocupar cargos na nova administração e preferiu a vida acadêmica em Durban. Lá, ele leciona, escreve e administra sua muito amada livraria Ike's Bookshop, denominada assim em homenagem a Ike Mayet, o primeiro livreiro sul-africano não branco. Foi lá que nos encontramos para discutir a transição, rodeados por livros raros de história da África, cuidadosamente preservados.

Padayachee entrou na luta pela libertação nos anos 1970 como conselheiro do movimento sindical sul-africano. "Todos nós tínhamos a Carta da Liberdade pregada atrás de nossas portas naquela época", me contou. Perguntei a ele quando ficou sabendo que as promessas econômicas da Carta jamais se realizariam. Sua primeira suspeita, como afirmou, veio no final de 1993, quando ele e um colega do grupo *Fazer a Democracia Funcionar* foram chamados pela equipe de negociação, que estava nos trâmites finais com o Partido Nacional. A chamada foi um pedido para que escrevessem um breve ensaio sobre os prós e contras de tornar o Banco Central da África do Sul uma instituição independente, dirigida com total autonomia em relação ao governo eleito — ah, e os negociadores precisavam do ensaio pela manhã.

"Fomos pegos de surpresa", lembrou Padayachee, hoje com cinquenta e poucos anos. Ele tinha se diplomado na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, nos Estados Unidos. E sabia que, naquela altura, mesmo entre os economistas de livre mercado norte-americanos, a independência do Banco Central era considerada uma ideia marginal, uma política defendida por meia dúzia de ideólogos da Escola de Chicago que acreditavam na possibilidade de dirigir um Banco Central como uma república soberana dentro do Estado, fora do alcance das mãos dos representantes eleitos pelo povo.[41] (10) Para Padayachee e seus colegas, que defendiam a ideia de que a política monetária deveria servir aos "grandes objetivos de crescimento, emprego e redistribuição" do novo governo, a posição do CNA dispensaria polêmicas: "Não haveria um Banco Central independente na África do Sul."

Padayachee e um colega ficaram acordados a noite toda, escrevendo um ensaio que dava aos negociadores os argumentos necessários para resistir à pressão do Partido Nacional. Se o Banco Central (na África do Sul denominado Reserve Bank) fosse dirigido separadamente do resto do governo, poderia restringir a capacidade do CNA de cumprir as promessas da Carta da Liberdade.

Além disso, se o Banco Central não era importante para o governo do CNA, para quem, então, seria? Para o FMI? Para a Bolsa de Valores de Joanesburgo? Era óbvio que o Partido Nacional estava tentando encontrar uma saída lateral para ficar no poder, mesmo depois de ter perdido as eleições — uma estratégia que precisava ser vencida, a qualquer custo. Como Padayachee percebeu: "Eles estavam tentando obstruir o máximo possível. Era uma parte evidente de sua agenda."

Padayachee enviou o ensaio por fax, na manhã seguinte, e passou algumas semanas sem receber notícias. "Então, quando perguntamos o que aconteceu, fomos informados de que os negociadores tinham sucumbido." Não só o Banco Central seria dirigido como uma entidade autônoma dentro do Estado sul-africano, com sua independência firmada na nova Constituição, como seu dirigente máximo continuaria sendo Chris Stals, o mesmo homem que estava no comando sob o regime do *apartheid*. Não era apenas o Banco Central que o CNA estava abandonando: em outra grande concessão, assegurou a permanência do ministro branco das Finanças, Derek Keyes, no cargo — da mesma forma que os ministros das Finanças e presidentes do Banco Central da ditadura argentina conseguiram recuperar seus empregos após a volta da democracia. O jornal *The New York Times* elogiou Keyes como "o proeminente apóstolo da redução dos gastos governamentais e amigo do empresariado do país".(11)

Até aquele momento, Padayachee acreditava que "nós ainda estávamos esperançosos porque, meu Deus, era uma luta revolucionária; *alguma coisa* teria que resultar dela". Quando descobriu que o Banco Central e o Tesouro seriam dirigidos pelos velhos patrões do *apartheid*, percebeu "que tudo referente à transformação econômica estava perdido". Quando lhe perguntei se os negociadores sabiam quanto haviam perdido em termos econômicos, ele respondeu, depois de uma certa hesitação: "Francamente, não." Era simplesmente uma troca: "Nas negociações, alguma coisa tem de ser dada, e nosso lado deu essas coisas — eu lhe dou isso, você me dá aquilo."

Do ponto de vista de Padayachee, nada disso aconteceu por causa de uma grande traição dos dirigentes do CNA, mas apenas porque eles foram manipulados numa série de questões que pareciam insignificantes naquela hora — mas serviram para tornar hesitante a libertação definitiva da África do Sul.

O que aconteceu naquelas negociações foi que o CNA se viu apanhado num novo tipo de rede, feita de regras e regulações ocultas, todas elaboradas para confinar e restringir o poder dos líderes eleitos. Enquanto a rede se estendia por todo o país, poucas pessoas perceberam que ela estava lá. Contudo, quando o

novo governo chegou ao poder e tentou se mover livremente, a fim de dar a seus eleitores os benefícios palpáveis da libertação que eles esperavam e pelos quais tinham votado, as malhas da rede se enrijeceram e a administração descobriu que seus poderes estavam severamente limitados. Patrick Bond, que trabalhou como conselheiro econômico no gabinete de Mandela durante os primeiros anos de governo do CNA, recorda que o gracejo dentro da equipe era: "Ei, nós temos o Estado, onde está o poder?" Quando o novo governo tentou tornar tangíveis os sonhos da Carta da Liberdade, descobriu que o poder estava em outro lugar.

Quer redistribuir a terra? Impossível — no último minuto, os negociadores concordaram em adicionar uma cláusula à nova Constituição que protegia toda a propriedade privada, tornando praticamente inviável a reforma agrária. Quer criar empregos para milhões de trabalhadores desempregados? Não pode — centenas de empreendimentos estavam prestes a fechar as portas porque o CNA tinha aderido ao GATT, precursor da Organização Mundial do Comércio (OMC), e isso tornava ilegal a concessão de subsídios às montadoras de automóveis e fábricas de tecidos. Quer livre acesso aos remédios contra a aids, para distribuir nas cidades em que a doença vem crescendo com velocidade aterrorizante? Isso é uma violação dos direitos de propriedade intelectual determinados pela OMC, à qual o CNA também aderiu como se fosse mera continuação do GATT, sem nenhum debate público. Precisa de dinheiro para construir mais e melhores casas para os pobres e distribuir energia de graça nas cidades? Desculpe — o orçamento está sendo consumido a serviço da dívida astronômica, silenciosamente transferida pelo governo do *apartheid*. Emitir mais moeda? Diga isso ao remanescente do *apartheid* que continua presidindo o Banco Central. Água gratuita para todos? Não é possível. O Banco Mundial, com seu grande contingente de economistas, pesquisadores e especialistas dentro do país (uma instituição autodenominada "Banco do Conhecimento"), está transformando as parcerias privadas em provedoras de serviços. Deseja impor controles monetários, de modo a se resguardar contra os especuladores selvagens? Isso representaria uma violação do acordo de 850 milhões de dólares com o FMI, assinado, de maneira muito conveniente, um pouco antes das eleições. Aumentar o salário mínimo, no intuito de diminuir a defasagem de renda do *apartheid*? Não. O acordo com o FMI prevê "restrição salarial".[12] E nem sequer pense em ignorar esses compromissos — qualquer mudança vai ser encarada como evidência de uma perigosa falta de confiança nacional, uma falta de comprometimento com a "reforma", a ausência de um "sistema baseado em regras". Tudo isso levaria a crises monetárias, cortes na ajuda e fuga de capital. A questão era que a África do Sul estava livre, mas simultaneamente

aprisionada; cada um desses acrônimos misteriosos representava um fio diferente da rede que imobilizava os membros do novo governo.

Rassool Snyman, um ativista anti-*apartheid* de longa data, me descreveu a armadilha em termos perfeitos: “Eles nunca nos libertaram. Apenas tiraram a corrente de nosso pescoço e a colocaram em nosso tornozelo.” Yasmin Sooka, uma proeminente ativista de direitos humanos da África do Sul, me falou que a transição “era uma coisa assim: ‘Nós vamos deixar tudo como está e vocês [o CNA] vão governar oficialmente (...) Vocês podem ter o poder político, vocês podem ter fachada de governo, mas a verdadeira governança vai ficar em algum outro lugar.’”[42] (13) Era um método de infantilização comum aos países considerados em processo de transição — os novos governos recebem as chaves da casa, mas não a combinação do cofre.

Parte daquilo que eu queria compreender era como, depois de uma luta épica pela liberdade, permitiu-se que isso acontecesse. Não apenas como os líderes do movimento de libertação desistiram do *front* econômico, mas como a base do CNA — gente que já tinha sacrificado tantas coisas — deixou seus dirigentes fazerem isso. Por que os movimentos populares não *exigiram* que o CNA cumprisse as promessas da Carta da Liberdade e não se rebelaram contra as concessões que estavam sendo feitas?

Fiz essas perguntas a William Gumede, um ativista do CNA de terceira geração que, como líder do movimento estudantil durante a transição, estava nas ruas naqueles anos tumultuados. “Todo mundo estava de olho nas negociações políticas”, recordou ele, referindo-se às reuniões entre De Klerk e Mandela. “E se as pessoas sentissem que não estavam indo bem, haveria protestos em massa. Mas quando os negociadores econômicos reportavam alguma coisa, o pessoal achava que era tudo técnico; ninguém se interessava.” Essa percepção, como ele reafirmou, era encorajada por Mbeki, que retratava as conversas como “administrativas” e não concernentes ao interesse do povo (assim como os chilenos e sua “democracia tecnicizada”). Em consequência, ele me disse, de modo exasperado, “Nós perdemos! Perdemos a verdadeira história”.

Gumede, que hoje é um dos jornalistas investigativos mais respeitados da África do Sul, diz que acabou por entender que o futuro de seu país estava sendo decidido naqueles encontros “técnicos” — embora poucos compreendessem isso naquela época. Gumede, assim como muitas outras pessoas com quem conversei, me lembrou que a África do Sul estava à beira de uma guerra civil durante o período de transição — cidades vinham sendo aterrorizadas por gangues armadas pelo Partido Nacional, massacres policiais continuavam

acontecendo, líderes ainda eram assassinados e havia a constante ameaça de que o país sofresse um verdadeiro banho de sangue. Como recordou: “Eu estava voltado para a política — ação popular, indo para Bisho (local de um confronto definitivo entre manifestantes e policiais), gritando ‘Esses caras têm de ir!’ Mas essa não era a luta verdadeira — que, de fato, estava sendo travada na economia. E eu *estou* desapontado comigo mesmo por ter sido tão ingênuo. Eu me achava bastante maduro, politicamente, para compreender as questões. Como não enxerguei isso?”

Desde então, Gumede anda em busca do tempo perdido. Quando nos encontramos, ele estava no meio de uma tempestade nacional, provocada por seu novo livro *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC*. Trata-se de um relato exaustivo da maneira precisa como o CNA abdicou da soberania econômica do país, naqueles encontros que ele estava ocupado demais para acompanhar na época. Gumede admitiu que escreveu o livro por causa da raiva: “Raiva de mim e do partido.”

É duro pensar que o resultado poderia ter sido diferente. Se Padayachee tem razão, e os negociadores do CNA falharam ao não segurar a oportunidade que estavam deixando escapar, que chances havia para os que lutavam nas ruas?

Durante aqueles anos decisivos em que os acordos iam sendo assinados, os sul-africanos estavam em constante estado de crise, ricocheteando entre a intensa exuberância, ao verem Mandela andar livremente, e a raiva de saber que Chris Hani, o militante mais jovem que todos imaginavam ser o sucessor de Mandela, tinha sido alvejado por um assassino racista. Além de uma meia dúzia de economistas, ninguém queria ouvir falar na independência do Banco Central, um assunto que funciona como poderoso sonífero, mesmo em circunstâncias normais. Gumede ressalta que a maioria do povo simplesmente acreditava que qualquer compromisso assumido para chegar ao poder podia ser desconsiderado assim que o CNA estivesse seguro no comando: “Nós seríamos governo, podíamos consertar isso depois.”

O que os ativistas do CNA não compreenderam, naquele momento, foi que a própria natureza da democracia estava sendo alterada naquelas negociações, e de tal maneira que — quando a rede de coerções cobrisse todo o seu país — não haveria, efetivamente, nenhum *depois*.

Nos primeiros dois anos de governo do CNA, o partido ainda tentou utilizar os recursos limitados que possuía para cumprir a promessa de redistribuição. Houve um furor de investimento público — mais de cem mil casas foram construídas para os pobres e milhões de lares foram conectados às redes de água, eletricidade

e telefone.(14) Mas como num enredo bastante familiar, sob o peso da dívida e das pressões internacionais pela privatização desses serviços, o governo logo começou a aumentar os preços. Após uma década de governo do CNA, milhões de pessoas foram desconectadas das redes de água e eletricidade, porque não podiam pagar as contas.[43] Em 2003, pelo menos 40% das novas linhas telefônicas estavam fora de serviço.(15) Os "bancos, minas e indústrias monopolistas", que Mandela pretendia nacionalizar, permaneceram nas mãos dos mesmos quatro megaconglomerados de propriedade dos brancos, que também controlavam 80% da Bolsa de Valores de Joanesburgo.(16) Em 2005, apenas 4% das empresas listadas na Bolsa pertenciam ou eram dirigidas por negros.(17) Em 2006, 70% da terra sul-africana eram ainda monopolizados pelos brancos, que representam somente 10% da população.(18) De modo ainda mais angustiante, o governo do CNA passou muito mais tempo negando a gravidade da epidemia de aids do que providenciando remédios para salvar a vida de aproximadamente cinco milhões de pessoas infectadas com o HIV, embora no começo de 2007 tenham aparecido sinais positivos de progresso.(19) De todas as estatísticas, esta talvez seja a mais surpreendente: desde 1990, ano em que Mandela saiu da prisão, a expectativa média de vida dos sul-africanos caiu cerca de treze anos.(20)

Subjacente a todos esses fatos e números há a escolha fatal feita pelos líderes do CNA, depois da percepção de que foram ludibriados nas negociações econômicas. Naquele momento, o partido podia ter tentado deslanchar um segundo movimento de libertação, para se livrar da rede asfixiante que havia sido tecida durante a transição. Ou então, podia simplesmente aceitar seu poder restringido e acatar a nova ordem econômica. Os dirigentes do CNA escolheram a segunda opção. Em vez de transformar a redistribuição da riqueza que já existia no país no coração de sua política — o núcleo da Carta da Liberdade pela qual tinham sido eleitos —, o CNA aceitou a lógica dominante de que sua única esperança era buscar novos investimentos estrangeiros, que poderiam criar novas riquezas, cujos benefícios pingariam sobre os pobres. Entretanto, para que esse modelo funcionasse, o governo do CNA precisava alterar radicalmente o seu comportamento a fim de se tornar atraente para os investidores.

Isso não seria uma tarefa nada fácil, como Mandela compreendeu assim que deixou a prisão. Logo após sua libertação, o mercado de ações sul-africano sofreu uma crise de pânico; o rand, a moeda nacional, se desvalorizou em 10%.(21) Algumas semanas depois disso, De Beers, a corporação dos diamantes, transferiu sua sede da África do Sul para a Suíça.(22) Esse tipo de represália imediata dos mercados seria inimaginável três décadas antes, quando Mandela foi mandado para a prisão. Nos anos 1960, não se ouvia falar na troca de

nacionalidade das multinacionais por mero capricho, e o sistema monetário internacional ainda se encontrava vigorosamente atrelado ao ouro. Agora, a moeda sul-africana tinha saído de controle, as barreiras comerciais tinham sido abolidas e o principal negócio era a especulação de curto prazo.

O mercado volátil não apenas desgostou da ideia de um Mandela livre, mas tomou qualquer palavra inoportuna dita por ele ou outro líder do CNA como o estampido de um terremoto. Thomas Friedman, colunista do *New York Times*, denominou isso, de modo perspicaz, de "a horda eletrônica".(23) O estrondo que saudou a libertação de Mandela foi apenas o começo daquilo que se tornou uma espécie de toma lá dá cá entre os líderes do CNA e os mercados financeiros — um diálogo de choque, que adestrou o partido nas novas regras do jogo. Todas as vezes em que um luminar do partido dizia alguma coisa que indicava a possibilidade de tornar a Carta da Liberdade um programa político de fato, o mercado respondia com um choque, deixando o rand em queda livre. As regras eram simples e cruas, como equivalentes eletrônicos de resmungos monossilábicos: justiça — cara, venda; *status quo* — bom, compre. Quando, logo depois de sua soltura, Mandela mais uma vez falou a favor da nacionalização, num almoço com grandes empresários, "o índice do ouro caiu 5%".(24)

Mesmo gestos que pareciam não ter nada a ver com o mundo financeiro, mas deixavam entrever algum radicalismo latente, provocavam solavancos no mercado. Quando o ministro do CNA, Trevor Manuel, chamou o *rugby* sul-africano de "jogo da minoria branca", porque seu time era inteiramente formado por jogadores brancos, o rand tomou outra pancada.(25)

De todas as coerções que pesavam sobre o governo, o mercado provou ser a mais restritiva — e isso, numa certa medida, espelha o caráter do capitalismo desregulado: ele é autodinâmico. Uma vez que os países se abriram aos humores temperamentais do mercado global, qualquer desvio da ortodoxia da Escola de Chicago é imediatamente retaliado pelos agentes do mercado, em Nova York e em Londres. Ao apostarem contra a moeda do país infrator, eles causam uma crise ainda mais profunda, que é sempre acompanhada da necessidade de mais empréstimos, com novas cláusulas vinculadas. Mandela reconheceu esse ardil em 1997 e declarou na conferência nacional do CNA: "A própria mobilidade do capital e a globalização do capital e dos mercados tornam impossível, para os países, decidir, por exemplo, a política econômica nacional sem se preocupar com a provável resposta desses mercados."(26)

Dentro do CNA, a pessoa que parecia saber como parar os choques era Thabo Mbeki, o braço direito de Mandela durante sua presidência, e depois seu sucessor. Mbeki passou muitos anos de exílio na Inglaterra, estudando na

Universidade de Sussex, antes de se mudar para Londres. Nos anos 1980, enquanto as cidades de seu país eram inundadas com gás lacrimogêneo, ele respirava a fumaça do thatcherismo. De todos os líderes do CNA, Mbeki era o que melhor se relacionava com os empresários e, antes da soltura de Mandela, organizou vários encontros secretos com executivos das corporações, que estavam amedrontados com a perspectiva de um governo de maioria negra. Em 1985, depois de uma noite de uísque entre Mbeki e um grupo de empresários sul-africanos num clube da Zâmbia, Hugh Murray, editor de uma prestigiosa revista de negócios, comentou: "O supremo do CNA tem uma notável capacidade de inspirar confiança, mesmo nas circunstâncias mais pesadas."(27)

Mbeki estava convencido de que a chave para acalmar o mercado era inspirar aquele tipo de confiança amigável numa escala ainda maior. De acordo com Gumede, Mbeki assumiu o papel de tutor do livre mercado dentro do partido. Como ele mesmo explicou, a fera do mercado estava solta; não era possível domá-la, apenas alimentá-la com aquilo por que suplicava: crescimento e mais crescimento.

Assim, em vez de requerer a nacionalização das minas, Mandela e Mbeki começaram a se encontrar, regularmente, com Harry Oppenheimer, antigo presidente das mineradoras gigantes Anglo American e De Beers, principais símbolos do governo do *apartheid*. Logo depois das eleições de 1994, submeteram o programa econômico do CNA a Oppenheimer, para aprovação, e fizeram diversas revisões importantes para incluir as sugestões dadas por ele e outros líderes empresariais.(28) Na esperança de evitar um outro choque do mercado, em sua primeira entrevista como presidente depois de eleito, Mandela se distanciou, cuidadosamente, de suas declarações anteriores em favor da nacionalização, e disse: "Em nossas diretrizes econômicas (...) não há uma só referência sequer a coisas como nacionalização, e isso não é acidental. Não há um único slogan capaz de nos vincular à ideologia marxista."[44] (29) A imprensa financeira apoiou integralmente essa conversão, como ficou registrado no *Wall Street Journal*: "O sr. Mandela me pareceu, nos últimos dias, falar mais como Margaret Thatcher do que como o revolucionário socialista que uma vez se acreditou que ele era."(30)

A memória de seu passado radical ainda pesava sobre o CNA e, apesar de todos os esforços feitos pelo novo governo para não parecer ameaçador, o mercado continuou infligindo seus choques dolorosos: num único mês de 1996, o rand caiu 20% e o país seguiu sofrendo hemorragia de capital, porque os ricos nervosos da África do Sul levaram seu dinheiro para os paraísos fiscais.(31)

Mbeki convenceu Mandela de que uma ruptura definitiva com o passado havia se tornado necessária. O CNA precisava de um plano econômico

completamente novo — alguma coisa audaciosa, chocante, que transmitisse de forma categórica e dramática, para que o mercado pudesse entender, a ideia de que o governo estava pronto para aderir ao Consenso de Washington.

Como na Bolívia, onde o programa da terapia de choque foi preparado com todo o segredo de uma operação militar secreta, na África do Sul apenas uma meia dúzia de colegas mais próximos de Mbeki soube que um novo plano econômico estava sendo elaborado, e bem diferente das promessas que haviam sido feitas durante as eleições de 1994. Segundo o que Gumede escreveu: "Todas as pessoas envolvidas juraram manter segredo e o processo assumiu o mais profundo caráter confidencial, para evitar que a ala de esquerda tomasse conhecimento do projeto de Mbeki."[32] O economista Stephen Gelb, que participou da elaboração do novo programa, admitiu que "isso era uma 'reforma de cima para baixo' com uma vingança, levando ao extremo os argumentos favoráveis ao isolamento e à autonomia dos tomadores de decisões frente à pressão popular".[33] (Essa ênfase no segredo e no isolamento era particularmente irônica porque, sob a tirania do *apartheid,* o CNA tinha levado a cabo um processo consideravelmente aberto e participativo ao propor a Carta da Liberdade. Agora, sob uma nova ordem de democracia, o partido estava optando por esconder das suas próprias bases os seus planos econômicos.)

Em junho de 1996, Mbeki revelou os resultados: era um programa neoliberal de terapia de choque para a África do Sul, que propunha mais privatização, cortes nos gastos governamentais, "flexibilidade" do trabalho, comércio mais livre e controles ainda mais frouxos sobre a circulação do dinheiro. De acordo com Gelb, seu principal objetivo era "sinalizar para investidores em potencial que o governo (e, especificamente, o CNA) estava comprometido com a ortodoxia predominante".[34] Para se certificar de que a mensagem era clara e sonora para os agentes econômicos em Nova York e Londres, Mbeki ainda brincou assim no lançamento público do plano: "Apenas me chamem de thatcherista."[35]

A terapia de choque é sempre um procedimento de mercado — isso é parte de sua teoria subjacente. O mercado de ações adora situações altamente administradas que levam os preços das ações para as alturas, normalmente proporcionadas pela oferta inicial de ativos públicos, pelo anúncio de uma fusão gigantesca ou pela contratação de um célebre executivo. Quando os economistas pressionam os países para anunciar um pacote de terapia de choque impactante, o conselho é parcialmente baseado na tentativa de imitar esse tipo de atuação superdramática do mercado e provocar uma debandada — no entanto, em vez de vender uma ação individual, eles vendem um país. A resposta esperada é "Comprem ações da Argentina!", "Comprem títulos da Bolívia!" Por outro lado,

um procedimento mais cuidadoso e lento pode ser menos brutal, mas priva o mercado dessas superbolhas durante as quais se faz muito dinheiro. A terapia de choque é sempre um jogo difícil e não deu certo na África do Sul: o grande gesto de Mbeki não atraiu investimentos de longo prazo; trouxe apenas especulação, que acabou desvalorizando ainda mais a moeda.

O choque da base

"Os novos convertidos são sempre mais zelosos com essas coisas. Eles querem agradar ainda mais", foi o que observou o escritor Ashwin Desai, em sua base de Durban, quando nos encontramos para debater suas lembranças da transição. Durante a luta de libertação, Desai passou uma temporada na prisão e enxerga paralelos entre a psicologia dos presídios e o comportamento do CNA no governo. Na prisão, afirmou ele, "quanto mais você agrada ao diretor, maior é o seu status. E essa lógica, é claro, se transportou para inúmeros aspectos da sociedade sul-africana. Eles tentaram demonstrar que eram prisioneiros melhores. Muito mais disciplinados do que outros países".

A base do CNA, contudo, provou ser nitidamente mais ingovernável — e isso criou uma necessidade ainda maior de disciplina. De acordo com Yasmin Sooka, uma das juradas da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, a mentalidade da disciplina penetrou em cada um dos aspectos da transição — inclusive na busca por justiça. Depois de ouvir durante anos os testemunhos sobre tortura, assassinatos e desaparecimentos, a comissão da verdade voltou-se para a questão dos gestos que poderiam começar a curar as injustiças. Verdade e perdão eram importantes, assim como compensações para as vítimas e suas famílias. Parecia meio sem sentido pedir ao novo governo que fizesse pagamentos compensatórios, porque esses crimes não eram seus, e qualquer quantia gasta com reparações pelos abusos do *apartheid* era dinheiro não gasto com a construção de moradias e escolas para os pobres, na nação agora libertada.

Alguns membros da comissão acharam que as corporações multinacionais, que foram beneficiárias do *apartheid*, deveriam ser forçadas a pagar reparações. No final, a Comissão de Verdade e Reconciliação fez a modesta recomendação de um pagamento de 1%, chamado de "taxa de solidariedade", cobrado das corporações uma única vez, a fim de levantar dinheiro para as vítimas. Sooka esperava o apoio do CNA para essa humilde recomendação, mas, em vez disso, o governo então encabeçado por Mbeki rejeitou qualquer sugestão de reparações a serem pagas pelas corporações, temendo que representassem uma mensagem de antinegócios enviada para o mercado. Ela então me contou que "o presidente

decidiu não contar com o empresariado. Simples assim". No fim, o governo abriu mão de uma parte do que havia sido pedido e colocou dinheiro de seu próprio orçamento, exatamente como os membros da comissão temiam.

A Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul é frequentemente tomada como um modelo de "construção da paz" bem-sucedido e exportada para outras zonas de conflito, do Sri Lanka ao Afeganistão. Porém, muitos indivíduos que estiveram diretamente envolvidos nesse processo se mostram profundamente ambivalentes. Quando o presidente da comissão, o arcebispo Desmond Tutu, apresentou o relatório final, em março de 2003, confrontou os jornalistas com as questões inacabadas da libertação: "Você pode explicar como uma pessoa negra acorda num gueto miserável, hoje, quase dez anos depois da liberdade? E, então, segue para trabalhar na cidade, que ainda é amplamente branca, em residências palacianas. No final do dia, ela volta para casa, para a imundície. Não sei como essa gente ainda não disse: Ao inferno com a paz. Ao inferno com Tutu e essa comissão da verdade.'"[(36)]

Sooka, que agora preside a Fundação pelos Direitos Humanos da África do Sul, diz que, embora as audiências tenham servido para enfrentar o que ela descreve como "as manifestações aparentes do *apartheid*, tais como tortura, maus tratos severos e desaparecimentos", deixaram o sistema econômico servido por esses abusos "totalmente intacto" — um eco da preocupação com relação à cegueira dos direitos humanos já manifestada por Orlando Letelier, três décadas antes. Sooka afirmou ainda que, se tivesse como conduzir o processo novamente, "eu faria completamente diferente. Olharia para os *sistemas* do *apartheid* — olharia para a questão da terra, para o papel das multinacionais, para o papel da indústria de mineração muito, muito de perto, porque a considero como a verdadeira doença da África do Sul. (...) Eu olharia para os efeitos sistemáticos das políticas do *apartheid*, e destinaria uma *única* audiência à tortura, porque acho que o foco centrado na tortura desvia o olhar daquilo que está por trás dela, e é assim que você começa a fazer uma revisão da verdadeira história".

Reparações ao avesso

O fato de que o CNA tenha rejeitado o apelo da comissão para que as corporações fizessem reparações é especialmente injusto, como Sooka observou, porque o governo continua a pagar a dívida do *apartheid*. Nos primeiros anos após a posse, isso custou à nova administração trinta bilhões de rands anualmente (cerca de 4,5 bilhões de dólares) em pagamento de serviços — uma soma que oferece vivo contraste com o mísero total de 85 milhões de dólares que

o governo pagou, em última análise, às mais de dezenove mil vítimas dos assassinatos e torturas do *apartheid* e seus familiares. Nelson Mandela tinha citado o encargo da dívida como único grande obstáculo ao cumprimento das promessas da Carta da Liberdade. "São 30 bilhões [de rands] que nós não temos para construir casas, como planejamos antes de chegar ao poder, para garantir que nossas crianças tenham as melhores escolas, que o desemprego esteja devidamente vencido e todos tenham a dignidade de um trabalho, um salário decente, sejam capazes de prover abrigo para suas famílias, de alimentá-las. (...) Estamos limitados pela dívida que herdamos."(37)

Apesar de Mandela reconhecer que pagar as contas do *apartheid* era um encargo mutilador, o partido recusou todas as sugestões de suspensão do pagamento. O temor era de que, embora houvesse a questão legal de que as dívidas eram "odiosas", qualquer iniciativa de não pagamento poderia tornar a África do Sul perigosamente radical aos olhos dos investidores, levando a mais um choque do mercado. Dennis Brutus, um membro do CNA de longa data e ex-prisioneiro da ilha de Robben, reagiu contra aquela atmosfera de medo. Em 1998, observando o estresse financeiro que inquietava o novo governo, ele e um grupo de ativistas sul-africanos decidiram que a melhor forma de apoiar a luta em curso era começar um movimento pelo "jubileu da dívida". Brutus, agora na casa dos setenta anos, me contou: "Devo dizer que fui muito ingênuo. Eu esperava que o governo fosse demonstrar-nos seu agradecimento, que o povo nas ruas estaria assumindo a questão da dívida e isso reforçaria a decisão governamental." Para sua surpresa, "o governo nos repudiou e disse 'Não, não aceitamos seu apoio'."

O que torna a opção do CNA pelo pagamento da dívida tão irritante para os ativistas iguais a Brutus é o sacrifício tangível que precisa ser feito para realizar cada dispêndio. Entre 1997 e 2004, por exemplo, a África do Sul vendeu dezoito empresas estatais, arrecadando quatro bilhões de dólares, e quase metade do dinheiro foi destinada ao serviço da dívida.(38) Em outras palavras, o CNA não só renegou a promessa original de Mandela, de "nacionalização das minas, bancos e indústria monopolista", como, por causa da dívida, estava fazendo justamente o oposto — vendia os ativos nacionais para honrar as dívidas de seus opressores.

A seguir, vinha o problema de saber para onde o dinheiro estava indo. Durante as negociações da transição, a equipe de F.W. de Klerk exigiu que todos os funcionários públicos fossem mantidos em seus cargos após a troca de governo; aqueles que desejassem sair, eles argumentaram, deveriam receber gordas pensões vitalícias. Essa era uma exigência surpreendente num país que não possuía uma rede de seguridade social, por assim dizer, mas foi apresentada como uma das muitas questões "técnicas" às quais o CNA cedeu integralmente.

(39) A concessão significou que o novo governo passou a carregar o peso de dois governos — o seu próprio, e uma sombra branca que havia saído do poder. Dos pagamentos governamentais anuais, 40% eram destinados ao fundo de pensão do país. A ampla maioria dos beneficiários é de antigos empregados do *apartheid*. [45] (40)

Enfim, a África do Sul foi envolvida num caso enrolado de reparações ao avesso, sendo que os empresários brancos, que retiraram lucros enormes do trabalho negro durante os anos do *apartheid*, não pagaram um centavo de reparação, ao passo que as vítimas do regime racista continuam a enviar contracheques generosos aos seus antigos carrascos. E como será que eles levantam dinheiro para tanta generosidade? Despindo o Estado de seus bens, por meio da privatização — uma forma moderna da velha pilhagem que o CNA pretendeu evitar, quando concordou com as negociações, na esperança de impedir a repetição de Moçambique. Ao contrário do que aconteceu em Moçambique, no entanto, onde os funcionários públicos quebraram as máquinas, encheram os bolsos e depois foram embora, na África do Sul o desmonte do Estado e o saque a seus cofres continuam acontecendo até hoje.

Quando cheguei à África do Sul, o quinquagésimo aniversário de assinatura da Carta da Liberdade estava se aproximando e o CNA tinha decidido comemorar a data com um espetáculo de mídia. O plano era deslocar o Parlamento de sua sede, na Cidade do Cabo, para as periferias mais humildes de Kliptown, onde a carta havia sido ratificada primeiro. O presidente sul-africano, Thabo Mbeki, iria aproveitar a ocasião para dar ao principal cruzamento de Kliptown o nome de praça da Dedicação Walter Sisulu, em homenagem a um dos líderes mais reverenciados do CNA. Mbeki também iria inaugurar o Monumento da Carta da Liberdade, uma torre de tijolo na qual as palavras da Carta estavam encravadas com pastilhas de pedra e sobre a qual ardia uma eterna "chama da liberdade". Ao lado dessa construção, erguia-se um outro monumento cujas obras estavam adiantadas, denominado Torres da Liberdade, um pavilhão de pilares brancos e pretos de concreto destinado a simbolizar a famosa cláusula da Carta que diz: "A África do Sul pertence a todos aqueles que a habitam, negros e brancos."(41)

A mensagem principal era fácil de captar: há cinquenta anos, o partido havia prometido trazer a liberdade para a África do Sul e tinha realizado a tarefa — era o momento "missão cumprida" do CNA.

Mesmo assim, havia qualquer coisa estranha nesse acontecimento. Kliptown, uma cidade empobrecida, com barracos dilapidados, esgoto não tratado correndo a céu aberto nas ruas e uma taxa de desemprego de 72%, muito maior do que no

período do *apartheid* — parecia mais um símbolo das promessas não cumpridas da Carta do que um pano de fundo apropriado para aquela celebração habilmente produzida.[42] Como ficou demonstrado depois, as comemorações daquele aniversário foram encenadas e dirigidas não pelo CNA, mas por uma entidade chamada Blue IQ. Embora, oficialmente, a Blue IQ seja um braço do governo provincial, "opera num ambiente cuidadosamente elaborado, que a faz parecer e proceder mais como uma empresa privada do que como um departamento governamental", de acordo com seu próprio folheto de propaganda, lustroso e incisivo. Seu objetivo é atrair novos investimentos externos para a África do Sul — parte do programa do CNA de "redistribuição por meio de crescimento".

A Blue IQ identificou o turismo como a área de investimento com melhor potencial de crescimento, e suas pesquisas de mercado mostraram que os turistas que visitam o país sentem-se fortemente atraídos pela reputação global do CNA, que triunfou sobre a opressão. Na esperança de tirar partido dessa vantagem poderosa, a Blue IQ determinou que não havia melhor símbolo da narrativa sul-africana de triunfo-sobre-a-adversidade do que a Carta da Liberdade. Com essa ideia em perspectiva, a empresa deslanchou um projeto para transformar Kliptown num parque temático da Carta da Liberdade, "uma destinação turística de categoria internacional e sítio histórico que oferece aos visitantes locais e estrangeiros uma experiência única" — acompanhada de museu, centro comercial inspirado no tema da liberdade e um hotel Liberdade construído em vidro e aço. O que agora é uma favela está destinado a se transformar "num ambicioso e próspero" subúrbio de Joanesburgo, e muitos de seus residentes habituais serão realocados em outras favelas localizadas em áreas menos históricas.[43]

Com seus planos para reformular Kliptown, a Blue IQ está seguindo o manual do livre mercado — prover incentivos para o investimento privado, na esperança de criar empregos ao longo do caminho. O que diferencia este projeto de modo particular é que, em Kliptown, o fundamento sobre o qual se apoia todo esse aparato é um velho pedaço de papel de cinquenta anos que propôs, diferentemente, um caminho muito mais direto para a eliminação da pobreza. Redistribuir a terra para milhões pode significar o autossustento para eles, como afirmaram os criadores da Carta da Liberdade, assim como a expropriação das minas pode servir para a construção de casas e de infraestrutura, criando empregos nesse processo. Em outras palavras, eliminar os intermediários. Essas ideias podem soar como populismo utópico para muitas pessoas, mas, depois de tantos fracassos com os experimentos ortodoxos da Escola de Chicago, os verdadeiros sonhadores devem ser aqueles que enxergam um esquema feito o do parque temático da Carta da Liberdade — que oferece vantagens para as

corporações, enquanto a população mais necessitada fica desprovida — como solução para os problemas econômicos de 22 milhões de sul-africanos que ainda vivem na pobreza.[44]

Após mais de uma década de adesão da África do Sul ao thatcherismo, os resultados dessa experiência com a justiça a conta-gotas são escandalosos:

- Desde 1994, ano em que o CNA chegou ao poder, o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia dobrou, passando de dois para quatro milhões, em 2006.[45]
- Entre 1991 e 2002, a taxa de desemprego para negros sul-africanos mais do que dobrou, subindo de 23% para 48%.[46]
- Dos 35 milhões de cidadãos sul-africanos negros, somente cinco mil ganham mais do que sessenta mil dólares por ano. O número de brancos nessa faixa de renda é vinte vezes maior, e muitos ganham muito mais do que essa quantia.[47]
- O governo do CNA construiu cerca de 1,8 milhão de moradias, mas, nesse meio tempo, dois milhões de sul-africanos perderam suas casas.[48]
- Cerca de um milhão de pessoas foram desapropriadas de suas fazendas na primeira década da democracia.[49]
- Essas desapropriações significaram um aumento de 50% no número de moradores de barracos. Em 2006, mais de um quarto dos sul-africanos morava em favelas, muitas delas desprovidas de água ou eletricidade.[50]

Talvez a melhor medida das promessas de liberdade traídas seja a forma pela qual a Carta da Liberdade é vista, hoje, em diversas partes da sociedade sul-africana. Não faz muito tempo, o documento representou a maior ameaça ao privilégio dos brancos no país; hoje, é acolhido nos espaços comerciais e nas comunidades fechadas como uma declaração de boas intenções, ao mesmo tempo lisonjeira e completamente inofensiva, semelhante a um código de conduta corporativo cheio de floreios. Porém, nos distritos urbanos em que esse documento, criado em Kliptown, surgiu carregado de possibilidades, a contemplação de suas promessas tornou-se bastante dolorosa. Muitos sul-africanos boicotaram as celebrações preparadas pelo governo para comemorar o seu aniversário. S'bu Zikode, um líder do nascente movimento dos moradores de barracos, em Durban, me explicou: “O que está escrito na Carta da Liberdade é muito bom. Mas tudo que eu vejo é a traição.”

No fim das contas, o argumento mais persuasivo para o abandono das promessas de redistribuição da Carta da Liberdade foi, de todos, o menos imaginativo: todo mundo está fazendo assim. Vishnu Padayachee resumiu para mim a mensagem que a liderança do CNA vinha recebendo, desde o começo, dos "governos ocidentais, FMI e Banco Mundial, que dizia: 'O mundo mudou; nenhuma daquelas coisas de esquerda significa mais nada; este é o único jogo possível.'" Como Gumede escreveu: "Era uma investida violenta para a qual o CNA estava completamente despreparado. Os principais dirigentes econômicos eram enviados para as sedes dos organismos econômicos internacionais mais importantes, como Banco Mundial e FMI, e, em 1992 e 1993, diversos funcionários do partido, alguns sem nenhuma qualificação econômica, participaram de programas curtos de treinamento executivo em escolas de negócios estrangeiras, bancos de investimento, *think tanks* de política econômica e no Banco Mundial, onde 'foram alimentados com uma severa dieta de ideias neoliberais'. Foi uma experiência perturbadora. Jamais um governo prestes a tomar posse tinha sido tão seduzido pela comunidade internacional."(51)

Mandela recebeu uma dose particularmente forte desse tipo de pressão formulada pela comunidade acadêmica de elite quando se encontrou com os líderes europeus, em 1992, no Fórum Econômico Mundial, em Davos. Quando argumentou que a África do Sul não pretendia fazer nada mais radical do que a Europa Ocidental havia feito durante a execução do Plano Marshall, após a Segunda Guerra Mundial, o ministro das Finanças holandês rejeitou o paralelo: "Aquilo foi o que entendemos na época. No entanto, as economias do mundo são interdependentes. O processo de globalização está avançando. Nenhuma economia pode se desenvolver separada das economias de outros países."(52)

Quando líderes do porte de Mandela viajavam pelo circuito da globalização, eram informados de que mesmo os governos mais orientados à esquerda vinham aderindo ao Consenso de Washington: os comunistas, na China e no Vietnã, estavam agindo assim, e também os sindicalistas na Polônia e os socialdemocratas no Chile, agora libertos de Pinochet. Até os russos tinham enxergado a luz neoliberal — na época em que o CNA enfrentava as suas negociações mais pesadas, Moscou se encontrava diante de um verdadeiro frenesi corporatista, vendendo seus ativos estatais para burocratas-tornados-empresários da maneira mais rápida possível. Se Moscou se rendera, como poderia um bando maltrapilho de lutadores pela liberdade da África do Sul resistir a essa maré global tão poderosa?

Essa era, pelo menos, a mensagem difundida pelos advogados, economistas e cientistas sociais que constituíram a indústria da "transição", que andava em rápida evolução — as equipes de especialistas vagavam dos países destruídos

pela guerra para as cidades devastadas pelas crises, presenteando os novos governantes com as últimas novidades de Buenos Aires, com a história de sucesso mais inspiradora de Varsóvia, com o rugido mais assustador dos Tigres Asiáticos. Os “especialistas em transição” (como os denominou o cientista político Stephen Cohen, da NYU) possuem uma vantagem adicional em relação aos políticos que aconselham: são uma categoria com hipermobilidade, ao passo que os dirigentes dos movimentos de libertação tendem, de modo inerente, a olhar para dentro.[53] Pela sua própria natureza, as pessoas que comandam grandes transformações nacionais acabam estreitando seu enfoque, dirigindo-o para as próprias narrativas e lutas pelo poder, tornando-se incapazes de perceber o mundo além de suas fronteiras. Isso foi um infortúnio, porque se a liderança do CNA tivesse escapado da sanha dos especialistas em transição e descoberto sozinha o que realmente estava acontecendo em Moscou, Varsóvia, Buenos Aires e Seul, o quadro teria sido pintado de modo muito diferente.

NOTAS DO CAPÍTULO 10

(1) "South Africa; Tutu Says Poverty, Aids Could Destabilise Nation", AllAfrica.com, novembro de 2001.

(2) Martin J. Murray, *The Revolution Deferred* (Londres: Verso, 1994), 12.

(3) "ANC Leader Affirms Support for State Control of Industry", *Times* (Londres), 26 de janeiro de 1990.

(4) Ismail Vadi, *The Congress of the People and Freedom Charter Campaign*, prefácio de Walter Sisulu (Nova Déli: Sterling Publishers, 1995), www.sahistory.org.za.

(5) Nelson Mandela, *A Long Walk to Freedom: The Autobiography of Nelson Mandela* (Nova York: Little, Brown and Company, 1994), 150.

(6) "A Carta da Liberdade", adotada no Congresso do Povo, em Kliptown, no dia 26 de junho de 1955, www.anc.org.za.

(7) William Mervin Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC* (Cidade do Cabo: Zebra Press, 2005), 219-220.

(8) Mandela, *A Long Walk to Freedom*, 490-491.

(9) A regra da maioria simples foi realmente adiada até 1999. O Poder Executivo, até então, foi compartilhado por todos os partidos políticos que obtiveram mais de 5% do voto popular. Entrevista não publicada com Nelson Mandela, realizada pelo cineasta Ben Cashdan, em 2001; Hein Marais, *South Africa: Limits to Change: The Political Economy of Transition* (Cidade do Cabo: University of Cape Town Press, 2001), 91-92.

(10) NOTA DE RODAPÉ: Milton Friedman, "Milton Friedman — Banquet Speech", discurso pronunciado no banquete do Prêmio Nobel, 10 de dezembro de 1976, www.nobelprize.org.

(11) Bill Keller, "Can Both Wealth and Justice Flourish in a New South Africa?", *New York Times*, 9 de maio de 1994.

(12) Mark Horton, "Role of Fiscal Policy in Stabilization and Poverty Alleviation", in *Post-Apartheid South Africa: The First Ten Years*, eds. Michael Nowak e Luca Antonio Ricci (Washington, DC: International Monetary Fund, 2005), 84.

(13) NOTA DE RODAPÉ: Juan Gabriel Valdés, *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 31, 33, citando a definição de "nova democracia" do ministro da Economia de Pinochet, Pablo Baraona; Robert Harvey, "Chile's Counter-Revolution", *The Economist*, 2 de fevereiro de 1980 (Harvey estava citando Sergio Fernandez, o ministro do Interior); José Piñera, "Wealth Through Ownership: Creating Property Rights in Chilean Mining", *Cato Journal* 24, nº 3 (outono de 2004): 298.

(14) James Brew, “South Africa — Habitat: A Good Home Is Still Hard to Own”, Inter Press Service, 11 de março de 1997.

(15) David McDonald, “Water: Attack the Problem Not the Data”, *Sunday Independent* (Londres), 19 de junho de 2003. NOTA DE RODAPÉ: *Ibid.*

(16) Bill Keller, “Cracks in South Africa’s White Monopolies”, *New York Times*, 17 de junho de 1993.

(17) Gumede cita as estatísticas da BusinessMap para confirmar que “cerca de 98% dos diretores-executivos das companhias listadas no JSE são brancos e presidem mais de 97% do valor total da Bolsa de valores”. Simon Robinson, “The New Rand Lords”, *Time*, 25 de abril de 2005; Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC,* 220.

(18) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC*, 112.

(19) Moyiga Nduru, “S. Africa: Politician Washed Anti-Aids Efforts Down the Drain”, Inter Press Service, 11 de abril de 2006.

(20) “Study: Aids Slashes SA’s Life Expectancy”, *Mail & Guardian* (Joanesburgo), 11 de dezembro de 2006.

(21) O rand se recuperou levemente no final do dia, fechando 7% abaixo. Jim Jones, “Foreign Investors Take Fright at Hardline Stance”, *Financial Times* (Londres), 13 de fevereiro de 1990.

(22) Steven Mufson, “South Africa 1990”, *Foreign Affairs* [Special Edition: *America and the World*], 1990/1991.

(23) Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Branch* (Nova York: Random House, 2000), 113.

(24) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC,* 69.

(25) *Ibid.,* 85; “South Africa: Issues of Rugby and the Race”, *The Economist,* 24 de agosto de 1996.

(26) Nelson Mandela, “Report by the President of the ANC to the 50th National Conference of the African National Congress”, 16 de dezembro de 1997.

(27) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC,* 33-39, 69.

(28) *Ibid.,* 79.

(29) Marais, *South Africa,* 122. NOTA DE RODAPÉ: ANC, *Ready to Govern: ANC Policy Guidelines for a Democratic South Africa Adopted at the National Conference,* 28-31 de maio de 1992, www.anc.org.za.

(30) Ken Wells, “U.S. Investment in South Africa Quickens”, *Wall Street Journal*, 6 de outubro de 1994.

(31) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC,* 88.

(32) *Ibid.,* 79.

(33) Marais, *South Africa,* 162.

(34) *Ibid.,* 170.

(35) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC,* 89.

(36) Ginger Thompson, "South African Commission Ends Its Work", *New York Times,* 22 de março de 2003.

(37) CNA, "The State and Social Transformation", documento para discussão, novembro de 1996, www.anc.org.za; Ginger Thompson, "South Africa to Pay $3,900 to Each Family of Apartheid Victims", *New York Times,* 16 de abril de 2003; entrevista não publicada de Mandela, realizada por Cashdan, 2001.

(38) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of ANC,* 108.

(39) *Ibid.,* 119.

(40) Partido Comunista da África do Sul, "The Debt Debate: Confusion Heaped on Confusion", novembro-dezembro de 1998, www.sacp.org.za; Jeff Rudin, "Apartheid Debt: Questions and Answers", Alternative Information and Development Centre, 16 de março de 1999, www.aidc.org.za. NOTA DE RODAPÉ: Congresso dos Sindicatos da África do Sul, "Submission on the Public Investment Corporation Draft Bill", 25 de junho de 2004, www.cosatu.org.za; Rudin, "Apartheid Debt"; Partido Comunista da África do Sul, "The Debt Debate".

(41) "A Carta da Liberdade".

(42) Nomvula Mokonyane, "Budget Speech for 2005/2006 Financial Year by MEC for Housing in Gauteng", discurso proferido na Assembleia de Gauteng, em 13 de junho de 2005, www.info.gov.za.

(43) Lucille Davie e Mary Alexander, "Kliptown and the Freedom Charter", 27 de junho de 2005, www.southafrica.info; Blue IQ, *The Plan for a Smart Province — Gauteng.*

(44) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of ANC,* 215.

(45) Scott Baldauf, "Class Struggle: South Africa's New, and Few, Black Rich", *Christian Science Monitor,* 31 de outubro de 2006; "Human Development Report 2006", United Nations Development Programme, www.undp.org.

(46) "South Africa: The Statistics", *Le Monde Diplomatique,* setembro de 2006; Michael Wines e Sharon LaFraniere, "Decade of Democracy Fills Gaps in South Africa", *New York Times,* 26 de abril de 2004.

(47) Simon Robinson, "The New Rand Lords".

(48) Michael Wines, "Shantytown Dwellers in South Africa Protest the Sluggish Pace of Change", *New York Times,* 25 de dezembro de 2005.

(49) Mark Wegerif, Bev Russell e Irma Grundling, *Summary of Key Findings from the National Evictions Survey* (Polokwane, África do Sul: Nkuzi Development Association, 2005), 7, www.nkuzi.org.za.

(50) Wines, "Shantytown Dwellers in South Africa Protest...".

(51) Gumede, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of ANC,* 72. Citação interna: Asghar Adelzadeh, "From the RDP to GEAR: The Gradual Embracing of Neoliberalism in Economic Policy", *Transformation*

31, 1996.

(52) *Ibid.*, 70.

(53) Stephen F. Cohen, *Failed Crusade: America and the Tragedy of Post-Communist Russia* (Nova York: W.W. Norton & Company, 2001), 30.

CAPÍTULO 11

O FIM DE UMA JOVEM DEMOCRACIA

A RÚSSIA ESCOLHE A “OPÇÃO PINOCHET”

> **Pedaços de uma cidade habitada não podem ser amputados sem levar em consideração que existem tradições nativas, mesmo que pareçam estranhas aos estrangeiros. (...) Mas essas são nossas tradições e nossa cidade. Durante muito tempo, vivemos sob a ditadura dos comunistas; porém, agora nós descobrimos que a ditadura dos homens de negócio não é melhor. Eles não podiam se importar menos com o país onde estão.**
> — Grigory Gorin, escritor russo, 1993[1]

> **Espalhem a verdade — as leis econômicas são como as leis da engenharia. Um conjunto de leis funciona em qualquer lugar.**
> — Lawrence Summers, economista-chefe do Banco Mundial, 1991[2]

QUANDO O PRESIDENTE SOVIÉTICO MIKHAIL GORBACHEV VOOU para Londres a fim de assistir à sua primeira reunião do G7, em julho de 1991, ele tinha todas as razões para esperar que fosse recebido como um herói. Nos três anos anteriores, parecera flutuar sobre o palco internacional, encantando a mídia, assinando tratados de desarmamento e recebendo prêmios pela paz, inclusive o Nobel, em 1990.

Gorbachev foi capaz até mesmo de realizar o que seria impensável anteriormente: conquistar o público norte-americano. O líder russo desafiou tão profundamente as caricaturas do Império do Mal que a imprensa dos Estados Unidos passou a chamá-lo por um apelido carinhoso, “Gorby”. Em 1987, a revista *Time* assumiu a decisão arriscada de eleger o presidente soviético como seu Homem do Ano. Os editores explicaram que, diferentemente de seus predecessores (“gárgulas com chapéus de pele”), Gorbachev era o Ronald Reagan da Rússia — “uma versão do Kremlin para o Grande Comunicador”. O

comitê do Prêmio Nobel declarou que, graças ao seu trabalho, “temos esperança de que celebramos agora o fim da Guerra Fria”.[3]

No começo dos anos 1990, com suas políticas interligadas de *glasnost* (abertura) e *perestroika* (reestruturação), Gorbachev tinha conduzido a União Soviética a um considerável processo de democratização: concedeu liberdade de imprensa, promoveu eleições para o Parlamento da Rússia e também para as assembleias locais e para os cargos de presidente e vice-presidente. Além disso, o Tribunal Constitucional se tornou independente. Na economia, Gorbachev estava promovendo uma guinada em direção à mistura de livre mercado com uma rede de segurança firme, que mantinha indústrias importantes sob controle público — um processo que ele acreditou estaria completo em dez ou quinze anos. Seu objetivo final era construir uma democracia social nos moldes escandinavos, “um farol socialista para toda a humanidade”.[4]

A princípio, parecia que o Ocidente também desejava que Gorbachev afrouxasse a economia soviética e a transformasse em alguma coisa próxima da Suécia. O Comitê do Nobel, de modo explícito, descreveu a premiação como uma forma de oferecer apoio à transição — “uma mão amiga numa hora de necessidade”. E, numa visita a Praga, Gorbachev tornou claro que não conseguiria fazer aquilo sozinho e disse: “Como alpinistas numa corda só, as nações do mundo ou sobem juntas para o topo ou caem juntas no abismo.”[5]

Assim, o que aconteceu no encontro do G7, em 1991, foi totalmente inesperado. A mensagem quase unânime que Gorbachev recebeu de seus colegas chefes de Estado foi a de que, se ele não adotasse a terapia de choque econômico radical, imediatamente eles puxariam a corda e o deixariam cair. Como Gorbachev escreveu sobre o encontro: “As sugestões deles, tanto em termos do tempo quanto dos métodos da transição, foram espantosas.”[6]

A Polônia tinha acabado de completar sua primeira rodada de terapia de choque, sob a tutela do FMI e de Jeffrey Sachs. O consenso que se formou entre o primeiro-ministro britânico John Major, o presidente dos Estados Unidos George H.W. Bush, o primeiro-ministro do Canadá Brian Mulroney e o primeiro-ministro do Japão Toshiki Kaifu era que a União Soviética devia seguir a Polônia, de forma ainda mais rápida. Depois do encontro, Gorbachev recebeu as mesmas instruções para avançar, do FMI, do Banco Mundial e de todas as outras grandes instituições. No final daquele ano, quando a Rússia pediu o perdão para suas dívidas, a fim de evitar uma crise econômica catastrófica, a resposta implacável foi que os compromissos tinham de ser honrados.[7] Desde a hora em que Sachs impôs restrições à ajuda e à negociação da dívida com a Polônia, o humor político se modificou — ficou muito mais mesquinho.

O que aconteceu depois disso — a dissolução da União Soviética, a anulação de Gorbachev por Yeltsin e o curso tumultuado da terapia de choque econômico na Rússia — é um capítulo muito bem documentado da história contemporânea. Entretanto, essa é uma passagem frequentemente contada na linguagem amena da “reforma”, uma narrativa tão genérica que foi capaz de esconder um dos maiores crimes cometidos contra a democracia na história moderna. A Rússia, como a China, foi forçada a escolher entre o programa econômico da Escola de Chicago e uma revolução democrática autêntica. Diante da escolha, os dirigentes chineses atacaram seu próprio povo, de modo a evitar que a democracia perturbasse seus planos de livre mercado. A Rússia era diferente: a revolução democrática já estava em curso — no intuito de implantar o programa econômico da Escola de Chicago, aquele processo pacífico e auspicioso que Gorbachev tinha começado precisava ser violentamente interrompido, e depois radicalmente revertido.

Gorbachev sabia que a única maneira de impor aquele tipo de terapia de choque defendida pelo G7 e pelo FMI era à força — como fizeram muitos daqueles que formularam essas políticas no Ocidente. A revista *The Economist*, num artigo influente de 1990, compeliu Gorbachev a adotar “um comando de homem forte (...) para esmagar a resistência que bloqueia a reforma econômica séria”.[8] Apenas duas semanas depois que o Comitê do Nobel declarou o fim da Guerra Fria, a *Economist* sugeriu que Gorbachev se inspirasse num dos mais notórios assassinos da Guerra Fria. Com o título de “Mikhail Sergeevich Pinochet?”, o artigo concluiu que, ainda que seu conselho provocasse “algum derramamento de sangue (...) poderia, apenas poderia, ter chegado a hora de a União Soviética adotar a visão de Pinochet sobre a economia liberal”. O jornal *Washington Post* foi ainda mais longe. Em agosto de 1991, publicou um artigo cujo título era “O Chile de Pinochet como Modelo Pragmático para a União Soviética”. O autor, Michael Schrage, defendeu a ideia de um golpe para destituir o lento Gorbachev, embora tenha se mostrado preocupado quanto ao fato de que os oponentes do presidente soviético “não tivessem nem a sagacidade nem o apoio para aproveitar a opção de Pinochet”. Eles deveriam se inspirar, como Schrage escreveu, num “déspota que realmente soube como dar um golpe: o general reformado chileno Augusto Pinochet”.[9]

Gorbachev logo se viu diante de um adversário que estava disposto a fazer o papel do Pinochet russo. Boris Yeltsin, que ocupava o cargo de presidente da Rússia, tinha muito menos influência do que Gorbachev, que comandava toda a União Soviética. Mas isso iria mudar dramaticamente no dia 19 de agosto de 1991, um mês após o encontro do G7. Um grupo de comunistas da velha guarda despachou os tanques para a Casa Branca, como é chamado o prédio do

Parlamento russo. Num lance destinado a deter o processo de democratização, eles ameaçaram atacar a primeira assembleia eleita do país. No meio da multidão de russos decididos a defender sua nova democracia, Yeltsin ficou diante de um dos tanques e denunciou a agressão como “uma cínica tentativa de golpe da direita”.(10) Os tanques recuaram e Yeltsin se consagrou como corajoso defensor da democracia. Um manifestante que estava nas ruas, naquele dia, descreveu o acontecimento como “a primeira vez que senti que poderia interferir na situação de meu país. Nossas almas se enlevaram. Era uma tremenda sensação de unidade. Nos sentimos invencíveis”.(11)

Yeltsin também se sentiu assim. Como líder, sempre fora uma espécie de anti-Gorbachev. Gorbachev propôs os lemas da probidade e da sobriedade (uma de suas medidas mais polêmicas foi uma agressiva campanha contra o consumo de vodca), mas Yeltsin era notoriamente glutão e grande beberrão. Antes do golpe, muitos russos tinham reservas quanto a Yeltsin. Agora que ele ajudara a salvar a democracia, frente a uma ameaça comunista, tinha se tornado um herói popular, pelo menos por um tempo.

Rapidamente, Yeltsin explorou com sucesso sua demonstração triunfante e aumentou o próprio poder. Enquanto a União Soviética continuasse a existir, ele teria menos força do que Gorbachev, mas, em dezembro de 1991, quatro meses depois de ter abortado a ameaça comunista, Yeltsin levou a cabo um golpe de mestre. Formou uma aliança com outras duas repúblicas soviéticas, um passo que causou a brusca dissolução da União Soviética e forçou a renúncia de Gorbachev. A abolição da União Soviética, “o único país que a maioria dos russos jamais conheceu”, foi um tremendo choque para a psique da população — e, como o cientista político Stephen Cohen observou, foi o primeiro dos “três choques traumáticos” que o povo teria de suportar nos próximos três anos.(12)

Jeffrey Sachs estava numa sala do Kremlin, no dia em que Yeltsin anunciou o fim da União Soviética. E lembrou o discurso do presidente russo: “‘Senhores, quero apenas anunciar que a União Soviética não existe mais.’ (...) Então eu disse: ‘Puxa, isso acontece apenas uma vez em cada século. É a coisa mais incrível que você pode imaginar; é uma verdadeira libertação, vamos ajudar essa gente.’”(13) Yeltsin tinha convidado Sachs para ir à Rússia servir como conselheiro, e Sachs não estava de brincadeira, como se viu em sua declaração: “Se a Polônia pode fazer isso, a Rússia também pode.”(14)

Entretanto, Yeltsin não queria apenas conselhos, ele também desejava aqueles financiamentos fulgurantes que tinham sido oferecidos à Polônia. Como afirmou: “A única esperança é a promessa do Grupo dos Sete de nos conceder grandes somas de ajuda financeira.”(15) Sachs disse a Yeltsin que estava seguro de que, se Moscou pretendia realmente encarar o choque e implementar uma

economia capitalista, ele podia levantar uma quantia de cerca de 15 bilhões de dólares.[16] Eles precisavam ser ambiciosos e deviam avançar com rapidez. O que Yeltsin não sabia é que a sorte de Sachs estava perto de mudar.

A conversão da Rússia ao capitalismo teve muito em comum com a direção corrupta que causou os protestos na Praça da Paz Celestial, na China, cerca de dois anos antes. O prefeito de Moscou, Gavriil Popov, observou que havia dois únicos modos de quebrar o controle central da economia: “A propriedade pode ser dividida entre todos os membros da sociedade, ou as melhores partes podem ser dadas aos dirigentes. (...) Em suma, existe a possibilidade democrática e a possibilidade da nomenclatura, do aparato estatal.”[17] Yeltsin optou pelo segundo modelo — e estava com pressa. No final de 1991, foi ao Parlamento e fez uma proposta nada ortodoxa: se lhe dessem um ano de poderes excepcionais, durante o qual promulgasse leis por meio de decretos e não mediante o voto dos parlamentares, ele resolveria a crise econômica e lhes devolveria um sistema saudável e próspero. O que Yeltsin estava pedindo era justamente o tipo de poder executivo ambicionado pelos ditadores, não pelos democratas, mas o Parlamento ainda estava agradecido ao presidente por seu desempenho durante a tentativa de golpe, e o país estava desesperado pela ajuda externa. A resposta foi sim: Yeltsin teria um ano de poder absoluto para refazer a economia da Rússia.

Rapidamente, ele reuniu uma equipe de economistas formada por diversos indivíduos que, nos anos finais do comunismo, fundaram uma espécie de clube do livro do livre mercado, para ler os textos básicos da Escola de Chicago e discutir a aplicação daquelas teorias na Rússia. Embora nunca tivessem estudado nos Estados Unidos, eram fãs tão ardorosos de Milton Friedman que a imprensa russa começou a chamá-los de “Garotos de Chicago”, como no original, e de modo condizente com o contexto da economia russa, em que florescia o mercado negro. No Ocidente, eles ficaram conhecidos como os “jovens reformadores”. O cabeça do grupo era Yegor Gaidar, que foi nomeado por Yeltsin um de seus dois primeiros-ministros adjuntos. Pyotr Aven, que foi ministro de Yeltsin em 1991-1992 e fez parte do círculo íntimo de poder, disse o seguinte a esse respeito: “Eles se identificavam diretamente com Deus, o que decorria, naturalmente, de seu senso de superioridade em relação ao resto; isso, infelizmente, foi típico de nossos reformadores.”[18]

Examinando o grupo que subitamente havia chegado ao poder em Moscou, o jornal russo *Nezavisimaya Gazeta* observou o desenvolvimento surpreendente que “pela primeira vez na Rússia colocou no governo uma equipe de liberais que se consideram seguidores de Friedrich von Hayek e de Milton Friedman, da Escola de Chicago”. Suas políticas eram “de modo claro, a estabilização financeira rígida de acordo com as receitas da ‘terapia de choque’”. O jornal

também percebeu que, ao mesmo tempo em que Yeltsin fazia essas nomeações, também designou o notório homem forte Yury Skokov "para cuidar dos departamentos de defesa e repressão: o Exército, o Ministério dos Negócios Interiores e o Comitê de Segurança Estatal". As decisões estavam claramente vinculadas: "Provavelmente, o 'forte' Skokov irá 'garantir' a estabilização rígida na política, enquanto os economistas 'poderosos' irão assegurá-la na economia." O artigo concluiu com uma previsão: "Não será surpresa se eles tentarem construir algo parecido com o sistema criado por Pinochet, no qual o papel dos 'Garotos de Chicago' vai ser desempenhado pela equipe de Gaidar..."[19]

Com o intuito de prover suporte técnico e ideológico para os Garotos de Chicago de Yeltsin, o governo dos Estados Unidos financiou os seus próprios especialistas em transição, cujas profissões abarcavam desde a preparação dos decretos de privatização, até a implantação de uma bolsa de valores igual à de Nova York e a organização de um mercado de fundos mútuos. No outono de 1992, a USAID adjudicou um contrato de 2,1 milhões de dólares com o Centro para o Desenvolvimento Internacional de Harvard, que enviou equipes de jovens advogados e economistas para ajudar o grupo de Gaidar. Em maio de 1995, Harvard nomeou Sachs como diretor do Centro para o Desenvolvimento Internacional de Harvard, o que denotou suas duas missões no período de reforma da Rússia: ele começou como um conselheiro independente de Yeltsin, mas depois se firmou como supervisor do posto avançado mais importante que Harvard mantinha na Rússia, com financiamento do governo dos Estados Unidos.

Mais uma vez, um grupo de autodenominados revolucionários se reuniu em segredo para escrever um programa econômico radical. Dimitry Vasiliev, um dos principais reformadores, evocou assim aquele tempo: "No começo, não tínhamos um único empregado sequer, nem mesmo uma secretária. Não havia equipamentos, como uma máquina de fax, por exemplo. E, naquelas condições, em apenas um mês e meio, tivemos de escrever um programa de privatização de amplo alcance, tivemos de elaborar vinte leis normativas. (...) Foi um período realmente romântico."[20]

No dia 28 de outubro de 1991, Yeltsin anunciou a suspensão dos controles de preços, supondo que "a liberalização dos preços vai colocar tudo em seus devidos lugares".[21] Os "reformadores" esperaram apenas uma semana, após a renúncia de Gorbachev, para deslanchar seu programa de terapia de choque econômico — o segundo dos três choques traumáticos. O programa de terapia de choque também incluiu políticas de livre-comércio e a primeira fase da privatização, que envolveu cerca de 225 mil empresas estatais.[22]

De acordo com a lembrança de um dos antigos conselheiros econômicos de Yeltsin, "o país foi tomado de surpresa pelo programa da Escola de Chicago".(23) Aquela surpresa foi deliberada, como parte da estratégia de Gaidar para desencadear mudanças de modo tão abrupto e veloz que a resistência se tornaria impossível. O problema que sua equipe iria enfrentar era o mesmo de sempre: a ameaça de que a democracia obstruísse seus planos. Os russos não queriam que sua economia fosse organizada pelo Comitê Central do Partido Comunista, mas muitos ainda acreditavam profundamente na redistribuição da riqueza e no papel ativo do governo. Do mesmo modo que os partidários poloneses do Solidariedade, 67% dos russos, em 1992, responderam às pesquisas afirmando que julgavam as cooperativas de trabalhadores a melhor forma de privatizar o patrimônio do Estado comunista. Por outro lado, 79% disseram que consideravam a manutenção do pleno emprego como a função primordial do governo.(24) Isso significava que, se a equipe de Yeltsin tivesse submetido seus planos ao debate democrático, em vez de deslanchar um ataque-surpresa contra uma população já bastante desorientada, a revolução da Escola de Chicago não teria tido nenhuma chance.

Vladimir Mau, um dos conselheiros de Yeltsin naquela época, explicou que "a condição mais favorável para a reforma" é uma "população abatida, extenuada por causa da luta política anterior. (...) Era por isso que o governo confiava, na véspera da liberalização de preços, que uma comoção social drástica seria impossível, que os dirigentes não seriam depostos pela revolta popular". A ampla maioria dos russos, 70%, se opunha à suspensão do controle de preços, como ele explanou, mas "podíamos ver que as pessoas, naquela hora e agora, estavam concentradas em seus próprios problemas e, em geral, em suas próprias circunstâncias econômicas".(25)

Joseph Stiglitz, que naquele período servia como economista-chefe do Banco Mundial, resumiu a mentalidade que guiava os terapeutas do choque. Suas metáforas soam bem familiares, nos dias de hoje: "Somente uma ação no estilo *Blitzkrieg* durante a 'janela de oportunidade' propiciada pela 'névoa da transição' possibilitaria a realização das mudanças antes que a população tivesse chance de se organizar para proteger seus interesses conquistados".(26) Em outras palavras, a doutrina do choque.

Stiglitz chamou os reformadores russos de "bolcheviques de mercado", por conta de sua veneração a revoluções cataclísmicas.(27) Todavia, enquanto os bolcheviques originais pretendiam realmente construir seu Estado centralmente planejado sobre as cinzas do anterior, os bolcheviques de mercado acreditavam numa espécie de mágica: se as condições ideais para a produção de lucros

estavam criadas, o país se reconstruiria sozinho, nenhum plano seria necessário. (Um tipo de fé que ressurgiria, uma década depois, no Iraque.)

Yeltsin fez sérias promessas de que "em aproximadamente seis meses, as coisas vão piorar", mas daí em diante a recuperação começaria a acontecer, e brevemente a Rússia se transformaria num gigante econômico, numa das quatro economias mais fortes do mundo.[28] Essa lógica, própria do fenômeno conhecido como destruição criadora, resultou, na verdade, em criação escassa e destruição abundante. Apenas um ano depois, a terapia de choque tinha atingido níveis devastadores: milhões de russos de classe média haviam perdido suas poupanças com a desvalorização da moeda, e os cortes bruscos nos subsídios governamentais representaram a ausência de salários para milhões de trabalhadores, durante meses.[29] O cidadão russo médio consumiu 40% menos em 1992 do que em 1991, e um terço da população caiu abaixo da linha de pobreza.[30] A classe média se viu forçada a vender objetos pessoais, em mesas de papelão montadas nas ruas — atos de desespero que os economistas da Escola de Chicago elogiavam como se fossem "empreendimentos", uma prova de que o renascimento capitalista estava realmente em curso, com a comercialização de um bem hereditário e um *blazer* de segunda mão de cada vez.[31]

Como na Polônia, os russos finalmente recuperaram sua capacidade e começaram a exigir o fim daquela aventura econômica sádica ("chega de experimentos" estava escrito, em grafite, nos muros de Moscou). Sob pressão dos eleitores, o Parlamento nacional eleito pelo voto — o mesmo órgão que aprovou a subida de Yeltsin ao poder — decidiu que era hora de refrear o presidente e seus Garotos de Chicago de imitação barata. Em dezembro de 1992, os parlamentares votaram pela destituição de Yegor Gaidar e, três meses depois, em março de 1993, decidiram cancelar os poderes especiais que haviam dado a Yeltsin para impor as leis econômicas por decreto. O período de graça tinha expirado e os resultados eram terríveis; dali em diante, as leis teriam de passar pelo Parlamento, uma medida óbvia em qualquer democracia liberal e de acordo com os preceitos da Constituição russa.

Os deputados agiam dentro dos seus direitos, mas Yeltsin tinha se acostumado a seus poderes inflados e começou a se ver mais como um monarca do que como um presidente (passou a se autodenominar Boris I). Ele se vingou da "insubordinação" do Parlamento indo à televisão e declarando estado de emergência, fato que convenientemente restaurou seus poderes imperiais. Três dias depois, o Tribunal Constitucional da Rússia, um órgão independente (cuja criação foi uma das rupturas democráticas mais significativas de Gorbachev),

decidiu, por nove votos a três, que essa tomada de poder por Yeltsin violava, em oito cláusulas diferentes, a Constituição que ele havia jurado respeitar.

Até esse momento, ainda era possível apresentar a “reforma econômica” e a reforma democrática como partes de um mesmo projeto na Rússia. Mas, desde a hora em que Yeltsin declarou estado de emergência, essas duas partes entraram em rota de colisão, ficando o presidente e seus terapeutas do choque em franca oposição ao Parlamento eleito e à Constituição.

Apesar disso, o Ocidente deu todo apoio a Yeltsin, que ainda era escalado para o papel de progressista “genuinamente comprometido com a liberdade e a democracia, genuinamente comprometido com a reforma”, segundo as palavras de Bill Clinton, então presidente dos Estados Unidos.(32) A maior parte da imprensa ocidental também ficou do lado de Yeltsin e contra o Parlamento, cujos membros eram desclassificados como “comunistas linha-dura” que tentavam retroagir das reformas democráticas.(33) De acordo com o chefe da sucursal moscovita do jornal *New York Times*, eles padeciam de “uma mentalidade soviética — suspeitavam da reforma, ignoravam a democracia e desdenhavam os intelectuais ou ‘democratas’”.(34)

Na realidade, esses eram os mesmos políticos que, apesar de todos os defeitos (e entre 1.041 deputados certamente havia muitos defeitos), tinham ficado ao lado de Yeltsin e Gorbachev, contra o golpe linha-dura de 1991, votado pelo fim da União Soviética e, até recentemente, garantido todo seu apoio ao presidente. Mesmo assim, o jornal *Washington Post* preferiu retratar os parlamentares russos como “antigovernistas” — como se fossem intrusos e não parte do governo.(35)

Na primavera de 1993, a colisão ficou ainda mais grave, porque o Parlamento resolveu aprovar uma lei orçamentária que não seguiu as exigências do FMI em termos de austeridade rigorosa. Yeltsin respondeu tentando eliminar o Parlamento. De imediato, ele propôs um referendo, apoiado em estilo orwelliano pela imprensa, que perguntava ao eleitorado se concordava em dissolver o Parlamento e realizar novas eleições. O número de votantes não foi suficiente para garantir a Yeltsin o mandado que ele pediu. Mesmo assim, o presidente declarou vitória e sustentou que o exercício havia demonstrado que o país estava com ele, porque tinha sido introduzida uma outra questão separada, que demandava do eleitorado se este apoiava as reformas. Uma maioria bem magra disse que sim.(36)

Na Rússia, o referendo foi amplamente encarado como um exercício de propaganda, que tinha fracassado. O fato era que Yeltsin e Washington ainda se defrontavam com um Parlamento que tinha o direito constitucional de fazer o que estava fazendo: freando a transformação da terapia de choque. Começou

então uma intensa campanha de pressão. Lawrence Summers, naquele momento subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, alertou que "o ímpeto para a reforma russa precisava ser revigorado e intensificado, a fim de garantir apoio multilateral sustentável".[37] O FMI captou a mensagem e um funcionário não identificado vazou para a imprensa que um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares seria rescindido, porque a instituição estava "infeliz com o retrocesso das reformas na Rússia".[38] Pyotr Aven, o antigo ministro de Yeltsin, afirmou que "a obsessão maníaca do FMI com as políticas orçamentária e monetária e sua atitude superficial e formal com todo o resto (...) influenciaram bastante o que aconteceu".[39]

O que se passou foi que, um dia depois do vazamento do FMI, Yeltsin, confiante no apoio do Ocidente, deu o seu primeiro passo irreversível em direção ao que agora se chama abertamente de "opção Pinochet": publicou o decreto nº 1.400, anunciando que a Constituição fora abolida e o Parlamento dissolvido. Dois dias depois, numa sessão especial, o Parlamento votou, por 636 a 2, pelo *impeachment* de Yeltsin, por conta de seu ato ultrajante (o equivalente à dissolução unilateral do Congresso pelo presidente dos Estados Unidos). O vice-presidente Aleksandr Rutskoi declarou que a Rússia já tinha "pagado um preço bastante alto pela aventura política" de Yeltsin e seus reformadores.[40]

Algum tipo de conflito armado entre Yeltsin e o Parlamento havia se tornado inevitável. Malgrado o fato de que o Tribunal Constitucional da Rússia tenha decretado o comportamento de Yeltsin mais uma vez inconstitucional, Clinton continuou a apoiá-lo e o Congresso norte-americano votou uma ajuda de 2,5 bilhões de dólares para ele. Encorajado, o presidente enviou tropas do Exército para cercar o Parlamento e cortou a eletricidade, o aquecimento e as linhas de telefone do prédio, batizado de Casa Branca. Boris Kagarlitsky, diretor do Instituto de Estudos da Globalização, em Moscou, me disse que os partidários da democracia russa "vinham aos milhares, para tentar furar o bloqueio. Houve duas semanas de manifestações pacíficas confrontando as tropas e as forças policiais, que resultaram num desbloqueio parcial do prédio do Parlamento, com permissão para que as pessoas levassem água e comida para dentro. A resistência pacífica estava se tornando popular e ganhava mais adeptos a cada dia".

Com o entrincheiramento cada vez mais agudo dos dois lados, o único compromisso capaz de resolver o impasse teria sido o acordo para a realização de novas eleições, fazendo todos os empregos passarem por revisão pública. Muitos desejavam esse resultado, mas, enquanto Yeltsin ainda pesava suas opções e parecia se inclinar para a realização de novo processo eleitoral, chegaram notícias da Polônia de que os eleitores haviam aplicado seu mais

severo castigo no Solidariedade, o partido que os havia traído com a terapia de choque.

Após testemunhar o fracasso do Solidariedade nas urnas, ficou óbvio para Yeltsin e seus conselheiros ocidentais que novas eleições seriam muito arriscadas. Na Rússia, havia muita riqueza pesando na balança: vastos campos de petróleo, cerca de 30% das reservas mundiais de gás, 20% do níquel, sem mencionar as fábricas de armas e o aparato de mídia do Estado, com o qual o Partido Comunista controlara a enorme população.

Yeltsin abandonou as negociações e adotou uma postura belicosa. Como tinha acabado de dobrar os salários dos militares, contava com o apoio quase integral das forças armadas e "cercou o Parlamento com milhares de tropas do Ministério do Interior, arame farpado e canhões de água, e determinou que ninguém pudesse passar", de acordo com o relato do *Washington Post*.(41) O vice-presidente Rutskoi, principal adversário de Yeltsin no Parlamento, tinha armado seus guardas e atraiu para seu lado os nacionalistas protofascistas do país. Conclamou seus seguidores "a não dar um momento de trégua à ditadura" de Yeltsin.(42) Kagarlitsky, que participou dos protestos e escreveu um livro sobre o episódio, me contou que no dia 3 de outubro multidões de partidários do Parlamento "marcharam até o centro de TV Ostankino para exigir que as notícias fossem anunciadas. Algumas pessoas na multidão estavam armadas, mas a maioria não estava. Havia crianças na marcha. As tropas e metralhadoras de Yeltsin a enfrentaram". Cerca de cem manifestantes e um dos militares foram mortos. O próximo passo de Yeltsin foi dissolver todos os conselhos municipais e regionais do país. A jovem democracia da Rússia estava sendo destruída em pedaços.

Não há dúvida de que muitos parlamentares demonstravam antipatia por um acordo pacífico, incitando a multidão, mas, como reconheceu até o funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Leslie Gelb, o Parlamento "não era dominado por um bando de malucos de direita".[46] Os fatores que precipitaram a crise foram a dissolução ilegal do Parlamento e o desafio à mais alta corte do país, por Yeltsin — gestos que foram respondidos com medidas desesperadas de uma população que não desejava perder a democracia que acabara de conquistar.(43)

Um sinal claro de Washington ou da União Europeia podia ter forçado Yeltsin a se engajar em negociações sérias com os parlamentares, mas ele só recebeu encorajamento. Finalmente, na manhã de 4 de outubro de 1993, Yeltsin completou seu destino anteriormente previsto e se tornou o Pinochet da Rússia, desencadeando uma série de ataques violentos, com semelhanças inequívocas ao golpe no Chile, ocorrido vinte anos antes. Naquele que se tornou o terceiro

choque traumático infligido por Yeltsin a seu povo, ele ordenou a um Exército vacilante que bombardeasse a Casa Branca russa, deixando-a em chamas e carbonizando o mesmo prédio em que havia construído sua reputação de democrata há apenas dois anos. O comunismo caiu sem dar um único tiro, mas o capitalismo nos moldes de Chicago, como ficou provado, exigiu uma grande quantidade de armas de fogo para defendê-lo: Yeltsin recrutou cinco mil soldados, dezenas de tanques e blindados, helicópteros e tropas de elite de choque, armadas com metralhadoras — tudo isso para defender a nova economia capitalista da Rússia frente à grande ameaça da democracia.

Foi assim que o jornal *Boston Globe* relatou o cerco de Yeltsin ao Parlamento: "Durante dez horas, ontem, cerca de trinta tanques russos e blindados circundaram o prédio do Parlamento no centro de Moscou, conhecido como Casa Branca, e o golpearam com disparos explosivos, enquanto as tropas de infantaria o atacaram com tiros de metralhadora. Às 16h15, uns trezentos guardas, deputados congressistas e funcionários da instituição marcharam em fila única para fora do prédio, com as mãos para cima."(44)

No fim do dia, o ataque militar tinha custado as vidas de umas quinhentas pessoas e os ferimentos de outras mil, sendo a maior violência ocorrida em Moscou desde 1917.(45) Peter Reddaway e Dmitri Glinski, que escreveram o relato definitivo sobre os anos de Yeltsin no poder (*The Tragedy of Russia's Reforms: Market Bolshevism against Democracy*), assinalam que "durante a operação limpeza dentro e fora da Casa Branca, 1.700 pessoas foram presas e onze armas confiscadas. Alguns dos detentos foram levados para um ginásio esportivo, lembrando os procedimentos empregados por Pinochet depois do golpe de 1973 no Chile".(46) Encaminharam muitos outros para delegacias de polícia, onde foram duramente espancados. Kagarlitsky se lembra de que, enquanto levava pancadas na cabeça, um policial gritava assim: "Vocês queriam democracia, seus filhos da puta? Nós vamos lhes mostrar a democracia!"(47)

Contudo, a Rússia não foi uma repetição do Chile — foi o Chile ao avesso: Pinochet deu um golpe, dissolveu as instituições da democracia e a seguir impôs a terapia de choque; Yeltsin forçou a terapia de choque na democracia e só conseguiu defendê-la por meio da dissolução das garantias democráticas e do golpe. Ambos os contextos foram festejados de modo entusiástico pelo Ocidente.

Um dia depois do golpe, o jornal *Washington Post* publicou matéria com a seguinte manchete: "Yeltsin recebe apoio generalizado pelo ataque — Vitória da democracia". O *Boston Globe* saiu com o título "A Rússia escapa de um retorno à masmorra de seu passado". Warren Christopher, secretário de Estado dos Estados Unidos, viajou a Moscou para demonstrar aprovação a Yeltsin e Gaidar

e declarou: “Os Estados Unidos não costumam apoiar facilmente a suspensão de parlamentos. Mas esse é um momento de exceção.”(48)

Os acontecimentos pareciam diferentes na Rússia. Yeltsin, o homem que tinha subido ao poder porque defendera o Parlamento, acabava de incendiá-lo, literalmente, deixando-o de tal modo carbonizado que passou a ser chamado de Casa Negra. Um moscovita de meia-idade contou, horrorizado, a uma equipe de filmagem estrangeira: “O povo apoiou [Yeltsin] porque ele nos prometeu a democracia, mas ele a assassinou. Não foi só uma violação, foi um assassinato.”(49) Vitaly Neiman, que tinha montado guarda na porta da Casa Branca durante o golpe de 1991, definiu a traição nestes termos: “O que recebemos foi inteiramente diferente daquilo que desejamos. Fizemos barricadas por eles, pusemos nossas vidas na linha de fogo, mas eles não cumpriram suas promessas.”(50)

Jeffrey Sachs, aclamado por demonstrar que as reformas radicais de livre mercado eram compatíveis com a democracia, continuou a apoiar Yeltsin publicamente, rejeitando seus oponentes como “um grupo de antigos comunistas intoxicados pelo poder”.(51) Em seu livro intitulado *O fim da pobreza*, no qual apresenta o relato definitivo de seu envolvimento na Rússia, Sachs ignorou completamente esse episódio dramático, sobre o qual não emitiu uma única palavra, da mesma forma que deixou de fora o estado de sítio e os ataques contra os líderes trabalhistas, que acompanharam seu programa de choque na Bolívia.(52)

Logo após o golpe, a Rússia ficou sob domínio ditatorial desenfreado: seus órgãos eletivos foram dissolvidos, o Tribunal Constitucional foi suspenso, assim como a Constituição; tanques patrulhavam as ruas, o toque de recolher entrou em vigor e a imprensa estava submetida à censura generalizada, embora as liberdades civis tenham sido restauradas em seguida.

Então, o que fizeram os Garotos de Chicago e os conselheiros ocidentais nesse momento crítico? A mesma coisa que fizeram quando Santiago entrou em combustão e a mesma coisa que fariam quando Bagdá pegasse fogo: livres da intromissão da democracia, caíram numa esbórnia legisladora. Três dias após o golpe, Sachs observou que até aquele momento “não houvera terapia de choque”, porque, como ele mesmo disse, o plano estava sendo “implementado de modo incoerente e intermitente. Agora temos a oportunidade de fazer alguma coisa”.(53)

E eles fizeram alguma coisa. Como noticiou a revista *Newsweek*: “A equipe econômica liberal de Yeltsin está dando um duro danado. No dia seguinte à

dissolução do Parlamento pelo presidente, uma ordem foi dada aos reformadores de mercado: comecem a escrever os decretos.” A revista citou um “exultante economista ocidental que trabalhava diretamente com o governo”, para deixar bem claro que, na Rússia, a democracia sempre foi um impedimento ao projeto de mercado: “Com o Parlamento fora do caminho, chegou a hora de fazer a reforma. (...) Os economistas daqui estavam bastante deprimidos. Agora, estão trabalhando dia e noite.” De fato, não parece haver nada mais empolgante do que um golpe, como declarou ao *Wall Street Journal* o economista-chefe do Banco Mundial para a Rússia, Charles Blitzer: “Nunca me diverti tanto na vida.”[54]

A diversão estava apenas começando. Enquanto o país se recuperava do ataque, os Garotos de Chicago de Yeltsin avançavam nas medidas mais polêmicas do programa: cortes orçamentários gigantescos, suspensão do controle de preços sobre alimentos básicos, inclusive o pão, e privatizações ainda mais abrangentes e rápidas — as políticas normalmente causadoras de tanta miséria instantânea que necessitam de um Estado policial para conter o risco de rebelião.

Depois do golpe de Yeltsin, Stanley Fischer, primeiro diretor-adjunto de administração do FMI (e um Garoto de Chicago da década de 1970), defendeu “o avanço mais rápido possível em todas as frentes”.[55] Assim como Lawrence Summers, que estava ajudando a modelar a economia russa durante o governo de Clinton. As “três ‘-ações’”, como eles as chamavam — “privatização, estabilização e liberalização — todas devem ser concluídas o mais depressa possível”.[56]

A mudança ocorria de modo tão acelerado que ficou impossível para os russos acompanharem. Os trabalhadores, na maioria das vezes, nem sabiam que suas fábricas e minas tinham sido vendidas — que dirá como tinham sido vendidas ou para quem (uma grande confusão que testemunhei uma década mais tarde nas empresas estatais do Iraque). Na teoria, toda essa transformação serviria para criar o surto econômico que tiraria a Rússia do desespero; na prática, o Estado comunista estava apenas sendo substituído por um Estado corporatista: os beneficiários dessa expansão se restringiram a um pequeno núcleo de cidadãos russos, muitos deles antigos membros da burocracia do Partido Comunista, e aos diretores dos fundos de investimentos do Ocidente, que obtiveram retornos exuberantes do dinheiro aplicado nas novas companhias privatizadas da Rússia. Um círculo de novos bilionários, entre os quais se destacavam os integrantes do grupo universalmente conhecido como “os oligarcas”, se juntou aos Garotos de Chicago de Yeltsin e ajudou a despir o país de quase tudo que tinha valor, direcionando seus altos lucros para os paraísos fiscais, num montante de dois bilhões de dólares por mês. Antes da terapia de

choque, a Rússia não possuía milionários; em 2003, o número de bilionários tinha subido para dezessete, de acordo com a lista da revista *Forbes*.[57]

Isso aconteceu, em parte, porque num raro distanciamento em relação à ortodoxia da Escola de Chicago, Yeltsin e sua equipe não autorizaram as multinacionais estrangeiras a comprar os ativos do país diretamente; eles guardaram os prêmios para os russos e só então abriram as companhias recém-privatizadas, agora nas mãos dos oligarcas, para os investidores externos. Os retornos, ainda assim, foram astronômicos. "Está procurando um investimento que possa render 2.000% em três anos?", foi a pergunta do *Wall Street Journal*. "Somente um mercado de ações oferece essa esperança... a Rússia."[58] Muitos bancos de investimento, inclusive o Credit Suisse First Boston, assim como outros financistas endinheirados, rapidamente formaram fundos mútuos dedicados à Rússia.

Para os oligarcas do país e os investidores estrangeiros, somente uma nuvem se formava no horizonte: a popularidade declinante de Yeltsin. Os efeitos do programa econômico eram tão brutais para o russo médio, e o processo era tão evidentemente corrupto, que suas taxas de aprovação despencaram para um dígito apenas. Se Yeltsin fosse tirado do cargo, quem quer que viesse a substituí-lo dificilmente avançaria nessa aventura do capitalismo extremo na Rússia. Ainda mais preocupante para os oligarcas e "reformadores" seria o caso sério de renacionalização de muitos ativos, que tinham sido passados adiante em circunstâncias políticas absolutamente inconstitucionais.

Em dezembro de 1994, Yeltsin fez aquilo que muitos líderes têm feito ao longo da história para se manter no poder: iniciou uma guerra. Seu chefe de Segurança Nacional, Oleg Lobov, confidenciou o seguinte a um legislador: "Nós precisamos de uma pequena guerra vitoriosa para levantar a aprovação do presidente." O ministro da Defesa previu que seu Exército derrotaria as forças da república separatista da Chechênia em questão de horas — uma moleza.[59]

Por um breve período, pelo menos, o plano pareceu funcionar. Na sua primeira fase, o movimento de independência da Chechênia foi parcialmente eliminado, e as tropas russas ocuparam o já abandonado palácio presidencial em Grozny, permitindo a Yeltsin declarar sua gloriosa vitória. No entanto, esse triunfo provaria ser de curta duração, tanto na Chechênia quanto em Moscou. Quando Yeltsin se candidatou à reeleição, em 1996, era ainda tão impopular e sua derrota parecia tão certa que alguns conselheiros consideraram a hipótese de cancelamento do pleito; uma carta assinada por um grupo de banqueiros russos e publicada em todos os jornais da nação insinuava essa possibilidade.[60] O

ministro da Privatização de Yeltsin, Anatoly Chubais (que foi descrito por Sachs como "um batalhador da liberdade"), tornou-se um dos mais declarados proponentes da opção Pinochet.(61) Segundo sua visão, "para ter uma democracia na sociedade, é preciso ter uma ditadura no poder".(62) Era uma repetição das desculpas dadas tanto para Pinochet, pelos Garotos de Chicago do Chile, quanto para a filosofia de Deng Xiaoping, de um friedmanismo sem liberdade.

No final, a eleição aconteceu e Yeltsin venceu, graças a um financiamento estimado em cem milhões de dólares, feito pelos oligarcas (33 vezes maior do que o montante legal), e também à cobertura televisiva muitas vezes maior do que a de seus adversários (as estações de TV eram controladas pelos membros da oligarquia).(63) Com o fim da ameaça de mudança de governo, os Garotos de Chicago puderam avançar na parte mais polêmica, e mais lucrativa, de seu programa: vender aquilo que Lênin um dia chamou de "*commanding heights*".[47]

Uma companhia petrolífera comparável em tamanho à francesa France Total teve 40% de seu controle vendidos por 88 milhões de dólares (as vendas da Total, em 2006, chegaram a 193 bilhões de dólares). A empresa Norilsk Nickel, que produzia um quinto do níquel mundial, foi negociada por 170 milhões de dólares — muito embora os seus lucros chegassem, em breve, ao patamar de 1,5 bilhão de dólares anuais. A gigantesca petrolífera Yukos, que controla mais petróleo do que o Kuwait, foi vendida por 309 milhões de dólares; atualmente, gera uma receita de mais de três bilhões de dólares por ano. Da gigante petroleira Sidanko, 51% foram repassados por 130 milhões de dólares; apenas dois anos depois, a empresa seria avaliada no mercado internacional em 2,8 bilhões de dólares. Uma imensa fábrica de armas foi negociada por três milhões de dólares, o mesmo preço de uma casa de campo em Aspen, nos Estados Unidos.(64)

O escândalo não resultava apenas do fato de que as riquezas públicas da Rússia estavam sendo leiloadas por uma pequena fração de seu verdadeiro valor. Num estilo genuinamente corporatista, elas estavam sendo compradas com dinheiro público. Como os jornalistas Matt Bivens e Jonas Bernstein, do *Moscow Times*, noticiaram: "Um punhado de homens pegou, de graça, os campos de petróleo sob administração do Estado russo, como parte de um jogo de contas gigantesco, em que uma das mãos do Estado pagou a outra mão." Num gesto descarado de cooperação entre os políticos que vendiam as empresas estatais e os empresários que as compravam, diversos ministros de Yeltsin transferiram grandes somas de dinheiro público, que deviam ter sido enviadas para o Banco Central ou o Tesouro, para bancos privados rapidamente incorporados pelos oligarcas.[48] O Estado também contratou os mesmos bancos para realizarem os leilões dos campos de petróleo e das minas. Os bancos

realizaram os leilões, mas também participaram deles — e, é claro, decidiram tornar-se os orgulhosos donos de antigos ativos públicos. O dinheiro que empregaram para comprar as ações dessas companhias estatais era o mesmo dinheiro que os ministros de Yeltsin haviam depositado naqueles bancos.(65) Em outras palavras, o povo russo pagou pelo dinheiro que foi usado para saquear o seu próprio país.

De acordo com a visão de um dos "jovens reformadores", quando os comunistas russos decidiram desmantelar a União Soviética, fizeram uma "troca [de] poder por propriedade".(66) Assim como aconteceu com seu mentor Pinochet, a família de Yeltsin ficou muito rica, e seus filhos e cônjuges ascenderam aos postos mais elevados das grandes firmas privatizadas.

Depois de estabelecer seu firme controle sobre os ativos do Estado russo, os oligarcas abriram suas empresas às multinacionais de primeira grandeza, que agarraram grandes porções. Em 1997, a Royal Dutch/Shell e a British Petroleum entraram em sociedade com duas gigantes locais, a Gazprom e a Sidanko.(67) Esses investimentos foram altamente rentáveis, mas a principal fatia da riqueza da Rússia ficou nas mãos dos agentes econômicos russos, e não dos sócios estrangeiros. Esse foi um descuido que o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos trataram de evitar, com sucesso, nos futuros leilões de privatização ocorridos na Bolívia e na Argentina. E, no Iraque, depois da invasão, os Estados Unidos foram ainda mais longe e tentaram deixar a elite local completamente de fora dos negócios lucrativos da privatização.

Wayne Merry, o analista político chefe da embaixada norte-americana em Moscou, durante os anos decisivos de 1990 a 1994, admitiu que a escolha entre democracia e interesses de mercado na Rússia foi bastante inflexível. "O governo dos Estados Unidos escolheu o econômico no lugar do político. Escolhemos liberdade de preços, privatização da indústria e criação de um capitalismo desregulamentado e liberalizado, e acreditamos que o império da lei, a sociedade civil e a democracia representativa se desenvolveriam de alguma forma, automaticamente, em decorrência disso. (...) Infelizmente, a escolha foi a de ignorar a vontade popular e prosseguir com a política."(68)

Havia tanta riqueza sendo criada na Rússia, naquele período, que alguns "reformadores" não resistiram a entrar em ação. Na realidade, mais do que em qualquer outro lugar, naquele momento, a situação da Rússia expôs o mito do tecnocrata, do economista intelectualizado de livre mercado que supostamente aplicava os modelos retirados do livro-texto por pura convicção. Como no Chile e na China, onde uma corrupção furiosa andava de mãos dadas com a terapia de

choque econômico, inúmeros Garotos de Chicago, que foram ministros e secretários de Yeltsin, acabaram perdendo seus postos em meio a escândalos rumorosos de corrupção.(69)

Em seguida, vinham os jovens brilhantes do Projeto Rússia, de Harvard, encarregados de organizar as privatizações do país e os mercados de fundos mútuos. Os dois acadêmicos que encabeçavam o projeto — o professor de economia de Harvard Andrei Shleifer e seu assistente Jonathan Hay — foram descobertos se beneficiando diretamente do mercado que ambos diligentemente criavam. Enquanto Shleifer fazia o papel de conselheiro de política de privatização para a equipe de Gaidar, sua mulher investia pesadamente na compra de ativos russos privatizados. Hay, um diplomado da Faculdade de Direito de Harvard, então com trinta anos, também realizou investimentos pessoais nas companhias privatizadas de petróleo, evidentemente em flagrante violação do contrato de Harvard com a USAID. E, ao passo que Hay orientava o governo russo na montagem de um mercado de fundos mútuos, sua namorada, depois esposa, foi premiada com a primeira licença para abertura de uma companhia destinada a atuar nesse mercado, na Rússia. Quando começou a funcionar, a empresa foi dirigida a partir do escritório de Harvard, que era financiado pelo governo dos Estados Unidos. (Tecnicamente, como diretor do Centro para o Desenvolvimento Internacional de Harvard, que abrigava o Projeto Rússia, Sachs era chefe de Shleifer e Hay, durante parte desse período. No entanto, Sachs já não estava mais trabalhando nos assuntos ligados à Rússia e jamais foi implicado em nenhuma dessas ações questionáveis.)(70)

Quando esse emaranhado veio a público, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos processou a Universidade de Harvard, sob a alegação de que os negócios de Shleifer e Hay violaram os contratos que eles haviam assinado, concordando em não se beneficiar, pessoalmente, do trabalho de alto nível que estavam realizando. Depois de sete anos de investigação e de uma longa batalha, a Corte Distrital dos Estados Unidos, em Boston, declarou que Harvard havia rompido o contrato, que os dois acadêmicos “conspiraram para fraudar os Estados Unidos”, que “Shleifer se envolveu em aparente enriquecimento próprio”, que “Hay tentou fazer a lavagem de quatrocentos mil dólares por meio de seu pai e de sua namorada”.(71) Harvard pagou um acordo de 26,5 milhões de dólares, o maior em toda a história da instituição. Shleifer concordou em pagar dois milhões de dólares, e Hay aceitou desembolsar entre um e dois milhões de dólares, dependendo de seus rendimentos, mas nenhum dos dois admitiu qualquer responsabilidade.[49] (72)

Talvez esse tipo de “enriquecimento próprio” fosse inevitável, haja vista a natureza do experimento russo. Anders Åslund, um dos economistas ocidentais

mais influentes, que trabalhou na Rússia naquela época, afirmou que a terapia de choque ia funcionar porque "os incentivos miraculosos ou as tentações do capitalismo conquistam mais ou menos qualquer coisa".[(73)] Desse modo, como a ganância serviria de motor para a reconstrução da Rússia, certamente os homens de Harvard, com suas esposas e namoradas, assim como a equipe de Yeltsin e suas famílias, ao participarem daquele frenesi, estavam apenas servindo de exemplo.

Isso evoca uma questão incômoda e importante sobre os ideólogos do livre mercado: seriam eles "crentes verdadeiros", movidos por ideologia e fé em que os livres mercados irão vencer o subdesenvolvimento, como é frequentemente reivindicado, ou seriam suas ideias e teorias um fundamento lógico bem elaborado, que serve para que as pessoas manifestem uma ganância desmedida, enquanto invocam motivos altruístas? Todas as ideologias são corruptíveis, sem dúvida (o aparelhamento do Estado na Rússia, com a distribuição de privilégios durante o regime comunista, mostrou isso com bastante clareza), e deve haver neoliberais honestos. Mas a economia da Escola de Chicago parece, particularmente, conduzir à corrupção. Se você aceita que o lucro e a ganância praticados em grande escala criam os maiores benefícios possíveis para qualquer sociedade, todos os atos de enriquecimento pessoal podem ser justificados como contribuição ao imenso caldeirão criativo do capitalismo, gerando riqueza e estimulando o crescimento econômico — mesmo que seja apenas para você e seus colegas.

O trabalho filantrópico de George Soros na Europa Oriental — inclusive o pagamento das viagens de Sachs por toda a região — não ficou imune à controvérsia. Não há dúvidas de que Soros estava comprometido com o processo de redemocratização do Bloco Oriental, mas ele também tinha claros interesses econômicos no tipo de reforma da economia que acompanhava o retorno da democracia. Como o mais poderoso negociante de moedas do mundo, ele se beneficiou significativamente quando os países implementaram a conversibilidade de suas moedas e suspenderam os controles sobre o capital, e tornou-se um dos compradores potenciais quando as empresas estatais foram leiloadas em bloco.

Teria sido perfeitamente legal para Soros lucrar diretamente nos mercados que ele — como filantropo — estava ajudando a abrir, mas não ficaria bem. Durante um tempo, ele pareceu enfrentar uma espécie de conflito de interesses, ao impedir que suas empresas investissem nos países em que sua fundação estava operando. No entanto, na hora em que a Rússia começou a ser vendida, Soros não conseguiu mais resistir. Em 1994, explicou que sua política "havia sido modificada devido ao fato de que os mercados estão realmente se

desenvolvendo na região, e eu não tenho nem a razão nem o direito de negar aos meus fundos ou acionistas a possibilidade de investir lá, ou de negar àqueles países a chance de receber alguns desses fundos". Soros já havia adquirido participações no sistema telefônico privatizado da Rússia, em 1994, por exemplo (um péssimo investimento, como se comprovou depois), e tinha comprado parte de uma grande empresa de alimentação na Polônia.(74) Nos primeiros dias após a queda do comunismo, Soros, por intermédio do trabalho de Sachs, foi um dos primeiros a defender o tratamento de choque na transformação econômica. Ao final da década de 1990, contudo, ele aparentemente mudara de opinião, tornando-se um dos principais críticos da terapia de choque e direcionando os investimentos de sua fundação para ONGs que se dedicassem a instituir medidas anticorrupção antes do início dos processos de privatização.

Aquela epifania chegou tarde para salvar a Rússia do capitalismo de cassino. A terapia de choque havia deixado o país aberto aos fluxos de dinheiro quente — investimentos especulativos de curto prazo e comércio de moedas, que são altamente lucrativos. Essa forte especulação representou, em 1998, a total desproteção da Rússia diante da propagação da crise financeira da Ásia (tema do capítulo 13). Sua economia ainda precária desabou completamente. A população culpou Yeltsin, e sua taxa de aprovação despencou para os absolutamente indefensáveis 6%.(75) Com o futuro de muitos oligarcas em risco, mais uma vez foi preciso um choque ainda maior para salvar o projeto econômico e impedir a volta da ameaça de uma genuína democracia na Rússia.

Em setembro de 1999, o país foi abatido por uma série de ataques terroristas excessivamente cruéis: aparentemente do nada, quatro prédios de apartamentos explodiram no meio da noite, matando quase trezentas pessoas. De uma forma que se tornou familiar para os norte-americanos, após o 11 de Setembro de 2001, todas as outras questões foram banidas do mapa político, de uma só vez, pela única força capaz de fazer isso na Terra. Como explicou a jornalista russa Yevgenia Albats: "Era uma espécie de medo muito simples. De repente, parecia que toda essa discussão sobre democracia, os oligarcas — nada se comparava ao medo de morrer dentro do próprio apartamento."(76)

O homem encarregado de caçar os "animais" foi o primeiro-ministro da Rússia, o inflexível e vagamente sinistro Vladimir Putin.[50] (77) Logo depois do bombardeio dos apartamentos, no final de setembro de 1999, Putin deslanchou ataques aéreos à Chechênia, atingindo áreas civis. Sob essa nova luz do terror, o fato de Putin ser um veterano da KGB — um dos símbolos mais temidos da era comunista —, a serviço da qual esteve por dezessete anos, subitamente pareceu

reconfortante para muitos russos. Enquanto Yeltsin se degradava cada vez mais pelo alcoolismo, Putin, o protetor, estava perfeitamente posicionado para sucedê-lo como presidente. No dia 31 de dezembro de 1999, com a guerra na Chechênia impedindo o debate sério, vários oligarcas arquitetaram uma transferência de poder discreta, de Yeltsin para Putin, sem a necessidade de eleições. Antes de deixar o cargo, Yeltsin ainda empregou um último recurso do manual de Pinochet e exigiu imunidade legal para si próprio. O primeiro ato de Putin como presidente foi assinar uma lei que protegia Yeltsin de qualquer ação judicial criminal, fosse por corrupção ou pelo assassinato de manifestantes pró-democracia, que aconteceu diante de seus olhos.

Yeltsin é visto pela história mais como um corrupto bufão do que como um homem forte e ameaçador. Ainda assim, suas políticas econômicas e as guerras que declarou para protegê-las contribuíram significativamente para impulsionar o ímpeto destrutivo da cruzada da Escola de Chicago, que vinha aumentando progressivamente desde o Chile, na década de 1970. Além dos incidentes causados pelo golpe de outubro de Yeltsin, as guerras na Chechênia haviam matado aproximadamente cem mil civis.[(78)] Os maiores massacres ocorreram de modo lento, mas seus números foram ainda maiores — o “efeito colateral” da terapia de choque econômico.

Sem que houvesse uma grande fome, praga ou batalha, nunca tantos perderam a vida em tão pouco tempo. Em 1998, mais de 80% das fazendas russas estavam falidas e cerca de setenta mil fábricas estatais tinham fechado, criando uma epidemia de desemprego. Em 1989, antes da terapia de choque, dois milhões de pessoas na Federação Russa viviam na pobreza, com menos de quatro dólares por dia. Na época em que os terapeutas do choque prescreveram seu “remédio mais amargo”, em meados dos anos 1990, 74 milhões de russos estavam vivendo abaixo da linha de pobreza, de acordo com o Banco Mundial. Isso quer dizer que as “reformas econômicas” da Rússia podem reivindicar o mérito pelo empobrecimento de *72 milhões de pessoas em apenas oito anos.* Em 1996, 25% da população russa — quase 37 milhões de indivíduos — viviam num estado de pobreza descrito como “desesperador”.[(79)]

Embora milhões de russos tenham sido tirados da pobreza, nos últimos anos, em grande parte graças à elevação dos preços do gás e do petróleo, a subclasse de extrema pobreza se tornou permanente — com todos os tipos de doenças associadas a esse tipo de status decadente. Por mais miserável que fosse a vida no comunismo, com apartamentos superlotados e frios, os russos pelo menos tinham uma casa para morar; em 2006, o governo admitiu que havia 715 mil

crianças desabrigadas no país, e o UNICEF elevou esse número para 3,5 milhões.[80]

Durante a Guerra Fria, o alcoolismo generalizado sempre foi visto, no Ocidente, como uma evidência de que a vida no comunismo era tão ruim que os russos necessitavam de grandes quantidades de vodca para suportá-la. No capitalismo, contudo, os russos começaram a beber duas vezes mais álcool do que bebiam antes — e também passaram a procurar analgésicos mais fortes. O czar do combate às drogas da Rússia, Aleksandr Mikhailov, afirma que o número de usuários subiu mais de 900%, de 1994 a 2004, chegando a quatro milhões de pessoas, muitas delas viciadas em heroína. A epidemia de drogas aumentou a potência de um outro assassino silencioso: em 1995, cinquenta mil russos eram HIV positivos, e em apenas dois anos esse número dobrou; dez anos depois, de acordo com dados do UNAID, quase um milhão de habitantes se tornaram HIV positivos.[81]

Essas são as mortes lentas, mas ocorrem mortes rápidas também. Tão logo a terapia de choque foi introduzida, em 1992, a taxa de suicídio na Rússia, que já era alta, começou a aumentar; em 1994, ano de pico das "reformas" de Yeltsin, o índice mais do que dobrou em relação aos oito anos anteriores. Os russos também cometeram mais assassinatos, e com uma frequência ainda maior: em 1994, os crimes violentos tinham aumentado em mais de quatro vezes.[82]

Vladimir Gusev, um acadêmico de Moscou, fez a seguinte pergunta durante uma manifestação pela democracia em 2006: "O que nossa pátria mãe e seus filhos receberam nos últimos quinze anos de tantos crimes?" "Os anos de capitalismo criminoso mataram cerca de 10% da população." A população da Rússia encontra-se, realmente, em franco declínio — o país está perdendo uma média de setecentas mil pessoas por ano. Entre 1992, o primeiro ano completo da terapia de choque, e 2006, o número de habitantes declinou em 6,6 milhões.[83] Três décadas antes, André Gunder Frank, o economista dissidente de Chicago, escrevera uma carta para Milton Friedman, acusando-o de "genocídio econômico". Muitos russos, hoje, descrevem o lento desaparecimento de seus concidadãos em termos semelhantes.

Essa miséria planejada se torna cada vez mais grotesca, porque a riqueza acumulada pela elite é ostentada em Moscou como em nenhum outro lugar, fora alguns poucos emirados do petróleo. Na Rússia de hoje, a riqueza é tão estratificada que os ricos e pobres parecem não apenas viver em países diferentes, mas em séculos distintos. Uma linha do tempo moderna é o centro de Moscou, transformado muito rapidamente em uma cidade futurística transgressora do século XXI, onde os oligarcas circulam em veículos Mercedes pretos, protegidos por soldados mercenários bem treinados, e onde os dirigentes

financeiros ocidentais são seduzidos pelos investimentos de lucro fácil, durante o dia, e pelas prostitutas, ofertas da casa, durante a noite. Em outra linha do tempo, uma garota provinciana de dezessete anos, ao ser perguntada sobre suas expectativas em relação ao futuro, respondeu: “É difícil falar do século XXI quando você fica sentada lendo à luz de vela. O século XXI não tem importância. Aqui, estamos no século XIX.”(84)

A pilhagem de um país com tantas riquezas como a Rússia exigiu atos extremos de terror — do incêndio do Parlamento à invasão da Chechênia. Como escreveu Georgi Arbatov, um dos primeiros (e ignorados) conselheiros econômicos de Yeltsin: “Uma política que eleva a pobreza e o crime só sobrevive se suprimir a democracia.”(85) Exatamente como foi no Cone Sul, na Bolívia, durante o estado de sítio, na China com a Praça da Paz Celestial. Exatamente como seria no Iraque.

Na dúvida, culpe a corrupção

Relendo as notícias da imprensa ocidental sobre o período da terapia de choque na Rússia, é surpreendente observar como as discussões daquela época se assemelham aos debates que se abririam sobre o Iraque, mais de uma década depois. Tanto para o governo de Clinton quanto para o de Bush pai, sem esquecer a União Europeia, o G7 e o FMI, o objetivo claro na Rússia era eliminar o Estado preexistente e criar as condições para um verdadeiro frenesi capitalista que, por sua vez, daria início a uma fulgurante democracia de livre mercado — administrada por norte-americanos autoconfiantes, recém-saídos da escola. Em outras palavras, era o Iraque, sem as explosões.

Quando o zelo pela terapia de choque chegou ao ápice, seus entusiastas estavam completamente convencidos de que somente a destruição total de todas as instituições criaria as condições para um renascimento nacional — o sonho do espaço vazio, que seria recorrente em Bagdá. É “desejável”, como escreveu o historiador de Harvard Richard Pipes, “que a Rússia continue sua desintegração, até que não reste mais nada de suas estruturas institucionais”.(86) Richard Ericson, economista da Universidade de Columbia, fez o seguinte registro, em 1995: “Qualquer reforma tem de ser destruidora numa escala sem precedentes históricos. Um mundo inteiro deve ser descartado, inclusive toda a sua economia e a maior parte das instituições sociais e políticas, assim como as estruturas físicas de produção, capital e tecnologia.”(87)

Outro paralelo com o Iraque: embora Yeltsin afrontasse integralmente qualquer coisa que lembrasse a democracia, seu governo continuou sendo

caracterizado, no Ocidente, como parte da "transição para a democracia", uma narrativa que se modificaria apenas quando Putin começasse a punir as atividades ilegais de muitos oligarcas. A administração Bush, de modo semelhante, sempre retratou o Iraque como um país no caminho da liberdade, mesmo diante das evidências escandalosas de tortura, esquadrões da morte fora de controle e censura generalizada à imprensa. O programa econômico da Rússia foi permanentemente descrito como "reforma", do mesmo modo que o Iraque se encontra perenemente em "reconstrução", mesmo depois que quase todos os empreiteiros dos Estados Unidos foram embora, deixando as infraestruturas em frangalhos, porque a destruição não para de acontecer. Na Rússia, em meados da década de 1990, qualquer um que ousasse questionar a "sabedoria" dos reformadores era logo desqualificado como saudosista de Stalin, assim como os críticos da ocupação do Iraque foram, durante anos, acusados de pensar que a vida era melhor na ditadura de Saddam Hussein.

Quando se tornou impossível esconder os fracassos do programa da terapia de choque na Rússia, os argumentos se voltaram para a "cultura de corrupção" do país e também especularam que os russos "não estavam preparados" para a democracia autêntica, por conta de sua longa história de autoritarismo. Os economistas do *think tank* de Washington rapidamente desautorizaram a economia de Frankenstein que ajudaram a criar na Rússia, ridicularizando-a como "capitalismo de máfia" — um fenômeno supostamente peculiar ao caráter russo. Citando um funcionário público russo, o jornal *Atlantic Monthly* afirmou, em reportagem de 2001, que "nada de bom jamais virá da Rússia". No *Los Angeles Times*, o jornalista e escritor Richard Lourie declarou que "os russos formam uma nação assim tão calamitosa, que, mesmo quando têm de fazer coisas banais, como votar e ganhar dinheiro, se metem na maior confusão".(88) O economista Anders Åslund havia dito que as "tentações do capitalismo", sozinhas, iriam transformar a Rússia, que o simples poder da ganância forneceria a oportunidade para a reconstrução do país. Anos depois, quando lhe perguntaram o que tinha dado errado, ele respondeu: "Corrupção, corrupção e corrupção", como se a corrupção fosse uma coisa diferente da manifestação desenfreada das "tentações do capitalismo", que ele elogiara de modo tão entusiástico.(89)

A farsa completa seria encenada novamente, dez anos depois, para explicar o sumiço de bilhões de dólares destinados à reconstrução no Iraque, sendo o legado deformador de Saddam Hussein e as patologias do "radicalismo islâmico" utilizados como correspondentes à influência exercida pelo comunismo e o czarismo na Rússia. No Iraque, o ódio dos Estados Unidos pela aparente incapacidade dos iraquianos de aceitarem o presente da liberdade na

ponta do revólver também se tornaria abusivo — esse ódio, no entanto, não se expressaria apenas em editoriais grosseiros sobre essa "ingratidão", mas se abateria sobre os corpos de civis iraquianos pela ação dos soldados britânicos e estadunidenses.

O grande problema da narrativa de culpabilização da Rússia é que ela impede o exame mais sério daquilo que o episódio pode ensinar a respeito da verdadeira face da cruzada pelo livre mercado desregulamentado, a tendência política mais poderosa das últimas três décadas. A corrupção de muitos oligarcas até hoje é considerada uma força estranha que contaminou os planos de livre mercado, que teriam valido a pena. Todavia, a corrupção não era uma intrusa nas reformas de livre mercado da Rússia: negócios rápidos e sujos eram ativamente encorajados pelas potências ocidentais, em todos os estágios, como a forma mais veloz de iniciar a transformação econômica. A salvação nacional por meio do incentivo à ganância era o arremedo de plano que os Garotos de Chicago da Rússia e seus conselheiros tinham a oferecer quando tivessem acabado de destruir as instituições do país.

Esses resultados catastróficos também não foram exclusivos da Rússia; toda a história de trinta anos de experimentos da Escola de Chicago foi marcada pela corrupção em massa e pelo conluio corporatista entre ativos públicos e grandes corporações, das piranhas do Chile às privatizações obsequiosas da Argentina, aos oligarcas da Rússia, às trapaças da Enron com a energia, à "fraude da zona livre" do Iraque. O intuito da terapia de choque é abrir uma brecha para que lucros extraordinários sejam produzidos com grande velocidade — graças à ausência de legislação. "A Rússia se transformou num paraíso para os especuladores internacionais", foi a manchete de um jornal russo em 1997. Enquanto isso, a revista *Forbes* descreveu a Rússia e a Europa central como "a nova fronteira".[90] Os termos da era colonial foram perfeitamente apropriados.

O movimento que Milton Friedman deslanchou, nos anos 1950, fica mais bem compreendido se o entendermos como a tentativa do capital multinacional de recapturar a fronteira altamente lucrativa e sem leis que Adam Smith, o pai intelectual dos neoliberais de hoje, tanto admirou — contudo, com um desvio. Em vez de viajar pelas "nações selvagens e bárbaras" de Adam Smith, onde não há a legislação do Ocidente (uma opção prática agora inviável), esse movimento desatou a desmantelar, de modo sistemático, todas as normas e os regulamentos existentes, para recriar aquele estado anterior sem leis. Os colonizadores de Smith realizaram seus lucros recordes por meio da apropriação, por "uma bagatela", daquilo que ele descreveu como "terras desperdiçadas". As

multinacionais de hoje veem programas governamentais, ativos públicos e tudo que não está à venda como terreno a ser conquistado e tomado — correios, parques nacionais, escolas, seguridade social, defesa civil e qualquer outra coisa administrada pelo poder público.[91]

Na economia da Escola de Chicago, o Estado atua como a fronteira colonial a ser pilhada pelos conquistadores corporativos, com as mesmas determinação e energia implacáveis que seus predecessores mostraram quando rebocaram para casa o ouro e a prata dos Andes. Enquanto Smith enxergou campos férteis verdejantes transformados em fazendas lucrativas nos pampas e nas pradarias, Wall Street viu "campos verdejantes oportunos" no sistema de telefonia do Chile, nas linhas aéreas da Argentina, nos campos de petróleo da Rússia, no sistema de água da Bolívia, no sistema público de transmissões de rádio dos Estados Unidos, nas fábricas da Polônia — tudo construído com dinheiro público e depois vendido por uma ninharia.[92] A seguir, vêm os tesouros criados pela pressão sobre o Estado para que este estabeleça uma patente e um preço para formas de vida e recursos naturais que jamais se pensou em chamar de mercadorias — sementes, genes, carbono na atmosfera da Terra. Sem jamais descansar de encontrar novas fronteiras lucrativas no domínio público, os economistas da Escola de Chicago são como os cartógrafos da era colonial, que identificaram novos cursos d'água por dentro da Amazônia e encontraram a localização exata de um depósito de ouro escondido dentro de um templo inca.

A corrupção tem sido um acessório tão presente nessas fronteiras contemporâneas quanto nas corridas do ouro da era colonial. Na medida em que as privatizações mais significativas são sempre realizadas durante os tumultos de uma crise econômica ou política, legislação clara e reguladores efetivos nunca estão disponíveis — a atmosfera é caótica e os preços são flexíveis, assim como os políticos. O que nós temos vivido nessas últimas três décadas é o capitalismo de fronteira, cuja localização se altera constantemente, de crise em crise, e se move assim que a lei começa a vigorar.

Assim, longe de representar um conto acautelador, a ascensão dos oligarcas bilionários na Rússia demonstrou que a expropriação de um Estado industrializado podia ser muito lucrativa — e Wall Street queria ainda mais. Logo após o colapso soviético, o Tesouro dos Estados Unidos e o FMI intensificaram sua pressão para acelerar os processos de privatização em outros países afetados por crises. O caso mais dramático aconteceu em 1994, o ano do golpe de Yeltsin, quando a economia do México sofreu sua maior desintegração, que ficou conhecida como Crise da Tequila: os termos da ajuda norte-americana impuseram a exigência de privatizações rápidas, e a revista *Forbes* anunciou que o processo gerou 23 novos bilionários. "A lição aqui é bastante óbvia: para

prever o surgimento de novos bilionários, basta procurar países onde os mercados estão sendo abertos.” A abertura do México à propriedade estrangeira também aumentou numa escala sem precedentes: em 1990, somente um dos bancos do país pertencia ao capital externo, mas “em 2000, 24 de seus trinta bancos estavam nas mãos de estrangeiros”.[93] A única lição aprendida com a Rússia, sem dúvida, foi que, quanto mais rápida e sem lei for a transferência de riqueza, mais lucrativa ela será.

Uma pessoa que compreendeu bem isso foi Gonzalo Sánchez de Lozada (Goni), o homem de negócios em cuja sala de estar o plano da terapia de choque boliviana foi elaborado, em 1985. Como presidente do país, em meados dos anos 1990, ele vendeu a companhia estatal de petróleo, assim como as linhas aéreas, as ferrovias e as empresas de telefonia e eletricidade. Ao contrário do que aconteceu na Rússia, onde os melhores prêmios foram concedidos aos nativos, os vencedores da liquidação boliviana incluíram Enron, Royal Dutch/Shell, Amoco Corp. e Citicorp — e as vendas foram diretas; não houve necessidade de entrar em sociedade com empresas locais.[94] O *Wall Street Journal* descreveu assim a cena de Velho Oeste em La Paz, em 1995: “O hotel Radisson Plaza está lotado de executivos de grandes firmas dos Estados Unidos, como AMR Corp.’s American Airlines, MCI Communications Corp., Exxon Corp. e Salomon Brothers Inc. Eles foram convidados pelos bolivianos para reescrever as leis que regulam os setores a serem privatizados e dar os lances nas companhias, em bloco” — um arranjo metódico. “O mais importante é tornar essas mudanças irreversíveis e fazê-las antes que os anticorpos comecem a reagir”, afirmou o presidente Sánchez de Lozada, ao explicar sua versão para a terapia de choque. Para garantir que esses “anticorpos” não despertassem, o governo da Bolívia fez uma coisa que já havia sido feita sob as mesmas circunstâncias: impôs um estado de sítio ainda mais prolongado, que proibiu as reuniões políticas e autorizou a prisão de todos os que se opunham ao processo.[95]

Esses anos também foram marcados pelo circo da privatização notoriamente corrupta na Argentina, aclamada como “Um Admirável Mundo Novo” num relatório de investimentos da empresa Goldman Sachs. Carlos Menem, o presidente peronista que chegou ao poder com a promessa de ser a voz da classe trabalhadora, ficou no cargo durante dez anos, demitindo empregados e depois vendendo os campos de petróleo, o sistema de telefonia, a linha aérea, os trens, os aeroportos, as rodovias, o sistema de água, os bancos, o jardim zoológico de Buenos Aires e, eventualmente, o serviço postal e o plano nacional de previdência. Enquanto a riqueza do país era mandada para os paraísos fiscais, o estilo de vida dos políticos argentinos se tornava cada vez mais esbanjador. Menem, antes conhecido pelas jaquetas de couro e costeletas em estilo operário,

começou a vestir ternos italianos e a fazer viagens para visitar seu cirurgião plástico (“uma picada de abelha”, foi como ele explicou seu rosto inchado). María Julia Alsogaray, a ministra de Menem encarregada das privatizações, posou para a capa de uma revista popular vestindo nada mais do que um casaco de peles ricamente adornado, na mesma época em que Menem passou a dirigir uma Ferrari Testarossa vermelho brilhante — “presente” de um empresário agradecido.[96]

Os países que seguiram o exemplo de privatização da Rússia também passaram por versões mais brandas do golpe ao avesso de Yeltsin — governantes que subiram ao poder pacificamente e por meio do voto eram vistos praticando níveis crescentes de brutalidade para se manter no cargo e defender suas reformas. Na Argentina, o tempo do neoliberalismo sem controle terminou em 19 de dezembro de 2001, quando o presidente Fernando de la Rúa e seu ministro da Fazenda, Domingo Cavallo, tentaram impor medidas de austeridade ainda mais duras, prescritas pelo FMI. A população se revoltou, e De la Rúa despachou a polícia federal para dispersar as multidões usando de todos os meios necessários. De la Rúa foi forçado a sair de helicóptero, diante do assassinato, pela polícia, de 21 manifestantes e do registro de 1.350 pessoas feridas.[97] Os últimos meses de Goni no cargo foram ainda mais sangrentos. Suas privatizações desencadearam inúmeras “guerras” na Bolívia: primeiro, foi a guerra da água, em anteposição ao contrato da Bechtel, que elevou os preços em 300%; a seguir, veio a “guerra contra a taxação”, contrária ao plano prescrito pelo FMI, que pretendia recompor os cortes orçamentários mediante a cobrança de um imposto aos mais pobres; depois, vieram as “guerras do gás”, contra os planos de exportação de gás para os Estados Unidos. No fim das contas, Goni foi obrigado a abandonar o palácio presidencial para viver no exílio, nos Estados Unidos; mas, da mesma forma que De la Rúa, somente depois da ocorrência de muitas mortes. Depois que Goni deu ordem aos militares para que dispersassem as manifestações de rua, os soldados mataram cerca de setenta pessoas — muitas delas eram apenas passantes — e feriram outras quatrocentas. No princípio de 2007, Goni foi denunciado pela Suprema Corte da Bolívia sob a acusação de responsabilidade pelo massacre.[98]

Os regimes que impuseram privatizações em massa, na Argentina e na Bolívia, foram ambos tomados como exemplos, em Washington, de como a terapia de choque podia ser implantada por meios pacíficos e democráticos, sem golpes ou repressão. Embora seja verdade que começaram sem o uso de armas, é inegável que terminaram empregando a força.

Em muitos cantos do hemisfério sul, o neoliberalismo é frequentemente tratado como uma “segunda pilhagem colonial”: na primeira, as riquezas foram extraídas da terra, e, na segunda, foram arrancadas do Estado. Depois de cada um desses frenesis lucrativos, vêm as promessas: da próxima vez, haverá leis rigorosas antes que os ativos do país sejam vendidos, e todo o processo será assistido por reguladores e investigadores atentos, dotados de ética irreparável. Da próxima vez, as instituições serão “construídas” antes da privatização (para empregar o linguajar da Rússia). Entretanto, apelar para as leis e a ordem depois que os lucros já foram mandados para os paraísos fiscais é apenas uma forma de legalizar o roubo *ex post facto*, tal qual os colonizadores europeus fizeram ao delimitar as terras apropriadas por meio de tratados. A ausência de leis nas fronteiras, como Adam Smith compreendeu bem, não é o problema, mas a solução — e faz parte do jogo, tanto quanto os apertos de mão contritos e o compromisso de fazer mais bem-feito da próxima vez.

NOTAS DO CAPÍTULO 11

(1) Boris Kagarlitsky, *Square Wheels: How Russian Democracy Got Derailed,* trad. Leslie A. Auerbach *et al.*, (Nova York: Monthly Review Press, 1994), 191.

(2) William Keegan, *The Spectre of Capitalism: The Future of the World Economy After the Fall of Communism* (Londres: Radius, 1992), 109.

(3) George J. Church, "The Education of Mikhail Sergeyevich Gorbachev", *Time*, 4 de janeiro de 1988; Gidske Anderson, "The Nobel Peace Prize 1990 Presentation Speech", www.nobelprize.org.

(4) Marshall Pomer, Introduction, *The New Russia: Transition Gone Awry*, eds. Lawrence R. Klein e Marshall Pomer (Stanford: Stanford University Press, 2001), 1.

(5) Anderson, "The Nobel Peace Prize 1990 Presentation Speech"; Church, "The Education of Mikhail Sergeyevich Gorbachev".

(6) Mikhail Gorbachev, Foreword, Klein e Pomer eds., *The New Russia*, xiv.

(7) O relatório conjunto, sem precedentes, apelava para a "reforma radical" e insistia que as fronteiras deveriam ser abertas ao comércio, simultaneamente a um plano de estabilização, o "dois em um" especial que foi discutido por Dani Rodrik, no capítulo 8. Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, *The Economy of the USSR: Summary and Recommendations* (Washington, DC: Banco Mundial, 1990); entrevista da autora com Jeffrey Sachs, outubro de 2006, cidade de Nova York.

(8) "Order, Order", *The Economist*, 22 de dezembro de 1990.

(9) *Ibid.*; Michael Schrage, "Pinochet's Chile a Pragmatic Model for Soviet Economy", *Washington Post*, 23 de agosto de 1991.

(10) *Return of the Czar*, episódio da série *Frontline* [da rede de televisão PBS], produzido por Sherry Jones e televisionado em 9 de maio de 2000.

(11) Vadim Nikitin, "'91 Foes Linked by Anger and Regret", *Moscow Times*, 21 de agosto de 2006.

(12) Stephen F. Cohen, "America's Failed Crusade in Russia", *The Nation*, 28 de fevereiro de 1994.

(13) Entrevista da autora com Jeffrey Sachs.

(14) Peter Passell, "Dr. Jeffrey Sachs, Shock Therapist", *New York Times*, 27 de junho de 1993.

(15) Peter Reddaway e Dmitri Glinski, *The Tragedy of Russia's Reforms: Market Bolshevism against Democracy* (Washington, DC: United States Institute for Peace Press, 2001), 291.

(16) Jeffrey D. Sachs, *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time* (Nova York: Penguin Books, 2005), 137.

(17) Reddaway e Glinski, *The Tragedy of Russia's Reforms*, 253.

(18) *The Agony of Reform*, episódio da série *Commanding Heights: The Battle for the World Economy* [rede de televisão PBS], produtores executivos, Daniel Yergin e Sue Lena Thompson; produtor da série, William Cran (Boston: Heights Productions, 2002); Reddaway e Glinski, *The Tragedy of Russia's Reforms*, 237, 298.

(19) Mikhail Leontyev, "Two Economists Will Head Russian Reform; Current Digest of the Soviet Press", *Nezavisimaya Gazeta*, 9 de novembro de 1991, compilação disponível em 11 de dezembro de 1991.

(20) Chrystia Freeland, *Sale of the Century: Russia's Wild Ride from Communism to Capitalism* (Nova York: Crown, 2000), 56.

(21) Boris Yeltsin, "Speech to the RSFSR Congress of People's Deputies", 28 de outubro de 1991.

(22) David McClintick, "How Harvard Lost Russia", *Institutional Investor*, 1º de janeiro de 2006.

(23) Georgi Arbatov, "Origins and Consequences of 'Shock Therapy'", em Klein e Pomer, eds., *The New Russia*, 171.

(24) Vladimir Mau, "Russia", em *The Political Economy of Policy Reform*, ed. John Williamson (Washington, DC: Institute for International Economics, 1994), 435.

(25) *Ibid.*, 434-435.

(26) Joseph E. Stiglitz, Prefácio, Klein e Pomer, eds., *The New Russia*, xxii.

(27) Joseph E. Stiglitz, *Globalization and Its Discontents* (Nova York: W.W. Norton & Company, 2002), 136.

(28) Yeltsin, "Speech to the RSFSR Congress of People's Deputies".

(29) Stephen F. Cohen, "Can We 'Convert' Russia?", *Washington Post*, 28 de março de 1993; Helen Womack, "Russians Shell Out as Cashless Society Looms", *Independent* (Londres), 27 de agosto de 1992.

(30) *Russian Economic Trends*, 1997, página 46, citado em Thane Gustafson, *Capitalism Russian-Style* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 171.

(31) *The Agony of Reform.*

(32) Gwen Ifill, "Clinton Meets Russian on Assistance Proposal", *New York Times*, 25 de março de 1993.

(33) Malcolm Gray, "After Bloody Monday", *Maclean's*, 18 de outubro de 1993; Leyla Boulton, "Powers of Persuasion", *Financial Times* (Londres), 5 de novembro de 1993.

(34) Serge Schmemann, "The Fight to Lead Russia", *New York Times*, 13 de março de 1993.

(35) Margaret Shapiro e Fred Hiatt, "Troops Move in to Put Down Uprising After Yeltsin Foes Rampage in Moscow", *Washington Post*, 4 de outubro de 1993.

(36) John Kenneth White e Philip John Davies, *Political Parties and the Collapse of the Old Orders* (Albany: State University of New York Press, 1998), 209.

(37) "Testimony Statement by the Honorable Lawrence H. Summers Under Secretary for International Affairs U.S. Treasury Department Before the Committee on Foreign Relations of the U.S. Senate, September 7, 1993".

(38) Reddaway e Glinski, *The Tragedy of Russia's Reforms,* 294.

(39) *Ibid.,* 299.

(40) Celestine Bohlen, "Rancor Grows in Russian Parliament", *New York Times,* 28 de março de 1993.

(41) "The Threat That Was", *The Economist,* 28 de abril de 1993; Shapiro e Hiatt, "Troops Move in to Put Down Uprising After Yeltsin Foes Rampage in Moscow".

(42) Serge Schmemann, "Riot in Moscow Amid New Calls for Compromise", *New York Times,* 3 de outubro de 1993.

(43) Leslie H. Gelb, "How to Help Russia", *New York Times,* 14 de março de 1993. NOTA DE RODAPÉ: Shapiro e Hiatt, "Troops Move in to Put Down Uprising After Yeltsin Foes Rampage in Moscow".

(44) Fred Kaplan, "Yeltsin in Command as Hard-Liners Give Up", *Boston Globe,* 5 de outubro de 1993.

(45) "As autoridades declararam que, em dois dias, 142 pessoas foram mortas em Moscou. Isso foi uma piada — a contagem verdadeira de mortos deve ter sido muitas vezes maior do que essa. Ninguém sequer tentou precisar o número correto dos que foram feridos e espancados. Milhares foram presos." Kagarlitsky, *Square Wheels,* 218.

(46) Reddaway e Glinski, *The Tragedy of Russia's Reforms,* 427.

(47) Kagarlitsky, *Square Wheels,* 212.

(48) John M. Goshko, "Victory Seen for Democracy", *Washington Post,* 5 de outubro de 1993; David Nyhan, "Russia Escapes a Return to the Dungeon of Its Past", *Boston Globe,* 5 de outubro de 1993; Reddaway e Glinski, *The Tragedy of Russia's Reforms,* 431.

(49) *Return of the Czar.*

(50) Nikitin, "'91 Foes Linked by Anger and Regret".

(51) Cacilie Rohwedder, "Sachs Defends His Capitalist Shock Therapy", *Wall Street Journal Europe,* 25 de outubro de 1993.

(52) Sachs, *The End of Poverty.*

(53) Arthur Spiegelman, "Western Experts Call for Russian Shock Therapy", Reuters, 6 de outubro de 1993.

(54) Dorinda Elliott e Betsy McKay, "Yeltsin's Free-Market Offensive", *Newsweek*, 18 de outubro de 1993; Adi Ignatius e Claudia Rosett, "Yeltsin Now Faces Divided Nation", *Asian Wall Street Journal,* 5 de outubro de 1993.

(55) Stanley Fisher, “Russia and the Soviet Union Then and Now”, em *The Transition in Eastern Europe*, ed. Olivier Jean Blanchard, Kenneth A. Froot e Jeffrey D. Sachs, *Country Studies*, vol. 1 (Chicago: University of Chicago Press, 1994), 237.

(56) Lawrence H. Summers, “Comment”, em *The Transition in Eastern Europe*, *Country Studies*, vol. 1, 253.

(57) Jeffrey Tayler, “Russia Is Finished”, *Atlantic Monthly*, maio de 2001; “The World’s Billionaires, According to Forbes Magazine, Listed by Country”, Associated Press, 27 de fevereiro de 2003.

(58) E.S. Browning, “Bond Investors Gamble on Russian Stocks”, *Wall Street Journal*, 24 de março de 1995.

(59) O legislador Sergei Yushenkov está citando Oleg Lobov. Carlotta Gall e Thomas De Waal, *Chechnya: Calamity in the Caucasus* (Nova York: New York University Press, 1998), 161.

(60) Vsevolod Vilchek, “Ultimatum on Bended Knees”, *Moscow News*, 2 de maio de 1996.

(61) Passell, “Dr. Jeffrey Sachs, Shock Therapist”.

(62) David Hoffman, “Yeltsin’s ‘Ruthless’ Bureaucrat”, *Washington Post*, 22 de novembro de 1996.

(63) Svetlana P. Glinkina *et al.*, “Crime and Corruption”, em Klein e Pomer, eds., *The New Russia*, 241; Matt Bivens e Jonas Bernstein, “The Russia You Never Met”, *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democracy* 6, nº 4 (outono de 1998): 630, www.demokratizatsiya.org.

(64) Bivens e Bernstein, “The Russia You Never Met”, 627-628; Total, *Factbook 1998-2006*, www.total.com; Os dados dos lucros são de 2000: Marshall I. Goldman, *The Piratization of Russia: Russian Reform Goes Awry* (Nova York: Routledge, 2003), 120; “Yukos Offers 12.5 Percent Stake against Debts to State-Owned Former Unit”, Associated Press, 5 de junho de 2006; a cifra de 2,8 bilhões de dólares é baseada no fato de que, em 1997, a British Petroleum pagou 571 milhões de dólares por uma fração de 10% da Sidanko; assim, a essa taxa, os 51% de participação no empreendimento teriam valido mais de 2,8 bilhões de dólares: Freeland, *Sale of the Century*, 183; Stanislav Lunev, “Russian Organized Crime Spreads Beyond Russia’s Borders”, *Prism* 3, nº 8 (30 de maio de 1997).

(65) Bivens e Bernstein, “The Russia You Never Met”, 629.

(66) Reddaway e Glinski, *The Tragedy of Russia’s Reforms*, 254.

(67) Freeland, *Sale of the Century*, 299.

(68) *Return of the Czar.*

(69) Bivens e Bernstein relatam que “foram apresentadas alegações de que Chubais e quatro de seus principais reformadores — todos eles subvencionados pela entidade de Chubais financiada pela USAID — aceitaram, cada um, noventa mil dólares de suborno, disfarçados como se fossem pagamento adiantado feito pelo Uneximbank” (uma das firmas oligárquicas mais importantes, que estava tendo lucros altíssimos por meio de contratos de privatização com esses homens). Numa controvérsia semelhante, Alfred Kokh, o segundo na hierarquia dos responsáveis pela privatização do governo Yeltsin, recebeu cem mil dólares de uma companhia vinculada a um dos maiores oligarcas a quem estavam sendo concedidos inúmeros

contratos de privatização; para todos os efeitos, o dinheiro era destinado a um livro que ele estava escrevendo acerca da eficiência das empresas privatizadas. Nenhum desses homens foi processado. Bivens e Bernstein, “The Russia You Never Met”, 636; Vladimir Isachenkov, “Prosecutors Investigate Russia’s Ex-Privatization Czar”, Associated Press, 1º de outubro de 1997.

(70) McClintick, “How Harvard Lost Russia”.

(71) Corte Distrital dos Estados Unidos, Distrito de Massachusetts, “Estados Unidos da América, Querelante, contra o Presidente e os Conselheiros da Faculdade de Harvard, Andrei Shleifer e Jonathan Hay, Acusados: Ação Civil nº 00-11977-DPW”, *Memorandum and Order*, 28 de junho de 2004; McClintick, “How Harvard Lost Russia”.

(72) McClintick, “How Harvard Lost Russia”.

(73) Dan Josefsson, “The Art of Ruining a Country with a Little Professional Help from Sweden”, *ETC* (Estocolmo), edição em inglês, 1999.

(74) Ernest Beck, “Soros Begins Investing in Eastern Europe”, *Wall Street Journal*, 1º de junho de 1994; Andrew Jack, Arkady Ostrovsky e Charles Pretzlik, “Soros to Sell ‘The Worst Investment of My Life’”, *Financial Times* (Londres), 17 de março de 2004.

(75) Brian Whitmore, “Latest Polls Showing Communists Ahead”, *Moscow Times*, 8 de setembro de 1999.

(76) *Return of the Czar*.

(77) Helen Womack, “Terror Alert in Moscow as Third Bombing Kills 73”, *Independent* (Londres), 14 de setembro de 1999.

(78) Aslan Nurbiyev, “Last Bodies Cleared From Rebel’s Secret Grozny Cemetery”, Agence France-Presse, 6 de abril de 2006.

(79) Sabrina Tavernise, “Farms as Business in Russia”, *New York Times*, 6 de novembro de 2001; Josefsson, “The Art of Ruining a Country with a Little Professional Help from Sweden”; “News Conference by James Wolfensohn, President of the World Bank Re: IMF Spring Meeting”, Washington, DC, 22 de abril de 1999, www.imf.org; Branko Milanovic, *Income, Inequality and Poverty during the Transition from Planned to Market Economy* (Washington, DC: World Bank, 1998), 68; Working Centre for Economic Reform, Government of the Russian Federation, *Russian Economic Trends* 5, nº 1 (1996): 56-57, citado em Bertram Silverman e Murray Yanowitch, *New Rich, New Poor, New Russia: Winners and Losers on the Russian Road to Capitalism* (Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2000), 47.

(80) A cifra de 715 mil é do Ministério de Saúde e Desenvolvimento Social da Rússia. “Russia has more than 715,000 Homeless Children — Health Minister”, agência de notícias RIA Novosti, 23 de fevereiro de 2006; Carel de Rooy, UNICEF, *Children in the Russian Federation*, 16 de novembro de 2004, página 5, www.unicef.org.

(81) Em 1987, o consumo de álcool *per capita* na Rússia era de 3,9 litros. Em 2003, subiu para 8,87 litros. Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde, “3050 Pure Alcohol Consumption, Litres Per Capita, 1987, 2003”, European Health for All Database (HFA-DB), data.euro.who.int/hfadb; “In Sad Tally, Russia Counts More Than 4 Million Addicts”, *Pravda* (Moscou), 20 de fevereiro de 2004;

UNAIDS, "Annex 1: Russian Federation", *2006 Global Report on the aids Epidemic*, maio de 2006, página 437, www.unaids.org; Entrevista com Natalya Katsap, diretora da organização Media Partnerships, Transatlantic Partner Against aids, junho de 2006.

(82) Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde, "1780 SDR, Suicide and Self-Inflicted Injury, All Ages Per 100,000, 1986-1994", European Health for All Database (HFA-DB), data, euro.who.int/hfadb; Em 1986, a taxa de homicídios e ferimentos intencionais era de 7,3 entre cem mil habitantes; em 1994, ela atingiu o patamar de 32,9; em 2004, caiu para 25,2. Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde, "1793 SDR, Homicide and Intentional Injury, All Ages Per 100,000, 1986-2004", European Health for All Database.

(83) Nikitin, "'91 Foes Linked by Anger and Regret"; Stephen F. Cohen, "The New American Cold War", *The Nation*, 10 de julho de 2006; Agência Central de Inteligência, "Russia", *World Factbook 1992* (Washington, DC: CIA, 1992), 287; Agência Central de Inteligência, "Russia", *World Factbook 2007*, www.cia.gov.

(84) Colin McMahon, "Shortages Leave Russia's East Out in the Cold", *Chicago Tribune*, 19 de novembro de 1998.

(85) Arbatov, "Origins and Consequences of 'Shock Therapy'", 177.

(86) Richard Pipes, "Russia's Chance", *Commentary* 93, nº 3 (março de 1992): 30.

(87) Richard E. Ericson, "The Classical Soviet-Type Economy: Nature of the System and Implications for Reform", *Journal of Economic Perspectives* 5, nº 4 (outono de 1991): 25.

(88) Tayler, "Russia Is Finished"; Richard Lourie, "Shock of Calamity", *Los Angeles Times,* 21 de março de 1999.

(89) Josefsson, "The Art of Ruining a Country with a Little Help from Sweden".

(90) Tatyana Koshkareva e Rustam Narzikulov, *Nezavisimaya Gazeta* (Moscou), 31 de outubro de 1997; Paul Klebnikov e Carrie Shook, "Russia and Central Europe: The New Frontier", *Forbes*, 28 de julho de 1997.

(91) Adam Smith, *The Wealth of Nations,* ed. Edwin Cannan (Nova York: Modern Library, 1937), 532. [No Brasil, *A riqueza das nações.* 2v. São Paulo: Martins Fontes, 2003.]

(92) Sou grata a David Harvey por me passar esta análise. David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Nova York: Oxford University Press, 2005).

(93) Michael Schuman, "Billionaires in the Making", *Forbes*, 18 de julho de 1994; Harvey, *A Brief History of Neoliberalism,* 103.

(94) "YPFB: Selling a National Symbol", *Institutional Investor,* 1º de março de 1997; Jonathan Friedland, "Money Transfer", *Wall Street Journal,* 15 de agosto de 1995.

(95) Friedland, "Money Transfer".

(96) Paul Blustein, *And the Money Kept Rolling In (and Out): Wall Street, IMF, and the Bankrupting of Argentina* (Nova York: PublicAffairs, 2005), 24, 29; Nathaniel C. Nash, "Argentina's President, Praised Abroad, Finds Himself in Trouble at Home", *New York Times*, 8 de junho de 1991; Tod Robberson, "Argentine President's Exit Inspires Mixed Emotions", *Dallas Morning News,* 18 de outubro de 1999.

(97) Paul Brinkley-Rogers, "Chaos Reigns as President Flees Uprising", *Daily Telegraph* (Londres), 22 de dezembro de 2001.

(98) Jean Friedman-Rudovsky, "Bolivia Calls Ex-President to Court", *Time,* 6 de fevereiro de 2007.

CAPÍTULO 12

O ID CAPITALISTA

A RÚSSIA E A NOVA ERA DO MERCADO RUDE

> **O senhor se tornou confiável para aqueles que, em todos os países, desejam extirpar o mal de nossa condição por meio de experimentos racionais e dentro dos limites do sistema social existente. Se fracassar, a mudança racional ficará gravemente prejudicada em todo o mundo, deixando a ortodoxia e a revolução lutando entre si.**
> — John Maynard Keynes, em uma carta para o presidente F.D. Roosevelt, 1933[(1)]

NO DIA EM QUE FUI VISITAR JEFFREY SACHS, em outubro de 2006, a cidade de Nova York estava umedecida sob a manta de uma garoa cinzenta que era pontuada, a cada cinco ou seis passos, por uma explosão vibrante de vermelho. Era a semana do grande lançamento da marca registrada vermelha de Bono (para diversos produtos), e a cidade estava tomada pela campanha. Óculos Armani vermelhos e iPods apareciam em inúmeros cartazes, todos os pontos de ônibus exibiam retratos de Steven Spielberg ou Penélope Cruz com vestimentas vermelhas diferentes, cada distribuidor da Gap na cidade havia aderido ao lançamento, e a loja da Apple, na Quinta Avenida, emitia um intenso brilho avermelhado. "Pode uma camiseta regata mudar o mundo?", perguntava um anúncio. Sim, era o que nos asseguravam, porque uma parte dos lucros seria destinada ao fundo global de combate a aids, tuberculose e malária. "Comprem até acabar!", foi o que pedira Bono Vox, no meio de uma histeria consumista no programa da Oprah, uns dois dias antes.[(2)]

Eu tinha o palpite de que a maioria dos jornalistas queria falar com Sachs, naquela semana, sobre sua visão acerca da nova moda para levantar dinheiro em campanhas beneficentes. Afinal, Bono se referiu a Sachs como "meu professor", e uma foto dos dois me saudou quando adentrei o escritório do célebre economista na Universidade de Columbia (ele abandonou Harvard em 2002). Em meio a toda aquela caridade glamorosa, me senti um tanto estraga-prazeres,

porque pretendia abordar o assunto menos agradável para o professor, aquele que já o fizera ameaçar desligar o telefone com outros repórteres no meio de uma entrevista. Eu queria falar sobre a Rússia e o que dera errado ali.

Foi na Rússia, depois do primeiro ano da terapia de choque, que Sachs começou sua própria transição, deixando de ser um doutor do choque global para se tornar um dos defensores mais sinceros da ampliação da ajuda para os países empobrecidos. Foi uma transição que, desde então, tem colocado Sachs em conflito com muitos antigos colegas e colaboradores nos círculos econômicos ortodoxos. Segundo sua visão, não foi ele quem mudou — sempre se comprometeu a auxiliar os países a desenvolverem economias de mercado, escorados em ajuda generosa e perdão das dívidas. Durante anos, achou que era possível alcançar esses objetivos trabalhando com o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos. Na época em que estava atuando na Rússia, o teor da discussão mudou e ele se postou contra uma certa indiferença oficial que o chocou e o levou a adotar uma postura de maior confrontação com o *establishment* econômico de Washington.

Olhando em retrospectiva, não há dúvida de que a Rússia marcou o começo de um novo capítulo na evolução da cruzada da Escola de Chicago. Nos primeiros laboratórios da terapia de choque, nos anos 1970 e 1980, havia o desejo, no Tesouro dos Estados Unidos e no FMI, de tornar esses experimentos minimamente bem-sucedidos — precisamente porque eram experimentos e deveriam servir de modelo para outros países seguirem. As ditaduras latino-americanas da década de 1970 foram agraciadas, por seus ataques aos sindicatos e pelas fronteiras abertas, com empréstimos regulares, concedidos apesar de alguns afastamentos em relação à ortodoxia da Escola de Chicago, como a continuação do controle estatal do Chile sobre as maiores minas de cobre do mundo e a lentidão da junta militar da Argentina em relação às privatizações. A Bolívia, como primeira democracia a adotar a terapia de choque nos anos 1980, recebeu uma nova ajuda e teve parte de sua dívida eliminada — um pouco antes de Goni avançar com as privatizações, nos anos 1990. Na Polônia, o primeiro país do Leste Europeu a impor a terapia de choque, Sachs não teve trabalho para garantir empréstimos substanciais e, mais uma vez, privatizações importantes foram atrasadas e estancadas assim que o plano original se deparou com forte oposição.

A Rússia foi diferente. “Muito choque, pouca terapia”, foi o veredicto mais difundido. As potências ocidentais foram totalmente inflexíveis em sua exigência de “reformas” ainda mais dolorosas, ao mesmo tempo em que ficaram mais assiduamente sovinas a respeito do montante de ajuda que ofereceriam em troca. Até Pinochet abrandou a dor da terapia de choque, com programas

alimentares para as crianças mais pobres; os emprestadores de Washington não viram nenhuma razão para ajudar Yeltsin a fazer a mesma coisa e jogaram o país em seu pesadelo hobbesiano.

Travar um debate substantivo sobre a Rússia, com Sachs, não é fácil. Eu esperava levar a conversa para além de sua atitude defensiva inicial ("Eu estava certo e eles completamente errados", foi o que me disse. Depois: "Pergunte a Larry Summers, e não a mim; pergunte a Bob Rubin, a Clinton, pergunte a Cheney quanto gostaram do modo como a Rússia estava indo"). Eu também queria ir além do desalento genuíno ("Eu estava tentando fazer alguma coisa na época, mas aquilo se mostrou completamente inútil"). O que eu objetivava compreender melhor era por que ele havia sido tão malsucedido na Rússia, por que a famosa sorte de Jeffrey Sachs lhe faltara justamente naquela conjuntura.

Sachs agora diz que percebeu alguma coisa diferente assim que chegou a Moscou. "Tive um mau presságio, desde o primeiro instante. (...) Fiquei furioso, desde o primeiro instante." A Rússia estava enfrentando "uma crise macroeconômica de primeira classe, uma das mais intensas e instáveis que eu já vira em toda a minha vida". De seu ponto de vista, a saída era clara: as medidas de terapia de choque que ele havia prescrito na Polônia "para fazer com que as forças básicas do mercado agissem com rapidez — e mais um bom dinheiro de ajuda. Eu pensei em trinta bilhões de dólares por ano, divididos rigorosamente em quinze bilhões de dólares para a Rússia e quinze bilhões de dólares para as repúblicas, de modo a promover uma transição pacífica e democrática".

Sachs tem, é forçoso dizer, uma memória notoriamente seletiva quando se trata das medidas draconianas que aconselhou, tanto na Polônia quanto na Rússia. Em nossa entrevista, ele passou por cima, repetidas vezes, de seus apelos à rápida privatização e aos grandes cortes (em resumo, terapia de choque, uma expressão que ele agora renega), alegando que se referia apenas a políticas de preços localizadas e não a uma liquidação completa de todo o país. Em suas memórias sobre o seu próprio desempenho, a terapia de choque teve papel secundário e ele se dedicou quase que exclusivamente a levantar financiamento; seu plano para a Polônia, como ele mesmo diz, foi um "fundo de estabilização, cancelamento de dívidas, ajuda financeira de curto prazo, integração com a economia da Europa Ocidental. (...) Quando fui convidado pela equipe de Yeltsin para auxiliá-los, propus basicamente a mesma coisa".[51]

Não há discussão a respeito do fator determinante na narrativa de Sachs: o pilar central de seu plano para a Rússia era assegurar uma infusão de recursos ainda maior — e foi esse o incentivo para que Yeltsin se submetesse ao programa completo. Como ele mesmo diz, Sachs baseou sua visão no Plano Marshall, nos 12,6 bilhões de dólares (130 bilhões em dólares de hoje) que os

Estados Unidos alocaram na Europa para que ela reconstruísse sua infraestrutura e sua indústria depois da Segunda Guerra Mundial — um esquema amplamente encarado como a iniciativa diplomática mais bem-sucedida de Washington.[3] Sachs argumentou que o Plano Marshall mostrou que "quando um país se encontra em situação de desagregação, não se pode esperar que se recupere com suas próprias pernas, de modo coerente. Então, para mim, o que há de interessante no Plano Marshall (...) é como uma pequena quantia de dinheiro pôde criar a base para o início da recuperação econômica [da Europa]". No princípio, ele se convenceu de que havia uma vontade política similar, em Washington, de transformar a Rússia numa economia capitalista bem-sucedida, tal qual o compromisso genuíno com a Alemanha e o Japão após a Segunda Guerra Mundial.

Sachs acreditou que poderia sacar um novo Plano Marshall do Tesouro dos Estados Unidos e do FMI — e tinha razão. Foi descrito pelo jornal *New York Times*, naquele período, como "provavelmente, o economista mais importante do mundo".[4] Quando serviu como conselheiro do governo polonês, lembrou-se de ter "levantado um bilhão de dólares, num único dia, na Casa Branca". Contudo, Sachs me contou que "quando sugeri a mesma coisa para a Rússia, não houve interesse nenhum. Nenhum. O FMI ficou olhando para mim como se eu tivesse ficado louco".

Embora Yeltsin e seus Garotos de Chicago tivessem muitos admiradores em Washington, ninguém pretendia conceder o tipo de ajuda da qual estavam falando. Isso significou que Sachs havia apressado as políticas mais duras na Rússia e não poderia concluir sua barganha. Foi nesse momento que ele se aproximou da autocrítica: "Meu maior erro pessoal", declarou em meio à *débâcle* da Rússia, "foi dizer ao presidente Yeltsin: 'Não se preocupe, a ajuda está a caminho.' Eu acreditei sinceramente que a ajuda era tão importante, tão crucial para o Ocidente, que jamais seria negligenciada da forma assim tão significativa e fundamental que foi".[5] Contudo, o problema não foi apenas o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos não escutarem Sachs; foi Sachs ter acelerado a terapia de choque antes que tivesse qualquer garantia de que o escutariam — uma aposta pela qual milhões pagaram caro.

Quando retomei a questão com Sachs, ele reafirmou que sua falha real tinha sido não perceber o humor político de Washington e relembrou uma conversa com Lawrence Eagleburger, secretário de Estado no governo de George H.W. Bush. Sachs apresentou seus argumentos: se a Rússia afundasse no caos econômico, poderia desencadear forças que ninguém controlaria — fome generalizada, nacionalismo insurgente e até mesmo fascismo, certamente imprudente num país em que praticamente o único produto encontrado em

excesso eram as armas nucleares. “Sua análise pode estar certa, mas isso não vai acontecer”, respondeu Eagleburger. E então perguntou a Sachs: “Você sabe em que ano estamos?”

Era 1992, o ano da eleição presidencial nos Estados Unidos, em que Bill Clinton estava prestes a derrotar Bush pai. O cerne da campanha de Clinton afirmava que Bush havia negligenciado a atividade econômica doméstica para alcançar a glória no exterior (“É a economia, estúpido!”). Sachs acredita que a Rússia pagou o pato daquela disputa interna. E, como diz, ele agora vê que havia mais alguma coisa no ar: muitas autoridades em Washington ainda estavam lutando na Guerra Fria. E viam o colapso econômico da Rússia como uma vitória geopolítica, aquela que seria decisiva para consolidar a supremacia dos Estados Unidos. “Eu não pensava daquele jeito”, me contou, parecendo, como em tantas outras vezes, um escoteiro que acabou de entrar num dos episódios da série *Família Soprano*. “Para mim, era apenas ‘Ótimo, eis o final daquele regime abominável. Agora, vamos realmente ajudar [os russos]. Vamos fazer o melhor possível.’ (...) Olhando em retrospectiva, tenho certeza de que, na cabeça dos planejadores políticos, isso era loucura.”

Apesar de seu fracasso, Sachs não sente que a política dirigida à Rússia naquele período foi conduzida pela ideologia do livre mercado. Na sua opinião, foi, em grande parte, caracterizada por “pura preguiça”. Ele teria saudado um debate caloroso entre a oferta de ajuda à Rússia ou a simples entrega de sua economia ao mercado. Em vez disso, houve um desdém generalizado. Ele disse ter ficado surpreso com a ausência de pesquisas sérias e debates para fundamentar as decisões mais importantes. “Para mim, a coisa mais relevante foi a falta de empenho. Vamos gastar pelo menos dois dias para discutir isso — bem, nunca fizemos algo assim! Jamais vi o trabalho duro do tipo ‘Vamos arregaçar as mangas e resolver esses problemas, vamos descobrir o que está acontecendo.’”

Quando Sachs fala apaixonadamente sobre “trabalho duro”, está evocando os dias do New Deal, da Grande Sociedade e do Plano Marshall, quando os jovens homens das escolas da Ivy League se sentavam em volta de mesas imponentes, em mangas de camisa, cercados de xícaras de café vazias e pilhas de documentos, depois de calorosos debates sobre a taxa de juros e o preço do trigo. Era assim que os formuladores das políticas públicas se comportavam na era do keynesianismo, e era esse tipo de “seriedade” que a catástrofe da Rússia merecia.

No entanto, atribuir o abandono da Rússia a um acesso de preguiça coletiva em Washington não parece ser a melhor explicação. Talvez as lentes preferidas pelos economistas de livre mercado proporcionem uma forma mais adequada de entender esse episódio: competição no mercado. Quando a Guerra Fria estava no

auge e a União Soviética permanecia intacta, as pessoas no mundo podiam escolher (pelo menos teoricamente) qual a ideologia que desejavam consumir; havia dois polos, e muita coisa entre os dois. Aquilo significava que o capitalismo precisava conquistar consumidores; necessitava, portanto, de oferecer incentivos; carecia de um bom produto. O keynesianismo sempre foi uma expressão daquela necessidade de competir inerente ao capitalismo. O presidente Roosevelt implantou o New Deal não apenas para controlar o desespero da Grande Depressão, mas para cortar pela raiz um movimento poderoso de cidadãos americanos que, tendo recebido uma pancada violenta do livre mercado desregulado, exigiam um modelo econômico diferente. Alguns demandavam um sistema completamente distinto: na eleição de 1932, um milhão de estadunidenses votaram em candidatos socialistas ou comunistas. Números crescentes de habitantes começaram a prestar mais atenção em Huey Long, um senador populista da Louisiana que acreditava que todos os norte-americanos deveriam receber uma renda anual garantida de 2.500 dólares. Ao explicar por que havia aumentado os benefícios sociais do New Deal, em 1935, Roosevelt disse que pretendia "roubar a ideia de Long".[(6)]

Foi nesse contexto que os industrialistas estadunidenses, muito a contragosto, aceitaram o New Deal de Roosevelt. As arestas do mercado precisavam ser aparadas, com empregos no setor público e com a garantia de que ninguém morreria de fome — o próprio futuro do capitalismo estava em risco. Durante a Guerra Fria, nenhum país do mundo livre ficou imune a esse tipo de pressão. De fato, as conquistas do capitalismo, em meados do século, ou o que Sachs denomina de capitalismo "normal" — proteção aos trabalhadores, aposentadorias, serviço público de saúde e apoio governamental para os cidadãos mais pobres na América do Norte — tudo isso emergiu da mesma necessidade pragmática de fazer concessões maiores diante de uma esquerda poderosa.

O Plano Marshall foi a arma definitiva que se empregou nesse *front* econômico. Depois da guerra, a economia da Alemanha estava em crise, ameaçando arrastar consigo o resto da Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, o número de alemães que aderiu ao socialismo era tão grande que o governo dos Estados Unidos preferiu dividir a Alemanha em duas, para não correr o risco de perdê-la por completo, para o colapso econômico ou para a esquerda. Na Alemanha Ocidental, o governo dos Estados Unidos usou o Plano Marshall para construir um sistema capitalista destinado a criar, de modo fácil e rápido, mercados para a Ford e para a Sears, mas, acima de tudo, para que fosse vitorioso em si mesmo e demonstrasse que a economia de mercado da Europa iria sobreviver e o socialismo perderia o seu apelo.

Em 1949, isso significou tolerar, da parte do governo da Alemanha Ocidental, todo tipo de políticas eminentemente não capitalistas: criação direta de empregos pelo Estado, investimentos vultosos no setor público, subsídios para as empresas alemãs e sindicatos fortes. Num gesto que seria impensável na Rússia dos anos 1990 ou no Iraque sob ocupação dos Estados Unidos, o governo estadunidense enfureceu o seu próprio setor corporativo ao impor a moratória sobre os investimentos estrangeiros, de modo que as empresas alemãs combalidas pela guerra não seriam forçadas a competir antes que estivessem plenamente recuperadas. "O sentimento era que deixar companhias estrangeiras entrarem, naquele momento, teria sido pirataria", foi o que me contou Carolyn Eisenberg, autora de uma aclamada história do Plano Marshall.[(7)] "A principal diferença entre o que se passa agora e o que aconteceu antes é que o governo dos Estados Unidos não viu a Alemanha como a galinha dos ovos de ouro. Eles não queriam contrariar a população. A crença era a de que se você entrasse e começasse a fazer a pilhagem do lugar, acabaria interferindo na recuperação de toda a Europa."

Como observou Eisenberg, essa abordagem não decorreu de altruísmo. "A União Soviética era uma arma carregada. A economia estava em crise, havia uma esquerda alemã sólida, e eles [o Ocidente] precisavam conquistar a adesão da população alemã bem rápido. Eles se viram lutando pela alma da Alemanha."

A narrativa de Eisenberg sobre a batalha de ideologias que criou o Plano Marshall assinala um ponto cego persistente no trabalho de Sachs, inclusive em seus recentes esforços louváveis para aumentar os gastos com ajuda na África. Raramente os movimentos populares de massa são mencionados. Para Sachs, fazer a história é, fundamentalmente, uma tarefa da elite, uma questão de colocar os tecnocratas certos nos projetos adequados. Assim como os programas da terapia de choque são elaborados nos esconderijos de La Paz e Moscou, pode-se supor, também, que o programa de trinta bilhões de dólares de ajuda para as repúblicas soviéticas deve ter se materializado com base apenas nos argumentos de senso comum que Sachs apresentou em Washington. Como Eisenberg ressalta, contudo, o Plano Marshall original não resultou da benevolência, ou mesmo da argumentação racional, mas do medo da revolta popular.

Sachs admira Keynes, mas parece completamente desinteressado daquilo que tornou o keynesianismo finalmente possível em seu próprio país: as demandas militantes e confusas dos sindicalistas e socialistas, cuja força crescente transformou a mudança mais radical numa ameaça verossímil, a qual, por sua vez, fez o New Deal parecer um compromisso aceitável. Essa má vontade em reconhecer o papel dos movimentos de massa, que exerceram pressão sobre governos indecisos para abraçarem as ideias que ele mesmo professa, tem tido

sérias consequências. A primeira foi a incapacidade de Sachs para reconhecer a realidade política mais gritante diante dele na Rússia: jamais haveria um Plano Marshall na Rússia, pois existiu apenas um único Plano Marshall *por causa da* Rússia. Quando Yeltsin aboliu a União Soviética, a “arma carregada” que havia forçado o desenvolvimento do plano original foi desativada. Sem isso, o capitalismo ficou subitamente livre para evoluir em sua forma mais selvagem, não apenas na Rússia, mas no mundo inteiro. Após o colapso soviético, o livre mercado passou a ter um monopólio global, e todas as “distorções” que tinham interferido em seu equilíbrio perfeito não representariam mais obstáculos.

Essa foi a verdadeira tragédia da promessa feita aos poloneses e russos — a de que se eles seguissem as prescrições da terapia de choque, acordariam num “país europeu normal”. Aqueles países europeus normais (com suas redes sólidas de seguridade social, proteção aos trabalhadores, sindicatos poderosos e serviço de saúde socializado) surgiram como um compromisso entre comunismo e capitalismo. Agora que não havia mais necessidade de compromisso, todos esses programas sociais moderadores estavam sitiados em toda a Europa, assim como aconteceu no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos. Esses programas não deveriam ser introduzidos na Rússia, muito menos subsidiados com os financiamentos do Ocidente.

Essa libertação frente a todas as restrições é, em essência, a economia da Escola de Chicago (também conhecida como neoliberalismo ou, nos Estados Unidos, como neoconservadorismo): não se trata de uma nova invenção, mas do capitalismo despido de todas as bandagens keynesianas, do capitalismo em sua fase monopolista, um sistema que se deixou levar — que não precisa mais agradar seus clientes, que pode ser tão antissocial, antidemocrático e rude quanto quiser. Enquanto o comunismo existiu como ameaça, o acordo de cavalheiros que constituiu o keynesianismo sobreviveu; uma vez que o sistema perdeu terreno, todos os sinais de compromisso podiam ser, finalmente, erradicados. Assim, seria alcançado o objetivo purista que o movimento de Friedman havia lançado cerca de meio século antes.

Esse foi o verdadeiro significado do dramático “fim da história” anunciado por Fukuyama, em sua palestra na Universidade de Chicago, em 1989: ele não estava de fato reivindicando que não existiam outras ideias no mundo, mas apenas que, com o colapso do comunismo, não havia outras ideias suficientemente fortes para constituir um competidor à altura.

Desse modo, enquanto Sachs viu a queda da União Soviética como uma libertação frente ao autoritarismo e se aprontou para arregaçar as mangas e iniciar a ajuda, seus colegas da Escola de Chicago enxergaram nisso uma liberdade de outro tipo — a emancipação final em relação ao keynesianismo e às

ideias generosas de homens como Jeffrey Sachs. Olhando por esse ângulo, a atitude de nada fazer que enfureceu Sachs, quando ele chegou à Rússia, não era "pura preguiça", mas o *laissez-faire* em ação: deixe seguir, não faça nada. Sem levantar um único dedo para ajudar, os homens encarregados dos programas na Rússia — de Dick Cheney, então secretário de Defesa de Bush pai, a Lawrence Summers, subsecretário do Tesouro, e Stanley Fischer, do FMI — estavam realmente fazendo alguma coisa: praticavam a ideologia pura da Escola de Chicago, deixando o mercado fazer o pior. A Rússia, ainda mais do que o Chile, era tudo que essa ideologia procurava na prática, um prenúncio da distopia do "fique rico ou morra tentando", que muitos desses mesmos agentes criariam, dez anos depois, no Iraque.

As novas regras do jogo foram expostas em Washington, D.C., no dia 13 de janeiro de 1993. O encontro foi uma conferência pequena, porém importante, só para convidados, no décimo andar do Carnegie Conference Center, no Dupont Circle, a sete minutos de carro da Casa Branca e ao alcance de uma pedra atirada pela janela do quartel-general do FMI e do Banco Mundial. John Williamson, o poderoso economista conhecido por modelar as missões tanto do banco quanto do fundo, convocou o encontro para que fosse uma reunião histórica da tribo neoliberal. O comparecimento foi um cortejo magnífico dos "tecnopolíticos" mais famosos, que estavam na linha de frente da campanha para difundir a doutrina de Chicago por todo o mundo. Ali estavam os atuais e antigos ministros da Fazenda da Espanha, do Brasil e da Polônia, presidentes de bancos centrais da Turquia ao Peru, o chefe de gabinete do presidente do México e um ex-presidente do Panamá. Também compareceu o velho amigo e herói de Sachs, Leszek Balcerowicz, arquiteto da terapia de choque na Polônia, além de Dani Rodrik, o economista que provou que todos os países que aceitaram a reestruturação neoliberal estavam em profunda crise. Anne Krueger, futura diretora-adjunta de administração do FMI, estava lá, e José Piñera, o ministro mais entuasiasta de Pinochet, não pôde comparecer por causa das eleições presidenciais no Chile, mas mandou um texto minucioso em seu lugar. Sachs, que ainda era conselheiro de Yeltsin naquela época, ficou encarregado de fazer o discurso mais importante.

Durante todo o dia, os participantes da conferência se distraíram com o passatempo predileto dos economistas — definir estratégias para levar os políticos mais relutantes a adotar programas impopulares. Quanto tempo depois das eleições a terapia de choque deveria ser deslanchada? Os partidos de centro-esquerda são mais eficazes do que os de direita porque o ataque é inesperado? É

melhor avisar ao público ou pegar as pessoas de surpresa com a “política de vodu”? Embora a conferência fosse chamada de “A Política Econômica dos Programas de Reforma” — um título tão pomposo que parecia destinado a atrair a atenção da mídia —, um dos seus membros comentou, dissimuladamente, que seu verdadeiro significado era mesmo “economia maquiavélica”.[8]

Sachs ouviu toda essa conversa durante horas e, depois do jantar, dirigiu-se ao púlpito para fazer o discurso, intitulado, de acordo com seu melhor estilo, “A vida na sala de emergência da economia”.[9] Ele estava visivelmente agitado. A audiência mostrava-se pronta para ouvir a fala de um de seus ídolos, o homem que havia carregado a tocha da terapia de choque na era da democracia. Sachs não estava predisposto à autocongratulação. Ao contrário, parecia determinado a usar o discurso para mostrar a seus ouvintes poderosos a gravidade do que estava acontecendo na Rússia, como me explicou depois.

Ele lembrou à plateia os montantes de ajuda que foram destinados à Europa e ao Japão após a Segunda Guerra Mundial, “vitais para o magnífico sucesso posterior dos japoneses”. Contou a história de uma carta que recebeu de um analista da Fundação Heritage — o marco zero do friedmanismo — “que acreditava piamente nas reformas da Rússia, mas não na ajuda estrangeira à Rússia. Esta é uma visão comum aos ideólogos do livre mercado, entre os quais me incluo”. A obsessão do *laissez-faire* estava levando a Rússia à catástrofe e, “mesmo que os reformadores do país sejam valentes, brilhantes e sortudos, não conseguirão avançar sem assistência externa em grande escala (...) estamos prestes a perder uma oportunidade histórica”.

Sachs recebeu muitos aplausos, é claro, mas a resposta foi morna. Por que ele estaria exaltando esse gasto social dispendioso? Aquela turma estava numa cruzada global para desmantelar o New Deal, não para forjar algo semelhante. Nas sessões da conferência que se seguiram, nenhum dos participantes acolheu o desafio de Sachs, e muitos discursaram contra ele.

O que ele estava tentando fazer com seu discurso, como me confessou, era “explicar o que era uma crise de verdade (...) transmitir um sentido de urgência”. As pessoas que tomam decisões em Washington, como argumentou, frequentemente “desconhecem o que é o caos econômico. Elas não compreendem a desordem que vem depois”. Ele queria confrontá-las com o fato de que “há ainda o risco de que as coisas saiam cada vez mais de controle, até que apareçam outros desastres, e Hitler assuma o poder novamente, e se desencadeie uma guerra civil, ou fome generalizada ou outras coisas ainda. (...) É preciso aplicar medidas de emergência para socorrer, porque uma situação de instabilidade certamente conduz a uma instabilidade crescente, e não a um equilíbrio normal”.

Não pude deixar de pensar que Sachs estava subestimando a sua audiência. Os indivíduos ali presentes eram versados na teoria da crise de Milton Friedman, e muitos a haviam aplicado em seus próprios países. A maioria sabia perfeitamente quão devastadora e volátil podia ser uma crise econômica, mas estava tirando uma lição diferente do caso russo: a situação política dolorosa e desorientadora estava forçando Yeltsin a leiloar rapidamente as riquezas do Estado, um resultado significativamente favorável.

Ficou para John Williamson, o anfitrião da conferência, a tarefa de trazer a discussão de volta às prioridades mais pragmáticas. Sachs tinha o status de celebridade no evento, mas era Williamson o verdadeiro guru daquele pessoal. Williamson, que estava ficando careca, não era fotogênico e se portava de modo politicamente incorreto com exuberância, havia cunhado a expressão “Consenso de Washington” — provavelmente, as três palavras mais citadas e polêmicas da economia moderna. Ele é famoso por suas conferências e seminários realizados a portas hermeticamente fechadas, cada qual destinado a examinar uma de suas audaciosas hipóteses. Na conferência de janeiro, ele tinha uma agenda premente: queria testar, de uma vez por todas, o que chamou de “hipótese da crise”.(10)

Em sua palestra, Williamson não apresentou nenhuma advertência quanto ao imperativo de salvar qualquer país de uma crise; na verdade, ele falou de modo epopeico sobre eventos cataclísmicos. Lembrou à audiência a irrefutável evidência de que, somente quando os países estão realmente sofrendo, concordam em tomar o remédio amargo do mercado; apenas quando estão em choque se curvam perante a terapia de choque. “Os piores momentos geram as melhores oportunidades para aqueles que compreendem a necessidade da reforma econômica fundamental”, declarou.(11)

Com sua extraordinária capacidade de verbalizar o subconsciente do mundo financeiro, Williamson eventualmente mostrou que isso levantava algumas questões intrigantes:

> *Será necessário perguntar se faria sentido, de modo concebível, provocar deliberadamente uma crise afim de conduzir os agentes políticos à reforma. Por exemplo, já foi sugerido algumas vezes, no Brasil, que seria válido alimentar a hiperinflação de modo a apavorar todo mundo e forçar a aceitação dessas mudanças. (...) Provavelmente, ninguém que tivesse percepção histórica teria defendido, no meio dos anos 1930, que Alemanha e Japão entrassem em guerra para receber os benefícios do supercrescimento que experimentaram depois de sua derrota. Porém, será que uma crise menor teria exercido o mesmo papel? É possível conceber que uma*

pseudocrise cumpra a mesma função positiva, sem os custos de uma crise real?[12]

As observações de Williamson representaram um grande salto em direção à doutrina do choque. Numa sala cheia de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais, em número suficiente para organizar uma cúpula mundial de comércio, a ideia de criar ativamente uma crise séria, para facilitar a aceitação da terapia de choque, estava sendo agora abertamente discutida.

Pelo menos um dos participantes da conferência sentiu obrigação de se distanciar, com seu próprio discurso, daquelas ideias arriscadas. "A sugestão de Williamson de que provocar uma crise artificial para desencadear a reforma era uma boa atitude deveria ser vista como uma ideia destinada à provocação e à zombaria", disse John Toye, um economista britânico da Universidade de Sussex.[13] Não havia sinais de que Williamson estivesse zombando. Na verdade, havia fortes indícios de que suas ideias já estavam sendo aplicadas nos mais altos níveis de tomada de decisões financeiras, em Washington e além.

No mês seguinte à conferência de Williamson em Washington, captamos um lampejo do novo entusiasmo pela "pseudocrise" em meu país, embora naquela época poucos compreendessem que isso fazia parte de uma estratégia global. Em fevereiro de 1993, o Canadá estava passando por uma catástrofe financeira — pelo menos, era isso que qualquer um concluiria, depois de ler os jornais ou assistir à televisão. "A Crise da Dívida Aparece" era a manchete gritante estampada na primeira página de um jornal de circulação nacional, o *Globe and Mail* Um programa especial em rede nacional de televisão reportou que "economistas estão prevendo que, no próximo ano ou no máximo em dois anos, o ministro da Fazenda adjunto vai entrar no gabinete e anunciar que o crédito do Canadá terminou. (...) Nossas vidas irão mudar dramaticamente".[14]

A expressão "muro da dívida" entrou de repente no vocabulário. Ela significava que, embora a vida parecesse confortável e pacífica agora, o Canadá estava gastando mais do que podia e, muito em breve, poderosas firmas de Wall Street, como Moody's e Standard & Poor's, iriam baixar nossa taxa nacional de crédito de seu perfeito status Tríplice A para algo bem inferior. Quando isso acontecesse, os investidores com hipermobilidade, liberados pelas novas regras da globalização e do livre-comércio, simplesmente tirariam seu dinheiro do Canadá e o levariam para algum lugar mais seguro. Como nos disseram, a única solução era cortar radicalmente os gastos em programas tais como seguro-desemprego e serviços de saúde. Sem dúvida, o governo do Partido Liberal fez

exatamente isso, apesar de ter sido eleito, havia pouco tempo, com a promessa de criação de empregos (a versão canadense da "política de vodu").

Dois anos após o auge da histeria do déficit, a jornalista investigativa Linda McQuaig explicou, em caráter definitivo, que uma impressão de crise foi cuidadosamente elaborada e manipulada por uma meia dúzia de *think tanks* financiados por grandes bancos e corporações canadenses, em especial os institutos C.D. Howe e Fraser (que Milton Friedman sempre apoiou de modo firme e constante).[15] O Canadá tinha mesmo um problema de déficit, mas que não era causado pelos gastos com seguro-desemprego e outros programas sociais. De acordo com a organização Statistics Canada, o déficit era decorrente das altas taxas de juros, que aumentaram o valor da dívida, tanto quanto o Choque de Volcker tinha elevado a dívida do mundo em desenvolvimento durante a década de 1980. McQuaig foi à sede da empresa Moody's, em Wall Street, e falou com Vincent Truglia, o analista sênior encarregado de divulgar a taxa de crédito do Canadá. Ele lhe disse uma coisa extraordinária: tinha estado sob constante pressão dos executivos das corporações e bancos canadenses para expedir relatórios condenatórios sobre as finanças do país, coisa que ele se recusou a fazer por considerar o Canadá um campo de investimentos excelente, estável. "Dos países com que trabalho, é o único em que os próprios cidadãos querem vê-lo ainda mais rebaixado — de modo normal. Eles acham que está avaliado muito para cima." Ele disse que estava acostumado a receber telefonemas de representantes dos países dizendo-lhe que havia divulgado índices muito baixos. "Os canadenses, contudo, depreciam seu próprio país muito mais do que os estrangeiros costumam fazer."

Foi por isso que, para a comunidade financeira do Canadá, a "crise do déficit" tornou-se uma arma crítica na batalha política travada. Na época em que Truglia estava recebendo aqueles telefonemas estranhos, uma grande campanha foi desencadeada para forçar o governo a reduzir as taxas por meio de cortes nos programas sociais, tais como saúde e educação. Na medida em que esses programas são apoiados pela maioria expressiva dos canadenses, a única maneira de justificar esses cortes era apresentar o colapso econômico nacional como sua alternativa — uma crise madura. O fato de que a Moody's continuava atribuindo ao Canadá a maior taxa de investimento possível — o equivalente a um A+ — tornava extremamente difícil manter o espírito apocalíptico.

Enquanto isso, os investidores começaram a ficar confusos com as duplas mensagens: a Moody's estava segura quanto ao Canadá, mas a imprensa canadense constantemente apresentava as finanças do país como catastróficas. Truglia ficou muito irritado com as estatísticas politizadas que saíam do Canadá, e que pareciam uma forma de questionamento à seriedade de seu trabalho. Por

isso, tomou a decisão extraordinária de publicar um “comentário especial”, tornando claro que os gastos do Canadá não se encontravam “fora de controle” e fazendo críticas veladas à matemática astuciosa utilizada pelos *think tanks* da direita. “Diversos relatórios publicados recentemente exageraram grosseiramente a posição da dívida fiscal do Canadá. Alguns contaram os números em dobro, enquanto outros fizeram comparações internacionais inapropriadas. (...) Essas mensurações descuidadas podem ter tido influência nas avaliações exageradas quanto à gravidade dos problemas da dívida no Canadá.” Com esse relatório especial da Moody’s, ficou claro que não havia um “muro da dívida” crescendo — e a comunidade empresarial canadense não ficou satisfeita. Truglia disse que, quando publicou o comentário, “um canadense... de uma grande instituição financeira ligou para mim e começou a gritar comigo no telefone, literalmente a gritar comigo. Isso nunca tinha acontecido”.[52] (16)

No momento em que os canadenses souberam que a “crise do déficit” tinha sido grosseiramente manipulada pelos *think tanks* financiados pelas corporações, isso pouco importou — os cortes no orçamento já haviam sido feitos e consolidados. Como resultado direto disso, os programas sociais para os desempregados do país foram radicalmente erodidos e jamais se recuperaram, apesar de todos os reforços orçamentários subsequentes. A estratégia de crise foi empregada exaustivamente naquele período. Em setembro de 1995, um vídeo vazou para a imprensa canadense, com o ministro da Educação de Ontário, John Snobelen, declarando, num encontro a portas fechadas com funcionários públicos, que, antes do anúncio da realização de cortes na educação e outras medidas impopulares, era preciso criar um clima de pânico, com o vazamento de informações que pintassem um quadro mais medonho do que ele “seria capaz de descrever”. E chamou isso de “criar uma crise útil”.(17)

“Imperícia estatística” em Washington

Em 1995, o discurso político na maioria das democracias ocidentais estava saturado de menções a muros da dívida e colapsos econômicos iminentes, que demandavam cortes ainda mais profundos e privatizações ainda mais ambiciosas, com os *think tanks* friedmanistas sempre na linha de frente, vociferando crises. Nas instituições financeiras mais poderosas de Washington, porém, havia o desejo não apenas de criar uma aparência de crise usando a mídia, mas também de tomar medidas concretas para gerar crises que fossem bastante reais. Dois anos depois que Williamson fez suas observações acerca de “atiçar” crises, Michael Bruno, principal economista do departamento de

economia do desenvolvimento do Banco Mundial, ecoou publicamente essa mesma ideia, mais uma vez sem atrair o exame criterioso da imprensa. Em 1995, em Túnis, numa palestra realizada para a Associação Econômica Internacional, depois publicada como artigo pelo Banco Mundial, Bruno informou a quinhentos economistas de 68 países ali reunidos que havia o consenso crescente de que "uma crise suficientemente grande pode chocar formuladores de políticas públicas outrora relutantes e forçá-los a instituir reformas baseadas no aumento da produtividade".[53] (18) Bruno apontou para a América Latina como "o primeiro exemplo aparentemente benéfico das crises profundas" e para a Argentina em particular, onde, como ele disse, o presidente Carlos Menem e seu ministro da Fazenda, Domingo Cavallo, estavam fazendo um ótimo trabalho, "ao tirarem vantagem da atmosfera de emergência" e avançarem nas privatizações. A fim de prevenir uma possível falta de compreensão por parte da audiência, Bruno afirmou, "enfatizei um tema central: a economia política das crises profundas tende a produzir reformas radicais com resultados positivos".

À luz desse fato, ele argumentou que as agências internacionais precisavam fazer mais do que tirar vantagem das crises econômicas existentes, para levar adiante o Consenso de Washington — elas deveriam cortar a ajuda, de modo preventivo, a fim de tornar essas crises ainda piores. "Um choque adverso (assim como uma queda na receita governamental ou nas transferências externas) pode realmente *aumentar* o bem-estar, porque encurta a demora [antes que as reformas sejam adotadas]. A noção de que 'as coisas devem piorar para melhorar em seguida' emerge naturalmente. (...) De fato, uma crise de alta inflação pode tornar um país melhor, em vez de ele ficar patinando em crises mais brandas ao longo do tempo."

Bruno concordou que aprofundar ou criar uma desagregação econômica séria era assustador — os salários do governo deixariam de ser pagos, a infraestrutura pública ficaria sucateada — mas, como discípulo de Chicago que era, incitou sua audiência a encarar essa destruição como o primeiro estágio de criação. "Na realidade, conforme a crise vai se aprofundando, *o governo vai se intimidando cada vez mais*", Bruno afirmou. "Esse desenvolvimento tem uma consequência positiva; na hora da reforma, o poder dos grupos entrincheirados pode estar bastante enfraquecido — e um líder que optar pela solução de longo prazo, em vez dos expedientes de emergência, pode conseguir apoio para a reforma."(19)

Os viciados em crise da Escola de Chicago certamente percorreram uma trajetória intelectual veloz. Apenas alguns anos antes, eles especularam que uma crise de hiperinflação poderia criar as condições de choque adequadas às políticas de choque. Agora, um economista-chefe do Banco Mundial, instituição financiada pelo pagamento de uma taxa em dólares por 178 países, cujo

propósito original era reconstruir e fortalecer economias em dificuldade, defendia a criação de Estados falidos, por causa das oportunidades que estes ofereciam para recomeçar a partir dos escombros.[20]

Durante anos, houve rumores de que as instituições financeiras internacionais estavam começando a se adestrar na arte das “pseudocrises”, como Williamson as chamou, de modo a vergar os países sob o peso da sua vontade. Mas era difícil provar. O testemunho mais extensivo foi dado por Davison Budhoo, um funcionário do FMI que se tornou denunciante e acusou a organização de adulterar a contabilidade a fim de condenar a economia de um país pobre, porém firme e determinado.

Budhoo nasceu em Granada e se formou como economista na London School of Economics, tornando-se conhecido em Washington graças a um estilo pessoal não convencional: deixava o cabelo crescer, à moda de Albert Einstein, e preferia jaqueta a terno bem cortado. Ele havia trabalhado no FMI por doze anos, tendo como tarefa elaborar programas de ajuste para a África, a América Latina e seu Caribe natal. Depois que a organização sofreu sua virada para a direita, na era Reagan/Thatcher, Budhoo, que tinha uma posição independente, começou a se sentir cada vez mais desconfortável em seu posto. O fundo foi apinhado de ardorosos Garotos de Chicago, sob a liderança do diretor de administração, o conhecido neoliberal Michel Camdessus. Quando Budhoo saiu, em 1988, decidiu se dedicar a contar os segredos de seu antigo local de trabalho. Tudo começou quando ele escreveu uma notável carta aberta a Camdessus, adotando o tom de *eu acuso* que André Gunder Frank havia empregado em suas cartas para Friedman, dez anos antes.

Demonstrando entusiasmo por uma linguagem incomum entre os economistas seniores da instituição, a carta começava assim: “Hoje, eu me demiti do quadro de funcionários do Fundo Monetário Internacional, depois de mais de doze anos e depois de mil dias de trabalho de campo como funcionário do fundo, levando seus remédios e sua caixa de mágicas para os governos e os povos da América Latina, do Caribe e da África. Para mim, a demissão é a libertação que não tem preço, porque com ela dei o primeiro passo fundamental para chegar ao lugar onde espero lavar minhas mãos e limpá-las daquilo que, para mim, é o sangue de milhões de pessoas pobres e famintas. (...) O sangue é tanto, sabe, que corre em verdadeiros rios. E estanca, também; e está grudado em mim; às vezes, penso que não há sabão suficiente no mundo para me limpar das coisas que fiz em seu nome.”[21]

Em seguida, começou a contar seu caso. Budhoo acusou o fundo de utilizar estatísticas tão “letais” quanto armas. Ele documentou exaustivamente como, na qualidade de empregado da instituição, nos anos 1980, se envolveu na elaboração de “imperícias estatísticas” para exagerar os números nos relatórios do FMI sobre Trinidad e Tobago, um país rico em petróleo, a fim de fazer com que sua economia parecesse menos estável do que realmente era. Budhoo sustentou que o FMI mais do que dobrou um dado essencial que mensurava os custos do trabalho naquele país, fazendo-o parecer altamente improdutivo — muito embora, como ele mesmo disse, o fundo tivesse a informação correta nas mãos. Em outra passagem, afirmou que o fundo “inventou, literalmente do nada”, uma enorme dívida governamental não paga.(22)

Essas “irregularidades grosseiras”, que Budhoo alega terem sido deliberadas, e não meros “erros de cálculo”, foram tomadas a sério pelos mercados financeiros, que rapidamente classificaram Trinidad e Tobago como área de risco e cortaram seus financiamentos. Os problemas econômicos do país — acentuados pela queda no preço do petróleo, seu principal produto de exportação — se tornaram subitamente calamitosos e forçaram sua ida ao FMI, para um empréstimo de emergência. O fundo então exigiu que o país aceitasse aquilo que Budhoo descreveu como “o remédio mais mortal” da instituição: demissões, cortes salariais e “o pacote completo” das políticas de ajuste estrutural. Ele retratou esse processo como “o bloqueio proposital do eixo vital da economia do país, por meio de subterfúgios”, de modo a deixar “Trinidad e Tobago primeiro destruído economicamente, e depois convertido”.

Em sua carta, Budhoo, que morreu em 2001, deixou claro que sua disputa estava acima do tratamento dado a um determinado país por meia dúzia de funcionários. Ele caracterizou o programa completo de ajuste estrutural do FMI como uma forma de tortura em massa, “na qual os governos e povos que ‘gritam de dor’ [são] forçados a cair de joelhos diante de nós, quebrados, aterrorizados e desintegrados, implorando por um pouquinho de bom senso e decência de nossa parte. Mas nós gargalhamos cruelmente na cara deles, e a tortura continua, inquebrantável”.

Depois que a carta foi publicada, o governo de Trinidad contratou dois estudos independentes para investigar as alegações e descobriu que elas estavam certas: o FMI tinha inflado e fabricado números, com resultados tremendamente danosos para o país.(23)

Mesmo com toda a sua substância, entretanto, as acusações explosivas de Budhoo desapareceram sem deixar vestígios; Trinidad e Tobago é um conjunto de pequenas ilhas além da costa da Venezuela, e, a menos que seu povo resolva tomar o escritório central do FMI, na rua 19, em Washington, suas reclamações

dificilmente chamarão a atenção do mundo. A carta, contudo, foi transformada numa peça teatral, em 1996, com o título de *Mr. Budhoo's Letter of Resignation from the I.M.F. (50 Years Is Enough)* [A Carta de Demissão do Sr. Budhoo do FMI (50 anos são suficientes)], montada num pequeno teatro no bairro de East Village, em Nova York. A produção recebeu uma resenha surpreendentemente positiva do jornal *New York Times*, que elogiou sua "criatividade incomum" e "acessórios inventivos".(24) A pequena resenha teatral foi a única menção feita ao nome de Budhoo no *New York Times*.

NOTAS DO CAPÍTULO 12

(1) John Maynard Keynes, “From Keynes to Roosevelt: Our Recovery Plan Assayed”, *New York Times*, 31 de dezembro de 1933.

(2) Ashley M. Herer, “Oprah, Bono Promote Clothing Line, iPod”, Associated Press, 13 de outubro de 2006.

(3) T. Christian Miller, *Blood Money: Wasted Billions, Lost Lives, and Corporate Greed in Iraq* (Nova York: Little, Brown and Company, 2006), 123. NOTA DE RODAPÉ: John Cassidy, “Always with Us”, *The New Yorker*, 11 de abril de 2005.

(4) Peter Passell, “Dr. Jeffrey Sachs, Shock Therapist”, *New York Times*, 27 de junho de 1993.

(5) Jeffrey Sachs, “Life in the Economic Emergency Room”, em *The Political Economy of Policy Reform*, ed. John Williamson (Washington, DC: Institute of International Economics, 1994), 516.

(6) “Roosevelt Victor by 7,054,520 Votes”, *New York Times*, 25 de dezembro de 1932; Raymond Moley, *After Seven Years* (Nova York: Harper & Brothers, 1939), 305.

(7) Carolyn Eisenberg, *Drawing the Line: The American Decision to Divide Germany, 1944-1949* (Nova York: Cambridge University Press, 1996).

(8) *The Political Economy of Policy Reform*, 44.

(9) Sachs, “Life in the Economic Emergency Room”, 503-504, 513.

(10) John Williamson, *The Political Economy of Policy Reform,* 19, 26.

(11) John Williamson e Stephan Haggard, “The Political Conditions for Economic Reform”, em *The Political Economy of Policy Reform,* 565.

(12) Williamson, *The Political Economy of Policy Reform,* 20.

(13) John Toye, *The Political Economy of Policy Reform,* 41.

(14) Bruce Little, “Debt Crisis Looms, Study Warns”, *Globe and Mail* (Toronto), 16 de fevereiro de 1993. O comunicado foi transmitido no canal W5, da rede de televisão CTV, e apresentado por Eric Malling. Linda McQuaig, *Shooting the Hippo: Death by Deficit and Other Canadian Myths* (Toronto: Penguin, 1995), 3.

(15) A informação desse parágrafo foi retirada de McQuaig, *Shooting the Hippo*, 18, 42-44, 117.

(16) *Ibid.,* 44, 46.

(17) “How to Invent a Crisis in Education”, *Globe and Mail* (Toronto), 15 de setembro de 1995.

(18) As informações dos próximos dois parágrafos foram retiradas de Michael Bruno, *Deep Crisis and Reform: What Have We Learned?* (Washington, DC: World Bank, 1996), 4, 6, 13, 25. A ênfase é do original.

(19) *Ibid.,* 6. A ênfase foi acrescentada.

(20) O número de membros do Banco Mundial é referente ao ano de 1995. Atualmente, o número de países membros é de 185.

(21) As informações dos próximos quatro parágrafos foram extraídas de Davison L. Budhoo, *Enough is Enough: Dear Mr. Camdessus (...) Open Letter of Resignation to the Managing Director of the International Monetary Fund* (Nova York: New Horizons Press, 1990), 2-27.

(22) A maior parte das alegações de Budhoo está centrada nas discrepâncias dos cálculos da Unidade Relativa de Custo do Trabalho em Trinidad e Tobago, que é um indicador econômico extremamente importante para medir a produtividade dos países. Ele escreveu: "Sobre a base dos cálculos feitos por nossa divisão de estatística no ano passado, depois que a missão do fundo retornou do trabalho de campo, a Unidade Relativa de Custo do Trabalho em Trinidad e Tobago aumentou apenas 69%, em vez de 145,8%, como estava assinalado em nosso relatório de 1985, e de 142,9%, como ficou registrado nos documentos do fundo, em 1986. Entre 1980 e 1985, a URCT se elevou somente 66,1%, e não os 164,7% por nós apontados nos relatórios de 1986. No período de 1983-1985, a unidade relativa de custo do trabalho subiu 14,9%, e não 36,9%, como foi apresentado para a comunidade internacional, em 1986. Em 1985, em vez de aumentar cerca de 9%, como afirmamos no RED and Staff Report, a URCT caiu 1,7%. E, em 1986, a unidade relativa de custo do trabalho decresceu, de modo significativo, 46,5%, embora não tenha sido feito esse registro no relatório de 1987 ou em qualquer outro documento oficial do fundo" *Ibid.,* 17.

(23) "Bitter Calypsos in the Caribbean", *Guardian* (Londres), 30 de julho de 1990; Robert Weissman, "Playing with Numbers: The IMF's Fraud in Trinidad and Tobago", *Multinational Monitor* 11, nº 6 (junho de 1990).

(24) Lawrence Van Gelder, "Mr. Budhoo's Letter of Resignation from the I.M.F. (50 Years Is Enough)", *New York Times*, 20 de março de 1996.

CAPÍTULO 13

DEIXA QUEIMAR

A PILHAGEM DA ÁSIA E “A QUEDA DO SEGUNDO MURO DE BERLIM”

> **O dinheiro corre para onde existem oportunidades e, no presente momento, a Ásia está em liquidação.**
> — Gerard Smith, dirigente de instituições financeiras do UBS Securities, em Nova York, sobre a crise econômica da Ásia em 1997-1998[(1)]

> **Bons tempos não fazem boas políticas.**
> — Mohammad Sadli, conselheiro econômico do general Suharto, da Indonésia[(2)]

PARA MIM, ELAS PARECIAM QUESTÕES SIMPLES. O que o seu salário pode comprar? É suficiente para aluguel e comida? Sobra alguma quantia para ser mandada para seus pais? O que dizer dos custos de transporte de casa para a fábrica? No entanto, independentemente de como eu as formulava, as respostas continuavam sendo “Depende”. Ou “Não sei”.

Um trabalhador de dezessete anos, que costurava roupas da grife Gap perto de Manila, me explicou: “Há alguns meses, eu costumava ter um pouquinho de dinheiro para mandar, todos os meses, para minha família, mas agora não ganho nem o suficiente para me alimentar.”

Perguntei-lhe: “Estão baixando seu salário?”

Ele então me respondeu, um tanto confuso: “Não, eu acho que não. Só não consigo comprar muita coisa. Os preços estão subindo.”

Era o verão de 1997, e eu estava na Ásia pesquisando as condições de trabalho dentro das fábricas florescentes que produziam para exportação na região. Encontrei trabalhadores que enfrentavam um problema maior do que horas extras ou supervisores abusivos: seus países estavam entrando num processo que rapidamente se tornaria uma depressão completa. Na Indonésia, onde a crise era ainda mais profunda, a atmosfera se apresentava perigosamente

volátil. A moeda local perdia valor todos os dias, sem parar. Um dia, os operários das fábricas podiam comprar peixe e arroz, mas, no dia seguinte, tinham de sobreviver comendo arroz e nada mais. Em conversas casuais, nos restaurantes e táxis, todos pareciam partilhar a mesma teoria sobre os verdadeiros culpados: “os chineses”, me diziam. A classe mercantil da Indonésia era composta, etnicamente, por pessoas de origem chinesa, que pareciam estar lucrando mais diretamente com os aumentos de preços; assim, elas acabaram suportando a maior parte da raiva. Era para isso que Keynes chamava a atenção, quando advertia sobre os perigos do caos econômico — nunca se sabe qual a combinação de ódio, racismo e revolução que vai ser desencadeada.

Os países do Sudeste Asiático estavam particularmente vulneráveis às teorias conspiratórias e à escolha de bodes expiatórios étnicos, porque a crise financeira não demonstrava ter uma causa racional. Na televisão e nos jornais, as análises continuavam se referindo à região como se ela tivesse contraído uma doença misteriosa, mas altamente contagiosa — a “Gripe Asiática”, como foi imediatamente rotulado o colapso do mercado, depois elevado para o grau de “Epidemia Asiática”, quando se espalhou para Rússia e América Latina.

Algumas semanas antes de tudo dar errado, esses países estavam sendo considerados como exemplos perfeitos de competência econômica e vitalidade — os assim chamados Tigres Asiáticos, as histórias de sucesso mais vigorosas da globalização. Num dia, os vendedores de ações avisavam a seus clientes que não havia rota mais segura do que empregar suas economias nos fundos mútuos dos “mercados emergentes” da Ásia; no outro, retiravam seu dinheiro em disparada, enquanto os agentes financeiros “atacavam” as moedas — o baht, o ringgit, a rupia —, criando aquilo que a revista *The Economist* chamou de “destruição de poupanças numa escala mais comumente associada a uma guerra total”.(3) Mesmo assim, dentro das economias dos Tigres Asiáticos, nenhuma mudança podia ser percebida a olho nu — para a maioria das pessoas, elas continuavam sendo dirigidas pela mesma elite camarada; não haviam sido atingidas por um desastre natural ou uma guerra; não haviam acumulado grandes déficits — algumas sequer estavam deficitárias. Alguns dos maiores conglomerados estavam bastante endividados, mas continuavam produzindo tudo, de tênis a carros, e suas vendas se mantinham fortes como sempre. Então, como foi possível que, em 1996, os investidores tenham decidido colocar cerca de cem bilhões de dólares na Coreia do Sul e, no ano seguinte, o país tenha apresentado um investimento negativo de vinte bilhões de dólares — uma discrepância de 120 bilhões de dólares?(4) O que poderia explicar esse tipo de descontrole monetário?

Esses países foram vítimas de puro pânico, que se tornou letal graças à velocidade e à volatilidade dos mercados globalizados. O que começou como um mero rumor — a Tailândia não possuía dólares suficientes para lastrear sua moeda — acabou se transformando num estrondo, pela ação do bando eletrônico. Os bancos suspenderam seus empréstimos, e o mercado imobiliário, que vinha crescendo tão rapidamente a ponto de formar uma bolha, foi detonado de repente. A construção civil praticamente parou, deixando pela metade a edificação de centros comerciais, arranha-céus e *resorts*; a linha dos edifícios de Bangcoc ficou marcada pela presença de esqueletos de prédios inertes. Numa era mais lenta do capitalismo, a crise talvez tivesse parado ali, mas, na medida em que os agentes de fundos mútuos haviam incluído todos os Tigres Asiáticos como parte de um único pacote de investimento, quando um deles caía, todos iam junto: depois da Tailândia, o pânico se espalhou e o dinheiro saiu da Indonésia, da Malásia, das Filipinas e até da Coreia do Sul, a décima primeira economia do mundo e uma estrela no firmamento da globalização.

Os governos asiáticos foram obrigados a gastar suas reservas bancárias no esforço de sustentar suas moedas, transformando o medo original em realidade: agora, esses países estavam realmente quebrados. O mercado respondeu com um pânico ainda maior. Em apenas um ano, seiscentos bilhões de dólares desapareceram dos mercados acionários da Ásia — uma riqueza que levara décadas para ser construída.[5]

A crise provocou medidas desesperadas. Na Indonésia, cidadãos empobrecidos saqueavam lojas urbanas e levavam tudo que podiam carregar. Num incidente particularmente horroroso, um centro comercial de Jacarta pegou fogo enquanto estava sendo saqueado, e milhares de pessoas foram queimadas vivas.[6]

Na Coreia do Sul, as estações de televisão realizaram uma campanha maciça, conclamando os cidadãos a doarem suas joias de ouro, para que fossem derretidas e usadas para pagar a dívida externa do país. Em poucas semanas, três milhões de pessoas entregaram colares, brincos, medalhas esportivas e troféus. Uma mulher doou sua aliança de casamento e um cardeal ofereceu seu crucifixo de ouro. As estações de televisão montaram programas cafonas, no estilo “faça a doação de seu ouro”, e mesmo com a arrecadação de duas toneladas do metal precioso, suficientes para derrubar o seu preço internacional, a moeda coreana continuou afundando.[7]

Assim como aconteceu durante a Grande Depressão, a crise levou a uma onda de suicídios, motivada pelo desespero das famílias diante do sumiço de suas economias e do fechamento de milhares de pequenos negócios. Na Coreia do Sul, a taxa de suicídios subiu cerca de 50% em 1998. O maior número de

mortes ocorria entre pessoas com mais de sessenta anos, porque os pais mais velhos procuravam diminuir o peso sobre os ombros de seus filhos sofredores. A imprensa coreana também reportou um crescimento alarmante dos pactos de suicídio em família, nos quais os pais livravam seus lares das dívidas por meio de enforcamentos em grupo. As autoridades observavam que se “apenas a morte do líder [da família] é classificada como suicídio, ao passo que as outras são consideradas assassinatos, o número real de suicídios é muito maior do que está apontado nas estatísticas”.[8]

A crise da Ásia foi causada por um ciclo clássico de medo, e o único gesto que poderia tê-lo interrompido foi o mesmo que socorreu a moeda do México, durante a assim chamada Crise da Tequila, em 1994: um empréstimo rápido, decisivo — uma demonstração para o mercado de que o Tesouro dos Estados Unidos não deixaria o México desabar.[9] Um gesto como esse não foi feito a tempo na Ásia. Na verdade, assim que a crise estourou, um surpreendente cortejo de pesos pesados do mundo financeiro deu um passo à frente com a seguinte mensagem: Não ajudem a Ásia.

O próprio Milton Friedman, então com oitenta e poucos anos, fez uma rara aparição no canal de televisão CNN, para dizer ao locutor do telejornal, Lou Dobbs, que se opunha a qualquer tipo de ajuda financeira e que o mercado deveria ser liberado para corrigir a si mesmo. “Bem, professor, não posso nem lhe dizer o que significa ter o seu apoio nessa discussão semântica”, declarou um Dobbs visivelmente encantado. A posição em favor do “deixe que eles afundem” teve a boa acolhida de Walter Wriston, velho amigo de Friedman e antigo dirigente do Citibank, e também de George Shultz, que agora trabalhava com Friedman na direitista Instituição Hoover e era membro do conselho da corretora de Charles Schwab.[10]

Essa visão foi abertamente compartilhada por um dos bancos de investimento mais importantes de Wall Street, o Morgan Stanley. Jay Pelosky, o estrategista do banco para mercados emergentes, fez uma conferência em Los Angeles, no Instituto Milken (famoso por seus papéis ordinários), em que afirmou ser imperativo que o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos não fizessem nada para abrandar a dor de uma crise de proporções iguais à da década de 1930. “O que precisamos agora, na Ásia, é de mais notícias ruins. Elas servem para estimular, de modo contínuo, o processo de ajuste”, foi o que Pelosky declarou.[11]

A administração Clinton acatou a sugestão de Wall Street. Quando a Cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico se reuniu em novembro de 1997, na cidade de Vancouver, quatro meses após a quebra, Clinton enfureceu seus pares asiáticos ao tratar como “algumas pedras no caminho” aquilo que eles viam

como um verdadeiro apocalipse econômico.[12] A mensagem foi clara: o Tesouro dos Estados Unidos não estava com pressa para estancar a dor. O FMI, um dos organismos internacionais criados para prevenir a ocorrência de quebras como aquela, adotou a postura do não-fazer-nada que já tinha se transformado em sua marca registrada desde a Rússia. Chegou, eventualmente, a dar uma resposta — mas não com um empréstimo rápido e emergencial, destinado a apressar a estabilização, como é necessário diante de uma crise financeira. Em vez disso, chegou com uma longa lista de exigências, calcada na certeza da Escola de Chicago de que a catástrofe da Ásia era uma oportunidade disfarçada.

No começo dos anos 1990, sempre que os defensores do livre mercado queriam invocar uma história persuasiva de sucesso, nos debates, invariavelmente apontavam para os Tigres Asiáticos. Eles eram os milagres econômicos que cresciam a passos largos, supostamente porque haviam deixado suas fronteiras abertas para a globalização irrestrita. Era uma história útil — os Tigres estavam, sem dúvida, se desenvolvendo com grande velocidade —, mas sugerir que sua expansão estava fundamentada no livre-comércio era pura ficção. Malásia, Coreia do Sul e Tailândia ainda adotavam políticas altamente protecionistas, que interditavam aos estrangeiros a aquisição da propriedade de terras e a compra de empresas nacionais. E ainda preservavam um papel fundamental para o Estado, mantendo setores tais como energia e transporte nas mãos do setor público. Os Tigres também haviam bloqueado a importação de inúmeros produtos do Japão, da Europa e da América do Norte, enquanto erguiam seus mercados domésticos. Tratava-se, indiscutivelmente, de histórias de sucesso, mas que demonstravam quanto economias mistas e dirigidas cresciam mais rapidamente e de modo mais equilibrado do que aquelas que seguiam o Selvagem e Ocidental Consenso de Washington.

A situação não agradou aos bancos de investimento e às firmas multinacionais japonesas e ocidentais: ao verem a explosão do mercado de consumo na Ásia, eles, compreensivelmente, desejaram acesso irrestrito à região para vender seus produtos. E também reclamaram o direito de comprar as melhores corporações existentes nos Tigres — em especial os impressionantes conglomerados coreanos como Daewoo, Hyundai, Samsung e LG. Em meados da década de 1990, sob pressão do FMI e da recém-criada Organização Mundial do Comércio, os governos asiáticos concordaram em adotar um meio-termo: conservariam as leis que impediam a aquisição das empresas nacionais por estrangeiros e resistiriam à pressão para privatizar suas companhias estatais de

base, mas suspenderiam as restrições aos seus setores financeiros, permitindo uma onda de investimentos em papel e comércio de moeda.

Em 1997, quando o fluxo de dinheiro quente subitamente reverteu a corrente na Ásia, foi um resultado direto desse tipo de investimento especulativo, que havia sido legalizado em função da pressão do Ocidente. Wall Street, é claro, não viu as coisas dessa forma. Os analistas de investimento mais credenciados imediatamente reconheceram que a crise era uma oportunidade para derrubar, de uma vez por todas, as barreiras que continuavam protegendo os mercados da Ásia. Pelosky, o estrategista do Morgan Stanley, foi particularmente direto com essa lógica: se deixassem a crise piorar, toda moeda estrangeira seria retirada da região e as empresas dos asiáticos teriam de fechar ou se vender para firmas ocidentais — ambos seriam resultados benéficos para o Morgan Stanley. “Adoraria ver o fechamento de empresas e a venda de ativos. (...) A venda de ativos é muito difícil; os donos de verdade não querem vender, a menos que sejam forçados a isso. Portanto, precisamos de mais notícias ruins, para continuar a fazer pressão sobre esses grupos para que vendam suas companhias.”[13]

Alguns viram a quebra da Ásia em termos ainda mais grandiosos. José Piñera, o célebre ministro de Pinochet, que agora estava trabalhando no Instituto Cato, em Washington, D.C., saudou a crise com indisfarçável satisfação, proclamando que “o dia do ajuste de contas havia chegado”. A seus olhos, a crise era o último capítulo da guerra que ele e seus companheiros Garotos de Chicago haviam começado no Chile, nos anos 1970. O colapso dos Tigres, disse ele, representava nada menos do que “a queda do segundo Muro de Berlim”, o fim da “noção de que existe uma ‘Terceira Via’ entre o capitalismo democrático de livre mercado e o estatismo socialista”.[14]

Piñera não estava sozinho. Ao contrário, sua visão era abertamente partilhada por Alan Greenspan, presidente do Banco Central dos Estados Unidos e, provavelmente, o mais poderoso formulador individual de política econômica do mundo. Greenspan descreveu a crise como “um evento muito dramático que levaria ao consenso quanto ao tipo de sistema de mercado que temos neste país”. Ele ainda observou que “a crise atual vai acelerar o desmonte, em muitos países asiáticos, dos remanescentes de um sistema com forte presença de investimentos governamentais”.[15] Em outras palavras, a destruição das economias dirigidas da Ásia servia, de fato, para criar uma nova economia no estilo da estadunidense — as dores do parto de uma nova Ásia, tomando emprestada uma frase que seria usada num contexto ainda mais violento, alguns anos mais tarde.

Michel Camdessus, que, como cabeça do FMI, era o segundo homem mais poderoso do mundo na condição de formulador de política monetária, expressou

uma visão semelhante. Numa rara entrevista, falou da crise como oportunidade para que a Ásia despisse sua velha pele e deixasse nascer outra mais nova. “Os modelos econômicos não são eternos”, declarou. “Em determinadas épocas, são úteis, mas em outras (...) se tornam ultrapassados e devem ser abandonados.”(16) A crise decorrente de um boato que transformou ficção em realidade aparentemente gerou esse momento.

Ansioso para não deixar escapar essa chance, o FMI — depois de meses de inação, mesmo com o agravamento da situação de emergência — finalmente iniciou as negociações com os governos aflitos da Ásia. O único país que tentou resistir ao fundo, naquele período, foi a Malásia, graças à sua dívida relativamente pequena. Seu polêmico primeiro-ministro, Mahathir Mohamad, disse que não pretendia “destruir a economia a fim de torná-la melhor”, o que foi suficiente para garantir-lhe o rótulo de radical furioso, na época.(17) O restante das economias asiáticas abaladas pela crise estava desesperado demais por divisas para recusar a possibilidade de bilhões de dólares do FMI: Tailândia, Filipinas, Indonésia e Coreia do Sul sentaram-se à mesa de negociação. Stanley Fischer, que estava encarregado de responder pelo fundo nessas reuniões, afirmou: “Não se pode forçar um país a pedir ajuda. Ele precisa pedir. Mas quando se trata de dinheiro, ele não tem muitas opções.”(18)

Fischer foi um dos mais ardorosos defensores da terapia de choque na Rússia e, apesar dos custos humanos dolorosos ali imputados, sua atitude em relação à Ásia foi inflexível. Vários governos argumentaram que, na medida em que a crise tinha sido causada pela facilidade com que o dinheiro entrava e saía de seus países, sem nenhuma restrição a esses fluxos, talvez fizesse sentido elevar algumas barreiras contra isso — os temidos “controles sobre o capital”. A China havia conservado esses controles (ignorando os conselhos de Friedman a seu respeito) e era o único país na região que não estava sendo sacudido pela crise. Na Malásia, onde as restrições haviam retornado, parecia que estavam funcionando.

Fischer e o resto da equipe do FMI rejeitaram a ideia imediatamente.(19) O FMI não demonstrava nenhum interesse pelas razões da crise. Ao contrário, como um interrogador de prisioneiros que procura uma fraqueza qualquer, o fundo se preocupava apenas em descobrir de que modo a crise poderia ser utilizada como alavanca. A desintegração havia forçado um grupo de países fortemente determinados a implorar por socorro; do ponto de vista dos economistas da Escola de Chicago que dirigiam o FMI, não tirar vantagem daquela janela de oportunidade era equivalente a cometer negligência profissional.

Com os tesouros vazios, os Tigres estavam quebrados, pelo menos na avaliação do FMI; assim, encontravam-se prontos para sofrer uma reorganização. A primeira etapa desse processo era despir os países de todo "protecionismo de comércio e investimento e intervenção estatal ativa que eram os ingredientes fundamentais do 'milagre asiático'", como afirmou o cientista político Walden Bello.(20) O FMI também exigiu que os governos fizessem cortes orçamentários profundos, levando a demissões em massa no setor público, em países nos quais as pessoas já estavam vivendo de modo precário. Mais adiante, Fischer reconheceu que, na Coreia e na Indonésia, as dificuldades não se relacionaram ao aumento dos gastos governamentais. Mesmo assim, utilizou a alavanca extraordinária representada pela crise para impor essas medidas dolorosas de austeridade. Como escreveu um repórter do *New York Times,* as ações do FMI se comparavam às "de um cirurgião cardíaco que, no meio da operação, decide trabalhar também nos pulmões e nos rins".[54] (21)

Depois que o FMI despiu os Tigres de todos os seus velhos hábitos e costumes, eles ficaram prontos para renascer, no estilo de Chicago: privatização dos serviços essenciais, bancos centrais independentes, forças de trabalho "flexíveis", baixos gastos sociais e, é claro, comércio livre total. Segundo os novos acordos, a Tailândia autorizaria os estrangeiros a comprarem grande parte das ações de seus bancos, a Indonésia cortaria os subsídios para os alimentos e a Coreia suspenderia a legislação que protegia os trabalhadores contra demissões em massa.(22) O FMI chegou a impor objetivos demissionários ainda mais severos à Coreia: para receber o empréstimo, o setor bancário do país deveria cortar 50% de sua força de trabalho (essa exigência foi depois reduzida para 30%).(23) Esse tipo de demanda era crucial para muitas empresas multinacionais do Ocidente, que almejavam garantias claras de que poderiam reduzir drasticamente a mão de obra nos empreendimentos asiáticos que estavam prestes a adquirir. O "Muro de Berlim" de Piñera acabara de ruir.

Essas medidas seriam impensáveis um ano antes da crise começar, quando os sindicatos da Coreia do Sul alcançaram o apogeu de sua militância. Eles enfrentaram a proposta de uma nova lei trabalhista, que reduziria a segurança do emprego, com as maiores e mais radicais greves da história coreana. Mas, graças à crise, as regras do jogo começaram a mudar. A desintegração econômica foi tão medonha, que deu permissão ao governo (do mesmo jeito que outras crises fizeram, da Rússia à Bolívia) para tomar medidas autoritárias, temporariamente; isso não durou muito — apenas o suficiente para impor os decretos do FMI.

O pacote da terapia de choque da Tailândia, por exemplo, foi encaminhado à Assembleia Nacional não por meio dos trâmites normais, mas como resultado de quatro decretos emergenciais. "Perdemos nossa autonomia, nossa capacidade de

determinar nossa política macroeconômica. Isso é lamentável", reconheceu o deputado tailandês Supachai Panitchpakdi (mais tarde recompensado por essa atitude cooperativa com a nomeação para representante na OMC).[24] Na Coreia do Sul, a subversão da democracia pelo FMI foi ainda mais escancarada. Ali, o final das negociações com o FMI coincidiu com as eleições presidenciais, nas quais dois candidatos defendiam plataformas contra o fundo. Num ato extraordinário de interferência no processo político de uma nação soberana, o FMI se recusou a liberar o dinheiro do empréstimo antes de obter garantias dos quatro principais candidatos de que seguiriam estritamente as novas regras caso fossem vencedores. Com o país completamente rendido, o FMI triunfou; cada candidato declarou seu compromisso por escrito.[25] Até então, jamais a missão principal da Escola de Chicago havia ficado tão explícita, como sendo a de proteger os assuntos econômicos de qualquer ingerência da democracia: vocês podem votar, foi o que os sul-coreanos escutaram, mas o seu voto não pode exercer nenhuma influência sobre a administração e a organização da economia. (O dia em que o acordo foi assinado logo passou a ser chamado, na Coreia, de "Dia Nacional da Humilhação".)[26]

Num dos países mais duramente atingidos, esses atos de contrição da democracia não eram necessários. A Indonésia, primeira da região a abrir suas portas para os investimentos estrangeiros desregulados, ainda estava sob o comando do general Suharto, após mais de trinta anos. Suharto, contudo, em sua velhice, tinha se tornado menos complacente com o Ocidente (como os ditadores se tornam, em geral). Ao cabo de décadas vendendo o petróleo e a riqueza mineral do país para as corporações estrangeiras, ele se cansara de enriquecer os outros e gastara a última década cuidando de si mesmo, de seus filhos e de seus amigos mais chegados. Como exemplo disso, concedeu subsídios pesados a uma montadora de automóveis — de propriedade de seu filho Tommy —, para grande consternação da Ford e da Toyota, que não viam razão para competir com aquilo que os analistas chamavam de "os brinquedos de Tommy".[27]

Durante alguns meses, Suharto tentou resistir ao FMI, apresentando um orçamento que não continha os cortes maciços que eram exigidos. O fundo replicou aumentando os níveis de sofrimento. Oficialmente, os funcionários da instituição não são autorizados a falar com a imprensa durante as negociações, pois qualquer menção ao teor das conversas pode influenciar dramaticamente os mercados. Isso não impediu que um "funcionário graduado do FMI" não identificado contasse ao jornal *Washington Post* que "os mercados estão se perguntando qual o grau de comprometimento do veterano líder da Indonésia com o programa, e particularmente com as reformas mais importantes". O artigo prosseguiu questionando se o FMI iria castigar a Indonésia com a suspensão dos

empréstimos prometidos de bilhões de dólares. Tão logo foi publicado, a moeda do país caiu próxima do chão, perdendo 25% de seu valor num único dia.(28)

Com esse golpe fatal, Suharto se entregou. "Alguém pode me encontrar um economista que explique o que está acontecendo?", pleiteou o ministro das Relações Exteriores da Indonésia.(29) Suharto encontrou esse economista; na realidade, ele achou vários. Para garantir que as negociações com o FMI abrandariam no final, trouxe de volta a Máfia de Berkeley, que, depois de ter desempenhado um papel central nos primeiros tempos de seu regime, havia perdido influência sobre o general envelhecido. Depois de anos de ostracismo político, eles estavam de novo no comando, tendo à frente Widjojo Nitisastro, agora com setenta anos e conhecido na Indonésia como "o decano da Máfia de Berkeley". Como explicou Mohammad Sadli, um antigo ministro de Suharto, "quando as coisas estão bem, Widjojo e os economistas são colocados num canto obscuro e o presidente Suharto fica com seus amigos mais íntimos. O grupo dos tecnocratas vive seus melhores dias em tempos de crise. Suharto os escuta com atenção e manda os outros ministros calarem a boca".(30) As conversas com o FMI agora tinham adquirido um tom mais elevado, "semelhante a discussões intelectuais. Sem pressões de nenhum dos lados", definiu um dos membros da equipe de Widjojo. Naturalmente, o FMI conseguiu quase tudo que pediu — 140 "ajustes" no total.(31)

A Revelação

No tocante ao FMI, a crise andava muito bem. Em menos de um ano, havia sido negociado o equivalente econômico de uma reforma completa na Tailândia, na Indonésia, na Coreia do Sul e nas Filipinas.(32) Finalmente, havia chegado o ponto culminante da transformação: a Revelação, o momento em que o tema, tratado com todo o cuidado e aprumo, é desvelado para o público aterrorizado — nesse caso, os mercados globais de ações e de moedas. Se as coisas estivessem a bom termo, quando o FMI levantasse as cortinas sobre suas novas criações, o dinheiro quente que havia saído da Ásia no ano anterior teria voltado às pressas, para comprar os títulos, ações e moedas irresistíveis dos Tigres Asiáticos. No entanto, uma outra coisa aconteceu: o mercado entrou em pânico. O raciocínio foi mais ou menos o seguinte: se o fundo achou que os Tigres estavam assim tão desarticulados, a ponto de precisarem recomeçar do zero, então a Ásia estaria numa situação muito mais grave do que qualquer um pudesse temer.

Os agentes financeiros, então, em vez de voltar correndo, responderam à grande Revelação do FMI com a retirada de mais dinheiro da região e com o

ataque às moedas locais. A Coreia perdia cerca de um bilhão de dólares por dia e sua dívida foi reclassificada para baixo, para o status de papéis ordinários. A “ajuda” do FMI tinha transformado a crise em catástrofe. Ou, como disse Jeffrey Sachs, agora em guerra aberta contra as instituições financeiras internacionais, “em vez de apagar o incêndio, o FMI gritou ‘fogo’ dentro do cinema”.(33)

Os custos humanos do oportunismo do FMI foram quase tão devastadores na Ásia quanto na Rússia. A Organização Internacional do Trabalho estimou que 24 milhões de pessoas perderam seus empregos nesse período e que a taxa de desemprego na Indonésia aumentou de 4% para 12%. Na Tailândia, cerca de dois mil postos de trabalho foram perdidos por dia no auge das “reformas” — sessenta mil por mês. Na Coreia do Sul, trezentos mil trabalhadores foram demitidos todos os meses — em grande medida, como resultado das exigências totalmente desnecessárias do FMI de cortar gastos públicos e elevar as taxas de juros. Em 1999, os níveis de desemprego na Coreia do Sul e na Indonésia tinham praticamente triplicado, em apenas dois anos. Como na América Latina na década de 1970, o que desapareceu naquela região da Ásia foi o aspecto mais marcante de seu “milagre” econômico: a grande e crescente classe média. Em 1996, cerca de 63,7% dos coreanos eram considerados de classe média; em 1999, esse número tinha caído para 38,4%. De acordo com o Banco Mundial, vinte milhões de asiáticos foram jogados na pobreza nesse período que Rodolfo Walsh teria chamado de “miséria planejada”.(34)

Por trás de cada estatística jazia uma história de sacrifício brutal e decisões aviltantes. Como sempre acontece, as mulheres e crianças passaram os piores sofrimentos da crise. Inúmeras famílias rurais das Filipinas e da Coreia do Sul venderam suas filhas para traficantes de seres humanos, que as levaram para trabalhar no comércio do sexo, na Austrália, Europa e América do Norte. Na Tailândia, os funcionários públicos do setor de saúde relataram um aumento de 20% na prostituição infantil em apenas um ano — o ano seguinte às reformas do FMI. As Filipinas seguiram essa mesma tendência. “Somente os ricos se beneficiam desse crescimento rápido, os pobres pagam o preço da crise”, disse Khun Bunjan, uma líder comunitária do nordeste tailandês, forçada a vender seus filhos para trabalharem como garis depois que seu marido perdeu o emprego na fábrica. “Até mesmo nosso acesso limitado à educação e [serviços de] saúde está começando a desaparecer.”(35)

Foi nesse contexto que a secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, visitou a Tailândia, em 1999, e viu com seus próprios olhos a população tailandesa caindo na prostituição e na “morte por drogas”. Movida pela resolução moral, Albright declarou que “é essencial que as meninas não sejam exploradas, abusadas e expostas à aids. É fundamental lutar contra isso”.

Aparentemente, ela não estabeleceu nenhuma conexão entre o fato de que tantas meninas tailandesas eram forçadas a entrar no comércio do sexo e as políticas de austeridade pelas quais demonstrou “total apoio”. Tal comportamento em relação à crise financeira da Ásia era idêntico ao de Milton Friedman, ao expressar seu descontentamento frente à violação de direitos humanos praticada por Pinochet ou Deng Xiaoping e, ao mesmo tempo, rasgar elogios à adesão de ambos à terapia de choque econômico.(36)

Alimentando as ruínas

Em geral, a história da crise da Ásia termina aí — o FMI tentou ajudar, mas não funcionou. Até mesmo a auditoria interna da instituição tirou essa conclusão. O Escritório Independente de Avaliação do fundo concluiu que as exigências do ajuste estrutural foram “mal aconselhadas” e “mais amplas do que parecia necessário”, assim como “insuficientes para resolver a crise”. Também advertiu que “as crises não deveriam ser utilizadas como oportunidades para introduzir uma vasta agenda de reformas, apenas porque a alavanca é forte, sem levar em conta os méritos de sua aplicação”.[55] Uma seção particularmente vigorosa do relatório interno acusou o fundo de estar tão obcecado pela ideologia do livre mercado, que a ideia de controles sobre o capital se tornara institucionalmente inimaginável. “Se era uma heresia sugerir que os mercados financeiros não estavam distribuindo o capital mundial de modo racional e estável, seria um pecado mortal contemplar” os controles sobre o capital.(37)

O que poucos desejavam admitir, naquela época, era que o FMI havia falhado ao tentar ajudar os povos da Ásia, mas não havia decepcionado Wall Street — muito pelo contrário. O dinheiro quente pode ter desaparecido diante das drásticas medidas do FMI, mas as grandes empresas de investimento e as companhias multinacionais foram muito incentivadas. “É claro que esses mercados são bastante voláteis”, declarou Jerome Booth, diretor de pesquisa da firma londrina Ashmore Investment Management. “É isso que os torna tão divertidos.”(38) Esses investidores que procuravam diversão compreenderam que, como resultado dos “ajustes” do FMI, quase tudo estava à venda na Ásia — e quanto mais o mercado estivesse em pânico, mais companhias asiáticas desesperadas seriam ofertadas, jogando seus preços no chão. Jay Pelosky, do Morgan Stanley, afirmou que a Ásia precisava “de mais notícias ruins, a fim de aumentar a pressão sobre os grupos econômicos para que vendam suas empresas” — e foi exatamente isso que aconteceu, graças ao FMI.

Se o FMI planejou o aprofundamento da crise da Ásia ou apenas permaneceu imprudentemente alheio ao caso é assunto que ainda se encontra em debate. Talvez a interpretação mais caridosa seja a de que o fundo sabia que não perderia: se os seus ajustes inflassem outra bolha nos mercados de ações emergentes, seria uma dádiva; se provocassem mais fuga de capital, seria ótimo para os abutres capitalistas. De qualquer maneira, o FMI estava suficientemente confortável com a possibilidade da desintegração completa para querer jogar os dados. Agora está claro quem ganhou a aposta.

Dois meses depois que o FMI fechou seu acordo final com a Coreia do Sul, o *Wall Street Journal* publicou um artigo com o título “Wall Street Scavenging in Asia-Pacific” [Wall Street Escarafunchando a Ásia do Pacífico]. Nele foi noticiado que a firma de Pelosky, assim como muitas outras agências financeiras proeminentes, “despachou um exército de banqueiros para a Ásia do Pacífico a fim de pesquisar corretoras, administradoras de negócios e bancos que elas pudessem abocanhar a preços de barganha. A caçada a aquisições asiáticas é urgente porque muitas sociedades anônimas dos Estados Unidos, conduzidas pela Merrill Lynch & Co. e pelo Morgan Stanley, transformaram a expansão no ultramar em sua prioridade”.[(39)] Em pouco tempo, grandes vendas foram realizadas: a Merrill Lynch comprou a japonesa Yamaichi Securities, assim como algumas das maiores sociedades anônimas da Tailândia, enquanto a AIG comprou a Bangkok Investment por uma fração de seu valor. A JP Morgan adquiriu uma participação na Kia Motors, enquanto o Grupo Travelers e a Salomon Smith Barney compraram uma das empresas têxteis mais importantes da Coreia e também outras firmas menores. Curiosamente, o dirigente da divisão internacional da Salomon Smith Barney, que estava fornecendo consultoria sobre fusões e aquisições para a empresa nesse período, era Donald Rumsfeld (designado para o cargo em maio de 1999). Dick Cheney também estava no conselho. Outro vencedor foi o Grupo Carlyle, a firma reservada, com sede em Washington, conhecida como pista de aterrissagem preferida de ex-presidentes e ministros, do antigo secretário de Estado James Baker ao ex-primeiro-ministro britânico John Major, e a Bush pai, que serviu como consultor. Carlyle usou seus contatos de alto nível para abocanhar a divisão de telecomunicações da Daewoo, chamada Ssangyong Information and Communication (uma das maiores empresas coreanas de alta tecnologia), e se tornou o principal acionista de um dos bancos mais poderosos do país.[(40)]

Jeffrey Garten, ex-subsecretário de Comércio dos Estados Unidos, chegou a prever que, quando o FMI tivesse terminado, “haveria uma Ásia significativamente diferente, e seria uma Ásia na qual as empresas estadunidenses teriam alcançado uma penetração muito mais profunda, um

acesso muito maior".[41] Ele não estava brincando. Em dois anos, grande parte da Ásia havia sido inteiramente transformada, e muitas marcas locais tinham sido substituídas pelas gigantes multinacionais. Esse movimento foi apelidado, pelo *New York Times*, de "a maior liquidação de negócios do mundo" e, pela revista *Business Week*, de "bazar de compra de negócios".[42] Na verdade, era uma prévia do capitalismo de desastre, que se tornaria a norma do mercado após o 11 de Setembro: uma terrível tragédia explorada com o intuito de permitir que firmas estrangeiras se apoderassem da Ásia. Elas não estavam lá para construir seus próprios empreendimentos e competir, mas para se apoderar do aparato produtivo completo, da força de trabalho, da clientela e das marcas de valor consolidadas ao longo de décadas pelas companhias coreanas; na maior parte das vezes, para separá-las, reduzi-las ou fechá-las definitivamente, de modo a eliminar a competição às suas importações.

A gigante coreana Samsung, por exemplo, foi desmembrada e vendida aos pedaços: a Volvo comprou sua divisão de indústria pesada, a SC Johnson & Son pegou seu braço farmacêutico e a General Electric ficou com a divisão de iluminação. Alguns anos depois, a possante montadora de automóveis Daewoo, que tinha sido avaliada em seis bilhões de dólares, foi vendida para a General Motors por apenas quatrocentos milhões de dólares — um roubo digno da terapia de choque russa. Dessa vez, contudo, ao contrário do que havia acontecido na Rússia, as firmas locais estavam sendo eliminadas pelas multinacionais.[43]

Outros pesos pesados que também adquiriram um pedaço da triste liquidação da Ásia foram Seagram's, Hewlett-Packard, Nestlé, Interbrew & Novartis, Carrefour, Tesco e Ericsson. A Coca-Cola comprou uma engarrafadora coreana por meio bilhão de dólares; a Procter & Gamble adquiriu uma empacotadora coreana; a Nissan ficou com uma das maiores montadoras de automóveis da Indonésia. A General Electric estabeleceu o controle acionário sobre a fabricante de refrigeradores LG, da Coreia; e a britânica Powergen capturou a divisão de energia da LG, uma companhia coreana de gás e eletricidade. De acordo com a *Business Week*, o príncipe saudita Alwaleed bin Talal estava "sobrevoando a Ásia em seu Boeing 727 creme, colecionando barganhas" — inclusive ações da Daewoo.[44]

Convenientemente, o Morgan Stanley, que fazia os apelos mais sonantes para o aprofundamento da crise, inseriu-se em grande parte desses negócios, obtendo enormes comissões. Atuou como conselheiro da Daewoo na venda de sua divisão automotiva e na corretagem da privatização de diversos bancos sul-coreanos.[45]

Não eram apenas as empresas privadas asiáticas que estavam sendo vendidas para os estrangeiros. De modo simultâneo às crises anteriores da América Latina e do Leste Europeu, essa também forçou os governos a vender ativos públicos para levantar o capital desesperadamente necessário. O governo dos Estados Unidos, ansiosamente, antecipou esse efeito. Ao ser indagada por que o Congresso deveria autorizar bilhões de dólares ao FMI para a reforma da Ásia, a representante comercial dos Estados Unidos Charlene Barshefsky deu garantias de que os acordos "criariam novas oportunidades de negócio para firmas estadunidenses": a Ásia seria obrigada a "acelerar a privatização de certos setores fundamentais como energia, transportes, serviços públicos e comunicações".(46)

Sem dúvida, a crise provocou uma onda de privatizações e as multinacionais estrangeiras limparam tudo. A Bechtel pegou o contrato para privatizar o sistema de água e esgoto em Manila oriental e também para construir uma refinaria de petróleo em Sulawesi, Indonésia. A Motorola garantiu o controle total da coreana Appeal Telecom. A gigante da energia sediada em Nova York, Sithe, adquiriu grande participação na companhia pública de gás da Tailândia, a Cogeneration. Os sistemas de água da Indonésia foram repartidos entre a britânica Thames Water e a francesa Lyonnaise des Eaux. A canadense Westcoast Energy assegurou um grande projeto para instalação de uma usina de energia. A British Telecom comprou uma parte considerável dos serviços de correios da Malásia e da Coreia. A Bell Canada ficou com uma fatia da coreana de telecomunicações Hansol.(47)

Ao todo, em apenas vinte meses, ocorreram 186 fusões e aquisições de vulto pelas multinacionais estrangeiras nas firmas da Indonésia, Tailândia, Coreia do Sul, Malásia e Filipinas. Ao observar os desdobramentos desse processo, Robert Wade, economista da London School of Economics, e Frank Veneroso, economista consultor, previram que o programa do FMI "pode precipitar a maior transferência de bens de proprietários nativos para estrangeiros, em tempos de paz, dos últimos cinquenta anos".(48)

O FMI, embora admitisse alguns erros em suas atitudes iniciais diante da crise, alegou que rapidamente os corrigiu e que os programas de "estabilização" foram bem-sucedidos. É verdade que os mercados asiáticos eventualmente se acalmaram, mas a um custo tremendo e persistente. Milton Friedman, no auge da crise, aconselhou prudência contra o pânico, insistindo que "isso vai passar (...) Assim que essa confusão financeira estiver superada, veremos o retorno do crescimento na Ásia, mas se isso vai acontecer em um, dois ou três anos, ninguém pode prever".(49)

A verdade é que, uma década depois, a crise da Ásia ainda não foi vencida. Quando 24 milhões de pessoas perdem seus empregos num período de dois anos, um novo desespero se instala, muito difícil de ser absorvido em qualquer cultura. Ele se expressa de formas distintas por toda a região, desde o crescimento significativo do extremismo religioso, na Indonésia e na Tailândia, ao aumento explosivo da exploração sexual infantil.

As taxas de emprego ainda não alcançaram os níveis anteriores a 1997 na Indonésia, na Malásia e na Coreia do Sul. E não apenas porque os trabalhadores que perderam seus postos durante a crise nunca mais os recuperaram. As demissões continuaram, com os novos proprietários estrangeiros exigindo lucros cada vez maiores para seus investimentos. Os suicídios também prosseguiram: na Coreia do Sul, o suicídio se tornou a quarta causa mais comum de morte, mais do que o dobro da taxa anterior à crise, com cerca de 38 pessoas tirando as próprias vidas todos os dias.[50]

Essa é a história não contada das políticas que o FMI chama de "programas de estabilização", como se os países fossem navios lançados nas águas do mercado. Eventualmente, eles se estabilizam, mas esse novo equilíbrio é alcançado com a precipitação de milhões de pessoas ao mar: funcionários públicos, pequenos empresários, agricultores de subsistência, sindicalistas. O segredo medonho da "estabilização" é que a grande maioria não consegue voltar a bordo. Ela termina nas favelas, que agora representam o abrigo de um bilhão de pessoas; ela termina nos bordéis e nos contêineres de navios de carga. Trata-se dos deserdados, daqueles que foram descritos pelo poeta Rainer Maria Rilke como "os que não têm nem passado nem futuro".[51]

Essas pessoas não foram as únicas vítimas das exigências do FMI de uma ortodoxia perfeita na Ásia. Na Indonésia, o sentimento antichinês que testemunhei no verão de 1997 continuou a crescer, alimentado por uma classe política desejosa de desviar a atenção de si mesma. E se tornou ainda mais grave depois que Suharto aumentou o preço de itens básicos de sobrevivência. Distúrbios pipocaram por todo o país e muitos deles alvejaram a minoria chinesa; aproximadamente 1.200 pessoas foram mortas, e dezenas de mulheres chinesas foram estupradas por gangues.[52] Essas também deveriam ser contadas entre as vítimas da ideologia da Escola de Chicago.

Finalmente, o ódio na Indonésia acabou se voltando contra Suharto e o palácio presidencial. Durante três décadas, o povo indonésio foi mantido mais ou menos na linha, pela lembrança do banho de sangue que levou Suharto ao poder, uma recordação que era periodicamente trazida pelos massacres nas províncias e

no Timor Leste. O ódio contra Suharto ardeu debaixo da superfície o tempo todo, mas foi o FMI que jogou gasolina sobre ele — e fez isso, ironicamente, ao exigir a elevação do preço da gasolina. Depois disso, a Indonésia se rebelou e tirou Suharto do poder.

Como um interrogador de prisioneiros, o FMI usou a dor extrema da crise para dobrar a determinação dos Tigres Asiáticos e reduzi-los à total aquiescência. Os manuais de interrogatório da CIA, no entanto, advertem que esse processo pode ir longe demais — ao aplicar uma dor direta excessiva, em vez de provocar regressão e condescendência, o interrogador pode se deparar com rebeldia e confiança. Na Indonésia, essa fronteira foi ultrapassada e permitiu observar que é possível levar a terapia de choque bem longe, provocando uma espécie de reviravolta que iria se tornar comum, da Bolívia ao Iraque.

Os cruzados do livre mercado, porém, demoram a aprender quando se trata das consequências indesejáveis de suas políticas. A única lição tirada da liquidação astronomicamente lucrativa da Ásia parece ter sido uma adesão ainda mais firme à doutrina do choque, uma demonstração ainda mais clara (se é que era preciso) de que não há nada melhor do que um verdadeiro desastre, um atordoamento genuíno da sociedade, para abrir uma nova fronteira. Alguns anos depois do ápice da crise, diversos comentaristas ilustres pareciam desejosos de ir ainda mais longe, ao dizer que havia acontecido na Ásia uma bênção disfarçada, apesar de toda a devastação. A *Economist* observou que “foi necessária uma crise nacional para que a Coreia do Sul deixasse de ser um país voltado para dentro e se tornasse acolhedor do capital estrangeiro, da mudança e da competição”. E Thomas Friedman, em seu best-seller *O lexus e a oliveira*, declarou que os acontecimentos da Ásia não caracterizaram uma crise, de jeito nenhum. “Acredito que a globalização fez um grande favor a todos nós, colocando abaixo as economias de Tailândia, Coreia, Malásia, Indonésia, México, Rússia e Brasil, nos anos 1990, porque isso descartou um monte de práticas e instituições podres”, escreveu, acrescentando que “no meu livro, o desmascaramento do capitalismo de patota da Coreia jamais foi tratado como crise”.[53] Em suas colunas de apoio à invasão do Iraque, no *New York Times*, uma lógica semelhante pode ser encontrada, com exceção do fato de que a desintegração seria realizada mediante o uso de mísseis, e não do comércio de moedas.

A crise da Ásia, sem dúvida, mostrou bem como a exploração do desastre funcionou. Ao mesmo tempo, a destrutividade da quebra do mercado e o cinismo da posição do Ocidente provocaram reações contrárias poderosas.

As forças do capital multinacional encontraram seu caminho na Ásia, mas deram início a novos níveis de revolta popular, cuja fúria eventualmente se dirigiu, de forma direta, às instituições que preconizaram a ideologia do capitalismo desregulado. Como foi observado num editorial surpreendentemente equilibrado do *Financial Times*, a Ásia deu um "sinal de advertência de que o desconforto da população com o capitalismo e as forças da globalização está chegando a um patamar preocupante. A crise asiática mostrou ao mundo que mesmo os países mais bem-sucedidos podiam cair de joelhos, por conta da fuga momentânea de capitais. As pessoas se sentiram ultrajadas com o fato de que as extravagâncias dos fundos de salvaguarda[56] dissimulados podiam, aparentemente, causar o empobrecimento em massa do outro lado do mundo".(54)

Ao contrário do que se passou na antiga União Soviética, onde a miséria planejada foi anunciada como parte da "transição dolorosa" do comunismo para a democracia de mercado, a crise da Ásia foi criação integral dos mercados globais. Mesmo assim, quando os cardeais da globalização mandaram missões para a zona do desastre, tudo o que eles queriam era aprofundar a dor.

A consequência foi que essas missões perderam o anonimato confortável que desfrutavam anteriormente. O representante do FMI Stanley Fischer lembrou da "atmosfera circense" em torno do hotel Seoul Hilton, quando visitou a Coreia do Sul, no início das negociações. "Fiquei aprisionado em meu quarto de hotel — não podia sair porque [se] abrisse a porta, lá estariam dez mil fotógrafos." De acordo com outro relato, no intuito de alcançar o salão de banquetes, onde as negociações estavam acontecendo, alguns membros do FMI foram forçados a "fazer um desvio de rota pela entrada dos fundos, que envolvia subir e descer escadas e passar por dentro da imensa cozinha do Hilton".(55) Na época, os funcionários do fundo não estavam acostumados com toda aquela atenção. Nos anos seguintes, a experiência de se tornarem prisioneiros em hotéis cinco estrelas e centros de conferências seria corriqueira para os emissários do Consenso de Washington, na medida em que os protestos de massa começaram a acompanhar suas reuniões em todo o mundo.

Após 1998, ficou cada vez mais difícil a imposição das reformas no estilo da terapia de choque por meios pacíficos — ou seja, com a usual intimidação do FMI e as quedas de braço nas cúpulas de comércio. O novo estado de espírito rebelde que vinha do Sul fez sua estreia quando a rodada da Organização Mundial do Comércio fracassou em Seattle, em 1999. Embora os manifestantes com idade universitária tenham recebido a maior atenção da mídia, a verdadeira rebelião aconteceu dentro do centro de conferências, onde os países em desenvolvimento formaram um bloco de votantes e rejeitaram as exigências de

concessões comerciais ainda maiores enquanto a Europa e os Estados Unidos continuassem a proteger e subsidiar suas indústrias domésticas.

Na época, ainda era possível desprezar o fracasso de Seattle como uma pequena pausa no avanço firme do corporatismo. Em poucos anos, todavia, a profundidade da mudança tornou-se inegável: o sonho ambicioso do governo dos Estados Unidos de criar uma zona de livre-comércio englobando toda a Ásia do Pacífico foi abandonado, assim como um tratado global de investidores e os planos de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), se esticando do Alasca ao Chile.

Talvez o impacto mais grandioso do assim chamado movimento antiglobalização tenha sido o de forçar a ideologia da Escola de Chicago a ficar em ponto morto no debate internacional. Por um breve momento, na virada do milênio, não havia nenhuma crise séria para chamar a atenção — os choques das dívidas tinham fenecido, as "transições" estavam completas, e uma nova guerra global ainda não havia começado. O que restava era a verdadeira marca registrada da cruzada do livre mercado: a realidade inapelável de desigualdade, corrupção e degradação ambiental deixada para trás porque um governo após o outro resolvera aceitar o conselho dado por Friedman a Pinochet, muitos anos antes, de que era um erro tentar "fazer o bem com o dinheiro dos outros".

Em retrospectiva, é impressionante que o período de monopólio do capitalismo, em que não havia mais ideias competitivas ou contrapoderes a enfrentar, tenha sido assim tão breve — apenas oito anos, entre o colapso da União Soviética, em 1991, e o fracasso da rodada da Organização Mundial do Comércio, em 1999. No entanto, o surgimento da oposição não reduziria a determinação de levar adiante essa agenda extraordinariamente lucrativa; seus defensores simplesmente pegariam a onda do medo e da desorientação criada pelos choques mais severos até então existentes.

NOTAS DO CAPÍTULO 13

(1) Anita Raghavan, “Wall Street Is Scavenging in Asia-Pacific”, *Wall Street Journal*, 10 de fevereiro de 1998.

(2) R. William Liddle, “Year One of the Yudhoyono-Kalla Duumvirate”, *Bulletin of Indonesian Economic Studies* 41, nº 3 (dezembro de 2005): 337.

(3) “The Weakest Link”, *The Economist*, 8 de fevereiro de 2003.

(4) Irma Adelman, “Lessons from Korea”, em *The New Russia: Transition Gone Awry*, eds. Lawrence R. Klein e Marshall Pomer (Stanford, California: Stanford University Press, 2001), 129.

(5) David McNally, “Globalization on Trial”, *Monthly Review*, setembro de 1998.

(6) “Apec Highlights Social Impact of Asian Financial Crisis”, agência de notícias Bernama, 25 de maio de 1998.

(7) Hur Nam-Il, “Gold Rush (...) Korean Style”, *Business Korea*, março de 1998; “Selling Pressure Mounts on Korean Won — Report”, *Korea Herald* (Seul), 12 de maio de 1998.

(8) “Elderly Suicide Rate on the Increase”, *Korea Herald* (Seul), 27 de outubro de 1999; “Economic Woes Driving More to Suicide”, *Korea Times* (Seul), 23 de abril de 1998.

(9) A crise estourou em 1994, mas o empréstimo só chegou no começo de 1995.

(10) “Milton Friedman Discusses the IMF”, *CNN Moneyline with Lou Dobbs*, 22 de janeiro de 1998; George P. Shultz, William E. Simon e Walter B. Wriston, “Who Needs the IMF”, *Wall Street Journal* 3 de fevereiro de 1998.

(11) Milken Institute, “Global Overview”, *Global Conference 1998*, Los Angeles, 12 de março de 1998, www.milkeninstitute.org.

(12) Bill Clinton, “Joint Press Conference with Prime Minister Chrétien”, 23 de novembro de 1997, www.clintonfoundation.org.

(13) Milken Institute, “Global Overview”.

(14) José Piñera, “The ‘Third Way’ Keeps Countries in the Third World”, elaborado para a 16ª Conferência Monetária Anual do Instituto Cato, copatrocinada por *The Economist*, Washington, DC, 22 de outubro de 1998; José Piñera, “The Fall of a Second Berlin Wall”, 22 de outubro de 1998, www.josepinera.com.

(15) “U.S. Senate Committee on Foreign Relations Holds Hearing on the Role of the IMF in the Asian Financial Crisis”, 12 de fevereiro de 1998; “Text — Greenspan’s Speech to New York Economic Club”, Reuters News, 3 de dezembro de 1997.

(16) M. Perez e S. Tobarra, “Los países asiáticos tendrán que aceptar cierta flexibilidad que no era necesaria hasta ahora”, *El País International Edition* (Madri), 8 de dezembro de 1997; “IMF Chief Calls for Abandon of ‘Asian Model’”, Agência France-Press, 1º de dezembro de 1997.

(17) Entrevista com Mahathir Mohamad realizada em 2 de julho de 2001, para a série de televisão *Commanding Heights: The Battle for the World Economy*, www.pbs.org.

(18) Entrevista com Stanley Fischer realizada em 9 de maio de 2001, para a série de televisão *Commanding Heights*, www.pbs.org.

(19) Stephen Grenville, “The IMF and the Indonesian Crisis”, documento de base, Escritório Independente de Avaliação do FMI, maio de 2004, página 8, www.imf.org.

(20) Walden Bello, “The IMF’s Hidden Agenda”, *The Nation* (Bangcoc), 25 de janeiro de 1998.

(21) Fischer, *Commanding Heights*; Joseph Kahn, “I.M.F.’s Hand Often Heavy, a Study Says”, *New York Times*, 21 de outubro de 2000. NOTA DE RODAPÉ: Paul Blustein, *The Chastening: Inside the Crisis That Rocked the Global Financial System and Humbled the IMF* (Nova York: PublicAffairs, 2001), 6-7.

(22) O acordo do FMI com a Coreia do Sul exigiu explicitamente “a suspensão das restrições às dispensas de operários no mercado de trabalho (de modo a garantir aos empresários a permuta de um negócio por outro na atividade industrial)”. Citado em Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett, “Economic Crisis and Restructuring in South Korea: Beyond the Free Market-Statist Debate”, *Critical Asian Studies* 33, nº 3 (2001): 421; Alkman Granitsas e Dan Biers, “Economies: the Next Step: the IMF Has Stopped Asia’s Financial Panic”, *Far Eastern Economic Review*, 23 de abril de 1998; Cindy Shiner, “Economic Crisis Clouds Indonesian’s Reforms”, *Washington Post*, 10 de setembro de 1998.

(23) Soren Ambrose, “South Korean Union Sues the IMF”, *Economic Justice News* 2, nº 4, (janeiro de 2000).

(24) Nicola Bullard, *Taming the Tigers: The IMF and the Asian Crisis* (Londres: Focus on the Global South, 2 de março de 1999), www.focusweb.org; Walden Bello, *A Siamese Tragedy: The Collapse of Democracy in Thailand* (Londres: Focus on the Global South, 29 de setembro de 2006), www.focusweb.org.

(25) Jeffrey Sachs, “Power Unto Itself”, *Financial Times* (Londres), 11 de dezembro de 1997.

(26) Michael Lewis, “The World’s Biggest Going-Out-of-Business Sale”, *New York Times Magazine*, 31 de maio de 1998.

(27) Ian Chalmers, “Tommy’s Toys Trashed”, *Inside Indonesia* 56 (outubro-dezembro de 1998).

(28) Paul Blustein e Sandra Sugawara, “Rescue Plan for Indonesia in Jeopardy”, *Washington Post*, 7 de janeiro de 1998; Grenville, “The IMF and the Indonesian Crisis”, 10.

(29) McNally, “Globalization on Trial”.

(30) “Magic Arts of Jakarta’s ‘Witch-Doctor’”, *Financial Times* (Londres), 3 de novembro de 1997.

(31) Susan Sim, “Jakarta’s Technocrats vs. The Technologists”, *Straits Times* (Cingapura), 30 de

novembro de 1997; Kahn, “I.M.F.’s Hand Often Heavy, a Study Says”.

(32) Fundo Monetário Internacional, *The IMF’s Response to the Asian Crisis*, janeiro de 1999, www.imf.org.

(33) Paul Blustein, “At the IMF, a Struggle Shrouded in Secrecy”, *Washington Post*, 30 de março de 1998; Martin Feldstein, “Refocusing the IMF”, *Foreign Affairs*, março-abril de 1998; Jeffrey Sachs, “The IMF and the Asian Flu”, *American Prospect*, março-abril de 1998.

(34) A Coreia do Sul foi de 2,6% para 7,6%, a Indonésia de 4% para 12%. Padrões similares ocorreram nos outros países. Organização Internacional do Trabalho, “ILO Governing Body to Examine Response to Asia Crisis”, *press release*, 16 de março de 1999; Mary Jordan, “Middle Class Plunging Back to Poverty”, *Washington Post*, 6 de setembro de 1998; McNally, “Globalization on Trial”; Florence Lowe-Lee, “Where Is Korea’s Middle Class?”, *Korea Insight* 2, nº 11 (novembro de 2000): 1; James D. Wolfensohn, “Opening Address by the President of the World Bank Group”, *Summary Proceedings of the Fifty-Third Annual Meeting of the Board of Governors* (Washington, DC: International Monetary Fund, 6-8 de outubro de 1998), 31, www.imf.org.

(35) “Array of Crimes Linked to the Financial Crisis, Meeting Told”, *New Straits Times* (Kuala Lumpur), 1º de junho de 1999; Nussara Sawatsawang, “Prostitution — Alarm Bells Sound Amid Child Sex Rise”, *Bangkok Post*, 24 de dezembro de 1999; Luz Baguioro, “Child Labour Rampant in the Philippines”, *Straits Times* (Cingapura), 12 de fevereiro de 2000; “Asian Financial Crisis Rapidly Creating Human Crisis: World Bank”, Agência France-Press, 29 de setembro de 1998.

(36) Laura Myers, “Albright Offers Thais Used F-16s, Presses Banking Reforms”, Associated Press, 4 de março de 1999.

(37) Escritório Independente de Avaliação do FMI, *The IMF and Recent Capital Account Crises: Indonesia, Korea, Brazil* (Washington, DC: International Monetary Fund, 12 de setembro de 2003): 42-43, www.imf.org; Grenville, “The IMF and the Indonesian Crisis”, 8.

(38) Craig Mellow, “Treacherous Times”, *Institutional Investor International Edition,* maio de 1999.

(39) Raghavan, “Wall Street Is Scavenging in Asia-Pacific”.

(40) Rory McCarthy, “Merrill Lynch Buys Yamaichi Branches, Now Japan’s Biggest Foreign Broker”, Agência France-Press, 12 de fevereiro de 1998; “Phatra Thanakit Announces Partnership with Merrill Lynch”, *press release* de Merrill Lynch, 4 de junho de 1998; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, *World Investment Report 1998: Trends and Determinants* (Nova York: United Nations, 1998): 337; James Xiaoning Zhan e Terutomo Ozawa, *Business Restructuring in Asia: Cross-Border M&As in the Crisis Period* (Copenhague: Copenhagen Business School Press, 2001), 100; “Advisory Board of Salomon”, *Financial Times* (Londres), 18 de maio de 1999; “Korea Ssangyong Sells Info Unit Shares to Carlyle”, Reuters News, 2 de janeiro de 2001; “JP Morgan-Carlyle Consortium to Become Largest Shareholder of KorAm”, *Korea Times* (Seul), 9 de setembro de 2000.

(41) Nicholas D. Kristof, “Worsening Financial Flu in Asia Lowers Immunity to U.S. Business”, *New York Times*, 1º de fevereiro de 1998.

(42) Lewis, “The World’s Biggest Going-Out-of-Business Sale”; Mark L. Clifford, “Invasion of the Bargain Snatchers”, *Business Week*, 2 de março de 1998.

(43) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, *World Investment Report 1998*, 336; Zhan e Ozawa, *Business Restructuring in Asia*, 99; “Chronology-GM Takeover Talks with Daewoo Motor Creditors”, Reuters, 30 de abril de 2002.

(44) Zhan e Ozawa, *Business Restructuring in Asia*, 96-102; Clifford, “Invasion of the Bargain Snatchers”.

(45) Alexandra Harney, “GM Close to Taking 67% Stake in Daewoo for $400M”, *Financial Times* (Londres), 20 de setembro de 2001; Stephanie Strom, “Korea to Sell Control of Banks to U.S. Investors”, *New York Times*, 1º de janeiro de 1999.

(46) Charlene Barshefsky, “Trade Issues with Asian Countries”, testemunho perante o Subcomitê sobre Comércio, do Comitê da Casa sobre Meios e Fins, 24 de fevereiro de 1998.

(47) “International Water — Ayala Consortium Wins Manila Water Privatization Contract”, Business Wire, 23 de janeiro de 1997; “Bechtel Wins Contract to Build Oil Refinery in Indonesia”, agência de notícias Asia Pulse, 22 de setembro de 1999; “Mergers of S. Korean Handset Makers with Foreign Cos on the Rise”, agência de notícias Asia Pulse, 1º de novembro de 2004; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, *World Investment Report 1998*, 337; Zhan e Ozawa, *Business Restructuring in Asia*, 96-99.

(48) Zhan e Ozawa, *Business Restructuring in Asia*, 96-102; Robert Wade e Frank Veneroso, “The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex”, *New Left Review* 228 (março-abril de 1998).

(49) “Milton Friedman Discusses the IMF”, *CNN Moneyline with Lou Dobbs*, 22 de janeiro de 1998.

(50) Em 1995, a taxa de suicídios era de 11,8 por cem mil habitantes; em 2005, chegou a 26,1 por cem mil habitantes, um aumento de 121%. *World Factbook 1997* (Washington, DC: Central Intelligence Agency, 1997); *World Factbook 2007*, www.cia.gov; “S. Korea Has Top Suicide Rate among OECD Countries: Report”, agência de notícias Asia Pulse, 18 de setembro de 2006; “S. Korean Police Confirm Actress Suicide”, Agência France-Press, 12 de fevereiro de 2007.

(51) Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, *2005 Annual Report* (Nairobi: UNHABITAT, 2006), 5-6, www.unchs.org; Rainer Maria Rilke, *Duino Elegies and the Sonnets to Orpheus*, trad. A. Poulin Jr. (Boston: Houghton Mifflin, 1977), 51. [No Brasil, *Sonetos a Orfeu e Elegias de Duíno.* Petrópolis: Vozes, 2006.]

(52) “Indonesia Admits to Rapes during Riots”, *Washington Post*, 22 de dezembro de 1998.

(53) “The Weakest Link”; Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1999), 452-453. [No Brasil, *O lexus e a oliveira.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.]

(54) “The Critics of Capitalism”, *Financial Times* (Londres), 27 de novembro de 1999.

(55) Fischer, *Commanding Heights*; Blustein, *The Chastening*, 6-7.

PARTE 5

TEMPOS CHOCANTES

A ASCENSÃO DO "COMPLEXO DO CAPITALISMO DE DESASTRE"

A destruição criativa é o nosso nome do meio, tanto dentro de nossa sociedade quanto fora. Nós rasgamos a velha ordem todos os dias, dos negócios às ciências, literatura, arte, arquitetura, e do cinema à política e às leis. (...) Eles precisam nos atacar para sobreviver, assim como nós precisamos destruí-los para continuar com nossa missão histórica.
— Michael Ledeen, *The War against the Terror Masters*, 2002

A resposta de George a qualquer problema que acontece no rancho é cortá-lo com a serra — o que, na minha opinião, explica por que ele, Cheney e Rumsfeld se dão tão bem.
— Laura Bush, em jantar com a Associação dos Correspondentes da Casa Branca, 30 de abril de 2005

CAPÍTULO 14

A TERAPIA DE CHOQUE NOS ESTADOS UNIDOS

A BOLHA DA SEGURANÇA DOMÉSTICA

> **Ele é um canalha sem compaixão. Pode ter certeza disso.**
> — Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, referindo-se a Donald Rumsfeld, em 1971[(1)]
>
> **Hoje, temo que estejamos de fato acordando numa sociedade de vigilância, que já está à nossa volta.**
> — Richard Thomas, diretor do departamento de informação do Reino Unido, novembro de 2006[(2)]
>
> **A segurança doméstica pode ter atingido o estágio que o investimento na internet alcançou em 1997. Naquela época, tudo que você precisava fazer era colocar um "e" na frente do nome de sua empresa e sua oferta pública inicial subiria vertiginosamente. Agora, você pode fazer a mesma coisa com "fortaleza".**
> — Daniel Gross, *Slate*, junho de 2005[(3)]

ERA UMA SEGUNDA-FEIRA MORMACENTA EM WASHINGTON, e Donald Rumsfeld estava prestes a fazer uma coisa que detestava: conversar com seus assistentes. Desde que assumira o cargo de secretário de Defesa, ele solidificou sua reputação, entre os chefes de equipe, como mão de ferro, dissimulado e — uma palavra que insistiu em aparecer — arrogante. A animosidade deles era compreensível. Desde que colocou os pés no Pentágono, Rumsfeld deixou de lado o papel recomendado de líder e motivador e passou a agir mais como um homem beligerante e sem coração — um secretário com perfil de executivo em missão de redução de gastos.

Quando Rumsfeld aceitou o cargo, muitos se perguntaram por que iria desejá-lo. Ele tinha 68 anos de idade, cinco netos e uma fortuna pessoal estimada em 250 milhões de dólares — e já havia ocupado o mesmo posto na

administração de Gerald Ford.[4] No entanto, Rumsfeld não pretendia ser um secretário de Defesa tradicional, caracterizado pelas guerras empreendidas sob seu comando; suas ambições eram muito maiores.

O futuro secretário de Defesa tinha passado os últimos vinte e tantos anos dirigindo corporações multinacionais e compondo seus conselhos administrativos, muitas vezes levando-as a fusões e aquisições dramáticas, assim como a reestruturações dolorosas. Na década de 1990, ele passou a ser visto como o homem da Nova Economia, comandando uma empresa especializada em TV digital, tomando assento no conselho de outra promissora "solução de *e-business*" e servindo como consultor da firma de biotecnologia que detinha a patente exclusiva do tratamento para a gripe aviária e também de vários outros medicamentos importantes contra a aids.[5] Quando Rumsfeld se juntou ao gabinete de George W. Bush, em 2001, foi com a missão pessoal de reinventar a guerra para o século XXI — tornando-a mais psicológica do que física, mais espetáculo do que luta, e muito mais lucrativa do que jamais havia sido até então.

Muitas coisas foram escritas sobre o controvertido projeto de "transformação" de Rumsfeld, que chegou a levar oito generais reformados a pedirem a sua renúncia e finalmente forçarem a sua saída, depois das eleições parlamentares de 2006. Quando Bush anunciou a renúncia, descreveu o projeto de "transformação radical" — e não a guerra do Iraque ou a mais ampla "Guerra ao Terror" — como a mais profunda contribuição de Rumsfeld: "O trabalho de Don nessas áreas nem sempre ganhou as manchetes. Mas as reformas que foram iniciadas — que ele iniciou — são históricas."[6] São mesmo, embora jamais tenha ficado claro o verdadeiro teor dessas reformas.

Oficiais militares veteranos ridicularizaram a "transformação" como um "mero burburinho vazio", e Rumsfeld sempre pareceu determinado (quase comicamente) a dar razão a seus críticos: "O Exército está passando por uma modernização completa", disse ele, em abril de 2006. "Está deixando de ser uma força distribuída em divisões para se tornar uma força modulada em brigadas de combate (...) de fornecimentos centralizados de material bélico para a descentralização, interoperacionalização e interdependência. Isso é uma coisa difícil de fazer."[7] O projeto, contudo, jamais foi assim tão complicado quanto Rumsfeld fez parecer. Por debaixo do jargão, tratava-se apenas de tentar introduzir nas forças armadas dos Estados Unidos a revolução da terceirização e das marcas, da qual ele fizera parte no mundo corporativo.

Na década de 1990, muitas companhias que tradicionalmente fabricavam os seus próprios produtos e mantinham grandes equipes de mão de obra estável adotaram o que ficou conhecido como o modelo da Nike: não seja dono de

nenhuma fábrica, fabrique seus bens por meio de uma rede intricada de contratantes e subcontratantes e gaste seu dinheiro em projetos de design e marketing. Outras empresas optaram pela alternativa, isto é, pelo modelo da Microsoft: manutenção de um controle central rígido por parte de empregados/acionistas que trabalham no "núcleo de competência" da firma e terceirização de todo o resto com trabalhadores temporários, desde despachar a correspondência até escrever o código. Essas companhias foram apelidadas de "corporações ocas", porque são principalmente forma, com um pequeno conteúdo tangível.

Rumsfeld estava convencido de que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos precisava de uma transformação equivalente; como publicou a revista *Fortune*, quando ele chegou ao Pentágono, "O sr. CEO" estava "prestes a supervisionar o mesmo tipo de reestruturação que havia orquestrado tão bem no mundo corporativo".(8) Havia, sem dúvida, algumas diferenças que se impunham. Se as corporações se desvencilharam de fábricas geograficamente delimitadas e trabalhadores em tempo integral, Rumsfeld viu o Exército despachando grande número de tropas regulares, em troca de pequenos núcleos de oficiais apoiados por soldados temporários mais baratos, da reserva e da Guarda Nacional. Enquanto isso, fornecedores de companhias como a Blackwater e a Halliburton desempenhariam funções que iam da direção de alto risco até o interrogatório de prisioneiros, alimentação e serviço de saúde para as tropas. Se as corporações deixaram de gastar com mão de obra e passaram a destinar mais recursos a design e marketing, Rumsfeld pensou em utilizar o dinheiro economizado graças à redução do número de tropas e tanques com as últimas novidades em satélites e nanotecnologia oriundas do setor privado. "No século XXI", Rumsfeld falou, a respeito das forças armadas modernas, "teremos de parar de pensar nas coisas, números de coisas e massa, para pensar também, e talvez primeiro, em velocidade, agilidade e precisão". Ele se parecia bastante com o hiperativo consultor de empresas Tom Peters, que declarou, nos anos 1990, que as empresas precisavam decidir se seriam "autênticas armazenadoras de inteligência" ou "meras fornecedoras de mercadorias".(9)

Sem dúvida, os generais acostumados a mandar no Pentágono estavam certos de que "coisas" e "massa" ainda tinham importância na hora de lutar nas guerras. Em pouco tempo, eles se tornaram hostis à visão de Rumsfeld de forças armadas vazias. Após sete meses no cargo, o secretário já havia pisado nos pés de tantos homens poderosos, que correu o boato de que seus dias estavam contados.

Foi nesse momento que Rumsfeld convocou uma reunião extraordinária com a equipe do Pentágono. As especulações logo começaram: será que ele vai anunciar a renúncia? Será que é uma conversa para levantar o moral? Será que

está tentando, tardiamente, atrair a velha guarda para a transformação? Como me disse um funcionário, à medida que centenas de veteranos do Pentágono enchiam o auditório naquela manhã de segunda-feira, “o sentimento era de total curiosidade. O que se pensava era: Como você vai nos convencer? Porque já existia uma grande animosidade contra ele”.

Quando Rumsfeld entrou, “nós nos levantamos educadamente e depois nos sentamos”. Logo ficou claro que não se tratava de uma renúncia, e menos ainda de uma conversa para levantar o moral. Deve ter sido o mais extraordinário discurso jamais feito por um secretário de Defesa dos Estados Unidos. Começou assim:

> *O assunto de hoje é um adversário que faz uma ameaça, uma séria ameaça à segurança dos Estados Unidos da América. Esse adversário é um dos últimos bastiões mundiais do planejamento centralizado. Ele governa por meio de planos quinquenais. A partir de uma única capital, pretende impor suas exigências a inúmeras zonas de tempo, continentes, oceanos e além. Com brutal consistência, sufoca o livre-pensamento e esmaga novas ideias. Dilacera o sistema de defesa dos Estados Unidos e deixa as vidas de homens e mulheres de uniforme em perigo.*
>
> *Esse adversário talvez se pareça com a antiga União Soviética, mas aquele inimigo já se foi: hoje, nossos antagonistas são mais sutis e implacáveis. (...) Esse adversário está mais perto de casa. É a burocracia do Pentágono.*[10]

Conforme o truque retórico de Rumsfeld ia se revelando, os rostos da audiência foram ficando impassíveis. Muitos daqueles indivíduos ali sentados dedicaram suas carreiras a lutar contra a União Soviética e não gostaram de ser comparados aos comunistas naquela altura do campeonato. Rumsfeld não havia terminado. “Nós conhecemos o adversário. Nós conhecemos a ameaça. E, com a mesma firmeza de propósitos exigida para enfrentar um determinado inimigo, devemos defrontá-la... Hoje, nós declaramos guerra à burocracia.”

Ele realmente tinha feito aquilo: o secretário de Defesa não só descreveu o Pentágono como uma grave ameaça aos Estados Unidos, como declarou guerra contra a instituição em que trabalhava. A audiência ficou estupefata. Como me contou um funcionário: “Ele estava dizendo que éramos os inimigos, que os inimigos éramos nós. E nós pensávamos que estávamos trabalhando para o país.”

Não é que Rumsfeld quisesse poupar o dinheiro dos contribuintes — ele tinha acabado de pedir ao Congresso um aumento de 11% no orçamento. Mas

seguindo os princípios corporatistas da contrarrevolução, na qual o Grande Governo junta forças com os Grandes Negócios, a fim de redistribuir os fundos para cima, ele queria gastar menos com pessoal e transferir muito mais dinheiro público diretamente para os cofres das companhias privadas. E, assim, Rumsfeld deslanchou sua “guerra”. Cada departamento foi obrigado a reduzir seu pessoal em 15%, “inclusive cada base militar no mundo. Isso não é apenas a lei, é uma boa ideia, e vamos implementá-la”.[11]

Ele já havia recomendado aos seus assistentes superiores que “fizessem um levantamento, no Departamento [de Defesa], das funções que poderiam ser mais bem desempenhadas, e a custos menores, por meio de terceirização”. Ele queria saber “por que o Departamento de Defesa é uma das últimas organizações que ainda faz tudo por conta própria? Por que somos donos e operamos tantos depósitos próprios, se existe uma indústria completa para fazer isso com eficiência? Nas bases, em todo o mundo, por que recolhemos nosso lixo e limpamos nosso chão, em vez de contratar o serviço de fora, como muitas empresas fazem? E ainda podemos terceirizar mais suporte para os sistemas de computadores”.

Rumsfeld também foi atrás da vaca sagrada das forças armadas: o serviço de saúde para os soldados. Por que havia tantos médicos? Ele queria saber. “Algumas dessas necessidades, principalmente as que envolvem clínica geral e especialidades que não têm relação com os combates, podem ser mais eficientemente atendidas pelo setor privado.” E quanto às casas para os soldados e suas famílias — sem dúvida, elas poderiam ser construídas mediante a realização de “parcerias público-privadas”.

O Departamento de Defesa deveria se concentrar em sua competência central: “lutar nas guerras (...) Mas em todos os outros casos nós devemos procurar fornecedores que possam prover as atividades não essenciais, eficiente e efetivamente”.

Depois do discurso, muitos funcionários do Pentágono se queixaram de que a única coisa que se antepunha à visão ousada de Rumsfeld, de terceirizar as forças armadas, era o pequeno detalhe chamado Constituição dos Estados Unidos, que definia claramente a segurança nacional como uma atribuição governamental, e não privada. Minha fonte declarou: “Eu pensei que aquele discurso fosse custar o emprego de Rumsfeld.”

Não custou, e a cobertura de sua declaração de guerra ao Pentágono foi escassa. Isso ocorreu porque a data de sua fala controversa foi 10 de setembro de 2001.

É uma estranha nota de rodapé histórica que o programa de televisão *CNN Evening News*, no dia 10 de setembro, tenha apresentado um pequeno relato sob

o título de “Secretário de Defesa declara guerra à burocracia do Pentágono” e que, na manhã seguinte, a rede tenha reportado um ataque bem menos metafórico à instituição. Nele morreram 125 funcionários da entidade e outros 110 ficaram gravemente feridos, indivíduos que Rumsfeld havia retratado como inimigos do Estado menos de 24 horas antes.[12]

Cheney e Rumsfeld: protocapitalistas do desastre

A ideia no coração do discurso esquecido de Rumsfeld era nada menos do que o dogma central do regime de Bush: a função do governo não é governar, mas subcontratar a tarefa para o setor privado, em geral mais eficiente e superior. Como Rumsfeld deixou claro, essa tarefa era tão prosaica quanto podar o orçamento, mas, para seus defensores, tratava-se de uma cruzada para mudar o mundo, tão importante quanto derrotar o comunismo.

Na época em que o gabinete de Bush tomou posse, a mania de privatização dos anos 1980 e 1990 (integralmente adotada por Clinton e pelos governos estaduais e municipais) tinha sido bem-sucedida na venda ou na terceirização das maiores empresas públicas, em diversos setores, de água e eletricidade a manutenção de estradas e coleta de lixo. Depois que esse patrimônio estatal foi dilapidado, o que restou era “o núcleo” — aquelas funções tão intrinsecamente ligadas ao conceito de governar que a ideia de entregá-las a corporações privadas desafiava a própria noção de Estado-nação: as forças armadas, a polícia, o corpo de bombeiros, a fiscalização de fronteiras, o serviço de inteligência, o controle de doenças, o sistema de escolas públicas e a administração das burocracias governamentais. Os primeiros estágios da privatização tinham sido tão lucrativos, contudo, que muitas empresas que haviam abocanhado os ativos do Estado estavam de olho nessas funções essenciais para transformá-las na próxima fonte do enriquecimento instantâneo.

No final da década de 1990, um gesto poderoso estava pronto para romper os tabus que protegiam esse “núcleo” contra a privatização. O que aconteceu, em muitos sentidos, foi uma mera extensão da lógica do *status quo*. Assim como os campos de petróleo da Rússia, as telecomunicações da América Latina e a indústria da Ásia haviam suprido o mercado de ações com superlucros nos anos 1990, agora seria o próprio governo dos Estados Unidos que desempenharia o papel econômico central — e mais crucial ainda, porque a reação contra a privatização e o livre-comércio estava se alastrando rapidamente no mundo em desenvolvimento, fechando outras vias para esse crescimento.

Foi um gesto que colocou a doutrina do choque numa nova fase de autorreferência: até aquele ponto, desastres e crises tinham ajudado a implantar planos radicais de privatização depois dos acontecimentos. Mas as instituições que tinham poder tanto para criar quanto para reagir a eventos cataclísmicos — forças armadas, CIA, Cruz Vermelha, ONU, “socorros” de emergência — eram os últimos bastiões de controle público. Agora que essas instituições estavam prestes a serem devoradas, os métodos de exploração de crises, que haviam prevalecido nas últimas três décadas, seriam utilizados como alavancas para privatizar a infraestrutura de criação e solução de desastres. A teoria das crises de Friedman estava se tornando pós-moderna.

À frente do impulso para criar aquilo que só pode ser compreendido como um Estado policial privatizado, estavam as figuras mais poderosas do futuro governo Bush: Dick Cheney, Donald Rumsfeld e o próprio George W. Bush.

Para Rumsfeld, a ideia de aplicar a “lógica do mercado” às forças armadas dos Estados Unidos era um projeto que surgira há quatro décadas. Começara no início dos anos 1960, quando ele assistira a vários seminários no departamento de economia da Universidade de Chicago. Ali, ele desenvolveu uma ligação particularmente forte com Milton Friedman. Depois da eleição de Rumsfeld para o Congresso, com apenas trinta anos, Friedman tomou-o sob sua proteção, ajudando-o a elaborar uma ousada plataforma política de livre mercado e ensinando-lhe teoria econômica. Os dois seguiram ligados por muitos anos, e Rumsfeld sempre compareceu à comemoração do aniversário de Friedman, organizada todos os anos pelo presidente da Fundação Heritage, Ed Feulner. Quando seu mentor completou noventa anos, Rumsfeld declarou: “Existe alguma coisa em Friedman que me faz sentir mais inteligente quando estou perto dele e falando com ele.”(13)

A admiração era recíproca. Friedman ficou tão impressionado diante do compromisso de Rumsfeld com os mercados desregulados, que pressionou Reagan, de forma agressiva, a indicar Rumsfeld como seu companheiro de chapa, em lugar de George H.W. Bush, na eleição de 1980 — e jamais perdoou Reagan por desconsiderar seu conselho. Como escreveu em suas memórias: “Acredito que Reagan cometeu um grande erro quando escolheu Bush como seu candidato à vice-presidência; na verdade, acho que foi a pior decisão que tomou, não apenas em sua campanha, mas em sua própria presidência. Meu candidato favorito era Donald Rumsfeld. Se ele tivesse sido escolhido, creio que sucederia a Reagan no cargo de presidente, e o triste período Bush-Clinton jamais teria acontecido.”(14)

Rumsfeld sobreviveu ao fato de ter sido preterido como companheiro de chapa de Reagan atirando-se em sua florescente carreira empresarial. Como

CEO da companhia química e farmacêutica internacional Searle Pharmaceuticals, usou suas ligações políticas para garantir a controvertida e altamente lucrativa aprovação da Food and Drug Administration (FDA) para o aspartame (registrado como NutraSweet); e, quando agenciou o negócio da venda da Searle para a Monsanto, recebeu, pessoalmente, a quantia estimada de doze milhões de dólares.(15)

Essa grande negociação transformou Rumsfeld em agente corporatista poderoso, cedendo-lhe assento nos conselhos de grandes empreendimentos, como Sears e Kellogg's. Nesse meio tempo, seu status de ex-secretário de Defesa tornou-o vantajoso para qualquer empresa integrante daquilo que Eisenhower chamou de "complexo industrial-militar". Rumsfeld tinha assento no conselho da fabricante de aeronaves Gulfstream e também recebia 190 mil dólares por ano como conselheiro da ASEA Brown Boveri (ABB), a gigante suíça de engenharia que ficou involuntariamente famosa pela venda de tecnologia nuclear para a Coreia do Norte, inclusive de capacidade para produzir plutônio. A venda do reator nuclear aconteceu em 2000 e, na época, Rumsfeld era o único norte-americano pertencente ao conselho da ABB. Ele alega não se lembrar da discussão desse assunto entre os conselheiros, embora a companhia insista que "todos os membros do conselho foram informados sobre o projeto".(16)

A firme escalada de Rumsfeld como protocapitalista do desastre começou em 1997, quando ele foi nomeado presidente do conselho da empresa de biotecnologia Gilead Sciences. A companhia tinha registrado a patente do Tamiflu, um tratamento para diversos tipos de gripe e o mais indicado para a gripe aviária.[57] Caso ocorresse uma epidemia desse vírus altamente contagioso (ou mesmo a ameaça de surto), os governos seriam forçados a gastar bilhões de dólares com o medicamento da Gilead Sciences.

O registro de patentes de remédios e vacinas para tratar emergências de saúde pública continua sendo um tema bastante polêmico. Os Estados Unidos têm se mantido imunes a epidemias por muitas décadas, mas, quando o surto de pólio chegou a seu auge, em meados dos anos 1950, a ética da exploração de doenças foi ardorosamente debatida. Com o registro de cerca de sessenta mil casos de poliomielite, e diante dos pais aterrorizados com a possibilidade de seus filhos contraírem a doença mutiladora e, em muitos casos, fatal, a busca pela cura tornou-se frenética. Quando Jonas Salk, cientista da Universidade de Pittsburgh, descobriu e desenvolveu a primeira vacina contra a pólio, em 1952, não patenteou o tratamento salva-vidas. "Não há patente", disse Salk ao locutor de rádio Edward R. Murrow: "Você patentearia o Sol?"(17)

É forçoso dizer que, se fosse possível patentear o Sol, Donald Rumsfeld teria apresentado sua solicitação ao U.S. Patent and Trademark Office, órgão oficial estadunidense encarregado de registrar marcas e patentes. A companhia para a qual trabalhou, Gilead Sciences, que também detém a patente de quatro medicamentos específicos para a aids, gasta um bocado de energia tentando impedir a distribuição de versões genéricas mais baratas dessas drogas salva-vidas no mundo em desenvolvimento. Muitos ativistas da saúde pública a condenam por essas atividades e alegam que alguns desses medicamentos essenciais foram desenvolvidos graças aos recursos pagos pelos contribuintes.[18] A Gilead, por sua vez, enxerga as epidemias como um mercado em expansão e realiza uma campanha de marketing agressiva para incentivar empresas e indivíduos a estocarem Tamiflu, só por precaução. Antes de voltar ao governo, Rumsfeld estava tão convencido de que se encontrava diante de uma nova atividade, que ajudou a criar diversos fundos de investimento privados especializados em biotecnologia e farmacêutica.[19] Essas empresas estão apostando num futuro apocalíptico de doenças endêmicas, no qual os governos serão obrigados a comprar, em moeda forte, todos os produtos salva-vidas cujas patentes o setor privado detém.

Dick Cheney, um dos protegidos de Rumsfeld no governo Ford, também construiu fortuna com base na perspectiva lucrativa de um porvir assustador — com uma pequena diferença: enquanto Rumsfeld enxergou um mercado expansivo nas epidemias, Cheney apostou num futuro de guerras. Como secretário de Defesa de Bush pai, Cheney reduziu o número de tropas regulares e aumentou dramaticamente o suporte dado pelos fornecedores privados. Ele contratou a Brown & Root, divisão de engenharia da multinacional Halliburton, sediada em Houston, para identificar as atividades realizadas pelas tropas dos Estados Unidos que podiam ser assumidas pelo setor privado, com fins lucrativos. Como era de se esperar, a Halliburton detectou uma infinidade de tarefas que o setor privado podia desempenhar, e esses achados levaram a um novo e ousado contrato com o Pentágono: o Programa de Aumento da Logística Civil, ou LOGCAP. O Pentágono sempre foi famoso por seus contratos bilionários com fabricantes de armas, mas isso era novidade: em vez de suprir as forças armadas com equipamentos, iria servir de administrador para suas operações.[20]

Um grupo seleto de empresas foi convidado a se candidatar ao provimento de “suporte logístico” ilimitado para as missões das forças armadas dos Estados Unidos, uma descrição do trabalho extremamente vaga. Além disso, nenhum valor em dólar foi estipulado no contrato: a companhia vencedora ficava simplesmente assegurada de que qualquer coisa que fizesse para as forças

armadas seria paga pelo Pentágono, mais um lucro garantido — o que ficou conhecido como um contrato de "custo a mais". Isso ocorreu nos últimos dias do governo de Bush pai, e a companhia vencedora do contrato, em 1992, foi exatamente a Halliburton. Como observou T. Christian Miller, no jornal *Los Angeles Times*, a Halliburton "venceu outros 36 licitantes e ganhou um contrato de cinco anos — como já era esperado, talvez, pois foi ela mesma que elaborou os planos".

Em 1995, com Clinton na Casa Branca, a Halliburton recrutou Cheney como seu novo patrão. Embora a sua divisão de engenharia Brown & Root já tivesse uma longa história como fornecedora das forças armadas dos Estados Unidos, sob a liderança de Cheney, o papel da Halliburton cresceria tão dramaticamente que se transformaria na própria natureza da guerra moderna. Graças ao contrato redigido de modo vago por ambos, quando Cheney estava no Pentágono, a empresa se tornou capaz de esticar e expandir o significado do termo "suporte logístico" até que ficasse responsável pela criação da infraestrutura completa de uma operação militar dos Estados Unidos no ultramar. Tudo que as forças armadas precisavam fazer era fornecer os soldados e as armas — de certo modo, elas atuaram como empresas provedoras de conteúdo, enquanto a Halliburton dirigia o espetáculo.

O resultado, observado pela primeira vez nos Bálcãs, foi uma espécie de experiência McMilitar, na qual a distribuição das tropas em formação de combate, no estrangeiro, se assemelhava a um pacote de viagem pesadamente armado e perigoso. "A primeira pessoa a receber nossos soldados na chegada aos Bálcãs e a última a lhes dar adeus é um de nossos empregados", explicou um porta-voz da Halliburton, fazendo o pessoal da companhia se parecer mais com uma equipe de recreadores de cruzeiros marítimos do que com coordenadores de logística militar.(21) Essa era a diferença da Halliburton: Cheney não via razão para que a guerra não se tornasse parte integrante da economia de serviços altamente lucrativa dos Estados Unidos — invasão com sorriso.

Nos Bálcãs, onde Clinton desembarcou dezenove mil soldados, as bases dos Estados Unidos pipocavam como minicidades da Halliburton: subúrbios asseados e cercados, inteiramente administrados pela companhia. A Halliburton se comprometeu a oferecer todo tipo de conforto que as tropas tinham em casa, inclusive lanchonetes de *fast-food*, supermercados, salas de cinema e academias bem equipadas.(22) Alguns oficiais veteranos se perguntavam qual seria o impacto daquela mudança de postura militar na disciplina dos soldados — mas eles também estavam aproveitando os agrados. Um deles me disse: "Tudo com a Halliburton é de primeira. Por isso, não estamos reclamando." Do ponto de vista da empresa, a satisfação dos consumidores era um ótimo negócio — garantiria

novos contratos e, na medida em que os lucros eram calculados como percentuais dos custos, quanto maiores fossem os custos, maiores seriam os lucros. “Não se preocupe, é custo a mais”, era um bordão famoso na Zona Verde de Bagdá, embora os gastos com a guerra de luxo tivessem começado na era Clinton. Em apenas cinco anos à frente da Halliburton, Cheney quase dobrou o montante de dinheiro que a companhia extraiu do Tesouro dos Estados Unidos, de 1,2 para 2,3 bilhões de dólares, ao mesmo tempo em que a quantia recebida sob a forma de empréstimos federais e garantias se multiplicou por quinze.(23) E ele foi muito bem recompensado pelos seus esforços. Antes de assumir o cargo de vice-presidente, Cheney “avaliou seus bens entre 18 milhões e 81,9 milhões de dólares, incluindo algo entre seis e trinta milhões de dólares de ações da Halliburton Co. (...) No total, Cheney recebeu umas 1.260 opções da companhia, com cem mil já utilizadas, 760 mil passíveis de serem resgatadas e 166.667 prontas para valer a partir de dezembro [de 2000]”.(24)

O impulso de expandir a economia de serviços para dentro do coração do governo era, para Cheney, um negócio familiar. No final dos anos 1990, enquanto ele estava transformando as bases militares em subúrbios da Halliburton, sua mulher, Lynne, estava recebendo opções de ações em acréscimo ao salário de membro do conselho da Lockheed Martin, maior fornecedora de defesa em escala mundial. O tempo que Lynne passou no conselho, de 1995 a 2001, coincidiu com o período de transição decisivo para as empresas iguais à Lockheed.(25) A Guerra Fria havia terminado, e os gastos com defesa estavam declinando. Na medida em que os seus rendimentos provinham quase completamente dos contratos governamentais, essas firmas necessitavam de um novo modelo de negócio. Na Lockheed e nos demais fabricantes de armas, emergiu uma estratégia destinada a estabelecer, de modo agressivo, uma nova linha de trabalho: exercer as funções do governo mediante remuneração.

Em meados da década de 1990, a Lockheed começou a assumir as divisões de tecnologia de informação do governo dos Estados Unidos, administrando seus sistemas de computação e uma grande parte de suas bases de dados. A empresa avançou tanto nessa direção que, em 2004, o jornal *New York Times* reportou: “A Lockheed Martin não governa os Estados Unidos. Mas ajuda a administrar uma parte significativamente grande do país. (...) Despacha sua correspondência e totaliza seus impostos. Corta os cheques da Seguridade Social e realiza o censo dos Estados Unidos. Gerencia voos espaciais e monitora o tráfego aéreo. Para fazer tudo isso funcionar, a Lockheed produz mais códigos de computador do que a Microsoft.”[58] (26)

Era uma poderosa equipe marido e mulher. Enquanto Dick guiava a Halliburton para assumir a infraestrutura da guerra no exterior, Lynne ajudava a

Lockheed a adquirir o controle das operações governamentais do dia a dia, dentro de casa. Às vezes, marido e mulher se encontravam em competição direta. Em 1996, quando o estado do Texas anunciou que as corporações poderiam participar da licitação para administrar seu programa de bem-estar — um contrato orçado em dois bilhões de dólares e com duração de cinco anos —, a Lockheed e a gigante da tecnologia de informação Electronic Data Systems, que se gabava de ter Dick Cheney como conselheiro, se candidataram ao contrato. No fim, a administração Clinton interveio e cancelou o leilão. Embora fosse entusiasta da terceirização, considerava que era função do Estado, e não das empresas privadas, decidir quem era passível de receber o auxílio. A Lockheed e a EDS esbravejaram, assim como o governador do Texas, George W. Bush, que achava a privatização do sistema de bem-estar uma ideia maravilhosa.(27)

George W. Bush não se distinguia como governador em muitos aspectos. No entanto, havia uma área na qual ele se destacava: distribuir, entre os interesses privados, as várias funções de governo para as quais havia sido eleito — em especial aquelas ligadas à segurança, uma prévia da privatização da Guerra ao Terror, que ele desencadearia a seguir. Sob seus cuidados, o número de presídios privados no Texas cresceu de 26 para 42, levando a revista *The American Prospect* a chamar o Texas de Bush de “a capital mundial da indústria de presídios privados”. Em 1997, o FBI realizou uma investigação dentro da prisão de Brazoria County, que ficava a quarenta milhas do centro de Houston, depois que um canal de televisão local exibiu uma fita na qual os guardas chutavam detentos indefesos na virilha, atiravam neles com armas de festim e atacavam-nos com cachorros. Pelo menos um dos guardas violentos estava usando o uniforme da Capital Correctional Resources, uma empresa privada contratada para fornecer vigilantes à prisão.(28)

O entusiasmo de Bush pela privatização não arrefeceu diante do incidente em Brazoria. Algumas semanas mais tarde, ele aparentemente teve uma epifania ao conhecer José Piñera, o ministro chileno que privatizou a seguridade social durante a ditadura de Pinochet. Esta foi a descrição do encontro feita por Piñera: “Por sua atenção concentrada, linguagem corporal [e] questões relevantes, compreendi imediatamente que o sr. Bush entendeu toda a essência de minha ideia: a reforma da seguridade social poderia ser utilizada tanto para prover uma aposentadoria decente quanto para criar um mundo de trabalhadores-capitalistas, uma sociedade de proprietários. (...) Ele ficou tão entusiasmado que, no final, sussurrou em meu ouvido, com um sorriso: ‘Diga isso ao meu irmãozinho na Flórida. Ele também vai adorar essa ideia.’”(29)

O comprometimento do futuro presidente com o leilão do Estado, associado à liderança de Cheney na terceirização das forças armadas e ao patenteamento de remédios destinados a prevenir epidemias comandado por Rumsfeld, ofereceu uma visão prévia do tipo de Estado que os três iriam construir juntos — um governo completamente oco. Embora esse programa radical não tenha sido apresentado durante a campanha de Bush para a presidência, em 2000, algumas pistas foram anunciadas: "Há milhares de empregados federais de tempo integral que desempenham funções que poderiam ser realizadas por companhias do setor privado", Bush declarou num discurso de campanha. "Pretendo colocar o maior número possível dessas funções em licitações competitivas. Se o setor privado pode fazer o trabalho de modo melhor, deve ganhar o contrato."(30)

O 11 de Setembro e a volta do serviço público

Quando Bush e seu gabinete tomaram posse, em janeiro de 2001, a necessidade de novas fontes de crescimento para as corporações dos Estados Unidos adquiriu uma urgência ainda maior. Diante do reconhecimento oficial de uma bolha da tecnologia e da queda do índice Dow Jones em 824 pontos, nos dois primeiros meses de governo, eles se viram diante da ameaça de uma grave crise econômica. Keynes havia sugerido que os governos buscassem a saída da recessão no incentivo às obras públicas. A solução de Bush foi a desconstrução do próprio governo — retalhando grandes parcelas da riqueza pública e entregando-as às corporações estadunidenses, na forma de cortes de impostos, por um lado, e contratos lucrativos, por outro. O responsável pelo orçamento de Bush, o ideólogo de *think tank* Mitch Daniels, declarou: "A ideia geral — de que a função do governo não é prover serviços, mas garantir que eles sejam oferecidos — parece autoexplicativa para mim."(31) Tal assertiva incluía a reação aos desastres. Joseph Allbaugh, o funcionário do Partido Republicano que Bush colocou à frente da Agência Federal de Administração de Emergências (FEMA) — órgão responsável pela reação aos desastres, inclusive ataques terroristas — descreveu seu novo local de trabalho como "um programa de habilitação superdimensionado".(32)

Então, aconteceu o 11 de Setembro e, de repente, ter um governo cuja missão central era a autodestruição não parecia uma boa ideia. Diante de uma população aterrorizada, reclamando a proteção de um governo forte e sólido, os ataques poderiam ter colocado um fim no projeto de Bush de esvaziamento do governo, bem no seu início.

Por um momento, aquele pareceu ser o caso. Como disse Ed Feulner, o velho amigo de Milton Friedman e presidente da Fundação Heritage: “O 11 de Setembro modificou tudo.” Tal declaração, feita apenas dez dias depois dos ataques, serviu para torná-lo um dos primeiros a usar essa frase profética. Muitos, certamente, acreditaram que parte dessa mudança seria uma reavaliação da agenda radicalmente antiestatal que Feulner e seus aliados ideológicos vinham defendendo há três décadas, no país e mundo afora. Afinal de contas, as falhas da segurança no 11 de Setembro demonstraram as consequências de mais de vinte anos de sucateamento do setor público e de terceirização das funções governamentais para as corporações movidas pelo lucro. Assim como a inundação de Nova Orleans expôs as condições lamentáveis da infraestrutura pública, os ataques levantaram as cortinas sobre um Estado que tinha se tornado perigosamente fraco: rádios de comunicação da polícia e do corpo de bombeiros da cidade de Nova York quebraram no meio das operações de socorro, os controladores de tráfego aéreo não detectaram a tempo os aviões fora de rota e os terroristas passaram pelos circuitos de segurança dos aeroportos, que eram manejados por trabalhadores terceirizados, cujos salários, muitas vezes, eram menores do que os de seus similares da praça de alimentação.(33)

A primeira grande vitória da contrarrevolução friedmanista, nos Estados Unidos, tinha sido o ataque de Ronald Reagan ao sindicato dos controladores de tráfego aéreo e a desregulamentação da aviação civil. Vinte anos depois, todo o sistema de tráfego aéreo havia sido privatizado, desregulamentado e enxugado, com a grande maioria do pessoal de segurança dos aeroportos formada por trabalhadores mal remunerados, mal treinados e não sindicalizados. Depois dos ataques, o inspetor-geral do Departamento de Transportes verificou que as companhias aéreas, que eram responsáveis pela segurança de seus voos, haviam economizado significativamente para reduzir custos. As “pressões em contrário, por sua vez, se manifestaram na forma de um enfraquecimento significativo da segurança”, foi o que ele declarou à Comissão do 11 de Setembro instituída por Bush. Um funcionário da segurança da Autoridade Federal de Aviação testemunhou à comissão que a visão das companhias aéreas sobre segurança era fundamentada em “aviltar, negar e postergar”.(34)

No dia 10 de setembro, como os voos eram baratos e andavam lotados, nada disso tinha importância. Mas, no dia 12 de setembro, a contratação de trabalhadores por seis dólares a hora, para fazer a segurança dos aeroportos, parecia uma irresponsabilidade. Em seguida, no mês de outubro, envelopes com pó branco foram mandados para congressistas e jornalistas, espalhando o pânico quanto à possibilidade de uma grande epidemia de antraz. Mais uma vez, as privatizações da década de 1990 adquiriam uma nova luz sob esse impacto: Por

que um único laboratório privado possuía o direito exclusivo de fabricar a vacina contra o antraz? O governo federal havia abandonado sua responsabilidade de proteger a população contra grandes emergências de saúde pública? Não adiantou o fato de que o Bioport, o laboratório privado em questão, tivesse faltado a uma série de inspeções e a FDA jamais o tivesse autorizado a distribuir suas vacinas.(35) Além do mais, se fosse verdade, como a mídia continuava alardeando, que o antraz, a varíola e outros agentes letais podiam ser espalhados por correio, abastecimento alimentar ou sistema de água, seria realmente uma boa ideia continuar com os planos de Bush para privatizar o serviço postal? E quanto a todos aqueles fiscais de alimentos e água que haviam sido demitidos — alguém poderia trazê-los de volta?

A reação contrária ao consenso pró-corporações só fez aumentar diante de novos escândalos, como o da Enron. Três meses após os ataques do 11 de Setembro, a Enron decretou falência, levando milhares de empregados a perder sua contribuição previdenciária, enquanto os executivos que dispuseram de informações privilegiadas caíram fora. A crise contribuiu para uma queda generalizada da fé na capacidade da indústria privada de desempenhar funções essenciais, sobretudo depois que veio à tona a informação de que foi a manipulação de preços praticada pela Enron que levou aos maciços apagões na Califórnia, alguns meses antes. Milton Friedman, então com noventa anos, ficou tão preocupado com o retorno do keynesianismo que chegou a reclamar que “os homens de negócio estão sendo apresentados ao público como cidadãos de segunda classe”.(36)

Enquanto os CEOs caíam de seus pedestais, os servidores públicos sindicalizados — vilões da contrarrevolução de Friedman — rapidamente subiam no conceito da população. Dois meses após os ataques, a confiança no governo tinha superado o alto patamar de 1968 — e isso, observou Bush para uma multidão de funcionários federais, “é por causa de sua dedicação ao trabalho”.(37) Os incontestáveis heróis do 11 de Setembro foram os funcionários públicos que prestaram os primeiros-socorros — os bombeiros de Nova York, os policiais e os agentes da defesa civil, entre os quais 403 perderam suas vidas, tentando evacuar as Torres Gêmeas e ajudar as vítimas. Subitamente, os Estados Unidos estavam apaixonados por esses homens e mulheres vestidos com todos os tipos de uniforme, e os políticos — que de repente usavam bonés da polícia e do corpo de bombeiros de Nova York — faziam esforços para se enquadrar no novo estado de espírito.

Quando Bush se encontrou com os bombeiros e agentes da defesa civil no Marco Zero, no dia 14 de setembro — situação que seus conselheiros chamaram de “pegar o touro à unha” —, acabou abraçando alguns dos mesmos

funcionários públicos sindicalizados que o movimento conservador moderno se dedicara a destruir. É claro que ele tinha de fazer aquilo (até Dick Cheney colocou um boné, naqueles dias), mas não precisava ser tão convincente. Por meio da combinação de um sentimento genuíno, da parte de Bush, com o desejo projetado da população de ter um líder valoroso naquele momento, o presidente dos Estados Unidos pronunciou os discursos mais tocantes de toda a sua carreira política.

Durante várias semanas depois dos ataques, o presidente fez um grande périplo pelo setor público — escolas, quartéis de bombeiros e memoriais, Centros de Controle e Prevenção de Doenças —, abraçando e agradecendo aos funcionários públicos por sua contribuição e humilde patriotismo. "Nós ganhamos novos heróis", Bush declarou num discurso, elogiando não apenas o pessoal dos serviços de emergência, mas também professores, empregados dos correios e dos serviços de saúde.(38) Nessas oportunidades, ele tratou o trabalho realizado a serviço do interesse público com um grau de respeito e dignidade que não se via nos Estados Unidos há quatro décadas. O corte de gastos subitamente saiu da agenda e, em cada discurso pronunciado, o presidente anunciou um novo programa público ambicioso.

"As demandas oriundas de uma economia vacilante e de uma nova guerra urgente contra o terrorismo transformaram o núcleo filosófico da agenda do presidente Bush" declararam John Harris e Dana Milbank, de modo bastante confiante, no jornal *Washington Post*, onze dias depois dos ataques. "O homem que chegou ao poder declarando a si mesmo como descendente ideológico de Ronald Reagan surgiu, nove meses depois, muito mais parecido com um herdeiro de Franklin D. Roosevelt." Em seguida, eles observaram que "Bush está providenciando um grande pacote econômico para debelar a recessão. Ele disse que uma economia fraca precisa ser estimulada pelo governo com uma ampla injeção de recursos — um preceito básico do keynesianismo, que foi parte crucial do New Deal de Roosevelt".(39)

Um New Deal corporatista

À parte os pronunciamentos e fotografias, Bush e seu círculo mais próximo não tinham nenhuma intenção de voltar ao keynesianismo. Longe de abalar a sua determinação de enfraquecer o setor público, as falhas da segurança no 11 de Setembro reafirmaram suas convicções ideológicas mais profundas (e voltadas para o seu próprio interesse) — de que somente as empresas privadas possuem inteligência e inovação para enfrentar os novos desafios de segurança. Embora fosse verdade que a Casa Branca estava prestes a gastar grandes somas de dinheiro para estimular a economia, ela não faria isso nos moldes de Roosevelt. Ao contrário, o New Deal de Bush seria dedicado exclusivamente às corporações dos Estados Unidos, fazendo a transferência direta de bilhões de dólares, todos os anos, para mãos privadas. E tomaria a forma de contratos, muitos dos quais oferecidos de modo secreto, sem competição e sem qualquer supervisão, a uma vasta rede de indústrias: tecnologia, mídia, comunicações, presídios, engenharia, educação e serviços de saúde.[59]

O que aconteceu no período de grande desorientação após os ataques foi, olhando em retrospectiva, uma forma doméstica de terapia de choque econômico. A equipe de Bush, inteiramente friedmaníaca, se mexeu, com velocidade, para explorar o choque que abateu a nação, a fim de avançar seu projeto de um governo oco, no qual tudo, da reação ao desastre até a guerra, fosse uma aventura lucrativa.

Tratava-se de uma evolução audaciosa da terapia de choque. Mais do que vender as empresas públicas existentes, como havia sido feito na década de 1990, a equipe de Bush criou uma nova moldura para suas ações — a Guerra ao Terror —, construída desde o princípio para ser privatizada. Essa façanha requeria dois estágios. Primeiro, a Casa Branca usou a sensação de perigo onipresente depois do 11 de Setembro para aumentar dramaticamente o policiamento, a vigilância, a detenção e o poder do Executivo para elevar os gastos com a guerra — uma captura de poder que o historiador das forças armadas Andrew Bacevich denominou de "golpe certeiro".(40) Assim, as novas funções de segurança, invasão, ocupação e reconstrução, agora realçadas e fartamente financiadas, foram imediatamente terceirizadas e entregues ao setor privado, para serem desenvolvidas em moldes lucrativos.

Embora o objetivo declarado fosse a guerra contra o terrorismo, seu efeito foi a criação do complexo do capitalismo de desastre — uma nova economia apoiada em segurança doméstica, guerra privatizada e reconstrução de desastres,

encarregada de construir e administrar um Estado de segurança privatizado, dentro e fora de casa. O estímulo econômico dessa iniciativa de amplo alcance veio dos espaços deixados pelos surtos de crescimento da globalização e das empresas pontocom. Assim como a internet havia criado a bolha pontocom, o 11 de Setembro deslanchou a bolha do capitalismo de desastre. “Quando a indústria de tecnologia da informação fechou as portas, após a bolha, adivinhe quem ficou com todo o dinheiro? O governo”, foi o que declarou Roger Novak, da Novak Biddle Venture Partners, uma empresa capitalista de risco que investe em companhias de segurança doméstica. Agora, diz ele, “todos os fundos estão vendo como é grande o cocho e se perguntam: ‘Como posso pegar uma parte daquela atividade?’”(41)

Foi o ápice da contrarrevolução desencadeada por Friedman. Durante décadas, o mercado vinha sendo nutrido com os apêndices do Estado; agora, ele iria devorar o seu núcleo.

De forma bizarra, a ferramenta ideológica mais efetiva, nesse processo, foi a pretensão de que a ideologia econômica não era mais a motivação primária da política dos Estados Unidos, dentro e fora do país. O mantra “o 11 de Setembro modificou tudo” serviu para encobrir o fato de que, para os ideólogos do livre mercado e as corporações cujos interesses eles representavam, a única coisa que havia mudado era a facilidade com que podiam, agora, perseguir seus objetivos ambiciosos. Dali por diante, em vez de submeter as novas políticas ao debate refratário do Congresso ou entrar em conflito com os sindicatos dos servidores públicos, a Casa Branca de Bush passou a usar o alinhamento patriótico ao presidente e o passe livre dado pela imprensa para deixar de se justificar e começar a trabalhar. Como observou o *New York Times,* em fevereiro de 2007, “sem debate público ou decisão política formal, os empreiteiros se transformaram num virtual quarto departamento do governo”.(42)

Em vez de enfrentar o desafio de segurança imposto pelo 11 de Setembro com um plano completo para tapar os buracos da infraestrutura pública, a equipe de Bush delineou um novo papel para o governo, no qual a função do Estado não era prover segurança, mas comprá-la a preços de mercado. Assim, em novembro de 2001, apenas dois meses depois dos ataques, o Departamento de Defesa apresentou aquilo que descreveu como “um pequeno grupo de consultores formado por capitalistas de risco”, com experiência no setor pontocom. Sua missão era identificar “soluções tecnológicas emergentes que ajudassem diretamente os Estados Unidos em seus esforços na Guerra Global contra o Terrorismo”. No começo de 2006, esse intercâmbio informal se tornou um braço

oficial do Pentágono: a Iniciativa Catalisadora de Defesa de Risco (DeVenCI), um "escritório totalmente operacional" que fornece informações de segurança contínuas aos capitalistas de risco politicamente relacionados, os quais, por sua vez, escrutinam o setor privado em busca de pioneiros capazes de fabricar novos produtos de vigilância e correlatos. "Somos uma máquina de pesquisa", explica Bob Pohanka, diretor da DeVenCI.(43) De acordo com a visão de Bush, o papel do governo é apenas o de levantar o dinheiro necessário para deslanchar o novo mercado da guerra e, em seguida, comprar os melhores produtos que surgem desse caldeirão criativo, encorajando a indústria a realizar inovações ainda maiores. Em outras palavras, os políticos criam a demanda e o setor privado oferece todos os tipos de solução — um surto de crescimento econômico baseado na segurança doméstica e na guerra do século XXI, inteiramente financiado por aqueles que pagam seus impostos em dólares.

O Departamento de Segurança Nacional, novo órgão de Estado criado pelo regime de Bush, é a mais clara expressão desse modo de governar inteiramente terceirizado. Como explicou Jane Alexander, diretora-adjunta de pesquisa desse departamento: "Nós não produzimos nada. Se não obtivermos da indústria, então não obteremos de lugar nenhum."(44)

A outra é a Atividade de Campo de Contrainteligência (CIFA), uma nova central de inteligência criada por Rumsfeld que é independente da CIA. Essa agência de espionagem paralela terceiriza 70% de seu orçamento para fornecedores privados; e, tal qual o Departamento de Segurança Nacional, foi concebida como uma concha oca. Como explicou Ken Minihan, antigo diretor da Agência de Segurança Nacional, "a segurança doméstica é importante demais para ser deixada nas mãos do governo". Minihan, assim como centenas de outros funcionários da administração Bush, deixou seu emprego público para trabalhar na florescente indústria de segurança nacional, a qual, como espião de primeira linha, ajudou a criar.(45)

Cada detalhe da forma que Bush empregou para definir os parâmetros da Guerra ao Terror tem servido para maximizar sua lucratividade e sustentabilidade como mercado — da discriminação do inimigo às regras de engajamento na sempre crescente escala do combate. O documento fundador do Departamento de Segurança Nacional declarou que: "Os terroristas de hoje podem aparecer em qualquer lugar, a qualquer hora, e praticamente com qualquer arma" —, o que significa, de modo conveniente, que os serviços de segurança requeridos devem proteger contra todo risco imaginável, em todo lugar concebível e em todo tempo possível. E não é necessário provar que a ameaça é real para que ela mereça uma reação integral — não com a famosa "doutrina do 1%" de Cheney, que justificou a invasão do Iraque com o

argumento de que, se há uma chance de 1% de que algo seja ameaçador, os Estados Unidos devem reagir como se a ameaça tivesse 100% de exatidão. Essa lógica tem sido uma dádiva especial para os fabricantes de vários tipos de detectores de alta tecnologia: por exemplo, só porque podemos conceber um ataque de varíola, o Departamento de Segurança Nacional investiu meio bilhão de dólares em companhias privadas para que elas desenvolvessem e instalassem equipamentos de proteção contra essa ameça improvável.[46]

Embora tenha recebido vários nomes — Guerra ao Terror, guerra contra o Islã radical, guerra contra o fascismo islâmico, Guerra do Terceiro Mundo, guerra longa, guerra de gerações —, o formato básico do conflito permaneceu o mesmo. Ele não é limitado nem no tempo, nem no espaço, nem no alvo. De uma perspectiva militar, esses traços amorfos e difusos tornam a Guerra ao Terror uma proposição invencível. De uma perspectiva econômica, no entanto, eles a tornam imbatível: não como uma guerra de curta duração, que pode ser potencialmente vencida, mas como um acessório novo e permanente na arquitetura econômica global.

Foi essa perspectiva de negócios que a administração Bush colocou na frente das corporações estadunidenses depois do 11 de Setembro. O fluxo de receitas parecia vir de um suprimento aparentemente interminável de dólares dos contribuintes, vertido pelo funil do Pentágono (270 bilhões de dólares, por ano, para fornecedores privados, um aumento de 137 bilhões de dólares, depois que Bush assumiu o poder); das agências de inteligência dos Estados Unidos (42 bilhões de dólares por ano para fornecedores de inteligência terceirizados, mais do que o dobro do nível de 1995); e do mais recente provedor, o Departamento de Segurança Nacional. Entre 11 de setembro de 2001 e 2006, o Departamento de Segurança Nacional entregou 130 bilhões de dólares aos fornecedores privados — dinheiro que não estava na economia, antes, e representa mais do que o PIB do Chile ou da República Tcheca. Em 2003, o governo Bush gastou 327 bilhões de dólares em contratos com empresas privadas — quase quarenta centavos de cada dólar discricionário.[47]

Num período consideravelmente curto, os subúrbios de Washington, D.C. ficaram tomados de prédios cinzentos, nos quais se instalaram as companhias “pioneiras” e “incubadoras”, rapidamente lançadas em operações conjuntas, para as quais, assim como aconteceu no Vale do Silício, nos anos 1990, o dinheiro vinha mais depressa do que a própria arrumação dos móveis. O governo Bush, por sua vez, desempenhou o papel de capitalista de risco gastador daquela era de inteligência. Ao passo que na década de 1990 o objetivo era desenvolver o aplicativo mais genial, a “próxima novidade mais nova”, e vendê-la para a Microsoft ou a Oracle, agora se tratava de descobrir a tecnologia mais inovadora

para apanhar terroristas e vendê-la para o Departamento de Segurança Nacional ou o Pentágono. Foi por essa razão que a indústria do desastre também originou, além dos pioneiros e dos fundos de investimento, um exército de novas firmas de *lobby*, que prometiam conectar as novas empresas do ramo com as pessoas certas no prédio do Capitólio — em 2001, havia duas dessas firmas especializadas em orientação de segurança, mas, em meados de 2006, seu número já era de 543. Como declarou à revista *Wired* o diretor-administrativo da empresa de segurança doméstica Paladin, Michael Steed: “Estou na iniciativa privada desde o começo da década de 1990 e nunca tinha visto um fluxo ininterrupto de negócios como este.”[48]

Um mercado para o terrorismo

Assim como a bolha pontocom, a bolha do desastre está crescendo de uma forma caótica e *ad hoc*. Um dos primeiros surtos expansivos da indústria de segurança doméstica foi o das câmeras de vigilância. Na Grã-Bretanha, foram instalados 4,2 milhões, o que corresponde a uma câmera para cada quatorze pessoas; nos Estados Unidos, foram instalados trinta milhões de câmeras, filmando uma base de quatro bilhões de horas por ano. Isso criou um problema: quem vai assistir a quatro bilhões de horas de filmagem? Assim, criou-se um novo mercado para "software analítico", que escaneia as fitas e cria combinações com imagens já arquivadas (o encadeamento dos vários sistemas de segurança em rede tem sido um dos negócios mais lucrativos, tal como o contrato de nove bilhões de dólares entre a Força Aérea e um consórcio de empresas, entre as quais a Booz Allen Hamilton, uma das mais antigas consultoras de estratégia, e outros grandes contratantes da área de defesa).(49)

Esse desenvolvimento criou um outro problema, porque o software de reconhecimento facial só pode fazer identificações positivas quando as pessoas se apresentam de frente e no centro das câmeras, o que raramente fazem em seus delocamentos apressados de casa para o trabalho e vice-versa. Assim, criou-se um outro mercado para o aperfeiçoamento de imagens digitais. A empresa Salient Stills, que vende software para isolar e aperfeiçoar imagens de vídeo, começou oferecendo sua tecnologia para companhias de mídia, mas descobriu que havia maior ganho potencial junto ao FBI e a outras agências encarregadas de executar as leis.(50) E com a bisbilhotice em alta — contas telefônicas, grampos telefônicos, registros financeiros, correio, câmeras de vigilância, navegação na internet —, o governo está mergulhado em dados, o que representa um mercado de gerenciamento e armazenamento de informações ainda mais amplo, assim como de softwares que facilitem a "conexão entre pontos" nesse oceano de palavras e números e a identificação de atividades suspeitas.

Na década de 1990, as companhias de tecnologia alardearam, incansavelmente, as maravilhas de um mundo sem fronteiras e o poder da tecnologia da informação para desestabilizar regimes autoritários e derrubar muralhas. Hoje, dentro do complexo do capitalismo de desastre, as ferramentas da revolução da informação estão servindo a propósitos contrários. Nesse processo, os telefones celulares e a navegação na internet se transformaram em poderosos instrumentos de vigilância estatal em regimes cada vez mais autoritários, com a mais ampla cooperação das empresas privadas de telefonia e

de pesquisa, seja a Yahoo colaborando com o governo chinês para localizar o esconderijo de dissidentes, ou a AT&T ajudando a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos a grampear os telefones de seus clientes, sem mandado judicial (uma prática que o governo Bush alega ter abandonado). A demolição das fronteiras, grande promessa e símbolo da globalização, foi acompanhada da explosão da indústria de fiscalização de fronteiras. A cerca planejada com alta tecnologia, na fronteira entre México e Estados Unidos, que emprega scanner óptico e identificação biométrica, foi montada a um custo de 2,5 bilhões de dólares pela Boeing e um consórcio de outras companhias.(51)

Como as empresas de alta tecnologia pularam de uma bolha para outra, o resultado tem sido uma fusão bizarra de culturas de segurança e de vendas. Muitas tecnologias hoje empregadas como parte da Guerra ao Terror — identificação biométrica, vigilância por vídeo, rastreamento na web, armazenamento de dados —, vendidas por companhias como Verint Systems e Seisint, Accenture e ChoicePoint, foram desenvolvidas pelo setor privado antes do 11 de Setembro de modo a elaborar perfis detalhados dos consumidores, ampliando as possibilidades do marketing em pequena escala. Elas também prometeram reduzir o número de empregados do varejo, em supermercados e shopping centers, porque a identificação biométrica combinada com cartões de crédito eliminaria a necessidade de caixas. Quando o desconforto generalizado com as tecnologias à moda do Big Brother obstruiu muitas dessas iniciativas, houve certo desânimo entre varejistas e marqueteiros. O 11 de Setembro abrandou essa reação do mercado: de repente, o medo do terror ficou maior do que o medo de viver numa sociedade de vigilância. Dali em diante, as mesmas informações coletadas pelos cartões de crédito e pelos cartões de fidelidade podiam ser vendidas, não só para agências de viagens e lojas como a Gap, como dados de marketing, mas também para o FBI, como registros de segurança, reduzindo o interesse “suspeito” por telefones celulares pré-pagos e viagens ao Oriente Médio.(52)

Como explicou um artigo exuberante publicado na revista de negócios *Red Herring*, um programa desse tipo “rastreia terroristas pesquisando se um nome soletrado de inúmeras maneiras combina com um outro nome armazenado no sistema de segurança nacional. Pegue o nome Mohammad. O software contém centenas de possíveis grafias do mesmo nome e pode pesquisar terabites de informação em questão de segundos”.(53) Impressionante, a menos que escolham o Mohammad errado, o que eles têm o péssimo hábito de fazer, tanto no Iraque e no Afeganistão quanto nos subúrbios de Toronto.

É nesse potencial para cometer erros que a incompetência e a ganância, transformadas na marca registrada do governo Bush, do Iraque a Nova Orleans,

se tornam ainda mais angustiantes. Uma identificação errada colhida em qualquer uma dessas expedições de pesca eletrônicas é suficiente para um homem de família apolítico, que se parece fisicamente com alguém cujo nome se parece com o dele (pelo menos com alguém sem conhecimentos de árabe e cultura islâmica), ser apontado como um terrorista em potencial. O processo de colocação de nomes e organizações em listas de advertência também é efetuado por empresas privadas, assim como os programas de cruzamento de nomes de viajantes com os nomes existentes nos bancos de dados. Em junho de 2007, havia quinhentos mil nomes numa lista de suspeitos de terrorismo mantida pelo Centro Nacional de Contraterrorismo. Um outro programa, Sistema de Alvos Automatizados (ATS), tornado público em novembro de 2006, havia atribuído uma classificação de "taxa de risco" a dezenas de milhões de viajantes com passagem pelos Estados Unidos. A classificação jamais foi revelada aos passageiros e é baseada em amostras suspeitas divulgadas em armazenamentos de dados comerciais — por exemplo, informações dadas por companhias aéreas sobre "a história da compra de bilhete só de ida pelo passageiro, assentos preferenciais, frequência de voos, número de malas, forma de pagamento das passagens e até mesmo os alimentos consumidos na viagem".[(54)] Incidentes causados por comportamento presumivelmente suspeito são utilizados para balizar as taxas de risco de cada passageiro.

Qualquer um pode ser impedido de viajar, ter o visto de entrada nos Estados Unidos negado, ou mesmo ser preso e rotulado de "inimigo combatente", apenas com base nas evidências dessas tecnologias dúbias — uma imagem borrada identificada por meio de um software de reconhecimento facial, um nome soletrado de modo errado, um trecho de conversa mal compreendido. Se "inimigos combatentes" não são cidadãos estadunidenses, eles jamais saberão as acusações que lhes fazem, porque o governo Bush lhes negou o *habeas corpus*, o direito de ver as provas no tribunal, assim como o direito a um julgamento justo e a uma defesa vigorosa.

Se o suspeito for levado para Guantânamo, pode acabar na prisão de segurança máxima para duzentas pessoas construída pela Halliburton. Se ele for vítima do programa de "rendição extraordinária" da CIA, raptado nas ruas de Milão ou na troca de aviões num aeroporto dos Estados Unidos, e então levado para algum buraco negro no arquipélago de prisões secretas da CIA, o prisioneiro encapuzado será transportado num Boeing 737, rotulado de jato executivo de luxo, readaptado para esses objetivos. De acordo com a revista *The New Yorker*, a Boeing tem funcionado como "agente de viagens da CIA" — elaborando os planos de voo para cerca de 1.245 viagens de rendição, arranjando tripulações e até reservando hotéis. Um relatório da polícia espanhola explica

que o trabalho tem sido feito pela Jeppesen International Trip Planning, uma subsidiária da Boeing em San Jose. Em maio de 2007, a União Americana pelas Liberdades Civis entrou com um processo contra a subsidiária da Boeing; a companhia se recusou a confirmar ou negar as alegações.[55]

Quando os prisioneiros chegam a seus destinos, enfrentam os interrogadores, muitos dos quais não são empregados da CIA ou das forças armadas, mas de contratantes privados. De acordo com Bill Golden, que administra o site de empregos www.IntelligenceCareers.com, "mais da metade dos especialistas qualificados em contrainteligência, em atividade, trabalha para empresas privadas".[56] Se esses interrogadores independentes são encarregados de manter os contratos lucrativos, então precisam extrair dos prisioneiros o tipo de "inteligência acionável" que seus patrões em Washington estão procurando. Trata-se de uma dinâmica propícia ao abuso: como prisioneiros sob tortura tendem a dizer qualquer coisa para fazer a dor parar, os contratantes têm um incentivo econômico poderoso para empregar qualquer técnica necessária a produzir a informação procurada, independentemente de sua confiabilidade. (Em parte, essa é a razão pela qual o governo Bush tem utilizado tão pesadamente os fornecedores privados de serviços de inteligência nas novas estruturas, como o reservado Escritório de Planos Especiais, de Rumsfeld. Muito mais do que seus pares do serviço público, eles já provaram estar dispostos a mascarar e manipular informações a fim de alcançar os objetivos políticos da administração — afinal de contas, o próximo contrato depende disso.)

Há também a versão menos tecnológica da aplicação de "soluções" de mercado na Guerra ao Terror — a determinação de pagar altas quantias em dólar por praticamente qualquer informação sobre supostos terroristas. Durante a invasão do Afeganistão, os agentes de inteligência dos Estados Unidos anunciaram que pagariam algo entre 3 mil e 25 mil dólares por cada membro da Al-Qaeda ou do Talibã que fosse entregue a eles. "Adquira poder e riqueza além dos seus sonhos", dizia um folheto distribuído por estadunidenses no Afeganistão, que foi utilizado como evidência num tribunal federal dos Estados Unidos, em 2002, em benefício de diversos prisioneiros de Guantânamo. "Você pode receber milhões de dólares ajudando as forças antitalibã. (...) É dinheiro suficiente para você tomar conta de sua família, sua aldeia, sua tribo, pelo resto da vida."[57]

Em pouco tempo, as celas de Bagram e Guantânamo ficaram cheias de pastores de cabras, motoristas de táxi, cozinheiros e balconistas — todos letalmente perigosos, segundo os homens que os entregaram e receberam as recompensas.

“Você tem alguma teoria para explicar por que o governo e o serviço secreto do Paquistão venderiam você e entregariam aos americanos?”, perguntou um dos membros do tribunal militar a um prisioneiro egípcio, na base de Guantânamo.

Na transcrição tornada pública, o prisioneiro pareceu incrédulo. “Vem cá, cara”, respondeu ele, “você sabe o que aconteceu. No Paquistão, você pode comprar pessoas por dez dólares. Imagine com cinco mil dólares?”

“Então, eles venderam você?”, perguntou o membro do tribunal, como se a ideia jamais lhe tivesse ocorrido anteriormente.

“Sim.”

De acordo com os números do próprio Pentágono, 86% dos prisioneiros em Guantânamo foram entregues por combatentes ou agentes afegãos e paquistaneses, depois que as recompensas foram anunciadas. Em dezembro de 2006, o Pentágono libertou 360 detentos de Guantânamo. A Associated Press se encarregou de rastrear 245 entre eles; 205 tinham sido soltos ou liberados de todas as acusações quando retornaram para seus países.(58) É uma marca elevada, que constitui um grave indício da qualidade da inteligência produzida pela lógica do mercado, adotada pelo governo para a identificação de terroristas.

Em poucos anos, a indústria da segurança nacional, que sequer existia antes do 11 de Setembro, se expandiu de tal forma que se tornou tão grande quanto Hollywood ou a indústria fonográfica.(59) O mais surpreendente é como esse estouro da segurança é pouco analisado e discutido *como uma economia,* como uma convergência sem precedentes de poderes políticos não fiscalizados com capitalismo não fiscalizado, uma fusão do shopping center com a prisão secreta. Quando a informação sobre quem é e quem não é uma ameaça à segurança é um produto a ser comercializado, tão prontamente quanto a informação sobre quem compra os livros de Harry Potter na Amazon ou quem fez um cruzeiro pelo Caribe ou vai fazer pelo Alasca, mudam-se os valores de uma cultura. Não apenas se cria um incentivo para espionagem, tortura e divulgação de informação falsa, como se gera um ímpeto vigoroso para perpetuar o medo e o senso de perigo que originou essa indústria, em primeiro lugar.

No passado, a emergência de novas economias, da revolução fordista à explosão da tecnologia da informação, acarretou uma enxurrada de análises e debates acerca da maneira pela qual essas mudanças sísmicas na produção da riqueza também estavam alterando o funcionamento da cultura, o nosso modo de viajar e mesmo o modo de nossos cérebros processarem as informações. A nova economia do desastre não tem sido objeto desse tipo de discussão. Tem havido debates, é claro — sobre a constitucionalidade do Ato Patriótico, sobre detenção

ilimitada, sobre tortura e rendição extraordinária —, mas a discussão sobre o significado da transformação dessas funções em transações comerciais tem sido absolutamente evitada. Os temas de debates são casos individuais específicos de enriquecimento por meio da guerra e de escândalos de corrupção, assim como os consensos corriqueiros acerca da incapacidade do governo de supervisionar os contratantes privados — raramente se toca no fenômeno muito mais amplo e profundo de uma guerra inteiramente privatizada, que foi criada para não ter mais fim.

Parte do problema é que a economia do desastre entrou sorrateiramente dentro de nós. Nas décadas de 1980 e 1990, as novas economias se anunciaram com grande orgulho e fanfarra. A bolha tecnológica, em particular, criou o precedente para uma nova classe de proprietários que inspirou uma publicidade extraordinária — perfis intermináveis, publicados na mídia, sobre o estilo de vida dos arrojados jovens CEOs, ao lado de seus jatinhos particulares, de seus iates movidos a controle remoto, de suas idílicas mansões nas montanhas de Seattle.

Hoje, aquele tipo de riqueza está sendo gerado pelo complexo do desastre, embora raramente se fale sobre isso. De acordo com um estudo feito em 2006: “Desde que a ‘Guerra ao Terror’ começou, os CEOs das 34 principais empreiteiras da área de defesa receberam remunerações que representam o dobro das quantias que ganharam durante os quatro anos que prepararam o caminho para o 11 de Setembro.” Enquanto esses CEOs tiveram um aumento médio de 108%, entre 2001 e 2005, os dirigentes de outras grandes companhias estadunidenses obtiveram apenas 6% em média, no mesmo período.[(60)]

A indústria do desastre pode estar se aproximando dos níveis de lucro do segmento pontocom, mas, em geral, tem os patamares de discrição da CIA. Os capitalistas do desastre se esquivam da imprensa, não alardeiam sua fortuna e não costumam se gabar. “Não estamos celebrando o fato de que existe essa enorme indústria florescendo à nossa volta e nos protegendo contra o terrorismo”, declarou John Elstner, do Chesapeake Innovation Center, uma incubadora de segurança nacional. “Mas os grandes negócios estão acontecendo e nossa empresa está nesse meio.”[(61)]

Peter Swire, que serviu como conselheiro privado do governo dos Estados Unidos durante a administração de Clinton, descreveu assim a convergência de forças por trás da bolha da Guerra ao Terror: “O governo tem a missão sagrada de aumentar a coleta de informações, e a indústria de tecnologia da informação tem ganas de encontrar novos mercados.”[(62)] Em outras palavras, é o corporatismo: grandes negócios e grande governo combinam seus poderes formidáveis para regular e controlar os cidadãos.

NOTAS DO CAPÍTULO 14

(1) Tom Baldwin, "Revenge of the Battered Generals", *Times* (Londres), 18 de abril de 2006.

(2) Reuters, "Britain's Ranking on Surveillance Worries Privacy Advocate", *New York Times*, 3 de novembro de 2006.

(3) Daniel Gross, "The Homeland Security Bubble", Slate.com, 1º de junho de 2005.

(4) Robert Burns, "Defense Chief Shuns Involvement in Weapons and Merger Decisions to Avoid Conflict of Interest", Associated Press, 23 de agosto de 2001.

(5) John Burgess, "Tuning in to a Trophy Technology", *Washington Post*, 24 de março de 1992; "TIS Worldwide Announces the Appointment of the Honorable Donald Rumsfeld to its Board of Advisors", PR Newswire, 25 de abril de 2000; Geoffrey Lean e Jonathan Owen, "Donald Rumsfeld Makes $5M Killing on Bird Flu Drug", *Independent* (Londres), 12 de março de 2006.

(6) George W. Bush, "Bush Delivers Remarks with Rumsfeld, Gates", CQ Transcripts Wire, 8 de novembro de 2006.

(7) Joseph L. Galloway, "After Losing War Game, Rumsfeld Packed Up His Military and Went to War", Knight-Ridder, 26 de abril de 2006.

(8) Jeffrey H. Birnbaum, "Mr. CEO Goes to Washington", *Fortune*, 19 de março de 2001.

(9) Donald H. Rumsfeld, "Secretary Rumsfeld's Remarks to the Johns Hopkins, Paul H. Nitze School of Advanced International Studies", 5 de dezembro de 2005, www.defenselink.mil; Tom Peters, *The Circle of Innovation* (Nova York: Alfred A. Knopf, 1997), 16.

(10) As informações das próximas duas páginas foram retiradas de Donald H. Rumsfeld, "DoD Acquisition and Logistics Excellence Week Kickoff — Bureaucracy to Battlefield", discurso pronunciado no Pentágono em 10 de setembro de 2001, www.defenselink.mil.

(11) Carolyn Skorneck, "Senate Committee Approves New Base Closings, Cuts $1,3 Billion from Missile Defense", Associated Press, 7 de setembro de 2001; Rumsfeld, "DoD Acquisition and Logistics Excellence Week Kickoff".

(12) Bill Hemmer e Jamie McIntyre, "Defense Secretary Declares War on the Pentagon's Bureaucracy", *CNN Evening News,* 10 de setembro de 2001.

(13) Donald Rumsfeld, "Tribute to Milton Friedman", Washington, DC, 9 de maio de 2002, www.defenselink.mil; Milton Friedman e Rose D. Friedman, *Two Lucky People: Memoirs* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 345.

(14) Friedman e Friedman, *Two Lucky People,* 391.

(15) William Gruber, “Rumsfeld Reflects on Politics, Business”, *Chicago Tribune,* 20 de outubro de 1993; Stephen J. Hedges, “Winter Comes for a Beltway Lion”, *Chicago Tribune,* 12 de novembro de 2006.

(16) Greg Schneider, “Rumsfeld Shunning Weapons Decisions”, *Washington Post,* 24 de agosto de 2001; Andrew Cockburn, *Rumsfeld: His Rise, Fall, and Catastrophic Legacy* (Nova York: Scribner, 2007), 89-90; Randeep Ramesh, “The Two Faces of Rumsfeld”, *Guardian* (Londres), 9 de maio de 2003; Richard Behar, “Rummy’s North Korea Connection”, *Fortune,* 12 de maio de 2003.

(17) Joe Palca, “Salk Polio Vaccine Conquered Terrifying Disease”, *National Public Radio: Morning Edition,* 12 de abril de 2005; David M. Oshinsky, *Polio: An American Story* (Oxford: Oxford University Press, 2005), 210-211. NOTA DE RODAPÉ: Carly Weeks, “Tamiflu Linked to 10 Deaths”, Gazette (Montreal), 30 de novembro de 2006; Dorsey Griffith, “Psychiatric Warning Put on Flu Drug”, *Sacramento Bee,* 14 de novembro de 2006.

(18) Knowledge Ecology International, “KEI Request for Investigation into Anticompetitive Aspects of Gilead Voluntary Licenses for Patents on Tenofivir and Emtricitabine”, 12 de fevereiro de 2007, www.keionline.org.

(19) John Stanton, “Big Stakes in Tamiflu Debate”, *Roll Call* 15 de dezembro de 2005.

(20) As informações dos dois próximos parágrafos foram retiradas de T. Christian Miller, *Blood Money: Wasted Billions, Lost Lives and Corporate Greed in Iraq* (Nova York: Little, Brown and Company, 2006), 77-79.

(21) Joan Didion, “Cheney: The Fatal Touch”, *The New York Review of Books,* 5 de outubro de 2006.

(22) Dan Briody, *Halliburton Agenda: The Politics of Oil and Money* (Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2004), 198-199; David H. Hackworth, “Balkans Good for Texas-Based Business”, *Sun-Sentinel* (Fort Lauderdale), 16 de agosto de 2001.

(23) Antonia Juhasz, *Bush Agenda: Invading the World, One Economy at a Time* (Nova York: Regan Books, 2006), 120.

(24) Jonathan D. Salant, “Cheney: I’ll Forfeit Options”, Associated Press, 1º de setembro de 2000.

(25) “Lynne Cheney Resigns from Lockheed Martin Board”, Dow Jones News Service, 5 de janeiro de 2001.

(26) Tim Weiner, “Lockheed and the Future of Warfare”, *New York Times*, 28 de novembro de 2004. NOTA DE RODAPÉ: Jeff McDonald, “City Looks at County’s Outsourcing as Blueprint”, *San Diego Union-Tribune*, 23 de julho de 2006.

(27) Sam Howe Verhovek, “Clinton Reining in Role for Business in Welfare Effort”, *New York Times*, 11 de maio de 1997; Barbara Vobejda, “Privatization of Social Programs Curbed”, *Washington Post,* 10 de maio de 1997.

(28) Michelle Breyer e Mike Ward, “Running Prisons for a Profit”, *Austin American-Statesman,* 4 de setembro de 1994; Judith Greene, “Bailing Out Private Jails”, *The American Prospect*, 10 de setembro de

2001; Madeline Baro, “Tape Shows Inmates Bit by Dogs, Kicked, Stunned”, Associated Press, 19 de agosto de 1997.

(29) Matt Moffett, “Pension Reform Pied Piper Loves Private Accounts”, *Wall Street Journal*, 3 de março de 2005.

(30) “Governor George W. Bush Delivers Remarks on Government Reform”, *FDCH Political Transcripts*, Filadélfia, 9 de junho de 2000.

(31) Jon Elliston, “Disaster in the Making”, *Tucson Weekly*, 23 de setembro de 2004.

(32) Joe M. Allbaugh, “Current FEMA Instructions & Manuals Numerical Index”, Testimony of Federal Emergency Management Agency Director Joe M. Allbaugh before the Veterans Affairs, Housing and Urban Development and Independent Agencies Subcommittee of the Senate Appropriations Committee, 16 de maio de 2001.

(33) John F. Harris e Dana Milbank, “For Bush, New Emergencies Ushered in a New Agenda”, *Washington Post*, 22 de setembro de 2001; United States General Accounting Office, *Aviation Security: Long-Standing Problems Impair Airport Screeners’ Performance*, junho de 2000, página 25, www.gao.gov.

(34) Comissão Nacional sobre os Ataques Terroristas nos Estados Unidos, *The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States*, 2004, página 85, www.gpoaccess.gov.

(35) Anita Manning, “Company Hopes to Restart Production of Anthrax Vaccine”, *USA Today*, 5 de novembro de 2001.

(36) J. McLane, “Conference to Honor Milton Friedman on His Ninetieth Birthday”, *Chicago Business*, 25 de novembro de 2002, www.chibus.com.

(37) Joan Ryan, “Home of the Brave”, *San Francisco Chronicle*, 23 de outubro de 2001; George W. Bush, “President Honors Public Servants”, Washington, DC, 15 de outubro de 2001.

(38) George W. Bush, “President Discusses War on Terrorism”, Atlanta, Geórgia, 8 de novembro de 2001.

(39) Harris e Milbank, “For Bush, New Emergencies Ushered in a New Agenda”.

(40) Andrew Bacevich, “Why Read Clausewitz When Shock an Awe Can Make a Clean Sweep of Things?”, *London Review of Books*, 8 de junho de 2006. NOTA DE RODAPÉ: Scott Shane e Ron Nixon, “In Washington, Contractors Take on Biggest Role Ever”, *New York Times*, 4 de fevereiro de 2007.

(41) Evan Ratliff, “Fear, Inc.” *Wired*, dezembro de 2005.

(42) Shane e Nixon, “In Washington, Contractors Take on Biggest Role Ever”.

(43) Matt Richtel, “Tech Investors Cull Start-Ups for Pentagon”, *Washington Post*, 7 de maio de 2007; Iniciativa Catalisadora de Defesa de Risco, “An Overview of the Defense Venture Catalyst Initiative”, devenci.dtic.mil.

(44) Ratliff, “Fear, Inc.”

(45) Jason Vest, “Inheriting a Shambles at Defense”, *Texas Observer* (Austin), 1º de dezembro de 2006; Ratliff, “Fear, Inc”; Paladin Capital Group, “Lt. General (Ret) USAF Kenneth A. Minihan”, Paladin Team, 2 de dezembro de 2003, www.paladincapgroup.com.

(46) Escritório de Segurança Nacional, *National Strategy for Homeland Security*, julho de 2002, página 1, www.whitehouse.gov; Ron Suskind, *The One Percent Doctrine: Deep Inside America’s Pursuit of Its Enemies Since 9/11* (Nova York: Simon and Schuster, 2006); “Terror Fight Spawns Startups”, *Red Herring*, 5 de dezembro de 2005.

(47) Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Comitê sobre Reforma Governamental — Equipe de Minorias, Divisão de Investigações Especiais, *Dollars, Not Sense: Government Contracting Under the Bush Administration*, Preparado para o deputado Henry A. Waxman, junho de 2006, página 5, www.democrats.reform.house.gov; Tim Shorrock, “The Corporate Takeover of U.S. Intelligence”, *Salon*, 1º de junho de 2007, www.salon.com; Rachel Monahan e Elena Herrero Beaumont, “Big Time Security”, *Forbes*, 3 de agosto de 2006; Agência Central de Inteligência, *World Factbook 2007*, www.cia.gov; “US Government Spending in States Up 6 Pct in FY’03”, Reuters, 7 de outubro de 2004; Frank Rich, “The Road from K Street to Yusufiya”, *New York Times*, 25 de junho de 2006.

(48) Monahan e Herrero Beaumont, “Big Time Security”; Ratliff, “Fear, Inc.”

(49) Quem apresentou esse número foi Roger Cressey, um antigo funcionário de contraterrorismo de Bush e atual presidente da empresa Good Harbor Consulting. Rob Evans e Alexi Mostrous, “Britain’s Surveillance Future”, *Guardian* (Londres), 2 de novembro de 2006; Mark Johnson, “Video, Sound Advances Aimed at War on Terror”, Associated Press, 2 de agosto de 2006; Ellen McCarthy, “8 Firms Vie for Pieces of Air Force Contract”, *Washington Post*, 14 de setembro de 2004.

(50) Brian Bergstein, “Attacks Spawned a Tech-Security Market That Remains Young Yet Rich”, Associated Press, 4 de setembro de 2006.

(51) Mure Dickie, “Yahoo Backed on Helping China Trace Writer”, *Financial Times* (Londres), 10 de novembro de 2005; Leslie Cauley, “NSA Has Massive Database of American’s Phone Calls”, *USA Today*, 11 de maio de 2006; “Boeing Team Awarded SBInet Contract by Department of Homeland Security”, *press release*, 21 de setembro de 2006, www.boeing.com.

(52) Robert O’Harrow Jr., *No Place to Hide* (Nova York: Free Press, 2005).

(53) “Terror Fight Spawns Startups”.

(54) Justin Rood, “FBI Terror Watch List ‘Out of Control’”, *The Blotter blog on ABC News*, 13 de junho de 2007, www.abcnews.com; Ed Pilkington, “Millions Assigned Terror Risk Score on Trips to the US”, *Guardian* (Londres), 2 de dezembro de 2006.

(55) Rick Anderson, “Flog Is My Co-Pilot”, *Seattle Weekly*, 29 de novembro de 2006; Jane Mayer, “The C.I.A.’s Travel Agent”, *The New Yorker*, 30 de outubro de 2006; Brian Knowlton, “Report Rejects European Denial of CIA Prisons”, *New York Times*, 29 de novembro de 2006; Mayer, “The C.I.A.’s Travel Agent”; Stephen Grey, *Ghost Plane: The True Story of the CIA Torture Program* (Nova York: St. Martin’s

Press, 2006), 80; Pat Milton, “ACLU File: Suit Against Boeing Subsidiary, Saying It Enabled Secret Overseas Torture”, Associated Press, 31 de maio de 2007.

(56) Andrew Buncombe, “New Maximum-Security Jail to Open at Guantanamo Bay”, *Independent* (Londres), 30 de julho de 2006; Pratap Chatterjee, “Intelligence in Iraq: L-3 Supplies Spy Support”, *CorpWatch*, 9 de agosto de 2006, www.corpwatch.com.

(57) Michelle Faul, “Guantanamo Prisoners for Sale”, Associated Press, 31 de maio de 2005; John Simpson, “No Surprises in the War on Terror”, *BBC News*, 13 de fevereiro de 2006; John Mintz, “Detainees Say They Were Charity Workers”, *Washington Post*, 26 de maio de 2002.

(58) O prisioneiro em questão foi Adel Fattough Ali Algazzar. Dave Gilson, “Why Am I in Cuba?” *Mother Jones*, setembro-outubro de 2006; Simpson, “No Surprises in the War on Terror”; Andrew O. Selsky, “AP: Some Gitmo Detainees Freed Elsewhere”, *USA Today*, 15 de dezembro de 2006.

(59) Gary Stoller, “Homeland Security Generates Multibillion Dollar Business”, *USA Today*, 10 de setembro de 2006.

(60) Sarah Anderson, John Cavanagh, Chuck Collins e Eric Benjamin, “Executive Excess 2006: Defense and Oil Executives Cash in on Conflict”, 30 de agosto de 2006, página 1, www.faireconomy.org.

(61) Ratliff, “Fear, Inc.”

(62) O’Harrow, *No Place to Hide*, 9.

CAPÍTULO 15

UM ESTADO CORPORATISTA

RETIRANDO A PORTA GIRATÓRIA, COLOCANDO UM ARCO

> **Acho isso estranho, isso é loucura. Sugerir que tudo o que fazemos é porque estamos atrás de dinheiro é maluquice. Acho que vocês precisam voltar para a escola.**
> — George H.W. Bush, em resposta à acusação de que seu filho invadira o Iraque a fim de abrir novos mercados para as empresas dos Estados Unidos[1]

> **Há uma coisa nos funcionários públicos que não se encontra no setor privado. É o dever de lealdade ao bem maior — o dever de lealdade ao melhor interesse coletivo, em vez do interesse de poucos. As empresas têm o dever de lealdade com seus acionistas, não com o país.**
> — David M. Walker, procurador-geral dos Estados Unidos, fevereiro de 2007[2]

> **Ele não vê diferença entre os interesses públicos e privados.**
> — Sam Gardiner, coronel reformado da Força Aérea dos Estados Unidos, sobre Dick Cheney, fevereiro de 2004[3]

NO CALOR DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES, EM 2006, três semanas antes de anunciar a renúncia de Donald Rumsfeld, George W. Bush assinou o Ato de Autorização de Defesa, numa cerimônia privada, no Salão Oval da Casa Branca. Essa medida, encadernada em suas 1.400 páginas, passou quase completamente despercebida na época. Ela dava ao presidente poder para declarar lei marcial e “empregar as forças armadas, inclusive a Guarda Nacional”, passando por cima da vontade dos governadores de estado, na eventualidade de uma “emergência coletiva”, de modo a “restaurar a ordem pública” e “suprimir” a desordem. Tal situação crítica podia ser um furacão, um protesto popular ou uma “emergência

de saúde pública", na qual o Exército poderia ser usado para impor quarentenas e salvaguardar o suprimento de vacinas.[4] Antes desse ato, o presidente só dispunha do poder para decretar a lei marcial diante de uma insurreição.

Com o envolvimento dos parlamentares na campanha eleitoral, o senador democrata Patrick Leahy foi uma voz isolada de advertência, lembrando às pessoas que o "uso das forças armadas para o endurecimento da lei vai contra um dos princípios fundamentais de nossa democracia" e ressaltando que "as implicações de mudar o ato são enormes, mas essa modificação foi anexada ao projeto da lei de defesa sem estudo suficiente. Outros comitês parlamentares com jurisdição sobre esses assuntos não tiveram oportunidade de fazer comentários a respeito dessas propostas, muito menos de fazer audiências".[5]

Além do Executivo, que ganhou novos poderes extraordinários, houve pelo menos mais um claro vencedor: a indústria farmacêutica. No caso da ocorrência de qualquer tipo de doença, as forças armadas podiam ser convocadas para salvaguardar seus laboratórios e suprimentos de remédios e impor quarentenas — um objetivo político antigo do governo Bush. Essa era uma boa notícia para a companhia na qual trabalhara Rumsfeld, a Gilead Sciences, que detinha a patente do Tamiflu, empregado no tratamento da gripe aviária. A nova lei, junto com o medo constante da gripe das aves, deve ter contribuído para o desempenho estelar do Tamiflu, depois que Rumsfeld deixou o cargo; em apenas cinco meses, o valor de suas ações subiu 24%.[6]

Qual foi o papel desempenhado pelas empresas na configuração das especificidades da lei? Talvez nenhum, embora seja válido levantar a questão. De modo semelhante, e numa escala ainda maior, que papel os benefícios dos contratantes como Halliburton e Bechtel, e das companhias de petróleo como a ExxonMobil, tiveram no entusiasmo com que a equipe de Bush invadiu e ocupou o Iraque? Essas perguntas sobre motivação são impossíveis de responder com precisão, porque as pessoas envolvidas são conhecidas por fundir os interesses corporatistas com os interesses nacionais, a ponto de terem se tornado incapazes de estabelecer distinções.

Stephen Kinzer, ex-correspondente do *New York Times*, em seu livro de 2006, *Overthrow*, tentou chegar ao âmago das motivações que levaram os políticos dos Estados Unidos a ordenar e orquestrar golpes de Estado no estrangeiro, durante o último século. Ao estudar o envolvimento dos Estados Unidos em operações de mudança de regime, do Havaí, em 1893, ao Iraque, em 2003, ele observa que elas frequentemente consistem num processo de três etapas. Primeiro, uma corporação multinacional sediada nos Estados Unidos enfrenta algum tipo de ameaça a seus avanços, pela ação de um governo estrangeiro que lhe exige "pagamento de impostos e obediência às leis

trabalhistas ou ambientais. Em alguns casos, essa companhia é nacionalizada ou levada a vender parte de sua terra ou de seus ativos" afirma Kinzer. Em seguida, os políticos estadunidenses tomam conhecimento dos reveses dessa corporação e os reinterpretam como um ataque aos Estados Unidos: "Eles transformam as motivações econômicas em motivações políticas ou geoestratégicas. E definem que qualquer regime capaz de importunar ou hostilizar uma empresa do país apresenta um comportamento antiamericano, repressivo, ditatorial e, provavelmente, serve de instrumento a outra potência estrangeira que deseja solapar os Estados Unidos." A terceira etapa acontece quando os políticos precisam vender para o público a necessidade de intervenção. Nesse ponto, a questão já se tornou uma luta amplamente difundida do bem contra o mal, "uma oportunidade para libertar uma nação pobre e oprimida da brutalidade de um regime apontado como ditatorial, pois, afinal, que outro tipo de regime iria importunar uma empresa estadunidense?"[(7)] Grande parte da política externa dos Estados Unidos, assim, é um exercício de projeção em massa, no qual uma pequena elite preocupada exclusivamente com seus próprios interesses funde seus desejos e necessidades com os desejos e necessidades do mundo inteiro.

Kinzer observa que essa tendência se torna particularmente perceptível em políticos que vêm diretamente do mundo corporatista para o serviço público. Por exemplo, o secretário de Estado de Eisenhower, John Foster Dulles, trabalhou como advogado superpoderoso de uma corporação internacional durante a maior parte de sua vida, representando algumas das empresas mais ricas do mundo em seus conflitos com governos estrangeiros. Diversos biógrafos de Dulles, assim como Kinzer, concluíram que o secretário de Estado era simplesmente incapaz de distinguir entre os interesses das corporações e os interesses do seu país. "Dulles acalentou duas obsessões a vida inteira: lutar contra o comunismo e proteger os interesses das corporações multinacionais", escreve Kinzer. "Na sua cabeça, elas eram (...) 'inter-relacionadas e se influenciavam mutuamente'".[(8)] Isso significava que ele não precisava escolher entre suas duas obsessões: caso o governo da Guatemala adotasse alguma medida que ferisse os interesses da United Fruit Company, por exemplo, estaria atacando diretamente os Estados Unidos e mereceria uma resposta militar por conta disso.

O governo Bush, ao perseguir suas duas obsessões de lutar contra o terrorismo e proteger os interesses das empresas multinacionais, assessorado por CEOs recém-saídos de conselhos diretores, também fica sujeito a essas mesmas confusões e misturas. Contudo, com uma diferença significativa. As companhais com as quais Dulles se identificava eram multinacionais com grandes investimentos em países estrangeiros — em mineração, agricultura, bancos e petróleo. Em geral, essas empresas compartilhavam um objetivo direto e claro:

queriam um ambiente estável e lucrativo no qual pudessem realizar seus negócios — leis brandas sobre investimentos, trabalhadores servis e nenhuma surpresa desagradável de expropriação. Golpes e intervenções militares eram meios para atingir esse fim, e não o seu objetivo principal.

Como protocapitalistas do desastre, os arquitetos da Guerra ao Terror fazem parte de um ramo de políticos corporatistas diferentes de seus predecessores. Para eles, as guerras e os outros desastres constituem os fins em si mesmos. Quando Dick Cheney e Donald Rumsfeld fundem o que é bom para empresas como Lockheed, Halliburton, Carlyle e Gilead com o que é bom para os Estados Unidos e para o mundo inteiro, realizam uma espécie de projeção cujas consequências são especialmente perigosas. Isso acontece porque o que é inquestionavelmente positivo para os limites dessas companhias é o cataclismo — guerras, epidemias, desastres naturais e escassez de recursos — e também explica por que suas fortunas aumentaram tão dramaticamente desde que Bush assumiu o poder. O que torna seus atos de projeção ainda mais perigosos é o fato de que, numa escala sem precedentes, assessores fundamentais de Bush mantiveram seus interesses no complexo do capitalismo de desastre, mesmo depois de introduzirem uma nova era de privatização da guerra e da reação ao desastre, o que lhes possibilitou lucrar, de modo simultâneo, com os desastres que ajudaram a desencadear.

Quando Rumsfeld renunciou ao cargo, depois da derrota republicana nas eleições parlamentares de 2006, por exemplo, a imprensa noticiou que ele estava retornando para o setor privado. A verdade é que ele nunca havia saído de lá. Quando aceitou a nomeação de Bush para a secretaria de Defesa, a Rumsfeld, como a todo servidor público, foi solicitado que se desfizesse de qualquer posse que pudesse perder ou ganhar em função das decisões que tomaria no cargo. Uma coisa simples — vender tudo que estivesse relacionado à segurança nacional e à defesa. Rumsfeld, no entanto, tinha um grande problema. Ele estava tão comprometido com participações em tantas indústrias relacionadas ao desastre que alegou ser impossível desvincular-se a tempo, nos prazos exigidos, e amarrou as regras da ética em vários nós, de modo a conservar o máximo que pudesse.

Ele vendeu sua participação direta na Lockheed, na Boeing e em outras empresas do ramo de defesa e investiu cerca de cinquenta milhões de dólares em *blind trust*. Mas ainda se mantinha como proprietário parcial ou integral de firmas de investimento privadas que se dedicavam aos ramos de biotecnologia e defesa. Rumsfeld não queria ter prejuízos com a venda apressada dessas companhias e pediu uma extensão de dois ou três meses do prazo limite — uma coisa extremamente rara nessa esfera de governo. Seis meses depois de ter

assumido o cargo de secretário de Defesa, ele continuava procurando compradores adequados para suas empresas e ativos, e possivelmente levou mais tempo do que isso.[9]

Quanto à empresa Gilead Sciences, que Rumsfeld dirigiu e que detinha a patente do Tamiflu, o secretário fincou o pé. Quando lhe pediram que escolhesse entre seus interesses de negócios e seu cargo público, ele simplesmente se recusou. Epidemias são questões de segurança nacional e, portanto, perfeitamente enquadradas nas atribuições do secretário de Defesa. Apesar desse gritante conflito de interesses, Rumsfeld não conseguiu vender sua participação na Gilead no período em que esteve no cargo, conservando a propriedade de algo entre oito e trinta milhões de dólares em ações da companhia.[10]

Quando a Comissão de Ética do Senado tentou investigá-lo por causa do conflito com as normas vigentes, Rumsfeld reagiu de modo abertamente beligerante. Num determinado momento, ele escreveu uma carta para o Escritório de Ética Governamental se queixando de que precisou gastar sessenta mil dólares para pagar contadores, que o ajudaram com os formulários de declaração “excessivamente complexos e confusos”. Para um homem que possuía cerca de 95 milhões de dólares em participações acionárias enquanto esteve no cargo, os sessenta mil dólares gastos com o pagamento de honorários dificilmente poderiam ser considerados desproporcionais.[11]

A recusa inexorável de Rumsfeld quanto a parar de ganhar dinheiro com o desastre, enquanto ocupava o cargo mais alto do setor de segurança do país, afetou seu desempenho de diversas formas concretas. Durante a maior parte de seu primeiro ano no posto, enquanto cuidava de conservar suas participações acionárias, Rumsfeld se recusou a tomar uma quantidade alarmante de decisões políticas cruciais: segundo a Associated Press, “ele se esquivou das reuniões no Pentágono em que a aids estava sendo discutida”. E quando o governo federal precisou decidir se interviria ou não em inúmeras fusões de alto nível e em vendas que envolveram grandes contratantes de defesa, inclusive General Electric, Honeywell, Northrop Grumman e Silicon Valley Graphics, Rumsfeld também escapou dessas discussões. Como declarou seu porta-voz oficial, o fato era que ele tinha vínculos financeiros com algumas das companhias listadas acima. “Minha tendência foi ficar distante delas dali por diante”, Rumsfeld disse a um repórter que o questionou a respeito de uma das vendas.[12]

Durante os seis anos em que esteve no cargo, Rumsfeld precisou deixar a sala todas as vezes em que a conversa se voltou para a eventualidade de uma gripe aviária e da compra de remédios para combatê-la. De acordo com a carta que delineou os arranjos que lhe permitiram conservar suas ações, ele tinha de ficar fora das decisões que “possam direta e previsivelmente afetar a Gilead”.[13]

Seus colegas, porém, cuidaram bem de seus interesses. Em julho de 2005, o Pentágono gastou 58 milhões de dólares com a compra de Tamiflu, e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos anunciou que iria encomendar cerca de um bilhão de dólares do medicamento, poucos meses depois.(14)

A teimosia de Rumsfeld valeu a pena. Se ele tivesse vendido sua participação na Gilead, no ato de posse, em janeiro de 2001, teria recebido apenas 7,45 dólares por cada ação. Diante do pavor da gripe aviária, da histeria do bioterrorismo e de suas próprias decisões administrativas de investir pesadamente na companhia, Rumsfeld viu suas ações chegarem ao patamar de 67,60 dólares, cada uma, quando deixou o cargo — um aumento de 807% (em abril de 2007, o preço havia alcançado 84 dólares por unidade).(15) Isso quer dizer que, ao deixar o posto de secretário de Defesa, Rumsfeld estava muito mais rico do que quando chegou — um acontecimento raro, para o caso de um multimilionário no serviço público.

Se Rumsfeld permaneceu ligado à Gilead, Cheney também se mostrou relutante em cortar os vínculos com a Halliburton — um arranjo que, ao contrário do que aconteceu com a ligação entre Rumsfeld e a Gilead, foi objeto de grande atenção da mídia. Antes de se afastar do cargo de CEO para concorrer como vice na chapa de George Bush, Cheney negociou um pacote de afastamento que lhe permitiu conservar sua participação em ações e opções da Halliburton. Após alguns questionamentos desconfortáveis da imprensa, ele concordou em vender parte de suas ações da companhia, lucrando o valor impressionante de 18,5 milhões de dólares no processo. Mas ele não se desfez de tudo. Segundo o *Wall Street Journal*, Cheney conservou 189 mil ações da Halliburton e quinhentas mil opções não obrigatórias, mesmo depois de chegar à vice-presidência.(16)

O fato de que Cheney ainda mantém essa quantidade de ações da Halliburton significa que, durante sua permanência no cargo de vice-presidente, recebeu milhões de dólares em dividendos, anualmente, e também um ordenado anual pago pela empresa no valor de 211 mil dólares — quase equivalente ao seu salário no governo. Quando deixar o cargo, em 2009, e puder integralizar todos os seus ativos na Halliburton, Cheney terá a oportunidade de lucrar de modo extravagante, graças aos progressos impressionantes da firma. O preço das ações da companhia subiu de dez dólares, antes da guerra no Iraque, para 41 dólares, três anos depois — um salto de 300%, graças à combinação de preços elevados da energia e dos contratos iraquianos, ambos decorrentes do envolvimento do país na guerra com o Iraque, sob os auspícios de Cheney.(17) O Iraque parece se encaixar com perfeição na fórmula de Kinzer. Saddam não representou ameaça à segurança dos Estados Unidos, mas, sim, às companhias de energia

estadunidenses, pois havia assinado, recentemente, contratos com a gigante russa do petróleo e estava em negociações com a francesa Total, deixando as empresas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha de fora; a terceira maior reserva petrolífera do mundo estava escapando das garras anglo-americanas.[18] A retirada de Saddam do poder abriu um leque de oportunidades para as gigantes petroleiras, inclusive ExxonMobil, Chevron, Shell e BP, que aguardavam a abertura de novos negócios no Iraque, assim como para a Halliburton, que, com sua mudança para Dubai, está posicionada de modo perfeito para vender seus serviços de energia a todas essas companhias.[19] A guerra, sozinha, já representa o evento mais lucrativo de toda a história da Halliburton.

Tanto Rumsfeld quanto Cheney poderiam ter tomado medidas simples a fim de se desvincularem completamente de suas participações em empreendimentos voltados para o desastre, eliminando, assim, qualquer dúvida quanto ao papel desempenhado pelo lucro em seu entusiasmo diante das situações que criaram os desastres. No entanto, fazendo isso, eles teriam perdido os anos de maior crescimento de suas próprias indústrias. Todas as vezes em que foram compelidos a escolher entre o lucro privado e a vida pública, eles preferiram o lucro, forçando os comitês de ética governamental a se adaptar à sua postura desafiadora.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente Franklin D. Roosevelt discursou veementemente contra aqueles que lucravam com a guerra, dizendo: “Eu não quero ver um único milionário criado pela guerra nos Estados Unidos, como resultado desse desastre mundial.” É possível imaginar o que ele teria feito com Cheney e seus milhões de dólares acumulados com o conflito, durante o tempo em que ocupou o cargo de vice-presidente. Ou com Rumsfeld, que, em 2004, não resistiu a negociar algumas ações da Gilead, ganhando facilmente cinco milhões de dólares, de acordo com sua declaração de renda anual, durante o período em que atuou como secretário de Defesa — um aperitivo dos lucros que o aguardavam quando saísse do cargo.[20] Na administração Bush, aqueles que lucram com a guerra não estão apenas clamando para ter acesso ao governo, eles são o próprio governo, não há distinção entre ambos.

Os anos do governo Bush têm sido caracterizados, é claro, por alguns dos escândalos de corrupção mais vergonhosos e ruidosos da memória recente: Jack Abramoff e as férias em clubes de golfe oferecidas a membros do Congresso; Randy “Duke” Cunningham, agora cumprindo pena de oito anos de prisão, com seu iate *The Duke-Stir* incluído no “cardápio de subornos” listados numa carta timbrada, entregue por funcionários parlamentares a uma empreiteira do ramo de defesa; e as festas no hotel Watergate, com prostitutas de cortesia — tudo muito parecido com Moscou ou Buenos Aires em meados dos anos 1990.[21]

E há também a porta giratória entre o governo e a indústria. Ela sempre esteve lá, porém a maior parte das figuras políticas costumava esperar o fim de sua gestão para então se beneficiar com as conexões governamentais. Com Bush, a prosperidade ininterrupta do mercado de segurança nacional se mostrou muito tentadora, e inúmeros funcionários do governo não conseguiram resistir. Assim, centenas deles, oriundos de diversas agências e órgãos governamentais, em vez de aguardarem o fim de seus mandatos e nomeações, já se incumbiram da porta. De acordo com Eric Lipton, que rastreou a ocorrência desse fenômeno no Departamento de Segurança Nacional para o *New York Times*, "lobistas veteranos de Washington e grupos de olheiros dizem que um êxodo de administradores seniores dessas proporções, numa determinada agência, tem poucos paralelos recentes". Lipton identificou 94 exemplos de funcionários públicos que haviam trabalhado na segurança doméstica e agora estavam servindo em algum segmento da indústria de segurança nacional.(22)

Há muitos casos desse tipo, e não há espaço suficiente para que sejam detalhados aqui. Alguns, no entanto, se destacam, porque envolvem os principais arquitetos da Guerra ao Terror. John Ashcroft, ex-advogado-geral e um dos primeiros a propor o Ato Patriótico, agora comanda o Grupo Ashcroft, especializado em ajudar empresas de segurança nacional a conseguir contratos com o governo federal. Tom Ridge, principal dirigente do Departamento de Segurança Nacional, agora dirige a Ridge Global e é conselheiro da companhia de tecnologia da comunicação Lucent, que atua no setor de segurança. Rudy Giuliani, ex-prefeito de Nova York e herói do 11 de Setembro, abriu sua firma Giuliani Partners quatro meses depois, a fim de vender seus serviços como consultor para situações de crise. Richard Clarke, o czar do contraterrorismo nos governos de Clinton e Bush, e crítico declarado da administração, agora trabalha como presidente da firma Good Harbor Consulting, especializada em segurança nacional e contraterrorismo. James Woolsey, chefe da CIA até 1995, está ligado atualmente ao Paladin Capital Group, uma empresa privada que investe em companhias de segurança nacional, e ocupa o cargo de vice-presidente da Booz Allen, uma das indústrias líderes do ramo de segurança nacional. Joe Allbaugh, principal dirigente da FEMA no 11 de Setembro, saiu logo após dezoito meses para montar a New Bridge Strategies, prometendo servir como "ponte" entre o mundo dos negócios e o mundo lucrativo dos contratos governamentais e das oportunidades de investimento no Iraque. Ele foi substituído por Michael Brown, que se desligou depois de apenas dois anos para montar a Michael D. Brown LLC, especializada em prevenção de desastres.(23)

"Posso sair agora?", foi o que Brown escreveu num e-mail infame para uma colega da FEMA, no meio do desastre provocado pelo furacão Katrina.(24) Essa é

exatamente a filosofia: fique no governo apenas o tempo suficiente para conseguir um título que impressione, no comando de um departamento que realize grandes contratos, e para obter informações privilegiadas sobre aquilo que vai ser negociado, e depois saia e venda as oportunidades para seus antigos colegas. O serviço público foi reduzido a pouco mais do que uma missão de reconhecimento, com vistas a trabalhos futuros no complexo do capitalismo de desastre.

Em alguns aspectos, contudo, as histórias sobre corrupção e portas giratórias deixam uma falsa impressão. Elas nos levam à conclusão de que ainda existe uma linha clara entre o Estado e o complexo, quando, na verdade, essa linha desapareceu há muito tempo. A inovação da era Bush reside não no fato de que os políticos transitam com grande rapidez de um mundo para o outro, mas na suposição que muitos fazem de que têm o direito de estar nos dois mundos, simultaneamente. Indivíduos como Richard Perle e James Baker formulam políticas, oferecem conselhos de alto nível e conversam com a imprensa como se fossem especialistas desinteressados e homens de Estado, quando estão, ao mesmo tempo, completamente envolvidos nos negócios da guerra privatizada e da reconstrução. Eles incorporam, integralmente, o cumprimento da missão corporatista: uma total fusão entre as elites política e corporativa, em nome da segurança, com o Estado no papel de presidente da guilda de mercadores — e também de maior fonte de oportunidades de negócio, graças à economia de contratos.

Onde quer que tenha surgido, nos últimos 35 anos, de Santiago a Moscou, Beijing e Washington, com o governo Bush, a aliança entre uma pequena elite das corporações e um governo de direita tem sido retratada como uma espécie de aberração — capitalismo mafioso, capitalismo oligárquico e, agora, com Bush no cargo, “capitalismo de patota”. Contudo, não se trata de uma aberração; é a direção para a qual vem apontando a cruzada integral da Escola de Chicago, com suas três obsessões — privatização, desregulamentação e fim dos sindicatos.

As recusas teimosas de Rumsfeld e Cheney a escolher entre suas participações nos empreendimentos relacionados ao desastre e suas obrigações públicas foram os primeiros sinais de que um Estado corporatista genuíno havia sido criado. Mas há ainda muitos outros.

O poder dos ex

Um dos traços distintivos da administração Bush tem sido sua confiança nos conselheiros externos e emissários independentes para desempenhar funções

cruciais: James Baker, Paul Bremer, Henry Kissinger, George Shultz, Richard Perle, assim como os membros do Conselho de Políticas de Defesa e do Comitê pela Libertação do Iraque, para nomear só alguns. Enquanto o Congresso fazia o papel de mata-borrão, durante os anos decisivos de tomada das decisões centrais, e as normas da Suprema Corte eram tratadas como meras sugestões delicadas, esses conselheiros, voluntários em sua grande maioria, adquiriram enorme influência.

O poder de tais conselheiros provém do fato de que eles exerceram funções cruciais no governo — são ex-secretários de Estado, ex-embaixadores e ex-subsecretários de Defesa. Todos estão fora da administração governamental há muitos anos e, nesse meio tempo, construíram carreiras lucrativas no complexo do capitalismo de desastre. Na medida em que são classificados como contratantes, e não como membros da equipe, não estão sujeitos às mesmas regras de conflitos de interesse que pesam sobre políticos eleitos ou nomeados — se é que estes estão submetidos a qualquer tipo de restrição. O efeito disso tem sido a eliminação da assim chamada porta giratória entre governo e indústria e a colocação de "um arco" (como me explicou o especialista em enfrentamento de desastres, Irwin Redlener). Isso permitiu que as indústrias do desastre se instalassem dentro do governo, usando a reputação desses ilustres ex-políticos como disfarce.

Quando James Baker foi nomeado, em março de 2006, codiretor do Grupo de Estudos sobre o Iraque, o painel consultivo encarregado de propor um novo meio de avançar no Iraque, verificou-se um alívio bipartidário palpável: ali estava um político da velha escola, alguém que havia conduzido o país em tempos mais estáveis, um adulto. Sem dúvida, Baker é veterano de uma era de política externa dos Estados Unidos menos inconsequente do que a atual. Contudo, isso foi há quinze anos. Quem é James Baker hoje?

Assim como Cheney, quando deixou o governo ao final do mandato de Bush pai, James Baker III fez fortuna graças a seus contatos governamentais. Especialmente lucrativos foram os amigos que ele conquistou na Arábia Saudita e no Kuwait, durante a primeira Guerra do Golfo.[25] Sua firma de advocacia, sediada em Houston, a Baker Botts, representa a família real saudita e também a Halliburton e a Gazprom, maior companhia de petróleo da Rússia, e é uma das firmas de advocacia mais importantes do mundo no campo dos negócios de gás e petróleo. Ele ainda se tornou sócio do Grupo Carlyle, recebendo uma participação estimada em 180 milhões de dólares nessa companhia altamente reservada.[26]

O Carlyle se beneficiou enormemente da guerra, graças à venda de sistemas robóticos e sistemas de comunicação de defesa e a um grande contrato para

treinar a polícia no Iraque, que foi obtido por sua controladora, a USIS. A companhia de 56 bilhões de dólares tem uma sociedade de cotas orientada para defesa, que se especializou em selecionar contratantes de defesa e torná-los públicos, um negócio altamente lucrativo nos últimos anos. “Foram os melhores dezoito meses que tivemos”, disse Bill Conway, diretor de investimentos do Carlyle, ao se referir aos primeiros dezoito meses da guerra no Iraque. “Nós ganhamos dinheiro, e rápido.” A guerra no Iraque, já claramente um desastre, se traduziu no pagamento, que foi quebra de recorde, de 6,6 bilhões de dólares aos investidores do Carlyle.(27)

Quando Bush filho trouxe James Baker de volta à vida pública, nomeando-o enviado especial para tratar da dívida do Iraque, ele não precisou se desvincular do Grupo Carlyle ou da Baker Botts, apesar de seus claros interesses na guerra. No começo, diversos comentaristas apontaram para esses sérios conflitos potenciais. O *New York Times* publicou um editorial pedindo a Baker que renunciasse a seus postos no Grupo Carlyle e na Baker Botts, a fim de preservar a integridade de sua posição como enviado para tratar da dívida. “O sr. Baker está bastante enredado numa teia de relações comerciais privadas lucrativas, que o fazem parecer uma parte potencialmente interessada em qualquer fórmula de reestruturação da dívida”, declarou o editorial. E concluiu que não era razoável para Baker “continuar a receber honorários de clientes que tinham ligações óbvias com a dívida do Iraque. (...) Para desempenhar de forma honrada suas novas funções públicas, o sr. Baker deve desistir de suas duas obrigações privadas”.(28)

Seguindo o exemplo do alto escalão governamental, Baker simplesmente se recusou, e Bush apoiou sua decisão, deixando-o encarregado do esforço de persuadir governos do mundo inteiro a perdoar a dívida externa esmagadora do Iraque. Depois que ele cumpriu quase um ano no cargo, eu obtive a cópia de um documento confidencial que provou que ele estava num conflito de interesses ainda mais direto e sério do que havia sido previsto no início. O documento de 65 páginas era um plano de empreendimentos submetido ao governo do Kuwait, um dos principais credores do Iraque, por um consórcio de companhias, inclusive o Grupo Carlyle. O consórcio se ofereceu para usar suas conexões políticas de alto nível a fim de cobrar do Iraque o equivalente a 27 bilhões de dólares de dívidas não pagas ao Kuwait, como reparação pela invasão do território kuwaitiano por Saddam — em outras palavras, para fazer exatamente o oposto daquilo que Baker deveria estar fazendo como enviado, que era convencer os governos de que as dívidas da era Saddam deveriam ser canceladas.(29)

O documento, intitulado “Proposta para Assessorar o Governo do Kuwait na Proteção e na Realização de Demandas contra o Iraque”, foi submetido quase dois meses *depois* da indicação de Baker. James Baker está citado, pessoalmente, onze vezes, tornando claro que o Kuwait se beneficiaria ao trabalhar com a companhia que empregara o homem encarregado de apagar as dívidas iraquianas. Mas havia um preço. Em troca desses serviços, o documento afirma, o governo do Kuwait teria de investir um bilhão de dólares no Grupo Carlyle. Era tráfico de influência sem arestas: pagar à companhia de Baker para se proteger de Baker. Mostrei o documento a Kathleen Clark, professora de direito na Universidade de Washington e conhecida especialista em ética e regulação governamentais, e ela me disse que ele estava num “clássico conflito de interesses. Baker está nos dois lados dessa transação: deve representar os interesses dos Estados Unidos, mas também é conselheiro sênior do Grupo Carlyle, que deseja ser pago para ajudar o Kuwait a recuperar sua parte na dívida do Iraque”. Depois de examinar o documento, Clark afirmou que “Carlyle e outras empresas estão explorando a posição atual de Baker para tentar fazer um negócio com o Kuwait que solaparia os interesses do governo dos Estados Unidos”.

No dia seguinte à publicação de minha história sobre Baker, no jornal *The Nation*, o Grupo Carlyle se retirou do consórcio e ficou privado da esperança de açambarcar um bilhão de dólares; meses depois, Baker se desligou do Grupo Carlyle e renunciou à condição de conselheiro. O estrago, no entanto, já havia sido feito: o desempenho de Baker como enviado foi sofrível, não obtendo o tipo de perdão da dívida que Bush havia prometido e de que o Iraque necessitava. Em 2005 e 2006, o Iraque pagou 2,59 bilhões de dólares em reparações das guerras de Saddam, principalmente ao Kuwait — recursos que eram desesperadamente necessários para aliviar a crise humanitária do país e para reconstruí-lo, em especial depois que as empresas dos Estados Unidos caíram fora, desperdiçando o dinheiro da ajuda e deixando o trabalho inacabado. Baker recebeu o mandato para eliminar de 90% a 95% da dívida iraquiana. Em vez disso, essa dívida foi meramente reescalonada, mantendo-se ainda como equivalente a 99% do PIB do país.[30]

Outros aspectos fundamentais da administração do Iraque também foram entregues a enviados independentes, cujas empresas receberam lucros recordes com a guerra. O ex-secretário de Estado George Shultz dirigiu o Comitê pela Libertação do Iraque, um grupo de pressão formado em 2002, a pedido da Casa Branca de Bush, para ajudá-la a semear a causa da guerra na mente das pessoas. Sem dúvida, Shultz ficou grato. Na medida em que seu papel era exercido muito proximamente ao governo, ele podia manipular a histeria quanto ao perigo

iminente que Saddam representava, inteiramente livre de qualquer obrigação de apresentar provas ou fatos. “Se tem uma cascavel no jardim, você não espera que ela dê o bote para depois agir em autodefesa”, escreveu Shultz no *Washington Post*, em setembro de 2002, sob o título de “Aja rápido: o perigo é imediato. Saddam Hussein deve ser deposto”. Shultz não revelou para seus leitores que era, na época, membro do conselho de diretores da Bechtel, na qual havia ocupado, durante anos, o cargo de CEO. A companhia ia ganhar 2,3 bilhões de dólares para reconstruir o país que Shultz estava tão ansioso para ver destruído.[31] Assim, olhando em retrospectiva, parece válido perguntar se, quando Shultz pediu ao mundo que agisse rápido, ele estava falando como um estadista veterano preocupado ou como um representante da Bechtel — ou ainda da Lockheed Martin?

De acordo com Danielle Brian, diretora-executiva do Projeto de Supervisão Governamental, um grupo de observadores sem fins lucrativos: “É impossível determinar onde termina o governo e começa a Lockheed.” É ainda mais difícil dizer onde termina a Lockheed e começa o Comitê pela Libertação do Iraque. O grupo que Shultz liderou e usou como plataforma a favor da guerra foi reunido por Bruce Jackson, que, apenas três meses antes, assumira o cargo de vice-presidente de estratégia e planejamento da Lockheed Martin. Jackson afirma que formou o grupo a pedido de “gente da Casa Branca”, mas o fez com antigos colegas da Lockheed. Além de Jackson, os representantes da Lockheed eram Charles Kupperman, vice-presidente de mísseis espaciais e estratégicos da firma, e Douglas Graham, diretor dos sistemas de defesa. Embora o comitê tivesse sido formado a pedido explícito da Casa Branca para ser um braço de propaganda da guerra, ninguém precisou se desligar da Lockheed ou vender suas participações. Sem dúvida, isso foi ótimo para os membros do comitê, pois o preço das ações da Lockheed subiu 145%, graças à guerra que eles tinham ajudado a criar — de 41 dólares, em março de 2003, para 102 dólares, em fevereiro de 2007.[32]

Em seguida, vem Henry Kissinger, o homem que começou a contrarrevolução, com seu apoio ao golpe de Pinochet. No livro *State of Denial*, lançado em 2006, Bob Woodward revelou que Dick Cheney mantém reuniões mensais com Kissinger, enquanto Bush se encontra com ele quase com a mesma frequência, “tornando-o o conselheiro externo mais regular e frequente de Bush para assuntos estrangeiros”. Cheney disse a Woodward: “Provavelmente, falo com Kissinger mais do que falo com qualquer outra pessoa.”[33]

Mas quem Kissinger representava nessas reuniões de alto nível? Como Baker e Shultz, ele foi secretário de Estado; porém, não ficou no cargo durante três décadas. Desde 1982, quando fundou sua companhia privada e reservada, a Kissinger Associates, seu trabalho tem sido o de representar um rol de clientes

que parece incluir todo mundo, como Coca-Cola, Union Carbide, Hunt Oil, a gigante de engenharia Fluor (uma das maiores vencedoras de contratos de reconstrução no Iraque) — e ainda a sua velha parceira na ação secreta do Chile, a ITT.(34) Assim sendo, quando se encontrava com Cheney, ele estava atuando como um estadista veterano ou como um lobista muito bem pago por seus clientes do petróleo e da engenharia?

Kissinger deu fortes indícios sobre a localização de suas lealdades, em novembro de 2002, quando Bush o nomeou para dirigir a Comissão do 11 de Setembro, talvez a função mais crucial que qualquer patriota poderia desejar em seu retorno da aposentadoria. Mesmo assim, quando as famílias das vítimas pediram a Kissinger que fizesse uma lista das corporações que eram suas clientes, apontando para possíveis conflitos de interesses com a investigação, ele se recusou a cooperar com esse gesto básico de compromisso e transparência públicos. Em vez de revelar os nomes de seus clientes, deixou o cargo de direção da comissão.(35)

Richard Perle, amigo e sócio de Kissinger, faria aquela mesma escolha um ano depois. Como tinha sido funcionário de defesa no governo Reagan, Perle foi convidado por Rumsfeld para dirigir o Conselho de Políticas de Defesa. Antes que ele assumisse o cargo, o conselho era um painel consultivo discreto, um mecanismo para transmitir os conhecimentos das antigas administrações para os governos atuais. Perle o transformou numa plataforma para si mesmo, usando o cargo importante para argumentar agressivamente na imprensa em favor de uma guerra preventiva no Iraque. Ele também o usou de outras maneiras. De acordo com uma investigação de Seymour Hersh, na *New Yorker*, ele invocou o cargo para solicitar investimentos em sua nova companhia. Como se descobriu depois, Perle foi um dos primeiros capitalistas do desastre posteriores ao 11 de Setembro — apenas dois meses após os ataques, ele lançou sua empresa de capital de risco Trireme Partners, que investiria em firmas encarregadas de desenvolver produtos e serviços relevantes para segurança nacional e defesa. Em cartas que solicitavam negócios, a Trireme se gabou de suas conexões políticas: “Três membros do Grupo de Administração da Trireme assessoram o secretário de Defesa dos Estados Unidos atualmente, com assento no Conselho de Políticas de Defesa do país.” Esses três eram Perle, seu amigo Gerald Hillman e Henry Kissinger.(36)

Uma das primeiras investidoras de Perle foi a Boeing — a segunda maior contratante do Pentágono —, que contribuiu com vinte milhões de dólares para garantir a continuidade da Trireme. Perle se tornou um fã declarado da Boeing e escreveu um editorial em apoio ao controvertido contrato, entre a empresa e o Pentágono, de 17 bilhões de dólares para a construção de carros-tanque.[60] (37)

Embora Perle tenha contado a seus investidores sobre sua ligação com o Pentágono, muitos de seus colegas do Conselho de Políticas de Defesa disseram que ele não lhes falou sobre a Trireme. Ao ouvir falar da empresa, um deles a descreveu como “à margem ou fora do padrão ético”. No final, todos esses vínculos conflitantes encurralaram Perle — e ele, tal como Kissinger, teve de escolher entre fazer políticas de defesa ou lucrar com a Guerra ao Terror. Em março de 2003, assim que a guerra do Iraque começou e a bonança dos contratantes estava prestes a se iniciar, Perle deixou o cargo de diretor do Conselho de Políticas de Defesa.[38]

Não há nada que enfureça Richard Perle mais do que a sugestão de que sua defesa de uma guerra ilimitada para acabar com todo o mal seja influenciada, de algum modo, pela enorme lucratividade que essa proposição trouxe para ele mesmo, diretamente. Na CNN, Wolf Blitzer confrontou Perle com a observação de Hersh, de que “ele organizou uma empresa que pode ganhar com a guerra”. Mais tarde, isso seria evidente, mas Perle explodiu e chamou Hersh, que foi ganhador de um Prêmio Pulitzer, “do exemplo mais próximo de um terrorista no jornalismo dos Estados Unidos, francamente”. E disse a Blitzer: “Não acredito que uma companhia possa ganhar com a guerra. (...) A sugestão de que minhas ideias estão, de algum modo, relacionadas com o potencial de investimentos na defesa nacional é completamente sem sentido.”[39]

Era uma reclamação estranha. Se uma empresa de capital de risco, fundada para investir em companhias de defesa e segurança, fosse administrada para não ganhar com a guerra, estaria, sem dúvida, cometendo um deslize contra seus investidores. O episódio levantou grandes questões sobre o papel desempenhado por figuras como Perle, que ficam numa zona cinzenta, entre o capitalista de desastre, o intelectual público e o formulador de políticas. Se um executivo da Lockheed ou da Boeing fosse ao canal de televisão Fox News para defender a mudança de regime no Irã (como Perle fez), seu óbvio interesse próprio iria negar qualquer argumento intelectual que apresentasse. Ainda assim, Perle continua sendo apontado como “analista” ou conselheiro do Pentágono, talvez como “neoconservador”, porém jamais aparece qualquer sugestão de que ele seja um negociante de armas com um vocabulário impressionante.

Sempre que os membros desse círculo de Washington são confrontados com seus interesses econômicos nas guerras que apoiam, eles respondem, invariavelmente, da mesma forma que Perle: essa sugestão é inteiramente absurda, simplista e vagamente terrorista. Os neoconservadores — que incluem Cheney, Rumsfeld, Shultz, Jackson e, eu diria, Kissinger — se esforçam bastante para projetar a si próprios como intelectuais puros ou realistas implacáveis, movidos por ideologia e grandes ideias, entre as quais a mais universal de todas:

o lucro. Bruce Jackson, por exemplo, diz que a Lockheed não aprovou sua atividade extracurricular na política externa. Perle argumenta que sua associação com o Pentágono o atingiu nos negócios, pois "parece que há (...) coisas que você não pode dizer nem fazer". O sócio de Perle, Gerald Hillman, insiste que Perle "não é um financista. Ele não tem nenhum desejo de ganho financeiro". Douglas Feith, quando foi subsecretário de Defesa para política, reclamou que "a ligação anterior do vice-presidente [com a Halliburton] fez com que pessoas do governo ficassem relutantes em aprovar o contrato, decididas mesmo a não autorizá-lo, embora entregá-lo à KRB [Kellogg, Brown & Root, a antiga subsidiária da Halliburton] fosse o mais certo".(40)

Mesmo os seus críticos mais assumidos tendem a retratar os neoconservadores como crentes verdadeiros, motivados exclusivamente pelo compromisso integral com a supremacia de poder dos Estados Unidos e de Israel, a ponto de aceitarem o sacrifício de seus interesses econômicos, em benefício da "segurança". Essa distinção é artificial e desmemoriada. O direito à busca do lucro ilimitado sempre esteve no coração da ideologia neoconservadora. Antes do 11 de Setembro, as exigências de privatização radical e os ataques aos gastos sociais inspiravam o movimento neoconservador — com Friedman à frente — em *think tanks* como American Enterprise Institute, Heritage e Cato.

Diante da Guerra ao Terror, os neoconservadores não abandonaram seus objetivos corporatistas globais; encontraram um modo novo, e ainda mais efetivo, de alcançá-los. Sem dúvida, esses falcões de Washington estão comprometidos com o papel imperial dos Estados Unidos no mundo e com Israel, no Oriente Médio. No entanto, é impossível separar esse projeto militar — guerra interminável no exterior e Estado de segurança no plano doméstico — dos interesses com o complexo do capitalismo de desastre, que construiu uma indústria multibilionária, com base nessas mesmas suposições. Nos campos de batalha do Iraque, essa fusão entre objetivos políticos e lucrativos ficou mais clara do que em qualquer outro lugar.

NOTAS DO CAPÍTULO 15

(1) Jim Krane, “Former President Bush Battles Arab Critics of His Son”, Associated Press, 21 de novembro de 2006.

(2) Scott Shane e Ron Nixon, “In Washington, Contractors Take on Biggest Role Ever”, *New York Times*, 4 de fevereiro de 2007.

(3) Jane Mayer, “Contract Sport”, *The New Yorker*, 16 de fevereiro de 2004.

(4) “HR 5122: John Warner National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2007 (Enrolled as Agreed to or Passed by Both House and Senate)”, thomas.loc.gov.

(5) “Remarks of Sen. Patrick Leahy on National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2007, Conference Report, Congressional Record”, States News Service, 29 de setembro de 2006.

(6) Gilead Sciences, “Stock Information: Historical Price Lookup”, www.gilead.com.

(7) Entrevista com Stephen Kinzer, *Democracy Now!*, 21 de abril de 2006, www.democracynow.org.

(8) A frase “inter-relacionadas e se influenciavam mutuamente” foi retirada do historiador James A. Bill. Stephen Kinzer, *Overthrow: America’s Century of Regime Change from Hawaii to Iraq* (Nova York: Times Books, 2006), 122.

(9) Robert Burns, “Defense Chief Shuns Involvement in Weapons and Merger Decisions to Avoid Conflict of Interests”, Associated Press, 23 de agosto de 2001; Matt Kelley, “Defense Secretary Sold Up to $91 Million in Assets to Comply with Ethic Rules, Complains about Disclosure Forms”, Associated Press, 18 de junho de 2002; Pauline Jelinek, “Rumsfeld Asks for Deadline Extension”, Associated Press, 17 de julho de 2001.

(10) John Stanton, “Big Stakes in Tamiflu Debate”, *Roll Call*, 15 de dezembro de 2005.

(11) A declaração de bens de Rumsfeld, em 2005, mostra que ele tem “participações no valor de 95,9 milhões de dólares, das quais teve um rendimento de treze milhões de dólares, e propriedades de terra no valor de dezessete milhões de dólares, de cujos aluguéis recebeu um milhão de dólares”. Geoffrey Lean e Jonathan Owen, “Donald Rumsfeld Makes $5 Mi Bailing on Bird Flu Drug”, *Independent* (Londres), 12 de março de 2006; Kelley, “Defense Secretary Sold Up to $91 Million in Assets...”

(12) Burns, “Defense Chief Shuns Involvement...”

(13) Stanton, “Bit Stakes in Tamiflu Debate”.

(14) Nelson D. Schwartz, “Rumsfeld’s Growing Stake in Tamiflu”, *Fortune*, 31 de outubro de 2005.

(15) Gilead Sciences, “Stock Information: Historical Price Lookup”, www.gilead.com.

(16) Cassel Bryan-Low, “Cheney Cashed in Halliburton Options Worth $35 Million”, *Wall Street Journal*, 20 de setembro de 2000.

(17) Ken Herman, “Cheneys Earn $8,8 Million to Bushes’ $735,000”, Austin, *American-Statesman*, 15 de abril de 2006; Halliburton, Investor Relations, “Historical Price Lookup”, www.halliburton.com.

(18) Sarah Karush, “Once Privileged in Iraq, Russian Oil Companies Hope to Compete on Equal Footing After Saddam”, Associated Press, 14 de março de 2003; Saeed Shah, “Oil Giants Scramble for Iraqi Riches”, *Independent* (Londres), 14 de março de 2003.

(19) “Waiting for the Green Light”, *Petroleum Economist*, 1º de outubro de 2006.

(20) Lean e Owen, “Donald Rumsfeld Makes $5m Killing on Bird Flu Drug”.

(21) Jonathan Weisman, “Embattled Rep. Ney Won’t Seek Reelection”, *Washington Post*, 8 de agosto de 2006; Sonya Geis e Charles R. Babcock, “Former GOP Lawmaker Gets 8 Years”, *Washington Post*, 4 de março de 2006; Judy Bachrach, “Washington Babylon”, *Vanity Fair*, 1º de agosto de 2006.

(22) Eric Lipton, “Former Antiterror Officials Find Industry Pays Better”, *New York Times*, 18 de junho de 2006.

(23) Ellen Nakashima, “Ashcroft Finds Private-Sector Niche”, *Washington Post*, 12 de agosto de 2006; Lipton, “Former Antiterror Officials Find Industry Pays Better”; Good Harbor Consulting, LLC, www.goodharbor.net; Paladin Capital Group, “R. James Woolsey — VP”; Paladin Team, www.paladincapgroup.com; Booz Allen Hamilton, “R. James Woolsey”, www.boozallen.com; Douglas Jehl, “Insiders’ New Firm Consults on Iraq”, *New York Times*, 30 de setembro de 2003; “Former FEMA Head to Start Consulting Business on Emergency Planning”, Associated Press, 24 de novembro de 2005.

(24) “Former FEMA Head Discussed Wardrobe During Katrina Crisis”, Associated Press, 3 de novembro de 2005.

(25) Seymour M. Hersh, “The Spoils of the Gulf War”, *New Yorker*, 6 de setembro de 1993.

(26) Michael Isikoff e Mark Hosenball, “A Legal Counterattack”, *Newsweek*, 16 de abril de 2003; John Council, “Baker Botts’ ‘Love Shack’ for Clients”, *Texas Lawyer*, 6 de março de 2006; Erin E. Arvedlund, “Russian Oil Politics in a Texas Court”, *New York Times*, 15 de fevereiro de 2005; Robert Bryce, “It’s a Baker Botts World”, *The Nation*, 11 de outubro de 2004.

(27) Peter Smith e James Politi, “Record Pay-Outs from Carlyle and KKR”, *Financial Times* (Londres), 20 de outubro de 2004.

(28) “Cutting James Baker’s Ties”, *New York Times*, 12 de dezembro de 2003.

(29) As informações dos dois próximos parágrafos foram retiradas de Naomi Klein, “James Baker’s Double Life: a Special Investigation”, *The Nation*, disponibilizado na internet em 12 de outubro de 2004, www.thenation.com.

(30) David Leigh, “Carlyle Pulls Out of Iraq Debt Recovery Consortium”, *Guardian* (Londres), 15 de outubro de 2004; Comissão de Compensação das Nações Unidas, “Payment of Compensation”, *press*

releases, 2005-2006, www.unog.ch; Klein, "James Baker's Double Life"; Banco Mundial, "Data Sheet for Iraq", 23 de outubro de 2006, www.worldbank.org.

(31) Eric Schmitt, "New Group Will Lobby for Change in Iraqi Rule", *New York Times*, 15 de novembro de 2002; George P. Shultz, "Act Now", *Washington Post*, 6 de setembro de 2002; Harry Esteve, "Ex-Secretary Stumps for Gubernatorial Hopeful", *Oregonian* (Portland), 12 de fevereiro de 2002; David R. Baker, "Bechtel Pulling Out after 3 Rough Years of Rebuilding Work", *San Francisco Chronicle*, 1º de novembro de 2006.

(32) Tim Weiner, "Lockheed and the Future of Warfare", *New York Times*, 28 de novembro de 2004; Schmitt, "New Group Will Lobby for Change in Iraqi Rule"; John Laughland, "The Prague Racket", *Guardian* (Londres), 22 de novembro de 2002; John B. Judis, "Minister without Portfolio", *The American Prospect*, maio de 2003; Lockheed Martin, Investor Relations, "Stock Price Details", www.lockheedmartin.com.

(33) Bob Woodward, *State of Denial* (Nova York: Simon & Schuster, 2006), 406-407.

(34) James Dao, "Making a Return to the Political Stage", *New York Times*, 28 de novembro de 2002; Leslie H. Gelb, "Kissinger Means Business", *New York Times*, 20 de abril de 1986; Jeff Gerth, "Ethics Disclosure Filed with Panel", *New York Times*, 9 de março de 1989.

(35) James Hardin, "Kissinger Second Take", *Financial Times* (Londres), 14 de dezembro de 2002.

(36) Seymour M. Hersh, "Lunch with the Chairman", *The New Yorker*, 17 de março de 2003.

(37) *Ibid.*; Thomas Donnelly e Richard Perle, "Gas Stations in the Sky", *Wall Street Journal*, 14 de agosto de 2003; NOTA DE RODAPÉ: R. Jeffrey Smith, "Tanker Inquiry Finds Rumsfeld's Attention Was Elsewhere", *Washington Post*, 20 de junho de 2006; Tony Capaccio, "Boeing Proposes Bonds for 767 Lease Deal", *Seattle Times*, 4 de março de 2003.

(38) Hersh, "Lunch with the Chairman"; Tom Hamburger e Dennis Berman, "U.S. Adviser Perle Resigns as Head of Defense Board", *Wall Street Journal*, 28 de março de 2003.

(39) Entrevista com Richard Perle, *CNN: Late Edition with Wolf Blitzer*, 9 de março de 2003.

(40) Judis, "Minister without Portfolio"; David S. Hilzenrath, "Richard N. Perle's Many Business Ventures Followed His Years as a Defense Official", *Washington Post*, 24 de maio de 2004; Hersh, "Lunch with the Chairman"; T. Christian Miller, *Blood Money: Wasted Billions, Lost Lives and Corporate Greed in Iraq* (Nova York: Little, Brown and Company, 2006), 73.

PARTE 6

IRAQUE, CÍRCULO FECHADO

SUPERCHOQUE

> **Um dos riscos das operações baseadas no choque tem a ver com a probabilidade de “consequências indesejáveis”, ou com a precipitação de reações que não puderam ser previstas. Por exemplo, ataques extensivos à infraestrutura, à rede de eletricidade ou ao sistema econômico de uma nação podem criar dificuldades tão extremas que a disposição para lutar de nossos oponentes nativos se fortalece em vez de se enfraquecer.**
> — Tenente-coronel John N.T. Shanahan, “Shock-Based Operations”, *Air & Space Power*, 15 de outubro de 2001

> **A brutalidade física direta cria apenas ressentimento, hostilidade e futura rebeldia. (...) Interrogados que tenham suportado a dor são mais difíceis de manipular com outros métodos. O efeito tem sido o de restaurar a confiança e a maturidade do sujeito, e não o de reprimi-lo.**
> — *Kubark Counterintelligence Interrogation*, manual da CIA, 1963

CAPÍTULO 16

APAGANDO O IRAQUE

À PROCURA DE UM "MODELO" PARA O ORIENTE MÉDIO

> **O introvertido esquizofrênico ou melancólico pode ser comparado a uma cidade que fechou seus portões e se recusa a trocar com o resto do mundo. (...) Uma brecha foi aberta no muro e as relações com o mundo foram restabelecidas. Infelizmente, não podemos controlar o tamanho do estrago feito nesse bombardeio.**
> — Andrew M. Wyllie, psiquiatra britânico, sobre a terapia de eletrochoque, 1940[1]

> **No mundo posterior ao 11 de Setembro, pensei que o uso prudente da violência pudesse ser terapêutico.**
> — Richard Cohen, colunista do jornal *Washington Post*, sobre seu apoio à invasão do Iraque[2]

EM MARÇO DE 2004, ESTIVE EM BAGDÁ por menos de três horas, e as coisas não estavam indo bem. Primeiro, nosso carro não apareceu no lugar marcado no aeroporto, e eu e meu fotógrafo, Andrew Stern, tivemos de fazer um percurso pela via que ainda era chamada de "a estrada mais perigosa do mundo". Quando chegamos ao hotel, no movimentado distrito de Karada, fomos recebidos por Michael Birmingham, um ativista da paz irlandês que havia se mudado para Bagdá antes da invasão. Perguntei-lhe se podia me apresentar a alguns iraquianos preocupados com os planos para privatização de sua economia. "Ninguém aqui está preocupado com privatização", Michael nos falou. "A sobrevivência é a principal preocupação."

Seguiu-se um debate tenso sobre a ética de trazer uma agenda política para a zona de guerra. Michael não quis dizer que os iraquianos apoiassem os planos de privatização — apenas que a maior parte das pessoas tinha preocupações mais urgentes. Elas estavam aflitas com a possibilidade de suas mesquitas serem atingidas pelas bombas ou de encontrarem um primo desaparecido na prisão de

Abu Ghraib, controlada pelos Estados Unidos. Elas ficavam ansiosas para saber como arranjariam água para beber e tomar banho no dia seguinte, e não porque uma companhia estrangeira queria privatizar o sistema de água para vendê-lo de volta, um ano depois. A tarefa de um estrangeiro, argumentou Michael, é tentar documentar a realidade da guerra e da ocupação, e não decidir quais devem ser as prioridades dos iraquianos.

Eu me defendi da melhor maneira possível, mostrando que a venda daquele país para a Bechtel e a ExxonMobil não era uma ideia com a qual eu sonhara — ela já estava sendo implementada, em seus primeiros estágios, pelo enviado especial da Casa Branca ao Iraque, L. Paul Bremer III. Durante meses, eu cobrira o leilão dos ativos estatais iraquianos em eventos comerciais realizados nos salões de festas dos hotéis, onde vendedores de coletes à prova de bala e outros artigos de proteção aterrorizavam homens de negócio com histórias de membros mutilados, enquanto os representantes comerciais do governo dos Estados Unidos garantiam a todos que não era assim tão ruim quanto aparecia na televisão. "A melhor ocasião para investir é aquela em que ainda há sangue no chão", disse-me, com franqueza, um delegado da "Rebuilding Iraq 2", conferência realizada em Washington, D.C.

A dificuldade de encontrar pessoas interessadas em falar sobre economia em Bagdá não foi surpreendente. Os arquitetos daquela invasão acreditavam piamente na doutrina do choque — e sabiam que enquanto os iraquianos estavam sendo consumidos pelas emergências do cotidiano, o país podia ser leiloado discretamente e os resultados, anunciados como negócio feito. Como jornalistas e ativistas, parecíamos estar esgotando nossa atenção nos ataques físicos espetaculares, esquecendo que os maiores beneficiários dos ganhos nunca mostram a cara nos campos de batalha. No Iraque, havia muito a ganhar: não apenas as terceiras maiores reservas de petróleo do mundo, mas um território que permanecera fora do ímpeto para construção de um mercado global, baseado na visão de capitalismo desregulado de Friedman. Depois que a cruzada conquistou a América Latina, a África, a Europa Oriental e a Ásia, o mundo árabe passou a constituir a sua fronteira final.

Enquanto Michael e eu debatíamos, andando de um lado para o outro, Andrew foi fumar um cigarro na varanda. Quando abriu a porta de vidro, todo o ar pareceu ser tragado para fora do quarto. Fora da janela, havia uma bola de fogo que parecia lava, de um vermelho profundo salpicado de negro. Tiramos nossos sapatos e descemos correndo, de meias, cinco andares de escadas. O saguão estava coberto de cacos de vidro. Na outra esquina, o hotel Monte Líbano jazia transformado em escombros, junto com uma casa vizinha, ambos

destruídos por uma bomba de uma tonelada que representou, até então, o maior ataque desse tipo desde o início da guerra.

Andrew correu com sua câmera até os destroços; tentei não segui-lo, mas acabei indo também. Depois de apenas três horas em Bagdá, eu já estava quebrando a minha regra número um: não correr atrás de bombas. Quando voltei ao hotel, todos os repórteres independentes e membros de ONGs bebiam *arak* e tentavam controlar a própria adrenalina. Todos continuavam sorrindo para mim e dizendo: “Bem-vinda a Bagdá!” Olhei para Michael e ambos reconhecemos, silenciosamente, que, sim, ele havia vencido a discussão. A última palavra veio da própria guerra: “Bombas, e não jornalistas, fazem a agenda aqui.” E fazem mesmo. Não apenas sugam o oxigênio em seu vórtice, como exigem tudo o mais: nossa atenção, nossa compaixão, nosso ódio.

Naquela noite, pensei em Claudia Acuña, a jornalista extraordinária que conheci em Buenos Aires, dois anos antes, e que havia me dado uma cópia da “Carta aberta de um escritor à junta militar”, de Rodolfo Walsh. Ela me advertira que a violência extrema acaba nos impedindo de perceber os interesses que estão por trás. Ou seja, isso já estava acontecendo com o movimento contra a guerra. Nossas explicações para o conflito raramente passavam de respostas de uma única palavra: petróleo, Israel, Halliburton. Muitos optaram pela oposição à guerra porque a viam como um ato de loucura do presidente, que confundia a si próprio com um monarca, e de seu inseparável companheiro britânico, que desejava ficar do lado vencedor da história. Havia pouco interesse na ideia de que a guerra era uma escolha política racional, que os arquitetos da invasão desencadearam essa violência selvagem porque não podiam abrir as economias fechadas do Oriente Médio por meios pacíficos, e que o nível de terror era proporcional ao risco que todos corriam.

A invasão do Iraque foi justificada para o público com base no medo das armas de destruição em massa porque, como explicou Paul Wolfowitz, essas armas eram “uma questão com a qual todo mundo concordava” — em outras palavras, eram a desculpa com menor denominador comum.[3] A razão menos densa, preferida pelos defensores intelectuais da guerra, era a “teoria-modelo”. De acordo com os sábios dessa teoria, muitos identificados como neoconservadores, o terrorismo se originava em diversos lugares do mundo árabe e muçulmano: os sequestradores de avião do 11 de Setembro vieram da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos e Líbano; o Irã financiava o Hezbollah; a Síria hospedava a liderança do Hamas; o Iraque mandava dinheiro para as famílias dos homens-bomba palestinos. Para esses defensores da guerra, que

consideravam ataques a Israel como ataques aos Estados Unidos, já que não havia diferença entre os dois, também era possível qualificar a região inteira como um território potencialmente gerador de terroristas.

Então, o que havia nessa região do mundo que produzia o terrorismo, eles se perguntavam? Impossibilitados de compreender as políticas de Estados Unidos e Israel como fatores contribuintes, que dirá como provocações, eles identificavam as causas com outra questão — o déficit regional de democracia de livre mercado.[61] (4)

Na medida em que o mundo árabe inteiro não poderia ser conquistado de uma só vez, um primeiro país deveria servir de catalisador. Os Estados Unidos invadiriam esse país e o transformariam, como disse Thomas Friedman, principal proselitista dessa teoria na mídia, "num modelo diferente no coração do mundo árabe e muçulmano", que desencadearia uma série de ondas democráticas e neoliberais por toda a região. Joshua Muravchik, um erudito do American Enterprise Institute, profetizou um "tsunami no mundo islâmico" em "Teerã e Bagdá", enquanto o ultraconservador Michael Ledeen, conselheiro da administração Bush, descreveu o objetivo como "uma guerra para refazer o mundo".[62] (5)

Dentro da lógica interna dessa teoria, lutar contra o terrorismo, expandir a fronteira do capitalismo e realizar eleições se embalavam num único projeto unificado. O Oriente Médio passaria por uma "limpeza" de terroristas e uma zona gigante de livre-comércio seria criada; tudo isso seria, então, enfeixado por uma eleição realizada logo em seguida — uma espécie de três em um especial. George W. Bush, mais tarde, simplificou essa agenda em uma única frase: "espalhar a liberdade numa região problemática", e muitos confundiram o sentimento com um comprometimento de olhos brilhantes com a democracia.(6) Porém, tratava-se daquele tipo diferente de liberdade, que fora oferecido ao Chile, nos anos 1970, e à Rússia, nos anos 1990 — a liberdade para as multinacionais do Ocidente se apropriarem dos Estados recentemente privatizados —, esse era o núcleo da teoria-modelo. O presidente deixou isso perfeitamente claro apenas oito dias depois, quando declarou o fim dos grandes combates no Iraque e anunciou os planos para "estabelecimento de uma área de livre-comércio entre Estados Unidos e Oriente Médio, dentro de uma década".(7) Liz, filha de Dick Cheney e veterana da aventura da terapia de choque soviética, foi encarregada desse projeto.

Quando a ideia de invadir um país árabe e transformá-lo num Estado-modelo começou a ganhar corpo, após o 11 de Setembro, foram aventados os nomes de vários países possíveis — Iraque, Síria, Egito e, segundo a preferência de Michael Ledeen, Irã. O Iraque, entretanto, tinha muita coisa a recomendá-lo.

Além de suas vastas reservas de petróleo, também possuía uma localização central adequada à instalação de bases militares, agora que a Arábia Saudita parecia menos confiável. O uso que Saddam fez das armas químicas contra seu próprio povo o tornou muito fácil de ser odiado. Outro fator, frequentemente desconsiderado, era que o Iraque tinha a vantagem da familiaridade.

A Guerra do Golfo, em 1991, tinha sido a última grande ofensiva terrestre dos Estados Unidos, envolvendo centenas de milhares de tropas, e, nos doze anos seguintes, o Pentágono vinha utilizando a batalha como padrão em seminários, treinamentos e elaboração de jogos de guerra. Um exemplo dessa teoria de pós-jogo foi um ensaio que capturou a imaginação de Donald Rumsfeld, chamado *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*. Escrito por um grupo de estrategistas dissidentes da Universidade de Defesa Nacional, em 1996, o ensaio se coloca como uma doutrina militar de amplo alcance, mas trata mesmo é de recriar a Guerra do Golfo. Seu principal autor, o comandante reformado da Marinha, Harlan Ullman, explicou que o projeto começou quando o general Chuck Horner, comandante da guerra aérea na invasão de 1991, foi questionado sobre sua maior frustração ao combater Saddam Hussein. Ele disse que não soube onde "enfiar a agulha" para fazer o Exército iraquiano sucumbir. "Choque e Pavor", escreve Ullman (que cunhou a expressão), "foi elaborado para responder a essa questão: se a Tempestade no Deserto pudesse ser recriada, como faríamos para ganhar em metade do tempo ou menos e com forças ainda menores? (...) A chave para esse sucesso é encontrar os pontos de entrada para as agulhas de Horner — os locais que, ao serem alvejados, levam o inimigo imediatamente ao colapso".[(8)] Os autores estavam convencidos de que se as forças armadas dos Estados Unidos tivessem outra chance de combater Saddam, fariam isso com um posicionamento melhor para encontrar aqueles "pontos de entrada", graças às novas tecnologias de satélite e às novas descobertas dos armamentos de precisão, que ajudariam a enfiar as "agulhas" com uma acuidade sem precedentes.

O Iraque tinha uma outra vantagem. Enquanto as forças armadas dos Estados Unidos estavam ocupadas, fantasiando uma nova Tempestade no Deserto, com aprimoramento tecnológico equivalente à "diferença entre Atari e PlayStation", como disse um comentarista, a capacidade militar iraquiana tinha retrocedido com violência e rapidez, erodida pelas sanções e praticamente desmantelada pelo programa de inspeção de armas administrado pelas Nações Unidas.[(9)] Aquilo significava que, comparado com o Irã ou a Síria, o Iraque parecia o local mais provável para se vencer uma guerra.

Thomas Friedman estava seguro quanto ao significado da escolha do Iraque como modelo. "Não estamos fazendo um trabalho de construção de uma nação

no Iraque. Nós estamos criando uma nação", escreveu ele — como se a procura por uma grande nação árabe, rica em petróleo, para criar a partir do zero, fosse uma coisa natural, e mesmo nobre, a se fazer no século XXI.[10] Friedman está entre os muitos defensores da guerra curta que, desde então, alegam não terem previsto a carnificina que se seguiria à invasão. É difícil de acreditar que ele não percebeu esse detalhe. O Iraque não era um espaço vazio no mapa; era e continua sendo uma cultura tão antiga quanto a civilização humana, com feroz orgulho anti-imperialista, forte nacionalismo árabe, crenças profundamente enraizadas e grande parte da população masculina adulta possuidora de treinamento militar. Se a "criação de uma nação" ia acontecer no Iraque, o que deveria ser feito com a nação que já existia exatamente ali? A suposição não declarada, desde o início, era que grande parte dela deveria desaparecer, a fim de limpar o terreno para o grande experimento — uma ideia que continha, em seu cerne, a certeza de uma violência colonialista extraordinária.

Trinta anos antes, quando a contrarrevolução da Escola de Chicago deu seu primeiro salto do manual para o mundo real, também ansiou por apagar nações e criar outras em seu lugar. Assim como o Iraque, em 2003, o Chile, em 1973, pretendeu servir de modelo para todo o continente rebelado, e durante muitos anos serviu. Os regimes brutais que implementaram as ideias da Escola de Chicago nos anos 1970 assim entenderam, pois nas novas nações idealizadas para surgir no Chile, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, categorias inteiras de pessoas e suas culturas precisaram ser extraídas "pela raiz".

Nos países que sofreram a limpeza política, houve esforços coletivos para se chegar a um termo com essa história violenta — comissões da verdade, escavações de covas anônimas e o começo de julgamentos por crime de guerra contra os perpetradores. Mas as juntas militares da América Latina não agiram sozinhas: foram apoiadas por Washington, antes e depois dos golpes, como já foi amplamente documentado. Em 1976, por exemplo, ano do golpe argentino, quando milhares de jovens ativistas foram arrancados de suas casas, a junta recebeu suporte financeiro integral de Washington ("Se há coisas que precisam ser feitas, vocês devem fazê-las depressa", advertiu Kissinger).[11] Naquele ano, Gerald Ford era presidente, Dick Cheney era seu chefe de gabinete, Donald Rumsfeld era seu secretário de Defesa e o assistente-executivo de Kissinger era um jovem muito ambicioso chamado Paul Bremer. Esses homens jamais enfrentaram a verdade ou a justiça por seu papel no apoio às juntas militares e seguiram em frente para aproveitar longas e prósperas carreiras. Tão longas, de fato, que estariam de volta, trinta anos depois, para implementar um experimento admiravelmente parecido no Iraque — porém, muito mais violento.

Em seu discurso de posse, em 2005, George W. Bush descreveu a era entre o fim da Guerra Fria e o começo da Guerra ao Terror como “anos de repouso, anos sabáticos — e então vieram os dias de fogo”.[12] A invasão do Iraque marcou o retorno selvagem às velhas técnicas da cruzada do livre mercado — o emprego do choque máximo para erradicar e apagar, forçosamente, todos os obstáculos que se antepunham à construção do modelo de Estados corporatistas livres de qualquer interferência.

Ewen Cameron, o psiquiatra financiado pela CIA que tentou “desmoldar” seus pacientes fazendo-os regredir a estágios infantis, acreditou que se um pequeno choque era eficaz para seus objetivos, um choque maior era ainda melhor. Ele explodia cérebros com tudo que podia usar — eletricidade, alucinógenos, privação de sentidos, sobrecarga de informações sensoriais —, qualquer coisa que erradicasse o que existia e desse a ele o espaço vazio no qual podia imprimir novos pensamentos, novos modelos. Essa foi a estratégia de invasão e ocupação do Iraque, numa tela ainda maior. Os arquitetos da guerra examinaram o arsenal global de táticas de choque e decidiram quais iriam utilizar — bombardeios militares relâmpagos acrescidos de operações psicológicas elaboradas, seguidos de um programa de terapia de choque econômico e político mais rápido e mais radical do que os que foram tentados em qualquer outro lugar. No caso de alguma resistência, os rebeldes seriam recolhidos e submetidos a abusos “sem contemplações”.

Nas análises acerca da guerra do Iraque, com frequência a conclusão é de que a invasão foi um “sucesso”, mas a ocupação foi um fracasso. O que essa afirmação não contempla é que a invasão e a ocupação são duas partes de uma estratégia unificada — o bombardeio inicial foi destinado a limpar a tela sobre a qual a nação-modelo poderia ser construída.

A guerra como tortura em massa

Para os estrategistas da invasão do Iraque, em 2003, a resposta para a pergunta sobre “onde enfiar as agulhas” parece ter sido: em todos os lugares. Durante a Guerra do Golfo, em 1991, aproximadamente trezentos mísseis Tomahawk foram lançados no curso de cinco semanas. Em 2003, mais de 380 foram despejados em um único dia. Entre 20 de março e 2 de maio, as semanas dos “principais combates”, as forças armadas dos Estados Unidos lançaram mais de trinta mil bombas no Iraque, assim como vinte mil mísseis guiados com precisão — 67% do número total jamais lançado.[13]

“Estou tão assustada”, disse Yasmine Musa, mãe de três crianças em Bagdá, durante os bombardeios. “Não se passa um só minuto sem ouvir e sentir o impacto de uma bomba em algum lugar. Acho que não há um único metro seguro em todo o Iraque.”(14) Isso significava que Choque e Pavor estavam fazendo seu trabalho. Num claro desafio à legislação que impede as guerras de provocarem castigo coletivo, Choque e Pavor são uma doutrina militar que se orgulha não apenas de alvejar as forças militares do inimigo, mas, como realçam seus autores, a “sociedade por inteiro” — o medo em massa é uma parte decisiva dessa estratégia.

Outro elemento que distingue Choque e Pavor é sua consciência acurada da guerra como um espetáculo de noticiário televisivo, colocado no ar para diversas audiências ao mesmo tempo: o inimigo, os estadunidenses e qualquer outro grupo inclinado a criar problemas. “Quando as filmagens desses ataques são televisionadas em tempo real pela CNN, o impacto positivo no apoio à coalizão e o impacto negativo no apoio potencial às ameaças podem ser decisivos”, como afirma o manual de Choque e Pavor.[63] Desde o princípio, a invasão foi concebida como uma mensagem de Washington para o mundo, falada na linguagem das bolas de fogo, explosões ensurdecedoras e cidades estilhaçadas pelos tremores. Ron Suskind, em *The One Percent Doctrine*, explica que, para Rumsfeld e Cheney, “o ímpeto primário para invadir o Iraque” era o desejo de “criar um modelo-demonstração para guiar o comportamento de todos e incutir-lhes o temor de adquirirem armas destrutivas ou, de outra forma, zombar da autoridade dos Estados Unidos”. Menos do que uma estratégia de guerra, isso representou um “experimento global de behaviorismo”.(15)

A guerra é sempre, em parte, uma proeza e também uma forma de comunicação de massa. No entanto, a agregação que Rumsfeld fez de seu *know-how* técnico e midiático, do mundo empresarial, colocou o marketing do medo no centro da doutrina militar dos Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, o medo de um ataque nuclear era o núcleo da estratégia de coibição, mas a ideia era que os mísseis nucleares ficassem em seus depósitos. Esse ataque era diferente: a guerra de Rumsfeld usaria tudo, menos a bomba nuclear, para encenar um espetáculo destinado a bombardear os sentidos, mexer com as emoções e transmitir mensagens duradouras, cujos alvos foram cuidadosamente escolhidos com base em seu valor simbólico e impacto adequado à televisão. Dessa forma, a teoria de guerra de Rumsfeld, parte de seu projeto de “transformação”, tinha muito pouco em comum com as estratégias dos generais, de “força sobre força” nos campos de batalha, que sempre o faziam reduzir a velocidade, e possuía mais afinidades com os terroristas, contra os quais Rumsfeld havia declarado guerra permanente. Os terroristas não tentam ganhar por meio de confrontos

diretos; eles procuram quebrar o moral público com exibições televisuais espetaculares, que expõem, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade de seus inimigos e a sua própria capacidade de agir com crueldade. Essa era a teoria por trás dos ataques do 11 de Setembro, e também da invasão do Iraque.

Choque e Pavor são apresentados, com frequência, como uma simples estratégia de poder de fogo esmagador, mas os autores da doutrina os enxergam muito além disso: como afirmam, trata-se de um esquema psicológico sofisticado voltado “diretamente para a vontade de resistir da população adversária”. As ferramentas são familiares a outro ramo do complexo das forças armadas dos Estados Unidos: privação e sobrecarga de sentidos, destinadas a induzir desorientação e regressão. Com claros reflexos dos manuais de interrogatório da CIA, “Choque e Pavor” declara: “Em termos grosseiros, a Dominação Rápida tomaria o controle da situação e paralisaria ou sobrecarregaria as percepções e a compreensão dos inimigos acerca dos acontecimentos.” O objetivo é “tornar o adversário completamente impotente”. Isso inclui estratégias do tipo “manipulação em tempo real de sentidos e conteúdos (...) literalmente ‘acendendo e apagando’ as ‘luzes’ que permitem ao potencial agressor ver ou apreciar as condições e eventos concernentes a suas forças e, em última análise, sua sociedade”, e também “privação do inimigo, em áreas específicas, da habilidade de se comunicar, de observar”.(16) O Iraque foi submetido a esse experimento de tortura em massa durante meses, tendo o processo se iniciado bem antes que as bombas começassem a cair.

O aumento do medo

Quando o cidadão canadense Maher Arar foi apanhado por agentes dos Estados Unidos no aeroporto JFK, em 2002, e levado para a Síria, vítima de rendição extraordinária, seus interrogadores promoveram uma técnica de tortura já testada e experimentada. “Eles me colocaram numa cadeira, e um dos homens começou a me fazer perguntas. (...) Se eu não respondia com rapidez, ele apontava para uma cadeira de metal no canto e perguntava, ‘Quer que eu use aquilo?’ (...) Eu ficava aterrorizado, não queria ser torturado. Eu diria qualquer coisa para escapar da tortura.”(17) A técnica à qual Arar estava sendo submetido é conhecida como “a exibição dos instrumentos” ou, na linguagem das forças armadas dos Estados Unidos, o “aumento do medo”. Os torturadores sabem que uma de suas armas mais potentes é a imaginação do próprio prisioneiro — com frequência, a simples exibição dos instrumentos assustadores é mais eficaz do que sua utilização.

Com a aproximação do dia da invasão do Iraque, as notícias veiculadas na mídia dos Estados Unidos eram escolhidas pelo Pentágono para “aumentar o medo” no Iraque. “Eles estão chamando-o de Dia A”, anunciou um noticiário da *CBS News* que foi ao ar dois meses antes do início da guerra. “‘A’ de ataques aéreos tão devastadores que deixariam os soldados de Saddam incapazes ou relutantes para lutar.” Telespectadores eram apresentados a Harlan Ullman, um dos autores de *Shock and Awe,* que explicou que “você tem esse efeito simultâneo, quase como o das bombas nucleares de Hiroshima, que não leva dias ou semanas, mas apenas minutos”. O âncora do telejornal, Dan Rather, finalizou a transmissão com o seguinte repúdio: “Garantimos a vocês que essa matéria não contém nenhuma informação que o Departamento de Estado julgue ser útil às forças armadas do Iraque.”(18) Ele podia ter ido mais longe: a reportagem, como tantas outras daquele período, era parte integrante da estratégia do Departamento de Defesa — o aumento do medo.

Os iraquianos, que recebiam as notícias aterrorizantes por meio de satélites contrabandeados ou de telefonemas dados por parentes que viviam no exterior, passaram meses imaginando os horrores do Choque e Pavor. A própria frase se tornou uma arma psicológica poderosa. Seria pior do que em 1991? Se os estadunidenses realmente achavam que Saddam possuía armas de destruição em massa, lançariam um ataque nuclear?

Uma resposta foi dada uma semana antes da invasão. O Pentágono convidou a imprensa de Washington especializada em forças armadas para uma viagem especial à Base Eglin da Força Aérea, na Flórida, para presenciar um teste da MOAB, que oficialmente quer dizer Explosão Maciça de Artilharia Aérea, mas que, nas forças armadas, todo mundo chama de “Mãe de Todas as Bombas”. Pesando 9.534 quilos, é o maior explosivo não nuclear já construído, capaz de criar, nas palavras de Jamie McIntyre, da CNN, “um cogumelo de fumaça de dez mil pés de altura, que parece e dá a impressão de uma arma nuclear”.(19)

Em sua reportagem, McIntyre disse que mesmo que jamais fosse utilizada, a simples existência da bomba “era suficiente para desferir uma pancada psicológica” — um reconhecimento tácito do papel que ele mesmo estava desempenhando na aplicação daquela paulada. Como prisioneiros em celas de interrogatório, os iraquianos foram colocados diante dos instrumentos. “O objetivo é demonstrar a capacidade das forças da coalizão de modo claro e óbvio e provocar uma grande desmotivação para lutar nas forças armadas do Iraque”, Rumsfeld explicou no mesmo programa.(20)

Quando a guerra começou, os habitantes de Bagdá foram submetidos à privação de sentidos numa escala maciça. Um por um, os canais sensoriais da cidade foram cortados; os ouvidos foram os primeiros.

Na noite de 28 de março de 2003, conforme as tropas dos Estados Unidos se aproximavam de Bagdá, o Ministério da Comunicação foi bombardeado e posto em chamas, assim como quatro estações de telefone, com total destruição de fiações subterrâneas, cortando milhões de linhas de telefone por toda a cidade. O ataque às estações telefônicas continuou — foram doze no total — até o dia 2 de abril, quando não havia mais praticamente nenhuma linha funcionando em toda Bagdá.[64] (21) Durante esse mesmo assalto, os transmissores de rádio e televisão também foram atingidos, tornando impossível para as famílias de Bagdá, encurraladas dentro de suas casas, pegar qualquer sinal remoto das últimas notícias sobre o que estava acontecendo do lado de fora.

Muitos iraquianos afirmam que a destruição de seu sistema telefônico foi a parte do ataque aéreo mais angustiante, do ponto de vista psicológico. A combinação entre escutar e sentir as bombas caindo por todos os lados e ficar impossibilitado de dar um telefonema para dois quarteirões adiante, a fim de saber se seus entes queridos estavam vivos ou para tranquilizar os parentes que viviam no exterior, era um grande tormento. Jornalistas que estavam fixados em Bagdá eram cercados por habitantes locais desesperados, que imploravam para usar por alguns minutos seus aparelhos de telefone via satélite ou enfiavam nas mãos deles pedaços de papel com números para chamar um irmão ou tio, em Londres ou Baltimore. “Diga a ele que está tudo certo. Diga a ele que seu pai e sua mãe estão bem. Diga um oi. Diga a ele para não se preocupar.”(22) Naquela hora, a maioria das farmácias de Bagdá já tinha vendido todo o seu estoque de remédios para dormir e antidepressivos, e a cidade não possuía mais nenhum comprimido de Valium.

A próxima perda seria a dos olhos. “Não havia explosão audível, nenhuma mudança discernível nos bombardeios de início da noite, mas, num instante, uma cidade inteira de cinco milhões de habitantes foi jogada na mais completa e assustadora noite”, noticiou o *Guardian*, no dia 4 de abril. A escuridão só era “interrompida pelos faróis dos carros que passavam”.(23) Trancados dentro de suas casas, os habitantes de Bagdá não conseguiam falar uns com os outros, ouvir uns aos outros ou ver o lado de fora. Como um prisioneiro destinado ao quarto escuro da CIA, a cidade inteira foi algemada e encapuzada. Em seguida, foi despida.

Itens de conforto

Em interrogatórios hostis, a primeira etapa de aniquilamento dos prisioneiros ocorre quando eles são despidos de suas próprias roupas e de todos os itens que tenham poder de evocar seu senso de identidade — os assim chamados itens de conforto. Com frequência, objetos que possuem valor especial para um prisioneiro, como o Corão ou uma fotografia preciosa, são tratados com desrespeito declarado. A mensagem é "Você não é ninguém, você é o que nós queremos que seja", a essência da desumanização. Os iraquianos entraram nesse processo de desfazimento, coletivamente, enquanto assistiam à profanação de suas instituições mais importantes, à colocação de sua história dentro dos caminhões e ao seu desaparecimento. Os bombardeios feriram gravemente Bagdá, mas foi a pilhagem, efetuada sem controle pelas tropas de ocupação, que serviu para apagar o coração daquilo que foi o país.

"As centenas de saques que depredaram cerâmicas antigas, quebraram vitrines e arrancaram ouro e outras antiguidades do Museu Nacional do Iraque pilharam nada menos do que os registros da primeira sociedade humana", reportou o jornal *Los Angeles Times.* "(...) Estão perdidas cerca de 80% das 170 mil peças inestimáveis do museu."(24) A Biblioteca Nacional, que possuía cópias de todos os livros e teses de doutorado publicados no Iraque, virou uma ruína enegrecida. Exemplares do Corão ilustrados com iluminuras e datados de mil anos desapareceram do Ministério de Assuntos Religiosos, que se transformou numa concha completamente queimada. "Nossa herança nacional está perdida", declarou um professor do ensino médio de Bagdá.(25) Um comerciante local se referiu assim ao museu: "Era a alma do Iraque. Se o museu não recuperar os tesouros saqueados, vou sentir como se uma parte de minha alma tivesse sido roubada." McGuire Gibson, arqueólogo da Universidade de Chicago, chamou aquilo de "um tipo de lobotomia. A memória profunda de uma cultura inteira, uma cultura que perdurou por milhares de anos, foi eliminada".(26)

Em grande medida, graças ao esforço de clérigos que organizaram missões de salvamento no meio da pilhagem, uma parte dos artefatos foi recuperada. Muitos iraquianos, no entanto, estavam e ainda estão convencidos de que a lobotomia de sua memória foi intencional — parte dos planos de Washington para extirpar a nação forte e enraizada que existia e substituí-la por seu novo modelo. "Bagdá é a mãe da cultura árabe", disse ao *Washington Post* Ahmed Abdullah, de setenta anos, "e eles querem apagar a nossa cultura".(27)

Os planejadores da guerra foram rápidos em afirmar que a pilhagem tinha sido praticada por iraquianos, e não pelas tropas estrangeiras. E é verdade que Rumsfeld não planejou o saque ao Iraque — mas não tomou medidas para evitá-lo antes que acontecesse, nem para pará-lo, depois que começou. Essas falhas não podem ser desconsideradas como simples inadvertências.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, treze museus iraquianos foram atacados por saqueadores, o que levava a crer que a pobreza, a raiva do regime anterior e a atmosfera generalizada de caos poderiam levar alguns iraquianos a reagir do mesmo jeito (especialmente porque Saddam havia esvaziado as prisões alguns meses antes). O Pentágono tinha sido advertido por arqueólogos proeminentes quanto à necessidade de desenvolver uma estratégia de proteção aos museus e bibliotecas, antes de qualquer ataque aéreo, e um memorando do Pentágono para os comandos da coalizão, datado de 26 de março, relacionou "em ordem de importância, dezesseis locais cruciais a serem protegidos em Bagdá". O segundo da lista era o museu. Outros alertas tinham sugerido a Rumsfeld que mandasse um contingente policial internacional junto com as tropas, para manter a ordem pública — outra sugestão que foi ignorada.(28)

Entretanto, mesmo sem a polícia, havia soldados estadunidenses suficientes em Bagdá para que alguns fossem deslocados para os sítios culturais; mas eles não foram. Existem inúmeras notícias de soldados dos Estados Unidos, do lado de fora de seus veículos blindados, assistindo à passagem de caminhões lotados com objetos saqueados — um reflexo da indiferença de Rumsfeld, baseada em "coisas que acontecem". Algumas unidades assumiram a responsabilidade de parar com os saques, mas em outros casos os soldados participaram. O Aeroporto Internacional de Bagdá foi completamente depredado por soldados que, de acordo com a revista *Time*, destruíram as mobílias e depois se voltaram para os jatos comerciais na pista: "Os soldados dos Estados Unidos, que procuravam por assentos confortáveis e suvenires, arrancaram as armações dos aviões, retalharam as cadeiras, estragaram equipamentos das cabines e estilhaçaram todos os para-brisas." O resultado foi um prejuízo estimado em cem milhões de dólares para a empresa aérea nacional do Iraque — um dos primeiros empreendimentos a ser leiloado, numa precoce e polêmica privatização parcial.(29)

Um *insight* sobre a ausência de interesse oficial em parar os saques começou a ser dado por dois homens que tiveram papéis decisivos na ocupação — Peter McPherson, o economista veterano que foi conselheiro de Paul Bremer, e John Agresto, diretor de reconstrução da educação superior na ocupação. McPherson disse que quando viu os iraquianos tomando propriedades estatais — carros, ônibus, equipamentos ministeriais —, não se preocupou. Sua missão, como principal economista da terapia de choque do Iraque, era enxugar radicalmente o Estado e privatizar seus ativos, e os saques, realmente, estavam apenas dando a ele o pontapé inicial. "Pensei que a privatização que ocorre naturalmente, quando uma pessoa toma um veículo estatal, ou começa a dirigir um caminhão que pertencia ao Estado, era boa", afirmou ele. McPherson, antigo burocrata do

governo Reagan e adepto vigoroso da economia da Escola de Chicago, considerou a pilhagem como uma espécie de "encolhimento" do setor público. [65] (30)

Seu colega John Agresto também vislumbrou uma oportunidade maravilhosa enquanto assistia à pilhagem de Bagdá na TV. Ele visualizou sua tarefa — "uma aventura única" — como a de refazer o sistema de educação superior do Iraque a partir do zero. Naquele contexto, a depredação das universidades e do Ministério da Educação foi, como ele mesmo explicou, "a oportunidade para um começo limpo", uma chance de dar às escolas do Iraque "o melhor equipamento moderno". Se a missão era "a criação de uma nação", como muitos acreditavam claramente que fosse, então tudo que restava do velho país serviria apenas para ficar no meio do caminho. Agresto foi presidente do St. John's College, no Novo México, especializado na utilização do programa de Great Books. Ele disse que, embora não soubesse nada sobre o Iraque, preferiu não ler livros a respeito do país antes de fazer a viagem, a fim de chegar lá "com a mente mais aberta que pudesse ter".(31) Como as universidades do Iraque, Agresto seria um espaço vazio.

Caso Agresto tivesse lido um livro ou dois, talvez pensasse duas vezes na necessidade de apagar tudo e começar de novo. Poderia ter aprendido, por exemplo, que antes de as sanções estrangularem o país, o Iraque possuía o melhor sistema educacional da região, com os índices de alfabetização mais altos do mundo árabe — em 1985, 89% dos iraquianos eram alfabetizados. Em contraste, no estado do Novo México, de onde vinha Agresto, 46% da população são formados por analfabetos funcionais e 20% são incapazes de "realizar operações matemáticas simples, como o total de um recibo de vendas".[66] (32) Mesmo assim, Agresto estava tão convencido da superioridade do sistema dos Estados Unidos, que pareceu incapaz de considerar a possibilidade de que os iraquianos gostariam de salvar e proteger sua própria cultura e sentiriam sua destruição como uma perda irreparável.

Tal cegueira neocolonial é um tema recorrente na Guerra ao Terror. Na prisão estadunidense da Baía de Guantânamo, existe uma sala denominada "barracão do amor". Os detentos são levados para lá quando os captores decidem que eles não são inimigos combatentes e serão logo libertados. Dentro do barracão do amor, os prisioneiros são autorizados a assistir a filmes de Hollywood e se satisfazem com as comidas enlatadas dos Estados Unidos. Asif Iqbal, um dos três britânicos ali detidos conhecidos como os "Três Tiptons", foi autorizado a receber diversas visitas, antes que fosse mandado de volta para casa, junto com seus dois companheiros. "Nós ficávamos assistindo a DVDs, comíamos McDonald's e Pizza Hut e basicamente descansávamos. Nós não

éramos maltratados naquela área. (...) Não tínhamos a menor ideia de por que eles estavam agindo assim conosco. No resto da semana, ficávamos nas celas, como de hábito. (...) Numa ocasião, Leslie [funcionário do FBI] trouxe batatas Pringles, sorvete e chocolates, esse era o último domingo antes de voltarmos para a Inglaterra." Seu amigo Rhuhel Ahmed especulou que esse tratamento especial ocorreu "porque eles sabiam que haviam nos maltratado e torturado por dois anos e meio e esperavam que fôssemos esquecer aquilo".[33]

Ahmed e Iqbal foram apanhados pela Aliança do Norte, quando estavam de visita no Afeganistão e se dirigiam para um casamento. Foram espancados violentamente, inoculados com drogas não identificadas, colocados em posições estressantes durante horas, privados de sono, barbeados à força e proibidos de ter qualquer direito legal por 29 meses.[34] E ainda assim se esperava que eles "esquecessem aquilo", diante do irresistível fascínio de Pringles. Aquele era o verdadeiro plano.

É difícil de acreditar — mas, outra vez, aquele era exatamente o plano de jogo de Washington para o Iraque: chocar e aterrorizar o país inteiro, arruinar deliberadamente sua infraestrutura, não fazer nada diante da pilhagem de sua cultura e de sua história, depois tornar tudo aquilo correto, por meio de um suprimento ilimitado de utilidades domésticas baratas e comidas prontas importadas. No Iraque, esse ciclo de apagamento e substituição da cultura não foi teórico; ele se manifestou em questão de semanas.

Paul Bremer, nomeado por Bush para servir como diretor da autoridade de ocupação do Iraque, admite que, assim que chegou a Bagdá, os saques continuavam acontecendo com vigor e a ordem parecia longe de ser restaurada. "Bagdá estava literalmente em chamas quando vim do aeroporto. (...) Não havia tráfego nas ruas; não havia eletricidade em nenhum lugar, nem produção de petróleo, nem atividade econômica; não havia um único policial em serviço em nenhum lugar." Ainda assim, sua solução para essa crise foi abrir imediatamente as fronteiras do país para importações completamente irrestritas: sem tarifas, sem direitos, sem inspeções, sem taxas. O Iraque "está aberto aos negócios", declarou Bremer duas semanas depois de sua chegada.[35] Da noite para o dia, o Iraque foi transformado de um dos países mais isolados do mundo, alijado até mesmo do comércio mais essencial pelas sanções das Nações Unidas, num dos mercados mais abertos já existentes.

Enquanto caminhonetes lotadas com as pilhagens continuavam sendo dirigidas para os compradores de Jordânia, Síria e Irã, cruzavam as estradas, em sentido oposto, comboios de carretas carregadas com aparelhos chineses de televisão, DVDs de Hollywood e equipamentos jordanianos de captação de sinais de satélite, prontos para serem exibidos nas calçadas do distrito de Karada,

em Bagdá. Ao mesmo tempo em que uma cultura estava sendo queimada e rasgada aos pedaços, outra estava sendo despejada, pré-embalada, para substituí-la.

Um dos principais empreendimentos dos Estados Unidos, que estava pronto e à espera de se tornar a porta de entrada desse experimento do capitalismo de fronteira, era a New Bridge Strategies, fundada por Joe Allbaugh, ex-dirigente da FEMA no governo Bush. Ele prometia usar suas conexões políticas de alto nível para ajudar as multinacionais estadunidenses a iniciar suas atividades no Iraque. Como disse um dos sócios da companhia, cheio de entusiasmo, “pegar os direitos de distribuição dos produtos da Procter & Gamble seria uma mina de ouro. Um bom estoque de 7-Eleven poderia abater trinta lojas iraquianas; um Wal-Mart tomaria o país inteiro”.(36)

Como os prisioneiros no barracão do amor de Guantânamo, todo o Iraque seria comprado por meio de Pringles e cultura pop — esta, pelo menos, era a ideia do governo Bush para um plano de pós-guerra.

NOTAS DO CAPÍTULO 16

(1) Andrew M. Wyllie, “Convulsion Therapy of the Psychoses”, *Journal of Mental Science* 86 (março de 1940): 248.

(2) Richard Cohen, “The Lingo of Vietnam”, *Washington Post*, 21 de novembro de 2006.

(3) “Deputy Secretary Wolfowitz Interview with Sam Tannenhaus, Vanity Fair”, News Transcript, 9 de maio de 2003, www.defenselink.mil.

(4) NOTA DE RODAPÉ: *2007 Index of Economic Freedom* (Washington, DC: Heritage Foundation e *The Wall Street Journal*, 2007), 326, www.heritage.org.

(5) Thomas L. Friedman, “The Long Bomb”, *New York Times*, 2 de março de 2003; Joshua Muravchik, “Democracy’s Quiet Victory”, *New York Times*, 19 de agosto de 2002; Robert Dreyfuss, “Just the Beginning”, *American Prospect*, 1º de abril de 2003. NOTA DE RODAPÉ: John Norris, *Collision Course: NATO, Russia and Kosovo* (Westport, CT: Praeger, 2005), xxii-xxiii.

(6) George W. Bush, “President Discusses Education, Entrepreneurship & Home Ownership at Indiana Black Expo”, Indianápolis, Indiana, 14 de julho de 2005.

(7) Edwin Chen e Maura Reynolds, “Bush Seeks U.S.-Mideast Trade Zone to Bring Peace, Prosperity to Region”, *Los Angeles Times*, 10 de maio de 2003.

(8) Harlan Ullman, “‘Shock and Awe’ Misunderstood”, *USA Today*, 8 de abril de 2003.

(9) Peter Johnson, “Media’s War Footing Looks Solid”, *USA Today*, 17 de fevereiro de 2003.

(10) Thomas L. Friedman, “What Were They Thinking?”, *New York Times*, 7 de outubro de 2005.

(11) Departamento de Estado dos Estados Unidos, “Memoranda of Conversation”, 10 de junho de 1976, tornado público, www.gwu.edu/-nsarchiv.

(12) George W. Bush, discurso pronunciado na posse em 20 de janeiro de 2005.

(13) Norman Friedman, *Desert Victory: The War for Kuwait* (Anápolis, MD: Naval Institute Press, 1991), 185; Michael R. Gordon e Bernard E. Trainor, *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq* (Nova York: Pantheon Books, 2006), 551.

(14) Anthony Shadid, *Night Draws Near: Iraq’s People in the Shadow of America’s War* (Nova York: Henry Holt, 2005), prova, 95. Citado com a permissão do autor.

(15) Harlan K. Ullman e James P. Wade, *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance* (Washington, DC: NDU Press Book, 1996), 55; Ron Suskind, *The One Percent Doctrine: Deep Inside America’s Pursuit of Its*

Enemies Since 9/11 (Nova York: Simon & Schuster, 2006), 123, 214.

(16) Ullman e Wade, “Shock and Awe”, xxv, 17, 23, 29.

(17) Maher Arar, “I Am Not a Terrorist — I Am Not a Member of Al-Qaida”, *Vancouver Sun,* 5 de novembro de 2003.

(18) “Iraq Faces Massive U.S. Missile Barrage”, *CBS News,* 24 de janeiro de 2003.

(19) “U.S. Tests Massive Bomb”, *CNN: Wolf Blitzer Reports,* 11 de março de 2003.

(20) *Ibid.*

(21) Rajiv Chandrasekaran e Peter Baker, “Allies Struggle for Supply Lines”, *Washington Post*, 30 de março de 2003; Jon Lee Anderson, *The Fall of Baghdad* (Nova York: Penguin Press, 2004), 199; Gordon e Trainor, *Cobra II,* 465. NOTA DE RODAPÉ: Charles Duelfer, *Comprehensive Report of the Special Advisor to the DCI on Iraq’s WMD,* vol. 1, 30 de setembro de 2004, 11, www.cia.gov.

(22) Shadid, *Night Draws Near,* 71.

(23) Suzanne Goldenberg, “War in the Gulf: In an Instant We Were Plunged into Endless Night”, *Guardian* (Londres), 4 de abril de 2003.

(24) “Restoring a Treasured Past”, *Los Angeles Times,* 17 de abril de 2003.

(25) Charles J. Hanley, “Looters Ransack Iraq’s National Library”, Associated Press, 15 de abril de 2003.

(26) Michael D. Lemonick, “Lost to the Ages”, *Time*, 28 de abril de 2003; Louise Witt, “The End of Civilization”, *Salon*, 17 de abril de 2003, www.salon.com.

(27) Thomas E. Ricks e Anthony Shadid, “A Tale of Two Baghdads”, *Washington Post*, 2 de junho de 2003.

(28) Frank Rich, “And Now: ‘Operation Iraqi Looting’”, *New York Times*, 27 de abril de 2003.

(29) Donald H. Rumsfeld, “DoD News Briefing — Secretary Rumsfeld and Gen. Myers”, 11 de abril de 2003, www.defenselink.mil; Simon Robinson, “Grounding Planes the Wrong Way”, *Time*, 14 de julho de 2003.

(30) Rajiv Chandrasekaran, *Imperial Life in the Emerald City: Inside Iraq’s Green Zone* (Nova York: Alfred A. Knopf, 2006), 119-120.

(31) *Ibid.,* 165-166.

(32) Banco Mundial, *World Development Report 1990* (Oxford: World Bank, 1990), 178-179; Coalizão do Novo México para Alfabetização, Programas do Perfil de Alfabetização do Novo México, 2005-2006, www.nmcl.org. NOTA DE RODAPÉ: Chandrasekaran, *Imperial Life in the Emerald City,* 5.

(33) Shafiq Rasul, Asif Iqbal e Rhuhel Ahmed, *Composite Statement: Detention in Afghanistan and Guantanamo Bay* (Nova York: Center for Constitutional Rights, 26 de julho de 2004), 96, 99, www.ccr-ny.org.

(34) *Ibid.*, 9, 10, 21, 26, 72.

(35) John F. Burns, “Looking Beyond His Critics, Bremer Sees Reason for Both Hope and Caution”, *New York Times*, 29 de junho de 2004; Steve Kirby, “Bremer Says Iraq Open for Business”, Agência France-Press, 25 de maio de 2003.

(36) Thomas B. Edsall e Juliet Eilperin, “Lobbyists Set Sights on Money-Making Opportunities in Iraq”, *Washington Post*, 2 de outubro de 2003.

CAPÍTULO 17

UM GOLPE IDEOLÓGICO AO AVESSO

UM DESASTRE TIPICAMENTE CAPITALISTA

O mundo é um lugar bagunçado e alguém tem de arrumá-lo.
— Condoleezza Rice, setembro de 2002, sobre a necessidade de invadir o Iraque[1]

A capacidade de Bush para imaginar um Oriente Médio diferente deve estar relacionada, de fato, à sua relativa ignorância da região. Se ele tivesse viajado pelo Oriente Médio e visto suas inúmeras disfunções, teria sido desencorajado. Livre de olhar para as realidades do dia a dia, Bush conservou uma visão do que a região poderia parecer.
— Fareed Zakaria, colunista da revista *Newsweek*[2]

E aquele que estava sentado no trono disse: "Veja, eu estou tornando todas as coisas novas." Ele também disse: "Escreva isso, porque essas palavras são confiáveis e verdadeiras."
— Revelação 21:5, New Revised Standard Version (NRSV) of the Bible

A GUERRA DO IRAQUE TEM SIDO CONDUZIDA de modo descontrolado por tanto tempo, que se torna fácil esquecer a visão original segundo a qual ela iria ocorrer. Mas havia uma visão, cuidadosamente resumida numa conferência realizada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, em Bagdá, nos primeiros meses da ocupação. O encontro reuniu quatorze políticos e burocratas de alto nível, da Rússia e da Europa Ocidental — um grupo de ministros da Fazenda, presidentes de bancos centrais e ex-primeiros-ministros. Eles voaram para o Aeroporto Internacional de Bagdá, em setembro de 2003, vestiram capacetes de combate e coletes de proteção e rumaram para a Zona Verde, o bairro murado dentro da cidade que abrigava o governo estadunidense do Iraque, a Autoridade Provisória da Coalizão (CPA), e agora as casas da embaixada dos

Estados Unidos. Dentro do antigo centro de conferências de Saddam, os convidados especiais deram aulas de transformação capitalista para um pequeno grupo de iraquianos influentes.

Um dos principais oradores foi Marek Belka, ex-ministro da Fazenda direitista polonês, que trabalhou com Bremer no Iraque durante vários meses. De acordo com um relatório oficial do Departamento de Estado sobre o encontro, Belka bombardeou os iraquianos com a mensagem de que tinham de aproveitar aquele momento de caos para serem "fortes" na introdução de políticas que "deixariam muita gente sem trabalho". A primeira lição da Polônia, segundo Belka, era que "as empresas estatais improdutivas deveriam ser vendidas imediatamente, sem esforços para salvá-las com dinheiro público". (Ele se esqueceu de dizer que a pressão popular forçou o Solidariedade a abandonar seus planos de rápida privatização, salvando a Polônia de uma desintegração igual à da Rússia.) Sua segunda lição foi ainda mais audaciosa. A queda de Bagdá tinha apenas cinco meses, e o Iraque estava em meio a uma emergência humanitária. O desemprego estava em 67%, a desnutrição era galopante e a única coisa que impedia a fome generalizada era o fato de que os lares iraquianos ainda recebiam alimentos subsidiados pelo governo e outras necessidades básicas, assim como havia acontecido durante o período de sanções, com os programas de "petróleo por comida" administrados pela ONU. Eles também conseguiam encher seus tanques de combustível, com moedas, quando havia gasolina disponível. Belka avisou aos iraquianos que essas doações que distorciam o mercado precisavam cessar imediatamente. "Desenvolvam o setor privado, começando com a eliminação dos subsídios." Ele enfatizou que essas medidas eram muito mais importantes e controversas do que a privatização.[3]

O próximo foi ninguém menos do que Yegor Gaidar, ex-primeiro ministro de Yeltsin, visto como o arquiteto do programa de terapia de choque da Rússia. Ao convidar Gaidar para vir a Bagdá, o Departamento de Estado parece ter presumido que os iraquianos não sabiam que ele era visto como pária em Moscou, graças à sua clara associação com os oligarcas e às políticas que haviam empobrecido milhões de russos.[67] Embora fosse verdade que, no governo de Saddam, os iraquianos tinham acesso apenas limitado às notícias estrangeiras, as pessoas presentes à conferência na Zona Verde eram, em sua maioria, exilados recém-retornados; na década de 1990, enquanto a Rússia implodia, eles liam o jornal *International Herald Tribune*.

Foi Mohamad Tofiq, ministro interino da Indústria do Iraque, quem me falou sobre essa estranha conferência que, na época, não recebeu cobertura da imprensa. Meses depois, quando nos encontramos em seu escritório temporário em Bagdá (o velho ministro não era nem um esboço do que já fora um dia),

Tofiq ainda estava rindo daquilo. Ele disse que os iraquianos praguejaram contra os visitantes vestidos com coletes à prova de bala, informando-os de que a decisão de Paul Bremer de abrir de modo súbito as fronteiras às importações irrestritas já tinha piorado, dramaticamente, a vida da população destroçada pela guerra — se ela fosse ainda mais oprimida, pelo corte dos subsídios ao combustível e pela eliminação da ajuda alimentar, a ocupação se transformaria numa revolução em suas mãos. Quanto ao palestrante mais célebre, Tofiq afirmou: “Eu disse a algumas pessoas que organizaram a conferência que, se eu quisesse encorajar a privatização no Iraque, convidaria Gaidar para lhes dizer: ‘Façam exatamente o oposto do que fiz.’”

Quando Bremer começou a publicar decretos legais em Bagdá, Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial, advertiu que o Iraque estava sofrendo “uma forma de terapia de choque ainda mais radical do que a seguida no antigo mundo soviético”. Era verdade. No plano original de Washington, o Iraque viria a se tornar uma fronteira, como a Rússia tinha sido nos anos 1990, mas, desta vez, seriam as empresas dos Estados Unidos — e não firmas locais ou competidores europeus, russos ou chineses — as primeiras da fila a ganhar dinheiro fácil. E nada haveria de deter até mesmo as mudanças econômicas mais dolorosas, porque, em contraste com as reformas da antiga União Soviética, ou América Latina e África, a transformação não envolveria uma dança bem comportada entre funcionários do FMI e políticos locais quixotescos, enquanto o Tesouro dos Estados Unidos se punha na linha de frente dos tiros no *hall* de entrada. No Iraque, Washington eliminou os intermediários: o FMI e o Banco Mundial foram relegados a um papel secundário, e os Estados Unidos estavam no *front* e no centro. Paul Bremer era o governo; como contou à Associated Press um funcionário militar superior dos Estados Unidos, não havia nenhuma razão para negociar com o governo local, porque “neste sentido, estaríamos negociando com nós mesmos”.[(4)]

Essa foi a dinâmica que tornou a transformação econômica do Iraque diferente dos laboratórios anteriores. Todos os esforços cuidadosos realizados durante a década de 1990, para apresentar o “livre-comércio” como algo distinto de um projeto imperial, foram abandonados. Em algum outro lugar, ainda existiriam elementos de livre-comércio numa versão *light*, com seus espaços de negociação, mas agora também haveria livre-comércio de grosso calibre, sem representantes ou fantoches, abocanhando novos mercados diretamente para as multinacionais do Ocidente, nos campos de batalha das guerras preventivas.

Os proponentes da “teoria-modelo” agora dizem que foi ali que sua guerra se equivocou terrivelmente — como Richard Perle afirmou, no final de 2006, “o erro seminal” foi “trazer Bremer”. David Frum concordou, dizendo que eles deveriam ter preservado “algum tipo de faceta iraquiana”, no processo de refazer o Iraque por completo.[5] Em vez disso, tinham Paul Bremer, refestelado no palácio republicano de Saddam, com sua abóbada turquesa, recebendo do Departamento de Estado, por e-mail, leis sobre comércio e investimento, imprimindo-as, assinando-as e impondo-as, por decreto, ao povo iraquiano. Bremer não era um americano calado, que manobrava e manipulava por trás dos panos. Com sua aparência de sucesso da semana e seu gosto pelas câmeras, ele parecia decidido a exibir seu poder absoluto sobre os iraquianos, cruzando o país num vistoso helicóptero Blackhawk, flanqueado por guardas de segurança privada GI Joe, da Blackwater, e sempre uniformizado com sua marca registrada: ternos Brooks Brothers passados com esmero e botas beges da Timberland. As botas foram um presente de ida para Bagdá, de seu filho: “Vá e chute uns traseiros, papai”, dizia o cartão.[6]

Como ele mesmo confessou, Bremer sabia pouco sobre o Iraque. (“Vivi no Afeganistão”, declarou ele a um entrevistador.) Aquela ignorância não tinha importância, no entanto, porque se havia uma coisa que Bremer sabia bastante, era sua missão central no Iraque: capitalismo de desastre.[7]

No dia 11 de setembro de 2001, ele estava trabalhando como diretor de administração e “conselheiro político superior” na gigantesca seguradora Marsh & McLennan. A empresa tinha seus escritórios na torre norte do World Trade Center e foi devastada pelos ataques. Nos primeiros dias, setecentos de seus trabalhadores estavam desaparecidos; no final, 295 tiveram sua morte confirmada. Exatamente um mês depois, no dia 11 de outubro de 2001, Paul Bremer lançou a Crisis Consulting Practice, uma nova divisão da Marsh, especializada em ajudar corporações multinacionais a se prepararem para possíveis ataques terroristas e outras crises. Anunciando sua experiência como embaixadores especializados do contraterrorismo no governo Reagan, Bremer e sua companhia ofereceram aos clientes serviços completos de contraterrorismo, de seguro contra risco político a relações públicas, e até conselhos quanto às estocagens.[8]

A participação vanguardista de Bremer na indústria de segurança nacional foi uma preparação ideal para o Iraque. Isso porque a administração Bush utilizou, para reconstruir o Iraque, a mesma fórmula empregada de modo pioneiro na reação ao 11 de Setembro: tratou o pós-guerra no Iraque como se fosse uma excitante oferta pública inicial, que transbordava um potencial de lucros rápidos e livres. Assim, mesmo que Bremer tenha pisado em muitos calos,

sua missão no Iraque jamais foi a de conquistar corações e mentes. Ao contrário, era deixar o país pronto para o lançamento da Iraq Inc. Vistas sob esse ângulo, suas primeiras e muito malignas decisões têm uma coerência lógica inquestionável.

Depois de reconduzir o circunspecto general Jay Garner ao posto de principal enviado dos Estados Unidos, Bremer passou os quatro meses seguintes concentrado, quase com exclusividade, na transformação econômica, passando uma série de leis que, juntas, compuseram um programa clássico de terapia de choque da Escola de Chicago. Antes da invasão, a economia do Iraque estava ancorada em sua companhia nacional de petróleo e em outras duzentas empresas estatais, que produziam os principais produtos da dieta alimentar iraquiana e as matérias-primas de suas indústrias, de cimento e papel a óleo de cozinha. No mês seguinte à sua chegada, Bremer anunciou que as duzentas companhias seriam privatizadas imediatamente. “Entregar as empresas estatais ineficientes à iniciativa privada”, declarou Bremer, “é essencial para a recuperação da economia iraquiana”.(9)

Em seguida, vieram as novas leis econômicas. Para incentivar investidores estrangeiros a tomarem parte nos leilões de privatização e na construção de novas fábricas e centros comerciais de varejo, no Iraque, Bremer sancionou um conjunto radical de leis que foi descrito pela revista *The Economist*, em termos fulgurantes, como “a lista dos sonhos que investidores estrangeiros e agências doadoras desejam para os mercados em desenvolvimento”.(10) Uma das leis baixou o imposto cobrado das corporações de aproximadamente 45% para uma faixa de 15% (diretamente extraída do livro-texto de Milton Friedman). Uma outra permitiu que empresas estrangeiras se tornassem proprietárias de 100% dos ativos iraquianos — prevenindo uma repetição da Rússia, onde as recompensas foram dadas aos oligarcas locais. Melhor ainda, os investidores poderiam levar para fora do país 100% dos lucros obtidos no Iraque; não se exigiria que eles reinvestissem, e eles não seriam tributados. O decreto também estipulou que os investidores poderiam assinar contratos e arrendamentos que durariam até quarenta anos, sujeitos a renovação, o que significava a submissão de futuros governos eleitos a acordos assinados pelas forças de ocupação. A única área em que Washington retrocedeu foi a do petróleo: os conselheiros iraquianos advertiram que qualquer medida destinada a privatizar a companhia estatal de petróleo ou reivindicar as reservas inexploradas, antes que um governo iraquiano estivesse no poder, seria vista como uma declaração de guerra. Mas a autoridade de ocupação se apropriou dos vinte bilhões de dólares de receita da companhia nacional de petróleo do Iraque, para gastar como bem entendesse.[68] (11)

A Casa Branca estava tão concentrada em exibir uma nova e brilhante economia iraquiana que decidiu, nos primeiros dias da ocupação, lançar uma nova moeda, um empreendimento logístico impressionante. A firma estadunidense De La Rue fez a impressão e as notas foram entregues em frotas de aviões e distribuídas em carros e caminhões blindados que fizeram, pelo menos, mil viagens por todo o país — num período em que 50% das pessoas não tinham água para beber, os sinais luminosos das cidades ficavam apagados e a criminalidade era exuberante.(12)

Embora fosse Bremer o responsável pela implementação desses planos, as prioridades eram determinadas no topo. Testemunhando perante um comitê do Senado, Rumsfeld descreveu as "reformas impetuosas" de Bremer como criadoras de "algumas das leis de investimentos e de tributos mais iluminadas — e convidativas — do mundo livre". Em primeiro lugar, os investidores pareceram apreciar os esforços. Em poucos meses, falava-se na abertura de uma loja McDonald's no centro de Bagdá — o símbolo mais completo da introdução do Iraque na economia globalizada —, o financiamento para o hotel de luxo Starwood estava quase acertado e a General Motors tinha planos de construir uma montadora. Pelo lado financeiro, o HSBC, banco internacional sediado em Londres, ganhou um contrato para abrir agências por todo o Iraque, enquanto o Citigroup anunciou projetos de oferecer empréstimos garantidos substanciais contra vendas futuras de petróleo iraquiano. As gigantes do petróleo — Shell, BP, ExxonMobil, Chevron e a Lukoil russa — fizeram tentativas de aproximação, assinando acordos para treinar trabalhadores civis iraquianos nas tecnologias de extração mais recentes e nos modelos de gestão, confiantes de que sua hora estava prestes a chegar.(13)

As leis de Bremer, destinadas a criar condições para um frenesi de investimentos, não eram exatamente originais — eram apenas uma versão acelerada do que havia sido implementado nas primeiras experiências da terapia de choque. Contudo, o gabinete do capitalismo de desastre de Bush não estava disposto a esperar que as leis surtissem efeito. O que tornou o experimento do Iraque ainda mais audacioso foi sua entrada em novos terrenos, com a transformação da invasão, da ocupação e da reconstrução num novo mercado excitante e completamente privatizado. Esse mercado foi criado, assim como o complexo da segurança nacional, com uma quantidade enorme de dinheiro público. Somente para a reconstrução, no início do surto de crescimento, foram destinados 38 bilhões de dólares pelo Congresso, 15 bilhões de dólares por outros países e vinte bilhões de dólares do dinheiro do petróleo iraquiano.(14)

Quando os primeiros bilhões foram anunciados, ocorreram, inevitavelmente, comparações laudatórias com o Plano Marshall. Bush fez os paralelos,

declarando a reconstrução como “o maior comprometimento financeiro desse tipo desde o Plano Marshall”, e afirmando, em mensagem televisionada nos primeiros meses da ocupação, que “a América já havia feito um trabalho como esse, antes. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, nós levantamos as nações derrotadas do Japão e da Alemanha e ficamos ao lado delas, enquanto construíam governos representativos”.(15)

O que aconteceu com os bilhões anunciados para a reconstrução do Iraque, no entanto, não guardava nenhuma relação com a história evocada por Bush. No Plano Marshall original, empresas estadunidenses se beneficiaram com o envio de equipamentos e alimentos para a Europa, mas o objetivo explícito era auxiliar a recuperação das economias devastadas pela guerra, para que se tornassem mercados autossuficientes, criando empregos locais e desenvolvendo bases fiscais capazes de financiar os serviços sociais domésticos — esses resultados são visíveis, hoje, nas economias mistas do Japão e da Alemanha.

O gabinete de Bush lançou, na realidade, um anti-Plano Marshall, o seu extremo oposto em quase todos os meios concebíveis. Era um plano garantido, desde o princípio, para solapar o setor industrial iraquiano, já significativamente enfraquecido, e elevar nas alturas o desemprego do país. Ao passo que o plano posterior à Segunda Guerra Mundial impediu o investimento de empresas estrangeiras, a fim de evitar a percepção de que estavam tirando vantagem de países fracos, esse novo esquema fez todo o possível para seduzir a América corporativa (com alguns atrativos para companhias sediadas em países que fizeram parte da “Coalizão da Vontade”). Foi esse roubo dos fundos para a reconstrução do Iraque, justificado por meio de uma presunção racista não questionada de superioridade dos Estados Unidos e inferioridade do Iraque — e não apenas dos demônios genéricos de “corrupção” e “ineficiência” —, que moldou o projeto desde o início.

Nada daquele dinheiro foi destinado às fábricas iraquianas, para que pudessem reabrir e criar os fundamentos de uma economia sustentável, gerando empregos locais e financiamento de uma rede de seguridade social. Os iraquianos não tiveram nenhum papel nesse plano. Ao contrário, os contratos do governo federal dos Estados Unidos, muitos deles sancionados pela USAID, produziram uma espécie de “país dentro da caixa”, elaborado na Virgínia e no Texas para ser montado no Iraque. Era, como as autoridades de ocupação não se cansavam de repetir, “um presente do povo dos Estados Unidos para o povo do Iraque” — tudo que os iraquianos precisavam fazer era desembrulhá-lo.(16) Nem os operários de baixos salários do Iraque foram recrutados para a montagem, porque a Halliburton, a Bechtel e a gigante californiana da engenharia Parsons preferiram importar trabalhadores estrangeiros, que elas julgavam poder

controlar. Mais uma vez, os iraquianos foram escalados para o papel de espectadores apavorados — em primeiro lugar, diante da tecnologia militar dos Estados Unidos e, depois, diante da sua perícia em engenharia e administração.

Como na indústria de segurança nacional, o papel dos empregados do governo — mesmo dos empregados do governo dos Estados Unidos — era muito restrito. A equipe de Bremer era composta de apenas 1.500 pessoas, para governar um país inteiro de 25 milhões de habitantes. Em contraste, a Halliburton possuía cinquenta mil trabalhadores na região, muitos dos quais eram funcionários públicos de longa data, que foram levados para o setor privado por meio da oferta de melhores salários.(17)

A fraca presença pública e a robustez das corporações refletiam o fato de que o gabinete de Bush estava utilizando a reconstrução do Iraque (sobre a qual tinha total controle, em contraste com a burocracia federal dentro de casa) para implementar sua visão de um governo vazio, completamente terceirizado. No Iraque, não havia uma única função governamental que pudesse ser considerada tão "essencial" a ponto de não poder ser dada a algum contratante, de preferência um fornecedor de contribuições financeiras ao Partido Republicano ou de cabos eleitorais cristãos durante as campanhas eleitorais. O mote mais comum do governo Bush presidia todos os aspectos das forças estrangeiras envolvidas no Iraque: se uma tarefa pudesse ser desempenhada por uma entidade privada, deveria sê-lo.

Assim, enquanto Bremer assinava as leis, contadores privados planejavam e administravam a economia. (A BearingPoint, subsidiária da maior empresa internacional de contabilidade e consultoria, a KPMG, recebeu 240 milhões de dólares para elaborar um "sistema dirigido pelo mercado" no Iraque — o documento de 107 páginas menciona a palavra privatização 51 vezes; grande parte do contrato original foi escrito pela BearingPoint.) *Think tanks* eram remunerados para pensar (o britânico Adam Smith Institute foi contratado para auxiliar na privatização das empresas iraquianas). Firmas de segurança privada e contratantes na área de defesa treinaram os novos Exército e polícia do Iraque (DynCorp, Vinnell e a USIS, do Grupo Carlyle, entre outras). Companhias do segmento de educação elaboraram o currículo pós-Saddam e imprimiram os novos livros didáticos. (A Creative Associates, uma firma de consultoria em administração e educação sediada em Washington, D.C., recebeu mais de cem milhões de dólares para executar atividades nesse campo.)[69] (18)

Enquanto isso, o modelo implementado por Cheney para a Halliburton de forma pioneira nos Bálcãs, onde as bases foram transformadas em minivilas Halliburton, foi adotado numa escala bem ampla. Além de construir e administrar as bases militares por todo o país, a Halliburton dirigiu a Zona Verde

desde o princípio, ficando encarregada de tudo, desde a manutenção de ruas até o controle de doenças e a administração de cinemas e discotecas.

A CPA era deficitária para monitorar todos os contratantes; além disso, o governo Bush encarava a fiscalização como uma função não essencial que podia ser terceirizada. A CH2M Hill, companhia de engenharia e construção sediada no Colorado, recebeu 28,5 milhões de dólares num empreendimento associado com a Parsons, para supervisionar outros quatro grandes contratantes. Até mesmo a tarefa de construir a “democracia local” foi privatizada e entregue, por meio de um contrato de 466 milhões de dólares, à empresa sediada na Carolina do Norte Research Triangle Institute, embora não tenha ficado clara qual a sua qualificação para implantar a democracia num país muçulmano. Os dirigentes da operação da companhia no Iraque eram mórmons de alto nível — indivíduos como James Mayfield, que relatou à sua missão em Houston que achava possível persuadir os muçulmanos a seguir o Livro dos Mórmons, junto com os ensinamentos do profeta Maomé. Num e-mail que enviou para casa, disse imaginar que os iraquianos iriam erigir uma estátua em sua homenagem, como o seu “fundador da democracia”.[70] (19)

Enquanto essas companhias multinacionais invadiam o país, a maquinaria das duzentas empresas estatais do Iraque permanecia parada, por conta dos cortes crônicos de energia. Antes, o Iraque possuía uma das economias industriais mais sofisticadas da região; agora, suas maiores empresas não conseguiam pegar nem mesmo o menor dos subcontratos para a reconstrução de seu próprio país. Para participar da corrida do ouro, as companhias iraquianas precisariam de geradores de emergência e alguns consertos básicos — coisas que não deveriam ser insuperáveis, dada a velocidade com que a Halliburton construía as bases militares, na forma de subúrbios do Meio-Oeste.

Mohamad Tofiq, do Ministério da Indústria, me contou que fez repetidas requisições de geradores, indicando que as dezessete empresas estatais produtoras de cimento tinham perfeitas condições, tanto para abastecer a demanda por material de construção do esforço de reconstrução quanto para empregar milhares de trabalhadores iraquianos. As fábricas não receberam nada — nem contratos, nem geradores, nem ajuda. As empresas estadunidenses preferiram importar o cimento, assim como a força de trabalho, a preços dez vezes maiores. Um dos editos econômicos de Bremer proibia especificamente o Banco Central do Iraque de oferecer financiamento às empresas estatais do país (um fato informado apenas anos depois).(20) A razão para esse efetivo boicote à indústria iraquiana não era prática, Tofiq me garantiu, mas ideológica. Entre aqueles que tomavam as decisões, disse ele, “nenhum acredita no setor público”.

Enquanto as empresas iraquianas fechavam as portas, incapazes de competir com as importações que jorravam pelas fronteiras abertas, a equipe de Bremer tinha poucas palavras de conforto a oferecer. Dirigindo-se a um grupo de empresários iraquianos, Michael Fleischer, um dos assessores de Bremer, confirmou que muitas atividades iriam fracassar diante da competição estrangeira, mas aquela era a beleza do livre mercado. “Vocês serão esmagados pelos empreendimentos estrangeiros?”, perguntou de forma retórica. “A resposta depende de vocês. Somente os melhores irão sobreviver.” Ele falava como Yegor Gaidar, que frequentemente respondia assim sobre os pequenos empresários russos que afundavam como resultado da terapia de choque: “E daí? Quem está morrendo merece morrer.”(21)

Como se sabe agora, nada do que foi previsto no anti-Plano Marshall de Bush saiu como se pretendeu. Os iraquianos não viram a reconstrução feita pelas corporações como “um presente”; muitos a perceberam como uma forma moderna de pilhagem, e as corporações dos Estados Unidos não fizeram grande sucesso com suas velocidade e eficiência; pelo contrário, elas conseguiram transformar a palavra “reconstrução”, como explicou um engenheiro iraquiano, “numa piada de mau gosto”.(22) Cada erro de cálculo provocou níveis crescentes de resistência, que foram respondidos com a contrarrepressão das tropas estrangeiras, mergulhando o país numa espiral de violência infernal. Em julho de 2006, de acordo com o estudo mais confiável, a guerra do Iraque já havia ceifado as vidas de 655 mil iraquianos, que não teriam morrido se não houvesse acontecido a invasão e a ocupação.(23)

Em novembro de 2006, Ralph Peters, um oficial reformado do Exército dos Estados Unidos, escreveu no jornal *USA Today* que “nós demos aos iraquianos uma chance única de construir a democracia formal”, mas eles “preferiram ser indulgentes em velhos ódios, violência confessa, intolerância étnica e cultura de corrupção. Parece que os cínicos estavam certos: as sociedades árabes não conseguem manter uma democracia como a nossa. E os povos têm o governo que merecem. (...) A violência que mancha as ruas de Bagdá com sangue não é um sintoma apenas da incompetência do governo iraquiano, mas da total incapacidade do mundo árabe para progredir em qualquer esfera do esforço humano organizado. Estamos assistindo ao colapso de uma civilização”.(24) Embora Peters fosse particularmente grosseiro, muitos observadores ocidentais chegaram ao mesmo veredicto: a culpa é dos iraquianos.

Todavia, as divisões sectárias e o extremismo religioso que engolem o Iraque não podem ser, simplesmente, separados da invasão e da ocupação. Embora

essas forças certamente se acentuassem com o avanço da guerra, eram muito mais fracas antes que o Iraque tivesse sido transformado no laboratório de choque dos Estados Unidos. É oportuno lembrar que, em fevereiro de 2004, onze meses após a invasão, uma pesquisa feita pela Oxford Research International revelou que a maioria dos iraquianos desejava um governo secular: somente 21% dos entrevistados disseram que seu sistema político preferido era "um Estado islâmico", e apenas 14% apontaram os "políticos religiosos" como seus atores políticos favoritos. Seis meses depois, com a ocupação em fase mais violenta e nova, uma outra pesquisa revelou que 70% dos iraquianos desejavam que a lei islâmica constituísse a base do Estado.[25] Quanto à violência sectária, era praticamente desconhecida no primeiro ano da ocupação. O primeiro grande incidente, o bombardeio da mesquita de Shia durante o feriado da Ashoura, aconteceu em março de 2004, um ano depois da invasão. Não pode haver dúvidas de que a ocupação aprofundou e inflamou esses ódios.

De fato, todas as forças que dilaceram o Iraque de hoje — corrupção furiosa, sectarismo selvagem, surgimento do fundamentalismo religioso e da tirania dos esquadrões da morte — têm seus passos cadenciados com a implementação do anti-Plano Marshall de Bush. Após a derrubada de Saddam Hussein, o Iraque necessitava e merecia desesperadamente de restauração e reconciliação, um processo que só poderia ter sido feito pelos próprios iraquianos. Em vez disso, no momento mais precário, o país foi transformado num laboratório capitalista criminoso — um sistema que jogou indivíduos e comunidades uns contra os outros, eliminou centenas de milhares de empregos e meios de vida e substituiu o clamor por justiça pela impunidade exuberante dos ocupantes estrangeiros.

O atual estado de desastre no Iraque não pode ser reduzido à incompetência e ao compadrio da Casa Branca de Bush, nem ao sectarismo ou tribalismo do Iraque. É um desastre tipicamente capitalista, um pesadelo de ganância sem limites desencadeado no rastro da guerra. O "fiasco" do Iraque foi criado pela aplicação cuidadosa e fiel da ideologia irreprimida da Escola de Chicago. O que se seguiu foi um resultado inicial (e não exaustivo) dos vínculos entre a "guerra civil" e o projeto corporatista que estava no cerne da invasão. É um processo que joga a ideologia de volta, feito bumerangue, nas pessoas que a arremessaram — um golpe ideológico ao avesso.

O caso mais amplamente reconhecido de golpe ao avesso foi provocado pelo primeiro grande ato de Bremer, a demissão de aproximadamente quinhentos mil funcionários públicos, a maioria de soldados, mas também médicos, enfermeiros, professores e engenheiros. A "desbaathificação", como foi

chamada, era destinada a eliminar do governo os seguidores de Saddam. Sem dúvida, isso foi parte da motivação, mas não explica a escala das demissões ou a profundidade com que elas feriram o setor público como um todo, castigando trabalhadores que não eram funcionários de alto escalão.

Esse expurgo se assemelhou aos ataques similares ao setor público que acompanharam os programas de terapia de choque, desde que Milton Friedman aconselhou Pinochet a reduzir os gastos governamentais em 25%. Bremer não escondeu sua antipatia pela “economia stalinista” do Iraque, como denominou as companhias estatais e os grandes ministérios, e não teve apreço pelas qualificações especializadas e pelos anos de conhecimento acumulado dos engenheiros, médicos, eletricistas e construtores de estradas do Iraque.[26] Bremer sabia que as pessoas ficariam angustiadas com a perda de seus empregos, mas, como deixou claro em suas memórias, não levou em consideração que a súbita amputação da classe profissional do país tornaria impossível o funcionamento do Estado iraquiano e, assim, atrapalharia o próprio trabalho dele. Aquela cegueira tinha pouco a ver com uma postura anti-Saddam e tudo a ver com o fervor do livre mercado. Somente uma pessoa profundamente inclinada a enxergar o governo como mero fardo e os trabalhadores do setor público como lixo inútil teria feito as escolhas que Bremer fez.

Aquela cegueira ideológica teve três efeitos concretos: danificou a possibilidade de reconstrução, ao remover pessoas qualificadas de seus postos, enfraqueceu a voz dos iraquianos leigos e alimentou a resistência ao deixar muita gente furiosa. Dezenas de oficiais superiores das forças armadas e da inteligência dos Estados Unidos reconheceram que muitos dos quatrocentos mil soldados demitidos por Bremer foram diretamente para a resistência emergente. Conforme declarou o coronel da Marinha Thomas Hammes: “Agora você tem milhares de pessoas armadas — porque elas levaram as armas para casa — que sabem usar suas armas, que não têm futuro, que têm razão de estarem com raiva de você.”[27]

Ao mesmo tempo, a clássica decisão tomada por Bremer, nos moldes da Escola de Chicago, de abrir as fronteiras a importações irrestritas, enquanto permitia que as companhias estrangeiras se apropriassem de 100% dos ativos iraquianos, enfureceu o empresariado nativo. Muitos responderam por meio do financiamento à resistência, com os poucos rendimentos que lhes restaram. Depois de cobrir o primeiro ano da resistência iraquiana no Triângulo Sunita, o repórter investigativo Patrick Graham escreveu, na revista *Harper’s*, que os empresários do país “estão ultrajados com as novas leis para investimentos estrangeiros, que permitem a firmas externas adquirirem as fábricas por pequenas quantias. As receitas deles entraram em declínio, porque o país foi

inundado por produtos do exterior. (...) A violência, como esses homens de negócio compreendem, é sua única vantagem competitiva. Trata-se de lógica comercial simples: quanto maiores forem os problemas do Iraque, mais difícil será o envolvimento dos forasteiros".[28]

Outro golpe ideológico ao avesso veio da determinação da Casa Branca de impedir que futuros governos iraquianos mudassem as leis econômicas de Bremer — a mesma manobra para "trancar" as mudanças implementadas no começo da crise, que têm estado em vigor desde que o FMI lançou seu primeiro programa de "ajuste estrutural". Da perspectiva de Washington, não fazia sentido elaborar as regras de investimento mais iluminadas do mundo, se um governo iraquiano soberano pudesse tomar o poder em poucos meses e reescrevê-las. Pelo fato de que a maior parte dos decretos de Bremer se situava numa zona legal cinzenta, a solução dada pelo governo Bush foi a de elaborar uma nova Constituição para o Iraque, objetivo que foi perseguido com uma determinação tenaz — em primeiro lugar, com uma Constituição interina, que trancou as leis de Bremer, e depois com uma Constituição permanente, que tentou (mas falhou) fazer o mesmo.

Muitos especialistas em direito ficaram aturdidos com a obsessão constitucional de Washington. Estava claro que não havia uma precisão urgente de escrever um novo documento a partir do zero — a Constituição iraquiana de 1970, ignorada por Saddam, era perfeitamente útil e o país tinha outras necessidades mais prementes. Ainda mais importante é o fato de que o processo de elaborar uma nova Constituição é um dos mais dolorosos para qualquer país, mesmo para uma nação em paz. Ele traz à tona todas as tensões, rivalidades, preconceitos e ressentimentos. Impingir esse procedimento — duas vezes — num país dividido e despedaçado como o Iraque posterior a Saddam serviu para exacerbar a possibilidade de luta civil. As fissuras sociais abertas pelas negociações não haviam sido curadas de jeito nenhum e poderiam ainda levar à separação do país.

Assim como a abolição de todas as restrições comerciais, o plano de Bremer para privatizar as duzentas empresas estatais era visto por muitos iraquianos como mais um ato de guerra dos Estados Unidos. Os trabalhadores ficaram sabendo que, a fim de tornar essas companhias atraentes para os investidores estrangeiros, cerca de dois terços deles deveriam ficar sem trabalho. Numa das maiores empresas estatais do Iraque — um conjunto de sete fábricas que produziam óleo de cozinha, sabão, detergente e outros bens essenciais —, eu ouvi uma história que demonstrou claramente quantos inimigos novos tinham sido criados pelo anúncio da privatização.

Numa visita ao complexo fabril, no subúrbio de Bagdá, conheci Mahmud, um rapaz confiante de 25 anos, com a barba bem feita. Ele disse que, quando ele e seus companheiros de trabalho ouviram os planos de venda de seu local de trabalho, seis meses após o início da ocupação, ficaram "chocados. Se a iniciativa privada comprar nossa companhia, a primeira coisa que vai fazer é reduzir o pessoal, a fim de ganhar mais dinheiro. E nós seremos condenados a um destino muito difícil, porque a fábrica é nosso único meio de vida". Assustado com essa perspectiva, um grupo de sete operários, inclusive Mahmud, foi confrontar os administradores em seu escritório. Começou uma briga: um trabalhador esmurrou um dos gerentes e seu guarda-costas atirou nos trabalhadores, que se voltaram contra ele. O guarda-costas ficou um mês no hospital. Alguns meses depois, ocorreu uma violência ainda maior. O gerente e seu filho foram baleados a caminho do trabalho e ficaram gravemente feridos. No final de nosso encontro, perguntei a Mahmud o que aconteceria se a planta fosse vendida, apesar das suas objeções. "Há duas opções", disse ele, sorrindo amavelmente. "Ou colocamos fogo na fábrica e deixamos as chamas devorarem tudo, ou vamos nos explodir dentro dela. Mas ela não será privatizada." Foi uma advertência pioneira — entre muitas — de que a equipe de Bush superestimou sua capacidade de submeter os iraquianos por meio do choque.

Havia um outro obstáculo aos sonhos de privatização de Washington: o fundamentalismo de livre mercado, que moldava a própria estrutura da ocupação. Graças à sua rejeição de tudo que fosse "estatista", a autoridade de ocupação fora da Zona Verde tinha escassez de pessoal e de recursos para colocar em prática seus planos ambiciosos — em especial, diante do tipo de resistência irredutível manifestada por operários como Mahmud. Como revelou Rajiv Chandrasekaran no *Washington Post*, a CPA (Autoridade Provisória da Coalizão) era uma organização tão esquelética, que possuía apenas três pessoas encarregadas da enorme tarefa de privatização das fábricas estatais iraquianas. "Não se incomodem de começar", foi o conselho que os três funcionários solitários ouviram de uma delegação da Alemanha Oriental — que, quando vendeu seus ativos estatais, contou com a designação de oito mil pessoas para o projeto.[29] Em suma, a CPA estava muito privatizada para privatizar o Iraque.

O problema não era apenas a CPA ter poucos funcionários, mas também ela ser conduzida por pessoas que não possuíam nenhuma crença básica na esfera pública, necessária para a tarefa complexa de reconstruir um Estado a partir do zero. Como disse o cientista político Michael Wolfe: "Conservadores não podem governar bem, pelo mesmo motivo que vegetarianos não podem preparar um bife *bourguignon* de classe internacional: se você acredita que aquilo que deve

fazer é errado, você não vai conseguir fazê-lo muito bem.” E acrescentou: “Como forma de governar, o conservadorismo é o outro nome do desastre.”[30]

Foi assim no Iraque, sem dúvida. Muito já se falou da juventude e inexperiência dos indicados políticos dos Estados Unidos para a CPA — o fato de que uma meia dúzia de republicanos de vinte e poucos anos tenha desempenhado papéis decisivos na fiscalização do orçamento iraquiano de 13 bilhões de dólares.[31] Embora não se duvide que os membros do assim chamado bando de pirralhos eram assustadoramente jovens, essa não era a sua principal deficiência. Eles não eram apenas uma patota política; eram guerreiros na linha de frente da contrarrevolução da América, em oposição a todas as sobrevivências do keynesianismo, e muitos deles eram vinculados à Fundação Heritage, marco zero do friedmanismo, desde o seu lançamento em 1973. Assim, fossem internos de 22 anos de Dick Cheney ou reitores sexagenários das universidades, eles compartilhavam a mesma antipatia por governo e governar que, embora fosse valiosa para desmantelar os sistemas de seguridade social e de educação em casa, não tinham nenhuma utilidade quando a missão era a de realmente construir instituições públicas que haviam sido destruídas.

De fato, muitos pareceram acreditar que o processo era desnecessário. James Haveman, encarregado de reconstruir o sistema de saúde do Iraque, era tão radicalmente oposto a cuidados de saúde públicos e gratuitos que, num país em que 70% da mortalidade infantil eram causados por doenças tratáveis, como diarreia, e incubadoras eram ligadas por dutos, decidiu que uma das maiores prioridades era privatizar o sistema de distribuição de remédios.[32]

A escassez de funcionários públicos experientes na Zona Verde não foi um descuido — foi a expressão do fato de que a ocupação do Iraque tinha sido, desde o princípio, um experimento radical de governo oco. Na época em que os condenados à prisão perpétua dos *think tanks* começaram a chegar em Bagdá, as tarefas mais importantes da reconstrução já haviam sido terceirizadas para a Halliburton e a KPMG. Sua função, como funcionários públicos, era a de simplesmente administrar a caixinha, que no Iraque tomou a forma de entregar, para os contratantes, pacotes de notas de cem dólares embrulhados na forma de tijolos. Era um vislumbre bem delineado do papel aceitável para o governo num Estado corporatista — atuar como correia transportadora para colocar dinheiro público em mãos privadas, uma tarefa na qual o comprometimento ideológico é muito mais importante do que a elaborada experiência de campo.

Aquela incansável correia transportadora era uma das coisas que mais irritavam os iraquianos quanto à insistência dos Estados Unidos para que se adaptassem ao livre mercado rígido, sem subsídios estatais ou proteção comercial. Numa de suas muitas palestras para homens de negócio iraquianos,

Michael Fleischer explicou que os “empreendimentos protegidos nunca, nunca se tornam competitivos”.[33] Ele parecia impermeável à ironia de que Halliburton, Bechtel, Parsons, KPMG, RTI, Blackwater e todas as outras corporações, que estavam no Iraque para tirar vantagem da reconstrução, eram parte de um vasto ramo de negócios protecionista, por meio do qual o governo dos Estados Unidos criara seus mercados com a guerra, impedira que seus competidores sequer entrassem no páreo e depois lhes pagara para fazer o trabalho, garantindo-lhes lucros de lambuja — tudo às custas dos contribuintes. A cruzada da Escola de Chicago, que surgiu com o claro propósito de desmantelar o Estado de bem-estar do New Deal, finalmente alcançou seu auge nesse New Deal corporativo. Tratava-se de uma forma mais simples e despojada de privatização — a transferência de ativos volumosos não era mesmo necessária: apenas corporações empanturrando-se diretamente nos cofres públicos. Sem investimentos, sem responsabilidades, lucros astronômicos.

Tais condições eram explosivas, assim como a exclusão sistemática dos iraquianos desses planos. Já tendo sofrido durante as sanções e a invasão, muitos deles achavam natural que tivessem direito de se beneficiar da reconstrução de seu país — não apenas do resultado final, mas dos empregos criados ao longo do caminho. Quando dezenas de milhares de trabalhadores estrangeiros passaram pelas fronteiras do Iraque para trabalhar com os contratantes de fora, parecia uma extensão da invasão. Mais do que reconstrução, aquilo foi uma destruição diferente — a venda por atacado que eliminou a indústria do país, anteriormente fonte do orgulho nacional, atravessou as linhas do sectarismo. Somente quinze mil iraquianos foram contratados para trabalhar na reconstrução financiada pelos Estados Unidos sob o comando de Bremer, o que era um número constrangedoramente baixo.[34] “Quando o povo iraquiano observa todos esses contratos dados aos estrangeiros, que trazem seus próprios guardas de segurança e engenheiros, e nós ficamos assistindo, o que você espera?”, foi o que me falou Nouri Sitto, um estadunidense de origem iraquiana, quando nos conhecemos na Zona Verde. Sitto havia se mudado para Bagdá, a fim de assessorar a CPA na reconstrução, mas se cansou de ser diplomático: “A economia é a razão número um para o terrorismo e a falta de segurança.”

Grande parte da violência foi claramente dirigida à ocupação estrangeira, a seus projetos e trabalhadores. Alguns ataques são lançados diretamente por elementos como a Al-Qaeda, no Iraque, que são guiados pela estratégia de espalhar o caos. No entanto, se a reconstrução tivesse sido vista, desde o princípio, como parte de um projeto nacional, a população iraquiana, em geral, poderia tê-la defendido como uma extensão de suas comunidades, tornando o trabalho dos provocadores muito mais difícil.

A administração Bush poderia ter estipulado, com facilidade, que qualquer firma que recebesse dinheiro dos contribuintes dos Estados Unidos deveria admitir pessoal iraquiano em seus projetos. Também poderia ter contratado empresas iraquianas, diretamente, para a realização de inúmeras tarefas. Durante anos, essas medidas simples, de bom senso, não aconteceram porque conflitaram com a estratégia subjacente de transformar o Iraque numa bolha econômica de mercado emergente — e todo mundo sabe que bolhas não são infladas com regras e regulações, mas com sua ausência. Assim, em nome da rapidez e da eficiência, os contratantes puderam empregar quem desejaram, importar de onde bem entenderam e subcontratar para as companhias que acharam melhor.

Se nos seis meses que se seguiram à invasão os iraquianos se vissem bebendo água limpa dos canos da Bechtel, suas casas iluminadas pelas lâmpadas GE, seus enfermos tratados nos hospitais higiênicos construídos pela Parsons, suas ruas patrulhadas pela polícia competente treinada na DynCorp, muitos cidadãos (embora nem todos) teriam, provavelmente, superado sua raiva por terem sido excluídos do processo de reconstrução. Contudo, nada disso aconteceu, e bem antes que as forças da resistência iraquiana começassem a alvejar, sistematicamente, os locais da reconstrução, ficou claro que aplicar os princípios do *laissez-faire* a uma tarefa governamental assim tão grande tinha sido um desastre.

Livres de toda regulação, amplamente protegidas contra processos criminais e tendo contratos que garantiam a cobertura de seus custos, mais um lucro, muitas corporações estrangeiras fizeram uma coisa inteiramente previsível: abusaram das fraudes, de modo desvairado. Conhecidas no Iraque como “a nata”, as grandes contratantes se engajaram em esquemas elaborados de subcontratação. Montaram escritórios na Zona Verde, ou mesmo na Cidade do Kuwait e em Amã, e subcontrataram empresas kuwaitianas, que subcontrataram firmas sauditas, que, quando as condições de segurança se tornaram críticas, finalmente subcontrataram companhias iraquianas, quase sempre do Curdistão, por uma fração do valor dos contratos. O senador democrata Byron Dorgan descreveu assim essa rede, usando como exemplo um contrato de ar-condicionado em Bagdá: “O contrato vai para um subcontratante, que passa para outro subcontratante, até um subcontratante no quarto nível. O pagamento pelo ar-condicionado acaba sendo feito para quatro contratantes, e o quarto coloca um ventilador na sala. Sim, os contribuintes estadunidenses pagaram pelo ar-condicionado e, depois que o dinheiro passou por quatro mãos, como na brincadeira de criança de passar o anel, colocou-se um ventilador numa sala, no Iraque.”[35] Indo mais direto ao ponto, durante todo esse tempo, os iraquianos viram seu dinheiro ser roubado, enquanto o país fervia.

Quando a Bechtel fez as malas e saiu do Iraque, em novembro de 2006, culpou a “escalada da violência” por sua incapacidade de concluir os projetos. Todavia, o fracasso da contratante começou bem antes que a resistência armada iraquiana fizesse progressos. As primeiras escolas reconstruídas pela Bechtel logo renderam reclamações.[36] No início de abril de 2004, antes que o Iraque fosse mergulhado na violência, visitei o Hospital Infantil Central de Bagdá. Ele foi supostamente reconstruído por uma empreiteira estadunidense diferente, mas havia entulho nos corredores, nenhum dos banheiros funcionava e os homens que tentavam consertá-los eram tão pobres que não tinham sapatos — eles eram sub-sub-subcontratados, assim como as mulheres que costuravam por tarefa em suas mesas de cozinha para um contratante do contratante do contratante da Wal-Mart.

Os esquemas fraudulentos continuaram por três anos e meio, até que os maiores contratantes dos Estados Unidos para a reconstrução deixaram o Iraque, com seus bilhões gastos e o grosso do trabalho ainda por fazer. A Parsons recebeu 186 milhões de dólares para edificar 142 postos de saúde. Apenas seis ficaram prontos. Mesmo os projetos que foram apontados como histórias de sucesso da reconstrução ficaram sujeitos a questionamentos. Em abril de 2007, inspetores dos Estados Unidos no Iraque examinaram oito projetos concluídos pelas empreiteiras estadunidenses — inclusive uma maternidade e um sistema de purificação de água —, para constatar que “sete já não estavam mais operando como planejado”, de acordo com o *New York Times.* O jornal também noticiou que a rede de energia do Iraque estava produzindo muito menos eletricidade em 2007 do que em 2006.[37] Em dezembro de 2006, quando a maioria dos contratos estava chegando ao fim, o Escritório de Fiscalização Geral investigou 87 casos de possíveis fraudes relacionadas a contratantes estadunidenses no Iraque.[38] A corrupção durante a ocupação não resultou de administração omissa, mas de uma decisão política: se o Iraque deveria representar a próxima fronteira para o capitalismo selvagem do Ocidente, precisava ser destituído de legislação.[39]

A CPA de Bremer não tentou barrar os vários esquemas fraudulentos, negócios paralelos e trapaças escamoteadas. Ainda que fosse declarada autoridade de ocupação dos Estados Unidos, não ficou claro se ela usava essa atribuição além do nome. Esse aspecto foi levantado por um juiz no caso infame de corrupção da Custer Battles.

Dois ex-empregados da firma de segurança deslancharam um processo de acusação contra a companhia, denunciando-a por trapacear com os contratos da CPA relacionados à reconstrução, que fraudaram o governo dos Estados Unidos em milhões de dólares, sendo a maior parte pelo trabalho no Aeroporto Internacional de Bagdá. O caso foi baseado em documentos produzidos pela

companhia, que mostraram claramente a utilização de dois conjuntos de números — um era para ela mesma, outro era para cobrar da CPA. O brigadeiro reformado Hugh Tant testemunhou que a fraude era "provavelmente, a pior que eu vi em meus trinta anos nas forças armadas". (Entre as muitas violações atribuídas à Custer Battles, está a sua apropriação de empilhadeiras iraquianas, no aeroporto; depois de pintá-las, a empresa cobrou da CPA pelo aluguel das máquinas.)[40]

Em março de 2006, um júri federal na Virgínia decidiu contra a companhia, considerando-a culpada de fraude e forçando-a a pagar dez milhões de dólares pelos prejuízos. A empresa pediu depois ao juiz que mudasse o veredicto, com uma defesa reveladora. Alegou que a CPA não era parte integrante do governo dos Estados Unidos e, portanto, não estava sujeita às suas leis, inclusive a Lei Federal contra Falsas Alegações. As implicações dessa defesa foram enormes: o governo Bush havia permitido que as corporações que trabalharam no Iraque ficassem isentas de qualquer responsabilidade perante as leis iraquianas; se a CPA também não estivesse sujeita à legislação dos Estados Unidos, os contratantes não tinham de prestar contas a nenhuma forma de lei — iraquiana ou estadunidense. Dessa vez, o juiz decidiu em favor da companhia: ele disse que era bastante evidente que a Custer Battles havia submetido à CPA "faturas falsas e fraudulentamente inflacionadas", mas determinou que os querelantes "não conseguiram provar que as reivindicações foram apresentadas aos Estados Unidos".[41] Em outras palavras, a presença do governo dos Estados Unidos no Iraque, durante o primeiro ano de seu experimento econômico, havia sido uma miragem — não existira governo, apenas um funil para levar os dólares dos contribuintes estadunidenses e do petróleo iraquiano para as corporações estrangeiras, completamente fora do alcance da lei. Nesse sentido, o Iraque representou a expressão mais extrema da contrarrevolução antiestatal — um Estado oco, no qual, como ficou definitivamente estabelecido pelos tribunais, não havia absolutamente nada.

Depois de entregar seus bilhões aos contratantes, a CPA se desintegrou. Seu antigo pessoal voltou para o setor privado e, quando os escândalos estouraram, não havia ninguém para defender a memória desoladora da Zona Verde. No Iraque, todavia, os bilhões desaparecidos foram profundamente sentidos. "A situação agora é muito pior e parece que não melhora, apesar dos enormes contratos assinados pelas companhias estadunidenses", observou um engenheiro do Ministério da Eletricidade, uma semana depois que a Bechtel anunciou sua partida do Iraque. "É estranho que bilhões de dólares gastos com eletricidade não tenham trazido nenhum aprimoramento, mas, ao contrário, tenham piorado a situação." Um motorista de táxi em Mosul perguntou: "Que reconstrução? Hoje,

bebemos água não tratada de uma usina construída há décadas, que nunca recebeu manutenção. A eletricidade só nos visita durante duas horas por dia. E agora vamos retroceder. Cozinhamos com a lenha que colhemos nas matas, por causa da escassez de gás.”[42]

O fracasso catastrófico da reconstrução também tem participação direta na forma mais letal de golpe ao avesso — o crescimento perigoso do fundamentalismo religioso e do conflito sectário. Quando a ocupação se mostrou inábil para garantir o provimento dos serviços essenciais, inclusive a segurança, as mesquitas e milícias locais preencheram o vazio. O jovem clérigo xiita Moqtada al-Sadr se dedicou a expor as falhas da reconstrução privatizada de Bremer, por meio da realização de um trabalho próprio de reconstrução nas favelas xiitas de Bagdá a Basra, angariando a devoção de seus seguidores. Financiados com as doações feitas às mesquitas, e talvez depois com a ajuda do Irã, os centros despacharam eletricistas para consertar as linhas de eletricidade e telefone, organizaram a coleta local do lixo, instalaram geradores de emergência, regularam as doações de sangue e dirigiram o tráfego. “Encontrei um vácuo, que ninguém preenchia”, afirmou Al-Sadr nos primeiros dias da ocupação, acrescentando: “O que posso fazer, eu faço.”[43] Ele também pegou os homens jovens que não acharam empregos nem esperanças no Iraque de Bremer, vestiu-os de preto e armou-os com fuzis Kalashnikov enferrujados. O resultado foi o Exército Mahdi, agora uma das forças mais brutais das batalhas sectárias do Iraque. Essas milícias também são um legado do corporatismo: se a reconstrução tivesse oferecido trabalho, segurança e serviços aos iraquianos, Al-Sadr ficaria privado tanto de sua missão quanto de muitos de seus novos seguidores. Da forma como aconteceram, as falhas da América corporatista prepararam o terreno para os sucessos de Al-Sadr.

O Iraque sob o comando de Bremer foi a conclusão lógica da teoria da Escola de Chicago: o setor público reduzido a um número mínimo de funcionários, em sua maioria trabalhadores contratados, que vivem num subúrbio construído pela Halliburton, encarregados de assinar leis favoráveis às corporações, redigidas pela KPMG, e de entregar sacolas de lona com dinheiro aos contratantes ocidentais, guarnecidos por soldados mercenários, eles mesmos protegidos pela mais completa imunidade legal. Todos à sua volta eram indivíduos furiosos, cada vez mais voltados para o fundamentalismo religioso, que se tornou a única fonte de poder num Estado que ficou oco. Como o gangsterismo da Rússia e o conluio de Bush, o Iraque contemporâneo é uma criação da cruzada de cinquenta anos empreendida para privatizar o mundo. Em vez de ser renegado por seus

criadores, merece ser visto como a mais pura encarnação da ideologia que lhe deu origem.

NOTAS DO CAPÍTULO 17

(1) De acordo com Jeffrey Goldberg, Rice fez o comentário num jantar, num restaurante de Georgetown. Ele escreve: “A observação aturdiu os outros convidados. [Brent] Scowcroft, como disse depois a seus amigos, ficou bestificado com o ‘tom entusiasta’ de Rice.” Jeffrey Goldberg, “Breaking Ranks”, *The New Yorker*, 31 de outubro de 2005.

(2) Fareed Zakaria, “What Bush Got Right”, *Newsweek*, 14 de março de 2005.

(3) Phillip Kurata, “Eastern Europeans Urge Iraq to Adopt Rapid Market Reforms”, Washington File, Bureau dos Programas de Informação Internacional, Departamento de Estado dos EUA, 26 de setembro de 2003, usinfo.state.gov; “Iraq Poll Finds Poverty Main Worry, Sadr Popular”, Reuters, 20 de maio de 2004.

(4) Joseph Stiglitz, “Shock without Therapy”, *Business Day* (Joanesburgo), 20 de fevereiro de 2004; Jim Krane, “U.S. Aims to Keep Iraq Military Control”, Associated Press, 13 de março de 2004.

(5) Entrevista com Richard Perle, *CNN: Anderson Cooper 360 Degrees*, 6 de novembro de 2006; Entrevista com David Frum, *CNN: Late Edition with Wolf Blitzer*, 19 de novembro de 2006.

(6) L. Paul Bremer III, *My Year in Iraq: The Struggle to Build a Future of Hope* (Nova York: Simon and Schuster, 2006), 21.

(7) Entrevista com Paul Bremer, *PBS: The Charlie Rose Show*, 11 de janeiro de 2006.

(8) Noelle Knox, “Companies Rush to Account for Staff”, *USA Today*, 13 de setembro de 2001; Harlan S. Byrne, “Disaster Relief: Insurance Brokers AON, Marsh Look to Recover, Even Benefit Post-September 11”, *Barron’s*, 19 de novembro de 2001.

(9) O plano do general Garner para o Iraque foi bastante direto: consertar a infraestrutura, realizar eleições rápidas e sujas, deixar a terapia de choque para o Fundo Monetário Internacional e se concentrar em garantir bases militares para os Estados Unidos, nos moldes das Filipinas. “Acho que devemos olhar para o Iraque como nossa mina de carvão no Oriente Médio”, disse ele à BBC. Entrevista com o general Jay Garner, realizada por Greg Palast, “Iraq for Sale”, BBC TV, 19 de março de 2004, www.gregpalast.com; Thomas Crampton, “Iraq Official Warns of Fast Economic Shift”, *International Herald Tribune* (Paris), 14 de outubro de 2003; Rajiv Chandrasekaran, “Attacks Force Retreat from Wide-Ranging Plans for Iraq”, *Washington Post*, 28 de dezembro de 2003.

(10) “Let’s All Go to the Yard Sale”, *The Economist*, 27 de setembro de 2003.

(11) Autoridade Provisória da Coalizão, *Order Number 37 Tax Strategy for 2003*, 19 de setembro de 2003, www.iraqcoalition.org; Autoridade Provisória da Coalizão, *Order Number 39 Foreign Investment*, 20 de dezembro de 2003, www.iraqcoalition.org; Dana Milbank e Walter Pincus, “U.S. Administrator Imposes Flat Tax System on Iraq”, *Washington Post*, 2 de novembro de 2003; Rajiv Chandrasekaran, “U.S. Funds

for Iraq Are Largely Unspent", *Washington Post*, 4 de julho de 2004. NOTA DE RODAPÉ: Mark Gregory, "Baghdad's Missing Billions", *BBC News*, 9 de novembro de 2006; David Pallister, "How the US Sent $12bn in Cash to Iraq. And Watched it Vanish", *Guardian* (Londres), 8 de fevereiro de 2007.

(12) Banco Central do Iraque e Autoridade Provisória da Coalizão, "Saddam-Free Dinar Becomes Iraq's Official Currency", 15 de janeiro de 2004, www.cpa-iraq.org; "Half of Iraqis Lack Drinking Water — Minister", Agência France-Presse, 4 de novembro de 2003; Charles Clover e Peter Spiegel, "Petrol Queues Block Baghdad as Black Market Drains Off", *Financial Times* (Londres), 9 de dezembro de 2003.

(13) Donald H. Rumsfeld, "Prepared Statement for the Senate Appropriations Committee", Washington, DC, 24 de setembro de 2003, www.defenselink.mil; Borzou Daragahi, "Iraq's Ailing Banking Industry Is Slowly Reviving", *New York Times*, 30 de dezembro de 2004; Laura MacInnis, "Citigroup, U.S. to Propose Backing Iraqi Imports", Reuters, 17 de fevereiro de 2004; Justin Blum, "Big Oil Companies Train Iraqi Workers Free", *Washington Post*, 6 de novembro de 2004.

(14) Escritório de Orçamento do Congresso, *Paying for Iraq's Reconstruction: An Update*, dezembro de 2006, página 15, www.cbo.gov; Chandrasekaran, "U.S. Funds for Iraq Are Largely Unspent".

(15) George W. Bush, "President Bush Addresses United Nations General Assembly", Cidade de Nova York, 23 de setembro de 2003; George W. Bush, "President Addresses the Nation", 7 de setembro de 2003.

(16) James Glanz, "Violence in Iraq Curbs Work of 2 Big Contractors", *New York Times*, 22 de abril de 2004.

(17) Rajiv Chandrasekaran, "Best-Connected Were Sent to Rebuild Iraq", *Washington Post*, 17 de setembro de 2006; Holly Yeager, "Halliburton's Iraq Army Contract to End", *Financial Times* (Londres), 13 de julho de 2006.

(18) Escritório do Inspetor-Geral, USAID, *Audit of USAID/Iraq's Economic Reform Program*, Audit Report Number E-266-04-004-P, 20 de setembro de 2004, páginas 5-6, www.usaid.gov; USAID, "Award/Contract", RAN-C-00-03-00043-00, www.usaid.gov; Mark Brunswick, "Opening of Schools to Test Iraqis' Confidence", *Star Tribune* (Minneapolis) 17 de setembro de 2006. NOTA DE RODAPÉ: James Rupert, "Schools a Bright Spot in Iraq", *Seattle Times*, 30 de junho de 2004.

(19) Ron Wyden, "Dorgan, Wyden, Waxman, Dingell Call to End Outsourcing of Oversight for Iraq Reconstruction", *press release*, 5 de maio de 2004, wyden.senate.gov; "Carolinas Companies Find Profits in Iraq", Associated Press, 2 de maio de 2004; James Mayfield, "Understanding Islam and Terrorism — 9/11", 6 de agosto de 2002, em www.texashoustonmission.org, acessado em 7 de janeiro de 2005; Sis Mayfield, "Letters from President Mayfield", 27 de fevereiro de 2004, em www.texashoustonmission.org, acessado em 7 de janeiro de 2005.

(20) Rajiv Chandrasekaran, "Defense Skirts State in Reviving Iraqi Industry", *Washington Post*, 14 de maio de 2007.

(21) Esse relato dos comentários de Gaidar vem de Mark Masarskii, um conselheiro de empreendimentos do governo de Moscou. Jim Krane, "Iraq's Fast Track to Capitalism Scares Baghdad's Businessmen", Associated Press, 3 de dezembro de 2003; Lynn D. Nelson e Irina Y. Kuzes, "Privatization and the New

Business Class", em *Russia in Transition: Politics, Privatization, and Inequality,* ed. David Lane (Londres: Longman, 1995), 129. NOTA DE RODAPÉ: Kevin Begos, "Good Intentions Meet Harsh Reality", *Winston-Salem Journal,* 19 de dezembro de 2004.

(22) Dahr Jamail e Ali al-Fadhily, "U.S. Resorting to 'Collective Punishment'", Inter Press Service, 18 de setembro de 2006.

(23) Gilbert Burnham *et al.*, "Mortality after the 2003 Invasion of Iraq: A Cross-Sectional Cluster Sample Survey", *Lancet* 368 (12 de outubro de 2006): 1421-1428.

(24) Ralph Peters, "Last Gasps in Iraq", *USA Today,* 2 de novembro de 2006.

(25) Oxford Research International, *National Survey of Iraq,* fevereiro de 2004, página 20, news.bbc.co.uk; Donald MacIntyre, "Sistani Most Popular Iraqi Leader, US Pollsters Find", *Independent* (Londres), 31 de agosto de 2004.

(26) Bremer, *My Year in Iraq*, 71.

(27) "The Lost Year in Iraq", *PBS Frontline*, 17 de outubro de 2006.

(28) Patrick Graham, "Beyond Fallujah: a Year with the Iraqi Resistance", *Harper's,* 1º de junho de 2004.

(29) Rajiv Chandrasekaran, *Imperial Life in the Emerald City: Inside Iraq's Green Zone* (Nova York: Alfred A. Knopf, 2006), 118.

(30) Alan Wolfe, "Why Conservatives Can't Govern", *Washington Monthly,* julho/agosto de 2006.

(31) Ariana Eunjung Cha, "In Iraq, the Job Opportunity of a Lifetime", *Washington Post,* 23 de maio de 2004.

(32) Chandrasekaran, *Imperial Life in the Emerald City*, 214-218; T. Christian Miller, "U.S. Priorities Set Back Its Healthcare Goals in Iraq", *Los Angeles Times,* 30 de outubro de 2005.

(33) Jim Krane, "Iraqi Businessmen Now Face Competition", Associated Press, 3 de dezembro de 2003.

(34) Chandrasekaran, *Imperial Life in the Emerald City*, 288.

(35) "National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2007", *Congressional Record — Senate*, 14 de junho de 2006, página S5855.

(36) Griff Witte, "Despite Billions Spent, Rebuilding Incomplete", *Washington Post*, 12 de novembro de 2006; Dan Murphy, "Quick School Fixes Won Few Iraqi Hearts", *Christian Science Monitor*, 28 de junho de 2004.

(37) Griff Witte, "Contractors Rarely Field Responsible for Misdeeds in Iraq", *Washington Post*, 4 de novembro de 2006; T. Christian Miller, "Contractor's Plans Lie Among Ruins of Iraq", *Los Angeles Times*, 29 de abril de 2006; James Glanz, "Inspectors Find Rebuilt Projects Crumbling in Iraq", *New York Times*, 29 de abril de 2007; James Glanz, "Billions in Oil Missing in Iraq, U.S. Study Says", *New York Times*, 12 de maio de 2007.

(38) Entrevista por e-mail com Kristine Belisle, inspetora-geral assistente do Congressional & Public Affairs, inspetora-geral especial para a reconstrução do Iraque, 15 de dezembro de 2006.

(39) Michael Hirsh, "Follow the Money", *Newsweek*, 4 de abril de 2005.

(40) Griff Witte, "Invoices Detail Fairfax Firm's Billing for Iraq Work", *Washington Post*, 11 de maio de 2005; Charles R. Babcock, "Contractor Bilked U.S. on Iraq Work, Federal Jury Rules", *Washington Post*, 10 de março de 2006; Erik Eckholm, "Lawsuit Accuses a Contractor of Defrauding U.S. Over Work in Iraq", *New York Times*, 9 de outubro de 2004.

(41) Renae Merle, "Verdict against Iraq Contractor Overturned", *Washington Post*, 19 de agosto de 2006; Erik Eckholm, "On Technical Grounds, Judge Sets Aside Verdict of Billing Fraud in Iraq Rebuilding", *New York Times*, 19 de agosto de 2006.

(42) Dahr Jamail e Ali al-Fadhily, "Bechtel Departure Removes More Illusions", Inter Press Service, 9 de novembro de 2006; Witte, "Despite Billions Spent, Rebuilding Incomplete".

(43) Anthony Shadid, *Night Draws Near: Iraq's People in the Shadow of America's War* (Nova York: Henry Holt, 2005), 173, 175.

CAPÍTULO 18

COMPLETANDO UM CICLO

DO ESPAÇO VAZIO À TERRA CHAMUSCADA

> **(...) Mas não**
> **Seria mais simples o governo**
> **Dissolver o povo**
> **E escolher outro?**
> — Bertolt Brecht, “A Solução”, 1953[1]

> **O Iraque é a última grande fronteira no Oriente Médio. (...) No Iraque, 80% dos poços de petróleo já perfurados foram descobertas recentes.**
> — David Horgan, executivo-chefe da companhia irlandesa de petróleo Petrel, janeiro de 2007[2]

SERÁ POSSÍVEL QUE O GOVERNO BUSH não percebeu que esse programa econômico tinha potencial para provocar um violento retrocesso no Iraque? Se havia uma pessoa em condições de perceber as consequências negativas prováveis era o homem que implementou as políticas, Paul Bremer. Em novembro de 2001, pouco depois de fundar sua nova companhia de contraterrorismo, a Crisis Consulting Practice, Bremer escreveu um artigo com um plano de ação para seus clientes, explicando por que as corporações multinacionais enfrentavam riscos crescentes de ataques terroristas, em casa e no exterior. No texto, intitulado “Novos riscos em negócios internacionais”, advertiu os clientes de elite de que eles encaravam perigos cada vez maiores, por causa do modelo econômico que os tornara tão ricos. O livre-comércio, escreveu, levou “à criação de uma riqueza sem precedentes”, mas traz “consequências negativas imediatas para muitos”. E “requer a exoneração de trabalhadores. Além disso, a abertura dos mercados para o comércio exterior exerce uma enorme pressão sobre os monopólios comerciais e sindicais tradicionais”. Todas essas mudanças acarretam “desigualdades de renda e

tensões sociais crescentes”, as quais, por sua vez, podem conduzir a uma série de ataques a empresas dos Estados Unidos, inclusive ataques terroristas.[3]

Sem dúvida, foi isso o que aconteceu no Iraque. Se os arquitetos da guerra estavam convencidos de que não haveria retrocesso político por conta de seu programa econômico, provavelmente isso não decorria de sua crença no consentimento ativo dos iraquianos a essas políticas de desapropriação sistemática. Ao contrário, os planejadores da guerra estavam contando com alguma outra coisa — a desorientação dos iraquianos, sua regressão coletiva, sua incapacidade de acompanhar o ritmo das transformações. Em outras palavras, eles estavam contando com o poder do choque. A opinião central dos terapeutas do choque que atuaram nas esferas militar e econômica do Iraque, que foi muito bem articulada pelo subsecretário de Estado, Richard Armitage, era de que os iraquianos ficariam tão aturdidos com o poder de fogo dos Estados Unidos e tão aliviados com a queda de Saddam, “que seriam facilmente levados do ponto A ao ponto B”.[4] Assim, depois de alguns meses, emergiriam de seu entorpecimento do pós-guerra, alegremente surpresos por estarem vivendo na Cingapura do mundo árabe, o “Tigre no rio Tigre”, como alguns analistas de mercado começaram a falar com excitação.

Em vez disso, um grande número de iraquianos exigiu, imediatamente, participar da transformação de seu país. E foi a resposta do governo Bush a essa mudança inesperada de rumo que deu origem ao maior retrocesso de todos.

Desmantelando a democracia

No verão seguinte à invasão do Iraque, havia tanto desejo reprimido de participação política, que Bagdá, por causa de suas dificuldades cotidianas, exibia uma atmosfera quase carnavalesca. Havia revolta contra as demissões de Bremer e frustração com os apagões de energia e os contratantes estrangeiros, mas, durante meses, aquela ira se manifestou principalmente por meio da explosão de discursos livres, exuberantes e descontrolados. Durante todo o verão, houve protestos diários fora dos portões da Zona Verde, muitos deles conduzidos por trabalhadores que exigiam seus empregos de volta. Centenas de novos jornais saíam das gráficas, cheios de artigos críticos a Bremer e seu programa econômico. Clérigos pregavam sermões políticos nas sextas-feiras, uma liberdade impossível durante o regime de Saddam.

O mais empolgante eram as eleições que aconteciam espontaneamente nas cidades, vilas e províncias de todo o país. Finalmente livres da mão de ferro de Saddam, os vizinhos se reuniam nas câmaras municipais e elegiam os líderes

para representá-los nessa nova era. Em cidades como Samarra, Hilla e Mosul, autoridades religiosas, profissionais seculares e membros tribais trabalhavam juntos para estabelecer as prioridades locais de reconstrução, desmentindo as piores previsões acerca do sectarismo e do fundamentalismo. As reuniões eram acaloradas, mas, segundo muitos relatos, eram também alegres: os desafios eram enormes, porém a liberdade estava se tornando realidade. Em muitos casos, as forças dos Estados Unidos facilitaram os trabalhos, ajudando a organizar as eleições e até construindo urnas eleitorais, pois acreditaram em seu presidente quando ele disse que mandara suas tropas para espalhar a democracia no Iraque.

O entusiasmo democrático, combinado com a clara rejeição ao programa econômico de Bremer, colocou a administração Bush numa posição extremamente difícil. Havia promessas de entregar o poder a um governo iraquiano eleito, em questão de meses, e de incluir imediatamente os iraquianos nas tomadas de decisão. No entanto, aquele primeiro verão não deixou dúvidas de que qualquer afrouxamento do poder significaria o abandono do sonho de transformar o Iraque num modelo de economia privatizada, com amplas bases militares dos Estados Unidos espalhadas pelo seu território; o nacionalismo econômico era muito profundamente arraigado no povo, em especial quando se tratava das reservas nacionais de petróleo, o maior de todos os troféus. Assim, Washington abandonou as promessas de democracia e, em seu lugar, ordenou o aumento dos níveis de choque, na esperança de que uma dosagem mais elevada resolvesse o problema. Foi uma decisão que levou a cruzada por um livre mercado puro de volta às suas raízes no Cone Sul da América Latina, completando um ciclo, em que a terapia de choque econômico foi reforçada pela supressão brutal da democracia e pelo desaparecimento e a tortura de qualquer um que ficasse no meio do caminho.

Assim que Paul Bremer chegou, o plano dos Estados Unidos era reunir uma ampla assembleia constituinte, representando todos os setores da sociedade iraquiana, para que os delegados elegessem os membros de um conselho executivo interino. Depois de passar duas semanas em Bagdá, Bremer desistiu da ideia. Em seu lugar, decidiu nomear os membros de um Conselho de Governo do Iraque. Em mensagem ao presidente Bush, Bremer descreveu seu processo de seleção dos membros iraquianos do conselho como “uma mistura de cabra-cega com jogo da velha tridimensional”.[5]

Bremer havia dito que o conselho exerceria o poder, mas mudou de opinião outra vez. “Minha experiência com o Conselho de Governo sugere, neste momento, que não seria uma grande ideia”, declarou o ex-enviado mais tarde,

explicando que os membros do conselho eram muito lentos e deliberativos — características inadequadas a seus planos de terapia de choque. “Eles não conseguiam organizar nem um desfile de dois carros”, afirmou Bremer. “Eles simplesmente não tinham capacidade de tomar decisões em tempo hábil ou mesmo de tomar qualquer decisão. Além disso, eu ainda acreditava firmemente na importância de promulgar uma Constituição antes de entregar a soberania a alguém.”(6)

O problema seguinte de Bremer foram as eleições que aconteciam em vilas e cidades, no país inteiro. No final de junho, seu segundo mês no Iraque, Bremer mandou avisar que todos os pleitos locais deveriam parar imediatamente. O novo plano era nomear os líderes locais pela ocupação, assim como tinha sido feito com o Conselho de Governo. Uma demonstração definitiva aconteceu em Najaf, a cidade mais sagrada para os xiitas iraquianos, maior facção religiosa do país. Najaf estava em meio à organização de eleições por toda a cidade, com ajuda das tropas estadunidenses, e, um dia antes das votações, o tenente-coronel encarregado recebeu um telefonema do major da Marinha Jim Mattis. “A eleição teve de ser cancelada. Bremer estava preocupado com a possível vitória de um candidato islâmico hostil. (...) Bremer não permitiria que o sujeito errado ganhasse a votação. Os fuzileiros navais foram aconselhados a escolher um grupo de iraquianos que considerassem confiáveis e capazes de designar um prefeito. Era assim que os Estados Unidos controlariam o processo”, escreveram Michael Gordon e o general Bernard Trainor, autores de *Cobra II*, considerada a história militar definitiva da invasão. No fim, as forças armadas dos Estados Unidos indicaram como prefeito de Najaf um coronel do Exército da era de Saddam, assim como fizeram em vilas e cidades no país inteiro.[71] (7)

Em alguns casos, a proibição formal de Bremer chegou depois que os iraquianos já tinham votado para eleger representantes locais. Destemido, Bremer ordenou a criação de novos conselhos. Na província de Taji, a RTI, contratante dominada pelos mórmons, que estava encarregada de construir o governo local, desmantelou o conselho que a população do lugar havia escolhido, meses antes de sua chegada, e teimou em começar do zero. “Nós sentimos que andamos para trás”, reclamou um homem. Bremer insistiu que não havia “proibição generalizada” contra a democracia. “Não me oponho a ela, mas quero fazer as coisas de modo que nossos interesses sejam resguardados. (...) Eleições realizadas com muita antecedência podem ser destrutivas. É preciso fazê-las com muito cuidado.”(8)

Até aquele momento, os iraquianos ainda estavam na expectativa de que Washington iria cumprir suas promessas de organizar eleições nacionais e entregar o poder diretamente nas mãos de um governo eleito pela maioria dos

cidadãos. Contudo, em novembro de 2003, depois de cancelar os pleitos locais, Bremer voou para Washington, onde manteve reuniões apressadas na Casa Branca. Quando retornou a Bagdá, anunciou que as eleições gerais estavam fora de cogitação. O primeiro governo “soberano” do Iraque seria nomeado, não eleito.

Essa mudança de rumo pode ter tido relação com uma pesquisa realizada, naquela época, pelo International Republican Institute, sediado em Washington. Perguntou-se aos iraquianos que tipo de políticos eles elegeriam, se tivessem chance. Os resultados foram um alerta para os corporatistas da Zona Verde: 49% das respostas apontaram a preferência por um partido que prometesse criar “mais empregos públicos”. Quando perguntados se votariam num partido que prometesse criar “mais empregos no setor privado”, somente 4,6% disseram que sim. Ao responderem se apoiariam um partido que prometesse “manter as forças da coalizão até que a segurança estivesse garantida”, apenas 4,2% foram positivos.(9) Dito de modo simples, se os iraquianos pudessem eleger livremente o próximo governo, e se esse governo tivesse poder de fato, Washington teria de desistir de dois objetivos essenciais da guerra: instalação de bases militares no Iraque e penetração total das multinacionais estadunidenses no país.

Alguns críticos da ala neoconservadora do regime de Bush atribuíram a principal falha dos planos do Iraque à crença exagerada na democracia, à demonstração de uma fé exacerbada na autodeterminação. O registro efetivo dessa trajetória do primeiro ano inteiro da ocupação, em que Bremer eliminou a democracia, onde quer que ela tenha erguido sua cabeça de Hidra, foi suprimido dessa narrativa. Em seus primeiros seis meses no cargo, Bremer suspendeu a assembleia constituinte, recusou a ideia de eleger os projetistas da nova Constituição, anulou e cancelou dezenas de eleições provinciais e locais e dominou a fera das eleições nacionais — ações dificilmente identificadas com um democrata idealista. E nenhum dos neoconservadores de alto nível, que agora culpam a falta de “uma face iraquiana” pelos problemas do Iraque, apoiou os clamores por eleições diretas que vieram das ruas de Bagdá e Basra.

Muitas pessoas que trabalharam no Iraque, nos primeiros meses, estabeleceram um vínculo direto entre as várias decisões de atrasar e enfraquecer a democracia e o surgimento feroz da resistência armada. Salim Lone, diplomata da ONU que esteve no Iraque após a invasão, enxergou a primeira medida antidemocrática de Bremer como o pivô. “Os primeiros ataques devastadores à presença estrangeira no Iraque, por exemplo, aconteceram logo após a escolha, pelos Estados Unidos, em julho de 2003, do primeiro corpo de líderes iraquianos, o Conselho de Governo do Iraque: a missão jordaniana e, depois, a sede da ONU, em Bagdá, foram explodidas, matando dezenas de inocentes (...) o

ódio contra a composição desse conselho, e o apoio da ONU a ele, era palpável no Iraque." Lone perdeu muitos amigos e colegas no ataque.[10]

O cancelamento das eleições nacionais, feito por Bremer, foi uma traição amarga para os xiitas iraquianos. Como o maior grupo étnico, estavam certos de que dominariam um governo eleito, após décadas de subjugação. No início, a resistência xiita tomou a forma de manifestações pacíficas maciças: cem mil manifestantes em Bagdá, trinta mil em Basra. Seu cântico unificado era: "Sim, sim, eleições. Não, não, seleções." Como escreveu Ali Abdel Hakim al-Safi, o segundo clérigo xiita mais velho do Iraque, numa carta endereçada a George Bush e Tony Blair: "Nossa principal exigência nesse processo é estabelecer todas as instituições constitucionais, por meio de eleições e não de indicações." Ele afirmou que o novo plano de Bremer era "nada mais do que a substituição de uma ditadura pela outra" e advertiu que, se fossem adiante com ele, acabariam lutando numa batalha perdida.[11] Bush e Blair não se comoveram — elogiaram as manifestações como evidência do florescimento da liberdade, mas seguiram em frente com o plano de nomear o primeiro governo iraquiano pós-Saddam.

Foi nessa conjuntura que Moqtada al-Sadr se tornou uma força política a ser considerada. Quando os outros partidos xiitas importantes decidiram participar do governo nomeado e aceitar a Constituição interina que tinha sido escrita dentro da Zona Verde, Al-Sadr se destacou, denunciou o processo e a Constituição como ilegítimos e comparou abertamente Bremer a Saddam Hussein. Também começou a construir o Exército Mahdi, resolutamente. Ao verem que os protestos pacíficos não surtiram efeito, muitos xiitas se convenceram de que, para que a democracia governada pela maioria pudesse se tornar realidade, eles precisariam lutar por ela.

Se o governo Bush tivesse cumprido a promessa de entregar o poder rapidamente a um governo iraquiano eleito, haveria uma chance de que a resistência ficasse pequena e localizada, e não se tornasse uma rebelião em escala nacional. Contudo, cumprir aquela promessa representava sacrificar a agenda econômica por trás da guerra, algo que jamais aconteceria — e é por isso que as repercussões violentas à negação da democracia pelos Estados Unidos, no Iraque, devem ser consideradas como uma forma de golpe ideológico ao avesso.

Choques corporais

Conforme a resistência se avolumava, as forças de ocupação reagiam com táticas de choque cada vez maiores. Elas aconteciam tarde da noite ou de manhã bem cedo, com os soldados atravessando as portas bruscamente, acendendo lanternas

dentro de lares escuros, gritando em inglês (umas poucas palavras são compreendidas: “filho da mãe”, “Ali Babá”, “Osama Bin Laden”). As mulheres procuravam seus lenços, em desespero, para cobrir as cabeças na frente de estrangeiros intrusos; os homems tinham as cabeças cobertas, antes de serem jogados nos caminhões do Exército e mandados para as prisões ou campos de concentração. Nos primeiros três anos e meio da ocupação, cerca de 61.500 iraquianos foram capturados e aprisionados pelas forças dos Estados Unidos, normalmente com métodos destinados a “maximizar o choque da captura”. Quase 19 mil permaneciam sob custódia, na primavera de 2007.(12) Dentro das prisões, mais choques aconteciam: tinas de água gelada; pastores alemães rugindo e mostrando seus dentes pontiagudos; murros e pontapés; e, algumas vezes, correntes elétricas provenientes de fios desencapados.

Três décadas antes, a cruzada neoliberal tinha começado com essas táticas — os assim chamados subversivos e supostos terroristas foram arrancados de suas casas, encapuzados, vendados e levados para celas escuras, onde enfrentaram espancamentos e coisas piores. Agora, para defender a esperança de um modelo de livre mercado no Iraque, o projeto vinha completar seu ciclo.

Um fator que tornou a onda de táticas de tortura inevitável foi a determinação de Donald Rumsfeld de administrar as forças armadas modernas como uma corporação terceirizada. Ele planejou a distribuição das tropas para combate não como secretário de Defesa, mas como um vice-presidente da Wal-Mart que tenta cortar mais algumas horas da folha de pagamento. Depois de reduzir gradualmente a demanda inicial dos generais, de quinhentos mil soldados para menos de duzentos mil, ele ainda enxergou gordura para queimar: no último minuto, para satisfazer seu CEO interior, cortou mais dezenas de milhares de forças militares dos planos de batalha.(13)

Embora suas forças *just-in-time* tenham sido capazes de derrubar Saddam, não tinham esperanças de dominar aquilo que os editos de Bremer criaram no Iraque — uma população abertamente rebelada e um grande vazio que o Exército e a polícia iraquianos costumavam preencher. Na falta de condições numéricas para controlar as ruas, as tropas de ocupação fizeram a melhor coisa possível: tiraram as pessoas das ruas e as colocaram nas prisões. Os milhares de prisioneiros capturados nos ataques de surpresa foram levados para os agentes da CIA, soldados dos Estados Unidos e contratantes privados — muitos deles sem treinamento —, que conduziram interrogatórios agressivos, a fim de descobrir o que pudessem sobre a resistência.

Nos primeiros dias da ocupação, a Zona Verde serviu de hospedaria para os terapeutas do choque econômico que vinham da Polônia e da Rússia; agora, se tornara ímã para um outro ramo de especialistas em choque, aqueles treinados

nas artes sombrias de eliminar os movimentos de resistência. As firmas de segurança privada encheram suas fileiras com veteranos das guerras sujas da Colômbia, da África do Sul e do Nepal. De acordo com o jornalista Jeremy Scahill, a Blackwater e outras empresas privadas contrataram mais de setecentas tropas chilenas — muitas delas operadoras de forças especiais — para combater no Iraque, algumas das quais foram treinadas e serviram no regime de Pinochet.[14]

Um dos especialistas em choque de mais alto nível era o comandante dos Estados Unidos James Steele, que chegou ao Iraque em maio de 2003. Ele fora uma das figuras mais importantes da cruzada da direita na América Central, onde servira como conselheiro-chefe dos Estados Unidos em muitos batalhões do Exército salvadorenho, que foram acusados de funcionar como esquadrões da morte. Mais recentemente, atuara como vice-presidente da Enron e fora ao Iraque, originalmente, como consultor em energia. Mas, assim que a resistência surgiu, ele voltou à velha *persona* e se tornou o conselheiro-chefe de segurança de Bremer. Steele foi eventualmente instado a levar para o Iraque aquilo que algumas fontes anônimas do Pentágono começaram a chamar, com frieza, de "opção salvadorenha".[15]

John Sifton, pesquisador sênior da Human Rights Watch, contou-me que o abuso contra prisioneiros no Iraque não seguiu o padrão habitual. Normalmente, em zonas de conflito, os abusos acontecem logo no começo, no denominado calor da guerra, quando os campos de batalha estão caóticos e ninguém sabe quais são as regras. Foi o que se passou no Afeganistão, afirmou Sifton, "mas no Iraque foi diferente — as coisas já começaram de modo profissional e depois pioraram, em vez de melhorar". Ele identifica o marco da mudança no final de agosto de 2003 — quatro meses após a queda de Bagdá. Foi naquele momento, disse ele, que os relatos de abusos começaram a brotar.

Seguindo essa linha de tempo, o choque das câmaras de tortura emergiu logo depois dos choques econômicos mais polêmicos de Bremer. O final de agosto marcou o fim do longo verão de preparação de leis e cancelamento de eleições promovido por Bremer. Como essas medidas mandaram ainda mais recrutas para a resistência, os soldados estadunidenses foram enviados, um homem em idade de recrutamento militar de cada vez, para arrebentar as portas e tentar eliminar a rebeldia de todo o Iraque.

A periodização dessa mudança pode ser claramente rastreada por meio de uma série de documentos tornados públicos, que vieram à luz na esteira do escândalo de Abu Ghraib. A trilha dos papéis começa no dia 14 de agosto de 2003, quando o capitão William Ponce, oficial da inteligência no quartel-general das forças armadas dos Estados Unidos, no Iraque, mandou um e-mail para seus

colegas oficiais baseados em todo o país. Ela continha uma declaração agora notória: "Com relação a esses detentos, as luvas estão sendo tiradas pelos cavalheiros (...) [um coronel] deixou claro que nós queremos esses indivíduos quebrados. Os incidentes estão aumentando e nós precisamos juntar informações que ajudem a proteger nossos soldados de ataques futuros." Ponce solicitou ideias de técnicas que os interrogadores pudessem utilizar nos prisioneiros — o que ele denominou de "lista dos desejos". As sugestões transbordaram de sua caixa de mensagens, inclusive "eletrocução de baixa voltagem".(16)

Duas semanas depois, no dia 31 de agosto, o major-general Geoffrey Miller, diretor da prisão da Baía de Guantânamo, foi levado para o Iraque com a missão de transformar a prisão de Abu Ghraib em outra Guantânamo.(17) No dia 14 de setembro, quinze dias depois, o tenente-general Ricardo Sanchez, principal comandante no Iraque, autorizou uma ampla gama de novos procedimentos de interrogatório baseados no modelo de Guantânamo, inclusive a humilhação deliberada (chamada de "declínio do orgulho e do ego"), a "exploração do medo árabe de cachorros", a privação de sentidos (denominada "controle da luz"), a sobrecarga dos sentidos (gritos, música alta) e "posições estressantes". Os incidentes documentados pelas fotografias infames tiradas em Abu Ghraib ocorreram logo depois que Sanchez enviou seu memorando, no princípio de outubro.(18)

A equipe de Bush falhara ao tentar impor obediência aos iraquianos por meio de Choque e Pavor ou da terapia de choque econômico. Agora, as táticas de choque tinham se tornado mais pessoais, usando a fórmula infalível do manual de interrogatório *Kubark* para induzir a regressão.

Muitos dos prisioneiros mais importantes foram levados para uma zona segura próxima ao Aeroporto Internacional de Bagdá, administrada por uma força-tarefa militar e pela CIA. Acessível apenas a identificações especiais e mantido fora do alcance da Cruz Vermelha, o presídio era tão clandestino que mesmo oficiais militares de alto nível eram impedidos de entrar. Para manter sua camuflagem, mudou de nome repetidas vezes — de Força-Tarefa 20 para 121, para 6-26, e para Força-Tarefa 145.(19)

Os detentos eram mantidos num pequeno prédio comum, destinado a criar as condições do manual *Kubark*, inclusive a total privação de sentidos. O edifício era dividido em cinco áreas: uma sala de exames médicos, uma "sala agradável", que parecia uma sala de estar (para prisioneiros cooperativos), uma sala vermelha, uma sala azul e uma sala preta, a mais temida de todas — uma cela pequena toda pintada de preto, com microfones nos quatro cantos.

A existência da prisão secreta veio a público apenas quando um sargento que trabalhou lá se aproximou do Human Rights Watch, sob o pseudônimo de Jeff

Perry, para descrever aquele lugar estranho. Comparado com o tumulto de Abu Ghraib, com seus guardas mal treinados fazendo o que dava para fazer, o presídio da CIA no aeroporto era fantasmagoricamente organizado e clínico. Segundo Perry, quando os interrogadores queriam usar "táticas mais duras" contra os prisioneiros na sala preta, sentavam junto a um terminal de computador e imprimiam o que parecia um cardápio de torturas. "Já estava tudo digitado para você", recordou Perry, "controles ambientais, quente e frio, sabe, luzes muito fortes, música, e assim por diante. Cachorros treinados (...) você só precisava procurar o que gostaria de usar". Quando preenchiam os formulários de interrogatório, só precisavam levá-los a um oficial superior para pedir autorização. "Jamais vi qualquer folha de papel que não estivesse assinada", afirmou.

Ele e outros interrogadores começaram a se dar conta de que as técnicas violavam a proibição da Convenção de Genebra quanto a "tratamento humilhante e degradante". Com medo de sofrerem processos, no caso de seu trabalho vir a público, Perry e outros três confrontaram seu coronel e "lhe disseram que se sentiam desconfortáveis com aquele tipo de abuso". A prisão secreta era tão eficiente que, dentro de duas horas, uma equipe de advogados das forças armadas chegou ao prédio para fazer uma apresentação, em PowerPoint, explicando que os detentos não estavam protegidos pela Convenção de Genebra e que a privação de sentidos — apesar das próprias pesquisas da CIA, que afirmavam o contrário — não era tortura. "Ah, foi muito rápido", disse Perry sobre o tempo da reação. "Era como se estivessem prontos. Isto é, eles tinham aquelas duas horas de *slides* totalmente preparadas."

Havia outras instalações espalhadas pelo Iraque, nas quais os prisioneiros eram submetidos às mesmas táticas de privação de sentidos no estilo de *Kubark*, algumas ainda mais parecidas com os experimentos na McGill, realizados muitos anos antes. Um outro sargento falou de uma prisão numa base militar chamada Tiger, perto de Qaim, próximo da fronteira com a Síria, que tinha de vinte a quarenta detentos. Eles tiveram seus olhos vendados, foram algemados e colocados em contêineres de metal para navios extremamente abafados, durante 24 horas — "sem sono, sem comida, sem água", relatou o sargento. Depois de terem sido enfraquecidos pela caixa de privação de sentidos, foram aturdidos com luzes fortes e música estridente.(20)

Métodos similares foram usados numa base de Operações Especiais perto de Tikrit — com exceção do fato de que, ali, os prisioneiros foram colocados em caixas ainda menores: com cerca de 1,25m por 1,25m e 50cm de profundidade, bastante pequenas para um adulto deitar ou ficar de pé, e uma lembrança ainda mais viva de muitas celas que foram descritas no Cone Sul da América Latina.

Eles ficaram mantidos naquele extremo isolamento de sentidos por uma semana. Pelo menos um dos detentos declarou que foi eletrocutado por soldados dos Estados Unidos, embora todos tenham negado isso.[21] No entanto, existem algumas evidências sugestivas e pouco discutidas de que os soldados estadunidenses tenham de fato utilizado o eletrochoque como técnica de tortura no Iraque. Em 14 de maio de 2004, num caso que não teve quase nenhuma publicidade, dois fuzileiros navais foram condenados à prisão por eletrocutarem um prisioneiro iraquiano cerca de um mês antes. Segundo os documentos obtidos pela União Americana pelas Liberdades Civis, um soldado "deu choques em um preso iraquiano com um transformador elétrico (...) colocando os fios na área dos ombros do prisioneiro" até "que ele 'dançasse' enquanto recebia os choques".[22]

Quando as fotografias infames de Abu Ghraib foram publicadas, inclusive a de um prisioneiro encapuzado de pé, numa caixa, com fios elétricos pendentes de seus braços, as forças armadas enfrentaram um estranho problema: "Tivemos reclamações de inúmeros detentos alegando que eram eles a pessoa retratada na fotografia em questão", explicou um porta-voz do Comando de Investigação Criminal das forças armadas, o órgão encarregado de investigar o abuso contra prisioneiros. Um desses reclamantes foi Haj Ali, antigo prefeito distrital. Ele disse que também foi encapuzado e colocado de pé sobre uma caixa e teve vários fios elétricos atados a partes de seu corpo. Contradizendo os relatos dos guardas de Abu Ghraib, de que os fios não estavam ligados, Ali contou a PBS: "Quando me deram choques elétricos, senti que meu globo ocular iria saltar para fora de sua órbita."[23]

Como milhares de colegas de prisão, Ali foi libertado de Abu Ghraib sem qualquer acusação e jogado para fora do caminhão com a seguinte frase: "Você foi preso por engano." A Cruz Vermelha afirmou que os oficiais das forças armadas dos Estados Unidos admitiram que algo entre 70% e 90% das detenções no Iraque foram "equivocadas". De acordo com Ali, muitos desses erros humanos decorreram da busca por vingança nas prisões administradas pelos Estados Unidos. "Abu Ghraib é um terreno fértil para os insurgentes. (...) Todos os insultos e a tortura preparam os detentos para fazer qualquer coisa. Quem pode culpá-los?"[24]

Muitos soldados estadunidenses compreendem e temem essa reação. "Se ele é um cara legal, sabe, agora ele é ruim, por causa dos maus tratos que lhe demos", disse um sargento do 82º Transporte Aéreo, que ficou baseado numa prisão improvisada, especialmente brutal, numa base militar dos Estados Unidos nos arredores de Faluja, terra natal de um batalhão orgulhosamente denominado de "Maníacos Assassinos".[25]

A situação é muito pior nas prisões administradas pelos iraquianos. Saddam empregou amplamente a tortura para continuar no poder. A fim de eliminá-la do Iraque, era preciso um esforço concentrado para repudiar essas táticas, da parte do novo governo. Em vez disso, os Estados Unidos incorporaram a tortura aos seus próprios objetivos, estabelecendo um padrão degradante desde o começo do treinamento e da supervisão que deram à força policial iraquiana.

Em janeiro de 2005, a Human Rights Watch descobriu que a tortura era "sistemática" dentro das cadeias e penitenciárias administradas pelos iraquianos (e supervisionadas pelos Estados Unidos), inclusive o uso do eletrochoque. Um relatório interno da 1ª Divisão de Cavalaria afirmou que "choque elétrico e sufocamento" são "consistentemente utilizados para obter confissões", pela polícia e pelos soldados iraquianos. Os guardas penitenciários estavam ainda utilizando o símbolo onipresente da tortura latino-americana, a *picana*, o espeto elétrico para gado. Em dezembro de 2006, o *New York Times* noticiou o caso de Faraj Mahmoud, que "foi despido e pendurado pelo teto. Um espeto elétrico aplicado em sua genitália fez seu corpo bater de um lado ao outro das paredes, contou ele".(26)

Em março de 2005, o repórter da *New York Times Magazine*, Peter Maass, se juntou a uma unidade do Comando Especial de Polícia, que tinha sido treinado por James Steele. Maass visitou uma antiga biblioteca pública de Samarra, que fora transformada em prisão macabra. Lá dentro, ele viu prisioneiros de olhos vendados e algemados, alguns sangrando depois de apanhar, e também uma mesa com "marcas de sangue escorrendo dos lados". Ele ouviu pessoas vomitando e gritando, cujos sons descreveu como sendo "apavorantes feito os gritos de um homem louco, ou de alguém sendo levado à loucura". Ele também ouviu, claramente, dois tiros "de dentro ou de trás do centro de detenção".(27)

Em El Salvador, os esquadrões da morte ficaram conhecidos por usarem os assassinatos não apenas para se livrar dos opositores políticos, mas para enviar mensagens de terror a um público mais amplo. Corpos mutilados, que apareciam nos acostamentos de estradas, avisavam a uma comunidade mais abrangente que os indivíduos que saíssem da linha poderiam ser os próximos cadáveres. Com frequência, corpos torturados eram deixados com um sinal que indicava a assinatura do esquadrão da morte: Mano Blanco ou Brigada Maximiliano Hernandez. Em 2005, esses tipos de mensagem começaram a se tornar rotineiros nos acostamentos de estradas do Iraque: prisioneiros vistos pela última vez sob custódia dos comandos iraquianos, que, normalmente, eram vinculados ao Ministério do Interior, foram achados com uma única bala na cabeça, com as mãos ainda amarradas atrás das costas, ou com buracos no crânio feitos por furadoras elétricas. Em novembro de 2005, o jornal *Los Angeles Times* noticiou

que, no necrotério de Bagdá, “dezenas de corpos chegam de uma vez, toda semana, inclusive montes de cadáveres com os pulsos algemados pela polícia”. Quase sempre, os necrotérios guardam as algemas para devolvê-las à polícia.[28]

No Iraque, existem também maneiras mais avançadas, tecnologicamente, para enviar mensagens de terror. *Terrorismo nas Garras da Justiça* é um programa de televisão muito assistido na rede Al Iraqiya, financiada pelos Estados Unidos, e produzido em conjunto com os comandos iraquianos inspirados em El Salvador. Muitos prisioneiros libertados contaram como os conteúdos do programa são elaborados: os detentos são geralmente aprisionados em batidas policiais realizadas ao acaso, na vizinhança, sofrem espancamentos e torturas e recebem ameaças contra suas famílias, até que estejam prontos para confessar qualquer crime — mesmo crimes que os advogados provaram que jamais aconteceram. Então, as câmeras de vídeo são trazidas para gravar a sua “confissão” de que são insurgentes, ou ladrões, homossexuais e mentirosos. Toda noite, os iraquianos assistem a essas confissões, extraídas de rostos roxos e inchados, de indivíduos inegavelmente torturados. “O programa tem boa repercussão na sociedade”, foi o que disse Adnan Thabit, chefe dos comandos inspirados em El Salvador, para Maass.[29]

Dez meses depois que a “opção salvadorenha” foi mencionada pela primeira vez na imprensa, suas implicações aterradoras ficaram completamente claras. Os comandos iraquianos, inicialmente treinados por Steele, trabalhavam, oficialmente, sob as ordens do Ministério do Interior; este, no entanto, diante do questionamento de Maass sobre o que tinha visto na antiga biblioteca, afirmou que “não permite nenhum abuso de direitos humanos contra prisioneiros que estão nas mãos das Forças de Segurança do Ministério do Interior”. Mas, em novembro de 2005, 173 iraquianos foram encontrados na masmorra do Ministério do Interior, alguns tão seriamente torturados que sua pele estava soltando, outros tinham galos na cabeça e dentes e unhas dos pés arrancados. Os prisioneiros libertados disseram que nem todos saíram dali vivos. Fizeram uma lista de 18 pessoas que foram torturadas até a morte, dentro da masmorra do ministério — os desaparecidos do Iraque.[30]

Quando eu estava pesquisando os experimentos de Ewen Cameron com o eletrochoque na década de 1950, tomei conhecimento de uma observação feita por um de seus colegas, o psiquiatra Fred Lowy. “Os freudianos desenvolveram todos esses métodos sutis de descascar a cebola para chegar ao coração do problema”, disse ele. “Cameron queria penetrar diretamente e mandar as camadas para o inferno. Mas, conforme descobrimos depois, as camadas são

tudo que existe."[31] Cameron acreditou que podia explodir as camadas de seus pacientes e começar de novo: ele sonhou que criaria personalidades completamente novas. No entanto, seus pacientes não renasceram: eles ficaram confusos, feridos, quebrados.

Os terapeutas do choque, no Iraque, metralharam as camadas também, buscando aquele espaço vazio no qual poderiam criar seu novo país-modelo. Encontraram apenas pilhas de entulho que eles próprios produziram e milhões de pessoas psicológica e fisicamente dilaceradas — dilaceradas por Saddam, pela guerra, e umas pelas outras. Em vez de uma tábula rasa, purificada de toda sua história, acharam feudos antigos, trazidos à superfície para se fundir com vendetas frescas, que surgiam a cada novo ataque — a uma mesquita em Karbala, em Samarra, a um mercado, ministério, hospital. Os países, assim como as pessoas, não são reformatados do zero com um bom choque; eles apenas se dilaceram e continuam se dilacerando.

Isso, é claro, requer mais detonações — elevando a dosagem, apertando o dedo sobre o botão por mais tempo, mais dor, mais bombas, mais tortura. O ex-subsecretário de Estado, Richard Armitage, que havia previsto a fácil transformação dos iraquianos de A em B, concluiu que o verdadeiro problema foi a suavidade dos Estados Unidos. "O modo humano pelo qual a coalizão lutou na guerra", disse ele, "na realidade, levou a uma situação em que ficou mais difícil, e não mais fácil, juntar as pessoas. Na Alemanha e no Japão [depois da Segunda Guerra Mundial], a população se encontrava exausta e profundamente chocada com o que acontecera, mas no Iraque ocorre justamente o oposto. A vitória muito rápida sobre as forças inimigas significou que não encontramos uma população amedrontada, como no Japão e na Alemanha. (...) Os Estados Unidos estão enfrentando um povo iraquiano que não está nem chocado nem apavorado".[32] Em janeiro de 2007, Bush e seus conselheiros ainda estavam convencidos de que poderiam assumir o controle do Iraque apenas com um grande "surto", que varresse Moqtada al-Sadr — "um câncer que solapa" o governo iraquiano. O relatório no qual a estratégia de surto estava baseada pretendia realizar "a limpeza bem-sucedida do centro de Bagdá" e, depois que as forças de Al-Sadr se dirigissem para Sadr City, "eliminar aquele bastião xiita pela força" também.[33]

Na década de 1970, quando começou a cruzada corporatista, ela empregou táticas que foram vistas, pelos tribunais, como abertamente genocidas: a eliminação deliberada de um segmento da população. No Iraque, uma coisa ainda mais monstruosa estava acontecendo: a eliminação não de um segmento populacional, mas de um país inteiro; o Iraque está desaparecendo, se desintegrando. Tudo começou, como sempre acontece, com o desaparecimento

de mulheres por trás de véus e portas, e depois as crianças sumiram das escolas — em 2006, dois terços delas ficavam em casa. Em seguida, foram os profissionais: médicos, professores, empresários, cientistas, farmacêuticos, juízes, advogados. Cerca de trezentos acadêmicos iraquianos foram assassinados pelos esquadrões da morte, desde a invasão estadunidense, inclusive muitos reitores de faculdades; outros milhares fugiram. Com os médicos foi ainda pior: em fevereiro de 2007, estimava-se que dois mil foram mortos e doze mil fugiram. Em novembro de 2006, o Alto Comissariado para Refugiados da ONU calculou que cerca de três mil iraquianos fugiam do país todos os dias. Em abril de 2007, a organização noticiou que quatro milhões de pessoas tinham sido forçadas a deixar suas casas — aproximadamente um em cada sete iraquianos. Somente algumas centenas desses refugiados foram bem-vindas nos Estados Unidos.[(34)]

Diante do colapso da atividade industrial iraquiana, um dos negócios que está em ascensão é o sequestro. Em três meses e meio, no começo de 2006, quase vinte mil pessoas foram sequestradas no Iraque. A imprensa internacional só presta atenção quando um ocidental é levado, mas a ampla maioria das abduções é praticada contra profissionais iraquianos, apanhados quando se dirigem de casa para o trabalho, ou vice-versa. Suas famílias ou entregam os milhares de dólares para o resgate, ou vão identificar os seus corpos no necrotério. A tortura também surgiu como indústria promissora. Grupos de direitos humanos documentaram numerosos casos em que a polícia iraquiana exigiu milhares de dólares das famílias de prisioneiros, em troca da suspensão da tortura.[(35)] É a versão doméstica do Iraque para o capitalismo do desastre.

Não era isso que o governo Bush desejava para o Iraque, quando o escolheu para servir de nação-modelo para o resto do mundo árabe. A ocupação começou com um discurso alegre sobre esquecer o passado e começar vida nova. Não demorou muito, contudo, para que a busca por limpeza descambasse para a ideia de "arrancar o islamismo pela raiz" na cidade de Sadr ou em Najaf e de remover o "câncer do islamismo radical" de Faluja e Ramadi — aquilo que não ficasse limpo seria esfregado com toda a força.

É isso que acontece com os projetos de construção de sociedades-modelo no país dos outros. As campanhas de depuração raramente são premeditadas. Somente quando as pessoas que moram no lugar se recusam a abandonar seu passado é que o sonho de limpeza sofre a metamorfose e se transforma numa distorção de si mesmo, a terra chamuscada — só então o sonho de criação total se transfigura em uma campanha de completa destruição.

A violência imprevista que agora engole o Iraque é a criação dos arquitetos letalmente otimistas da guerra — ela foi pré-ordenada naquela frase original, que

pareceu inócua ou mesmo idealista: “um modelo para um novo Oriente Médio”. A desintegração do Iraque tem suas raízes na ideologia que reivindicou uma tábula rasa sobre a qual se pudesse escrever sua nova história. E a partir do momento em que esse quadro imaculado não se apresentou, os defensores dessa ideologia começaram a detonar e pressionar, e detonar de novo, na esperança de encontrar aquela terra prometida.

Fracasso: a nova cara do sucesso

Em meu voo de partida de Bagdá, todos os assentos estavam ocupados por contratantes estrangeiros que fugiam da violência. Era abril de 2004, e tanto Faluja quanto Najaf estavam sob estado de sítio; somente naquela semana, 1.500 contratantes caíram fora do Iraque. Muitos ainda sairiam. Na época, eu estava convencida de que estávamos assistindo à primeira derrota completa da cruzada corporatista. O Iraque tinha sido bombardeado com todos os tipos de armas de choque, com exceção da bomba nuclear, e apesar disso nada tinha conseguido subjugar o país. Sem dúvida, o experimento havia fracassado.

Agora eu não tenho certeza. Em determinado nível, não resta dúvida de que partes do projeto foram desastrosas. Bremer foi mandado ao Iraque para construir uma utopia corporativa: em vez disso, o Iraque se tornou uma distopia necrófila, na qual uma pessoa, em sua simples ida para o trabalho, pode ser linchada, queimada viva ou decapitada. Em maio de 2007, mais de novecentos contrantes foram declarados mortos e “mais de doze mil foram feridos em batalhas ou machucados no trabalho”, de acordo com uma análise do *New York Times*. Os investidores que Bremer tinha tentado atrair com empenho jamais apareceram — não o HSBC ou a Procter & Gamble, que deixaram suas *joint ventures* na espera, assim como a General Motors. A New Bridge Strategies, a firma que exaltou a forma pela qual “um Wal-Mart poderia assumir o controle do país”, reconheceu que “o McDonald’s não vai abrir tão cedo”.(36) Os contratos de reconstrução da Bechtel não renderam projetos de longo prazo para administrar os sistemas de água e eletricidade. No final de 2006, os esforços de reconstrução privatizados, que estavam no centro do anti-Plano Marshall, foram abandonados — e algumas mudanças dramáticas na forma de tomar decisões se tornaram evidentes.

Stuart Bowen, inspetor-geral especial dos Estados Unidos para a reconstrução do Iraque, relatou que, nos poucos casos em que os contratos foram dados diretamente a empresas iraquianas, “foi mais barato e eficiente. E serviu para estimular a economia, porque colocou os iraquianos para trabalhar”. Ficou

claro que financiar os iraquianos para reconstruir seu próprio país é mais eficiente do que contratar multinacionais desajeitadas, que não conhecem o país nem a língua, cercá-las com mercenários ao custo de novecentos dólares por dia e gastar cerca de 55% do valor de seus contratos em despesas gerais.[37] Jon C. Bowersox, que trabalhou como conselheiro de Saúde na embaixada dos Estados Unidos em Bagdá, fez uma observação radical: o problema com a reconstrução do Iraque, disse ele, era o desejo de construir tudo a partir do zero. “Nós podíamos ter chegado e realizado uma reabilitação a custos baixos, e não tentado transformar o sistema de saúde deles em dois anos.”[38]

Uma reviravolta ainda mais dramática ocorreu no Pentágono. Em dezembro de 2006, foi anunciado um novo projeto para que as fábricas estatais do Iraque voltassem a operar normalmente — aquelas mesmas que Bremer tinha se recusado a ajudar, com o fornecimento de geradores emergenciais, porque representavam retrocessos stalinistas. Agora, o Pentágono se dava conta de que, em vez de comprar cimento e peças de máquinas da Jordânia ou do Kuwait, poderia adquiri-las das debilitadas fábricas iraquianas, colocando milhares de pessoas para trabalhar e levando renda para as comunidades vizinhas. Paul Brinkley, subsecretário-adjunto de Defesa para a transformação empresarial do Iraque, declarou: “Vistoriamos algumas dessas fábricas com bastante atenção e percebemos que elas não eram as empresas decaídas da era soviética que nós pensávamos que fossem”, embora admitisse que alguns de seus colegas tenham começado a chamá-lo de stalinista.[39]

O tenente-general do Exército Peter W. Chiarelli, o mais alto comandante de campo no Iraque, explicou que “precisávamos colocar os jovens raivosos para trabalhar. (...) Uma queda relativamente pequena do desemprego teria um sério efeito no nível de assassinatos praticados por sectarismo”. Ele não conseguiu evitar o comentário: “Acho inacreditável que, depois de quatro anos, não tenhamos chegado a essa conclusão. (...) Para mim, ela é óbvia. É tão importante quanto qualquer outra parte dos planos de campanha.”[40]

Será que essas reviravoltas assinalam o fim do capitalismo de desastre? Dificilmente. Na época em que os oficiais dos Estados Unidos se deram conta de que não precisavam reconstruir um país novinho em folha, a partir do zero, e que era mais importante dar empregos aos iraquianos e garantir que suas empresas se beneficiariam dos milhões destinados à reconstrução, o dinheiro que serviria para financiar esse empreendimento já havia sido gasto.

Enquanto isso, em meio a uma onda de epifanias neokeynesianas, o Iraque foi atingido com a tentativa mais audaciosa de exploração da crise até então. Em dezembro de 2006, o bipartidário Grupo de Estudos sobre o Iraque, dirigido por James Baker, publicou seu relatório longamente esperado. Ali ficou registrado o

apelo para que os Estados Unidos “ajudassem os líderes iraquianos a reorganizar a indústria nacional de petróleo como uma empresa comercial” e “encorajassem investimentos da comunidade internacional e das companhias internacionais de energia no setor petrolífero do Iraque”.[41]

A maioria das recomendações do Grupo de Estudos sobre o Iraque foi ignorada pela Casa Branca, menos essa: o governo Bush rapidamente avançou na preparação de uma nova e radical legislação para o petróleo iraquiano, que permitiria às companhias como Shell e BP a assinatura de contratos de 35 anos, pelos quais ficariam com grande parte dos lucros do negócio, chegando à cifra de dezenas ou centenas de bilhões de dólares — jamais ouvida em países com acesso ao petróleo igual ao Iraque, e uma condenação à pobreza perpétua, num país em que 95% das receitas governamentais provinham do petróleo.[42] Essa proposta era tão furiosamente impopular que mesmo Paul Bremer não se atrevera a fazê-la, no primeiro ano da ocupação. No entanto, estava surgindo agora, graças ao aprofundamento do caos. Ao explicarem como justificavam que a maior porcentagem dos lucros deixasse o Iraque, as companhias citavam os riscos da segurança. Em outras palavras, foi o desastre que tornou possível a lei radical que havia sido apresentada.

O senso de oportunidade de Washington foi extremamente revelador. No momento em que se avançou na preparação da legislação, o Iraque enfrentava sua crise mais profunda até então: o país estava sendo cindido pelos conflitos sectários, com uma média de mil iraquianos assassinados por semana. Saddam Hussein acabara de ser morto, num episódio cheio de vícios e provocações. Simultaneamente, Bush desencadeou sua “onda” de tropas no Iraque, operando com regras de engajamento “menos restritivas”. Naquele período, o país se encontrava num estado muito volátil para que as empresas petrolíferas fizessem seus investimentos e, assim, não precisava de uma nova legislação — a não ser para usar o caos e escapar do debate público, numa das questões mais controvertidas para a nação. Muitos parlamentares iraquianos eleitos diseram que não tinham ideia de que uma nova legislação estava sendo elaborada e, sem dúvida, deixaram de ser incluídos na moldagem de seu resultado. Greg Muttitt, pesquisador do grupo de vigilância do petróleo Platform, relatou: “Estive recentemente num encontro de congressistas do Iraque e perguntei a eles quantos haviam visto a lei. Dentre vinte, apenas um respondeu que sim.” De acordo com Muttitt, se a lei fosse aprovada, os iraquianos “perderiam enormemente, porque não têm capacidade, no momento, para iniciar um bom negócio”.[43]

Os principais sindicatos do Iraque afirmaram que “a privatização do petróleo é uma linha vermelha que não se deve ultrapassar” e, numa declaração conjunta, condenaram a lei como uma tentativa de apropriação “das fontes de energia” do

Iraque “de uma vez só, num momento em que o povo iraquiano procura determinar o seu próprio futuro, ainda sob as condições da ocupação”.[44] A lei finalmente adotada pelo gabinete iraquiano, em fevereiro de 2007, era ainda pior do que tinha sido antecipado: não colocava limites no montante de lucros que as companhias estrangeiras poderiam levar para fora do país e não estabelecia nenhuma exigência específica quanto ao percentual que os investidores estrangeiros deveriam compartilhar com as companhias iraquianas ou à contratação de trabalhadores iraquianos em seus campos de petróleo. De forma ainda mais ousada, excluía os parlamentares iraquianos eleitos de qualquer voz nos termos dos contratos futuros de petróleo. Em vez disso, criava um novo órgão, o Conselho Federal de Gás e Petróleo, que, de acordo com o *New York Times*, seria composto por “um grupo de especialistas em petróleo, de dentro e de fora do Iraque”. Esse corpo não eleito, assistido por estrangeiros não especificados, teria total poder de tomar decisões em todos os assuntos relacionados ao tema, com autoridade integral para definir quais contratos deveriam ou não ser assinados pelo Iraque. Com efeito, a lei determinou que as reservas de petróleo do país, que eram de propriedade pública, ficassem isentas de controle democrático e fossem administradas por uma ditadura poderosa e próspera, que coexistiria com o fraco e ineficaz governo iraquiano.[45]

É difícil exagerar o escândalo representado por essa tentativa de captura dos recursos. Os lucros do petróleo iraquiano são a única esperança de financiamento de sua própria reconstrução, quando uma aparência de paz voltar. Reclamar os direitos daquela riqueza futura, num momento de desintegração nacional, foi o cúmulo da falta de vergonha do capitalismo de desastre.

Houve uma outra consequência, menos discutida, do caos no Iraque: com a passagem do tempo, a presença estrangeira ficou mais privatizada e forjou, por completo, um novo paradigma do modo como as guerras são travadas e as catástrofes humanas são enfrentadas.

Foi aí que a ideologia da privatização radical, situada no coração do anti-Plano Marshall, se tornou muito bem-sucedida e lucrativa. A recusa convincente do governo Bush de aumentar o pessoal na guerra do Iraque — ou com tropas, ou com administradores civis sob seu controle — trouxe claros benefícios para sua outra guerra, aquela destinada a terceirizar o governo dos Estados Unidos. Essa cruzada, ao mesmo tempo em que deixava de ser objeto da retórica pública oficial, continuava sendo uma obsessão diretiva por trás dos panos e foi muito mais próspera do que todas as batalhas públicas governamentais juntas.

Como Rumsfeld transformou a guerra numa invasão *just-in-time*, com soldados destinados a executar apenas funções de combate essenciais, e eliminou 55 mil postos no Departamento de Defesa e no Departamento de Assuntos de Veteranos, no primeiro ano de organização da guerra no Iraque, o setor privado foi levado a preencher todas as lacunas, em todos os níveis.[46] Na prática, o que essa configuração representou foi que, enquanto o Iraque mergulhava na desordem, uma indústria privatizada de guerra ia sendo moldada, de modo cada vez mais elaborado, para dar suporte a um Exército reduzido a suas mínimas condições — tanto no território iraquiano quanto em casa, os soldados eram tratados no Walter Reed Medical Center.

Como Rumsfeld recusou, firmemente, todas as soluções que requeriam o aumento do tamanho do Exército, as forças armadas precisaram encontrar meios de colocar mais soldados em funções de combate. Companhias de segurança privadas inundaram o Iraque, para cumprir tarefas que eram anteriormente executadas pelos soldados — garantir segurança para oficiais superiores, fazer a guarda das bases, escoltar outros contratantes. Uma vez que estavam ali, suas funções se expandiram para enfrentar o caos. O contrato original da Blackwater no Iraque era para dar proteção privada a Bremer, mas, um ano após a ocupação, já estava sendo engajada nos combates de rua mais violentos. Durante a sublevação do movimento de Moqtada al-Sadr em Najaf, em abril de 2004, a Blackwater assumiu, de fato, o comando dos fuzileiros navais dos Estados Unidos que estavam a postos, numa batalha contra o Exército Mahdi que durou o dia inteiro e resultou na morte de dezenas de iraquianos.[47]

No começo da ocupação, havia um número aproximado de dez mil soldados privados no Iraque, muito maior do que na primeira Guerra do Golfo. Três anos depois, um relatório feito pelo Escritório de Prestação de Contas do Governo dos Estados Unidos descobriu que havia 48 mil soldados privados distribuídos em formação de combate, no Iraque, provenientes de todo o mundo. Os mercenários representavam o maior contingente de soldados, depois das forças armadas estadunidenses — mais do que todos os outros membros da “Coalizão da Vontade” juntos. O “surto de Bagdá”, como foi chamado na imprensa financeira, assumiu aquele que era um setor sombrio e desaprovado pelo público e o incorporou às máquinas de guerra dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. A Blackwater contratou lobistas agressivos de Washington para apagar a palavra “mercenário” do vocabulário popular e transformar a companhia numa marca completamente estadunidense. De acordo com seu CEO, Erik Prince: “É um retorno ao nosso mantra corporativo: nós estamos tentando fazer pelo aparato de segurança nacional o que a FedEx fez pelo serviço postal.”[48]

Quando a guerra evoluiu para dentro das cadeias, as forças armadas estavam tão desprovidas de interrogadores treinados e tradutores de árabe que não conseguiram tirar informações de seus novos prisioneiros. Desesperadas para obter mais interrogadores e tradutores, voltaram-se para a contratante de defesa CACI International Inc. Em seu contrato original, o papel da CACI no Iraque era de prover serviços de tecnologia de informação para as forças armadas, mas a escrita da ordem de serviço foi tão vaga que o conceito de "tecnologia de informação" podia ser expandido para significar interrogatório.(49) A flexibilidade foi intencional: a CACI era parte de um novo ramo de contratantes que atua como agência temporária para o governo federal — ela tem contratos contínuos e displicentemente redigidos e mantém um grande número de trabalhadores potenciais em espera, prontos para preencher quaisquer posições que apareçam. Recorrer à CACI, cujos trabalhadores não precisavam passar pelos treinamentos rigorosos e autorizações de segurança exigidas dos empregados do governo federal, era tão fácil quanto solicitar novos suprimentos de escritório; dezenas de novos interrogadores chegaram em instantes.[72]

A corporação que mais ganhou com o caos foi a Halliburton. Antes da invasão, ela recebeu um contrato para apagar o fogo que os exércitos de Saddam, batendo em retirada, ateavam nas refinarias. Quando esses incêndios não se materializaram, o contrato da Halliburton foi ampliado para incluir uma nova função: prover combustível para a nação inteira, uma tarefa tão grande que "a fez comprar todos os caminhões-tanque disponíveis no Kuwait e importar outras centenas".(50) Em nome da disponibilização de soldados para os campos de batalha, a Halliburton também assumiu outras dezenas de funções tradicionais das forças armadas, inclusive a manutenção de rádios e veículos militares.

Até o recrutamento, há tempos encarado como uma tarefa para soldados, rapidamente se transformou num negócio com fins lucrativos, conforme o andamento da guerra. Em 2006, novos soldados estavam sendo recrutados pelas empresas privadas caçadoras de talentos, como a Serco, ou uma divisão da gigante de armamentos L-3 Communications. Os recrutadores privados, muitos dos quais não haviam cumprido o serviço militar, ganhavam bônus todas as vezes em que admitiam um novo soldado, levando um porta-voz a se gabar: "Se você quer comer filé, precisa colocar pessoas nas forças armadas."(51) O reinado de Rumsfeld também alimentou um surto de crescimento no treinamento terceirizado: empresas como a Cubic Defense Applications e a Blackwater organizavam os soldados em treinamentos de combate e jogos de guerra, levando-os para instalações de treinamento privatizadas, nas quais praticavam combates de porta em porta em vilas simuladas.

E, graças à obsessão privatista de Rumsfeld, como ele mesmo sugeriu em seu discurso de 10 de setembro de 2001, quando os soldados voltassem para casa, doentes ou sofrendo de estresse pós-traumático, eles seriam tratados por empresas privadas de saúde, para as quais a guerra de traumas pesados no Iraque gerou uma fortuna caída do céu. Uma dessas companhias, a Health Net, foi a sétima no ranking da *Fortune 500* em 2005, devido, em grande parte, ao número de soldados traumatizados que voltaram do Iraque. A outra foi a IAP Worldwide Services Inc., que ganhou o contrato para assumir inúmeros serviços do hospital militar, o Walter Reed Medical Center. O movimento para privatizar a administração desse centro médico contribuiu, como foi alegado, para uma deterioração chocante de sua manutenção e cuidado, desde que mais de cem empregados federais especializados deixaram as instalações.[52]

O papel das companhias privadas, que se expandiu amplamente, nunca foi abertamente debatido como uma questão política (da mesma forma que a legislação proposta para o petróleo do Iraque de repente se materializou). Rumsfeld não precisou se engajar em batalhas campais contra sindicatos de funcionários federais ou generais de altas patentes. Ao contrário, tudo aconteceu na prática, de um modo que os militares chamam de missão furtiva. Quanto mais a guerra se alongava, mais se tornava privatizada e, subitamente, esta se tornou a nova forma de fazer guerra. A crise facilitou o surto de crescimento, como havia feito tantas vezes anteriormente.

Os números contam a história dramática da missão furtiva das corporações. Durante a primeira Guerra do Golfo, em 1991, havia um contratante para cada cem soldados. No começo da invasão do Iraque, em 2003, a razão havia subido para um contratante a cada dez soldados. Ao cabo de três anos de ocupação, essa taxa havia se elevado a um por três. Menos de um ano depois, com a proximidade do quarto ano da ocupação, havia um contratante para cada 1,4 soldado dos Estados Unidos. Esse número, no entanto, inclui apenas os contratantes que trabalham diretamente para o governo estadunidense, e não para outros membros da coalizão ou para o governo iraquiano, e não leva em conta os contratantes baseados no Kuwait e na Jordânia, que passaram adiante suas tarefas para subcontratantes.[53]

Os soldados britânicos no Iraque já foram superados, numericamente, por seus concidadãos que trabalham para firmas de segurança privadas, numa razão de três para um. Quando Tony Blair anunciou, em fevereiro de 2007, que estava retirando 1.600 soldados do Iraque, a imprensa noticiou, imediatamente, que os “funcionários públicos esperam que os ‘mercenários’ possam preencher a lacuna que ficou”, sendo as companhias pagas diretamente pelo governo britânico. Na mesma época, a Associated Press disse que o número de contratantes, no Iraque,

era de 120 mil, quase equivalente ao número de soldados dos Estados Unidos.(54) Em escala, esse tipo de guerra privatizada já superou as Nações Unidas. O orçamento da ONU para as forças de paz, em 2006-2007, foi de 5,25 bilhões de dólares — um pouco mais de um quarto dos contratos de vinte bilhões de dólares da Halliburton no Iraque, sendo que as últimas estimativas apontam que somente a indústria do mercenarismo vale quatro bilhões de dólares.(55)

A reconstrução do Iraque, sem dúvida, foi um fracasso para os iraquianos e os contribuintes estadunidenses, mas não para o complexo do capitalismo de desastre. Viabilizada pelos ataques do 11 de Setembro, a guerra no Iraque representou nada menos do que o nascimento violento de uma nova economia. Essa foi a grande habilidade do plano de "transformação" de Rumsfeld: na medida em que todos os aspectos, tanto da destruição quanto da reconstrução, foram terceirizados e privatizados, um surto de crescimento econômico ocorre quando as bombas começam a cair, quando elas param e quando elas recomeçam — um círculo fechado de lucros, de destruição e reconstrução, de arrasamento e edificação. Para as companhias espertas e visionárias, como a Halliburton e o Grupo Carlyle, os destruidores e os reconstrutores são divisões distintas das mesmas corporações.[73] (56)

O governo Bush tomou várias medidas importantes, e pouco examinadas, para institucionalizar o modelo de guerra privatizada forjado no Iraque, tornando-o um elemento permanente da política externa. Em julho de 2006, Bowen, o inspetor-geral para a reconstrução do Iraque, publicou um relatório sobre as "lições que foram aprendidas" com os fiascos de inúmeros contratantes. Ele concluiu que o problema foi causado por falta de planejamento e demandou a criação de um "corpo de reservistas pronto para o combate formado por profissionais contratados, que são treinados para executar tarefas rápidas de alívio e reconstrução, durante operações contingenciais" e a "pré-qualificação de um grupo variado de contratantes com habilitação em áreas especializadas de reconstrução" — em outras palavras, um exército permanente de contratantes. Em seu discurso sobre o Estado da União, em 2007, Bush defendeu a ideia, anunciando a criação de um corpo de reservistas completamente novo. "Esse corpo vai funcionar do mesmo modo que nossos reservistas militares. Vai aliviar o fardo das forças armadas, permitindo-lhes admitir civis com qualificações cruciais para servir em missões no exterior, quando a América precisar deles", declarou. "E vai dar às pessoas que não usam uniformes, por toda a América, a chance de servir na batalha decisiva de nosso tempo."(57)

Um ano e meio depois que se iniciou a ocupação do Iraque, o Departamento de Estado dos Estados Unidos criou um novo órgão: o Escritório de Reconstrução e Estabilização. E de um dia para outro ele estava pagando

contratantes privados para elaborar planos detalhados de reconstrução para 25 países diferentes que poderão, por uma razão ou por outra, encontrar-se na mira das armas de destruição dos Estados Unidos, da Venezuela ao Irã. Corporações e consultores são alinhados em "contratos pré-assinados", de modo que estejam prontos para entrar em ação, assim que o desastre acontecer.[(58)] Para o governo Bush, essa foi uma evolução natural: depois de reclamar seu direito de causar destruição preventiva ilimitada, agora inaugurava a reconstrução preventiva — reerguendo lugares que ainda não haviam sido destruídos.

Assim, no fim das contas, a guerra no Iraque acabou criando uma economia-modelo — não foi apenas o Tigre no rio Tigre que os neoconservadores anunciaram. Ao contrário, foi um modelo para privatizar a guerra e a reconstrução — um modelo que rapidamente se tornou pronto para exportação. Até o Iraque, as fronteiras da cruzada de Chicago tinham sido delimitadas pela geografia: Rússia, Argentina, Coreia do Sul. Agora, uma nova fronteira pode ser aberta, onde quer que o próximo desastre aconteça.

NOTAS DO CAPÍTULO 18

(1) Bertolt Brecht, “The Solution”, *Poems, 1913-1956*, eds. John Willett e Ralph Manheim (1976, reimp. Nova York: Methuen, 1979), 440. [No Brasil, *Poemas 1913-1956.* São Paulo: Editora 34, 2003.]

(2) Sylvia Pfeifer, “Where Majors Fear to Tread”, *Sunday Telegraph* (Londres), 7 de janeiro de 2007.

(3) L. Paul Bremer III, “New Risks in International Business”, *Viewpoint*, 2 de novembro de 2001, na página www.mmc.com, acessada em 26 de maio de 2003.

(4) Maxine McKew, “Confessions of an American Hawk”, *The Diplomat*, outubro-novembro de 2005.

(5) L. Paul Bremer III, *My Year in Iraq: The Struggle to Build a Future of Hope* (Nova York: Simon and Schuster, 2006), 93.

(6) Entrevista com Paul Bremer realizada em 26 de junho de 2006 e 18 de agosto de 2006, para “The Lost Year in Iraq”, *PBS Frontline*, 17 de outubro de 2006.

(7) William Booth e Rajiv Chandrasekaran, “Occupation Forces Halting Elections Throughout Iraq”, *Washington Post*, 28 de junho de 2003; Michael R. Gordon e Bernard E. Trainor, *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and the Occupation of Iraq* (Nova York: Pantheon Books, 2006), 490; William Booth, “In Najaf, New Mayor Is Outsider Viewed with Suspicion”, *Washington Post*, 14 de maio de 2003.

(8) Ariana Eunjung Cha, “Hope and Confusion Mark Iraq’s Democracy Lessons”, *Washington Post*, 24 de novembro de 2003; Booth e Chandrasekaran, “Occupation Forces Halting Elections Throughout Iraq”.

(9) Christopher Foote, William Block, Keith Crane e Simon Gray, *Economic Policy and Prospects in Iraq*, Public Policy Discussion Papers, nº 04-1 (Boston: Federal Reserve Bank of Boston, 4 de maio de 2004), página 37, www.bosfed.org.

(10) Salim Lone, “Iraq: This Election Is a Sham”, *International Herald Tribune* (Paris), 28 de janeiro de 2005.

(11) “Al-Sistani’s Representatives Threaten Demonstrations, Clashes in Iraq”, *BBC Monitoring International Reports*, reportagem do Hezbollah libanês na TV Al-Manar, 16 de janeiro de 2004; Nadia Abou El-Magd, “U.S. Commander Urges Saddam Holdouts to Surrender”, Associated Press, 16 de janeiro de 2004.

(12) Michael Moss, “Iraq’s Legal System Staggers Beneath the Weight of War”, *New York Times*, 17 de dezembro de 2006.

(13) Gordon e Trainor, *Cobra II*, 4, 555; Julian Borger, “Knives Come Out for Rumsfeld as the Generals Fight Back”, *Guardian* (Londres), 31 de março de 2003.

(14) Jeremy Scahill, *Blackwater: The Rise of The World's Most Powerful Mercenary Army* (Nova York: Nation Books, 2007), 199.

(15) Peter Maass, "The Way of the Commandos", *New York Times*, 1º de maio de 2005; "Jim Steele Bio", Premiere Speakers Bureau, www.premierespeakers.com; Michael Hirsh e John Barry, "The Salvador Option", *Newsweek,* 8 de janeiro de 2005.

(16) "E-mail from Cpt. William Ponce", *PBS Frontline: The Torture Question,* agosto de 2003, www.pbs.org; Josh White, "Soldiers' 'Wish Lists' of Detainee Tactics Cited", *Washington Post,* 19 de abril de 2005.

(17) A brigadeiro-general Janis Karpinski, comandante encarregada de Abu Ghraib, disse que Miller lhe contou isso. Scott Wilson e Sewell Chan, "As Insurgency Grew, So Did Prison Abuse", *Washington Post,* 10 de maio de 2004.

(18) Um mês depois, Sanchez mandou outro memorando, esclarecendo e, de algum modo, abrandando o primeiro informe, mas criou enorme confusão no campo, a respeito dos procedimentos que deveriam ser utilizados. Ricardo S. Sanchez, *Memorandum, Subject: CJTF-7 Interrogation and Counter-Resistance Policy,* 14 de setembro de 2003, www.aclu.org.

(19) As informações dos três parágrafos seguintes foram extraídas de Human Rights Watch, *No Blood, No Foul: Soldiers' Accounts of Detainee Abuse in Iraq,* julho de 2006, páginas 6-14, www.hrw.org.

(20) *Ibid.,* 26, 28.

(21) Richard P. Formica, "Article 15-6 Investigation of CJSOTF-AP and 5th SF Group Detention Operations", finalizado em 8 de novembro de 2004, tornado público, www.aclu.org.

(22) *USMC Alleged Detainee Abuse Cases Since 11 Sep 01,* não confidencial, 8 de julho de 2004, www.aclu.org.

(23) "Web Magazine Raises Doubts Over a Symbol of Abu Ghraib", *New York Times,* 14 de março de 2006. Entrevista com Haj Ali, "Few Bad Men?", *PBS Now,* 29 de abril de 2005.

(24) "Haj Ali's Story", página da internet da *PBS Now,* www.pbs.org; Chris Kraul, "War Funding Feud Has Iraqis Uneasy", *Los Angeles Times,* 28 de abril de 2007.

(25) Human Rights Watch, *Leadership Failure: Firsthand Accounts of Torture of Iraqi Detainees by the U.S. Army's 82nd Airborne Division,* setembro de 2005, páginas 9, 12, www.hrw.org.

(26) Human Rights Watch, *The New Iraq? Torture and Ill-Treatment of Detainees in Iraqi Custody,* janeiro de 2005, páginas 2, 4, www.hrw.org; Bradley Graham, "Army Warns Iraqi Forces on Abuse of Detainees", *Washington Post,* 20 de maio de 2005; Moss, "Iraq's Legal System Staggers Beneath the Weight of War".

(27) Maass, "The Way of the Commandos".

(28) Entrevista com Allan Nairn, *Democracy Now!,* 10 de janeiro de 2005, www.democracynow.org; Solomon Moore, "Killings Linked to Shiite Squads in Iraqi Police Force", *Los Angeles Times,* 29 de

novembro de 2005.

(29) Moss, "Iraq's Legal System Staggers Beneath the Weight of War"; Thanassis Cambanis, "Confessions Rivet Iraqis", *Boston Globe,* 18 de março de 2005; Maass, "The Way of the Commandos".

(30) *Ibid*; John F. Burns, "Torture Alleged at Ministry Site Outside Baghdad", *New York Times,* 16 de novembro de 2005; Moore, "Killings Linked to Shiite Squads in Iraqi Police Force".

(31) Anne Collins, *In the Sleep Room: The Story of the CIA Brainwashing Experiments in Canada* (Toronto: Lester and Orpen Dennys, 1988), 174.

(32) Maxine McKew, "Confessions of an American Hawk", *The Diplomat,* outubro-novembro de 2005.

(33) Charles Krauthammer, "In Baker's Blunder, a Chance for Bush", *Washington Post,* 15 de dezembro de 2006; Frederick W. Kagan, *Choosing Victory: A Plan for Success in Iraq,* Phase I Report, 4 de janeiro de 2007, página 34, www.aei.org.

(34) Dahr Jamail e Ali al-Fadhily, "Iraq: Schools Crumbling Along with Iraqi Society", Inter Press Service, 18 de dezembro de 2006; Charles Crain, "Professor Says Approximately 300 Academics Have Been Assassinated", *USA Today,* 17 de janeiro de 2005; Michael E. O'Hanlon e Jason H. Campbell, Brookings Institution, *Iraq Index: Tracking Variables of Reconstruction & Security in Post-Saddam Iraq*, 22 de fevereiro de 2007, página 35, www.brookings.edu; Ron Redmond, "Iraq Displacement", encontro de imprensa, Genebra, 3 de novembro de 2006, www.unhcr.org; "Iraq's Refugees Must Be Saved from Disaster", *Financial Times* (Londres), 19 de abril de 2007.

(35) "Near 20,000 People Kidnapped in Iraq This Year: Survey", Agência France-Press, 19 de abril de 2006; Human Rights Watch, *The New Iraq?,* 32, 54, www.hrw.org.

(36) O HSBC deveria, inicialmente, abrir agências em todo o Iraque. Em vez disso, comprou uma participação de 79% no banco iraquiano Dar es-Salaam. John M. Broder e James Risen, "Contractor Deaths in Iraq Soar to Record", *New York Times,* 19 de maio de 2007; Paul Richter, "New Iraq Not Tempting to Corporations", *Los Angeles Times,* 1º de julho de 2004; Yochi J. Dreazen, "An Iraqi's Western Dream", *Wall Street Journal,* 14 de março de 2005; "Syria and Iraq: Unbanked and Unstable", *Euromoney,* setembro de 2006; Ariana Eunjung Cha e Jackie Spinner, "U.S. Companies Put Little Capital into Iraq", *Washington Post,* 15 de maio de 2004.

(37) Andy Mosher e Griff Wittte, "Much Undone in Rebuilding Iraq, Audit Says", *Washington Post*, 2 de agosto de 2006; Julian Borger, "Brutal Killing of Americans in Iraq Raises Questions over Security Firms", *Guardian* (Londres), 2 de abril de 2004; Gabinete do Inspetor-Geral Especial para a Reconstrução do Iraque, *Review of Administrative Task Orders for Iraq Reconstruction Contracts,* 23 de outubro de 2006, página 11, www.sigir.mil.

(38) Griff Witte, "Despite Billions Spent, Rebuilding Incomplete", *Washington Post,* 12 de novembro de 2006.

(39) Aqeel Hussein e Colin Freeman, "US to Reopen Iraq's Factories in $10m U-turn", *Sunday Telegraph* (Londres), 29 de janeiro de 2007.

(40) Josh White e Griff Witte, “To Stem Iraqi Violence, U.S. Looks to Factories”, *Washington Post*, 12 de dezembro de 2006.

(41) James A. Baker III, Lee H. Hamilton, Lawrence S. Eagleburger *et al.*, *Iraq Study Group Report*, dezembro de 2006, página 57, www.usip.org.

(42) Pfeifer, “Where Majors Fear to Tread”.

(43) “Iraq’s Refugee Crisis Is Nearing Catastrophe”, *Financial Times* (Londres), 8 de fevereiro de 2007; Joshua Gallu, “Will Iraq’s Oil Blessing Become a Curse?”, *Der Spiegel*, 22 de dezembro de 2006; Danny Fortson, Andrew Murray-Watson e Tim Webb, “Future of Iraq: The Spoils of War”, *Independent* (Londres), 7 de janeiro de 2007.

(44) Liderança dos Sindicatos de Trabalhadores Iraquianos, “Iraqi Trade Union Statement on the Oil Law”, 10-14 de dezembro de 2006, www.carbonweb.org.

(45) Edward Wong, “Iraqi Cabinet Approves Draft of Oil Law”, *New York Times*, 26 de fevereiro de 2007.

(46) Steven L. Schooner, “Contractor Atrocities at Abu Ghraib: Compromised Accountability in a Streamlined Outsourced Government”, *Stanford Law & Policy Review* 16, nº 2 (2005): 552.

(47) Jeremy Scahill, *Blackwater: The Rise of the World’s Most Powerful Mercenary Army* (Nova York: Nation Books, 2007), 123.

(48) Jim Krane, “A Private Army Grows Around the U.S. Mission in Iraq and Around the World”, Associated Press, 30 de outubro de 2003; Jeremy Scahill, “Mercenary Jackpot”, *The Nation*, 28 de agosto de 2006; Jeremy Scahill, “Exile on K Street”, *The Nation*, 20 de fevereiro de 2006; Mark Hemingway, “Warriors for Hire”, *Weekly Standard*, 18 de dezembro de 2006.

(49) Griff Witte, “Contractors Were Poorly Monitored, GAO Says”, *Washington Post*, 30 de abril de 2005.

(50) T. Christian Miller, *Blood Money: Wasted Billions, Lost Lives, and Corporate Greed in Iraq* (Nova York: Little, Brown and Company, 2006), 87. NOTA DE RODAPÉ: George R. Fay, *AR 15-6 Investigation of the Abu Ghraib Detention Facility and 205th Military Intelligence Brigade*, páginas 19, 50, 52, www4.army.mil.

(51) Renae Merle, “Army Tries Private Pitch for Recruits”, *Washington Post*, 6 de setembro de 2006.

(52) Andrew Taylor, “Defense Contractor CEOs See Pay Double Since 9/11 Attacks”, Associated Press, 29 de agosto de 2006; Steve Vogel e Renae Merle, “Privatized Walter Reed Workforce Gets Scrutiny”, *Washington Post*, 10 de março de 2007; Donna Borak, “Walter Reed Deal Hindered by Disputes”, Associated Press, 19 de março de 2007.

(53) De acordo com Thomas Ricks: “Quando as tropas dos Estados Unidos chegaram a cerca de 150 mil, e a contribuição dos aliados totalizou 25 mil, havia ainda uma base de 60 mil contratantes civis adicionais apoiando os esforços.” Isso significa que havia 175 mil soldados da coalizão para 60 mil contratantes, uma razão de um contratante para cada 2,9 soldados. Nelson D. Schwartz, “The Pentagon’s Private Army”, *Fortune*, 17 de março de 2003; Thomas E. Ricks, *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq* (Nova

York: Penguin, 2006), 37; Renae Merle, "Census Counts 100,000 Contractors in Iraq", *Washington Post*, 5 de dezembro de 2006.

(54) Ian Bruce, "Soldier of Fortune Deaths Go Missing in Iraq", *Herald* (Glasgow), 13 de janeiro de 2007; Brian Brady, "Mercenaries to Fill Iraq Troop Gap", *Scotland on Sunday* (Edimburgo), 25 de fevereiro de 2007; Michelle Roberts, "Iraq War Exacts Toll on Contractors", Associated Press, 24 de fevereiro de 2007.

(55) Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, "Background Note: 31 de dezembro de 2006", Operações das Forças de Paz das Nações Unidas, www.un.org; James Glanz e Floyd Norris, "Report Says Iraq Contractor Is Hiding Data from U.S.", *New York Times*, 28 de outubro de 2006; Brady, "Mercenaries to Fill Iraq Troop Gap".

(56) NOTA DE RODAPÉ: James Boxell, "Man of Arms Explores New Areas of Combat", *Financial Times* (Londres), 11 de março de 2007.

(57) Inspetor-Geral Especial para a Reconstrução do Iraque, *Iraq Reconstruction: Lessons in Contracting and Procurement*, julho de 2006, páginas 98-99, www.sigir.mil; George W. Bush, State of the Union Address, Washington, DC, 23 de janeiro de 2007.

(58) Guy Dinmore, "US Prepares List of Unstable Nations", *Financial Times* (Londres), 29 de março de 2005.

PARTE 7

A ZONA VERDE MÓVEL

ZONAS AMORTECEDORAS E MUROS DETONADOS

> **Diante da possibilidade de começar de novo, pode-se iniciar, fundamentalmente, pelo principal limite, o que é uma coisa muito boa. Essa oportunidade é um privilégio, pois há outros lugares que não têm sistemas como esse ou estão presos a sistemas que se encontram ultrapassados há cem ou duzentos anos. De certo modo, essa é uma vantagem para o Afeganistão: começar de novo, de modo diferente, com as melhores ideias e o melhor conhecimento técnico.**
> — Paul O’Neill, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em novembro de 2002, após a invasão de Cabul.

CAPÍTULO 19

ESVAZIANDO A PRAIA

“O SEGUNDO TSUNAMI”

> **O tsunami que desobstruiu a beira-mar, como uma máquina de terraplenagem gigantesca, presenteou os incorporadores imobiliários com uma oportunidade jamais sonhada, e eles se mexeram rapidamente para abocanhá-la.**
> — Seth Mydans, *International Herald Tribune,* 10 de março de 2005[1]

FUI ATÉ A PRAIA NO AMANHECER, com a esperança de encontrar alguns pescadores antes que eles entrassem nas águas de cor turquesa para mais um dia de trabalho. Era o mês de julho de 2005 e a praia estava quase deserta, embora houvesse ali alguns catamarãs de madeira, pintados à mão, tendo ao seu lado uma pequena família que se preparava para partir. Roger, de quarenta anos de idade, estava sentado no chão com seu sarongue, sem camisa, consertando uma rede vermelha emaranhada, junto com seu filho Ivan. Jenita, mulher de Roger, circundava o barco balançando uma latinha com incenso sendo queimado. “Estou pedindo sorte”, explicou assim o seu ritual, “e segurança”.

Pouco tempo atrás, aquela praia e dezenas de outras iguais a ela, de cima a baixo da costa do Sri Lanka, tinham sido objeto de uma grande missão de salvamento, após o desastre natural mais devastador dos últimos tempos — o tsunami de 26 de dezembro de 2004, que tirou a vida de 250 mil pessoas e deixou 2,5 milhões de seres humanos desabrigados por toda a região.[2] Seis meses depois, vim para o Sri Lanka, um dos países mais duramente afetados, para ver como os esforços de reconstrução ali podiam ser comparados aos do Iraque.

Minha companheira de viagem foi Kumari, ativista de Colombo que havia participado do esforço de salvamento e reabilitação e concordara em servir de guia e intérprete na região devastada pelo tsunami. Nossa rota começou na Baía de Arugam, uma vila destroçada de pescadores e de veraneio, na costa leste da

ilha, que estava sendo encarada pela equipe governamental encarregada da reconstrução como vitrine de seus planos para “reconstruir melhor”.

Roger, que conhecemos ali, nos deu uma versão muito diferente, em apenas cinco minutos. Ele o denominou de “um plano para tirar os pescadores da praia”. E ainda argumentou que aquele plano de retirada maciça antecedera a onda gigante, mas o tsunami, como muitos outros desastres, estava sendo explorado para fazer avançar um projeto profundamente impopular. Roger nos contou que, durante quinze anos, sua família passou a temporada de pesca numa cabana de palha, na praia da Baía de Arugam, perto de onde estávamos sentados. Junto com dezenas de outras famílias, guardavam seus barcos ao lado das cabanas e secavam seu pescado em folhas de bananeira, colocadas sobre a fina areia branca. Coexistiam facilmente com os turistas, formados na maior parte por surfistas australianos e europeus, que se hospedavam em albergues em torno da praia, com suas redes puídas penduradas na porta e música dos clubes noturnos de Londres tocando em alto-falantes colocados no topo das palmeiras. Os restaurantes compravam peixes diretamente dos barcos, e os pescadores, com seus coloridos estilos de vida tradicionais, forneciam o brilho de autenticidade que a maioria dos viajantes rústicos estava procurando.

Durante muito tempo, não houve conflitos específicos entre os hotéis e os pescadores da Baía de Arugam, em parte porque a guerra civil que prosseguia no Sri Lanka não permitia que nenhuma atividade crescesse além de uma pequena escala. A costa leste da ilha assistiu a uma das piores batalhas, pois era reivindicada por ambos os lados — os Tigres Libertadores do Tamil Eelam (conhecidos como Tigres do Tamil), ao norte, e o governo central singalês em Colombo —, mas não chegou a ser totalmente controlada por nenhuma das partes. Para chegar à Baía de Arugam, era preciso navegar por um labirinto de postos de controle e correr o risco de ser apanhado num tiroteio ou num bombardeio suicida (os Tigres do Tamil são apontados como inventores do cinto de explosivos suicida). Todos os guias turísticos continham advertências rigorosas para que se evitasse a instável costa leste do Sri Lanka; suas ondas eram reconhecidamente boas, mas só valiam a pena em casos muito especiais.

O grande evento ocorreu em fevereiro de 2002, quando Colombo e os Tigres assinaram um acordo de cessar-fogo. Não foi exatamente a paz, mas uma pausa tensa nas ações, pontuada por bombardeios ou assassinatos ocasionais. Apesar dessas condições precárias, assim que as estradas foram abertas, os guias turísticos começaram a retratar a costa leste como a próxima Phuket: surfe espetacular, praias maravilhosas, hotéis modernosos, comida bem temperada, *raves* sob a lua cheia (...) “uma região de festa animada”, de acordo com a publicação *Lonely Planet*.[3] E a Baía de Arugam se tornou o centro da ação. Ao

mesmo tempo, a abertura de postos de controle significou que pescadores de todo o país podiam retornar, em grande número, para algumas das águas mais fartas da costa leste, inclusive a Baía de Arugam.

A praia estava ficando lotada. A Baía de Arugam foi zoneada como porto de pescaria, mas os proprietários dos hotéis locais começaram a reclamar que as cabanas atrapalhavam sua vista e que a fragrância da secagem dos peixes enjoava seus clientes (um hoteleiro, que era holandês expatriado, me disse que "há uma coisa chamada poluição de cheiro"). Alguns hoteleiros iniciaram uma campanha junto ao governo local, para realocar os barcos e as cabanas dos pescadores numa outra baía, que fosse menos popular entre os estrangeiros. Os moradores lutaram contra, argumentando que viviam naquelas terras há gerações e que a Baía de Arugam era mais do que um ancoradouro de barcos — ela tinha água fresca e eletricidade, escolas para seus filhos e compradores para seu pescado.

Essas tensões ameaçaram explodir cerca de seis meses antes do tsunami, quando ocorreu um misterioso incêndio na praia, no meio da noite. Vinte e quatro cabanas de pescadores foram reduzidas a cinzas. Como Roger me contou, ele e sua família "perdemos tudo, todos os nossos pertences, nossa redes e cordas". Kumari e eu falamos com muitos pescadores na Baía de Arugam, e todos afirmaram que o incêndio foi criminoso. E culparam os proprietários de hotéis, que, obviamente, queriam a praia só para eles.

No entanto, se o incêndio fora um artifício para assustar os pescadores, não funcionou; os moradores do lugar se tornaram mais determinados do que nunca a ficar, e aqueles que perderam suas cabanas rapidamente as reergueram.

Quando o tsunami chegou, fez o trabalho que o incêndio não havia conseguido realizar: limpou a praia por completo. Todas as frágeis estruturas foram arrastadas — cada barco, cada cabana de pescador, assim como cabanas e bangalôs turísticos. Numa comunidade de apenas quatro mil pessoas, 350 haviam morrido, e muitas delas eram como Roger, Ivan e Jenita, que ganhavam a vida no mar.[4] Ainda assim, sob os escombros e detritos, jazia aquilo que a indústria do turismo há muito esperava — uma praia imaculada, completamente livre da incômoda e poluidora presença de pessoas trabalhando, um Éden para as férias. De cima a baixo da costa, estava tudo igual: uma vez que a sujeira fosse retirada, o que restaria era... um paraíso.

Quando a situação de emergência amainou, as famílias de pescadores voltaram para os locais onde antes ficavam suas casas, mas foram recebidas pela polícia, que as proibiu de reconstruírem. "Novas regras", disseram a elas — nada de casas na praia, e tudo tinha de ficar pelo menos duzentos metros atrás da marca da água. Muitos teriam aceitado construir em pontos mais distantes da

água, mas não havia terras disponíveis ali, deixando os pescadores sem ter para onde ir. A nova "zona amortecedora" estava sendo imposta não apenas na Baía de Arugam, mas em toda a costa leste. As praias estavam interditadas.

O tsunami matou cerca de 35 mil habitantes do Sri Lanka e desabrigou quase um milhão. Pequenos pescadores, como Roger, constituíram 80% das vítimas; em algumas áreas, esse número subiu para 98%. Para receber rações alimentares e pequenas quantias em dinheiro, milhares de pessoas se mudaram das praias para os acampamentos temporários no interior do país. Muitos deles eram formados por barracões amplos e soturnos, feitos de lata, onde o calor era tão insuportável que muitos preferiam dormir do lado de fora. Com o passar do tempo, esses acampamentos foram se tornando sujos e as doenças proliferaram, sob a mira de soldados armados com metralhadoras.

Oficialmente, o governo declarou que a zona amortecedora era uma medida de segurança, criada para impedir a repetição do ataque devastador de outro tsunami. Na aparência, fazia sentido, mas havia um problema óbvio nos argumentos utilizados para justificá-la — ela não estava sendo aplicada à indústria do turismo. Ao contrário, os hotéis eram encorajados a se expandir na valiosa orla oceânica, onde os pescadores viveram e trabalharam. Os *resorts* foram completamente isentados das regras da zona amortecedora — enquanto classificassem suas construções como "reparos", não importando quão próximas da água estivessem, ficariam livres e limpos. Assim, ao longo de toda a Baía de Arugam, operários da construção civil martelavam e furavam. "Os turistas não precisam temer um tsunami?", Roger queria saber.

Para ele e seus companheiros, a zona amortecedora se parecia muito mais com uma desculpa para o governo fazer o que gostaria de ter feito, antes da onda: expulsar os pescadores da praia. O pescado que eles tiravam da água era suficiente para o sustento de suas famílias, mas não contribuía para o crescimento econômico, segundo a avaliação de instituições como o Banco Mundial, e a terra que antes fora ocupada por suas cabanas podia ser destinada, sem dúvida, a usos mais lucrativos. Um pouco antes de minha chegada, um documento denominado "Plano de Desenvolvimento dos Recursos da Baía de Arugam" vazou para a imprensa e confirmou os piores temores da comunidade de pescadores. O governo federal havia contratado uma equipe de consultores internacionais para desenvolver um projeto de reconstrução da Baía de Arugam, e esse plano era o seu resultado. Embora somente as propriedades localizadas na beira da praia tivessem sido destruídas pelo tsunami, e ainda que a cidade continuasse de pé, a proposta determinava que a Baía de Arugam fosse aplanada, reconstruída e transformada de vilarejo à beira-mar com charme hippie "em destino turístico de *boutique*" — com *resorts* de cinco estrelas, chalés para

ecoturismo ao custo de trezentos dólares a diária, ancoradouro para hidroaviões e heliporto. O relatório enfatizava que a Baía de Arugam deveria servir de modelo para cerca de trinta novas “zonas turísticas” próximas, convertendo a costa leste do Sri Lanka, anteriormente abalada pela guerra, na Riviera do Sudeste Asiático. (5)

As vítimas do tsunami — centenas de famílias de pescadores, que costumavam viver e trabalhar na praia — foram excluídas das impressões e dos planos daqueles “artistas da reconstrução”. O relatório explicou que os moradores das vilas seriam removidos para outras localidades adequadas, algumas a muitos quilômetros de distância do oceano. Para tornar as coisas ainda piores, o projeto de desenvolvimento de oitenta milhões de dólares seria financiado com dinheiro de ajuda, levantado em nome das vítimas do tsunami.

Foram os rostos chorosos dessas famílias de pescadores e outras como elas, na Tailândia e na Indonésia, que mobilizaram o histórico afluxo de generosidade internacional após o tsunami — parentes empilhados em mesquitas, mães em prantos tentando identificar um bebê afogado, filhos tragados pelo mar. Todavia, para comunidades como as da Baía de Arugam, “reconstrução” significou apenas a destruição deliberada de sua cultura e modo de vida e o roubo de sua terra. Como disse Kumari, todo o processo de reconstrução resultaria na “vitimização das vítimas, na exploração dos explorados”.

Quando o plano se tornou conhecido, espalhou ódio por todo o país, e mais ainda na Baía de Arugam. Assim que Kumari e eu chegamos à cidade, fomos arrastadas por uma multidão de centenas de manifestantes, vestidos numa mistura caleidoscópica de saris, sarongues, *hijabs* e chinelos. Eles se juntaram na praia e estavam começando a marcha, que passaria na frente dos hotéis, na cidade vizinha de Pottuvil, sede do governo local.

Enquanto marchavam diante dos hotéis, um jovem de camiseta branca com um megafone vermelho liderava os manifestantes com palavras de ordem. “Não queremos, não queremos...”, gritou ele, e a multidão respondeu: “Hotéis turísticos!” Depois, ele bradou: “Brancos...”, e o povo retrucou: “Vão embora!” (Kumari traduziu do tâmil, com suas desculpas.) Um outro jovem, com a pele curtida pelo sol e o mar, pegou o microfone e berrou: “Nós *queremos*, nós *queremos*...”, e as respostas vieram voando: “Nossas terras de volta! Nossas casas de volta! Um porto pesqueiro! Nosso dinheiro da ajuda!” “Fome, fome!”, o jovem soltou a voz, e a multidão redarguiu: “Os pescadores estão com fome!”

Fora dos portões do distrito governamental, os líderes da marcha acusaram seus representantes eleitos de abandono, corrupção e desperdício do dinheiro da ajuda, que era destinado aos pescadores, “com dotes para suas filhas e joias para suas esposas”. Eles falaram ainda de favores especiais que foram feitos a

singaleses, da discriminação contra os muçulmanos e do fato de que "estrangeiros lucravam com a nossa miséria".

Era pouco provável que seus gritos surtissem algum efeito. Em Colombo, eu conversei com o dirigente do Conselho de Turismo do Sri Lanka, Seenivasagam Kalaiselvam, um burocrata de meia-idade, que tinha o mau hábito de se beneficiar dos milhões de dólares que chegavam ao país. Perguntei-lhe o que seria feito dos pescadores de lugares como a Baía de Arugam. Ele se recostou na cadeira de vime e explicou: "No passado, na orla oceânica, havia muitos estabelecimentos não autorizados (...) construídos fora das normas do plano turístico. Com o tsunami, o que aconteceu de bom para o turismo foi que a maioria desses estabelecimentos não autorizados [foi] afetada, e os prédios não estão mais lá." Se os pescadores voltarem e reconstruírem, explicou ele, "nós seremos forçados a demolir novamente. (...) A praia vai ficar limpa".

Não tinha começado assim. Quando Kumari foi pela primeira vez à costa leste, nos dias seguintes ao tsunami, ninguém da ajuda oficial havia chegado ainda. Isso significava que qualquer pessoa podia ser trabalhador substituto, médico, coveiro. As barreiras étnicas que dividiam aquela região foram subitamente eliminadas. "Os muçulmanos corriam para a zona tâmeis para enterrar os mortos", recordou ela, "e o povo tâmeis corria para o lado muçulmano para comer e beber. Habitantes do interior do país mandavam dois embrulhos de comida por dia, cada um, o que era bastante, tendo em vista sua pobreza. Não queriam nada em troca; era apenas o sentimento de 'ajudar um vizinho; ajudar irmãs, irmãos, filhas, mães'. Apenas isso".

Ajudas interculturais semelhantes ocorriam em todo o país. Adolescentes do povo tâmeis dirigiam seus tratores para fora das fazendas, a fim de encontrar cadáveres. Crianças cristãs doavam seus uniformes escolares para servirem de mortalhas brancas nos funerais muçulmanos, enquanto mulheres hindus entregavam os seus saris brancos. Era como se aquela invasão de água salgada e entulho fosse tão poderosamente humilhante que, além de destruir lares e estradas, também levasse junto consigo ódios intratáveis, feudos de sangue e a disputa para saber quem havia matado quem por último. Para Kumari, que trabalhara durante anos com grupos de paz que tentaram fazer a ponte entre as linhas divisórias, era impressionante ver aquela tragédia sendo enfrentada com tamanha decência. Em vez de falar incansavelmente sobre a paz, os habitantes do Sri Lanka, em seu momento de maior tensão, estavam de fato vivendo-a como realidade.

Parecia que o país também podia contar com ajuda internacional em seus esforços de recuperação. No princípio, o auxílio não veio dos governos, que foram lentos em sua resposta, mas partiu de indivíduos que viram o desastre na televisão: em escolas na Europa, crianças arrecadaram fundos com a venda de bolos e doces e o recolhimento de garrafas PET para reciclagem; músicos organizaram concertos cheios de celebridades; grupos religiosos fizeram coleta de roupas, cobertores e dinheiro. Os cidadãos, então, exigiram que seus governos correspondessem à sua generosidade, com ajuda oficial. Em seis meses, foram levantados treze bilhões de dólares — um recorde mundial.(6)

Nos primeiros meses, grande parte do dinheiro da reconstrução chegou aos destinatários pretendidos: ONGs e agências de ajuda levaram comida e água de emergência, barracas e macas; os países ricos mandaram equipes médicas e suprimentos. Os campos foram construídos como paliativos, para dar um teto às pessoas, enquanto seus lares permanentes estavam sendo edificados. Sem dúvida, havia dinheiro suficiente para erguer aquelas casas. No entanto, quando cheguei ao Sri Lanka, seis meses depois, o progresso havia parado; quase não existiam lares permanentes, e os campos temporários começavam a se parecer menos com abrigos emergenciais e mais com favelas entrincheiradas.

Pessoas que trabalhavam na ajuda reclamavam que o governo do Sri Lanka estava erguendo barreiras a todo momento — primeiro, ao determinar a zona amortecedora; depois, ao se recusar a providenciar terrenos alternativos para construção; e, em seguida, ao encomendar uma série interminável de estudos e planos inteligentes de especialistas externos. Enquanto os burocratas discutiam, os sobreviventes do tsunami esperavam em seus campos sufocantes do interior, vivendo de rações, muito longe do mar para voltarem a pescar. As demoras eram atribuídas à burocracia e à má administração, mas, de fato, havia muito mais coisas em jogo.

Antes da onda: planos frustrados

O grande plano para refazer o Sri Lanka antecedia o tsunami em dois anos. Começou quando a guerra civil terminou e os atores habituais chegaram ao país para planejar sua entrada na economia mundial — os mais proeminentes foram a USAID, o Banco Mundial e sua ramificação, o Banco Asiático de Desenvolvimento. Criou-se um consenso de que a vantagem competitiva mais significativa do Sri Lanka era o fato de que a região não tinha sido colonizada pela globalização em curso, em decorrência de sua guerra duradoura. Mesmo sendo um país tão pequeno, o Sri Lanka ainda possuía um considerável montante

de vida selvagem — leopardos, macacos, milhares de elefantes. Suas praias não continham edificações altas e suas montanhas eram pontuadas por templos e locais sagrados de hindus, budistas e muçulmanos. O melhor de tudo, como exaltou a USAID, era “que tudo estava contido num espaço do tamanho da Virgínia Ocidental”.(7)

No plano, as florestas do Sri Lanka, que representavam abrigo efetivo para os combatentes da guerrilha, seriam abertas aos ecoturistas aventureiros, que montariam nos elefantes e saltariam nos cipós feito o Tarzan, da mesma forma que fazem na Costa Rica. Suas religiões, que foram cúmplices em inúmeros derramamentos de sangue, seriam recondicionadas para alimentar as necessidades espirituais dos visitantes ocidentais — monges budistas cuidariam de centros de meditação, mulheres hindus dançariam com exuberância nos hotéis, clínicas de medicina aiurvédica amenizariam dores e males.

Em suma, o resto da Ásia podia continuar com as fábricas em que os operários trabalhavam em péssimas condições, recebendo baixos salários, com os centros de telemarketing e com os frenéticos mercados de ações; o Sri Lanka estaria lá, esperando pelos capitães dessas indústrias, quando eles precisassem de um lugar para se recuperar. Em razão, justamente, da enorme riqueza criada nos outros postos avançados do capitalismo desregulado, o dinheiro não seria objeção quando chegasse a hora de aproveitar a combinação perfeitamente calibrada de luxo e rusticidade, aventura e atendimento solícito. Os consultores estrangeiros estavam convencidos de que o futuro do Sri Lanka repousava em cadeias como a Aman Resorts, que havia aberto, recentemente, duas propriedades maravilhosas na costa sudoeste, com diárias de oitocentos dólares e piscinas em cada suíte.

O governo dos Estados Unidos ficou tão entusiasmado com o potencial do Sri Lanka como destinação turística de alto nível, com todas as possibilidades para cadeias de hotéis e agências de viagens, que a USAID lançou um programa para organizar a indústria de turismo local, nos moldes dos poderosos grupos de lobistas de Washington. É de sua responsabilidade o aumento do orçamento destinado à promoção do turismo, “de menos de quinhentos mil dólares por ano para aproximadamente dez milhões de dólares anuais”.(8) Enquanto isso, a embaixada dos Estados Unidos implantou o Programa de Competitividade, um posto avançado destinado a ampliar os interesses econômicos estadunidenses no país. O diretor do programa, um economista grisalho chamado John Varley, me disse que considerou pequeno o pensamento da Agência de Turismo do Sri Lanka quando esta planejou atrair um milhão de turistas por ano, no final daquela década. “Pessoalmente, acho que esse número poderia ser dobrado.”

Peter Harrold, o inglês que dirige as operações do Banco Mundial no Sri Lanka, me disse: “Sempre pensei em Bali como o termômetro perfeito.”

Não resta dúvida de que o turismo de alto nível é um mercado em franca expansão. Os rendimentos gerais dos hotéis de luxo, em que as diárias custam, em média, 405 dólares, subiram cerca de 70% entre 2001 e 2005 — nada mal para um período que inclui a recessão do pós-11 de Setembro, a guerra no Iraque e a elevação dos preços do combustível. Sob vários aspectos, o crescimento fenomenal do setor é um subproduto da extrema desigualdade que resultou do triunfo generalizado da economia da Escola de Chicago. Alheia ao estado geral da economia, agora existe uma grande elite composta por novos multimilionários e bilionários, que é vista por Wall Street como o grupo dos “superconsumidores”, capaz de carregar sozinha a demanda dos consumidores. Ajay Kapur, antigo dirigente do grupo Smith Barney de estratégia global de investimentos, de Nova York, pertencente ao Citigroup, estimula seus clientes a investirem em sua “cesta plutonômica” de ações, destacando companhias como Bulgari, Porsche, Four Seasons e Sotheby’s. “Se a plutonomia continuar, e nós acreditamos que continuará, se a desigualdade de renda for autorizada a persistir e aumentar, a cesta plutonômica ficará muito bem.”(9)

Todavia, antes que o Sri Lanka pudesse cumprir seu papel de parque de diversões do círculo plutonômico, algumas áreas precisavam de drásticos melhoramentos — e rápido. Em primeiro lugar, para atrair os hotéis de alta qualidade, o governo deveria eliminar as barreiras à propriedade privada da terra (cerca de 80% da terra do país pertenciam ao Estado).(10) Eram necessárias leis trabalhistas mais flexíveis, pelas quais os investidores contratariam pessoal para seus *resorts.* E também era preciso modernizar a infraestrutura — rodovias, aeroportos, sistemas de água e eletricidade. No entanto, como o país estava endividado pela compra de armas, o governo não podia arcar com o pagamento desses aprimoramentos. Os negócios habituais entraram em oferta: empréstimos do Banco Mundial e do FMI, em troca de acordos para abrir a economia à privatização e às “parcerias público-privadas”.

Todos esses planos e termos foram cuidadosamente organizados no *Regaining Sri Lanka,* o programa de terapia de choque do país aprovado pelo Banco Mundial e finalizado no começo de 2003. Seu principal defensor local foi um político e empresário chamado Mano Tittawella, que tinha grande semelhança com Newt Gingrich, tanto física quanto ideologicamente.(11)

Como todos os demais planos de terapia de choque, o *Regaining Sri Lanka* exigiu muitos sacrifícios em nome da partida rumo ao rápido crescimento econômico. Milhões de pessoas teriam de abandonar as vilas tradicionais, a fim de liberar as praias para os turistas e a terra para os hotéis e estradas. O que

restasse da pesca seria dominado por grandes pesqueiros industriais, que operariam de portos de águas profundas — e não por barcos de madeira lançados a partir das praias.[12] E, é claro, como foi o caso em circunstâncias similares, de Buenos Aires a Bagdá, haveria demissões maciças nas empresas estatais, e os preços dos serviços teriam de ser aumentados.

O problema, para os defensores do plano, foi que muitos habitantes do Sri Lanka simplesmente não acreditaram que seu sacrifício valeria a pena. Era o ano de 2003, e a fé cega na globalização já havia sido extinta, em especial depois dos horrores da crise econômica da Ásia. O legado da guerra também se transformou num obstáculo. Milhares de pessoas tinham perdido suas vidas, em nome de "nação", "pátria" e "território". Agora que a paz tinha chegado, enfim, pedia-se aos mais pobres que deixassem os pequenos lotes de terra e propriedades que possuíam — uma horta, uma casa simples, um barco — para que as redes Marriott ou Hilton pudessem construir um campo de golfe (enquanto os habitantes dos vilarejos podiam seguir carreira como vendedores ambulantes nas ruas de Colombo). Parecia um negócio horroroso, e os nativos do país reagiram à altura.

O projeto *Regaining Sri Lanka* foi rejeitado, primeiro, por meio de uma onda de greves militantes e protestos de rua, e depois, de modo decisivo, pelas eleições. Em abril de 2004, os habitantes do Sri Lanka desafiaram todos os especialistas estrangeiros e seus parceiros locais e votaram numa coalizão de centro-esquerda e de marxistas, que prometeu rasgar em pedaços o texto integral do *Regaining Sri Lanka*.[13] Na época, alguns dos principais esquemas de privatização ainda não haviam sido aprovados, inclusive os de água e eletricidade, e os projetos das rodovias estavam sendo contestados na justiça. Para aqueles que sonharam em construir um parque de diversões para a plutonomia, foi um grande revés: 2004 deveria ter sido o Ano Zero do novo Sri Lanka, amigável com os investidores e privatizado; agora, todas as apostas estavam suspensas.

Oito meses depois dessas eleições fatídicas, ocorreu o tsunami. Entre aqueles que lamentaram o fim do *Regaining Sri Lanka*, o significado do evento foi rapidamente compreendido. O governo recentemente eleito precisaria de bilhões de dólares dos credores estrangeiros para reconstruir os lares, estradas, escolas e ferrovias do país, que foram destruídos pela tempestade — e os credores sabiam bem que, diante de uma crise devastadora, até mesmo os nacionalistas mais comprometidos subitamente se tornavam flexíveis. Quanto aos agricultores e pescadores militantes, que bloquearam rodovias e encenaram manifestações para barrar as primeiras tentativas de desocupar a terra para o desenvolvimento, bem, eles estavam ocupados com outra coisa naquele momento.

Depois da onda: uma segunda chance

Em Colombo, o governo nacional mudou imediatamente, para provar aos países ricos, que controlavam os dólares da ajuda, que estava pronto para renunciar ao seu passado. A presidente Chandrika Kumaratunga, eleita com uma plataforma abertamente contrária à privatização, declarou que o tsunami havia sido, para ela, uma espécie de epifania religiosa, que a ajudara a ver a luz do livre mercado. Ela viajou até a costa devastada pela tempestade e, pisando sobre os escombros, proclamou: “Nós somos um país abençoado com inúmeros recursos naturais e não fazemos uso integral dos mesmos. (...) Assim, a própria natureza deve ter pensado ‘isso é o bastante’ e nos atingiu por todos os lados, ensinando-nos uma lição para ficarmos juntos.”(14) Era uma interpretação inédita — o tsunami como castigo divino pela incapacidade de vender as praias e florestas do Sri Lanka.

A penitência começou imediatamente. Apenas quatro dias depois do impacto da onda, o governo de Kumaratunga aprovou uma lei que pavimentou o caminho para a privatização da água, um plano contra o qual os cidadãos resistiam há anos. É claro que, agora, com o país ainda enlameado pela água do mar e as covas ainda por cavar, poucos sequer sabiam que isso tinha acontecido — um senso de oportunidade parecido com a da nova lei do petróleo, no Iraque. O governo também escolheu esse momento de extrema dificuldade para tornar a vida ainda mais dura, elevando o preço da gasolina — um gesto destinado a mandar, aos credores, uma mensagem inconfundível sobre a responsabilidade fiscal de Colombo. E começou, além disso, a desenvolver uma legislação para fragmentar a companhia nacional de eletricidade, com planos de abri-la ao setor privado.(15)

Herman Kumara, chefe do Movimento de Solidariedade Nacional dos Pesqueiros, que representa os barcos pequenos, se referiu à reconstrução como “um segundo tsunami da globalização corporativa“. Ele a viu como uma tentativa deliberada de explorar os constituintes, na hora em que se encontravam mais machucados e enfraquecidos — assim como a pilhagem sucede a guerra, este segundo tsunami se apressou a seguir o primeiro. “O povo foi veementemente contrário a essas políticas no passado”, disseme ele. “Mas agora ele passa fome nos campos e só pensa numa forma de sobreviver, no dia seguinte — não tem lugar para dormir, não tem lugar para estar, perdeu sua fonte de renda, não tem ideia de como vai se alimentar no futuro. É nessas circunstâncias que o governo prossegue com seu plano. Quando o povo se recuperar, vai descobrir o que foi decidido, mas aí o estrago já terá sido feito.”

Se os emprestadores de Washington foram capazes de se mexer rapidamente para explorar o tsunami, foi porque já tinham feito uma coisa bastante semelhante anteriormente. O ensaio final para o capitalismo de desastre pós-tsunami aconteceu num episódio pouco examinado, que se seguiu ao furacão Mitch.

Em outubro de 1998, por toda uma interminável semana, o Mitch estacionou sobre a América Central, varrendo a costa e as montanhas de Honduras, Guatemala e Nicarágua, engolindo vilas inteiras e matando mais de nove mil pessoas. Aqueles países já empobrecidos não conseguiriam se reerguer sem uma ajuda externa generosa — e ela veio, mas a um custo bastante alto. Nos dois meses que se seguiram ao impacto do Mitch, tendo o país entulho, cadáveres e lama até os joelhos, o congresso hondurenho aprovou leis que permitiram a privatização dos aeroportos, portos e rodovias, e apressou os planos para privatizar a companhia estatal de telefone, a companhia elétrica nacional e partes do setor de água. Também suprimiu as leis progressistas de reforma agrária, tornando muito mais fácil, para os estrangeiros, a compra e a venda de propriedades, e aceitou uma nova lei radicalmente favorável às mineradoras (elaborada pela indústria), que reduziu os padrões de proteção ambiental e facilitou a retirada de pessoas cujas casas ficassem no caminho das novas minas.[16]

Aconteceu a mesma coisa nos países vizinhos: nos dois meses seguintes ao Mitch, a Guatemala anunciou os planos para vender seu sistema de telefonia, e a Nicarágua fez o mesmo com sua empresa elétrica e o seu setor de petróleo. De acordo com o *Wall Street Journal*, "o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional jogaram todo o seu peso na venda [da telefonia], tornando-a uma condição para liberar quase 47 milhões de dólares de ajuda anual pelos próximos três anos e vinculando-a, no caso da Guatemala, ao abatimento de 4,4 bilhões de dólares da dívida externa do país".[17] A privatização da telefonia não tinha nada a ver com a reconstrução posterior ao furacão, é claro, a não ser dentro da lógica dos capitalistas de desastre das instituições financeiras de Washington.

Nos anos seguintes, as vendas continuaram frequentemente com preços abaixo do valor de mercado. Os compradores, em sua maioria, eram antigas companhias estatais de outros países, que haviam sido privatizadas e agora corriam o mundo em busca de novas aquisições que pudessem aumentar o preço de suas participações. A Telmex, companhia telefônica mexicana privatizada, arrematou a empresa de telecomunicações da Guatemala; a Unión Fenosa, empresa de energia espanhola, ficou com as firmas energéticas da Nicarágua; o Aeroporto Internacional de São Francisco, agora privatizado, comprou os quatro aeroportos hondurenhos. A Nicarágua vendeu 40% de sua companhia de

telefone por apenas 33 milhões de dólares, embora a PricewaterhouseCoopers houvesse estimado o seu valor em oitenta milhões de dólares.[18] “A destruição traz consigo a oportunidade para investimentos estrangeiros”, anunciou o ministro das Relações Exteriores da Guatemala, numa viagem ao Fórum Econômico de Davos, em 1999.[19]

Na ocasião do baque do tsunami, Washington estava pronto para conduzir o modelo-Mitch ao próximo nível — objetivando não apenas novas leis individuais, mas o controle direto das corporações sobre o processo de reconstrução. Qualquer país afetado por um desastre, na escala do tsunami de 2004, precisa de um plano completo de reconstrução, capaz de fazer uso inteligente dos fluxos de ajuda externa e de garantir que os recursos cheguem aos destinatários desejados. Contudo, a presidente do Sri Lanka, sob pressão dos emprestadores de Washington, decidiu que o plano não poderia ser confiado aos políticos eleitos de seu governo. Em vez disso, apenas uma semana depois que o tsunami tinha varrido a costa, ela criou um órgão inteiramente novo, chamado de Força-Tarefa para Reconstruir a Nação. Esse grupo, e não o Congresso do Sri Lanka, teria poder total para desenvolver e implementar um plano inteligente para um novo país. A força-tarefa era formada pelos executivos empresariais mais poderosos do país, de bancos e indústrias. E não apenas de qualquer indústria — cinco dos dez membros da força-tarefa tinham *holdings* no setor de turismo praiano, representando alguns dos maiores *resorts* do país.[20] Não havia ninguém dos setores de pesca ou agricultura na força-tarefa, nenhum *expert* em meio ambiente ou cientista, ou mesmo especialista em reconstrução de desastres. O presidente era Mano Tittawella, ex-czar da privatização. “Essa é a oportunidade para construir uma nação-modelo”, declarou ele.[21]

A criação da força-tarefa era um novo tipo de golpe de Estado corporativo, realizado por meio da força de um desastre natural. No Sri Lanka, assim como em muitos outros países, as políticas da Escola de Chicago vinham sendo bloqueadas pelas regras normais da democracia; as eleições de 2004 provaram isso. Mas, com os cidadãos do país se reunindo para enfrentar uma emergência nacional, e os políticos desesperados para desbloquear o dinheiro da ajuda, os desejos expressos dos eleitores podiam ser sumariamente colocados de lado e substituídos pelo comando direto, não eleito, da indústria — um primeiro passo para o capitalismo de desastre.

Assim sendo, em apenas dez dias, e sem sair da capital, os líderes empresariais da força-tarefa foram capazes de elaborar um projeto completo de reconstrução nacional, que ia de construção de moradias a autoestradas. Foi esse

plano que exigiu as zonas amortecedoras e, gentilmente, isentou os hotéis. A força-tarefa também redirecionou o dinheiro da ajuda para as super autoestradas e portos pesqueiros industriais, que haviam enfrentado tanta resistência antes da catástrofe. “Enxergamos essa agenda econômica como um desastre ainda maior do que o tsunami, e foi por isso que lutamos tanto para evitá-la antes, e a derrotamos nas eleições”, disseme Sarath Fernando, um ativista pelo direito à terra do Sri Lanka. “Mas agora, apenas três semanas depois do tsunami, eles nos dão o mesmo plano. É óbvio que eles tinham tudo pronto antes.”[74]

Washington apoiou a força-tarefa com o tipo de ajuda para reconstrução que já tinha se tornado familiar no Iraque: megacontratos para suas próprias companhias. A CH2M Hill, gigante de engenharia e construção do Colorado, foi agraciada com 28,5 milhões de dólares para supervisionar outros grandes contratantes no Iraque. Apesar de seu papel central no fiasco da reconstrução de Bagdá, a empresa recebeu um contrato adicional de 33 milhões de dólares no Sri Lanka (depois aumentado para 48 milhões de dólares), basicamente para trabalhar em três portos de águas profundas para frotas pesqueiras industriais e para construir uma nova ponte para a Baía de Arugam, parte do plano destinado a transformar a cidade num “paraíso turístico”.(22) Esses dois programas — implementados em nome do alívio para o tsunami — foram desastrosos para as principais vítimas do desastre, que pegavam os seus peixes com redes, as quais os hotéis não queriam mais ver na praia. Como disse Kumari: “Não é só que a ‘ajuda’ não está ajudando, é que está machucando.”

Quando lhe perguntei por que o governo dos Estados Unidos estava gastando seu dinheiro de ajuda em projetos que promoviam o deslocamento forçado dos sobreviventes do tsunami, John Varley, diretor do Programa de Competitividade da USAID, explicou que “não se quer restringir a ajuda para que chegue apenas às vítimas do tsunami. (...) Que seja em benefício de todo o Sri Lanka; que possa contribuir para o crescimento”. Varley comparou o plano a um elevador num edifício muito alto: na primeira viagem, este leva um grupo de passageiros até o topo, onde criam riqueza que permite ao elevador descer e pegar mais pessoas. As pessoas que esperam no chão devem saber que o elevador voltará para buscá-las também — eventualmente.

O único dinheiro que os Estados Unidos estavam gastando diretamente com os pescadores de pequeno porte era uma verba de um milhão de dólares, para “melhorar” os abrigos temporários em que eles estavam sendo armazenados, enquanto as praias iam sendo reorganizadas.(23) Era uma boa indicação de que os abrigos iguais a latas de sardinha eram temporários apenas no nome; e estavam mesmo destinados a se tornarem favelas permanentes — que marcam as grandes cidades do Sul global. Não há grandes lenitivos para ajudar as pessoas que

vivem nessas favelas, é claro, mas as vítimas do tsunami deveriam ser diferentes. O mundo assistiu ao vivo, pela televisão, a perda de suas casas e meios de vida, e a imprevisibilidade de seu destino provocou um sentimento visceral, global, de que o que havia sido perdido precisava e merecia ser recuperado — não por meio de truques econômicos, mas diretamente, com ajuda de corpo a corpo. No entanto, o Banco Mundial e a USAID compreenderam uma coisa que nos escapou quase por completo: em pouco tempo, a especificidade dos sobreviventes do tsunami desapareceria e eles seriam integrados aos bilhões de pobres sem rostos do mundo inteiro, muitos dos quais já vivem em barracos de lata, sem água. A proliferação desses barracos se tornou uma característica tão aceitável da economia global quanto a explosão dos hotéis com diárias de oitocentos dólares.

Num dos campos do interior mais desolados, na costa sudoeste do Sri Lanka, eu conheci uma jovem mãe chamada Renuka, arrebatadoramente bela, mesmo em farrapos, que aguardava, junto a outras pessoas, o elevador de Varley. Sua filha mais nova tinha seis meses de idade, e nascera dois dias após o tsunami. Renuka juntou forças sobrehumanas para pegar seus dois meninos e correr, grávida de nove meses e com água até o pescoço, para longe da onda. Ainda assim, depois desse feito extraordinário de sobrevivência, ela e sua família estavam agora, silenciosamente, passando fome num pedaço árido de terra no meio do nada. Duas canoas doadas por uma ONG bem-intencionada compunham uma triste visão: a três quilômetros da água, e sem sequer uma bicicleta para fazer o transporte, elas nada mais eram do que a lembrança cruel de uma vida anterior. Renuka nos pediu para levar uma mensagem a todos que estavam tentando ajudar os sobreviventes do tsunami. “Se você tiver alguma coisa para mim”, disse ela, “coloque na minha mão”.

A onda mais ampla

O Sri Lanka não foi o único país abatido por essa segunda onda — histórias semelhantes de apropriação da terra e da lei aconteceram na Tailândia, nas Maldivas e na Indonésia. Na Índia, sobreviventes do tsunami de Tamil Nadu se viram abandonados em tal estado de miséria, que 150 mulheres foram levadas a vender seus rins para comprar comida. Um voluntário explicou ao *Guardian* que o governo do Estado “preferiu que a costa fosse utilizada para a construção de hotéis, mas o resultado é um povo desesperado”. Todos os países afetados pelo tsunami impuseram “zonas amortecedoras”, que impediram os moradores das vilas de reconstruir a costa, deixando a terra livre para o crescente

desenvolvimento. (Em Aceh, Indonésia, as zonas tinham dois quilômetros de largura, embora o governo tivesse sido forçado, finalmente, a suspender o edito.) [24]

Um ano após o tsunami, a respeitada ONG ActionAid, que monitora o gasto do dinheiro de ajuda estrangeiro, publicou os resultados de um extensivo levantamento de cinquenta mil sobreviventes do desastre, em cinco países. Os mesmos padrões se repetiram em todos os lugares: os moradores foram impedidos de reconstruir, mas os hotéis receberam grandes incentivos; os campos temporários se tornaram currais miseráveis militarizados, e quase nenhuma reconstrução permanente foi realizada; modos de vida inteiros estavam sendo extintos. O relatório concluiu que os obstáculos não poderiam ser vencidos, em razão dos vilões habituais de falta de comunicação, carência de recursos para investimento e corrupção. Os problemas eram estruturais e propositais: "Os governos fracassaram totalmente em sua responsabilidade de prover terra para a construção de moradias permanentes", arrematava o texto do relatório. "Permitiram ou foram cúmplices, enquanto a terra estava sendo apropriada e as comunidades costeiras iam sendo deslocadas em benefício dos interesses comerciais."[25]

Quando se tratou do oportunismo pós-tsunami, contudo, nenhum lugar se comparou às Maldivas, talvez o menos compreendido de todos os países afetados. Ali, o governo não ficou satisfeito apenas com a retirada das pessoas pobres da costa — usou o tsunami para tentar tirar seus cidadãos da maior parte das zonas habitáveis do país.

As Maldivas, que compõem um arquipélago de aproximadamente duzentas ilhas inabitadas no litoral da Índia, são uma república turística, do mesmo modo que certos países da América Central costumavam ser chamados de repúblicas de bananas. Seu produto de exportação não são frutas tropicais, mas lazer tropical, sendo que 90% das receitas governamentais, espantosamente, provêm de balneários de férias.[26] O lazer vendido pelas Maldivas é do tipo especialmente decadente, atraente. Cerca de uma centena de suas ilhas são "ilhas *resorts*", terrenos cobertos de vegetação exuberante, cercados de auréolas de areia branca, inteiramente controlados por hotéis, linhas marítimas transatlânticas e indivíduos abastados. Algumas estão arrendadas por cinquenta anos. As mais luxuosas das ilhas Maldivas se dedicam a uma clientela de elite (Tom Cruise e Katie Holmes, em sua lua de mel, por exemplo), que é atraída não apenas pela beleza e pelos mergulhos, mas pela promessa de total reclusão que somente ilhas privadas podem oferecer.

Com uma arquitetura "inspirada" nas vilas de pescadores, os *spa-resorts* competem para saber quem pode encher suas cabanas montadas sobre estacas

com os aparatos mais excitantes de brinquedos e vantagens plutonômicas — equipamentos de som e vídeo da Bose Surround Sound, apetrechos para banheiros ao ar livre da Philippe Starck, lençóis tão finos que praticamente se desmancham ao menor toque. As ilhas ainda superam umas as outras na eliminação das fronteiras entre a terra e o mar — as mansões de Coco Palm foram erguidas sobre a lagoa e têm escadas de corda do deque para dentro da água, os aposentos do Four Seasons "flutuam" sobre o oceano, e o Hilton se gaba de ter o primeiro restaurante submerso, construído numa barreira de corais. Muitas suítes possuem quarto de empregada, e, numa das ilhas privativas, há um "dedicado mordomo maldívio — um 'Thakuru'" que, durante as 24 horas do dia, toma conta de detalhes como "de que modo prefere seu martíni — batido ou mexido?" As mansões nesses *resorts* de estilo James Bond cobram diárias de até cinco mil dólares.(27)

O homem que controla esse reino de prazer é o governante mais antigo da Ásia, o presidente Maumoon Abdul Gayoom, que subiu ao poder em 1978. Durante seu mandato, o governo colocou na prisão os líderes da oposição e foi acusado de torturar os "dissidentes", por crimes como escrever páginas de internet contrárias à administração pública.(28) Com os críticos fora da vista, encarcerados nas prisões ilhéus, Gayoom e seu *entourage* ficaram livres para voltar sua atenção para os negócios do turismo.

Antes do tsunami, o governo das Maldivas tinha pensado em expandir o número de ilhas *resorts*, a fim de atender à crescente demanda por refúgios luxuosos. Contudo, enfrentou um obstáculo rotineiro: o povo. Os maldívios são pescadores de subsistência, muitos dos quais habitam vilarejos tradicionais espalhados pelos atóis das ilhas. Esse tipo de vida criava alguns desafios, porque o charme rústico de observar os peixes sendo descamados na praia, definitivamente, não era o cenário das Maldivas. Muito antes do tsunami, o governo de Gayoom vinha tentando convencer seus cidadãos a mudar para um punhado de ilhas maiores e mais populosas, que os turistas raramente visitam. Naqueles lugares, eles teriam melhor proteção contra a subida das águas causada pelo aquecimento global. No entanto, foi difícil até mesmo para um regime repressor arrancar dezenas de milhares de pessoas de suas ilhas ancestrais, e o programa de "consolidação populacional" acabou sendo muito malsucedido.(29)

Após o tsunami, o governo de Gayoom anunciou, de imediato, que o desastre havia provado que muitas ilhas eram "inseguras e inadequadas à moradia" e deslanchou um programa de realocação mais agressivo do que os anteriores, declarando que qualquer pessoa que desejasse obter ajuda estatal, para recuperação do desastre, deveria se mudar para uma das cinco "ilhas seguras" discriminadas.(30) Toda a população de diversas localidades já tinha sido

evacuada e ainda havia mais em curso, liberando, de modo conveniente, mais terra para o turismo.

O governo maldívio argumenta que o Programa Ilha Segura, apoiado e financiado pelo Banco Mundial e outras agências, tem sido direcionado pela demanda popular de viver em "ilhas maiores e mais seguras". No entanto, muitos ilhéus dizem que preferiam ter ficado em sua terra natal, caso a infraestrutura tivesse sido restaurada. Como afirmou a ActionAid: "O povo fica sem escolha, pois a mudança é uma pré-condição para obter ajuda de moradia e subsistência."[(31)]

O fato de que a preocupação governamental tenha se evaporado diante de todos os hotéis construídos com arquitetura precária, na parte baixa das ilhas, conferiu ainda mais cinismo à argumentação apoiada na ideia de segurança. Não só os *resorts* ficaram isentos da evacuação de proteção, como também, em dezembro de 2005, um ano após o tsunami, o governo de Gayoom anunciou que 35 novas ilhas estavam disponíveis para serem arrendadas a *resorts*, por mais cinquenta anos.[(32)] Enquanto isso, nas ilhas chamadas de seguras, o desemprego crescia assustadoramente, e a violência explodia entre os recém-chegados e os antigos habitantes.

Valorização imobiliária militarizada

Num certo sentido, o segundo tsunami foi apenas uma dose particularmente chocante da terapia de choque econômico: a tempestade fez um trabalho tão efetivo de limpeza das praias, que o processo de deslocamento e valorização imobiliária, normalmente realizado ao longo de anos, ocorreu em questão de dias ou semanas. O que se viu foram centenas de milhares de pessoas, de pele marrom-escura (os pescadores qualificados como "improdutivos" pelo Banco Mundial), sendo removidas contra sua vontade para dar lugar aos ultrarricos, na maior parte de pele clara (os turistas de "renda elevada"). Os dois polos econômicos da globalização, que parecem viver não em países, mas em séculos diferentes, foram colocados em conflito, subitamente, por causa de pedaços da orla marítima, uns reclamando o direito de trabalhar, outros defendendo o direito de se divertir. A valorização imobiliária militarizada, garantida pelas armas da polícia local e da segurança privada, era luta de classes na praia.

Alguns dos choques mais diretos aconteceram na Tailândia, para onde, 24 horas após a onda, os incorporadores imobiliários enviaram guardas de segurança privada armados, a fim de colocar cercas nas terras que eles cobiçavam para os *resorts*. Em alguns casos, os guardas nem sequer deixaram os

sobreviventes procurarem, dentro de suas antigas propriedades, os corpos de seus filhos.[33] O grupo denominado Sobreviventes e Voluntários do Tsunami na Tailândia foi rapidamente formado para enfrentar as apropriações de terra. Numa de suas primeiras declarações, foi afirmado que, para "políticos e homens de negócios, o tsunami foi uma resposta às suas preces, pois deixou aquelas áreas costeiras literalmente limpas das comunidades que antes ficavam no caminho de seus planos para *resorts,* hotéis, cassinos e criações de camarão. Para eles, toda essa orla marítima agora é terra aberta!"[34]

Terra aberta. Nos tempos coloniais, isso era uma doutrina quase legal — *terra nullius.* Se a terra fosse declarada vazia ou "desperdiçada", podia ser tomada e seu povo eliminado sem remorso. Nos países abatidos pelo tsunami, a ideia de terra aberta foi reforçada com essa feia ressonância histórica, que evocou riqueza roubada e tentativas violentas de "civilizar" os nativos. Nijam, um pescador que conheci na praia, na Baía de Arugam, não via diferenças reais. "O governo acha nossas redes e nossos peixes feios e incômodos e por isso nos quer fora das praias. Para agradar os estrangeiros, está tratando seu próprio povo como se fosse incivilizado." Ao que parecia, o entulho era a nova *terra nullius.*

Quando conheci Nijam, ele estava com um grupo de pescadores que acabara de voltar do mar, e seus olhos estavam avermelhados pela água salgada. Assim que mencionei o plano governamental de mudar os pescadores de barcos pequenos para outra praia, muitos deles ergueram suas facas de descamar peixes e juraram "juntar sua gente e sua força", para lutar por sua terra. No começo, eles disseram que apreciaram a chegada dos hotéis e restaurantes. "Mas agora", disse um pescador chamado Abdul, "só porque demos a eles um pedaço de nossa terra, eles querem tudo". Um outro, de nome Mansoor, apontou sobre a cabeça para as palmeiras que nos davam sombra e tinham sido fortes a ponto de aguentar o tsunami. "Foram meus tataravós que plantaram essas árvores. Por que deveríamos nos mudar para outra praia?" Um de seus parentes fez uma promessa: "Só sairemos daqui quando o mar secar."

O fluxo de ajuda para reconstrução do tsunami deveria garantir ao Sri Lanka a chance de construir uma paz duradoura, depois de tanto sofrimento causado pela dor da perda. Na Baía de Arugam, e em toda a costa leste, parecia estar começando um novo tipo de guerra, para saber quem se beneficiaria desses financiamentos — singaleses, tâmeis ou muçulmanos — e, acima de tudo, se os verdadeiros benefícios iriam para os estrangeiros, às custas dos nativos.

Comecei a ter uma nítida sensação de *déjà vu,* como se o vento estivesse mudando e este fosse se transformar em outro país "reconstruído", tomando o caminho da destruição perpétua. Eu tinha escutado queixas semelhantes no Iraque, um ano antes, sobre como a reconstrução favorecera os curdos e certos

xiitas privilegiados. Muitos voluntários que conheci em Colombo me disseram que gostavam mais de trabalhar no Sri Lanka do que no Iraque ou no Afeganistão — aqui, as ONGs ainda eram vistas como neutras, e mesmo solidárias, e reconstrução ainda não era uma palavra suja. Mas aquilo estava mudando. Na capital, vi quadros que exibiam caricaturas rústicas de voluntários ocidentais se enchendo de dinheiro, enquanto habitantes do Sri Lanka passavam fome.

As ONGs sofreram as consequências da raiva contra a reconstrução, porque eram intensamente visíveis, exibindo suas marcas em qualquer superfície disponível ao longo da costa, enquanto o Banco Mundial, a USAID e os funcionários do governo que sonhavam com planos para Bali raramente saíam de seus escritórios urbanos. Era uma ironia, porque os organizadores da ajuda eram os únicos que ofereciam algum tipo de auxílio — mas também era inevitável, pois suas ofertas eram muito inadequadas. Parte do problema advinha do fato de que o complexo de ajuda tinha ficado tão grande e tão isolado das pessoas a quem deveria servir, que os estilos de vida de seu pessoal se tornaram uma obsessão nacional no Sri Lanka. Quase todos que conheci comentaram acerca daquilo que um padre chamou de “a vida excitante da ONG”: hotéis caríssimos, mansões à beira-mar e o ímã mais fundamental para atrair a ira popular, os novíssimos veículos utilitários esportivos de cor branca. Todas as organizações de ajuda possuíam esses carros, coisas monstruosas que eram muito largas e potentes para as estradas de chão estreitas do país. Eles passavam o dia inteiro pelos campos, obrigando todas as pessoas a comerem sua poeira e balançando suas marcas nas flâmulas ao vento — Oxfam, World Vision, Save the Children —, como se fossem visitantes de um distante Mundo das ONGs. Num país quente como o Sri Lanka, esses carros, com suas janelas pintadas e ar-condicionado barulhento, eram mais do que meios de transporte; eram microclimas rodantes.

Vendo esse ressentimento crescer, não pude deixar de imaginar quanto tempo levaria para o Sri Lanka seguir o caminho do Iraque e do Afeganistão, onde a reconstrução se assemelhava tanto à ladroagem que os voluntários se transformaram em alvos. Aconteceu logo depois que eu parti: dezessete nativos do Sri Lanka, que trabalhavam no auxílio às vítimas do tsunami para a ONG internacional Action Against Hunger, foram massacrados em seu escritório, perto de Trincomelee, uma cidade portuária da costa leste. Aquilo acendeu a fagulha de uma nova onda de lutas brutais e deteve a reconstrução que estava em curso. Muitas organizações de ajuda deixaram o país, temendo pela segurança de seu pessoal, após inúmeros outros ataques. Outras mudaram seu foco para o sul, a área controlada pelo governo, deixando as zonas do leste, que foram as mais

atingidas, e o norte dominado pelos tâmeis sem auxílio. Essas decisões apenas aguçaram o sentimento de que os fundos da reconstrução estavam sendo gastos de modo injusto, especialmente depois que um estudo realizado em 2006 descobriu que, embora todos os lares atingidos pela onda estivessem em ruínas, a única exceção era o distrito eleitoral do próprio presidente, no sul, onde miraculosos 173% dos lares tinham sido reconstruídos.[35]

Os voluntários que permaneceram no leste, próximos à Baía de Arugam, agora precisavam lidar com uma nova onda de pessoas deslocadas — centenas de milhares que foram forçadas a abandonar suas casas por causa da violência. Como noticiou o *New York Times*, trabalhadores das Nações Unidas, "que originalmente tinham sido contratados para reerguer as escolas destruídas pelo tsunami, foram redirecionados, a fim de construir banheiros para pessoas deslocadas pelos combates".[36]

Em julho de 2006, os Tigres do Tamil anunciaram que o cessar-fogo estava oficialmente suspenso; a reconstrução tinha acabado e a guerra estava de volta. Menos de um ano depois, mais de quatro mil pessoas haviam sido assassinadas nas lutas que sucederam o tsunami. Apenas uma fração dos lares destruídos pela onda tinha sido reerguida em toda a costa leste, mas, entre as novas estruturas, centenas estavam furadas com buracos de bala, janelas recém-instaladas estavam estilhaçadas pelos explosivos, e telhados novíssimos tinham sido detonados.

É impossível dizer até que ponto a decisão de usar o tsunami como oportunidade para o capitalismo de desastre contribuiu para o retorno da guerra civil. A paz sempre fora precária, e havia má-fé em todos os lados. Contudo, uma coisa era certa: se a paz fincasse raízes no Sri Lanka, precisaria suplantar os benefícios da guerra, inclusive os proveitos econômicos tangíveis que resultam de uma economia de guerra, na qual o Exército toma conta das famílias de seus soldados e os Tigres do Tamil cuidam das famílias de seus combatentes e homens-bomba.

O enorme afluxo de generosidade posterior ao tsunami guardou a rara oportunidade de um genuíno dividendo de paz — os recursos para imaginar um país mais equânime, para consertar comunidades devastadas, de modo a reconstruir a confiança, junto com a recuperação dos prédios e estradas. Em vez disso, o Sri Lanka (como o Iraque) recebeu aquilo que o cientista político da Universidade de Ottawa, Roland Paris, denominou de "uma penalidade de paz" — a imposição de um modelo econômico implacável e combativo, que tornou a vida mais difícil para a maioria das pessoas, no exato momento em que o que elas mais precisavam era reconciliação e diminuição das tensões.[37] Na verdade, a espécie de paz que foi oferecida ao Sri Lanka foi o seu próprio tipo de guerra. A violência contínua era a promessa de terra, soberania e glória. O que foi

ofertado pela paz das corporações, além da falta de terra, no curto prazo, e do elevador de John Varley, no longo prazo?

Em todos os lugares em que a Escola de Chicago triunfou, ela criou uma subclasse permanente formada por cerca de 25% a 60% da população. É sempre um tipo de guerra. Todavia, quando esse modelo econômico de desapropriação em massa e eliminação de culturas, organizado como uma operação de guerra, é imposto a um país que já está arruinado pelo desastre e ferido pelo conflito étnico, os perigos são ainda maiores. Como Keynes argumentou, há muitos anos, existem consequências políticas nesse tipo de paz punitiva — inclusive a eclosão de guerras ainda mais sangrentas.

NOTAS DO CAPÍTULO 19

(1) Seth Mydans, “Builders Swoop in, Angering Thai Survivors”, *International Herald Tribune* (Paris), 10 de março de 2005.

(2) ActionAid International *et al.*, *Tsunami Response: A Human Rights Assessment*, janeiro de 2006, página 13, www.actionaidusa.org.

(3) *Sri Lanka: A Travel Survival Kit* (Victoria, Austrália: Lonely Planet, 2005), 267.

(4) John Lancaster, “After Tsunami, Sri Lankans Fear Paving of Paradise”, *Washington Post*, 5 de junho de 2005.

(5) Departamento Nacional de Planejamento Físico, *Arugam Bay Resource Development Plan: Reconstruction Towards Prosperity*, Relatório Final, páginas 4, 5, 7, 18, 33, 25 de abril de 2005; Lancaster, “After Tsunami, Sri Lankans Fear Paving of Paradise”.

(6) “South Asians Mark Tsunami Anniversary”, United Press International, 26 de junho de 2005.

(7) USAID/Sri Lanka, “USAID Elicits ‘Real Reform’ of Tourism”, janeiro de 2006, www.usaid.gov.

(8) *Ibid.*

(9) Entrevista por e-mail com Karen Preston, diretora de relações públicas do grupo Leading Hotels of the World, 16 de agosto de 2006; Ajay Kapur, Niall Macleod e Narendra Singh, “Plutonomy: Buying Luxury, Explaining Global Imbalances”, Citigroup: Industry Note, Equity Strategy, 16 de outubro de 2005, páginas 27, 30.

(10) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, “Sri Lanka Environment Profile”, National Environment Outlook, www.unep.net.

(11) Tittawella foi diretor-geral da Comissão de Reforma das Empresas Públicas do Sri Lanka, de 1997 a 2001, e, nesse período, supervisionou a privatização das companhias Sri Lanka Telecom (agosto de 1997) e Sri Lanka Air Lines (março de 1998). Depois das eleições de 2004, foi nomeado presidente e CEO da estatal Strategic Enterprises Management Agency, que prosseguiu com o projeto de privatização, com a linguagem atualizada de “parcerias público-privadas”. Comissão de Reforma das Empresas Públicas do Sri Lanka, “Past Divestitures”, 2005, www.perc.gov.lk; “SEMA to Revujenate Key State Enterprises”, 15 de junho de 2004, www.priu.gov.lk.

(12) Movimento Nacional pela Terra e pela Reforma Agrária, Sri Lanka, *A Proposal for a People’s Planning Commission for Recovery After Tsunami*, www.monlar.org.

(13) “Privatizations in Sri Lanka Likely to Slow Because of Election Results”, Associated Press, 5 de abril de 2004.

(14) “Sri Lanka Begins Tsunami Rebuilding Amid Fresh Peace Moves”, Agência France-Press, 19 de janeiro de 2005.

(15) Movimento Nacional pela Terra e pela Reforma Agrária, Sri Lanka, *A Proposal for a People’s Planning Commission for Recovery After Tsunami*, www.monlar.org; “Sri Lanka Raises Fuel Prices Amid Worsening Economic Crisis”, Agência France-Press, 5 de junho de 2005; “Panic Buying Grips Sri Lanka Amid Oil Strike Fears”, Agência France-Press, 28 de março de 2005.

(16) James Wilson e Richard Lapper, “Honduras May Speed Sell-Offs After Storm”, *Financial Times* (Londres), 11 de novembro de 1998; Organização dos Estados Americanos, “Honduras”, *1999 National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers*, página 165, www.sice.oas.org; Sandra Cuffe, Rights Action, *A Backwards, Upside-Down Kind of Development: Global Actors, Mining and Community-Based Resistance in Honduras and Guatemala*, fevereiro de 2005, www.rightsaction.org.

(17) “Mexico’s Telmex Unveils Guatemala Telecom Alliance”, Reuters, 29 de outubro de 1998; Grupo Consultivo para Reconstrução e Transformação da América Central, Banco Interamericano de Desenvolvimento, “Nicarágua”, *Central America After Hurricane Mitch: The Challenge of Turning a Disaster into an Opportunity*, maio de 2000, www.iadb.org; Pamela Druckerman, “No Sale: Do You Want to Buy a Phone Company?”, *Wall Street Journal*, 14 de julho de 1999.

(18) “Mexico’s Telmex Unveils Guatemala Telecom Alliance”; “Spain’s Fenosa Buys Nicaragua Energy Distributors”, Reuters, 12 de setembro de 2000; “San Francisco Group Wins Honduras Airport Deal”, Reuters, 9 de março de 2000; “CEO — Govt. to Sell Remaining Enitel Stake This Year”, *Business News Americas*, 14 de fevereiro de 2003.

(19) Citação retirada de Eduardo Stein Barillas. “Central America After Hurricane Mitch”, Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial, Davos, Suíça, 30 de janeiro de 1999.

(20) Alison Rice, Tsunami Concern, *Post-Tsunami Tourism and Reconstruction: A Second Disaster?*, outubro de 2005, página 11, www.tourismconcern.org.uk.

(21) TAFREN, “An Agenda for Sri Lanka’s Post-Tsunami Recovery”, *Progress & News*, julho de 2005, página 2.

(22) USAID Sri Lanka, “Fishermen and Tradesmen to Benefit from U.S. Funded $33 Million Contract for Post-Tsunami Infrastructure Projects”, *press release*, 8 de setembro de 2005, www.usaid.gov; Escritório de Responsabilidade do Governo dos Estados Unidos, *USAID Signature Tsunami Reconstruction Efforts in Indonesia and Sri Lanka Exceed Initial Cost and Schedule Estimates, and Face Further Risks*, Relatório à Comissão do Congresso, GAO-07-357, fevereiro de 2007; Departamento Nacional de Planejamento Físico, *Arugam Bay Resource Development Plan: Reconstruction Towards Prosperity*, Relatório Final, 25 de abril de 2005, página 18.

(23) Embaixada dos Estados Unidos, “U.S. Provides $ 1 Million to Maintain Tsunami Shelter Communities”, 18 de maio de 2006, www.usaid.gov.

(24) Randeep Ramesh, “Indian Tsunami Victims Sold Their Kidneys to Survive”, *Guardian* (Londres), 18 de janeiro de 2007; ActionAid International *et al.*, *Tsunami Response*, 17; Nick Meo, “Thousands of

Indonesians Still in Tents", *Globe and Mail* (Toronto), 27 de dezembro de 2005.

(25) ActionAid International *et al.*, *Tsunami Response*, 9.

(26) Agência Central de Inteligência, "Maldives", *The World Factbook 2007*, www.cia.gov.

(27) Coco Palm Dhuni Kolhu, www.cocopalm.com; Four Seasons Resort, Maldives and Landaa Giraavaru, www.fourseasons.com; Hilton Maldives Resort and Spa, Rangali Island, www.hilton.com; "Dhoni Mighili Island", Private Islands Online, www.privateislandsonline.com.

(28) Roland Buerck, "Maldives Opposition Plan Protest", *BBC News*, 20 de abril de 2007; Comissão Asiática de Direitos Humanos, "Extrajudicial Killings, Desappearances, Torture and Other Forms of Gross Human Rights Violations Still Engulf Asia's Nations", 8 de dezembro de 2006, www.ahrchk.net; Anistia Internacional, "Republic of Maldives: Repression of Peaceful Political Opposition", 30 de julho de 2003, www.amnesty.org.

(29) Ashok Sharma, "Maldives to Develop 'Safe' Islands for Tsunami-Hit People", Associated Press, 19 de janeiro de 2005.

(30) Ministério do Planejamento e do Desenvolvimento Nacional, República das Maldivas, *National Recovery and Reconstruction Plan*, segunda impressão, março de 2005, página 29, www.tsunamimaldives.mv.

(31) *Ibid.*; ActionAid International *et al.*, *Tsunami Response*, 18.

(32) Os arrendamentos duram 25 anos, mas as letras miúdas dos contratos permitem que eles sejam estendidos para cinquenta, em determinadas estruturas de propriedade. Ministério do Turismo e da Aviação Civil, *Bidding Documents: For Lease of New Islands to Develop as Tourist Resorts* (Malé: República das Maldivas, 16 de julho de 2006), 4, www.tourism.gov.mv.

(33) Penchan Charoensuthipan, "Survivors Fighting for Land Rights", *Bangkok Post*, 14 de dezembro de 2005; Mydans, "Builders Swoop In, Angering Thai Survivors".

(34) Coalizão Asiática pelo Direito à Moradia, "The Tsunami in Thailand: January-March 2005", www.achr.net.

(35) Shimali Senanayake e Somini Sengupta, "Monitors Say Troops Killed Aid Workers in Sri Lanka", *New York Times*, 31 de agosto de 2006; Amantha Perera, "Tsunami Recovery Skewed by Sectarian Strife", Inter Press Service, 3 de janeiro de 2007.

(36) Shimali Senanayake, "An Ethnic War Slows Tsunami Recovery in Sri Lanka", *New York Times*, 19 de outubro de 2006.

(37) Roland Paris, *At War's End: Building Peace After Civil Conflict* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), 200.

CAPÍTULO 20

O *APARTHEID* DO DESASTRE

UM MUNDO DE ZONAS VERDES E ZONAS VERMELHAS

> **Reza a longa tradição que os desastres não discriminam — que eles esmagam tudo, em sua trajetória, com "democrático" menosprezo. As epidemias castigam os despossuídos, aqueles que são forçados a construir suas vidas na rota do perigo. A aids não é diferente.**
> — Hein Marais, escritor sul-africano, 2006[1]

> **O Katrina não foi inesperado. Ele resultou de uma estrutura política que subcontrata sua responsabilidade para empresas privadas e abdica inteiramente de suas obrigações.**
> — Harry Belafonte, músico estadunidense e ativista dos direitos civis, setembro de 2005[2]

NA SEGUNDA SEMANA DE SETEMBRO DE 2005, fui a Nova Orleans com meu marido, Avi, e também com Andrew, com quem viajei para o Iraque. Nosso objetivo era gravar cenas para um documentário na cidade ainda parcialmente inundada. Quando soou o toque de recolher noturno, às seis horas, ficamos dirigindo em círculos, sem conseguir encontrar nosso caminho. Os sinais de tráfego estavam desligados e metade das sinalizações das ruas tinha sido levada ou entortada pela tempestade. Escombros e água obstruíam a passagem em muitas avenidas, e a maioria das pessoas que procurava se desviar dos obstáculos era formada por visitantes, como nós, que não tinham a menor ideia do percurso que estavam fazendo.

O acidente foi grave: uma colisão frontal em grande velocidade, no meio de um cruzamento importante. Nosso carro arrastou um sinal de tráfego, atravessou uma grade de ferro e parou num pórtico. Os ferimentos das pessoas, em ambos os carros, felizmente foram pequenos, mas antes que eu soubesse disso fui amarrada numa maca e levada embora. Apesar do atordoamento decorrente da pancada, eu tinha consciência de que aonde quer que a ambulância fosse, não

seria bom. Eu me lembrava nitidamente das cenas horrorosas da clínica improvisada no aeroporto de Nova Orleans — havia tão poucos médicos e enfermeiras, que os idosos desabrigados permaneciam sem atendimento durante horas, jogados em suas cadeiras de rodas. Pensei no Charity Hospital, principal ambulatório de emergência da cidade, pelo qual havíamos passado mais cedo. Ele tinha sido inundado durante a tempestade, e seu pessoal lutara sem forças para manter os pacientes vivos. Pedi aos paramédicos que me deixassem sair. E me lembro de dizer a eles que estava bem, de verdade, e então devo ter desmaiado.

Voltei a mim quando chegamos ao hospital mais moderno e calmo que eu já tinha visto. Ao contrário das clínicas lotadas de desabrigados, no Ochsner Medical Center — que oferecia "cuidados de saúde com paz de espírito" —, médicos, enfermeiras e atendentes eram mais numerosos do que os pacientes. De fato, parecia haver apenas uma meia dúzia de outros doentes na enfermaria imaculada. Em poucos minutos, fui colocada num espaçoso quarto privado, no qual meus cortes e hematomas foram tratados por um pequeno exército de pessoal médico. Três enfermeiras logo me levaram para tirar uma radiografia do pescoço; um gentil médico sulista retirou alguns fragmentos de vidro e fez alguns curativos.

Para uma veterana do sistema público de saúde do Canadá, essas experiências não eram nada familiares; normalmente, espero quarenta minutos para ver meu clínico geral. E isso era no centro de Nova Orleans — marco zero da maior emergência de saúde pública da história recente dos Estados Unidos. Um gerente educado veio até meu quarto e explicou que "na América, nós pagamos pelos serviços de saúde. Sinto muito, querida — é realmente terrível. Gostaríamos de ter o seu sistema. Por favor, preencha este formulário".

Em poucas horas, eu estaria livre para sair, não fosse pelo toque de recolher que paralisava a cidade. "O maior problema", contou-me um guarda de segurança, no saguão onde aguardávamos o tempo passar, "são os viciados em drogas; eles mostram o dinheiro e querem entrar na farmácia".

Como a farmácia ficava trancada, um residente médico foi suficientemente amável para me dar alguns analgésicos. Perguntei-lhe como tinha sido, ali, no auge da tempestade. "Eu não estava em serviço, graças a Deus", respondeu ele. "Moro fora da cidade."

Quando indaguei se ele tinha ido aos abrigos para ajudar, ele pareceu chocado com a pergunta e um pouco envergonhado. "Não pensei nisso", falou. Rapidamente mudei de assunto, para um tópico que imaginei ser terreno mais seguro: o destino do Charity Hospital. Antes da tormenta, estava tão precariamente dotado de recursos que mal funcionava, e as pessoas já

especulavam que, com os estragos causados pela água, provavelmente jamais reabriria. “É melhor reabri-lo”, disse ele. “Não podemos tratar aquelas pessoas aqui.”

Então me ocorreu que esse afável jovem médico, e o cuidado de saúde parecido com um *spa* que eu acabara de receber, eram a corporificação da cultura que havia tornado possíveis os horrores do furacão Katrina e deixara os moradores mais pobres de Nova Orleans se afogarem. Tendo se formado numa escola de medicina privada e depois se tornado residente num hospital privado, ele fora treinado para, simplesmente, não enxergar os habitantes majoritariamente afrodescendentes de Nova Orleans, que não tinham seguro-saúde, como pacientes em potencial. Isso era verdadeiro antes da tormenta e continuava sendo, mesmo depois que toda a cidade se transformou num grande ambulatório de emergência: ele tinha simpatia pelos desabrigados, mas isso não mudava o fato de que ele ainda não podia enxergá-los como seus pacientes em potencial.

Quando o Katrina chegou, a linha divisória entre os mundos do Charity Hospital e do Ochsner Hospital subitamente se generalizou. Os que estavam economicamente seguros saíram da cidade, se hospedaram em hotéis e telefonaram para suas companhias seguradoras. As 120 mil pessoas de Nova Orleans que não tinham carros e dependiam do Estado para organizar sua evacuação esperaram pela ajuda que não chegou, fazendo sinais desesperados de SOS ou transformando as portas de suas geladeiras em canoas. Aquelas imagens chocaram o mundo, porque, embora nos resignássemos às desigualdades do dia a dia, que discriminam os que têm acesso aos serviços de saúde e às escolas dotadas de equipamentos decentes, havia uma suposição generalizada de que com os desastres deveria ser diferente. Era tido como certo que o Estado — pelo menos num país rico — viria socorrer as pessoas, na ocorrência de eventos catastróficos. As imagens de Nova Orleans mostraram que essa crença geral — de que os desastres são uma espécie de trégua do capitalismo implacável, quando todos se juntam e o Estado se torna o condutor — já havia sido abandonada, e sem nenhum debate público.

Houve um pequeno intervalo, de duas ou três semanas, em que pareceu que a inundação de Nova Orleans provocaria uma crise na lógica econômica que exacerbou tremendamente o desastre humano, com seus ataques incansáveis à esfera pública. “A tormenta demonstrou as consequências das mentiras e mistificações do neoliberalismo, num único local e de uma só vez”, escreveu o cientista político natural de Nova Orleans Adolph Reed Jr.(3) Os fatos dessa demonstração são bastante conhecidos — os diques que jamais foram consertados, o sistema de transportes falido por falta de investimentos públicos,

e o fato de que a ideia de preparação para o desastre dominante na cidade era transmitir às pessoas, por meio de DVDs, a recomendação de que, diante da chegada de um furacão, elas deixassem a área.

Depois, veio a Agência Federal de Administração de Emergências (FEMA), um laboratório para a ideia da administração Bush acerca de um governo comandado pelas corporações. No verão de 2004, mais de um ano antes da ocorrência do Katrina, o estado da Louisiana fez uma requisição de fundos à FEMA, para desenvolver, em profundidade, um plano contingencial contra furacões violentos. O pedido foi recusado. A "mitigação de desastres" — implementação de medidas governamentais para tornar os efeitos dos desastres menos devastadores — era um dos programas desprezados por Bush. Naquele mesmo verão, a FEMA agraciou a firma privada Innovative Emergency Management com um contrato de quinhentos mil dólares. Sua tarefa era elaborar um "plano de desastre catastrófico causado por furacão para o sudeste da Louisiana e para a cidade de Nova Orleans".(4)

A empresa privada não fez economia. Juntou mais de cem especialistas e, quando o dinheiro acabou, voltou à FEMA para pedir mais; por fim, a conta do exercício dobrou para um milhão de dólares. A firma elaborou cenários para evacuação em massa, cobrindo tudo, da distribuição de água à instrução das comunidades vizinhas para identificar lotes vazios, que pudessem ser rapidamente transformados em estacionamentos para *trailers* destinados aos desabrigados — todas as coisas racionais que não acontecem, quando um furacão das dimensões que eles imaginavam realmente se abate. Foi por isso, em parte, que, oito meses depois da apresentação do relatório pela firma contratante, nada tinha sido feito. "O dinheiro não estava disponível para executar o projeto", explicou Michael Brown, presidente da FEMA na época.(5) Essa é uma história típica do Estado desigual que Bush construiu: um setor público fraco, mal financiado e ineficaz, de um lado, e uma infraestrutura de corporações ricamente dotada, em paralelo, do outro. Quando se trata de pagar aos contratantes, o céu é o limite; quando se trata de financiar as funções essenciais do Estado, os cofres estão sempre vazios.

Assim como a autoridade de ocupação dos Estados Unidos no Iraque se tornou uma concha vazia, o governo federal também se esvaziou, dentro de casa, quando o Katrina atingiu a região. De fato, ele foi tão significativamente ausente que a FEMA não pôde sequer alugar o estádio de Nova Orleans, em que 23 mil pessoas foram mantidas, sem água nem comida, apesar do destaque dado pela mídia internacional por muitos dias.

Para muitos ideólogos do livre mercado, esse espetáculo que o colunista do *New York Times*, Paul Krugman, chamou de "o governo do não posso fazer"

provocou uma crise de fé. “Os diques destruídos de Nova Orleans terão consequências para o neoconservadorismo, tão longas e profundas quanto foram, para o comunismo soviético, as consequências da queda do Muro de Berlim”, escreveu o fiel seguidor arrependido Martin Kelly, num ensaio bastante difundido. “Felizmente, todos os que encorajaram a ideologia, inclusive eu próprio, terão bastante tempo para considerar o erro de nossas escolhas.” Mesmo os adeptos intransigentes, como Jonah Goldberg, começaram a pedir um “governo robusto” para conduzir o socorro: “Quando uma cidade está afundando sob o mar e os tumultos se tornam constantes, o governo deve tomar para si a responsabilidade.”[6]

Esse tipo de exame de consciência não aconteceu na Fundação Heritage, onde os verdadeiros discípulos do friedmanismo sempre podem ser encontrados. O Katrina foi uma tragédia, mas, como escreveu Milton Friedman em seu editorial no *Wall Street Journal*, também seria uma “oportunidade”. No dia 13 de setembro de 2005 — quatorze dias depois que os diques tinham sido arrebentados —, a Fundação Heritage patrocinou um encontro de ideólogos e congressistas republicanos que compartilhavam as mesmas ideias. Eles vieram com uma lista de “Ideias Pró-Livre Mercado para Dar Resposta ao Furacão Katrina e à Subida dos Preços da Gasolina” — 32 medidas, no total, todas extraídas do manual da Escola de Chicago e rotuladas de “alívio contra o furacão”. Os primeiros três itens recomendavam “a suspensão automática, nas áreas do desastre, das leis salariais Davis-Bacon, que estavam em vigor”, numa referência à legislação que obrigava os contratantes federais a pagarem salários de subsistência; “a transformação de toda a região afetada em zona de livre empresa isenta de impostos”; e “a conversão de todo o território atingido em zona de competitividade (incentivos fiscais amplos e renúncia às regulações)”. Outra recomendação demandava a entrega de *vouchers* aos pais, para que os utilizassem nas escolas licenciadas.[7] Todas essas medidas foram anunciadas pelo presidente Bush no prazo de uma semana. Finalmente, ele foi forçado a restituir os critérios trabalhistas, que foram completamente ignorados pelos contratantes.

O encontro produziu mais ideias que receberam aprovação presidencial. Os cientistas do clima tinham estabelecido vínculos diretos entre o aumento da intensidade dos furacões e o aquecimento da temperatura dos oceanos.[8] Essa conexão, no entanto, não impediu que o grupo de trabalho da Fundação Heritage pedisse ao Congresso dos Estados Unidos que repelisse as regulações ambientais na Costa do Golfo, dando permissão para novas refinarias de petróleo no país e luz verde para “expedições de exploração na área de Proteção Nacional da Vida Selvagem do Ártico”.[9] Todas essas providências agravariam o efeito estufa,

principal contribuição humana à mudança climática, mas foram imediatamente encampadas pelo presidente, sob a máscara de resposta ao desastre do Katrina.

Em algumas semanas, a Costa do Golfo se transformou num laboratório doméstico para o mesmo tipo de governo comandado por contratantes, que havia sido inaugurado no Iraque. As companhias que abocanharam os maiores contratos foram as da conhecida gangue de Bagdá: a unidade KBR da Halliburton recebeu sessenta milhões de dólares para reconstruir bases militares ao longo da costa. A Blackwater foi empregada para proteger os funcionários da FEMA contra saqueadores. Parsons, notória por seu trabalho desleixado no Iraque, foi trazida para o projeto de construção da principal ponte do Mississippi. Fluor, Shaw, Bechtel, CH2M Hill — a nata dos contratantes do Iraque — foram chamadas pelo governo para providenciar *trailers* para os desabrigados, dez dias depois que os diques estouraram. Seus contratos acabaram por totalizar 3,4 bilhões de dólares, sem exigência de licitações abertas.(10)

Como foi observado por muitas pessoas, poucos dias depois da tormenta, era como se a Zona Verde de Bagdá tivesse sido levantada de sua margem do Tigre e pousado sobre o *bayou* do sul dos Estados Unidos. Os paralelos eram irrefutáveis. Para liderar sua operação Katrina, a Shaw empregou o ex-dirigente do escritório de reconstrução do Iraque, do Exército dos Estados Unidos. A Fluor mandou seu diretor de projetos mais experiente do Iraque para a zona inundada. “Nosso trabalho de reconstrução no Iraque está mais lento, o que disponibilizou algumas pessoas para atuar na Louisiana”, explicou um representante da empresa. Joe Allbaugh, cuja firma New Bridge Strategies prometera levar a Wal-Mart e a 7-Eleven para o Iraque, era o lobista de inúmeros negócios. As semelhanças eram tão impressionantes que alguns soldados mercenários, recém-chegados de Bagdá, estavam enfrentando problemas de adaptação. Quando o repórter David Enders perguntou se tinha havido muito combate a um guarda armado na porta de um hotel de Nova Orleans, ele respondeu: “Não. Isso aqui é a Zona Verde.”(11)

Outras coisas também lembravam a Zona Verde. Em contratos avaliados em 8,75 bilhões de dólares, investigadores parlamentares descobriram “consideráveis superfaturamentos, desperdícios ou má administração”.(12) (O fato de que exatamente os mesmos erros cometidos no Iraque se repetiram em Nova Orleans, de imediato, deveria colocar em xeque a alegação de que a ocupação do Iraque foi apenas uma sequência de enganos e infortúnios, caracterizados por incompetência e falta de supervisão. Quando as mesmas incorreções se repetem, indefinidamente, é hora de considerar a possibilidade de que não sejam erros de maneira nenhuma.)

Em Nova Orleans, assim como no Iraque, nenhuma chance de lucro foi desperdiçada. Kenyon, uma divisão do megaconglomerado de serviços funerais Service Corporation International (uma das principais doadoras à campanha de Bush), foi contratada para retirar os mortos das casas e das ruas. O trabalho foi feito com extrema lentidão, deixando cadáveres expostos ao sol escaldante por muitos dias. Voluntários de emergência e dos serviços funerários locais foram proibidos de ajudar, pois lidar com os corpos era a tarefa comercial da Kenyon. A empresa responsabilizou o Estado, em média cobrando 12.500 dólares por vítima, e foi acusada de não embalar os cadáveres de modo apropriado. Quase um ano depois da enchente, corpos decompostos ainda estavam sendo descobertos nos sótãos.(13)

Uma outra similaridade com a Zona Verde: experiências relevantes, com frequência, pareciam não ter nenhuma relação com a forma pela qual os contratos tinham sido alocados. AshBritt, a empresa agraciada com meio milhão de dólares para remover os escombros, sabidamente não possuía nenhum caminhão de entulho e repassou todo o trabalho a contratantes.(14) Ainda mais impressionante foi a empresa que a FEMA empregou, ao custo de 5,2 milhões de dólares, para desempenhar o papel crucial de construir acampamentos para os trabalhadores voluntários de St. Bernard Parish, subúrbio de Nova Orleans. Essa construção ficou aquém do cronograma e jamais foi concluída. Quando se realizou a investigação, foi descoberto que a empresa Lighthouse Disaster Relief era, na verdade, um grupo religioso. “A coisa mais parecida com isso, que eu já tinha feito, foi organizar um acampamento de jovens com minha igreja”, confessou o diretor da Lighthouse, pastor Gary Heldreth.(15)

Assim como no Iraque, o governo desempenhou, mais uma vez, o papel de caixa registradora, equipada tanto para retiradas quanto para depósitos. As corporações retiravam fundos imensos por meio de contratos e depois reembolsavam o governo, não com trabalho confiável, mas com contribuições de campanha e/ou cabos eleitorais para as próximas eleições. (Segundo o *New York Times*, “os principais vinte contratantes gastaram aproximadamente trezentos milhões de dólares, desde 2000, fazendo *lobby*, e doaram 23 milhões de dólares para campanhas políticas”. A administração Bush, por sua vez, aumentou a quantia despendida com contratos em cerca de duzentos bilhões de dólares, entre 2000 e 2006.)(16)

Uma outra coisa também era familiar: a aversão dos contratantes a empregar trabalhadores locais, que deveriam ter enxergado a reconstrução de Nova Orleans não somente como uma fonte de emprego, mas como parte da recuperação e do fortalecimento de suas comunidades. Washington poderia, facilmente, ter estabelecido como condição que todas as empresas que tivessem

contratos do Katrina empregassem pessoas do local, com salários decentes, para ajudá-las a recompor suas vidas. Em vez disso, os moradores da Costa do Golfo, assim como o povo do Iraque, ficaram assistindo ao surto de crescimento econômico criado pelos contratantes, com base no dinheiro fácil dos contribuintes e no afrouxamento das regulações.

De modo previsível, o resultado foi que, depois de todos os subcontratantes pegarem sua parte, praticamente nada foi deixado para as pessoas que executavam seu trabalho. Por exemplo, o escritor Mike Davis rastreou o pagamento de 175 dólares por metro quadrado, feito pela FEMA à empresa Shaw, para instalar lonas de proteção azuis em telhados danificados, ainda que essas coberturas tivessem sido fornecidas pelo governo. Depois que todos os subcontratantes pegaram seu quinhão, os operários que realmente pregaram as lonas receberam apenas dois dólares por metro quadrado. “Cada etapa da cadeia alimentar dos contratos, em outras palavras, é grotescamente superalimentada, exceto a parte de baixo”, escreveu Davis, “na qual o verdadeiro trabalho é realizado”.(17)

De acordo com um estudo realizado, “um quarto dos que trabalharam na reconstrução da cidade eram imigrantes ilegais, na maioria hispânicos, ganhando menos do que os trabalhadores legais”. No Mississippi, uma ação coletiva obrigou diversas companhias a pagar milhares de dólares em salários atrasados para operários imigrantes. Alguns não foram sequer remunerados. Num local de trabalho da Halliburton/KBR, imigrantes não registrados relataram que foram acordados por seu empregador (um sub-subcontratante), no meio da noite, sob a alegação de que os agentes da Imigração estavam a caminho. Muitos fugiram para não serem presos; afinal de contas, eles poderiam acabar parando numa das novas prisões para imigrantes, que o governo federal contratara a Halliburton/KBR para construir.[75] (18)

Os ataques contra os desamparados, perpetrados em nome da reconstrução e do alívio, não pararam aí. Para contrabalançar as dezenas de bilhões que migravam para as empresas privadas, na forma de contratos e isenções tributárias, em novembro de 2005, o Congresso dos Estados Unidos, controlado pelos republicanos, anunciou que precisava realizar um corte de quarenta bilhões de dólares no orçamento federal. Entre os programas que foram atingidos, encontravam-se bolsas de estudos, ajuda médica e auxílio alimentação.(19) Em outras palavras, os cidadãos mais pobres do país subsidiaram a bonança dos contratantes duas vezes — primeiro, quando o alívio do Katrina se metamorfoseou em doações para as corporações desreguladas, deixando de oferecer empregos decentes e serviços públicos funcionais, e, segundo, quando

alguns programas de assistência direta aos desempregados e trabalhadores pobres, em toda a nação, foram suprimidos para pagar aquelas contas infladas.

Não faz muito tempo, os desastres constituíam períodos de nivelamento social, momentos raros em que comunidades atomizadas colocavam de lado suas divisões e juntavam forças. De modo crescente, contudo, os desastres têm se transformado no oposto: eles abrem janelas para um futuro dividido, cruel e implacavelmente, no qual o dinheiro e a raça compram a sobrevivência.

A Zona Verde de Bagdá é a expressão mais viva dessa ordem mundial. Ela tem sua própria rede elétrica, seus próprios sistemas de telefone e esgoto, seu próprio suprimento de petróleo e seu hospital muito bem equipado, com salas de cirurgia imaculadas — tudo protegido por muros de cinco metros de largura. Estranhamente, ela se parece com um gigantesco navio transatlântico fortificado, estacionado no meio de um mar de violência e desespero, a efervescente Zona Vermelha que é o Iraque. Se você puder subir a bordo, há drinques na beira da piscina, filmes de Hollywood de má qualidade e máquinas Nautilus para fazer ginástica. Se você não estiver entre os escolhidos, pode ser baleado, só por chegar muito perto do muro.

No Iraque, em todos os lugares, os valores distintos, insensatamente atribuídos a diferentes categorias de pessoas, são grosseiramente evidentes. Os ocidentais e seus colegas iraquianos têm postos de controle na entrada de suas ruas, muros contra explosões na frente de suas casas, coletes à prova de bala e outros acessórios de proteção, e guardas de segurança privada à disposição, a qualquer hora. Eles viajam pelo país em comboios armados ameaçadores, com mercenários apontando armas pelas janelas e seguindo sua primeira diretiva de “proteger o chefe”. Com cada um de seus gestos, eles propagam a mesma mensagem sem remorsos: somos os escolhidos; nossas vidas são infinitamente mais valiosas. Enquanto isso, os iraquianos de classe média se agarram ao próximo degrau de baixo da escada: eles podem pagar pela proteção das milícias locais e pelo resgate pedido pelos sequestradores, para ter um membro da família libertado. No entanto, a ampla maioria dos iraquianos não possui nenhuma proteção. Eles andam nas ruas expostos a qualquer tipo de violência possível, sem que haja qualquer coisa entre eles e o próximo carro-bomba, a não ser uma fina camada de tecido. No Iraque, os sortudos têm coletes à prova de bala, e o resto leva consigo contas de rezar.

No princípio, pensei que o fenômeno da Zona Verde fosse exclusivo da guerra no Iraque. Hoje, depois de anos passados em outras áreas de desastre, percebi que a Zona Verde emerge em todos os lugares em que o capitalismo de

desastre se implanta, com as mesmas divisões gritantes entre incluídos e excluídos, protegidos e desgraçados.

Isso aconteceu em Nova Orleans. Depois da enchente, uma cidade já dividida se transformou no campo de batalhas entre zonas verdes cercadas e zonas vermelhas enfurecidas — resultantes não do estrago da água, mas das soluções de "livre mercado" adotadas pelo presidente. A administração Bush se recusou a permitir que os fundos de emergência servissem para pagar os salários do setor público, e a cidade de Nova Orleans, que havia perdido sua base tributária, teve de demitir três mil trabalhadores nos meses seguintes ao Katrina. Entre eles, encontravam-se dezesseis membros da equipe de planejamento da cidade — com tons de "desbaathificação", eles foram demitidos no momento exato em que Nova Orleans precisava desesperadamente de planejadores. Em vez disso, milhões de dólares do dinheiro público foram destinados a consultores de fora, muitos dos quais eram incorporadores imobiliários poderosos.[20] E, é claro, milhares de professores também foram dispensados, pavimentando o caminho para a conversão de dezenas de escolas públicas em escolas licenciadas, como Friedman havia recomendado.

Quase dois anos após a tormenta, o Charity Hospital ainda permanecia fechado. O sistema judiciário mal funcionava e a companhia privatizada de eletricidade, Entergy, não tinha conseguido conectar toda a cidade à rede. Depois de ameaçar subir as tarifas dramaticamente, a companhia conseguiu extrair um polêmico financiamento de duzentos milhões de dólares do governo federal. O sistema público de trânsito estava arrasado e tinha perdido quase metade de seus funcionários. A grande maioria dos projetos de construção de moradias, de propriedade pública, estava lacrada ou vazia, sendo que cinco mil unidades estavam marcadas para demolição pela autoridade federal de habitação.[21] Assim como o *lobby* do turismo, na Ásia, ansiara por se livrar das vilas de pescadores à beira-mar, o poderoso *lobby* do turismo de Nova Orleans também ficara de olho nos projetos de construção de moradias, muitos dos quais estavam situados em terras de primeira, próximas ao French Quarter, o Quarteirão Francês, ímã turístico da cidade.

Endesha Juakali ajudou a montar um acampamento de protesto, do lado de fora de um dos projetos lacrados, o Habitação Pública de St. Bernard, explicando que "há muito tempo eles tinham uma agenda para St. Bernard, mas enquanto as pessoas moravam aqui, eles não puderam implementá-la. Então, eles usaram o desastre como um meio de limpar o bairro, na hora em que a vizinhança está mais fraca. (...) Esta é uma excelente localização para mansões e condomínios. O único problema é que essa gente pobre e negra está sentada em cima!"[22]

Em meio a escolas, lares, hospitais, sistema de trânsito e falta de água potável em vários pontos da cidade, a esfera pública de Nova Orleans não estava sendo reconstruída, e, sim, apagada, com a utilização da tormenta como desculpa. Numa fase anterior da "destruição criadora" do capitalismo, grandes faixas dos Estados Unidos perderam sua base manufatureira e se transformaram em cinturões enferrujados de fábricas fechadas e bairros negligenciados. A Nova Orleans posterior ao Katrina pode estar mostrando a primeira imagem ocidental de um novo tipo de paisagem urbana degradada: o cinturão de lama, destruído pela combinação mortal de infraestrutura pública desagregada e condições climáticas extremas.

A Sociedade Americana de Engenheiros Civis disse, em 2007, que os Estados Unidos haviam ficado tão aquém das necessidades de manutenção de sua infraestrutura pública — estradas, pontes, escolas, barragens —, que custaria mais de 1,5 trilhão de dólares e levaria cinco anos para recolocá-la nos padrões. Em vez disso, esses tipos de gastos estão sendo cortados.(23) Ao mesmo tempo, a infraestrutura pública, no mundo inteiro, está enfrentando um desgaste sem precedentes, com o aumento da frequência e da intensidade de furacões, ciclones, enchentes e incêndios florestais. É fácil imaginar um futuro em que um número crescente de cidades tenha suas frágeis e longamente negligenciadas infraestruturas abatidas por desastres e depois seja deixado à míngua, com seus principais serviços jamais consertados ou reabilitados. Enquanto isso, os afortunados irão se esconder em comunidades fechadas, tendo as suas necessidades atendidas por provedores privatizados.

Sinais desse futuro já estavam em evidência, na temporada de furacões de 2006. Em apenas um ano, a indústria de reação ao desastre explodiu, com o ingresso, no mercado, de uma plêiade de novas corporações, que prometem salvamento e segurança no caso de um novo grande impacto. Um dos projetos mais ambiciosos foi lançado por uma companhia aérea, em West Palm Beach, na Flórida. O Help Jet foi apresentado como "o primeiro plano de escape de furacões, que transforma a retirada das pessoas em férias para milionários". Quando a tempestade se aproxima, a empresa aérea faz a reserva de férias para seus membros, em *resorts* de golfe cinco estrelas, *spas* ou Disneylândia. Com todas as reservas feitas, as pessoas em risco são, em seguida, retiradas da zona do furacão num jato de luxo. "Sem espera nas filas, sem disputas na multidão, apenas uma experiência de primeira classe, que transforma um problema em veraneio. (...) Aproveite o privilégio de evitar o pesadelo rotineiro do escape pós-furacões."(24)

Para as pessoas que ficam para trás, há um tipo diferente de solução privatizada. Em 2006, a Cruz Vermelha assinou uma nova parceria de reação ao

desastre com o Wal-Mart. “Tudo vai se transformar em empresa privada, antes que acabe”, disse Billy Wagner, chefe da administração de emergência de Florida Keys. “Eles possuem a qualificação. E os recursos.” Ele estava falando na Conferência Nacional sobre Furacões, em Orlando, na Flórida, um espetáculo comercial anual, em rápido crescimento, organizado para companhias que vendem qualquer coisa que possa ser útil no próximo desastre. “Alguns companheiros aqui disseram: ‘Cara, este é um grande negócio — este é meu novo negócio. Não estou mais à procura de empreendimentos; vou me tornar um contratante de escombros de furacões’”, declarou Dave Blandford, um dos expositores da conferência, ao mostrar seus “alimentos com sistema de autoaquecimento”.[25]

Grande parte da economia de desastre paralela foi construída com dinheiro dos contribuintes, graças ao surto de crescimento da reconstrução privatizada nas zonas de guerra. Os contratantes gigantes, que serviram como “os primeiros” no Iraque e no Afeganistão, passaram a sofrer constantes ataques políticos por gastar grandes somas da receita proveniente dos contratos governamentais com despesas gerais de suas próprias corporações — cerca de 20% a 55%, de acordo com uma auditoria de contratantes do Iraque.[26] Um grande montante desses fundos se destinou, legalmente, à realização de vultosos investimentos na infraestrutura corporativa — os batalhões de máquinas de terraplenagem da Bechtel, os aviões e as frotas de caminhões da Halliburton e a arquitetura de vigilância construída por L-3, CACI e Booz Allen.

O investimento realizado pela Blackwater em sua infraestrutura paramilitar foi ainda mais dramático. Fundada em 1996, a empresa utilizou o fluxo contínuo de contratos da era Bush para montar um exército privado de vinte mil soldados mercenários, mantidos na reserva, e uma base militar enorme, na Carolina do Norte, avaliada entre quarenta e cinquenta milhões de dólares. De acordo com um relatório, a capacidade atual da Blackwater inclui o seguinte: “Uma operação de logística florescente, capaz de despachar de cem a duzentas toneladas de ajuda humanitária, em embalagens completas, mais rapidamente do que a Cruz Vermelha. Uma divisão de aviação na Flórida, com 26 plataformas diferentes, de helicópteros de combate a um Boeing 767. A empresa possui inclusive um Zeppelin. A pista mais larga para direção tática do país. (...) Um lago artificial de vinte acres, dotado de contêineres marítimos que são adaptados para parecerem navios e flutuam sobre plataformas, utilizados para treinamento de abordagem a embarcações inimigas. Uma instalação de treinamento K-9 que, normalmente,

possui oitenta equipes de cachorros distribuídas pelo mundo todo. (...) Uma área de aproximadamente 110 mil metros, para treinamento de tiro."[76] (27)

Um jornal de direita, nos Estados Unidos, apontou a Blackwater como a "Al-Qaeda dos bons moços".(28) É uma analogia impressionante. Onde quer que o capitalismo de desastre tenha desembarcado, promoveu a proliferação de grupos armados, fora do Estado. Isso não causa surpresa: quando os países são reconstruídos por indivíduos que não acreditam nos governos, os Estados que eles montam, invariavelmente, são fracos e criam mercado para forças de segurança alternativas, sejam elas o Hezbollah, a Blackwater, o Exército Mahdi ou uma gangue numa rua de Nova Orleans.

O surgimento dessa infraestrutura privatizada paralela vai muito além do policiamento. Quando se observa a infraestrutura de contratantes erguida na era Bush como um todo, o que se vê é um completo "Estado dentro do Estado", articulado, que é robusto e capaz, assim como o Estado real é frágil e fraco. Essa sombra de Estado corporativo foi construída quase exclusivamente com dinheiro público (90% das receitas da Blackwater são provenientes de contratos governamentais), inclusive o treinamento de seu pessoal (esmagadoramente formado por antigos funcionários públicos, políticos e soldados).(29) Mesmo assim, essa vasta infraestrutura está totalmente sob controle e propriedade do setor privado. Os cidadãos que financiaram não possuem nenhum direito sobre essa economia paralela ou seus recursos.

O Estado real, por sua vez, perdeu a capacidade de desempenhar as funções essenciais sem ajuda dos contratantes. Seu equipamento próprio está obsoleto, e os melhores especialistas migraram para o setor privado. Quando o Katrina atingiu a região, a FEMA precisou admitir um contratante para ceder contratos a contratantes. De modo semelhante, quando foi a vez de atualizar o Manual do Exército, nas regras para lidar com contratantes, as forças armadas empregaram uma de suas maiores contratantes para o serviço, a MPRI — elas não detinham mais o próprio *know-how*. A CIA vem perdendo tantos funcionários para o setor de espionagem privado paralelo, que precisou barrar o recrutamento feito pelos contratantes, no próprio refeitório da agência. "Um funcionário recentemente aposentado contou que foi abordado duas vezes, enquanto esperava na fila pelo café", noticiou o *Los Angeles Times*. Quando o Departamento de Segurança Nacional decidiu que precisava construir "cercas virtuais" nas fronteiras dos Estados Unidos com o México e o Canadá, Michael P. Jackson, subsecretário do departamento, disse aos contratantes: "Este é um convite incomum. (...) Estamos pedindo a vocês para voltarem e nos dizerem como devemos fazer nosso trabalho." O inspetor-geral do departamento explicou que a Segurança Nacional

"não tem a capacidade necessária para efetivamente planejar, supervisionar e executar o programa [de Iniciativa de Fronteira Segura]".[30]

Com Bush, o Estado ainda tem todos os ornamentos de um governo — prédios imponentes, encontros presidenciais com a imprensa, batalhas políticas —, mas não executa as verdadeiras funções de governar mais do que os empregados da Nike, em Beaverton, costuram tênis de corrida.

As implicações da decisão tomada pela atual patota de políticos, de sistematicamente terceirizar as responsabilidades para as quais foram eleitos, vai se estender além de uma única administração. Uma vez que se criou um mercado, é preciso protegê-lo. As companhias no interior do complexo do capitalismo de desastre enxergam, de modo crescente, o Estado e os não lucrativos como competidores — na perspectiva das corporações, sempre que os governos e as instituições de caridade cumprem seus papéis tradicionais, estão negando aos contratantes o trabalho que poderia ser feito visando ao lucro.

"Defesa Negligenciada: Mobilizando o Setor Privado para Dar Suporte à Segurança Nacional", um relatório de 2006 cujo comitê consultivo incluiu algumas das maiores empresas do setor, advertiu que "o impulso piedoso do governo federal para oferecer assistência emergencial às vítimas de desastres afeta a abordagem de mercado, que administra a exposição ao risco".[31] Publicado pelo Conselho de Relações Exteriores, o relatório argumentou que, se o povo sabe que o governo vem em seu socorro, não tem incentivo para pagar pela proteção privatizada. De modo similar, um ano após o Katrina, CEOs de trinta das maiores corporações estadunidenses se juntaram sob a cobertura da Business Roundtable, que tinha entre seus membros Fluor, Bechtel e Chevron. O grupo, que se autodenominou Parceria para Reação ao Desastre, reclamou da "falsa missão" do setor não lucrativo na sequência dos desastres. Aparentemente, as instituições de caridade e ONGs estariam infringindo seus mercados, ao doarem material de construção, em vez de oferecerem suprimentos a serem pagos. As firmas mercenárias, por outro lado, têm esbravejado que são mais bem equipadas do que as Nações Unidas para se engajar na manutenção da paz em Darfur.[32]

Boa parte dessa nova agressividade é decorrente do fato de que o mundo corporativo sabe que a era de ouro dos contratos federais ilimitados não vai durar muito. O governo dos Estados Unidos avança na direção de uma crise econômica, em certa medida, graças ao déficit gerado pelo financiamento da economia do desastre privatizada. Isso quer dizer que, mais cedo do que tarde, os contratos irão minguar de modo significativo. No final de 2006, analistas de

defesa começaram a prever que o orçamento de compras do Pentágono poderia encolher até 25% na próxima década.[33]

Quando a bolha do desastre explodir, firmas como Bechtel, Fluor e Blackwater perderão boa parte dos seus principais fluxos de receitas. Elas ainda terão todos os motores e equipamentos de alta tecnologia, comprados às custas dos contribuintes, mas precisarão encontrar um novo modelo de negócios, uma nova maneira de cobrir os seus custos elevados. A próxima fase do complexo do capitalismo de desastre está bem clara: com a ascensão das emergências, os governos incapazes de pagar a conta e os cidadãos imobilizados pelos seus "Estados de não posso fazer", o Estado corporativo paralelo vai alugar sua infraestrutura de desastre a qualquer um que possa pagar, pelo preço que o mercado determinar. Tudo estará à venda, do resgate por helicópteros em telhados a água potável e camas em abrigos.

A riqueza já proporciona uma janela de fuga para a maioria dos desastres — ela compra sistemas de aviso com antecedência nas regiões sujeitas a tsunamis, e estoques de Tamiflu para a próxima epidemia. Compra água engarrafada, geradores, telefones por satélite e guardas de aluguel. Durante o ataque de Israel ao Líbano, em 2006, o governo dos Estados Unidos inicialmente tentou responsabilizar seus cidadãos pelos custos da própria retirada, embora tenha sido forçado, no final, a voltar atrás.[34] Se continuarmos nessa direção, as imagens de pessoas imobilizadas nos telhados de Nova Orleans não serão apenas um lampejo do passado de desigualdade racial não resolvido da América, mas, também, a antevisão de um futuro coletivo de *apartheid* do desastre, no qual a sobrevivência é determinada pela capacidade de pagar pelo escape.

Olhando para os desastres vindouros, ecológicos e políticos, sempre acreditamos que vamos enfrentá-los juntos, que é necessária a existência de líderes que reconheçam o curso destrutivo em que estamos. Mas eu não tenho certeza. Talvez parte da razão pela qual muitas de nossas elites, tanto políticas quanto corporativas, são tão otimistas quanto à mudança climática é sua confiança de que serão capazes de comprar seu próprio resgate. Em termos, isso também pode explicar por que tantos defensores de Bush são cristãos que acreditam no fim do mundo. Não é que eles precisam acreditar que há uma rota de fuga do mundo que estão criando, apenas. É que a Revelação é uma parábola para o que eles estão construindo aqui embaixo — um sistema que convida à destruição e ao desastre e depois oferece helicópteros privados para levá-los, junto com seus amigos, rumo à segurança divina.

Como os contratantes se apressam a desenvolver fontes alternativas e estáveis de rendimentos, um caminho é credenciar outras corporações para o desastre. Essa foi a linha de trabalho de Paul Bremer, antes de sua ida para o Iraque: transformar multinacionais em bolhas de segurança, capazes de funcionar tranquilamente, mesmo em Estados que estejam se despedaçando ao seu redor. Os primeiros resultados podem ser vistos nos saguões dos grandes edifícios de escritórios de Nova York ou Londres — registros de identificação completos, como nos aeroportos, com exigência de documento dotado de fotografia e máquinas de raios X —, mas a indústria tem ambições ainda maiores, incluindo a privatização das redes globais de comunicação, das emergências de saúde e da eletricidade, além da capacidade de alocar e transportar uma força de trabalho global em meio a grandes desastres. Uma outra área de potencial crescimento identificada pelo complexo do capitalismo de desastre é o governo municipal: a entrega dos contratos dos departamentos de polícia e corpo de bombeiros para companhias de segurança privada. "O que eles fazem para as forças armadas no centro de Faluja, podem fazer para a polícia no centro de Reno", disse um porta-voz da Lockheed Martin, em novembro de 2004.(35)

A indústria prevê que esses novos mercados vão se expandir, dramaticamente, na próxima década. Uma visão honesta da direção que essas tendências estão tomando é oferecida por John Robb, um antigo comandante em missões secretas do Delta Force que se transformou em consultor de negócios bem-sucedido. Num manifesto de ampla circulação para a revista *Fast Company*, ele descreveu o "resultado final" da guerra contra o terror como "uma nova e mais resistente abordagem da segurança nacional, erguida não em torno do Estado, mas de empresas e cidadãos privados. (...) A segurança se tornará uma função do lugar em que você mora e da pessoa para quem você trabalha, assim como já é feita a alocação dos serviços de saúde, agora".(36)

Robb escreve: "Indivíduos ricos e corporações multinacionais serão os primeiros a sair fora dos nossos sistemas coletivos, optando por contratar companhias militares privadas, como Blackwater e Triple Canopy, para proteger seus lares e estabelecimentos e implantar um perímetro de proteção em torno da vida cotidiana. Redes paralelas de transporte — como a NetJets, de Warren Buffett, que voa fora dos horários compartilhados pelas companhias aéreas — vão cuidar dessas pessoas, levando seus membros de uma casa segura e bem decorada com lírios para a próxima." Essa elite mundial já se encontra situada, mas Robb acredita que a classe média logo vai segui-la, "formando coletivos suburbanos para dividir os custos da segurança". Esses "'subúrbios armados' vão manter e dispor de geradores de emergência e linhas de comunicação" e serão patrulhados por milícias privadas, "que receberam treinamento nas

corporações e se gabam de seus sistemas ultramodernos de reação a emergências".

Em outras palavras, um mundo de Zonas Verdes suburbanas. Quanto aos que ficarem fora do perímetro de segurança, "eles terão que se virar com o que sobrou do sistema nacional. Eles vão gravitar em torno das cidades da América, onde estarão sujeitos a vigilância permanente e serviços precários ou não existentes. Para os pobres, não haverá outro refúgio".

O futuro descrito por Robb se parece muito com o presente de Nova Orleans, onde dois tipos diferentes de comunidades cercadas emergiram dos escombros. De um lado, ficavam as chamadas vilas da FEMA: acampamentos desolados e afastados de *trailers* para os desabrigados de baixa renda, construídos por subcontratantes de Bechtel e Fluor e administrados por companhias de segurança privadas, que patrulhavam os montes de brita, restringiam as visitas, mantinham distantes os jornalistas e tratavam os sobreviventes como criminosos. De outro, havia as comunidades fechadas erguidas nas áreas ricas da cidade, como Audubon e Garden District, bolhas de funcionalidade que pareciam completamente cindidas do resto. Algumas semanas depois da tormenta, seus moradores tinham água e geradores elétricos sobressalentes. Seus doentes eram tratados em hospitais privados e suas crianças entraram nas novas escolas licenciadas. Como sempre, não tinham necessidade de transporte público. Em St. Bernard Parish, subúrbio de Nova Orleans, a DynCorp assumiu grande parte do policiamento; outros bairros contrataram companhias de segurança, diretamente. Entre os dois tipos de Estados soberanos privatizados, ficava a versão de Nova Orleans para a Zona Vermelha, onde as taxas de homicídio subiram bastante e bairros como o histórico Lower Ninth Ward se transformaram numa espécie apocalíptica de "terra de ninguém". Uma canção famosa do *rapper* Juvenile, lançada no verão posterior ao Katrina, resumiu bem essa atmosfera: "Estamos vivendo como no Haiti, sem governo" — Estado falido dos Estados Unidos da América.(37)

Bill Quigley, advogado e ativista local, observou: "O que está acontecendo em Nova Orleans é apenas a versão mais concentrada e explícita do que está se passando em todo o nosso país. Toda cidade de nosso país tem alguma séria semelhança com Nova Orleans. Toda cidade tem alguns bairros abandonados. Toda cidade de nosso país abandonou um pouco a educação pública, a construção pública de moradias, a saúde pública e a justiça criminal. Aqueles que não suportam educação pública, saúde pública e moradias públicas vão continuar transformando nosso país num grande Lower Ninth Ward, a menos que os detenhamos."(38)

O processo já está em curso. Outro lampejo de um futuro de *apartheid* do desastre pode ser observado num subúrbio republicano abastado, nos arredores de Atlanta. Seus moradores decidiram que estavam cansados de ver os impostos cobrados sobre suas propriedades servirem para subsidiar escolas e polícia, nos bairros de afrodescendentes de baixa renda do município. Eles votaram na transformação de Sandy Springs em cidade, que passaria a gastar seus impostos com serviços para os cem mil habitantes, deixando de redistribuir suas receitas por todo o grande município de Fulton County. A única dificuldade era que Sandy Springs não possuía estruturas governamentais e precisava construí-las a partir do zero — de coleta de impostos a zoneamentos, parques e recreação. Em setembro de 2005, o mesmo mês em que Nova Orleans foi inundada, os moradores de Sandy Springs foram abordados pela gigante de construção e consultoria CH2M Hill, com uma única conversa: deixem-nos fazer isso para vocês. Ao preço inicial de 27 milhões de dólares por ano, a construtora prometeu erguer uma cidade completa, a partir do chão.(39)

Alguns meses depois, Sandy Springs se tornou a primeira "cidade de contrato". Apenas quatro pessoas trabalhavam diretamente para a nova municipalidade — todos os demais eram contratantes. Rick Hirsekorn, que dirigia o projeto da CH2M Hill, descreveu Sandy Springs como "uma folha branca de papel sem nenhum processo governamental no lugar". Ele disse a outro jornalista que "ninguém de nossa indústria criou uma cidade completa, deste tamanho, anteriormente".(40)

O jornal *The Atlanta Journal-Constitution* noticiou que "quando Sandy Springs contratou empregados das corporações para administrarem a cidade, seu experimento foi considerado audacioso". No prazo de um ano, entretanto, a mania de cidades de contrato estava correndo todos os subúrbios abastados de Atlanta e se tornara "procedimento padrão no norte do [condado de] Fulton". Comunidades vizinhas se inspiraram em Sandy Springs, e também votaram na sua transformação em cidades independentes e contrataram seus governantes. Milton, uma das novas cidades, logo empregou a CH2M Hill para fazer o trabalho — afinal de contas, a empresa tinha toda a experiência. Em pouco tempo, começou uma campanha para juntar todas as cidades corporativas e formar um condado próprio, o que significaria que nenhum de seus dólares pagos em impostos iria para as vizinhanças mais pobres. O plano enfrentou oposição furiosa, fora do enclave proposto, pois os políticos afirmam que, sem o dinheiro dos contribuintes, não poderão mais manter o grande hospital e o sistema de transportes públicos; aquela repartição dentro do condado criaria um Estado falido, de um lado, e um Estado com superávit de serviços, de outro. O que estavam descrevendo soava muito a Nova Orleans e um pouco a Bagdá.(41)

Nesses subúrbios abastados de Atlanta, a cruzada corporatista de três décadas, destinada a tornar o Estado cada vez mais raso, foi completa: não realizou apenas a terceirização de todos os serviços governamentais, mas das próprias funções do governo, que significam governar. Foi especialmente apropriado o fato de que a CH2M Hill tenha aberto o caminho. A corporação era uma contratante de muitos milhões de dólares no Iraque, paga para desempenhar as funções essencialmente governamentais de supervisionar outros contratantes. No Sri Lanka, após o tsunami, ela não apenas ergueu portos e pontes, mas foi “responsável pela administração integral do programa de infraestrutura”.[42] Na Nova Orleans posterior ao Katrina, foi agraciada com quinhentos milhões de dólares para construir as vilas da FEMA e colocar-se de sobreaviso, para o caso de precisar fazer o mesmo no próximo desastre. Mestre da privatização do Estado sob circunstâncias extraordinárias, a empresa agora estava fazendo a mesma coisa em situações ordinárias. Se o Iraque era o laboratório da privatização extrema, a fase de testes estava claramente superada.

NOTAS DO CAPÍTULO 20

(1) Hein Marais, “A Plague of Inequality”, *Mail & Guardian* (Joanesburgo), 19 de maio de 2006.

(2) “Names and Faces”, *Washington Post*, 19 de setembro de 2005.

(3) Adolph Reed Jr., “Undone by Neoliberalism”, *The Nation*, 18 de setembro de 2006.

(4) Jon Elliston, “Disaster in the Making”, *Tucson Weekly*, 23 de setembro de 2004; Innovative Emergency Management, “IEM Team to Develop Catastrophic Hurricane Disaster Plan for New Orleans & Southeast Louisiana”, *press release*, 3 de junho de 2004, www.ieminc.com.

(5) Ron Fournier e Ted Bridis, “Hurricane Simulation Predicted 61,290 Dead”, Associated Press, 9 de setembro de 2005.

(6) Paul Krugman, “A Can’t Do Government”, *New York Times*, 2 de setembro de 2005; Martin Kelly, “Neoconservatism’s Berlin Wall”, The G-Gnome Rides Out blog, 1º de setembro de 2005, www.theggnomeridesout.blogspot.com; Jonah Goldberg, “The Feds”, the Corner blog on the National Review Online, 31 de agosto de 2005, www.nationalreview.com.

(7) Milton Friedman, “The Promise of Vouchers”, *Wall Street Journal*, 5 de dezembro de 2005; John R. Wilke e Brody Mullins, “After Katrina, Republicans Back a Sea of Conservative Ideas”, *Wall Street Journal*, 15 de setembro de 2005; Paul S. Teller, vice-diretor, Comitê de Estudos Republicanos do Congresso, “Pro-Free-Market Ideas for Responding to Hurricane Katrina and High Gas Prices”, e-mail enviado em 13 de setembro de 2005.

(8) Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*, Síntese para Formuladores de Políticas Públicas, fevereiro de 2007, página 16, www.ipcc.ch.

(9) Teller, “Pro-Free-Market Ideas for Responding to Hurricane Katrina and High Gas Prices”.

(10) Eric Lipton e Ron Nixon, “Many Contracts for Storm Work Raise Questions”, *New York Times*, 26 de setembro de 2005; Anita Kumar, “Speedy Relief Effort Opens Door to Fraud”, *St. Petersburg Times*, 18 de setembro de 2005; Jeremy Scahill, “In the Black(water)”, *The Nation*, 5 de junho de 2006; Spencer S. Hsu, “$400 Million FEMA Contracts Now Total $3,4 Billion”, *Washington Post*, 9 de agosto de 2006.

(11) Shaw Group, “Shaw Announces Charles M. Hess to Head Shaw’s FEMA Hurricane Recovery Program”, *press release*, 21 de setembro de 2005, www.shawgrp.com; “Fluor’s Slowed Iraq Work Frees It for Gulf Coast”, Reuters, 9 de setembro de 2005; Thomas B. Edsall, “Former FEMA Chief Is at Work on Gulf Coast”, *Washington Post*, 8 de setembro de 2005; David Enders, “Surviving New Orleans”, *Mother Jones*, 7 de setembro de 2005, www.motherjones.com.

(12) Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Comitê de Reforma Governamental — Equipe de Minorias, Divisão de Investigações Especiais, *Waste, Fraud and Abuse in Hurricane Katrina Contracts,* agosto de 2006, página i, www.oversight.house.gov.

(13) Rita J. King, CorpWatch, *Big Easy Money: Disaster Profiteering on the American Gulf Coast,* agosto de 2006, www.corpwatch.org; Dan Barry, "A City's Future, and a Dead Man's Past", *New York Times,* 27 de agosto de 2006.

(14) Patrick Danner, "AshBritt Cleans Up in Wake of Storms", *Miami Herald,* 5 de dezembro de 2005.

(15) "Private Companies Rebuild Gulf", *PBS NewsHour with Jim Lehrer,* 4 de outubro de 2005.

(16) Scott Shane e Ron Nixon, "In Washington, Contractors Take on Biggest Role Ever", *New York Times*, 4 de fevereiro de 2007.

(17) Mike Davis, "Who Is Killing New Orleans?", *The Nation,* 10 de abril de 2006.

(18) Leslie Eaton, "Immigrants Hired After Storm Sue New Orleans Hotel Executive", *New York Times,* 17 de agosto de 2006; King, CorpWatch, *Big Easy Money,* Gary Stoller, "Security Generates Multibillion Business", *USA Today,* 11 de setembro de 2006. NOTA DE RODAPÉ: Judith Browne-Dianis, Jennifer Lai, Marielena Hincapie *et al.*, *And Injustice for All: Workers Lives in the Reconstruction of New Orleans,* Advancement Project, 6 de julho de 2006, página 29, www.advancementproject.org.

(19) Rick Klein, "Senate Votes to Extend Patriot Act for 6 Months", *Boston Globe,* 22 de dezembro de 2005.

(20) Jeff Duncan, "The Unkindest Cut", *Times-Picayune* (Nova Orleans), 28 de março de 2006; Paul Nussbaum, "City at a Crossroads", *Philadelphia Inquirer*, 29 de agosto de 2006.

(21) Ed Anderson, "Federal Money for Entergy Approved", *Times-Picayune* (Nova Orleans), 5 de dezembro de 2006; Frank Donze, "146 N.O. Transit Layoffs Planned", *Times-Picayune* (Nova Orleans), 25 de agosto de 2006; Bill Quigley, "Robin Hood in Reverse: The Looting of the Gulf Coast", justiceforneworleans.org, 14 de novembro de 2006.

(22) Coalizão Asiática Pelo Direito À Moradia, "Mr. Endesha Juakali", www.achr.net.

(23) Bob Herbert, "Our Crumbling Foundation", *New York Times*, 5 de abril de 2007.

(24) Help Jet, www.helpjet.us.

(25) Seth Borenstein, "Private Industry Responding to Hurricanes", Associated Press, 15 de abril de 2006.

(26) James Glanz, "Idle Contractors Add Millions to Iraq Rebuilding", *New York Times*, 25 de outubro de 2006.

(27) Mark Hemingway, "Warriors for Hire", *Weekly Standard*, 18 de dezembro de 2006. NOTA DE RODAPÉ: Jeremy Scahill, "Blackwater Down", *The Nation*, 10 de outubro de 2005; Centro de Política Responsável, "Oil & Gas: Top Contributors to Federal Candidates and Parties", Ciclo Eleitoral de 2004, www.opensecrets.org; Centro de Política Responsável, "Construction: Top Contributors to Federal Candidates and Parties", Ciclo Eleitoral de 2004, www.opensecrets.org.

(28) Josh Manchester, “Al-Qaeda for the Good Guys: The Road to Anti-Qaeda”, *TCSDaily*, 19 de dezembro de 2006, www.tcsdaily.com.

(29) Bill Sizemore e Joanne Kimberlin, “Profitable Patriotism”, *The Virginian-Pilot* (Norfolk), 24 de julho de 2006.

(30) King, CorpWatch, *Big Easy Money*; Leslie Wayne, “America’s For-Profit Secret Army”, *New York Times*, 13 de outubro de 2002; Greg Miller, “Spy Agencies Outsourcing to Fill Key Jobs”, *Los Angeles Times*, 17 de setembro de 2006; Shane e Nixon, “In Washington, Contractors Take on Biggest Role Ever”.

(31) Entre as corporações que fazem parte do conselho consultivo, encontram-se a Lockheed Martin, a Boeing e a Booz Allen. Stephen E. Flynn e Daniel B. Prieto, Conselho de Relações Exteriores, *Neglected Defense: Mobilizing the Private Sector to Support Homeland Security*, CSR nº 13, março de 2006, página 26, www.cfr.org.

(32) Mindy Fetterman, “Strategizing on Disaster Relief”, *USA Today*, 12 de outubro de 2006; Frank Langfitt, “Private Military Firm Pitches Its Services in Darfur”, *National Public Radio: All Things Considered*, 26 de maio de 2006.

(33) Peter Pae, “Defense Companies Bracing for Slowdown”, *Los Angeles Times*, 2 de outubro de 2006.

(34) Johanna Neuman e Peter Spiegel, “Pay-as-You-Go Evacuation Roils Capitol Hill”, *Los Angeles Times*, 19 de julho de 2006.

(35) Tim Weiner, “Lockheed and the Future of Warfare”, *New York Times*, 28 de novembro de 2004.

(36) As informações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas de John Robb, “Security: Power to the People”, *Fast Company*, março de 2006.

(37) Juvenile, “Got Ya Hustle On”, do álbum *Reality Check*, Atlanta/selo WEA, 2006.

(38) Bill Quigley, “Ten Months After Katrina: Gutting New Orleans”, CommonDreams.org, 29 de junho de 2006, www.commondreams.org.

(39) Doug Nurse, “New City Bets Millions on Privatization”, *Atlanta Journal-Constitution*, 12 de novembro de 2005.

(40) Annie Gentile, “Fewer Cities Increase Outsourced Services”, *American City & County*, 1º de setembro de 2006; Nurse, “New City Bets Millions on Privatization”.

(41) Doug Nurse, “City Hall Inc. a Growing Business in North Fulton”, *The Atlanta Journal-Constitution*, 6 de setembro de 2006; Doug Gross, “Proposal to Split Georgia County Drawing Cries of Racism”, *Seattle Times*, 24 de janeiro de 2007.

(42) Departamento das Nações Unidas para Coordenação das Ações Humanitárias, “Humanitarian Situation Report — Sri Lanka”, 2-8 de setembro de 2005, www.reliefweb.int.

CAPÍTULO 21

A PERDA DE INCENTIVO PARA A PAZ

ISRAEL COMO ADVERTÊNCIA

> **Grandes cercas formando divisas não pertencem ao mundo dos *gulags*, mas sim ao mundo das barreiras acústicas ao longo das estradas, dos camarotes luxuosos nos estádios esportivos, das áreas de não fumantes, das zonas de segurança nos aeroportos e das "comunidades fechadas". (...) Elas tornam explícitos os privilégios dos que têm e a inveja dos que não têm, de modo constrangedor para ambos. Mas isso não quer dizer que elas não funcionam.**
> — Christopher Caldwell, editor sênior, *The Weekly Standard*, novembro de 2006[1]

DURANTE DÉCADAS, O SENSO COMUM ERA O de que a anarquia generalizada seria um dreno para a economia global. Choques individuais e crises podiam ser empregados como alavancas para forçar a abertura de novos mercados, é claro; contudo, depois que o choque inicial tivesse feito seu trabalho, paz relativa e estabilidade se tornavam essenciais para o crescimento econômico sustentado. Essa era a explanação aceita para o fato de os anos 1990 terem sido tão prósperos: com o fim da Guerra Fria, as economias foram liberadas para se concentrarem em comércio e investimento, e os países se tornaram tão enredados e interdependentes, que dificilmente se inclinariam a bombardear uns aos outros.

No entanto, no Fórum Econômico Mundial de 2007, em Davos, na Suíça, líderes políticos e corporativos estavam coçando suas cabeças, perplexos diante de um estado de coisas que parecia desafiar tal senso comum. Ele começou a ser chamado de "Dilema de Davos" e foi descrito pelo colunista do *Financial Times* Martin Wolf como "o contraste entre o mundo favorável da economia e o mundo turbulento da política". Segundo sua visão, a economia enfrentou "uma série de choques: o estouro do mercado de ações após 2000; os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001; as guerras no Afeganistão e no Iraque; conflitos com as políticas dos Estados Unidos; um salto no preço real do petróleo para níveis

jamais vistos desde os anos 1970; o fracasso das negociações da rodada de Doha [das conversas da OMC]; e o confronto com as ambições nucleares do Irã” — e, ainda assim, se encontrou “numa era de ouro de crescimento amplamente compartilhado”. Falando com franqueza, o mundo estava a caminho do inferno, não havia estabilidade à vista e a economia global bradava sua aprovação. Logo depois, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, descreveu a “quase completa desconexão” entre política e mercados como “algo extraído de Dickens. Você fala com especialistas em relações internacionais, e esse é o pior de todos os tempos. Então, você fala com investidores em potencial, e esse é o melhor de todos os tempos”.(2)

Essa tendência confusa também foi observada por meio de um indicador econômico denominado “índice das armas-ao-caviar”. O índice rastreia a venda de jatos de combate (armas) e de jatos executivos (caviar). Durante dezessete anos, com grande coerência, ele verificou que, quando os jatos de combate eram vendidos com rapidez, as vendas de jatos executivos de luxo caíam e vice-versa: quando subiam as vendas de jatos executivos, os de combate declinavam. É claro que uma meia dúzia de especuladores sempre dava um jeito de lucrar com a guerra e a venda de armas, mas eles eram insignificantes, economicamente falando. Era um truísmo do mercado contemporâneo que não se podia ter grande surto de crescimento econômico em meio à violência e à instabilidade.

Entretanto, esse truísmo não é mais verdadeiro. Desde 2003, ano da invasão do Iraque, o índice verificou que os gastos têm crescido nos dois segmentos, jatos de combate e jatos executivos, com rapidez e simultaneidade, o que significa que o mundo está ficando menos pacífico, enquanto se acumula mais lucro, de modo impressionante.(3) O crescimento econômico galopante da China e da Índia teve participação no aumento da demanda por artigos luxuosos, mas a transformação do restrito complexo industrial-militar no espaçoso complexo do capitalismo de desastre também teve. Hoje, a instabilidade global não beneficia apenas um pequeno grupo de negociantes de armas; ela gera lucros extraordinários para o setor de segurança de alta tecnologia, para a construção pesada, para as companhias privadas de saúde, que tratam dos soldados feridos, para os setores de petróleo e gasolina — e, é claro, para os contratantes de defesa.

O montante de receitas em jogo é suficiente para alimentar um surto de crescimento econômico. A Lockheed Martin, cujo ex-vice-presidente comandou o comitê bradando pela guerra no Iraque, recebeu, sozinha, 25 bilhões de dólares do dinheiro dos contribuintes em 2005. O congressista democrata Henry Waxman observou que a quantia “excedia o Produto Interno Bruto de 103 países, inclusive Islândia, Jordânia e Costa Rica (...) [e] também era maior do

que os orçamentos somados do Departamento de Comércio, do Departamento do Interior, da Administração das Pequenas Empresas e de todo o corpo legislativo do governo". A própria Lockheed era um "mercado emergente". Companhias como ela (cujas ações tiveram seu preço triplicado, entre 2000 e 2005) são, em grande medida, a razão pela qual os mercados de ações dos Estados Unidos foram salvos de uma crise prolongada, depois do 11 de Setembro. Enquanto os preços das ações convencionais tiveram desempenho abaixo do esperado, o índice Spade Defense Index, "um certificado de qualidade para ações dos segmentos de defesa, segurança nacional e aeroespacial", subiu em média 15%, todos os anos, entre 2001 e 2006 — sete vezes e meia a média de crescimento das quinhentas maiores da Standard & Poor's, no mesmo período.(4)

O Dilema de Davos vem sendo ainda mais intensificado pelo modelo altamente lucrativo de reconstrução privatizada, forjado no Iraque. As ações da construção pesada, que incluem as grandes firmas de engenharia que abocanham suculentos contratos sem licitação, após guerras e desastres, subiram 250%, entre 2001 e abril de 2007. A reconstrução se tornou um negócio tão grande, que qualquer destruição recente é recebida com a excitação da oferta inicial de novas ações ao público: trinta bilhões de dólares para a reconstrução do Iraque, treze bilhões de dólares para a reconstrução do tsunami, cem bilhões de dólares para Nova Orleans e a Costa do Golfo, 7,6 bilhões de dólares para o Líbano.(5)

Os ataques terroristas, que antes faziam as transações acionárias despencarem, agora têm uma recepção positiva semelhante nos mercados. Depois do 11 de Setembro, o índice Dow Jones despencou 685 pontos, logo assim que as atividades reiniciaram. Em nítido contraste, no dia 7 de julho de 2005, quando quatro bombas detonaram o sistema público de transportes, em Londres, matando dezenas e ferindo centenas de pessoas, o mercado de ações dos Estados Unidos fechou num nível mais alto do que o do dia anterior, com a elevação de sete pontos no Nasdaq. No mês de agosto seguinte, no dia em que as agências britânicas de execução da lei prenderam 24 suspeitos de planejarem a explosão de aviões comerciais com destino aos Estados Unidos, o índice Nasdaq fechou 11,4 pontos acima, em grande parte graças à elevação das ações do segmento de segurança nacional.

Há ainda as fortunas ultrajantes do setor de petróleo — somente a ExxonMobil obteve, em 2006, um lucro de quarenta bilhões de dólares, a maior lucratividade jamais registrada, e seus colegas nas companhias rivais, como Chevron, não ficaram atrás.(6) Tal como as corporações ligadas à defesa, construção pesada e segurança nacional, as fortunas do setor de petróleo aumentam com cada nova guerra, ataque terrorista e furacão de categoria cinco. Além de colher os benefícios de curto prazo, como preços altos vinculados às

incertezas das principais regiões produtoras de petróleo, a indústria petrolífera tem conseguido ainda transformar os desastres em vantagens de longo prazo. Primeiro, ao garantir que grande parte dos fundos de reconstrução, no Afeganistão, fosse gasta na custosa infraestrutura rodoviária para um novo oleoduto (enquanto a maioria dos outros projetos de reconstrução ficou estagnada); depois, ao aprovar uma nova legislação de petróleo no Iraque, enquanto o país pegava fogo; e, em seguida, ao se aproveitar do furacão Katrina para planejar as primeiras novas refinarias dos Estados Unidos, desde a década de 1970. A indústria de petróleo e gás está tão intimamente entranhada na economia do desastre — tanto como causa primária de muitos infortúnios quanto como beneficiária destes —, que merece ser tratada como um apêndice honorário do complexo do capitalismo de desastre.

Conspirações não são necessárias

A série recente de desastres se traduziu em lucros tão espetaculares, que muitas pessoas em todo o mundo chegaram à mesma conclusão: os ricos e poderosos devem estar causando essas catástrofes, deliberadamente, a fim de explorá-las. Em julho de 2006, uma pesquisa nacional com habitantes dos Estados Unidos revelou que mais de um terço dos entrevistados acreditavam que o governo teve participação nos ataques do 11 de Setembro, ou não fez nada para impedi-los, “porque queria que os Estados Unidos entrassem em guerra com o Oriente Médio”. Suspeitas semelhantes persistem em relação à maioria das catástrofes em anos recentes. Na Louisiana, logo após a passagem do Katrina, os abrigos foram sacudidos pelos rumores de que os diques não se romperam, mas foram explodidos secretamente, “para destruir a parte negra da cidade e deixar a parte branca seca”, como sugeriu o líder da Nação Islâmica, Louis Farrakhan.[7] No Sri Lanka, ouvi com frequência que o tsunami havia sido causado por explosões submarinas, detonadas pelos Estados Unidos, para que pudessem mandar suas tropas ao Sudeste Asiático e estabelecer o controle sobre as economias da região.

A verdade é, ao mesmo tempo, menos sinistra e mais perigosa. Um sistema econômico que requer crescimento constante, enquanto pratica quase todos os mais graves atentados à regulação ambiental, acaba originando uma torrente contínua de desastres próprios, militares, ecológicos ou financeiros. O apetite pelo lucro fácil, imediato, ofertado pelo investimento meramente especulativo, transformou os mercados de ações, moedas e imóveis em máquinas de geração de desequilíbrios, como ficou demonstrado com a crise financeira da Ásia, a crise do peso mexicano e o colapso das empresas pontocom. Nosso vício

rotineiro em fontes de energia sujas e não renováveis garante o surgimento de novas emergências: desastres naturais (cerca de 430, desde 1975) e guerras travadas pelo controle de recursos escassos (não somente no Iraque e no Afeganistão, mas também conflitos de baixa intensidade, como na Nigéria, Colômbia e Sudão), que acabam gerando reações terroristas (um estudo de 2007 calculou que o número de ataques terroristas aumentou sete vezes, desde o início da guerra no Iraque).[(8)]

Dadas as altas temperaturas, tanto climáticas quanto políticas, os futuros desastres não precisam ser fabricados em conspirações obscuras. Tudo indica que basta o prosseguimento do atual estado de coisas para que eles continuem surgindo, cada vez com maior intensidade. A geração de catástrofes pode ser entregue à mão invisível do mercado. Esta é uma área que ela realmente domina.

Enquanto o complexo do capitalismo de desastre não conspira para criar, de modo deliberado, os cataclismos que o alimentam (embora o Iraque venha a ser uma notável exceção), há forte evidência de que as indústrias que o compõem trabalham duro para assegurar que as tendências calamitosas atuais permaneçam incontestadas. As grandes companhias petrolíferas financiaram o movimento de negação das mudanças climáticas durante anos; a ExxonMobil gastou cerca de dezesseis milhões de dólares nessa cruzada, na última década. Ao passo que esse fenômeno é bastante conhecido, a interação entre os contratantes do desastre e a elite formadora de opinião é muito menos compreendida. Muitos *think tanks* influentes de Washington — inclusive o Instituto Nacional de Políticas Públicas e o Centro para a Política de Segurança — são vultosamente financiados pelos contratantes de armas e segurança nacional, que lucram em função da descrição infindável, feita por essas instituições, do mundo como um lugar escuro e ameaçador, cujos problemas só podem ser enfrentados pela força. O setor de segurança nacional também está ficando cada vez mais integrado às corporações da mídia, e esse é um desenvolvimento cujas implicações remetem a Orwell. Em 2004, a gigante da comunicação digital LexisNexis pagou 775 milhões de dólares pela Seisint, uma empresa de armazenamento de dados que trabalha intimamente com agências federais e governamentais no segmento de vigilância. Naquele mesmo ano, a General Electric, que é detentora da rede NBC, comprou a InVision, principal produtora da controvertida tecnologia de ponta para detecção de bombas, usada em aeroportos e outros espaços públicos. A InVision recebeu a soma estrondosa de quinze bilhões de dólares, em contratos de segurança nacional, entre 2001 e 2006, mais do que qualquer outra companhia.[(9)]

A expansão sorrateira do complexo do capitalismo de desastre dentro da mídia pode acabar se tornando um novo tipo de sinergia corporativa, construída no modelo de integração vertical, que foi tão popular nos anos 1990. Ela parece

fazer sentido no âmbito dos negócios. Quanto mais apavoradas se tornam nossas sociedades, convencidas de que há terroristas à espreita em todas as mesquitas, maiores são os índices de audiência dos noticiários e as vendas de identificadores biométricos e detectores de explosivos líquidos do complexo, assim como as cercas de alta tecnologia que ele constrói. Se o sonho de um "pequeno planeta" aberto e sem fronteiras era o bilhete de ingresso para os lucros dos anos 1990, o pesadelo dos continentes ocidentais fortificados e ameaçados, sob o cerco dos imigrantes ilegais e dos membros do *jihad*, desempenha o mesmo papel no novo milênio. A única perspectiva que põe em risco a economia do desastre em franco crescimento, da qual depende tanta riqueza — de armas a petróleo, engenharia, vigilância e remédios patenteados —, é o alcance de alguma medida de estabilidade climática e paz geopolítica.

Israel e o Estado de permanente *apartheid* do desastre

Enquanto os analistas lutam para compreender o Dilema de Davos, um novo consenso está surgindo. Não é que o mercado tenha ficado imune à instabilidade, pelo menos não exatamente. É que, agora, um fluxo crescente de desastres é tão aguardado, que o sempre adaptável mercado mudou para se adequar ao novo *status quo* — a instabilidade é a nova estabilidade. Em discussões sobre esse fenômeno econômico posterior ao 11 de Setembro, Israel é tomado, frequentemente, como uma espécie de prova documental. Em grande parte da última década, Israel experimentou seu próprio Dilema de Davos miniaturizado: guerras e ataques terroristas aumentaram, mas a Bolsa de Valores de Tel Aviv tem subido a níveis sem precedentes, no mesmo passo da violência. Como observou um analista de ações no canal Fox News, após as bombas de 7 de julho, em Londres, "em Israel, eles lidam com a ameaça de terror diariamente, e aquele mercado sobe o ano inteiro".(10) Tal qual a economia global, como um todo, a situação política de Israel, dizem muitas pessoas, é desastrosa — mas sua economia nunca esteve tão forte, com taxas de crescimento, em 2007, rivalizando com as da China e da Índia.

O que torna Israel interessante, dentro de um modelo de "armas-e-caviar", não é apenas a resistência de sua economia a grandes choques políticos, como a guerra contra o Líbano, em 2006, ou a tomada de Gaza pelo Hamas, em 2007, mas também o fato de que o país moldou uma economia que se expande, claramente, em resposta direta à escalada de violência. As razões pelas quais a indústria israelense se coaduna ao desastre não são misteriosas. Anos antes que as empresas estadunidenses e europeias se apoderassem do potencial de

crescimento da segurança global, as firmas de tecnologia israelenses construíram, de modo pioneiro, sua indústria de segurança nacional e continuam a dominar o setor até hoje. O Instituto Israelense de Exportação estima que Israel tenha 350 corporações dedicadas à venda de produtos para segurança nacional, sendo que trinta novas empresas desse tipo entraram no mercado em 2007. Da perspectiva das corporações, esse desenvolvimento transformou Israel em modelo a ser copiado, no mercado posterior ao 11 de Setembro. De uma perspectiva política e social, contudo, Israel deveria servir para outra coisa — uma séria advertência. O fato de que Israel continua a usufruir grande prosperidade, mesmo que empreenda guerras contra seus vizinhos e eleve progressivamente a brutalidade nos territórios ocupados, demonstra quanto é perigoso construir uma economia baseada na premissa de guerra contínua e desastres cada vez mais graves.

A habilidade rotineira de Israel para combinar armas e caviar é o ponto culminante de uma mudança dramática na natureza de sua economia, que foi realizada nos últimos quinze anos e tem tido um impacto profundo e mal compreendido na desintegração paralela das perspectivas de paz. A última vez em que houve uma proposta de paz com real credibilidade, no Oriente Médio, foi no começo da década de 1990, quando um grupo de eleitores israelenses poderosos compreendeu que a continuação dos conflitos já não era mais uma opção. O comunismo tinha desaparecido, a revolução da informação estava começando e havia uma convicção generalizada, dentro da comunidade empresarial israelense, de que a ocupação sangrenta de Gaza e Cisjordânia, acompanhada do boicote dos países árabes a Israel, colocava o futuro econômico do país em perigo. Observando a explosão dos “mercados emergentes”, no mundo todo, as corporações israelenses se cansaram de ficar para trás por causa da guerra; elas queriam fazer parte daquele mundo de alta lucratividade sem fronteiras, em vez de ficarem enclausuradas em razão dos conflitos regionais. Se o governo israelense conseguisse negociar algum tipo de acordo de paz com os palestinos, os vizinhos de Israel cessariam seus boicotes e o país ficaria em perfeitas condições para se transformar no centro do livre-comércio do Oriente Médio.

Em 1993, Dan Gillerman, então presidente da Federação Israelense de Câmaras de Comércio, foi um ardoroso proponente dessa postura. “Israel pode se tornar apenas mais um Estado (...) ou pode vir a ser o centro estratégico, logístico e comercial de toda a região, como uma Cingapura ou Hong Kong do Oriente Médio, onde as companhias multinacionais instalam seus escritórios

centrais. (...) Nós estamos falando de uma economia completamente diferente. (...) Israel deve atuar com rapidez para se ajustar, ou essa oportunidade econômica, que pode ser a única numa vida inteira, será perdida para que venhamos a dizer: 'bem que podíamos.'"[11]

Naquele mesmo ano, Shimon Peres, então ministro das Relações Exteriores, explicou a um grupo de jornalistas israelenses que a paz se tornara inevitável. Embora fosse um tipo muito especial de paz. "Não estamos procurando uma paz de bandeiras", disse ele, "estamos interessados numa paz de mercados".[12] Alguns meses depois, o primeiro-ministro israelense, Itzhak Rabin, e o presidente da Organização para a Libertação da Palestina, Yasser Arafat, apertaram as mãos, nos jardins da Casa Branca, para assinalar a inauguração dos Acordos de Oslo. O mundo comemorou, os três homens dividiram o Prêmio Nobel da Paz, em 1994 — e, depois, deu tudo terrivelmente errado.

Oslo pode ter sido o período de maior otimismo nas relações entre palestinos e israelenses, mas o famoso aperto de mãos não marcou o fechamento de um acordo. Foi apenas a concordância para começar um processo, com as questões mais polêmicas ainda por resolver. Arafat estava numa terrível posição de barganha, tendo de negociar o seu próprio retorno aos territórios ocupados, e sem assegurar nenhum consenso quanto ao futuro de Jerusalém, dos refugiados palestinos, dos assentamentos judeus ou mesmo do direito dos palestinos à autodeterminação. Como alegaram os negociadores, a estratégia de Oslo era levar adiante a "paz dos mercados", baseada na ideia de que tudo acabaria indo para seu devido lugar: ao estabelecerem fronteiras abertas e aderirem à irrefreável globalização, israelenses e palestinos vivenciariam melhorias tão concretas em suas vidas cotidianas, que seria criado um novo contexto mais hospitaleiro para a "paz de bandeiras" nas próximas negociações. Essa, pelo menos, era a promessa de Oslo.

Muitos fatores contribuíram para o colapso subsequente. Os israelenses tendem a culpar os homens-bomba e o assassinato de Rabin. Os palestinos apontam a expansão frenética de assentamentos ilegais de Israel, durante o período de Oslo, como prova de que o processo de paz estava baseado, como disse Shlomo Ben-Ami, ministro das Relações Exteriores de Israel no governo trabalhista de Ehud Barak, "num princípio neocolonialista", no qual, "quando finalmente chegasse a paz entre nós e os palestinos, haveria uma situação de dependência, uma falta estruturada de equidade entre as duas entidades".[13] Os debates sobre quem malogrou o processo de paz, ou se a paz foi o verdadeiro objetivo desse processo, são bem conhecidos e já foram exaustivamente explorados. Entretanto, dois fatores que contribuíram para a escolha do unilateralismo, por Israel, foram mal compreendidos e raramente são discutidos,

e estão ambos relacionados à forma exclusiva pela qual a cruzada de livre mercado da Escola de Chicago se manifestou em Israel. Um fator foi o fluxo de judeus soviéticos, resultado direto do experimento da terapia de choque da Rússia. O outro foi a mudança brusca da economia de exportação israelense, de um padrão baseado em bens tradicionais e alta tecnologia, para outro desproporcionalmente dependente da venda de perícia e equipamentos relacionados ao contraterrorismo. Ambos os fatores tiveram grande influência na desagregação do processo de Oslo: a chegada dos russos reduziu a dependência de Israel em relação aos trabalhadores palestinos e permitiu o fechamento dos territórios ocupados, enquanto a rápida expansão da economia de segurança de alta tecnologia criou um enorme apetite dentro dos setores mais ricos e poderosos de Israel para abandonar a paz em troca da luta numa prolongada, e continuamente expansiva, Guerra ao Terror.

Por uma infeliz coincidência histórica, o começo do período de Oslo ocorreu no mesmo momento da fase mais dolorosa do experimento da Escola de Chicago na Rússia. O aperto de mãos, nos jardins da Casa Branca, se deu em 13 de setembro de 1993; exatamente três semanas depois, Yeltsin mandou os tanques bombardearem o prédio do Parlamento, pavimentando o caminho para sua dose mais brutal de choque econômico.

No curso dos anos 1990, aproximadamente um milhão de judeus abandonaram a antiga União Soviética e se mudaram para Israel. Os imigrantes que vieram da ex-União Soviética, naquele período, hoje representam mais de 18% da população judaica total de Israel.(14) Não é preciso exagerar o impacto de uma transferência de população assim tão grande e rápida, num país tão pequeno como Israel. Proporcionalmente, isso equivaleria a cada pessoa de Angola, Camboja e Peru arrumando as malas e se mudando para os Estados Unidos, todas de uma só vez. Na Europa, isso seria equivalente à mudança de toda a Grécia para a França.

Quando a primeira leva de judeus soviéticos migrou para Israel, muitos estavam fazendo a escolha de viver num Estado judaico, após uma vida inteira de perseguição religiosa. Depois daquela onda inicial, todavia, o número de russos que emigraram para Israel aumentou dramaticamente, e em relação direta com a carga de sofrimento infligido ao povo russo pelos doutores do choque econômico. Essas últimas levas de imigrantes soviéticos não eram formadas por sionistas idealistas (muitos, inclusive, apresentavam alegações tênues de sua condição judaica), e sim por refugiados econômicos desesperados. “Não é o lugar para onde estamos indo que é o mais importante, mas o lugar de onde

estamos vindo", foi o que disse um emigrante, que esperava do lado de fora da embaixada de Israel, em Moscou, ao jornal *The Washington Times*, em 1992. Um porta-voz do Fórum Sionista de Judeus Soviéticos confessou, sobre o êxodo, que "eles não estão sendo atraídos por Israel, eles se sentem expelidos da União Soviética, por causa da instabilidade política e da deterioração econômica ali existentes". De longe, a maior de todas as levas ocorreu no início do golpe de Yeltsin, em 1993 — assim que o processo de paz estava começando em Israel. Depois disso, um número adicional de seiscentas mil pessoas migrou dos antigos Estados soviéticos para Israel.(15)

Essa transformação demográfica virou de cabeça para baixo a dinâmica de um acordo que já era precário. Antes da chegada dos refugiados soviéticos, Israel não podia se apartar, por nenhum período de tempo, da população palestina de Gaza e Cisjordânia; sua economia era tão dependente do trabalho dos palestinos quanto a da Califórnia em relação aos mexicanos. Todos os dias, cerca de 150 mil palestinos deixavam suas casas em Gaza e na Cisjordânia para limpar as ruas e construir as estradas em Israel, ao mesmo tempo em que agricultores e comerciantes palestinos enchiam caminhões com produtos para vender em Israel e em outras partes dos territórios.(16) Cada um dos lados dependia do outro, economicamente, e Israel tomou medidas agressivas para impedir que os territórios palestinos desenvolvessem relações comerciais autônomas com os países árabes.

Contudo, assim que Oslo se efetivou, aquela relação profundamente interdependente foi bruscamente interrompida. Diferentemente dos trabalhadores palestinos, cuja presença em Israel desafiava o projeto sionista — ao fazer exigências ao Estado de Israel, de devolução da terra roubada e de direitos de cidadania equivalentes —, os milhares de russos que foram para Israel, naquela conjuntura, tiveram um efeito oposto. Eles incrementaram os objetivos sionistas, ao elevar, claramente, o contingente de judeus em relação aos árabes, ao mesmo tempo em que representaram uma nova fonte de trabalho barato. De repente, Tel Aviv tinha poder para desencadear uma nova era nas relações com os palestinos. Em 30 de março de 1993, Israel começou sua política de "fechamento", vedando as fronteiras entre o país e os territórios ocupados por dias ou semanas seguidos, impedindo a população palestina de chegar ao trabalho e vender seus produtos. O fechamento começou como medida provisória, sob a alegação de ser uma resposta de emergência à ameaça de terrorismo. Rapidamente, porém, ele se tornou o novo *status quo*, com territórios separados por barreiras, não apenas de Israel, mas também uns dos outros, e policiados por um sistema ainda mais elaborado e aviltante de postos de controle.

O ano de 1993 foi tomado como o alvorecer de uma nova era de esperanças; em vez disso, foi o ano em que os territórios ocupados se transformaram de dormitórios precários, que abrigavam a classe pobre do Estado de Israel, em prisões sufocantes. Nesse mesmo período, entre 1993 e 2000, o número de colonos israelenses nos territórios ocupados dobrou.[17] Em muitos lugares, os rústicos postos avançados dos colonos viraram subúrbios luxuosos e fortificados, com estradas de acesso restrito, claramente destinados a se incorporar ao Estado de Israel. Durante os anos de Oslo, Israel também começou a reivindicar reservas de água estratégicas da Cisjordânia, alimentando os assentamentos e desviando a água escassa de volta para Israel.

Os novos imigrantes também desempenharam aqui um papel pouco examinado. Muitos habitantes da ex-União Soviética — que chegaram em Israel sem um tostão após assistirem ao desaparecimento de suas poupanças, durante a desvalorização da terapia de choque — foram facilmente atraídos para os territórios ocupados, onde as casas e os apartamentos eram muito mais baratos e se ofereciam empréstimos e bônus. Alguns dos assentamentos mais ambiciosos — como o de Ariel, na Cisjordânia, que exibe uma universidade, um hotel e um campo de minigolfe do Texas — fizeram recrutamentos agressivos na antiga União Soviética, enviando olheiros e divulgando notícias pela internet, no idioma russo. O assentamento de Ariel conseguiu dobrar sua população graças a esse tipo de abordagem, e hoje se apresenta como uma espécie de pequena Moscou, com as placas das lojas escritas tanto em russo quanto em hebraico. Metade de seus habitantes é composta de novos imigrantes da antiga União Soviética. O grupo pacifista israelense Peace Now estima que cerca de 25 mil cidadãos israelenses que vivem nos assentamentos ilegais pertencem a essa categoria e também observa que muitos russos se mudaram “sem uma noção clara do lugar para onde estavam indo”.[18]

Em Israel, os anos que se seguiram aos Acordos de Oslo trouxeram a promessa de trocar conflito por prosperidade, em grande estilo. Em meados e no final dos anos 1990, as empresas israelenses foram muito bem-sucedidas em sua inserção na economia global, especialmente as firmas de alta tecnologia especializadas em telecomunicações e tecnologia de rede, sendo que Tel Aviv e Haifa se transformaram nos postos avançados do Vale do Silício no Oriente Médio. No auge da bolha do segmento pontocom, a alta tecnologia contribuiu com 15% do Produto Interno Bruto de Israel e com metade de suas exportações. Isso tornou a economia israelense “a mais dependente de tecnologia do mundo”, de acordo com a revista *Business Week* — duas vezes mais dependente do que os Estados Unidos.[19]

Mais uma vez, os recém-chegados desempenharam um papel decisivo nesse surto de crescimento. Entre as centenas de milhares de soviéticos que foram para Israel, nos anos 1990, havia cientistas altamente qualificados, mais bem preparados do que aqueles que o melhor instituto técnico de Israel tinha conseguido formar, em seus oitenta anos de existência. Muitos deles eram os cientistas que haviam garantido a posição da União Soviética durante a Guerra Fria — e, como falou um economista israelense, eles se tornaram “o combustível para o foguete da indústria de tecnologia [de Israel]”. Shlomo Ben-Ami descreve os anos posteriores ao aperto de mão na Casa Branca como “uma das eras mais emocionantes de crescimento econômico e abertura de mercados na história [de Israel]”.(20)

Aquela abertura de mercados prometera beneficiar ambos os lados do conflito, mas, com exceção da elite corrupta que cercava Arafat, os palestinos ficaram visivelmente fora do surto de crescimento pós-Oslo. O maior obstáculo foi o fechamento, uma política que jamais se suspendeu, durante quatorze anos, desde que foi imposta em 1993. De acordo com a especialista de Harvard em Oriente Médio, Sara Roy, quando as fronteiras foram subitamente fechadas, em 1993, resultaram em efeitos catastróficos sobre a vida econômica palestina. “O fechamento foi o aspecto isolado mais prejudicial à economia durante o período de Oslo e, desde então, tem sido a medida que impôs o maior prejuízo a uma economia já comprometida”, disse ela, em uma entrevista.

Trabalhadores não puderam trabalhar, comerciantes não puderam vender seus produtos, agricultores não conseguiram chegar a seus campos. Em 1993, o PIB *per capita* nos territórios ocupados despencou quase 30%; no ano seguinte, a pobreza entre os palestinos subiu 33%. Em 1996, como observou Roy, que tem documentado, de modo extensivo, o impacto econômico do fechamento, “66% da força de trabalho palestina estava ou desempregada ou cruelmente subempregada”.(21) Longe de uma “paz de mercados”, o que Oslo representou para os palestinos foi o desaparecimento dos mercados, menos trabalho, menos liberdade — e, de modo ainda mais crucial, conforme os assentamentos se expandiram, menos terra. Foi essa situação completamente indefensável que transformou os territórios ocupados no barril de pólvora que pegou fogo quando Ariel Sharon visitou, em Jerusalém, o lugar chamado de al-Haram al-Sharif pelos muçulmanos (e de Monte do Templo, pelos judeus), em setembro de 2000, dando início à segunda intifada.

Em Israel e na imprensa internacional, geralmente se argumenta que a razão do fracasso do processo de paz foi que a oferta feita por Ehud Barak, em Camp

David, em julho de 2000, representou o melhor acordo que os palestinos jamais poderiam obter, mas Arafat virou as costas para a generosidade israelense, provando que nunca tinha sido sincero em sua busca pela paz. Depois daquela experiência, e com a erupção da segunda intifada, os israelenses perderam a fé na negociação, elegeram Ariel Sharon e começaram a construir aquilo que chamaram de barreira de segurança, e os palestinos denominaram Muro do *Apartheid* — a rede de muros de concreto e grades de aço que se projeta da linha verde fronteiriça de 1967, alcançando, com voracidade, os territórios palestinos e anexando grandes parcelas de assentamentos ao Estado de Israel, assim como 30% das fontes de água em algumas áreas.[22]

Não resta dúvida de que Arafat queria um acordo melhor do que aqueles que foram produzidos em Camp David ou Taba, em janeiro de 2001, mas esses pactos também não foram as premiações prometidas. Embora fosse apresentada pelos israelenses como uma oferta baseada em generosidade sem precedentes, Camp David não propiciou quase nenhuma compensação para os palestinos que foram retirados à força de suas casas e terras, quando o Estado de Israel se criou, em 1948, e não chegou nem perto de satisfazer os direitos mínimos dos palestinos à autodeterminação. Em 2006, Shlomo Ben-Ami, um dos principais negociadores do governo de Israel, tanto em Camp David quanto em Taba, desobedeceu à orientação do partido e admitiu que “Camp David não foi a oportunidade perdida pelos palestinos, e, se eu fosse palestino, também teria rejeitado Camp David”.[23]

Houve outros fatores que contribuíram para que Tel Aviv abandonasse as negociações sérias nas conversas de paz mantidas após 2001 — fatores tão poderosos quanto a intransigência atribuída a Arafat ou o gesto pessoal de Sharon destinado a criar um “Israel ainda maior”. Um deles estava relacionado ao nascimento da economia de tecnologia israelense. No começo dos anos 1990, as elites econômicas de Israel queriam a paz para a prosperidade, mas o tipo de prosperidade que elas construíram, durante os anos de Oslo, acabou se baseando menos na paz do que se presumira inicialmente. Quando as tecnologias de informação se converteram no nicho de Israel, na economia global, a chave para o crescimento estava no envio de softwares e *chips* de computador para Los Angeles e Londres, e não na remessa de carga pesada para Beirute e Damasco. O sucesso no setor de tecnologia avançada não requeria o estabelecimento de relações amigáveis entre Israel e seus vizinhos árabes, nem o fim da ocupação dos territórios. No entanto, a ascensão da economia de tecnologia de ponta foi a primeira etapa da transformação econômica fatal de Israel. A segunda ocorreu quando a economia do segmento pontocom se desintegrou, em 2000, e as

principais companhias de Israel precisaram encontrar um novo nicho no mercado global.

Com a economia mais dependente de tecnologia do mundo, Israel foi mais atingido pela desintegração do segmento pontocom do que qualquer outro lugar. O país entrou em queda livre de imediato e, em junho de 2001, analistas previram que cerca de trezentas firmas israelenses de tecnologia avançada iriam à falência, com dezenas de milhares de demissões. O jornal de assuntos econômicos de Tel Aviv, *Globes*, declarou numa manchete que 2002 foi "o pior ano para a economia israelense, desde 1953".[24]

A única razão pela qual a recessão não se tornou ainda pior, como observou o jornal, foi a rápida intervenção do governo israelense, com uma poderosa taxa de crescimento de 10,7% nos gastos militares, parcialmente financiados com o corte dos serviços sociais. O governo também encorajou a indústria de alta tecnologia a migrar dos segmentos de informação e comunicação para os de segurança e vigilância. Nesse período, as Forças de Defesa Israelenses tiveram papel semelhante ao de uma incubadora de empresas. Jovens soldados israelenses, que ganharam experiência em sistemas de rede e equipamentos de vigilância enquanto cumpriam serviço militar obrigatório, transformaram suas descobertas em planos de empreendimentos, quando voltaram à vida civil. Um grupo de novos negócios foi lançado, com especialização em tudo que se relacionasse a "busca e provisão" de dados compilados, câmeras de vigilância e levantamento de informações sobre terroristas.[25] Quando o mercado para esse tipo de serviços e equipamentos explodiu, nos anos posteriores ao 11 de Setembro, o Estado de Israel aderiu abertamente a uma nova visão da economia do país: o crescimento propiciado pela bolha pontocom seria substituído pelo surto de expansão da segurança nacional. Era o casamento perfeito da inclinação autoritária do partido Likud com a aceitação radical da economia da Escola de Chicago, corporificado pelo ministro da Fazenda de Sharon, Benjamin Netanyahu, e pelo novo presidente do Banco Central de Israel, Stanley Fischer, principal arquiteto das aventuras da terapia de choque do FMI na Rússia e na Ásia.

Em 2003, Israel já havia realizado uma recuperação impressionante, e, em 2004, o país parecia gerar um milagre: depois de um colapso calamitoso, estava atuando em condições melhores do que as de qualquer economia ocidental. Grande parte desse crescimento se deveu à habilidade do Estado de Israel para apresentar a si mesmo como uma espécie de shopping center de tecnologias de segurança nacional. O senso de oportunidade foi perfeito. Subitamente, governos de todo o mundo encontravam-se desesperados atrás de ferramentas de caça a terroristas e de *know-how* de inteligência humana no mundo árabe. Sob a

liderança do Likud, o Estado de Israel alardeou a si mesmo como uma vitrine vanguardista do Estado de segurança nacional, apoiado em suas décadas de experiência e destreza na luta contra as ameaças árabes e muçulmanas. O recado de Israel para os Estados Unidos e a Europa foi direto: a Guerra ao Terror na qual vocês acabaram de embarcar tem sido nossa luta desde o nosso nascimento. Deixem nossas firmas de alta tecnologia e companhias privadas de espionagem mostrarem a vocês como se faz.

Da noite para o dia, Israel se tornou, nas palavras da revista *Forbes*, "o país a ser procurado quando se trata de tecnologias antiterrorismo".[26] Todos os anos, após 2002, Israel sediou pelo menos meia dúzia das principais conferências sobre segurança nacional, destinadas a legisladores, chefes de polícia, delegados e CEOs de todo o mundo, com a ampliação anual de seu tamanho e escopo. Na medida em que o turismo tradicional declinou diante da insegurança, esse tipo de turismo de contraterrorismo surgiu para preencher a lacuna, ao menos parcialmente.

Durante um desses encontros, em fevereiro de 2006, anunciado como "uma turnê pelos bastidores da luta [de Israel] contra o terrorismo", representantes do FBI, da Microsoft e do Sistema de Transporte de Massa de Cingapura (entre outros) viajaram até alguns dos destinos turísticos mais populares de Israel: Knesset, Monte do Templo, Muro das Lamentações. Em cada um desses lugares, os visitantes examinaram e admiraram os sistemas de segurança elaborados em estilo fortaleza, para ver o que podiam aplicar em seus países. Em maio de 2007, Israel recebeu os diretores de inúmeros grandes aeroportos dos Estados Unidos, que assistiram a seminários sobre os tipos de identificação e controle de passageiros agressivos utilizados no Aeroporto Internacional Ben Gurion, próximo de Tel Aviv. Steven Grossman, chefe da aviação do aeroporto internacional de Oakland, na Califórnia, explicou que estava lá porque "os israelenses são famosos por sua segurança". Alguns eventos são macabros e teatrais. Na Conferência Internacional sobre Segurança Nacional, em 2006, por exemplo, os militares israelenses encenaram uma elaborada "simulação de um desastre com vítimas em massa, que começou na cidade de Ness Ziona e terminou no hospital de Asaf Harofeh", de acordo com os organizadores.[27]

Essas conferências não são de ordem política, mas constituem exibições comerciais altamente lucrativas, que se destinam a demonstrar a potência das firmas de segurança de Israel. Em decorrência disso, as exportações israelenses de produtos e serviços de contraterrorismo aumentaram 15%, em 2006, e tinham uma elevação de 20% projetada para 2007, totalizando 1,2 bilhão de dólares por ano. As exportações de defesa do país alcançaram a cifra recorde de 3,4 bilhões de dólares (comparados a 1,6 bilhão de dólares em 1992) e transformaram Israel

no quarto maior comerciante de armas do mundo, acima da Grã-Bretanha. O país tem mais ações de tecnologia listadas no índice Nasdaq — muitas delas relacionadas à segurança — do que qualquer outra nação estrangeira e possui mais patentes tecnológicas registradas nos Estados Unidos do que China e Índia juntas. Seu setor de tecnologia, em grande parte vinculado à segurança, agora representa cerca de 60% de todas as exportações.[28]

Len Rosen, um proeminente banqueiro de investimentos israelense, disse à revista *Fortune* que "a segurança importa mais do que a paz". Durante o período de Oslo, "as pessoas estavam buscando a paz para promover o crescimento. Agora, estão atrás de segurança, para que a violência não interrompa o crescimento".[29] Ele poderia ter ido ainda mais longe: a atividade que promove "segurança" — em Israel e no mundo todo — tem sido responsável por grande parte do crescimento econômico meteórico do país nos anos recentes. Não seria exagero dizer que a indústria da Guerra ao Terror salvou a economia cambaleante de Israel, assim como o complexo do capitalismo de desastre ajudou a recuperar os mercados de ações globais.

Eis uma pequena amostra do alcance da indústria:

- Um telefonema dado ao Departamento de Polícia de Nova York será gravado e analisado por tecnologia criada pela Nice Systems, uma firma israelense. A Nice também monitora a comunicação para a polícia de Los Angeles e a Time Warner, assim como provê câmeras de vigilância para o Aeroporto Nacional Ronald Reagan, entre dezenas de outros clientes importantes.[30]
- Imagens capturadas no metrô de Londres são gravadas em câmeras de vídeo Verint, cuja proprietária é a Comverse, gigante israelense de tecnologia. O equipamento de vigilância da Verint também é utilizado no Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no Aeroporto Internacional Dulles e no prédio do Capitólio, em Washington, e no metrô de Montreal. A companhia possui clientes em mais de cinquenta países e também auxilia corporações gigantes, como Home Depot e Target, a vigiarem seus empregados.[31]
- Funcionários das cidades de Los Angeles e Columbus, em Ohio, portam "cartões inteligentes" de identificação eletrônica, feitos pela empresa israelense SuperCom, que se gaba de ter como presidente de seu conselho consultivo o ex-diretor da CIA James Woolsey. Um país europeu que não foi identificado negociou com a SuperCom um programa nacional de identificação; outro contratou um programa piloto para "passaportes biométricos", ambas iniciativas altamente controversas.[32]

- As barreiras preventivas, colocadas nas redes de computadores de algumas das maiores empresas elétricas dos Estados Unidos, foram construídas pela gigante tecnológica israelense Check Point, embora as corporações tenham optado por manter seus nomes sob sigilo. De acordo com a companhia, “89% das quinhentas maiores empresas da lista da *Fortune* utilizam as soluções de segurança da Check Point”.(33)
- Em 2007, nas vésperas da decisão do Super Bowl, o campeonato de futebol norte-americano, todos os trabalhadores do Aeroporto Internacional de Miami receberam treinamento para identificar “pessoas más, e não apenas coisas ruins”, utilizando um sistema psicológico chamado de Reconhecimento de Padrão Comportamental, desenvolvido pela empresa israelense New Age Security Solutions. O CEO da companhia é ex-dirigente de segurança do Aeroporto Ben Gurion em Israel. Recentemente, outros aeroportos contrataram os serviços da New Age para treinar funcionários na identificação de passageiros, tais como Boston, São Francisco, Glasgow, Atenas e Londres (Heathrow), assim como muitos outros. Trabalhadores portuários na região de conflito do Delta do Níger, empregados do Ministério da Justiça holandês, guardas da Estátua da Liberdade e agentes do Escritório de Contraterrorismo do Departamento de Polícia de Nova York também receberam treinamento da New Age.(34)
- Quando Audubon Place, o bairro abastado de Nova Orleans, decidiu constituir sua própria força policial, após o furacão Katrina, contratou a firma de segurança privada israelense Instinctive Shooting International.(35)
- Os oficiais da Real Polícia Montada do Canadá, agência canadense de polícia federal, receberam treinamento feito pela International Security Instructors, empresa sediada na Virgínia e especializada no adestramento de soldados e grupos de combate ao crime. Sua propaganda menciona “a dura experiência adquirida em Israel”, seus instrutores são “veteranos das forças-tarefas israelenses especiais da (...) Força de Defesa de Israel, das unidades de contraterrorismo da Polícia Nacional de Israel [e] da General Security Services (GSS ou ‘Shin Beit’)”. A lista de clientes de elite da empresa inclui o FBI, o Exército, o Corpo de Fuzileiros Navais e a Marinha dos Estados Unidos, e o Serviço de Polícia Metropolitana de Londres.(36)
- Em abril de 2007, agentes especiais da imigração do Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que trabalhavam ao longo da fronteira com o México, passaram por um curso de treinamento intensivo oferecido pelo Grupo Golan. Esse grupo foi fundado por ex-oficiais das

Forças Especiais Israelenses e possui 3.500 empregados em sete países. "Em essência, inserimos o padrão israelense de segurança em nossos procedimentos", explicou Thomas Pearson, diretor de operações da firma, sobre o curso de treinamento, que incorporava desde combate corpo a corpo até prática de tiro ao alvo, "a fim de torná-los realmente proativos com seus jipes utilitários". O Grupo Golan, agora sediado na Flórida, mas ainda propagandeando sua vantagem israelense, também fabrica máquinas de raios X, detectores de metal e rifles. Além de muitos governos e celebridades, entre seus clientes também se encontram ExxonMobil, Shell, Texaco, Levi's, Sony, Citigroup e Pizza Hut.[37]

- Quando o Palácio de Buckingham precisou de um novo sistema de segurança, selecionou um projeto da Magal, uma das duas companhias israelenses que mais se envolveram na construção da "barreira de segurança" de Israel.[38]
- Quando a Boeing começar a construir as "cercas virtuais" nas fronteiras dos Estados Unidos com o México e o Canadá, orçadas em 2,5 bilhões de dólares — acrescidas de sensores eletrônicos, aeronaves dirigidas por piloto automático, câmeras de vigilância e 1.800 torres —, uma de suas principais parceiras será a Elbit. Elbit é a outra firma israelense que mais se envolveu na edificação do enorme e controverso muro de Israel, que vem a ser "o maior projeto de construção na história do país" e que também custou 2,5 bilhões de dólares.[39]

Com a conversão de um número cada vez maior de países em verdadeiras fortalezas (muros e cercas de alta tecnologia estão sendo erguidos nas fronteiras entre a Índia e a Caxemira, entre a Arábia Saudita e o Iraque, entre o Afeganistão e o Paquistão), as "barreiras de segurança" podem se tornar o maior de todos os mercados do desastre. É por isso que Elbit e Magal não se importam com a publicidade negativa interminável que o muro de Israel desperta em todo o mundo — na verdade, ambas a consideram propaganda gratuita. "As pessoas acreditam que somos os únicos com experiência de testagem desse equipamento na vida real", explicou o CEO da Magal, Jacob Even-Ezra.[40] Os preços das ações de Elbit e Magal mais do que dobraram desde o 11 de Setembro, um desempenho que se tornou padrão para as companhias israelenses de segurança nacional. A Verint — apelidada de "vovó do segmento de vídeos de vigilância" — não era nada lucrativa antes do 11 de Setembro, mas, entre 2002 e 2006, o preço de suas ações mais do que triplicou, graças ao surto de crescimento da arte de vigiar.[41]

A atuação extraordinária das companhias israelenses de segurança nacional é bem conhecida dos analistas do mercado acionário, embora raramente seja discutida como um fator na política da região. Deveria ser. Não é coincidência que a decisão do Estado de Israel de colocar o “contraterrorismo” no centro de sua economia de exportação tenha se dado no momento preciso em que optou por abandonar as negociações de paz. Ao mesmo tempo, essa estratégia foi empregada para descaracterizar seu conflito com os palestinos, tratando-o não como uma batalha contra um movimento nacional com objetivos específicos de terra e direitos, mas como parte da Guerra ao Terror em escala global — um combate contra forças fanáticas e ilegais, vencidas somente com a destruição.

A economia não é, de modo algum, a força propulsora da escalada de violência na região após 2001. Sem dúvida, há bastante combustível para promover a fúria, em todos os lados. Mesmo assim, nesse contexto que já é tão contrário à paz, a economia tem sido, em certos aspectos, um contrapeso, forçando líderes políticos relutantes a negociar, como foi o caso, no início dos anos 1990. O surto de crescimento da segurança nacional mudou a direção dessa pressão, criando um outro setor poderoso que investe na continuação da violência.

Como aconteceu nas primeiras fronteiras da Escola de Chicago, a onda de crescimento em Israel, após o 11 de Setembro, foi marcada pela rápida estratificação da sociedade entre ricos e pobres dentro do Estado. A expansão da segurança foi acompanhada de uma leva de privatizações e cortes no financiamento dos gastos sociais que quase anulou o legado do Sionismo Trabalhista e criou uma epidemia de desigualdades que os israelenses desconheciam. Em 2007, 24,4% da população estavam vivendo abaixo da linha de pobreza, com 35,2% das crianças na pobreza — em comparação com 8% das crianças, vinte anos antes.[(42)] Ainda que os benefícios desse surto de crescimento não tenham sido amplamente partilhados, foram tão lucrativos para uma pequena parcela de israelenses, especialmente para o segmento poderoso que está integrado, sem rupturas, ao governo e às forças armadas (com todos os escândalos típicos das corporações), que o incentivo crucial para a paz acabou sendo suprimido.

A mudança de direção política do setor empresarial israelense foi dramática. A visão que seduz a Bolsa de Valores de Tel Aviv, hoje, não é mais a de Israel como núcleo de um comércio regional, mas a de uma fortaleza futurística, capaz de sobreviver mesmo num mar de inimigos determinados. Essa alteração de atitude foi mais acentuada no verão de 2006, quando o governo israelense transformou aquilo que deveria ser uma negociação de troca de prisioneiros com o Hezbollah numa guerra ilimitada. As grandes corporações de Israel não apenas

apoiaram a guerra, como a patrocinaram. O Bank Leumi, o novo megabanco israelense recém-privatizado, distribuiu adesivos para automóveis com os dizeres “Seremos vitoriosos” e “Nós somos fortes”, enquanto o escritor e jornalista Yitzhak Laor escreveu, na época, que “a guerra em curso é a primeira a se tornar uma oportunidade de divulgação para uma de nossas maiores empresas de telefones celulares, que a está utilizando para realizar uma enorme campanha promocional”.(43)

Tornara-se claro que a indústria israelense não tinha mais razões para temer a guerra. Em contraste com o ano de 1993, quando o conflito foi visto como barreira para o crescimento, a Bolsa de Valores de Tel Aviv subiu em agosto de 2006, mês da devastadora guerra contra o Líbano. No último quarto do ano, que também representou a escalada sangrenta em Gaza e na Cisjordânia, sucessiva à eleição do Hamas, a economia israelense, em geral, cresceu a uma taxa impressionante de 8% — mais do que o triplo da taxa de crescimento da economia dos Estados Unidos no mesmo período. A economia palestina, por sua vez, contraiu-se em torno de 10% a 15% em 2006, com as taxas de pobreza alcançando 70%.(44)

Um mês depois que a ONU decretou o cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah, a Bolsa de Valores de Nova York realizou uma conferência especial sobre investimentos em Israel. Mais de duzentas firmas israelenses compareceram ao evento, sendo muitas delas do setor de segurança nacional. No Líbano, naquele momento, a atividade econômica estava quase parada, e aproximadamente 140 fábricas — manufatureiras de todos os tipos, desde casas pré-fabricadas até medicamentos e leite — limpavam os escombros, depois de serem atingidas pelas bombas e mísseis israelenses. Imune ao impacto da guerra, a mensagem dos encontros de Nova York era animadora: “Israel se encontra aberto para os negócios — sempre esteve aberto para os negócios”, anunciou o embaixador israelense nas Nações Unidas, Dan Gillerman, dando as boas-vindas aos participantes do evento.(45)

Apenas uma década antes, esse tipo de exuberância própria da guerra teria sido inimaginável. Foi Gillerman, na qualidade de diretor da Federação Israelense das Câmaras de Comércio, que apelou para que Israel agarrasse aquela oportunidade histórica e se tornasse “a Cingapura do Oriente Médio”. Agora, ele era um dos mais inflamados falcões pró-guerra de Israel, forçando uma escalada ainda maior. Na CNN, Gillerman disse que “embora possa ser politicamente incorreto e talvez até inverídico dizer que todos os muçulmanos são terroristas, acontece que é verdade que quase todos os terroristas são muçulmanos. Então, essa não é uma guerra exclusiva de Israel. Essa guerra é de todo o mundo”.(46)

Essa receita de uma guerra mundial infindável é a mesma que o governo Bush ofereceu, como perspectiva de negócio, ao nascente complexo do capitalismo de desastre, depois do 11 de Setembro. Não é uma guerra que pode ser vencida por nenhum país, mas vencer não é a questão. A questão é criar "segurança" dentro dos Estados fortificados, fortalecidos pelos intermináveis conflitos de baixa intensidade do lado de fora de suas muralhas. De certo modo, é o mesmo objetivo que as companhias privadas de segurança têm no Iraque: assegurar o perímetro, proteger o principal. Bagdá, Nova Orleans e Sandy Springs oferecem lampejos de um tipo de futuro cercado, construído e administrado pelo complexo do capitalismo de desastre. Foi em Israel, no entanto, que esse processo mais avançou: um país inteiro se transformou numa comunidade fortificada fechada, circundada por pessoas trancadas do lado de fora, que vivem em zonas vermelhas permanentemente excluídas. É assim que fica uma sociedade que perdeu seu incentivo econômico para a paz e que investe e lucra pesadamente numa infindável e invencível Guerra ao Terror. Uma parte se assemelha a Israel; a outra, se parece com Gaza.

O caso de Israel é extremo, mas o tipo de sociedade que está criando pode não ser único. O complexo do capitalismo de desastre prospera em condições de conflitos dolorosos de baixa intensidade. Esse parece ser o ponto culminante em todas as zonas de desastre, de Nova Orleans ao Iraque. Em abril de 2007, soldados estadunidenses começaram a implementar um plano para transformar diversos bairros instáveis de Bagdá em "comunidades fechadas", cercadas por postos de controle e muros de concreto, onde os iraquianos seriam investigados por meio da utilização de tecnologia biométrica. "Ficaremos iguais aos palestinos", previu um morador de Adhamiya, observando seu bairro sendo cercado pela barreira.[47] Depois que se tornar claro que Bagdá jamais será igual a Dubai, e Nova Orleans não virará a Disneylândia, o plano B é implementar uma outra Colômbia ou Nigéria — uma guerra sem fim, combatida em grande medida por soldados privatizados e paramilitares, amenizada apenas para retirar os recursos naturais do solo, com o auxílio dos mercenários, que protegem os oleodutos, plataformas e reservas de água.

Já se tornou um lugar-comum comparar os guetos militarizados de Gaza e da Cisjordânia, com seus muros de concreto, cercas eletrificadas e postos de controle, ao sistema do bantustão, na África do Sul, que retinha os pretos nos guetos e exigia passes para autorizá-los a sair de lá. "As leis e práticas de Israel nos TPO [territórios palestinos ocupados], sem dúvida, lembram aspectos do *apartheid*", disse, em fevereiro de 2007, John Dugard, advogado sul-africano que trabalha para a ONU como relator especial de direitos humanos nos territórios palestinos.[48] As semelhanças são grandes, mas há diferenças também.

Os bantustões da África do Sul eram, essencialmente, acampamentos de trabalho, uma forma de manter os trabalhadores africanos sob estreita vigilância e controle e forçá-los a trabalhar nas minas por baixos salários. Israel construiu um sistema destinado a fazer o oposto: impedir que os trabalhadores trabalhem, com uma rede de amplas cercas de contenção, para milhões de pessoas que foram classificadas como humanidade excedente.

Os palestinos não foram o único povo a ser classificado assim no mundo: milhões de russos também se tornaram excedentes em seu próprio país e, por isso, muitos abandonaram suas casas na esperança de encontrar trabalho e uma vida decente em Israel. Embora os bantustões originais tenham sido desmantelados na África do Sul, uma em cada quatro pessoas que vivem nos barracos das favelas em franca expansão também é excedente, na nova África do Sul neoliberal.(49) Esse desfazer-se de cerca de 25% a 60% da população tem sido a marca registrada da cruzada da Escola de Chicago, desde o momento em que os "povoados miseráveis" começaram a proliferar em todo o Cone Sul, nos anos 1970. Na África do Sul, na Rússia e em Nova Orleans, os ricos construíram muros à sua volta. Israel levou esse processo de descarte ainda mais adiante: ergueu muros em torno dos pobres ameaçadores.

NOTAS DO CAPÍTULO 21

(1) Christopher Caldwell, “The Walls That Work Too Well”, *Financial Times* (Londres), 18 de novembro de 2006.

(2) Martin Wolf, “A Divided World of Economic Success And Political Turmoil”, *Financial Times* (Londres), 31 de janeiro de 2007; “Ex-Treasury Chief Summers Warns on Market Risks”, Reuters, 20 de março de 2007.

(3) Richard Aboulafia, Grupo Teal, “Guns-to-Caviar Index”, 2007.

(4) Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Comitê sobre Reforma Governamental — Equipe de Minorias, Divisão de Investigações Especiais, *Dollars, Not Sense: Government Contracting Under the Bush Administration*, preparado para o deputado Henry A. Waxman, junho de 2006, www.oversight.house.gov; Tim Weiner, “Lockheed and the Future of Warfare”, *New York Times*, 28 de novembro de 2004; Matthew Swibel, “Defensive Play”, *Forbes*, 5 de junho de 2006.

(5) O índice Dow Jones dos Estados Unidos para construção pesada fechou em 143,34 dólares, em 10 de setembro de 2001, e em 507,43, em 4 de junho de 2007. DJ_2357, “Historical Quotes”, money.cnn.com; James Glanz, “Iraq Reconstruction Running Low on Funds”, *International Herald Tribune* (Paris), 31 de outubro de 2005; Ellen Nakashima, “A Wave of Memories”, *Washington Post*, 26 de dezembro de 2005; Ann M. Simmons, Richard Fausset e Stephen Braun, “Katrina Aid Far from Flowing”, *Los Angeles Times*, 27 de agosto de 2006; Helene Cooper, “Aid Conference Raises $7.6 Billion for Lebanese Government”, *New York Times*, 26 de janeiro de 2007.

(6) Shawn McCarthy, “Exxon’s ‘Outlandish’ Earnings Spark Furor”, *Globe and Mail* (Toronto), 2 de fevereiro de 2007.

(7) Jonathan Curiel, “The Conspiracy to Rewrite 9/11”, *San Francisco Chronicle*, 3 de setembro de 2006; Jim Wooten, “Public Figures’ Rants Widen Racial Chasm”, *Atlanta Journal-Constitution*, 22 de janeiro de 2006.

(8) EM-DAT, Base de Dados Internacional sobre Desastres de OFDA/CRED, “2006 Disasters in Numbers”, www.em-dat.net; Peter Bergen e Paul Cruickshank, “The Iraq Effect: War Has Increased Terrorism Sevenfold Worldwide”, *Mother Jones*, março-abril de 2007.

(9) McCarthy, “Exxon’s ‘Outlandish’ Earnings Spark Furor”; William Hartung e Michelle Ciarrocca, “The Military-Industrial-Think Tank Complex”, *Multinational Monitor*, janeiro-fevereiro de 2003; Robert O’Harrow Jr., “LexisNexis to Buy Seisint for $ 775 Million”, *Washington Post*, 15 de julho de 2004; Rachel Monahan e Elena Herrero Beaumont, “Big Time Security”, *Forbes*, 3 de agosto de 2006.

(10) “Recap of Saturday, July 9, 2005”, *Fox News: The Cost of Freedom*, www.foxnews.com.

(11) Dan Gillerman, “The Economic Opportunities of Peace”, declaração à imprensa, Câmaras de Comércio, 6 de setembro de 1993, citado em Guy Ben-Porat, “A New Middle East?: Globalization, Peace and the ‘Double Movement’”, *International Relations* 19, nº 1 (2005), 50.

(12) Efraim Davidi, “Globalization and Economy in the Middle East — A Peace of Markets or a Peace of Flags?” *Palestine-Israel Journal* 7, n[os] 1 e 2 (2000): 33.

(13) Shlomo Ben-Ami, *A Place for All* (Tel Aviv: Hakibbutz Hameuchad, 1998), 113, citado em Davidi, “Globalization and Economy in the Middle East”, 38.

(14) Americans for Peace Now, “The Russians”, *Settlements in Focus* 1, nº 16 (23 de dezembro de 2005), www.peacenow.org.

(15) Gerald Nadler, “Exodus or Renaissance?”, *Washington Times*, 19 de janeiro de 1992; Peter Ford, “Welcome and Woes Await Soviet Jews in Israel”, *Christian Science Monitor*, 25 de julho de 1991; Lisa Talesnick, “Unrest Will Spur Russian Jews to Israel, Official Says”, Associated Press, 5 de outubro de 1993. “Israel’s Alienated Russian Voters Cry Betrayal”, Agência France-Press, 8 de maio de 2006.

(16) Greg Myre, “Israel Economy Hums Despite Annual Tumult”, *International Herald Tribune* (Paris), 31 de dezembro de 2006; “Israel Reopens Gaza Strip”, United Press International, 22 de março de 1992.

(17) Peter Hirschberg, “Barak Settlement Policy Remains Virtually the Same as Netanyahu’s”, *Jerusalem Report*, 4 de dezembro de 2000.

(18) Americans for Peace Now, “The Russians”.

(19) David Simons, “Cold Calculation of Terror”, *Forbes*, 28 de maio de 2002; Zeev Klein, “January-May Trade Deficit Shoots up 16% to $3.59 Billion”, *Globes* (Tel Aviv), 12 de junho de 2001; Neal Sandler, “As If the Intifada Weren’t Enough”, *Business Week*, 18 de junho de 2001.

(20) A expressão “combustível para o foguete” foi tirada de Shlomo Maital, professor do Technion Institute of Management de Israel. Nelson D. Schwartz, “Prosperity without Peace”, *Fortune*, 13 de junho de 2005; Shlomo Ben-Ami, *Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arab Tragedy* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 230.

(21) Coordenação Especial das Nações Unidas nos Territórios Ocupados, *Quarterly Report on Economic and Social Conditions in the West Bank and Gaza Strip*, 1º de abril de 1997; Ben-Ami, *Scars of War, Wounds of Peace*, 231; Sara Roy, “Why Peace Failed: an Oslo Autopsy”, *Current History* 101, nº 651 (janeiro de 2002): 13.

(22) Chris McGreal, “Deadly Thirst”, *Guardian* (Londres), 13 de janeiro de 2004.

(23) “Norman Finkelstein & Former Israeli Foreign Minister Shlomo Ben-Ami Debate”, *Democracy Now!*, 14 de fevereiro de 2006, www.democracynow.org.

(24) De acordo com o jornal israelense de assuntos econômicos *Globes*, entre 2001 e 2003, Israel estava encarando uma “queda cumulativa de 8,5% no crescimento *per capita*”, um declínio impressionante. Zeev Klein, “2002 Worst Year for Israeli Economy Since 1953”, *Globes* (Tel Aviv), 31 de dezembro de 2002; Sandler, “As If the Intifada Weren’t Enough”.

(25) Aron Heller e James Bagnall, “After the Intifada: Why Israel’s Tech Titans Are Challenging Canadian Entrepreneurs as a Global Force”, *Ottawa Citizen*, 28 de abril de 2005; Schwartz, “Prosperity without Peace”.

(26) Susan Karlin, “Get Smart”, *Forbes*, 12 de dezembro de 2005.

(27) Ran Dagoni, “O’seas Cos, Gov’ts to Inspect Israeli Anti-Terror Methods”, *Globes* (Tel Aviv), 22 de janeiro de 2006; Ben Winograd, “U.S. Airport Directors Study Tough Israeli Security Measures Ahead of Summer Travel”, Associated Press, 8 de maio de 2007; Estado de Israel, Ministério de Segurança Pública, “International Homeland Security Conference, 2006”, 19 de março de 2006, www.mops.gov.il.

(28) Heller e Bagnall, “After the Intifada”; Yaakov Katz, “Defense Officials Aim High at Paris Show”, *Jerusalem Post*, 10 de junho de 2007; Hadas Manor, “Israel in Fourth Place among Defense Exporters”, *Globes* (Tel Aviv), 10 de junho de 2007; Steve Rodan e Jose Rosenfeld, “Discount Dealers”, *Jerusalem Post*, 2 de setembro de 1994; Gary Dorsch, “The Incredible Israeli Shekel, as Israel’s Economy Continues to Boom”, *The Market Oracle*, 8 de maio de 2007, www.marketoracle.co.uk.

(29) Schwartz, “Prosperity without Peace”.

(30) *Ibid.*; Nice Systems, “Nice Digital Video Surveillance Solution Selected by Ronald Reagan Washington National Airport”, *press release*, 29 de janeiro de 2007, www.nice.com; Nice Systems, “Time Warner (Charlotte)”, Histórias de Sucesso, www.nice.com.

(31) James Bagnall, “A World of Risk: Israel’s Tech Sector Offers Lessons on Doing Business in the New Age of Terror”, *Ottawa Citizen*, 31 de agosto de 2006; Electa Draper, “Durango Office Keeps Watch in War on Terror”, *Denver Post*, 14 de agosto de 2005.

(32) SuperCom, “SuperCom Signs $50m National Multi Id Agreement with a European Country”, *press release*, 19 de setembro de 2006; SuperCom, “City of Los Angeles to Deploy Supercom’s IRMS Mobile Credentialing and Handheld Verification System”, *press release*, 29 de novembro de 2006; SuperCom, “SuperCom Signs $1.5m ePassport Pilot Agreement with European Country”, *press release*, 14 de agosto de 2006, www.supercomgroup.com.

(33) Check Point, “Facts at a Glance”, www.checkpoint.com.

(34) David Machlis, “US Gets Israeli Security for Super Bowl”, *Jerusalem Post*, 4 de fevereiro de 2007; New Age Security Solutions, “Partial Client List”, www.nasscorp.com.

(35) Kevin Johnson, “Mansions Spared on Uptown’s High Ground”, *USA Today*, 12 de setembro de 2005.

(36) Instrutores de Segurança Internacional, “About” e “Clients”, www.isiusa.us.

(37) “Golan Group Launches Rigorous VIP Protection Classes”, *press release*, abril de 2007; Grupo Golan, “Clients”, www.golangroup.com.

(38) Schwartz, “Prosperity without Peace”; Neil Sandler, “Israeli Security Barrier Provides High-Tech Niche”, *Engineering News-Record*, 31 de maio de 2004.

(39) David Hubler, “SBInet Trawls for Small-Business Partners”, *Federal Computer Week*, 2 de outubro de 2006; Sandler, “Israeli Security Barrier Provides High-Tech Niche”.

(40) Schwartz, “Prosperity without Peace”.

(41) Elbit Systems Ltd. e Magal Security Systems Ltd. “Historical Prices”, Yahoo! Finance, finance.yahoo.com; Barbara Wall, “Fear Factor”, *International Herald Tribune* (Paris), 28 de janeiro de 2006; Electa Draper, “Verint Systems Emerges as Leader in Video Surveillance Market”.

(42) Thomas L. Friedman, “Outsource the Cabinet?”, *New York Times*, 28 de fevereiro de 2007; Ruth Eglash, “Report Paints Gloomy Picture of Life for Israeli Children”, *Jerusalem Post*, 28 de dezembro de 2006.

(43) Karen Katzman, “Some Stories You May Not Have Heard”, relatório para a Federação Judaica da Grande Washington, www.shalomdc.org; Yitzhak Laor, “You Are Terrorists, We Are Virtuous”, *London Review of Books*, 17 de agosto de 2006.

(44) Bolsa de Valores de Tel Aviv Ltd., TASE *Main Indicators*, 31 de agosto de 2006, www.tase.co.il; Friedman, “Outsource the Cabinet?”; Reuters, “GDP Growth Figure Slashed”, *Los Angeles Times*, 1º de março de 2007; Greg Myre, “Amid Political Upheaval, Israeli Economy Stays Healthy”, *New York Times*, 31 de dezembro de 2006; Grupo Banco Mundial, *West Bank and Gaza Update*, setembro de 2006, www.worldbank.org.

(45) Susan Lerner, “Israeli Companies Shine in Big Apple”, *Jerusalem Post*, 17 de setembro de 2006; Osama Habib, “Labor Minister Says War Led to Huge Jump in Number of Unemployed”, *Daily Star* (Beirute), 21 de outubro de 2006.

(46) Entrevista com Dan Gillerman, *CNN: Lou Dobbs Tonight*, 14 de julho de 2006.

(47) Karin Brulliard, “Gated Communities’ for the War-Ravaged”, *Washington Post*, 23 de abril de 2007; Dean Yates, “Baghdad Wall Sparks Confusion, Divisions in Iraq”, Reuters, 23 de abril de 2007.

(48) Rory McCarthy, “Occupied Gaza like Apartheid South Africa, Says UN Report”, *Guardian* (Londres), 23 de fevereiro de 2007.

(49) Michael Wines, “Shantytown Dwellers in South Africa Protest the Sluggish Pace of Change”, *New York Times*, 25 de dezembro de 2005.

CONCLUSÃO

O CHOQUE DESAPARECE GRADATIVAMENTE

A ASCENSÃO DA RECONSTRUÇÃO POPULAR

Quero dizer a vocês, meus irmãos indígenas concentrados aqui na Bolívia, que a campanha de quinhentos anos de resistência não foi em vão. Essa luta democrática e cultural faz parte da luta de nossos ancestrais, é a continuação da luta do Tupac Katari [líder indígena anticolonialista], é a continuação da luta do Che Guevara.
— Evo Morales, depois de ser empossado presidente da Bolívia, em 22 de janeiro de 2006(1)

O povo sabe mais. Ele conhece melhor cada canto e cada detalhe de sua comunidade. E também conhece os pontos fracos.
— Pichit Ratakul, diretor-executivo do Centro Asiático de Prevenção de Desastres, 30 de outubro de 2006(2)

As pessoas do ***barrio*** **constroem a cidade duas vezes: durante o dia, erguemos as casas dos ricaços. À noite e nos fins de semana, com solidariedade, construímos nossas próprias casas, nosso** ***barrio*****.**
— Andrés Antillano, habitante de Caracas, 15 de abril de 2004(3)

QUANDO MILTON FRIEDMAN MORREU, EM NOVEMBRO DE 2006, muitos de seus obituários mostraram-se tomados pela sensação de medo de que sua morte representaria o fim de uma era. No jornal canadense *National Post,* Terence Corcoran, um dos discípulos mais devotos de Friedman, indagou se o movimento global que o economista havia deslanchado poderia prosseguir. “Como último grande leão da economia de livre mercado, Friedman deixa um vazio... Não há ninguém vivo, hoje em dia, de igual estatura. Será que os princípios que Friedman articulou e pelos quais lutou irão sobreviver, no longo prazo, sem uma nova geração de líderes intelectuais sólidos, carismáticos e capazes? É difícil dizer.”[(4)]

A avaliação soturna de Corcoran não foi a primeira a abarcar a desordem na qual se encontrava a busca pelo capitalismo desregulado naquele mês de novembro. Os herdeiros intelectuais de Friedman, nos Estados Unidos, os neoconservadores que lançaram o complexo do capitalismo de desastre, tinham atingido o ponto mais baixo de toda a sua história. O auge do movimento tinha sido a conquista do Congresso dos Estados Unidos pelos republicanos, em 1994; apenas nove dias antes da morte de Friedman, eles tornaram a perdê-lo para a maioria democrata. As três questões mais importantes, que contribuíram para a derrota republicana nas eleições legislativas de 2006, foram a corrupção política, a imperícia na guerra do Iraque e a percepção, bem articulada pelo candidato democrata eleito para o Senado dos Estados Unidos, Jim Webb, de que o país havia sido jogado “num sistema baseado em classes, do tipo que não possuíamos desde o século XIX”.[(5)] Em todos esses casos, os princípios cardeais da economia da Escola de Chicago — privatização, desregulação e cortes nos serviços públicos — ergueram as fundações para os colapsos.

Em 1976, Orlando Letelier, uma das primeiras vítimas da contrarrevolução, insistiu que as enormes desigualdades criadas pelos Garotos de Chicago, no Chile, eram “não um passivo econômico, mas um sucesso político temporário”. Para Letelier, era óbvio que as regras de “livre mercado” da ditadura estavam cumprindo o papel para o qual foram destinadas: não estavam gerando uma economia perfeitamente harmoniosa, mas convertendo os endinheirados em super-ricos e a classe trabalhadora organizada em pobres descartáveis. Esses padrões de estratificação se repetiram em todos os lugares em que a ideologia da Escola de Chicago triunfou. Na China, apesar do impressionante crescimento

econômico, a diferença entre os rendimentos dos moradores das cidades e os dos oitocentos milhões de pobres rurais dobrou, nos últimos vinte anos. Na Argentina, onde, em 1970, os 10% mais ricos da população ganhavam doze vezes mais do que os mais pobres, em 2002, essa disparidade chegou a 43 vezes. O "sucesso político" do Chile foi realmente globalizado. Em dezembro de 2006, um mês após a morte de Friedman, um estudo da ONU apontou que "os 2% de adultos mais ricos ganham mais do que a metade da renda das famílias de todo o mundo juntas". A virada foi ainda mais dura nos Estados Unidos, onde os CEOs ganhavam 43 vezes mais do que o trabalhador médio em 1980, quando Reagan deu a largada na cruzada friedmanista. Em 2005, os CEOs recebiam 411 vezes mais. Para esses executivos, a contrarrevolução que começou no porão do prédio das ciências sociais, na década de 1950, foi realmente um sucesso, mas o custo dessa vitória tem sido a perda generalizada da fé na promessa central do livre mercado — de que o aumento da riqueza será compartilhado. Como disse Webb na campanha para as eleições legislativas: "A teoria da distribuição automática dos benefícios econômicos de cima para baixo não se confirmou."(6)

O açambarcamento de tamanha riqueza por uma parcela minoritária da população mundial não se realizou por meios pacíficos, como vimos, nem foi legítimo, em grande medida. Corcoran estava certo ao questionar o calibre dos líderes do movimento, embora o problema não fosse apenas a ausência de comandantes com a estatura de Friedman. O fato era que muitos daqueles homens, que estiveram na linha de frente da campanha internacional para libertar os mercados de todas as restrições, se encontravam, naquele momento, metidos numa teia surpreendente de escândalos e processos criminais, oriundos dos primeiros laboratórios da América Latina e dos mais recentes do Iraque. Ao longo de seus 35 anos de história, a agenda da Escola de Chicago avançou por meio da íntima cooperação de figuras empresariais poderosas, ideólogos cruzadistas e líderes políticos linha-dura. Em 2006, agentes fundamentais de cada um desses campos estavam ou na cadeia ou sendo acusados.

Augusto Pinochet, primeiro líder a colocar em ação a terapia de choque de Friedman, se encontrava em prisão domiciliar (embora tenha morrido antes dos julgamentos por acusação de corrupção e assassinatos). No dia seguinte à morte de Friedman, a polícia uruguaia executou mandado de prisão contra Juan María Bordaberry, pelas acusações relacionadas à morte de quatro proeminentes esquerdistas em 1976. Bordaberry governou o Uruguai durante a brutal adoção, pelo país, da economia da Escola de Chicago, tendo os colegas e discípulos de Friedman servido como conselheiros importantes. Na Argentina, as cortes despiram os antigos dirigentes da junta militar de sua imunidade e condenaram o ex-presidente Jorge Videla e o almirante Emilio Massera à prisão perpétua.

Domingo Cavallo, que presidiu o Banco Central durante a ditadura e prosseguiu, na democracia, com a imposição de um amplo programa de terapia de choque, também foi indiciado sob acusação de "fraude na administração pública". Uma negociação da dívida que Cavallo elaborou com bancos estrangeiros, em 2001, custou ao país dezenas de bilhões de dólares; o juiz, que congelou dez milhões de dólares dos ativos pessoais de Cavallo, afirmou que a administração agiu com "absoluta consciência" do resultado prejudicial.(7)

Na Bolívia, o ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em cuja sala de estar foi construída a "bomba atômica" econômica, era procurado por diversas acusações relacionadas à repressão violenta contra manifestantes e à assinatura de contratos com empresas estrangeiras de gás, que supostamente violaram as leis bolivianas.(8) Na Rússia, não somente os Homens de Harvard foram considerados culpados por fraude, mas também muitos oligarcas russos, empresários bem relacionados que ganharam bilhões nas privatizações realizadas da noite para o dia pelos Homens de Harvard, ou estavam na cadeia, ou no exílio. Mikhail Khodorkovsky, ex-presidente da gigante do petróleo Yukos, estava cumprindo pena de oito anos numa prisão da Sibéria. Seu colega e principal acionista, Leonid Nevzlin, se encontrava exilado em Israel, assim como o amigo oligarca Vladimir Gusinsky, ao passo que o famoso Boris Berezovsky estava estabelecido em Londres, impossibilitado de voltar a Moscou, com medo de ser preso sob acusação de fraudes; ainda assim, todos esses homens negam suas infrações.(9) Conrad Black, que, com sua cadeia de jornais, foi o mais poderoso propagandista ideológico do friedmanismo no Canadá, enfrentava processos nos Estados Unidos por defraudação contra os acionistas da Hollinger International, por tratar a companhia, de acordo com os promotores, como "o banco de Conrad Black". Também nos Estados Unidos, Ken Lay, da Enron — garoto-propaganda dos efeitos negativos da desregulação do setor energético —, morreu em julho de 2006, tendo sido condenado por conspiração e fraude. E Grover Norquist, oriundo de um *think tank* friedmanista, que deixou os progressistas de cabelo em pé quando declarou: "Não quero abolir o governo. Quero apenas reduzi-lo a um tamanho que me permita arrastá-lo até o toalete e afogá-lo na banheira", estava envolvido até o pescoço num escândalo de tráfico de influência em torno do lobista de Washington Jack Abramoff, embora as acusações não tenham sido formalizadas.(10)

Apesar das tentativas de todos eles, de Pinochet e Cavallo a Berezovsky e Black, de retratarem a si mesmos como vítimas de perseguição política infundada, a lista, que permanece incompleta, representa um claro afastamento em relação ao mito da criação neoliberal. Conforme avançou, a cruzada econômica conseguiu se atrelar a um verniz de respeitabilidade e legalidade.

Agora, aquele verniz estava sendo publicamente despido, para revelar um sistema de desigualdade de riqueza gritante, em grande parte promovido com a ajuda de grotesca criminalidade.

Além do problema legal, havia outra nuvem no horizonte. Os efeitos dos choques, que haviam sido tão decisivos na criação da ilusão do consenso ideológico, estavam começando a desaparecer gradativamente. Rodolfo Walsh, outra vítima precoce, enxergou a ascensão da Escola de Chicago na Argentina como um retrocesso, não como uma derrota definitiva. As táticas de terror empregadas pela junta militar colocaram seu país em estado de choque, mas Walsh sabia que o choque, por sua própria natureza, é uma condição temporária. Antes que fosse alvejado nas ruas de Buenos Aires, Walsh estimou que levaria de vinte a trinta anos para que os efeitos do terror se dissipassem, e os argentinos recuperassem suas bases, coragem e confiança, tornando-se prontos, de novo, para lutar pela igualdade econômica e social. Em 2001, 24 anos depois, a Argentina explodiu em protestos contra as medidas de austeridade prescritas pelo FMI e impôs a retirada de cinco presidentes, em apenas três semanas.

Eu estava morando em Buenos Aires, naquela época, e as pessoas continuavam exclamando: “Terminou a ditadura!” Eu não conseguia compreender o sentido que estava por trás daquele júbilo, pois a ditadura tinha sido deposta há dezessete anos. Agora, acho que entendi: o estado de choque, finalmente, havia desaparecido, do modo que Walsh previra.

Desde então, o despertar da resistência ao choque se espalhou para muitos outros antigos laboratórios de choque — Chile, Bolívia, China, Líbano. E como as pessoas se livraram do medo coletivo, que foi instilado por meio dos tanques e dos ferretes, das fugas repentinas de capital e dos cortes brutais, muitos estão reivindicando mais democracia e mais controle sobre os mercados. Essas demandas representam a maior de todas as ameaças ao legado de Friedman, porque desafiam sua principal alegação: a de que o capitalismo e a liberdade são partes do mesmo projeto indivisível.

O governo Bush está tão comprometido com a perpetuação dessa falsa união que, em 2002, inseriu-a na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América. “As grandes lutas do século XX, entre a liberdade e o totalitarismo, terminaram com a vitória decisiva das forças da liberdade — um único modelo sustentável para o sucesso nacional: liberdade, democracia e livre-iniciativa.”(11) Essa afirmação, pronunciada com todo o peso das forças armadas dos Estados Unidos por trás, não foi suficiente para barrar a maré de cidadãos que usaram suas várias liberdades para rejeitar a ortodoxia do livre mercado — mesmo nos Estados Unidos. Como bem expressou a manchete do jornal *Miami Herald*, logo após as eleições legislativas de 2006, “Os democratas venceram com folga

opondo-se aos acordos de livre-comércio”. Uma pesquisa do *New York Times*/CBS, realizada alguns meses depois, registrou que 64% dos cidadãos estadunidenses acreditavam que o governo deveria oferecer serviços de saúde a todos e “demonstravam uma admirável vontade (...) de fazer acordos” para atingir esse objetivo, inclusive pagar quinhentos dólares anuais a mais, em impostos.(12)

No plano internacional, os oponentes mais ardorosos da economia neoliberal estavam ganhando uma eleição atrás da outra. Hugo Chávez, presidente da Venezuela, concorreu com uma plataforma baseada no “Socialismo do Século XXI” e foi reeleito, em 2006, com 63% dos votos, para um terceiro mandato. Apesar das tentativas do governo Bush de pintar a Venezuela de pseudodemocracia, uma pesquisa naquele mesmo ano apurou que 57% dos venezuelanos estavam satisfeitos com a situação de seu regime democrático, uma taxa de aprovação no continente abaixo apenas da do Uruguai, onde a coalizão de centro-esquerda Frente Ampla foi eleita para governar e onde uma série de referendos bloqueou privatizações importantes.(13) Em outras palavras, nos dois Estados latino-americanos em que as eleições resultaram em desafios concretos ao Consenso de Washington, os cidadãos renovaram sua fé no poder da democracia para melhorar suas vidas. Em vivo contraste com esse entusiasmo, nos países em que as políticas econômicas permaneceram as mesmas, apesar das promessas feitas durante as campanhas, as pesquisas sempre revelam um traço consistente de decepção com a democracia, que se reflete no reduzido comparecimento às votações, no profundo cinismo em relação aos políticos e no crescimento do fundamentalismo religioso.

Mais desavenças entre livres mercados e povos livres aconteceram na Europa, em 2005, quando a Constituição europeia foi rejeitada em dois referendos nacionais. Na França, o documento foi visto como a codificação da ordem corporatista. Pela primeira vez, os cidadãos foram chamados a responder se as regras do livre mercado deveriam reinar na Europa, e eles agarraram a oportunidade de dizer não. Como afirmou a ativista e escritora parisiense Susan George: “As pessoas realmente não sabiam que toda a Europa tinha sido resumida, tinha sido escrita num único documento. (...) Quando você começa a citá-lo e as pessoas descobrem o que está ali de verdade e vai ser constitucionalizado, sem revisões e emendas, elas ficam profundamente assustadas.”(14)

A vigorosa rejeição daquilo que os franceses chamam de “capitalismo selvagem” toma diversas formas diferentes, inclusive algumas reacionárias e racistas. Nos Estados Unidos, a raiva diante do encolhimento da classe média foi facilmente redirecionada para a reivindicação de cercas nas fronteiras, com uma

campanha conduzida todas as noites pelo apresentador da CNN, Lou Dobbs, contra a “invasão de imigrantes ilegais” que travavam “guerra contra a classe média americana” — roubando empregos, espalhando crimes e também trazendo “doenças altamente contagiosas”.(15) (Esse tipo de fabricação de bode expiatório provocou os maiores protestos pelos direitos dos imigrantes da história dos Estados Unidos, com mais de um milhão de pessoas participando de uma série de marchas, em 2006 — outro sinal de ausência de medo entre as vítimas do choque econômico.)

Na Holanda, o referendo de 2005 sobre a Constituição europeia foi sequestrado pelos partidos anti-imigrantistas, que o transformaram num voto contrário não à ordem corporatista, mas ao espectro dos trabalhadores pobres poloneses, que inundavam a Europa Ocidental para baixar os salários. O que mobilizou muitos eleitores nesses referendos, tanto franceses quanto holandeses, foi o medo do “encanador polonês” — ou “fobia do encanador”, como disse o ex-comissário da União Europeia Pascal Lamy.(16)

Na Polônia, enquanto isso, a reação contrária às políticas que empobreceram tantas pessoas, nos anos 1990, desencadeou uma série de preocupantes fobias. Quando o Solidariedade traiu os trabalhadores que haviam construído o movimento, muitos poloneses se voltaram para novas organizações, finalmente levando o partido ultraconservador Lei e Justiça ao poder. A Polônia agora é governada pelo presidente Lech Kaczyński, um ativista rompido com o Solidariedade que, quando foi prefeito de Varsóvia, se tornou famoso por impedir uma parada do orgulho gay e por participar de um evento de “orgulho das pessoas normais”.[77] Kaczyński e seu irmão gêmeo, Jaroslaw (agora primeiro-ministro), ganharam as eleições de 2005 com uma campanha fortemente baseada no ataque retórico às políticas da Escola de Chicago. Seus principais opositores prometiam acabar com o sistema de previdência pública e introduzir um imposto único de 15% — ambas medidas extraídas diretamente do manual de Friedman. Os gêmeos observaram que essas políticas roubariam os pobres para enriquecer uma conexão de grandes empresários e políticos oportunistas. Quando o partido Lei e Justiça chegou ao poder, no entanto, dirigiu suas metas para alvos mais fáceis: gays, judeus, feministas, estrangeiros, comunistas. Como afirmou um editor de jornal polonês: “O projeto deles é, definitivamente, um indiciamento dos últimos dezessete anos.”(17)

Na Rússia, a era Putin é vista por muitos como uma reação semelhante contra a era da terapia de choque. Com dezenas de milhares de cidadãos empobrecidos ainda excluídos da economia que cresce rapidamente, os políticos não encontram dificuldades para reavivar o sentimento público em relação aos acontecimentos do começo dos anos 1990, frequentemente retratados como uma

conspiração estrangeira para aniquilar o império soviético e colocar a Rússia “sob dominação externa”.[18] Embora as ações legais de Putin contra diversos oligarcas tenham sido, em grande parte, simbólicas — com o surgimento de um novo ramo de “oligarcas estatais” em torno do Kremlin —, a memória do caos dos anos 1990 tornou os russos agradecidos a Putin por restabelecer a ordem, apesar das mortes misteriosas de um número crescente de jornalistas e outros críticos e da total impunidade que a polícia secreta parece desfrutar.

Estando o socialismo ainda associado às décadas de brutalidade praticada em seu nome, a ira popular tem poucos escoadouros para se expressar, com exceção do nacionalismo e do protofascismo. Incidentes originados pela violência étnica crescem cerca de 30% ao ano, sendo que em 2006 foram reportados quase diariamente. O bordão “A Rússia para os russos” é apoiado por aproximadamente 60% da população.[19] “As autoridades estão cientes de que suas políticas econômicas e sociais são inadequadas para garantir condições de vida aceitáveis para a maioria da população”, disse Yuri Vdovin, militante antifascista. Assim, “todas as imperfeições são atribuídas à presença de outras pessoas de religião errada, cor errada ou outros fundamentos étnicos”.[20]

Trata-se de uma amarga ironia que, quando a terapia de choque foi prescrita na Rússia e na Europa Oriental, seus efeitos mais dolorosos foram justificados, sempre, como a única maneira de impedir a repetição das condições da Alemanha de Weimar, que levaram à ascensão do nazismo. A exclusão fortuita de milhões de pessoas, pelos ideólogos do livre mercado, reproduziu certas condições explosivas assustadoramente semelhantes: populações orgulhosas, que se viram humilhadas por forças estrangeiras e que, ao procurar recuperar seu orgulho nacional, alvejam os mais vulneráveis em seu meio.

Na América Latina, o laboratório original da Escola de Chicago, a reação contrária assume uma forma distinta, mais esperançosa. Ela não se dirige aos mais fracos ou vulneráveis, mas se concentra estritamente na ideologia que constitui a raiz da exclusão econômica. Diferentemente da situação da Rússia e da Europa Oriental, existe um entusiasmo irreprimível de experimentar ideias que foram enterradas no passado.

Apesar da alegação do governo Bush de que o século XX findou com a “vitória decisiva” dos livres mercados sobre todas as formas de socialismo, muitos latino-americanos compreendem perfeitamente bem que foi o comunismo autoritário que fracassou na Europa Oriental e em parte da Ásia. O socialismo democrático, que representa não somente a chegada dos partidos socialistas ao poder, por meio de eleições, mas também a administração democrática dos

locais de trabalho e da terra, deu certo em muitas regiões, da Escandinávia à região italiana da Emilia-Romagna, com sua economia pujante e historicamente cooperativa. Foi uma versão dessa combinação de socialismo e democracia que Allende tentou implementar no Chile, entre 1970 e 1973. Gorbachev teve uma visão semelhante, embora menos radical, de transformar a União Soviética numa "tocha socialista" baseada no modelo escandinavo. A Carta da Liberdade, na África do Sul, sonho que animou a longa luta pela libertação, era uma versão dessa mesma terceira via: não o comunismo de Estado, mas os mercados coexistentes com a nacionalização dos bancos e minas, e com o emprego da renda na construção de bairros confortáveis e escolas decentes — democracia econômica junto com democracia política. Os trabalhadores que fundaram o Solidariedade, em 1980, prometeram lutar não contra o socialismo, mas a seu favor, quando os operários chegassem, afinal, ao poder, para administrar democraticamente seus locais de trabalho e seu país.

O segredo sujo da era neoliberal era que essas concepções jamais foram derrotadas numa grande batalha de ideias, nem foram rejeitadas nas eleições. Elas foram tiradas do caminho com brutalidade, sob conjunturas políticas decisivas. Quando houve resistência feroz, elas foram derrotadas pela violência aberta — vinda dos tanques de Pinochet, Yeltsin e Deng Xiaoping. Em outras ocasiões, elas foram simplesmente traídas por meio daquilo que John Williamson chamou de "política de vodu": com a equipe econômica secreta, escolhida após a eleição pelo presidente boliviano Víctor Paz Estenssoro (e o sequestro em massa dos líderes sindicais); com as negociações de bastidores do CNA, que abandonaram a Carta da Liberdade em benefício do programa econômico sigiloso de Thabo Mbeki; com a sucumbência dos partidários exaustos do Solidariedade à terapia de choque econômico, após a eleição, em troca de um auxílio financeiro. É exatamente porque o sonho da igualdade econômica é tão popular, e tão difícil de derrotar numa luta justa, que a doutrina do choque foi implementada, em primeiro lugar.

Washington sempre enxergou o socialismo democrático como ameaça muito mais poderosa do que o comunismo totalitário, que era fácil de incriminar e transformar em inimigo útil. Nas décadas de 1960 e 1970, a tática empregada para lidar com a popularidade inconveniente do desenvolvimentismo e do socialismo democrático foi a de tentar equipará-los ao stalinismo, borrando, de forma deliberada, as diferenças claras entre as visões de mundo. (A identificação de todas as oposições ao terrorismo desempenha papel semelhante nos dias de hoje.) Um exemplo notável dessa estratégia emerge dos primeiros tempos da cruzada de Chicago, bem do fundo dos documentos chilenos tornados públicos. Embora a propaganda financiada pela CIA retratasse Allende como um ditador

nos moldes soviéticos, a verdadeira preocupação de Washington com a vitória eleitoral de Allende foi definida por Henry Kissinger, num memorando para Nixon, em 1970: “O exemplo bem-sucedido de um governo marxista eleito no Chile certamente teria impacto — e seria mesmo um precedente valioso — em outras partes do mundo, especialmente a Itália; a expansão imitativa de fenômenos semelhantes, em outros lugares, poderia afetar de modo significativo o equilíbrio mundial e a nossa própria posição.”(21) Em outras palavras, Allende precisava ser removido, antes que sua terceira via democrática se espalhasse.

O sonho que ele representou jamais foi derrotado. Como observou Walsh, ele foi temporariamente silenciado, submergido pelo medo. Essa é a razão pela qual, na medida em que os latino-americanos emergem de suas décadas de choque, as velhas ideias estão retornando — junto com a “expansão imitativa” que Kissinger temia. Desde o colapso argentino, em 2001, a oposição à privatização se tornou a questão decisiva do continente capaz de eleger governos e destituí-los; no final de 2006, ela praticamente criou um efeito dominó. Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito presidente do Brasil, em grande medida, porque transformou a votação num referendo sobre a privatização. Seu opositor, do partido responsável pelas principais vendas de ativos estatais ocorridas no Brasil, na década de 1990, se apressou a aparecer em público como se fosse um piloto de Stock Car socialista, vestindo uniforme e boné cobertos com as siglas das empresas públicas que ainda não tinham sido vendidas. Os eleitores não se convenceram, e Lula recebeu 61% dos votos, apesar da desilusão com os escândalos de corrupção que acometeram seu governo. Pouco tempo depois, na Nicarágua, Daniel Ortega, ex-comandante dos sandinistas, usou os constantes blecautes do país como pilar de sua campanha vitoriosa; a venda da companhia nacional de eletricidade para uma firma espanhola, Unión Fenosa, após a passagem do furacão Mitch, como ele afirmou, era a raiz do problema. “Vocês, irmãos, estão sofrendo os efeitos desses cortes de energia todos os dias!”, bradou ele. “Quem trouxe a Unión Fenosa para este país? O governo dos ricos, dos que estão a serviço do capitalismo bárbaro.”(22)

Em novembro de 2006, as eleições presidenciais no Equador se transformaram num campo de batalha ideológica semelhante. Rafael Correa, economista de esquerda de 43 anos, ganhou a votação contra Álvaro Noboa, grande produtor de bananas e um dos homens mais ricos do país. Com o sucesso do Twisted Sister denominado “We’re Not Going to Take It” como sua canção oficial de campanha, Correa apelou ao país para que “superasse todas as falácias do neoliberalismo”. Quando venceu, o novo presidente do Equador declarou que “não era fã de Milton Friedman”.(23) Na época, o presidente boliviano Evo Morales já estava se aproximando do final de seu primeiro ano de mandato.

Depois de enviar o Exército para tirar os campos de gás das mãos das multinacionais "predadoras", ele se mobilizou para nacionalizar partes do setor de mineração. No México, nesse mesmo período, os resultados fraudulentos das eleições de 2006 estavam sendo contestados por meio da criação de um "governo paralelo" do povo, sem precedentes, com votações sendo realizadas no meio das ruas e praças, fora do centro de governo na Cidade do México. No Estado mexicano de Oaxaca, o governo de direita enviou tropas de choque para encerrar uma greve de professores, que reivindicavam o aumento anual de seus ordenados. Isso provocou uma rebelião estadual de amplo alcance que durou meses, contra a corrupção do Estado corporatista.

O Chile e a Argentina são governados por políticos que se definem como opositores dos experimentos de Chicago em seus países, embora a dimensão das alternativas genuínas que eles oferecem ainda seja tema de intensos debates. O simbolismo, contudo, é um tipo próprio de vitória. Muitos indivíduos participantes do gabinete do presidente argentino, Néstor Kirchner, inclusive ele mesmo, foram presos durante a ditadura. No dia 24 de março de 2006, trigésimo aniversário do golpe militar de 1976, Kirchner se dirigiu a manifestantes na Praça de Maio, onde as mães dos desaparecidos realizavam suas vigílias semanais. "Estamos de volta", declarou, referindo-se a uma geração que foi aterrorizada nos anos 1970. No meio da imensa multidão, disse ele, estavam "os rostos dos trinta mil companheiros desaparecidos que voltaram a essa praça, hoje".(24) A presidente do Chile, Michelle Bachelet, foi uma das milhares de pessoas vitimadas pelo reino de terror de Pinochet. Em 1975, ela e sua mãe foram presas e torturadas na Villa Grimaldi, conhecida por seus cubículos de madeira para isolamento, tão pequenos que os detentos só podiam se acocorar. O pai dela, oficial militar, se recusou a compactuar com o golpe e foi assassinado pelos homens de Pinochet.

Em dezembro de 2006, um mês após a morte de Friedman, os líderes da América Latina se reuniram para um encontro histórico na Bolívia, na cidade de Cochabamba, onde um levante popular contra a privatização da água tinha forçado a Bechtel a deixar o país, alguns anos antes. Morales iniciou os trabalhos com a promessa de fechar "as veias abertas da América Latina".(25) Era uma referência ao livro de Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, relato lírico do saque violento que tornou pobre um continente que era rico. O livro foi publicado em 1971, dois anos antes de Allende ser derrubado pela ousadia de tentar fechar aquelas veias abertas, por meio da nacionalização das minas de cobre do país. Esse evento se deu numa nova era de pilhagem furiosa, durante a qual as estruturas construídas pelos movimentos desenvolvimentistas do continente foram saqueadas, desmembradas e vendidas.

Hoje, os latino-americanos estão retomando o projeto que foi tão brutalmente interrompido há muitos anos. Muitas políticas que estão brotando são familiares: nacionalização de setores fundamentais da economia, reforma agrária, novos e maiores investimentos em educação, alfabetização e serviços de saúde. Tais ideias não são revolucionárias, mas, com sua visão equilibrada de um governo voltado para a busca da igualdade, sem dúvida, representam uma reprovação da afirmação feita por Friedman para Pinochet, em 1975, de que “o principal erro, em minha opinião (...) é acreditar que é possível fazer o bem com o dinheiro dos outros”.

Embora repousem numa longa história de militância, os movimentos contemporâneos da América Latina não são réplicas diretas de seus predecessores. De todas as diferenças, a mais impressionante é uma consciência perspicaz da necessidade de proteção contra os choques do passado — golpes, terapeutas do choque estrangeiros, torturadores treinados nos Estados Unidos, assim como choques da dívida e colapsos monetários, característicos das décadas de 1980 e 1990. Os movimentos de massa na América Latina, que fortaleceram a onda de vitórias eleitorais dos candidatos de esquerda, estão aprendendo a construir amortecedores de choques em seus modelos de organização. Eles estão, por exemplo, menos centralizados do que nos anos 1960, tornando mais difícil desmobilizar movimentos inteiros com a eliminação de alguns líderes. Apesar do indiscutível culto à personalidade em torno de Chávez e de seus esforços para centralizar o poder no âmbito do Estado, as redes progressistas da Venezuela são, ao mesmo tempo, altamente descentralizadas, com seu poder disperso entre as bases e comunidades, em milhares de conselhos municipais e cooperativas. Na Bolívia, o movimento dos povos indígenas, que colocou Morales no governo, funciona de modo similar e já deixou claro que o presidente não conta com seu apoio incondicional: as comunidades populares irão protegê-lo enquanto ele for verdadeiro em seu mandato democrático, e nenhum minuto a mais. Foi esse tipo de organização em rede que permitiu a Chávez sobreviver à tentativa de golpe em 2002: quando sua revolução foi ameaçada, seus defensores saíram das favelas em torno de Caracas para exigir o reempossamento do presidente, um tipo de mobilização popular que não aconteceu durante os golpes da década de 1970.

Os novos líderes da América Latina também estão tomando medidas audaciosas para impedir futuros golpes, apoiados pelos Estados Unidos, que possam solapar suas vitórias eleitorais. Os governos de Venezuela, Costa Rica, Argentina e Uruguai já anunciaram que não vão mais enviar estudantes para a

Escola das Américas (agora denominada Instituto de Cooperação em Segurança para o Hemisfério Ocidental) — famoso centro de treinamento militar e policial, em Fort Benning, Geórgia, no qual muitos dos notórios assassinos do continente aprenderam as técnicas de contraterrorismo mais modernas e rapidamente as utilizaram contra os agricultores de El Salvador e os operários de montadoras da Argentina.[26] A Bolívia planeja cortar os laços com a escola, assim como o Equador. Chávez já deixou claro que, se algum elemento de extrema direita, na província boliviana de Santa Cruz, ameaçar o governo de Evo Morales, as tropas venezuelanas ajudarão a defender a democracia do país. Rafael Corrêa vai dar o passo mais radical de todos. A cidade portuária equatoriana de Manta abriga atualmente as maiores bases militares dos Estados Unidos na América do Sul, que servem como depósito temporário de armas e tropas para a “guerra contra as drogas”, em grande parte combatida na Colômbia. O governo de Corrêa anunciou que, quando o acordo para a manutenção das bases expirar, em 2009, não será renovado. “O Equador é uma nação soberana”, declarou a ministra das Relações Exteriores, María Fernanda Espinosa. “Não precisamos de tropas estrangeiras em nosso país.”[27] Se as forças armadas dos Estados Unidos não possuírem bases ou programas de treinamento, seu poder para infligir choques será bastante reduzido.

Os novos líderes da América Latina também estão se tornando mais bem preparados para os tipos de choque causados por mercados voláteis. Uma das maiores forças desestabilizadoras das últimas décadas tem sido a velocidade com que o capital pode ser desmobilizado e sair ou com uma queda brusca dos preços das *commodities* é capaz de devastar um setor agrícola inteiro. No entanto, em grande parte da América Latina, esses choques já aconteceram, deixando para trás subúrbios industriais abandonados e grandes extensões de terra não cultivada. A tarefa da nova esquerda da região, portanto, tem sido extrair os detritos da globalização e colocá-los para funcionar. No Brasil, o fenômeno é bem observado com os cerca de um milhão e meio de agricultores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que formaram centenas de cooperativas para reivindicar a terra improdutiva. Na Argentina, ele é mais claro no movimento das “empresas recuperadas”, duas centenas de empreendimentos falidos que foram ressuscitados por seus empregados e transformados em cooperativas administradas democraticamente. Para os cooperados, não existe o medo de enfrentar um choque econômico provocado pela saída dos investidores, porque eles já se foram. De certo modo, os experimentos de recuperação da terra representam um novo tipo de reconstrução pós-desastre — reconstrução do desastre em câmera lenta do neoliberalismo. Em gritante contraste com o modelo oferecido pelo complexo do capitalismo de desastre no Iraque, no Afeganistão e

na Costa do Golfo, os esforços de reconstrução dos líderes da América Latina são dirigidos aos habitantes mais afetados pela devastação. Sem surpreender, suas soluções espontâneas são muito parecidas com a verdadeira terceira via, que foi efetivamente tirada do caminho pela campanha da Escola de Chicago, em todo o mundo — democracia na vida cotidiana.

Na Venezuela, Chávez transformou as cooperativas em prioridades políticas, dando-lhes a preferência em contratos governamentais e oferecendo-lhes incentivos econômicos para que negociem entre si. Em 2006, havia aproximadamente cem mil cooperativas no país, empregando mais de setecentos mil trabalhadores.[28] Muitas são partes da infraestrutura estatal — cobrança de pedágios, manutenção de rodovias, clínicas de saúde —, entregue à gestão das comunidades. Isso é uma reversão da lógica de terceirização do governo — em vez de leiloar pedaços das grandes corporações estatais e perder o controle democrático, as pessoas que usam os serviços ganham o poder para administrá-los, criando, ao menos em tese, tanto empregos quanto serviços públicos mais responsáveis. Muitos críticos de Chávez, é claro, ridicularizaram essas iniciativas, chamando-as de esmolas e subsídios injustos. Ainda assim, numa era em que a Halliburton vem tratando o governo dos Estados Unidos, pelo menos nos últimos seis anos, como seu caixa automático pessoal — com retiradas superiores a vinte bilhões de dólares só em contratos no Iraque, e depois expressando sua gratidão aos contribuintes estadunidenses com a mudança de seu escritório central para Dubai (com todos os benefícios legais e isenção de impostos) —, os subsídios diretos de Chávez às pessoas comuns parecem significativamente menos radicais.

A proteção mais importante da América Latina contra choques futuros (e, portanto, contra a doutrina do choque) vem da independência afluente do continente em relação às instituições financeiras de Washington, resultante da maior integração entre os governos regionais. A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) é a resposta do continente para a Área de Livre Comércio das Américas, sonho corporatista, agora sepultado, de uma zona de livre-comércio que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo. Embora a ALBA ainda se encontre em seus estágios iniciais, o sociólogo brasileiro Emir Sader descreve sua promessa como "um exemplo perfeito de comércio genuinamente justo: cada país oferece o que produz melhor, em troca daquilo que mais precisa, independentemente dos preços do mercado global".[29] Desse modo, a Bolívia vende gás com desconto e preços estáveis; a Venezuela oferece petróleo fortemente subsidiado para os países mais pobres e compartilha sua perícia no

desenvolvimento das reservas; e Cuba envia milhares de médicos para prover serviços de saúde gratuitos, em todo o continente, enquanto forma estudantes de outros países em suas faculdades de medicina. Esse é um modelo muito diferente do tipo de troca acadêmica que começou na Universidade de Chicago, em meados da década de 1950, quando os estudantes latino-americanos aprenderam uma única e rígida ideologia e foram mandados de volta para casa a fim de impô-la com uniformidade em todo o continente. O principal beneficio é que a ALBA é essencialmente baseada no escambo, deixando os países decidirem por si mesmos quanto vale cada mercadoria ou serviço, em vez de permitir que negociantes de Nova York, Chicago ou Londres definam os preços por eles. Isso torna o comércio muito menos vulnerável ao tipo de flutuação brusca de preços que devastou as economias latino-americanas no passado recente. Rodeada de águas financeiras turbulentas, a América Latina está criando uma zona de relativa calmaria econômica e previsibilidade, um feito considerado impossível na era da globalização.

Com essa integração crescente, quando um país enfrenta déficit financeiro, não precisa procurar o FMI ou o Tesouro dos Estados Unidos para obter um empréstimo de emergência. Isso é bom, porque a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em 2006, deixa claro que, para Washington, a doutrina do choque ainda está bastante viva: "Se ocorrer uma crise, a resposta do FMI deve ser a de reforçar a responsabilidade de cada país por suas próprias escolhas econômicas", declara o documento. "O redirecionamento feito pelo FMI vai fortalecer as instituições do mercado e a disciplina do mercado em relação às decisões financeiras." Esse tipo de "disciplina do mercado" só pode ser reforçado se os governos recorrerem de fato a Washington para pedir ajuda — como explicou Stanley Fischer, durante a crise financeira da Ásia, o FMI só pode auxiliar se for solicitado, "mas, quando [um país fica] sem dinheiro, não tem muitos lugares para onde ir".(30) Esse já não é mais o caso. Graças aos altos preços do petróleo, a Venezuela emergiu como principal emprestadora para outros países em desenvolvimento, permitindo-lhes fazer uma última viagem a Washington.

Os resultados têm sido dramáticos. O Brasil, que ficou algemado a Washington durante tanto tempo, por causa de sua enorme dívida, se recusa a fazer um novo acordo com o FMI. A Nicarágua está negociando para sair do fundo, a Venezuela já se retirou tanto do FMI quanto do Banco Mundial, e mesmo a Argentina, antiga "aluna-modelo" de Washington, também participa dessa tendência. Em seu discurso sobre o Estado da União, em 2007, o presidente Néstor Kirchner afirmou que os credores estrangeiros do país lhe disseram: "'Você precisa fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional

para se tornar capaz de pagar a dívida.' Pois nós dizemos a eles: 'Senhores, nós somos soberanos. Queremos pagar nossa dívida, mas nem no inferno vamos fazer outro acordo com o FMI.'" Em consequência, o FMI, que foi tremendamente poderoso nos anos 1980 e 1990, já não é mais uma força no continente. Em 2005, a América Latina representava 80% do total de empréstimos em carteira do FMI; em 2007, o continente passou a representar apenas 1% — uma mudança radical, em apenas dois anos. "Há vida após o FMI", declarou Kirchner, "e é uma vida boa".(31)

A transformação vai além da América Latina. No espaço de três anos, os empréstimos em carteira do FMI no mundo todo haviam encolhido de 81 bilhões de dólares para 11,8 bilhões de dólares, sendo que grande parte desse valor foi destinada à Turquia. O FMI, que atuou como pária em tantos países, nos quais tratou as crises como oportunidades de realização de lucros, está começando a murchar. O Banco Mundial também enfrenta um futuro igualmente sinistro. Em abril de 2007, o presidente do Equador, Rafael Corrêa, revelou que suspendeu todos os empréstimos do banco e declarou o representante da instituição no seu país como *persona non grata* — um passo extraordinário. Dois anos antes, como Corrêa explicou, o Banco Mundial utilizou um empréstimo de cem milhões de dólares para derrotar a legislação econômica que promoveria a redistribuição dos rendimentos do petróleo entre os mais pobres do país. "O Equador é um país soberano e nós não vamos tolerar a extorsão da burocracia internacional", disse ele. Na mesma época, Evo Morales anunciou que a Bolívia iria deixar a corte de arbítrio do Banco Mundial, órgão que permite que as corporações multinacionais processem governos nacionais no caso de medidas que prejudiquem seus lucros. "Os governos da América Latina, e do mundo, creio eu, jamais vencem as causas. As multinacionais sempre saem vencedoras", declarou Morales. Quando Paul Wolfowitz foi forçado a anunciar sua renúncia ao cargo de presidente do Banco Mundial, em maio de 2007, ficou claro que a instituição precisava tomar medidas desesperadas para se salvar da profunda crise de credibilidade. Em meados do caso Wolfowitz, o *Financial Times* informou que, agora, quando os diretores do Banco Mundial emitiam pareceres no mundo em desenvolvimento, "eram motivo de risada".(32) Com o fracasso das conversas na Organização Mundial do Comércio, em 2006 (que resultou imediatamente em declarações de que "a globalização está morta"), o futuro das três principais instituições que impuseram a ideologia da Escola de Chicago, sob a máscara da inevitabilidade econômica, corre o risco de extinção.

Faz sentido que a revolta contra o neoliberalismo esteja em seu estágio mais avançado na América Latina — os latino-americanos, como habitantes do primeiro laboratório de choque, tiveram mais tempo para recuperar suas forças.

Anos de protestos nas ruas criaram novos agrupamentos políticos, que se fortaleceram não somente para tomar o poder, mas para começar a transformar as estruturas de poder do Estado. Há indícios de que outros antigos laboratórios de choque estão no mesmo caminho. Na África do Sul, 2005 e 2006 foram anos em que as favelas longamente negligenciadas abandonaram sua lealdade partidária ao CNA e começaram a protestar contra o descumprimento das promessas da Carta da Liberdade. Jornalistas estrangeiros comentaram que esse tipo de levante não era visto desde que os bairros negros se ergueram contra o *apartheid*. Porém, a mais notável mudança de humor está ocorrendo na China. Durante muitos anos, o terror brutal do massacre da Praça da Paz Celestial foi bem-sucedido na supressão da ira popular, diante da corrosão dos direitos dos trabalhadores e do aprofundamento da pobreza rural. Já não é mais. De acordo com fontes oficiais do governo, em 2005 houve um número estarrecedor de 87 mil grandes protestos na China, que envolveram mais de quatro milhões de trabalhadores e camponeses.[78] (33) A onda chinesa de ativismo foi recebida com a mais extrema repressão estatal, desde 1989, mas resultou em diversas vitórias concretas: maiores e novos investimentos nas áreas rurais, melhor serviço de saúde, promessa de eliminação das taxas escolares. A China também está saindo do choque.

Qualquer estratégia baseada na exploração de novas janelas de oportunidade, abertas por um choque traumático, recai pesadamente sobre o elemento-surpresa. Um estado de choque é, por definição, o momento em que se forma uma lacuna entre os eventos que se sucedem rapidamente e a informação disponível para explicá-los. O teórico francês Jean Baudrillard descreveu os incidentes terroristas como “excesso de realidade”; nesse sentido, os ataques do 11 de Setembro, na América do Norte, foram, em primeiro lugar, fatos puros, realidade crua, não processada pela história, pela narrativa ou por qualquer outra coisa que pudesse preencher a lacuna entre a realidade e a compreensão.(34) Sem uma história, todos ficamos intensamente vulneráveis àquelas pessoas que estão prontas para tirar proveito do caos em benefício próprio, como ficamos muitos de nós depois do 11 de Setembro. Tão logo encontramos uma nova narrativa, que nos ofereça uma perspectiva sobre os incidentes chocantes, começamos a nos reorientar e o mundo torna a fazer sentido novamente.

Interrogadores nas prisões, que tentam induzir o choque e a regressão, entendem bem esse processo. É por essa razão que os manuais da CIA enfatizam a importância de cortar qualquer coisa que possa ajudar os detentos a estabelecer uma nova narrativa — suas próprias fontes sensoriais, outros prisioneiros, e

mesmo a comunicação com os guardas. “Os presos devem ficar imediatamente segregados”, determina o manual de 1983. “O isolamento, tanto físico quanto psicológico, deve ser mantido desde o momento da captura.”[35] Os interrogadores sabem que os prisioneiros falam. Eles avisam uns aos outros o que vai acontecer; eles enviam notas através das grades. Quando isso acontece, os captores perdem sua vantagem. Eles ainda têm poder para infligir dor física, mas deixam escapar suas ferramentas psicológicas mais efetivas para manipular e “quebrar” seus prisioneiros: confusão, desorientação e surpresa. Sem esses elementos, não existe choque.

O mesmo acontece em sociedades mais amplas. Uma vez que os mecanismos da doutrina do choque são profunda e coletivamente compreendidos, comunidades inteiras ficam mais difíceis de surpreender, de confundir — tornam-se resistentes ao choque. A versão extraordinariamente violenta do capitalismo de desastre, que se tornou dominante depois do 11 de Setembro, surgiu, em parte, porque os choques mais brandos — crises da dívida, colapsos monetários, ameaça de ficar para trás “na história” — já estavam perdendo sua potência, em grande medida por excesso de uso. Mesmo hoje, os choques cataclísmicos de guerras e desastres naturais nem sempre provocam o nível de desorientação requerido para impor uma terapia de choque econômico indesejada. Há muitas pessoas no mundo que já tiveram experiência direta com a doutrina do choque: elas sabem como funciona, conversaram com outros prisioneiros, passaram notas entre as grades; o elemento crucial da surpresa está desaparecendo.

Um exemplo impressionante é a resposta de milhões de libaneses às tentativas dos credores internacionais de impor “reformas” de livre mercado, como condição da ajuda para a reconstrução depois dos ataques israelenses de 2006. Era certo supor que o esquema iria funcionar: o país estava desesperado em busca de financiamentos. Mesmo antes da guerra, o Líbano tinha uma das dívidas mais pesadas do mundo, enquanto as novas perdas decorrentes dos bombardeios sobre estradas, pontes e pistas de aeroportos eram estimadas em nove bilhões de dólares. Assim, quando os delegados de trinta países ricos se reuniram em Paris, em janeiro de 2007, para prometer 7,6 bilhões de dólares em empréstimos e verbas, eles certamente imaginaram que o governo libanês aceitaria qualquer amarra que fosse incorporada à ajuda. As condições eram rotineiras: privatizações de telefonia e eletricidade, elevação do preço do combustível, cortes nos serviços públicos e aumento de uma taxa já controversa sobre compras no varejo. Kamal Hamdan, economista libanês, estimou que, como consequência, “as despesas das famílias [iriam] aumentar 15%, por conta da elevação dos impostos e dos ajustes de preços” — uma clássica penalidade de

paz. Quanto à própria reconstrução, os trabalhos seriam entregues às firmas gigantes do capitalismo de desastre, sem necessidade de subcontratar no plano local.(36)

Perguntaram a Condoleezza Rice, secretária de Estado dos Estados Unidos, se essas demandas inflexíveis constituiriam interferência estrangeira nos assuntos internos do Líbano. Ela respondeu: “O Líbano é uma democracia. Dito isto, o Líbano também está realizando algumas reformas econômicas importantes, que são cruciais para que tudo dê certo.” Fouad Siniora, primeiro-ministro libanês apoiado pelo Ocidente, concordou rapidamente com a afirmação, deu de ombros e declarou que “o Líbano não inventou a privatização”. Mais adiante, numa clara demonstração de que aceitara as regras do jogo, ele contratou a Booz Allen Hamilton, gigante de vigilância ligada a Bush, para promover a privatização das telecomunicações libanesas.(37)

Muitos cidadãos libaneses, no entanto, foram bem menos cooperativos. Embora inúmeros lares ainda estivessem em ruínas, milhares de pessoas participaram de uma greve geral, organizada por uma coalizão de sindicatos e partidos políticos, inclusive o partido islâmico Hezbollah. Os manifestantes insistiram que, se para receber os fundos de reconstrução era preciso aumentar o custo de vida de um povo já castigado pela guerra, não se tratava de ajuda. Assim, enquanto Siniora tranquilizava os doadores em Paris, greves e barricadas nas estradas paralisavam o país — a primeira revolta nacional cujo alvo específico era o capitalismo de desastre do pós-guerra. Os manifestantes também realizaram uma demonstração de protesto, que durou dois meses, transformando o centro de Beirute numa mistura de acampamento com carnaval de rua. A maioria dos repórteres caracterizou aqueles eventos como exibições de força do Hezbollah, mas Mohamad Bazzi, chefe do escritório do jornal de Nova York *Newsday* no Oriente Médio, disse que essa interpretação deixava de lado o verdadeiro significado: “A grande força motivadora, que mobiliza muitos dos que estão acampados no centro da cidade, não é o Irã ou a Síria, ou a oposição entre xiitas e sunitas. É a desigualdade econômica que assombra os libaneses xiitas há muitas décadas. Essa é uma revolta dos pobres e da classe trabalhadora.”(38)

A localização da demonstração de protesto dava a explanação mais eloquente de por que o Líbano se mostrava tão resistente ao choque. A manifestação estava situada na parte do centro de Beirute que os moradores chamam de Solidere, nome da incorporadora imobiliária que detém todos os imóveis ali existentes, e que foram construídos por ela. Solidere foi o resultado do último esforço de reconstrução do Líbano. No começo dos anos 1990, depois da guerra civil que durou quinze anos, o país se encontrava devastado e o Estado, endividado, sem

dinheiro para a reconstrução. O empresário bilionário (e ex-primeiro-ministro) Rafiq Hariri fez uma proposta: se lhe fossem dados os direitos de propriedade territorial de todo o núcleo central da cidade, sua empresa imobiliária, Solidere, o transformaria na “Cingapura do Oriente Médio”. Hariri, que morreu na explosão de um carro, em fevereiro de 2005, demoliu quase todas as estruturas que estavam de pé, tornando a cidade um espaço vazio. Marinas, condomínios luxuosos (alguns com elevadores para limusines) e shopping centers suntuosos substituíram os antigos mercados.[39] Quase tudo que se situa no distrito empresarial — edifícios, praças, forças de segurança — é de propriedade da Solidere.

Para o resto do mundo, a Solidere era o símbolo brilhante do renascimento do Líbano no pós-guerra, mas para muitos libaneses sempre representou uma espécie de testamento hológrafo. Fora do núcleo ultramoderno da área central, a maior parte de Beirute carecia de infraestrutura, de eletricidade a transporte público, e os buracos de balas nas fachadas de muitos prédios nunca foram consertados. Foi nessas áreas negligenciadas, que circundavam o centro resplandecente, que o Hezbollah construiu sua base leal, instalando geradores e transmissores, organizando coleta de lixo, oferecendo segurança — transformando-se no vilipendiado “Estado dentro do Estado”. Sempre que os moradores dos subúrbios empobrecidos se aventuravam no enclave da Solidere, eram expulsos pelos guardas de segurança de Hariri; sua presença assustava os turistas.

Raida Hatoum, ativista pela justiça social em Beirute, contou-me que, quando a Solidere começou sua reconstrução, “as pessoas ficaram muito contentes porque a guerra tinha acabado e as ruas começaram a ser refeitas. Quando nos demos conta de que as ruas tinham sido vendidas, que se tornaram propriedade privada, já era tarde demais. Não sabíamos que o dinheiro era emprestado e que teríamos de pagá-lo depois”. Aquele brusco despertar, decorrente da descoberta de que o povo menos favorecido tinha sido responsabilizado pelo pagamento das obras que beneficiaram apenas uma pequena elite, tornou os libaneses verdadeiros especialistas na mecânica do capitalismo de desastre. Foi essa experiência que ajudou a manter o país orientado e organizado, depois da guerra de 2006. Ao escolher a bolha da Solidere como local de suas manifestações de protesto, com refugiados palestinos acampados do lado de fora da megaloja da Virgin e das cafeterias mais caras (“Se eu comesse um sanduíche aqui, ficaria sem dinheiro por uma semana”, observou um participante), os manifestantes mandavam uma clara mensagem. Eles não queriam outra reconstrução no estilo da bolha da Solidere e dos subúrbios destruídos — ou zonas verdes fortificadas e zonas vermelhas

furiosas —, mas sim uma reconstrução para todo o país. “Como podemos aceitar esse governo que rouba?”, perguntou um dos participantes. “O governo que construiu esse núcleo central e acumulou uma dívida imensa? Quem vai pagá-la? Eu terei de pagar, e meu filho também vai continuar pagando, depois de mim.”[40]

A resistência ao choque, no Líbano, foi além do protesto. E se expressou também num esforço de reconstrução de amplo alcance. Poucos dias após o cessar-fogo, os comitês de bairro do Hezbollah visitaram muitas casas que foram atingidas pelos ataques aéreos, avaliaram os estragos e disponibilizaram doze mil dólares, em dinheiro, para as famílias desabrigadas gastarem com um ano de aluguel e mobílias. Como observaram as jornalistas independentes Ana Nogueira e Saseen Kawzally, de Beirute: “Isso representa seis vezes o valor que os sobreviventes do furacão Katrina receberam da FEMA.” E, com palavras que soariam como música aos ouvidos dos desabrigados do Katrina, o líder do Hezbollah, xeque Hassan Nasrallah, prometeu ao país, numa fala pela televisão: “Vocês não precisarão pedir nenhum favor a ninguém, nem ficarão em filas em lugar nenhum.” A versão do Hezbollah para a ajuda não foi filtrada pelo governo ou pelas ONGs estrangeiras. Não foi dirigida para a construção de hotéis de cinco estrelas, como em Cabul, ou de piscinas olímpicas para os treinamentos policiais, como no Iraque. Ao contrário, o Hezbollah fez o que a sobrevivente do tsunami no Sri Lanka, Ranuka, me disse que gostaria que alguém tivesse feito por sua família: colocasse a ajuda em suas mãos. O Hezbollah também incluiu membros da comunidade na reconstrução — contratou equipes locais de construção civil (que trabalharam em troca dos entulhos de metal que recolhiam), mobilizou 1.500 engenheiros e organizou grupos de voluntários. Toda essa ajuda contribuiu para que, uma semana depois que os bombardeios cessaram, a reconstrução já estivesse sendo feita.[41]

Na imprensa dos Estados Unidos, tais iniciativas foram quase sempre tratadas como se fossem suborno ou clientelismo — a tentativa do Hezbollah de comprar o apoio popular, depois de ter provocado o ataque que sacudira o país (David Frum até sugeriu que as notas que o Hezbollah estava distribuindo eram falsas).[42] Não resta dúvida de que o Hezbollah está enfronhado na política, tanto quanto na caridade, e que fundos iranianos tornaram possível a generosidade do Hezbollah. No entanto, a posição do Hezbollah como organização local, nativa, que nasceu dentro dos bairros que estavam sendo reconstruídos, foi igualmente importante para a sua eficiência. Diferentemente das agências corporatistas de reconstrução, que vinham de fora e impunham seus planos elaborados por burocracias distantes, com a importação de dirigentes, segurança privada e tradutores, o Hezbollah atuava com rapidez, porque conhecia cada beco e cada

transmissor improvisado, assim como as pessoas confiáveis para fazer o trabalho. Se os habitantes do Líbano ficaram agradecidos pelo resultado, foi também porque sabiam qual era a alternativa. A alternativa era a Solidere.

Nem sempre reagimos aos choques com regressão. Em alguns casos, diante das crises, nós crescemos — rapidamente. Esse impulso foi bastante evidente na Espanha, no dia 11 de março de 2004, quando as bombas explodiram nos trens e nas estações de Madri, matando quase duzentas pessoas. Imediatamente, o presidente José María Aznar foi à televisão e conclamou os espanhóis a culpar os separatistas bascos e a dar-lhe seu apoio na guerra do Iraque. “Nenhuma negociação é possível ou desejável com esses assassinos, que tantas vezes espalharam a morte na Espanha. Somente com firmeza poremos fim a esses ataques”, declarou Aznar.(43)

Os espanhóis reagiram mal àquele tipo de discurso. “Ainda estamos ouvindo os ecos de Franco”, disse José Antonio Martines Soler, proeminente editor de jornal madrileno, que foi perseguido durante a ditadura de Francisco Franco. “Em cada ato, em cada gesto, em cada frase, Aznar disse ao povo que estava certo, que era o dono da verdade e que aqueles que discordavam dele eram seus inimigos.”(44) Em outras palavras, as mesmas qualidades que os americanos enxergavam como “liderança enérgica” em seu presidente, depois do 11 de Setembro, eram vistas como sinais agourentos de um fascismo emergente na Espanha. O país estava a apenas três dias das eleições nacionais e, ao se lembrar de um tempo em que o medo governou a política, os eleitores derrotaram Aznar e escolheram um partido que prometeu tirar as tropas do Iraque. Como no Líbano, foi a memória coletiva dos choques do passado que fez a Espanha resistente a novos abalos.

Todos os terapeutas do choque tencionam apagar a memória. Ewen Cameron estava convencido de que precisava esvaziar as mentes de seus pacientes antes de reconstruí-las. Os ocupantes estadunidenses do Iraque não sentiram necessidade de cessar a pilhagem dos museus e bibliotecas iraquianos, porque acharam que isso tornaria sua tarefa mais fácil. Mas, assim como mostra a antiga paciente de Cameron, Gail Kastner, com sua intricada arquitetura de papéis, livros e listas, as lembranças podem ser refeitas, novas narrativas podem ser criadas. A memória, tanto individual quanto coletiva, é no fim das contas o principal amortecedor.

Apesar das tentativas bem-sucedidas de explorar o tsunami de 2004, a memória provou ser uma ferramenta eficaz de resistência em algumas áreas atingidas, especialmente na Tailândia. Dezenas de vilas costeiras foram arrasadas pela onda, mas, ao contrário do Sri Lanka, muitos assentamentos tailandeses foram reconstruídos em poucos meses. A diferença não foi decorrente do governo. Os políticos tailandeses ficaram tão ansiosos quanto os outros para usar a tragédia como desculpa para deslocar os pescadores e entregar a posse das terras a grandes *resorts*. O que diferenciou a Tailândia foi que os habitantes das vilas encararam as promessas governamentais com imenso ceticismo e se recusaram a esperar pacientemente nos acampamentos pelo plano de reconstrução oficial. Em vez disso, em poucas semanas, centenas de moradores das vilas se engajaram naquilo que chamaram "reinvasões" de terras. Eles passaram pelos guardas armados, pagos pelas imobiliárias, e começaram a marcar os terrenos onde suas velhas casas costumavam ficar. Em alguns casos, a reconstrução começou imediatamente. "Eu quero apostar a minha vida nessas terras, porque elas nos pertencem", disse Ratree Kongwatmai, que perdeu quase toda a sua família no tsunami.(45)

As reinvasões mais audaciosas foram realizadas pelos pescadores nativos da Tailândia, chamados Moken, ou "ciganos do mar". Depois de séculos de desenraizamento, os Moken não tinham ilusões de que um Estado benevolente lhes daria um pedaço decente de terra, em troca das propriedades costeiras que tinham sido tomadas. Assim, num caso dramático, os residentes da vila de Ban Tung Wah, na província de Phang Nga, "se juntaram e marcharam de volta para casa, onde cercaram seu vilarejo destruído com cordas, num gesto simbólico de demarcação de posse de sua terra", explicou o relatório de uma ONG tailandesa. "Com toda a comunidade acampada do lado de fora, ficou difícil para as autoridades expulsarem as pessoas de lá, especialmente por causa da intensa atenção da mídia concentrada na recuperação do tsunami." No final, os moradores do vilarejo negociaram um acordo com o governo, desistindo de parte de sua terra à beira-mar, em troca de garantia legal sobre o resto de suas propriedades ancestrais. Hoje, a vila reconstruída é uma vitrine da cultura Moken, contando com museu, centro comunitário, escola e mercado. "Agora, funcionários do subdistrito vêm a Ban Tung Wah para aprender sobre a 'reconstrução conduzida pela população', enquanto pesquisadores e estudantes universitários se voltam para lá, em ônibus cheios, a fim de estudar a 'sabedoria do povo indígena'."(46)

Em toda a costa tailandesa atingida pelo tsunami, esse tipo de ação direta de reconstrução é a norma. A chave de seu sucesso, como afirmam os líderes comunitários, é que "as pessoas negociam seu direito à terra na posição de

ocupantes"; alguns apelidaram a prática de "negociação com as próprias mãos".[47] Os sobreviventes da Tailândia também insistiram em um tipo diferente de ajuda — em vez de se credenciar a doações, eles demandaram as ferramentas para realizar sua própria reconstrução. Dezenas de estudantes e professores de arquitetura tailandeses, por exemplo, se ofereceram como voluntários para ajudar membros das comunidades a planejar suas novas casas e desenhar seus próprios projetos de reconstrução; mestres artesãos ensinaram os moradores dos vilarejos a erguer seus próprios barcos pesqueiros de modo mais sofisticado. Os resultados são comunidades mais fortes do que eram antes da onda. As casas sobre palafitas construídas pelos moradores das vilas tailandesas, em Ban Tung Wah e Baan Nairai, são belas e resistentes; são ainda mais baratas, mais amplas e mais frescas do que os cubículos pré-fabricados oferecidos pelos contratantes estrangeiros. Um manifesto elaborado por uma coalizão de sobreviventes explica a filosofia: "O trabalho de reconstrução deve ser feito pelas verdadeiras comunidades, tanto quanto possível. Mantenham os contratantes de fora, deixem as comunidades tomarem para si a responsabilidade por suas próprias moradias."[48]

Um ano depois da ocorrência do Katrina, uma troca admirável aconteceu na Tailândia, entre os líderes populares do esforço de reconstrução do país e uma pequena delegação de sobreviventes do furacão de Nova Orleans. Os visitantes estadunidenses percorreram diversas vilas tailandesas reconstruídas e ficaram impressionados com a velocidade da recuperação. "Em Nova Orleans, estamos esperando que o governo faça alguma coisa por nós, mas aqui vocês mesmos estão fazendo tudo", disse Endesha Juakali, fundador da "vila dos sobreviventes" em Nova Orleans. "Quando voltarmos", prometeu ele, "seu modelo será nosso novo objetivo".[49]

Depois que os líderes comunitários de Nova Orleans voltaram para casa, ocorreu de fato uma onda de ação direta na cidade. Juakali, cujo bairro ainda estava em ruínas, organizou equipes de empreiteiros e voluntários locais para vasculhar os interiores danificados pela enchente, em todas as casas do quarteirão; em seguida, eles se dirigiam para outras quadras. Ele disse que a viagem à região do tsunami lhe dera "uma boa perspectiva sobre (...) como as pessoas de Nova Orleans terão de colocar a FEMA e os governos municipal e estadual de lado e começar a dizer: 'O que podemos fazer agora mesmo para começar a trazer nosso bairro de volta, apesar do governo, e não por causa dele?'" Outra veterana da turnê asiática, Viola Washington, também retornou a seu bairro de Nova Orleans, Gentilly, com uma atitude inteiramente nova. Ela "dividiu um mapa de Gentilly em seções, organizou comitês representativos para cada seção e nomeou líderes que se reuniram para discutir as necessidades da

reconstrução”. Viola explicou que “enquanto lutamos com o governo para ter nosso dinheiro, não queremos nada que tente ou resolva nos deter”.[50]

Ainda houve mais ação direta em Nova Orleans. Em fevereiro de 2007, grupos de moradores que viviam nos projetos de moradia popular, que o governo Bush planejava demolir, começaram a “reinvadir” seus antigos lares e a recuperar suas residências. Voluntários ajudaram a limpar os apartamentos e levantaram dinheiro para a compra de geradores e painéis solares. “Minha casa é o meu castelo, e o estou pegando de volta”, anunciou Gloria Williams, moradora do conjunto habitacional C.J. Peete. A reinvasão se transformou numa festa de rua completa, com uma banda de música de Nova Orleans.[51] Havia muito a comemorar: pelo menos por ora, essa comunidade tinha escapado da grande demolição cultural que se autodenomina reconstrução.

Há um tema comum a unificar todos esses exemplos de povos reconstruindo a si mesmos: os participantes afirmam que não estão apenas reparando construções, estão curando a si mesmos. Isso faz todo o sentido. A experiência universal de passar por um grande choque é a sensação de ser completamente impotente: diante de forças pavorosas, pais perdem a capacidade de salvar seus filhos, cônjuges são separados, lares — que são lugares de proteção — se tornam câmaras mortuárias. A melhor maneira de se recuperar da falta de amparo acaba sendo tornar-se útil — ter o direito de fazer parte de uma recuperação comunitária. “A reabertura de nossa escola indica que esta é uma comunidade muito especial, unida não só pela localização, mas pela espiritualidade, pelos ancestrais e pelo desejo de voltar para casa”, declarou a diretora-assistente da escola de ensino fundamental Dr. Martin Luther King Jr., no bairro de Lower Ninth Ward, em Nova Orleans.[52]

Esses esforços de reconstrução popular representam a antítese do *ethos* do complexo do capitalismo de desastre, que é a busca perpétua por folhas brancas e espaços vazios, sobre os quais possa construir Estados-modelo. Como as cooperativas fabris e agrícolas latino-americanas, eles são inerentemente improvisadores e trabalham com qualquer coisa que tenha sido deixada para trás e com qualquer ferramenta que não tenha sido varrida, quebrada ou roubada. Ao contrário da fantasia da Revelação, o apagamento apocalíptico que permite a fuga etérea dos verdadeiros crentes, os movimentos de renovação das populações locais partem da premissa de que não há escapatória para a confusão substancial que nós criamos e de que já houve suficiente eliminação — de história, cultura e memória. São movimentos que não procuram começar do zero, mas do entulho, dos escombros que estão por toda parte. Enquanto a cruzada corporatista continua em seu violento declínio, fazendo girar o ponteiro do choque para atingir a crescente resistência que encontra, esses projetos

assinalam um caminho entre os fundamentalismos. Como são radicais apenas em seu pragmatismo e estão enraizados nas comunidades onde vivem, esses homens e mulheres se veem apenas como restauradores, pegando o que têm à mão e consertando, reforçando, tornando melhor e mais igual. Acima de tudo, estão construindo com resistência — à espera do próximo choque.

NOTAS DA CONCLUSÃO

(1) Juan Forero, “Bolivia Indians Hail the Swearing in One of Their Own as President”, *New York Times*, 23 de janeiro de 2006.

(2) Tom Kerr, Coalizão Asiática pelo Direito à Moradia, “People’s Leadership in Disaster Recovery: Rights, Resilience and Empowerment”, Seminário sobre Desastre de Phuket, 30 de outubro — 3 de novembro de 2006, Cidade de Phuket, www.achr.net.

(3) Antillano pertence ao Comitê pela Terra de La Veja, Caracas. *Hablemos del Poder/Talking of Power*, documentário dirigido por Nina López, produzido por Global Women’s Strike, 2005, www.globalwomenstrike.net.

(4) Terence Corcoran, “Free Markets Lose Their Last Lion”, *National Post* (Toronto), 17 de novembro de 2006.

(5) Jim Webb, “Class Struggle”, *Wall Street Journal*, 15 de novembro de 2006.

(6) Geoffrey York, “Beijing to Target Rural Poverty”, *Globe and Mail* (Toronto), 6 de março de 2006; Larry Rohter, “A Widening Gap Erodes Argentina’s Egalitarian Image”, *New York Times*, 25 de dezembro de 2006; Instituto Mundial de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico, “Pioneering Study Shows Richest Two Percent Own Half World Wealth”, *press release*, 5 de dezembro de 2006, www.wider.unu.edu; Sarah Anderson *et al.*, *Executive Excess 2006: Defense and Oil Executives Cash in on Conflict*”, 30 de agosto de 2006, página 1, www.faireconomy.org; Webb, “Class Struggle”.

(7) Raul Garces, “Former Uruguayan Dictator Arrested”, Associated Press, 17 de novembro de 2006; “Argentine Judge Paves Way for New Trial of Ex-Dictator Videla”, Agência France-Press, 5 de setembro de 2006; “Former Argentine Leader Indicted for 2001 Bond Swap”, MercoPress, 29 de setembro de 2006, www.mercopress.com.

(8) “Former Latin American Leaders Facing Legal Troubles”, *Miami Herald*, 18 de janeiro de 2007.

(9) Andrew Osborn, “The A-Z of Oligarchs”, *Independent* (Londres), 26 de maio de 2006.

(10) Paul Waldie, “Hollinger: Publisher or ‘Bank of Conrad Black’?” *Globe and Mail* (Toronto), 7 de fevereiro de 2007; “Political Activist Grover Norquist”, *National Public Radio Morning Edition*, 25 de maio de 2001; Jonathan Weisman, “Powerful GOP Activist Sees His Influence Slip Over Abramoff Dealings”, *Washington Post*, 9 de julho de 2006.

(11) George W. Bush, *The National Security Strategy of the United States*, setembro de 2002, www.whitehouse.gov.

(12) Jane Bussey, “Democrats Won Big by Opposing Free-Trade Agreements”, *Miami Herald*, 20 de novembro de 2006; Robin Toner e Janet Elder, “Most Support U.S. Guarantee of Health Care”, *New York*

Times, 2 de março de 2007.

(13) Corporación Latinobarómetro, *Latinobarómetro Report 2006,* www.latinobarometro.org.

(14) Susan George e Erik Wesselius, "Why French and Dutch Citizens Are Saying NO", Transnational Institute, 21 de maio de 2005, www.tni.org.

(15) Lou Dobbs, *CNN: Lou Dobbs Tonight*, 14 de abril de 2005.

(16) Martin Arnold, "Polish Plumber Symbolic of all French Fear about Constitution", *Financial Times* (Londres), 28 de maio de 2005.

(17) Andrew Curry, "The Case Against Poland's New President", *New Republic*, 17 de novembro de 2005; Fred Halliday, "Warsaw's Populist Twins", *openDemocracy,* 1º de setembro de 2006, www.opendemocracy.net; Ian Traynor, "After Communism: Ambitious, Eccentric — Polish Twins Prescribe a Dose of Harsh Reality", *Guardian* (Londres), 1º de setembro de 2006. NOTA DE RODAPÉ: Ken Livingstone, "Facing Phobias", *Guardian* (Londres), 2 de março de 2007.

(18) Perry Anderson, "Russia's Managed Democracy", *London Review of Books,* 25 de janeiro de 2007.

(19) Vladimir Radyuhin, "Racial Tension on the Rise in Russia", *The Hindu,* 16 de setembro de 2006; Anistia Internacional, *Russian Federation: Violent Racism Out of Control* 4 de maio de 2006, www.amnesty.org.

(20) Helen Womack, "No Hiding Place for Scared Foreigners in Racist Russia", *Sydney Morning Herald*, 6 de maio de 2006.

(21) Henry A. Kissinger, *Memorandum to the President, Subject: NSC Meeting, November 6 — Chile,* 5 de novembro de 1970, tornado público, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(22) Jack Chang, "Fear of Privatization Gives Brazilian President a Lead in Runoff", Knight Rider, 26 de outubro de 2006; Hector Tobar, "Nicaragua Sees Red Over Blackouts", *Los Angeles Times*, 30 de outubro de 2006.

(23) Nikolas Kozloff, "The Rise of Rafael Correa", *CounterPunch*, 26 de novembro de 2007; Simon Romero, "Leftist Candidate in Ecuador is Ahead in Vote, Exit Polls Show", *New York Times,* 27 de novembro de 2006.

(24) "Argentine President Marks Third Year in Office with Campaign-Style Rally", BBC Monitoring International Reports, 26 de maio de 2006.

(25) Dan Keane, "South American Leaders Dream of Integration, Continental Parliament", Associated Press, 9 de dezembro de 2006.

(26) Duncan Campbell, "Argentina and Uruguay Shun US Military Academy", *Guardian* (Londres), 6 de abril de 2006; "Costa Rica Quits US Training at Ex-School of the Americas", Agência France-Press, 19 de maio de 2007.

(27) Roger Burbach, "Ecuador's Government Cautiously Takes Its First Steps", *NACLA News,* 19 de fevereiro de 2007, www.nacla.org.

(28) Chris Kraul, “Big Cooperative Push in Venezuela”, *Los Angeles Times,* 21 de agosto de 2006.

(29) Emir Sader, “Latin American Dossier: Free Trade in Reciprocity”, *Le Monde Diplomatique,* fevereiro de 2006.

(30) George W. Bush, *The National Security Strategy of the United States of America,* março de 2006, página 30, www.whitehouse.gov; entrevista com Stanley Fischer realizada em 9 de maio de 2001, para a série *Commanding Heights: The Battle for the World Economy,* www.pbs.org.

(31) Jorge Rueda, “Chavez Says Venezuela Will Pull Out of the IMF, World Bank”, Associated Press, 1º de maio de 2007; Fiona Ortiz, “Argentina’s Kirchner Says No New IMF Program”, Reuters, 1º de março de 2007; Christopher Swann, Bloomberg News, “Hugo Chávez Exploits Oil Wealth to Push IMF Aside”, *International Herald Tribune* (Paris), 1º de março de 2007.

(32) *Ibid.*; “Ecuador Expels World Bank Representative”, Agência France-Press, 27 de abril de 2007; Reuters, “Latin Leftists Mull Quitting World Bank Arbitrator”, *Washington Post,* 29 de abril de 2007; Eoin Callan e Krishna Guha, “Scandal Threatens World Bank’s Role”, *Financial Times* (Londres), 23 de abril de 2007.

(33) Michael Wines, “Shantytown Dwellers in South Africa Protest the Sluggish Pace of Change”, *New York Times,* 25 de dezembro de 2005; Brendan Smith *et al.*, “China’s Emerging Labor Movement”, Commondreams.org, 5 de outubro de 2006, www.commondreams.org. NOTA DE RODAPÉ: *Ibid.*

(34) Jean Baudrillard, *Power Inferno* (Paris: Galilée, 2002), 83.

(35) Agência Central de Inteligência, Manual de Treinamento para a Exploração de Recursos Humanos — 1983, www.gwu.edu/~nsarchiv.

(36) Andrew England, “Siniora Flies to Paris as Lebanon Protests Called Off”, *Financial Times* (Londres), 23 de janeiro de 2007; Kim Ghattas, “Pressure Builds for Lebanon Reform”, *BBC News,* 22 de janeiro de 2007; Lysandra Ohrstrom, “Reconstruction Chief Says He’s Stepping Down”, *Daily Star* (Beirute), 24 de agosto de 2006.

(37) Helene Cooper, “Aid Conference Raises $7.6 Billion for Lebanese Government”, *New York Times*, 26 de janeiro de 2007; Osama Habib, “Siniora Unveils Reform Plan Aimed at Impressing Paris III Donors”, *Daily Star* (Beirute), 3 de janeiro de 2007; Osama Habib, “Plans for Telecom Sale Move Ahead”, *Daily Star* (Beirute), 30 de setembro de 2006.

(38) Mohamad Bazzi, “People’s Revolt in Lebanon”, *The Nation*, 8 de janeiro de 2007; Trish Schuh, “On the Edge of Civil War: The Cedar Revolution Goes South”, *CounterPunch*, 23 de janeiro de 2007, www.counterpunch.org.

(39) Mary Hannock, “Lebanon’s Economic Champion”, *BBC News*, 14 de fevereiro de 2005; Randy Gragg, “Beirut”, *Metropolis,* novembro de 1995, páginas 21, 26; “A Bombed-Out Beirut Is Being Born Again — Fitfully”, *Architectural Record* 188, nº 4 (abril de 2000).

(40) Bazzi, “People’s Revolt in Lebanon”.

(41) Ana Nogueira e Saseen Kawzally, “Lebanon Rebuilds (Again)”, *Indypendent*, 31 de agosto de 2006, www.indypendent.org; Kambiz Foroohar, “Hezbollah, with $100 Bills, Struggles to Repair Lebanon Damage”, Bloomberg News, 28 de setembro de 2006; Omayma Abdel-Latif, “Rising From the Ashes”, *Al-Ahram Weekly,* 31 de agosto de 2006.

(42) David Frum, “Counterfeit News”, *National Post* (Toronto), 26 de agosto de 2006.

(43) “Spain’s Aznar Rules Out Talks with Basque Group ETA”, Associated Press, 11 de março de 2004.

(44) Elaine Sciolino, “In Spain’s Vote, a Shock from Democracy (and the Past)”, *New York Times*, 21 de março de 2004.

(45) Santisuda Ekachai, “This Land Is Our Land”, *Bangkok Post,* 2 de março de 2005.

(46) Tom Kerr, Coalizão Asiática pelos Direitos à Moradia, “New Orleans Visits Asian Tsunami Areas — 9-17 de setembro de 2006”, www.achr.net.

(47) *Ibid.*

(48) Kerr, “People’s Leadership in Disaster Recovery: Rights, Resilience and Empowerment”.

(49) Kerr, “New Orleans Visits Asian Tsunami Areas”.

(50) Richard A. Webster, “N.O. Survivors Learn Lessons from Tsunami Rebuilders”, *New Orleans Business,* 13 de novembro de 2006.

(51) Moradores de Habitações Públicas, “Public Housing Residents Take Back Their Homes”, *press release,* 11 de fevereiro de 2007, www.peoplesorganizing.org.

(52) Citação de Joseph Recasner. Steve Ritea, “The Dream Team”, *Times-Picayune* (Nova Orleans), 1º de agosto de 2006.

AGRADECIMENTOS

ACHO QUE DEVE HAVER ALGUMA REGRA LITERÁRIA que proíba dedicar dois livros à mesma pessoa. No caso deste livro, preciso quebrar essa regra. Este projeto simplesmente não teria sido física, intelectual e emocionalmente possível sem meu marido, Avi Lewis. Ele é meu colaborador em todas as coisas: editor, companheiro de viagem (Sri Lanka, África do Sul, Nova Orleans), fonte de força e disposição. Fizemos isso juntos.

A tarefa também teria me derrotado sem o trabalho extraordinário de minha assistente de pesquisa, Debra Levy. Debra dedicou toda a sua vida a este livro, durante três anos, parando apenas para ter um bebê. Sua fantástica habilidade para pesquisar deixou sua marca em cada página. Ela desencavou informações novas e estimulantes, manejou e organizou fontes desconjuntadas, realizou diversas entrevistas e depois conferiu os dados factuais em todo o manuscrito. Não tenho palavras para agradecer o fato de ter sido acompanhada, em todas as etapas, por uma colega tão talentosa e dedicada. Debra estende seu amor e reconhecimento a Kyle Yamada e Ari Yamada-Levy, e eu faço minhas as suas palavras.

Duas editoras, que trabalharam com raro espírito de colaboração e satisfação, moldaram este manuscrito de modo tão profundo que mal posso descrever: Louise Dennys, da Knopf Canada, e Frances Coady, da Metropolitan Books. Louise e Frances, que também são minhas amigas e mentoras, levaram-me a estender a tese para áreas inteiramente novas e deram-me o tempo necessário para responder a seus minuciosos desafios. Louise tem sido minha fiel editora e defensora impetuosa, desde *Sem logo,* e eu fico impressionada com a sua capacidade de me fazer baixar o tom e, ao mesmo tempo, de me tornar mais dura. Quando entreguei o original revisado e bastante ampliado, Frances reestruturou e refinou tudo com incrível comprometimento, em cada etapa. O fato de que o mundo editorial ainda tenha lugar para titãs intelectuais do porte dessas duas mulheres me dá esperanças em relação ao futuro dos livros.

Mais adiante, o manuscrito foi ainda mais afiado, graças às observações incisivas de Helen Conford, da Penguin britânica, que trabalhou junto conosco desde o princípio. A paixão ilimitada de Alison Reid por este projeto, assim como sua acuidade no polimento do texto, torna o crédito de copidesque totalmente inadequado. Estou em dívida com ela.

Minha brilhante agente, Amanda Urban, acreditou neste livro desde quando minha ideia era apenas tratar do Iraque, e sua fé e lealdade cresceram em cada prazo não cumprido e em cada esboço revisado e aumentado. Ela tem ainda a equipe mais afiada e tranquila: Margaret Halton, Kate Jones, Elizabeth Iveson, Daisy Meyrick, Karolina Sutton e Liz Farrell. Cercada pelas mulheres da ICM Books, qualquer um se sente pronto para qualquer coisa. Somos todos gratos ao trabalho de base feito por Nicole Winstanley e Bruce Westwood.

Jackie Joiner é diretora do escritório da Klein Lewis Produções. Durante dois anos, ela atuou como escudo humano, mantendo o mundo a uma distância segura para que eu pudesse me concentrar. Em seguida, quando o original ficou pronto, ela nos colocou em movimento, como um magnífico regente de orquestra. Se eu dissesse mais alguma coisa sobre as façanhas diárias de Jackie, com sua administração criativa, despertaria inveja, então é melhor ficar por aqui.

A equipe da ICM encontrou casas editoriais perfeitas para este livro em todo o mundo, oferecendo-me, assim, o privilégio de juntar um time internacional de pesquisadores e conferentes de fatos, sem os quais Debra e eu jamais teríamos completado um projeto desse escopo. Cada pesquisador pegou alguns pedaços cruciais do quebra-cabeça, de acordo com suas qualificações especializadas e áreas de interesse.

Minha querida amiga Andréa Schmidt, com quem viajei ao Iraque, foi uma companhia intelectual constante, não apenas me fornecendo grossos fichários de leituras superorganizadas sobre os assuntos mais desagradáveis, mas me educando e me forçando a ir mais longe e mais fundo no horror. As seções sobre tortura, em especial, são produto de nossas conversas infindáveis. Ela também leu esboços do manuscrito e me deu algumas das sugestões mais importantes.

Aaron Maté foi meu primeiro pesquisador, de 2003 a 2005, época em que meu trabalho jornalístico estava concentrado, quase exclusivamente, na transformação econômica do Iraque. Foi uma bênção trabalhar com Aaron, grande intelecto e jornalista maravilhoso. Suas marcas são inconfundíveis, tanto nos capítulos sobre o Iraque quanto nas passagens sobre Israel/Palestina.

Fernando Rouaux e Shana Yael Shubs, acadêmicos de grande futuro, especializados em estudos latino-americanos, descobriram um estoque praticamente inexplorado de escritos econômicos acerca da inter-relação entre crises e reformas neoliberais. Foi esse material que me revelou a centralidade da doutrina do choque nas altas esferas das instituições financeiras internacionais. Fernando realizou diversas entrevistas para mim em Buenos Aires, que foram fundamentais, e Shana traduziu dezenas de documentos e artigos do espanhol para o inglês. Eles também conferiram, rigorosamente, os fatos citados nos capítulos do livro sobre a Argentina.

A fabulosa Amanda Alexander foi minha primeira pesquisadora do capítulo sobre a África do Sul, descobrindo fatos, conferindo-os e transcrevendo entrevistas gravadas, com a ajuda incomensurável de Audrey Sasson. Amanda realizou, ainda, buscas fundamentais sobre o período da terapia de choque na China. Muitos outros pesquisadores se juntaram à equipe, em vários pontos: Bruno Anili, Emily Lodish (especialmente sobre a Rússia), Hannah Holleman (sobre a crise financeira da Ásia), Wes Enzinna (inclusive as últimas entrevistas, na Bolívia), Emma Ruby-Sachs, Grace Wu e Nepomuceno Malaluan.

Debra Levy, que é bibliotecária, deseja agradecer a seu pessoal de retaguarda: as equipes de auxiliares, pacientes e diligentes das bibliotecas da Universidade de Oregon, da Corvallis-Benton County Public Library e da Eugene Public Library.

Minhas reportagens de campo também se apoiaram em muitos pesquisadores, tradutores, colaboradores e amigos — muitos nomes para mencionar, mas eis um começo. No Iraque: Salam Onibi, Linda Albermani e Khalid al-Ansary, um dos melhores jornalistas de Bagdá, e também meu amigo e companheiro de viagem Andrew Stern. Na África do Sul: Patrick Bond, Heinrich Bohmke, Richard Pithouse, Raj Patel e, como sempre, o brilhante e incansável Ashwin Desai. Agradecimentos especiais a Ben Cashdan e seu pessoal, por compartilharem entrevistas com Nelson Mandela e o arcebispo Desmond Tutu, e por muito mais. Em Nova Orleans: Jordan Flaherty, Jacquie Soohen e Buddy e Annie Spell. No Sri Lanka: Kumari e Dileepa Witharana serviram como guias espirituais e intelectuais, para mim e para Avi, além de tradutoras. Sarath Fernando, Kath Noble e o resto da equipe de MONLAR foram nosso lar e a razão pela qual fizemos a viagem, em primeiro lugar. Quando regressei ao Canadá, Stuart Laidlaw transcreveu horas de entrevistas e Loganathan Sellathurai e Anusha Kathiravelu transcreveram e traduziram do tâmil e do singalês.

Boris Kagarlitsky me ajudou com o capítulo sobre a Rússia. Przemyslaw Wielgosz, Marcin Starnawski e Tadeusz Kowalik dedicaram seu tempo para me ensinar muito a respeito da transição na Polônia. Marcela Oliviera me apresentou aos participantes dos movimentos contra a terapia de choque na Bolívia. Tom Kerr, da Coalizão Asiática pelos Direitos à Moradia, foi nossa ponte para a reconstrução após o tsunami na Tailândia.

A gênese deste livro foi o ano em que vivi na Argentina, onde um grupo de novos amigos me ensinou muito sobre as raízes sangrentas do projeto da Escola de Chicago, na maioria das vezes compartilhando seus próprios relatos dilaceradores e as histórias de suas famílias. Aqueles professores pacientes foram, entre outros, Marta Dillon, Claudia Acuña, Sergio Ciancaglini, Nora

Strejilevich, Silvia Delfino, Ezequiel Adamovsky, Sebastian Hacher, Cecilia Sainz, Julian A. Massaldi-Fuchs, Esteban Magnani, Susana Guichal e Tomás Bril Mascarenhas. Eles mudaram minha visão de mundo. A análise sobre tortura que aparece neste livro foi moldada por dezenas de entrevistas realizadas com pessoas que experimentaram abusos nas prisões e também com aqueles que dedicaram suas vidas a orientar os sobreviventes. Quero agradecer, em especial, a Federico Allodi e Miralinda Friere, ambos fundadores do Centro Canadense para Vítimas de Tortura, assim como a Shokoufeh Sakhi, Carmen Sillato e Juan Miranda.

Alguns dos meus amigos mais próximos são escritores especializados em temas abordados neste livro, e muitos deles leram esboços do manuscrito e gastaram horas falando de suas ideias. Kyo Maclear estava sempre me passando livros e adiantando artigos, e suas observações sobre a primeira versão aprimoraram meu entendimento acerca das facetas do colonialismo; Seumas Milne, que transformou a página de editorial do *Guardian* num verdadeiro fórum de debate global, foi meu tutor sobre os anos Thatcher e conselheiro político em vários outros assuntos; Michael Hardt me levou de volta ao quadro-negro e aguentou meu keynesianismo emergente; Betsy Reed, minha editora no *Nation*, me ajudou a emoldurar a tese e editou meu primeiro artigo sobre o capitalismo de desastre, assim como outras dezenas de colunas; o destemido Jeremy Scahill leu os primeiros capítulos e compartilhou comigo o pânico e a pesquisa sobre o estado de privatização da guerra (e da vida); Katharine Viner foi a luz no fim do túnel e está transformando o *Guardian* na plataforma de lançamento deste livro. Acima de tudo, esses queridos amigos, que também são colegas de profissão, me fizeram companhia e me inspiraram durante anos de escrita solitária.

Não sou economista, mas meu irmão Seth Klein, diretor do indispensável Centro Canadense de Políticas Alternativas de British Columbia, é minha arma nesse campo. Ele suportou ligações em horas impróprias, em que eu requisitei tutorias improvisadas sobre teoria monetária, e editou, cuidadosamente, a primeira versão, me instigando e me protegendo da melhor forma possível. Ricardo Grinspun, economista brilhante da Universidade de York, especializado em América Latina (citado no texto), foi bastante gentil ao ler o manuscrito e oferecer sugestões importantes e qualificadas. Como também Stephen McBride, diretor do Centro para Economia Política Global, da Universidade Simon Fraser. Sinto-me honrada pelo fato de que ambos arrumaram tempo, em suas agendas lotadas de compromissos, para aceitar outra aluna, e ninguém deve ser responsabilizado pelos erros cometidos por mim.

Meus pais, Bonnie e Michael Klein, me deram sugestões maravilhosas acerca dos esboços e tomaram conta de mim, de modo extraordinário, quando

me mudei para sua cidade natal a fim de escrever. Ambos defenderam apaixonadamente a ideia de uma esfera pública fora do mercado ao longo de toda a sua vida — Michael na saúde e Bonnie nas artes. Minha sogra heroína, Michele Landsberg, leu o manuscrito e me felicitou como só ela sabe fazer. A insistência de meu sogro, Stephen Lewis, para que eu colocasse a epidemia de aids firmemente dentro do contexto de fundamentalismo de livre mercado me incentivou a escrever este livro.

Muitos outros editores talentosos e suas equipes ofereceram apoio a este projeto, inclusive Brad Martin, da Random House of Canada, John Sterling e Sara Bershtel, da Metropolitan de Nova York, Stefan McGrath e seu grupo criativo e inteligente da Penguin britânica, Peter Sillem da S. Fischer Verlag, Carlo Brioschi da Rizzoli, Erik Visser da De Geus, Claudia Casanova da Paidós, Jan-Erik Petterson da Ordfront, Ingeri Engelstad da Oktober, Roman Kozyrev da Dobraya Kniga, Marie Catherine Vacher da Actes Sud, e Lise Bergerin e todos da Leméac.

Todos nós temos uma dívida enorme com a imperturbável Adrienne Phillips, diretora editorial atuante da Knopf Canada. Ela não apenas manteve essa equipe desconjuntada no trilho, mas, junto com Margaret Halton e Jackie Joiner, tornou viável a publicação do livro em sete idiomas, simultaneamente, algo parecido com um milagre editorial. Tenho também imensa gratidão a Scott Richardson, por seu design elegante e estimulante, a Doris Cowan pela cuidadosa leitura das provas, e a Beate Schwirtlich por sua habilidosa inserção de emendas. Barney Gilmore é, mais uma vez, o mestre da indexação. Mark A. Fowler é o típico advogado de calúnia e difamação, e foi um prazer discutir com ele. Agradeço ainda a Sharon Klein, Tara Kennedy, Maggie Richards, Preena Gadher e Rosie Glaisher, assim como aos tradutores que tornarão este texto acessível aos leitores de todo o mundo.

Além dos pesquisadores que trabalharam diretamente neste projeto, muitos ativistas e escritores me ajudaram ao longo do caminho. Os incríveis membros do grupo Focus on the Global South, de Bangcoc, foram os primeiros a identificar a “reconstrução” como a nova fronteira do neocolonialismo, uma continuação de seu extenso trabalho sobre a exploração das crises. Sou especialmente grata à acuidade de Shalmali Guttal e Walden Bello. Por suas investigações importantes, que evidenciaram o capitalismo de desastre em Nova Orleans, sou reconhecida a Chris Kromm e sua equipe do Institute for Southern Studies, assim como aos escritos e ao ativismo do advogado de direitos humanos Bill Quigley. Soren Ambrose, inicialmente do Fifty Years Is Enough, foi uma tremenda fonte sobre instituições financeiras internacionais. Minha pesquisa acerca do abuso contemporâneo de prisioneiros foi muito apoiada por Michael

Ratner e sua corajosa turma do Center for Constitutional Rights, assim como por John Sifton e a Human Rights Watch, pelos relatórios da Anistia Internacional e por Jameel Jaffer, da União Americana pelas Liberdades Civis.

Muitos documentos tornados públicos, citados no texto, foram desencavados por pessoas extraordinárias do Arquivo da Segurança Nacional. Outras fontes importantes foram as entrevistas da trilogia de documentários da PBS, de 2002, intitulada *Commanding Heights: The Battle for the World Economy*. Muitas citações que aparecem no texto não estão nos filmes, mas os produtores tomaram a rara decisão de disponibilizar as transcrições das entrevistas na internet. Também estou em débito com Amy Goodman e todo o grupo do *Democracy Now!* Suas entrevistas inovadoras constituem não apenas uma fonte adicional de notícias diárias (www.democracynow.org), mas uma preciosa ferramenta contínua de busca.

Centenas de outros jornalistas investigativos e autores, de cujo trabalho faço uso, foram agradecidos no texto e nas notas de fim de capítulo. Uma extensa bibliografia pode ser consultada na página www.naomiklein.org, com links diretos para muitos documentos originais. Alguns livros representaram uma ajuda tão tremenda e repetida, que notas de fim e bibliografias não são suficientes para indicar sua importância: *Failed Crusade*, de Stephen F. Cohen, *A Question of Torture*, de Alfred McCoy, *Night Draws Near*, de Anthony Shadid, *Imperial Life in the Emerald City*, de Rajiv Chandrasekaran, *A Lexicon of Terror*, de Marguerite Feitlowitz, *True Crimes: Rodolfo Walsh*, de Michael McCaughan, *A Miracle, a Universe*, de Lawrence Weschler, *Empire's Workshop*, de Greg Grandin, *Blood Money*, de T. Christian Miller, *Bush Agenda*, de Antonia Juhasz, *Pinochet's Economists*, de Juan Gabriel Valdés, *The Tragedy of Russia's Reforms*, de Peter Reddaway e Dmitri Glinski, *Thabo Mbeki and the Battle for the Soul of the ANC*, de William Mervin Gumede, *Globalization and Its Discontents*, de Joseph E. Stiglitz, *Precarious Life*, de Judith Butler, *Confessions of an Economic Hitman*, de John Perkins, *The Pinochet File*, de Peter Kornbluh e *The New Rulers of the World*, de John Pilger, entre muitos de seus outros trabalhos. Também estou em dívida com diversos autores de documentários, cujos filmes me ajudaram a entender eventos que não pude assistir em primeira mão. A trilogia definitiva de Patricio Guzmán, intitulada *A batalha do Chile*, faz jus à menção especial.

Muitos teóricos e cronistas do neoliberalismo modelaram meu pensamento, muito além do que as citações demonstram: David Harvey (em especial *A Brief History of Neoliberalism*) e todo o resto que foi escrito por John Berger, Mike Davis e Arundhati Roy. Quando leio e releio o trabalho de Eduardo Galeano,

sinto como se tudo já tivesse sido dito. Espero que ele perdoe minhas tentativas, aqui, de colocar asteriscos nas margens, só para enfatizar alguns pontos.

Também quero homenagear cinco belos modelos distintos de intelectuais engajados, enraivecidos, cada qual representando um herói especial para mim, que morreram enquanto eu escrevia este livro. A perda de Susan Sontag, John Kenneth Galbraith, Molly Ivins, Jane Jacobs e Kurt Vonnegut será, para mim e para inúmeras outras pessoas, difícil de superar.

As pessoas citadas a seguir também deram a sua contribuição: Misha Klein, Nancy Friedland, Anthony Arnove, John Montesano, Esther Kaplan, John Cusack, Kashaelle Gagnon, Stefan Christoff, Kamil Mahdi, Pratap Chatterjee, Sara Angel, Manuel Rozenthal, John Jordan, Justin Podur, Jonah Gindin, Ewa Jasiewicz, Maude Barlow, Justin Alexander, Jeremy Pikser, Ric Young, Arthur Manuel, Joe Nigrini, David Wall, John Greyson, David Meslin, Carly Stasko, Brendan Martin, Bill Fletcher, David Martinez, Joseph Huff-Hannon, Ofelia Whiteley, Barr Gilmore e meus pacientes colegas do conglomerado de comunicação do *New York Times*, Gloria Anderson e Mike Oricchio.

Roger Hodge me enviou ao Iraque, pela *Harper's*, com a atribuição de escrever o ensaio que acabou se transformando neste livro, e Sharon Oddie Brown e Andreas Schroeder permitiram que eu me isolasse em seu perfeito refúgio para escritores quando voltei. Sou, como sempre, agradecida a Katrina vanden Heuvel, Peter Rothberg e Hamilton Fish por converter o *Nation* num verdadeiro lar.

Há um provérbio que diz que a criação de um filho pode exigir a colaboração de toda uma comunidade, mas, olhando essa longa lista, me dou conta de que foi necessária uma conspiração global para fazer este livro. Sou muito feliz por ter sido apoiada por essa fantástica rede de humanidade.

ÍNDICE

A

B

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

W

Y

Z

NAOMI KLEIN é escritora, documentarista e jornalista premiada. Seu primeiro livro, o best-seller internacional *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*, foi traduzido para mais de 28 línguas e aclamado como "a Bíblia de um movimento" pelo *New York Times*. Naomi Klein escreve uma coluna internacional para os jornais *The Nation* e *The Guardian* e foi correspondente da revista *Harper's* no Iraque. Em 2004, lançou *The Take*, um documentário sobre a ocupação de fábricas pelos trabalhadores na Argentina, coproduzido com Avi Lewis.

www.naomiklein.org

NOTAS

[1] No original, “Capital City Carnage: The Ultimate in Steel Cage Fighting”. Trata-se de uma referência da autora a um espetáculo grotesco de lutas travadas dentro de gaiolas de aço, que frequentemente se realizava no referido centro de convenções em Baton Rouge. (N.T.)

[2] *Think tanks* são um modelo de instituição tipicamente estadunidense e constituem “reservatórios de pensamento” projetados para manter a hegemonia dos Estados Unidos no plano internacional. Para mais detalhes, consultar a obra de Tatiana Teixeira, *Os think tanks e a sua influência na política externa dos EUA.* Rio de Janeiro: Revan, 2007. (N.T.)

[3] O mercenário é normalmente entendido, em linguagem militar, como o soldado que luta num exército estrangeiro, mediante o recebimento de um montante em dinheiro. No caso dos soldados privados referidos pela autora, trata-se de tropas norte-americanas treinadas e mantidas por empresas privadas, sob contrato com o governo dos Estados Unidos. Em outras palavras, é a privatização da guerra. (N.T.)

[4] Entre eles estão incluídos o livro de Anne Collins, *In the Sleep Room*, ganhador do Governor General’s Award; o de John Marks, *The Search for the Manchurian Candidate*; o de Alan Scheflin e Edward Option Jr., *The Mind Manipulators*; o de Walter Bowart, *Operation Mind Control*; o de Gordon Thomas *Journey Into Madness*; e o de Harvey Weinstein, *A Father, a Son and the CIA*, escrito pelo filho psiquiatra de um dos pacientes de Cameron.

[5] Mesmo hoje, com a ECT muito mais refinada e incluindo procedimentos que garantem a segurança e o conforto dos pacientes — e por conta disso sendo ainda mais respeitável e eficiente para o tratamento da psicose —, perdas temporárias de memória recente permanecem como efeito colateral. Alguns pacientes ainda relatam que suas memórias mais antigas também são afetadas.

[6] Se Cameron fosse um pouco menos poderoso nesse campo, suas fitas de “mobilização psíquica” teriam sido descartadas como uma piada infame. A ideia tinha-lhe ocorrido a partir de um anúncio do *Cerebrophone*, um fonógrafo de cabeceira com alto-falantes nos travesseiros, que se vangloriava de ser “um modo revolucionário de aprender uma língua estrangeira durante o sono”.

[7] O ruído branco (*white noise*, no original) é um tipo de som produzido pela combinação simultânea de sons de todas as frequências. Em algumas experiências, é empregado para encobrir, mascarar outros sons, como parece ser o caso relatado no texto. (N.T.)

[8] A versão de 1983 é claramente preparada para uso didático, sendo acrescida de questões de revisão e lembretes simpáticos. (“Sempre comece cada sessão com baterias novas”)

[9] Sob pressão dos representantes do Congresso e do Senado, assim como da Suprema Corte, o governo Bush foi forçado a moderar um pouco sua posição depois da aprovação, no Congresso, do Military Comissions Act, em 2006. Embora a Casa Branca usasse a nova lei para afirmar que abandonara as práticas de tortura, deixou algumas brechas para que agentes da CIA e empreiteiros continuassem a empregar os métodos de privação de sentidos e sobrecarga do manual *Kubark*, além de outras técnicas criativas, como o

afogamento simulado [“*water-boarding*”]. Antes de assinar a lei, Bush anexou uma “declaração de assinatura”, em que reivindicava o direito de “interpretar o significado e a aplicação da Convenção de Genebra” como lhe fosse conveniente. O *New York Times* descreveu isso como o ato de “reescrever unilateralmente mais de duzentos anos de tradição e legislação”.

[10] Tradução de Augusto de Campos em: CAMPOS, Augusto de. *Linguaviagem.* São Paulo: Cia. das Letras, 1987. No original: “*‘Beauty is truth, truth beauty’, — that is all / Ye know on earth, and all ye need to know.*” (N.T.)

[11] *Sweatshop*, como está no original, é um tipo de loja em que os empregados são muito explorados, trabalham em péssimas condições e em jornadas excessivamente prolongadas, ganhando baixos salários. (N.T.)

[12] *Robber baron* (no original) foi o nome dado aos grandes empreendedores da primeira onda gigantesca de crescimento das corporações norte-americanas, ocorrida nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Elas incluíam, sobretudo, os negócios relacionados a petróleo, aço, ferrovias e bancos. (N.T.)

[13] Walter Heller, o famoso economista do governo Kennedy, certa vez brincou com o culto a Friedman compartilhado por seus seguidores, dividindo-os em várias categorias: “Alguns são friedmanentes, outros são friedmanianos, outros friedmanescos, outros friedmânicos e outros friedmaníacos.”

[14] Nem todos os professores estadunidenses enviados pelo programa estavam confortáveis nesse papel. “Eu achava que a universidade não deveria se envolver naquilo que estava se transformando fundamentalmente numa rebelião contra o governo”, declarou Len Doyle, o professor de Berkeley indicado para comandar o programa da Fundação Ford para a economia da Indonésia. Esse ponto de vista acabou causando o retorno de Doyle à Califórnia e a sua substituição.

[15] Curiosamente, Arnold Harberger foi contratado como consultor do Ministério das Finanças de Suharto, em 1975.

[16] Allende foi encontrado morto com um tiro na cabeça. Os debates continuam acerca da possibilidade de ele ter sido assassinado por uma das balas atiradas contra La Moneda ou de ter matado a si próprio, para não dar aos chilenos a última imagem de seu presidente eleito se rendendo a um Exército rebelado. A segunda alternativa é a mais confiável.

[17] Alguns economistas da Escola de Chicago argumentam que o primeiro experimento com a terapia de choque aconteceu na Alemanha Ocidental, em 20 de junho de 1948. Foi quando o ministro das Finanças, Ludwig Erhard, eliminou a maioria dos controles de preços e introduziu uma nova moeda. Os passos foram rápidos e sem advertência, um tremendo choque na economia alemã, e levaram a um desemprego generalizado. Mas é aí que os paralelos terminam: as reformas de Erhard se restringiram à política monetária e de preços e não foram acompanhadas de cortes em programas sociais ou de rápida introdução do livre-comércio; muitas medidas foram tomadas para proteger os cidadãos contra esses choques, inclusive o aumento de salários. Mesmo depois do choque, a Alemanha Ocidental ainda se encaixava na definição, cunhada por Friedman, de um Estado de bem-estar quase socialista: subsidiava construção de moradias, pensões governamentais, serviço público de saúde e um sistema educacional estatal, ao mesmo tempo em que o governo administrava e subsidiava tudo, desde a companhia telefônica até as fábricas de alumínio. Atribuir a Erhard a invenção da terapia de choque ajuda a construir uma narrativa palatável, pois o seu experimento ocorreu depois que a Alemanha foi libertada da tirania. O choque de Erhard, no entanto, tem raras semelhanças com as transformações impetuosas normalmente entendidas como terapia de choque econômico — esse método foi fruto do pioneirismo de Friedman e Pinochet, num país que tinha acabado de perder a sua liberdade.

[18] A junta militar estava tão ansiosa para entregar o país aos investidores que anunciou um desconto de 10% no preço da terra a ser utilizada em novos empreendimentos, num período de sessenta dias.

[19] A operação latino-americana se baseou no padrão de "Noite e Nevoeiro" utilizado por Hitler. Em 1941, Hitler decretou que os membros da resistência ao nazismo nos países ocupados seriam levados para a Alemanha, para "desaparecer dentro da noite e do nevoeiro". Inúmeros oficiais nazistas graduados se refugiaram na Argentina e no Chile, provocando algumas especulações de que podem ter treinado os serviços de inteligência do Cone Sul nessas táticas.

[20] O episódio serviu de base para o filme extraordinário que Costa-Gavras fez em 1972, *Estado de sítio.*

[21] A administração da prisão de Libertad trabalhava em sintonia com psicólogos behavioristas, a fim de definir técnicas de tortura adequadas a cada perfil psicológico individual — um método hoje empregado na Baía de Guantânamo.

[22] Os Montoneros se formaram em resposta à ditadura antecedente [ao golpe de 1976]. O peronismo foi banido e Juan Perón, do exílio, convocou os seus jovens partidários a se armarem para lutar pela volta da democracia. Eles criaram, assim, os Montoneros, que, embora tenham praticado ataques armados e sequestros, tiveram um papel fundamental nas eleições democráticas de 1973, com um candidato peronista. Mas quando Perón voltou ao poder, viu-se ameaçado pelo apoio popular aos Montoneros e encorajou esquadrões da morte de direita a persegui-los. Por essa razão, o grupo — que é objeto de muita controvérsia — já estava bastante enfraquecido quando ocorreu o golpe de 1976.

[23] O código penal de muitos países, inclusive Portugal, Peru e Costa Rica, proíbe atos de genocídio, com definições claras que fazem constar grupos políticos e "sociais". A legislação francesa é ainda mais abrangente, e define genocídio como um plano intencional de destruir, no todo ou em parte, "um determinado grupo por qualquer critério arbitrário".

[24] Isso levou a terapia do eletrochoque de volta à sua encarnação primitiva como técnica de exorcismo. O primeiro registro de uso do choque como terapia refere-se a um médico suíço do século XVIII. Acreditando que a doença mental era causada pelo diabo, ele amarrou um paciente com um fio acionado por uma máquina de eletricidade estática; uma descarga de eletricidade foi dada para cada demônio. O paciente, então, foi declarado curado.

[25] A expressão contemporânea para esse tipo de ruptura de personalidade é o uso do Islã como uma arma contra os prisioneiros muçulmanos, nas cadeias administradas pelos Estados Unidos. Na montanha de evidências extraídas de Abu Ghraib e da Baía de Guantânamo, duas formas de abuso contra os detentos são constantemente relatadas: nudez e interferência deliberada nas práticas islâmicas, tais como forçá-los a raspar a barba, chutar o Corão, embrulhá-los na bandeira de Israel, obrigá-los a fazer poses homossexuais, e mesmo tocá-los com suposto sangue menstrual. Moazzam Begg, que ficou detido em Guantânamo, contou que era frequentemente barbeado contra a sua vontade e que ouvia o guarda dizer: "Essa é a parte que incomoda vocês muçulmanos, não é?" O Islã é profanado não por ser odiado pelos guardas (embora isso possa ser verdade), mas por ser adorado pelos prisioneiros. Na medida em que o objetivo da tortura é desfazer personalidades, tudo aquilo que forma a personalidade do detento deve ser sistematicamente roubado — desde suas roupas até suas crenças mais acalentadas. Nos anos 1970, isso significava atacar a solidariedade social; hoje, representa a agressão ao Islã.

[26] Após o fim da ditadura, as Madres se tornaram críticas ferozes da nova ordem econômica da Argentina, o que são até hoje.

[27] Mesmo com essas precauções, os ativistas de direitos humanos não estavam livres do terror. As cadeias do Chile estavam cheias de advogados de direitos humanos, e na Argentina os militares enviaram um de seus mais temidos torturadores para se infiltrar no grupo de Madres, disfarçado de pai sofredor. Em dezembro de 1977, o grupo foi atacado pela polícia; doze mães desapareceram para sempre, inclusive sua líder, Azucena de Vicenti, junto com duas freiras francesas.

[28] Nos anos 1950, a Fundação Ford com frequência serviu de *front* para a CIA, permitindo à agência canalizar fundos para acadêmicos e artistas antimarxistas que não sabiam de onde o dinheiro estava vindo, um processo minuciosamente documentado no trabalho de Frances Stonor Saunders intitulado *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura.* A Anistia Internacional não era financiada pela Fundação Ford, nem as defensoras mais radicais dos direitos humanos na América Latina, as Mães da Praça de Maio.

[29] Sou agradecida por esse relato ao livro inspirador de Marguerite Feitlowitz, intitulado *A Lexicon of Terror.*

[30] Vencer a hiperinflação não foi suficiente para livrar a Alemanha da depressão e, depois, do fascismo, uma contradição que Sachs jamais mencionou em seu persistente emprego dessa analogia.

[31] Durante duas décadas, os bolivianos não ficaram sabendo como seu programa de terapia de choque tinha sido implementado. Em agosto de 2005, vinte anos depois que foi aprovado o decreto original, a jornalista boliviana Susan Velasco Portillo entrevistou os membros participantes da equipe econômica de emergência, e muitos deles revelaram informações sobre a operação clandestina. O relato aqui apresentado é baseado principalmente naquelas memórias.

[32] Pode ter sido, sim, naquela época. O século, porém, não havia terminado — o experimento da Escola de Chicago na Rússia ainda estava por acontecer.

[33] Loser foi demitido depois do colapso argentino, em 2001. Houve consenso de que, sob sua administração, o FMI ficou tão encantado com as políticas de livre mercado que, enquanto os países continuaram cortando gastos e privatizando suas economias, ele seguiu oferecendo-lhes empréstimos generosos, deixando de observar a fraqueza evidente de suas economias, o desemprego em massa e a corrupção exagerada — sem mencionar a dívida insustentável com o FMI.

[34] Em janeiro de 2006, bem depois que Menem e Cavallo tinham deixado o poder, os argentinos receberam algumas notícias surpreendentes. Foi descoberto que o Plano Cavallo não tinha sido feito pelo próprio Cavallo, nem pelo FMI; todo o programa da terapia de choque implantada na Argentina, no começo dos anos 1990, foi elaborado secretamente por JP Morgan e Citibank, dois dos maiores credores privados do país. No decorrer de uma ação judicial contra o governo argentino, o célebre historiador Alejandro Olmos Gaona descobriu um documento de cair o queixo, em cujas 1.400 páginas estavam escritas, pelos dois bancos norte-americanos, todas as orientações para Cavallo, inclusive “as políticas implementadas pelo governo a partir de 1992 (...) a privatização dos serviços, a reforma da legislação trabalhista, a privatização do sistema previdenciário. Está tudo registrado ali, com grande riqueza de detalhes (...) muitos acreditaram que o plano econômico seguido após 1992 era uma criação de Domingo Cavallo, mas não foi assim”.

[35] Um dos slogans mais populares do Solidariedade, em 1980, era “Socialismo, SIM, Suas distorções, NÃO” (o qual, sem dúvida, rima melhor em polonês).

[36] Embora representassem uma ruptura, as eleições ainda foram manipuladas: desde o princípio, o Partido Comunista tinha garantido 65% das cadeiras na câmara baixa do Parlamento, e o Solidariedade só pôde concorrer às que restaram. Mesmo assim, a vitória foi tão acachapante que o Solidariedade acabou ganhando o controle efetivo do governo.

[37] Mais adiante, Michnik observou amargamente que “a pior coisa do comunismo é o que vem depois”.

[38] A palestra constituiu a base do livro de Fukuyama, intitulado *O fim da história e o último homem* e publicado três anos depois.

[39] Deng possuía notáveis defensores. Depois do massacre, Henry Kissinger escreveu um editorial no qual argumentou que o partido não tinha escolha. “Nenhum governo do mundo toleraria ver a principal praça de sua capital ocupada durante oito semanas por milhares de manifestantes. (...) Uma represália, portanto, se tornou inevitável.”

[40] Como observou David Harvey, antropólogo da Universidade de Nova York, foi somente depois da Paz Celestial, quando Deng fez sua famosa viagem pelo sul da China, “que toda a força do governo central foi empregada para respaldar a abertura para o comércio externo e para os investimentos estrangeiros diretos”.

[41] Milton Friedman sempre brincava que, se tivesse escolha, os bancos centrais seriam baseados tão completamente na “ciência econômica” que seriam dirigidos por computadores gigantes — nenhum ser humano seria necessário.

[42] Foram os Garotos de Chicago do Chile que, convenientemente, iniciaram esse processo de capitalismo à prova de democracia, construindo aquilo que denominaram de “nova democracia”. Antes de passar o poder para um novo governo, após dezessete anos de regime militar, os Garotos de Chicago engessaram a Constituição e os tribunais de modo que se tornou quase impossível reverter legalmente as leis revolucionárias. Eles tinham vários nomes para esse processo: construir uma “democracia tecnicizada”, uma “democracia protegida” ou, conforme a expressão de José Piñera, o jovem ministro de Pinochet, garantir “isolamento em relação à política”. Alvaro Bardón, subsecretário de Economia de Pinochet, explicou as razões da Escola de Chicago: “Se reconhecemos a economia como ciência, damos menor poder ao governo ou à estrutura política, na medida em que ambos deixam de ter a responsabilidade de tomar tais decisões.”

[43] A questão sobre o número de pessoas que foram conectadas e desconectadas desses novos serviços é altamente controversa na África do Sul. Pelo menos um estudo confiável apurou que o número de cortes foi maior do que o de ligações: o governo diz que conectou nove milhões de pessoas à rede de água, o estudo calcula que dez milhões sofreram sua desconexão.

[44] Na verdade, a plataforma econômica do CNA, pela qual tinha sido eleito, reivindicava “o crescimento do setor público em áreas estratégicas por meio de, por exemplo, nacionalização”. E havia ainda a Carta da Liberdade, que continuava sendo o manifesto do partido.

[45] Na verdade, esse fardo da era do *apartheid* está, simultaneamente, provocando o aumento do montante da dívida nacional e colocando bilhões de rands de dinheiro público fora de alcance, todos os anos. Uma mudança contábil realizada em 1989 trocou o modelo de funcionamento do fundo de pensão estatal, de um sistema “pague como puder”, no qual os benefícios são pagos de acordo com as contribuições feitas em cada ano, para um outro sistema “totalmente financiado”, em que o fundo precisa ter em mãos capital suficiente para pagar de 70 a 80% de suas obrigações, em qualquer momento. Como resultado, o fundo inflou de trinta bilhões de rands em 1989 para mais de trezentos bilhões de rands em 2004 — certamente, isso se caracteriza como um choque de dívida. O que esse dado significa, para os sul-africanos, é que o grande montante de capital administrado independentemente pelo fundo de pensão tem sido amealhado e desviado às custas de construção de casas, assistência médica ou serviços essenciais. O acordo sobre as pensões foi negociado, pelo lado do CNA, por Joe Slovo, o lendário líder do Partido Comunista sul-africano, um fato que continua sendo fonte de grande ressentimento, até hoje, no país.

[46] Num dos mais surpreendentes exemplos de reportagem sensacionalista, o *Washington Post* observou: "Cerca de duzentos manifestantes avançaram sobre o Ministério da Defesa da Rússia, onde estão localizados os controles nucleares da nação e onde os generais mais graduados estavam reunidos", levantando a suspeita absurda de que a multidão de russos que tentava defender sua democracia podia começar uma guerra nuclear. Para finalizar, o *Post* informou: "O ministro trancou as portas e controlou a multidão sem nenhum incidente."

[47] "*Commanding heights*" foi a expressão utilizada por Lênin para designar os segmentos e indústrias da economia que efetivamente controlam e sustentam todos os demais, como aço, petróleo, ferrovias e bancos. (N.T.)

[48] Os dois maiores bancos conectados à oligarquia eram o Banco Menatep, de Mikhail Khodorkovsky e o Uneximbank, de Vladimir Potanin.

[49] Infelizmente, o dinheiro não foi para o povo russo, a verdadeira vítima desse processo de privatização corrupto, mas para o governo dos Estados Unidos — da mesma maneira que o processo judicial movido por denunciantes contra os fornecedores, no Iraque, repartiu o pagamento recebido entre os denunciantes e o governo dos Estados Unidos.

[50] Sem parecerem surpreendentes, dada a criminalidade desafiante da classe dirigente da Rússia, teorias conspiratórias começaram a circular sobre esses acontecimentos. Muitos russos acreditaram que os chechenos não tinham nada a ver com os atentados à bomba nos apartamentos, e que isso tinha resultado de uma operação secreta para transformar Putin no herdeiro necessário de Yeltsin.

[51] Como observou John Cassidy, num esboço biográfico para a revista *New Yorker,* em 2005: "O fato é que tanto na Polônia quanto na Rússia, Sachs preferiu uma engenharia social de grande escala em vez da mudança gradual e da construção de instituições. A política desastrosa de privatização é um exemplo. Embora a maior parte das privatizações tenha sido feita depois que Sachs deixou a Rússia, no final de 1994, o formato original dessa política foi definido em 1992 e 1993, quando ele ainda estava lá."

[52] Deve-se dizer que Truglia é uma raridade em Wall Street — taxas de investimento e crédito são frequentemente influenciadas pela pressão política e usadas para aumentar a cobrança para sancionar as "reformas de mercado".

[53] Embora Bruno não tenha sido aluno da Universidade de Chicago, teve como seu mentor, enquanto era estudante, o proeminente Don Patinkin, citado anteriormente por sua comparação entre a economia de Chicago e o marxismo, graças à sua "completude lógica".

[54] O FMI é frequentemente retratado como uma marionete do Tesouro dos Estados Unidos, mas as cordas jamais ficaram tão visíveis quanto nessas negociações. Para garantir que os interesses das empresas estadunidenses estivessem assegurados nos acordos finais, David Lipton, subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos para assuntos internacionais (e parceiro de Sachs no programa da terapia de choque na Polônia), viajou para a Coreia do Sul e se hospedou no hotel Seoul Hilton — onde aconteciam as negociações entre o governo coreano e os representantes do fundo. Como argumentou Paul Blustein, do jornal *Washington Post,* a presença de Lipton era "uma manifestação visível da influência que os Estados Unidos exerciam sobre a política do FMI".

[55] Por alguma razão, esse relatório altamente crítico só veio a público em 2003, cinco anos depois da crise. Então já era tarde demais para apresentar advertências contra o oportunismo das crises; o FMI já estava realizando o ajuste estrutural no Afeganistão e elaborando os planos para o Iraque.

[56] No original, *hedge funds.* Segundo a definição de Paulo Sandroni: "HEDGE. Termo em inglês que significa 'salvaguarda'. É um mecanismo utilizado por operadores do mercado financeiro e de *commodities* para se resguardarem de uma flutuação de preços." *Dicionário de Economia do Século XXI.* Edição revista e atualizada do *Novíssimo Dicionário de Economia.* Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005, p.395. (N.T.)

[57] O Tamiflu se tornou altamente controverso. Em número crescente de casos registrados, pessoas jovens que tomaram o medicamento se mostraram confusas, paranoicas, delirantes e suicidas. Entre novembro de 2005 e novembro de 2006, 25 mortes em todo o mundo foram conectadas ao Tamiflu; atualmente, a droga é ministrada nos Estados Unidos com a advertência aos pacientes de que há "risco de autodestruição e confusão" e necessidade de "acompanhamento detalhado quanto à manifestação de sinais de comportamento inadequado".

[58] Todos os grandes fabricantes de armas entraram no negócio de administrar o país, nesse período. A Computer Sciences, que fornece tecnologia de informação para as forças armadas, incluindo os identificadores biométricos, ganhou um contrato de 644 milhões de dólares do condado de San Diego para gerenciar toda a sua tecnologia de informação — um dos maiores contratos desse tipo já assinados. O condado ficou insatisfeito com o desempenho da Computer Sciences e não renovou o acordo, mas apenas para dá-lo a outra gigante das armas, a Northrop Grumman, fabricante do bombardeiro B-2.

[59] A ausência de concorrência nos contratos concedidos foi um dos traços mais característicos da era Bush. Uma pesquisa do jornal *New York Times*, em fevereiro de 2007, descobriu que "menos da metade de todas as 'ações contratuais' — novos contratos e pagamentos contra acordos existentes — agora está sujeita à competição aberta e integral. Apenas 48% eram competitivas em 2005, muito abaixo dos 79% em 2001".

[60] O negócio com os carros-tanque se tornou o maior escândalo da história recente do Pentágono, chegando a ponto de colocar na cadeia um antigo funcionário do Departamento de Defesa e um executivo da Boeing. O funcionário estava negociando um emprego na Boeing, enquanto a transação afundava. Numa investigação subsequente, Rumsfeld foi questionado por que não percebeu essa negociata podre que acontecia debaixo de seu nariz. Ele respondeu que não se lembrava dos detalhes de seu papel, num contrato que iria consumir entre 17 bilhões e 30 bilhões de dólares de dinheiro dos contribuintes. "Não me lembro de tê-lo aprovado. No entanto, não me lembro, com certeza, de não tê-lo aprovado." Rumsfeld foi severamente criticado por má administração, mas seu esquecimento pode ter sido uma expressão da frequência com que o secretário de Defesa se recusou a entrar em discussões, a fim de escapar da aparência de conflitos com suas muitas participações em atividades relacionadas à Defesa.

[61] A onda de livre mercado havia se desviado dessa região por diversas razões. Os países mais ricos — Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes — eram tão pródigos em dinheiro do petróleo que conseguiam evitar o endividamento e, assim, as garras do FMI (84% da economia saudita, por exemplo, são controlados pelo Estado). O Iraque tinha uma grande dívida, acumulada durante a guerra com o Irã, mas, assim que começou a era da globalização, a primeira Guerra do Golfo acabou e o Iraque foi colocado sob rígidas sanções: não apenas o "comércio livre" seria proibido, como não haveria nenhum comércio legal.

[62] A ideia de que a incapacidade de adotar o Consenso de Washington seria o bastante para provocar uma invasão estrangeira parece estapafúrdia, mas houve precedentes. Quando a OTAN bombardeou Belgrado em 1999, a razão oficial recaiu sobre as egrégias violações de direitos humanos praticadas por Slobodan Milošević, que horrorizaram o mundo. Contudo, numa pequena revelação reportada alguns anos depois da guerra do Kosovo, Strobe Talbott, vice-secretário de Estado do presidente Clinton e principal negociador dos Estados Unidos durante a guerra, ofereceu uma explicação bem menos idealista: "Ao passo que as

nações da região desejavam reformar suas economias, mitigar tensões raciais e ampliar a sociedade civil, Belgrado parecia se comprazer em caminhar continuamente na direção oposta. Não é de se estranhar que a OTAN e a Iugoslávia tenham chegado a uma rota de colisão. A resistência iugoslava às tendências mais amplas de reforma econômica e política — e não o sufoco dos albaneses de Kosovo — é o que melhor explica a guerra da OTAN." Essa revelação veio a público num livro de 2005, *Collision Course: NATO, Russia, and Kosovo*, publicado pelo ex-diretor de comunicação de Talbott, John Norris.

[63] A Guerra do Golfo, em 1991, foi a primeira batalha da CNN. Mas como a ideia de uma cobertura ao vivo, durante 24 horas, era então muito nova, as forças armadas ainda não a haviam incorporado a seus planejamentos.

[64] A razão oficial para o aniquilamento total do sistema telefônico de Bagdá era dificultar a comunicação de Saddam com seus comandos de elite. No entanto, depois da guerra, os interrogadores dos Estados Unidos realizaram "entrevistas" extensas com prisioneiros iraquianos importantes e descobriram que, por muitos anos, Saddam esteve convencido de que espiões o rastreavam por meio de seus telefonemas, e, assim, só utilizou um telefone por duas vezes, nos últimos treze anos. Como de costume, um serviço de inteligência confiável não era necessário; haveria muito dinheiro disponível para a Bechtel construir um novo sistema.

[65] Essa é uma versão que coloca a grande apropriação do dinheiro dos contribuintes estadunidenses pela Halliburton, sob os auspícios do Pentágono, em uma nova dimensão — talvez o Departamento de Defesa tivesse enxergado os milhões desaparecidos não como roubo, mas como encolhimento adequado à campanha para reduzir o governo e engordar os negócios.

[66] Quando Agresto fracassou desgraçadamente em sua tarefa de reconstruir o sistema universitário do Iraque, deixando o país com o trabalho inacabado, acabou revendo seu entusiasmo inicial com a pilhagem, descrevendo-se como "um neoconservador que foi espancado pela realidade". Esse e outros detalhes foram retirados da vívida narrativa sobre a Zona Verde, de Rajiv Chandrasekaran, chamada *Imperial Life in the Emerald City*.

[67] Muitos dos principais agentes da invasão e da ocupação do Iraque eram veteranos da equipe original de Washington que havia insistido na terapia de choque da Rússia: Dick Cheney era secretário de Defesa quando George Bush pai elaborou sua política para a Rússia pós-soviética, e Paul Wolfowitz era assessor de Cheney, enquanto Condoleezza Rice servia como conselheira-chefe de Bush para a transição da Rússia. Para todos esses agentes superiores, e para dezenas de outros abaixo, a experiência da Rússia nos anos 1990, apesar dos resultados trágicos para as pessoas comuns, era constantemente evocada, sem ironia, como o modelo a ser copiado na transição do Iraque.

[68] Uns 8,8 bilhões de dólares desse dinheiro são mencionados, frequentemente, como os "bilhões desaparecidos do Iraque" porque sumiram dentro dos ministérios iraquianos controlados pelos Estados Unidos, em 2004, praticamente sem deixar rastro. Bremer defendeu essa fiscalização indulgente, diante de um comitê do Congresso estadunidense, em fevereiro de 2007, dizendo o seguinte: "Nossa principal prioridade era fazer a economia se movimentar novamente. O primeiro passo era colocar dinheiro nas mãos da população iraquiana, o mais depressa possível." Quando o comitê perguntou pelos bilhões desaparecidos ao almirante reformado David Oliver, conselheiro financeiro de Bremer, ele respondeu: "Sim, eu compreendo. Só estou dizendo que diferença isso faz?"

[69] Ahmed al-Rahim, um estadunidense de origem iraquiana que trabalhou na Creative Associates, explicou: "A ideia inicial era que podíamos escrever um currículo e levá-lo ao Iraque." Quando os iraquianos descobriram, reclamaram que "uma coisa empacotada na América era inaceitável, e ela foi jogada fora".

[70] Na verdade, o Research Triangle Institute foi expulso do país depois de ajudar a impedir que partidos islâmicos locais assumissem o poder, democraticamente, em inúmeras vilas e cidades.

[71] Essa foi uma das razões pelas quais a "desbaathificação" inspirou tanto ódio: enquanto todos os soldados rasos perderam seus empregos, junto com professores e médicos que tinham sido obrigados a se filiar ao partido para crescer profissionalmente, os oficiais militares de alto nível ligados ao Baath, bastante conhecidos pelos abusos praticados contra os direitos humanos, foram recrutados para manter a ordem nas cidades e vilas.

[72] A artimanha é que os contratantes estão operando com pouca supervisão. Como foi concluído pela própria investigação militar dos Estados Unidos, realizada sobre o escândalo de Abu Ghraib, os funcionários do governo encarregados de fiscalizar o desempenho dos interrogadores não estavam sequer no Iraque, que dirá em Abu Ghraib, tornando "muito difícil, quiçá impossível, administrar efetivamente um contrato". O general do Exército George Fay, autor do relatório, concluiu que os "interrogadores, analistas e líderes" do governo "não estavam preparados para a chegada dos interrogadores dos contratantes e não tinham treinamento para atuar na administração, controle e disciplina desse pessoal. (...) Ficou claro que não houve exercício confiável de supervisão adequada do desempenho dos contratantes em Abu Ghraib".

[73] A Lockheed Martin foi ainda mais longe nessa direção. No começo de 2007, começou a "comprar empresas [avaliadas em] um bilhão por ano no mercado de saúde", de acordo com o jornal *Financial Times*, e também arrematou a gigante de engenharia Pacific Architects and Engineers. A onda de aquisições representou uma nova era de integração vertical mórbida no complexo do capitalismo de desastre: em conflitos futuros, a Lockheed estará bem postada para lucrar não apenas com a fabricação de armas e aviões-bombardeiros, como também com a reconstrução daquilo que destrói, e mesmo com o tratamento das pessoas feridas por suas próprias armas.

[74] Fernando é o cabeça do Movimento pela Reforma da Terra e da Agricultura (MONLAR), uma coalizão de ONGs do Sri Lanka, que começou a demandar "um processo de reconstrução popular" imediatamente após o desastre.

[75] Não foram realizados estudos extensivos sobre as condições de trabalho em Nova Orleans, mas o Advancement Project, um grupo popular de advogados de Nova Orleans, estima que 60% dos trabalhadores imigrantes da cidade não tenham sido pagos por seu trabalho, pelo menos em parte.

[76] Um dos aspectos mais preocupantes dessa indústria é seu partidarismo desavergonhado. A Blackwater, por exemplo, é intimamente alinhada com o movimento contra o aborto e outras causas da direita. Faz doações quase exclusivamente para o Partido Republicano, em vez de disfarçar suas apostas, como a maioria das corporações. A Halliburton destina 87% de suas contribuições de campanha para os republicanos, e a CH2M Hill manda 70%. Estaria além do reino da imaginação a possibilidade de que, um dia, os partidos políticos irão contratar essas empresas para espionar seus adversários, durante uma campanha eleitoral — ou para se envolver em operações clandestinas, mais obscuras do que as da CIA?

[77] Esse preconceito não é exclusivo da Polônia. Em março de 2007, o prefeito de Londres, Ken Livingstone, advertiu para uma perigosa "onda de reação contrária aos direitos dos gays e lésbicas, que se espalha pela Europa Oriental".

[78] "Quatro milhões de trabalhadores!", exclamou um grupo de escritores estadunidenses sindicalizados. "Nos Estados Unidos, nós celebramos o nascimento de um novo movimento social global quando sessenta mil pessoas se apresentaram para a 'Batalha de Seattle', em 1999."